



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

REIKO MUTO

**OS *KOUTAKUSSEIS* E OS IDEAIS DO EXPANSIONISMO JAPONÊS NA
AMAZÔNIA**

BELÉM

2018

REIKO MUTO

**OS *KOUTAKUSSEIS* E OS IDEAIS DO EXPANSIONISMO JAPONÊS NA
AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Luís Eduardo Aragón Vaca

**BELÉM
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Reiko, Muto

Os *koutakusseis* e os ideais do expansionismo japonês na Amazônia / Reiko Muto;
Orientador, Luis Eduardo Aragón Vaca. – 2018.

351 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

1. História demográfica. 2. Imigração - Amazônia. 3. Japoneses - Amazônia. 4.
Koutakusseis. 5. Vila - Amazônia. I. Aragón, Luis Eduardo, Orientador. II. Título.

CDD 21. Ed. 325.25209811

Elaborada por
Rosângela Caldas Mourão
CRB-2/888

REIKO MUTO

**OS *KOUTAKUSSEIS* E OS IDEAIS DO EXPANSIONISMO JAPONÊS NA
AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Defesa em 30 de novembro de 2018

Banca examinadora:

Professor Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca
Orientador – NAEA/UFPA

Professor Dr. Fábio Carlos da Silva
Examinador interno – NAEA/UFPA

Professor Dr. Saint-Clair Cordeiro de Trindade Junior
Examinador interno – NAEA/UFPA

Professor Dr. Pedro Marcelo Staevie
Examinador externo – UNILA

Professor Dr. Alfredo Kingo Oyama Homma
Examinador externo – UFPA/Embrapa

AGRADECIMENTOS

Agradeço as graças do Senhor pela saúde e oportunidade para enfrentar um doutorado nesta etapa da vida, quando já poderia estar aposentada e brincando com as minhas maravilhosas netinhas. Significa que ainda não desisti de aprender coisas novas e mudar a minha concepção sobre o mundo hodierno.

Agradeço especialmente ao professor Luís Eduardo Aragón pelo privilégio que tive de poder contar com a sua valiosa orientação em vários trabalhos acadêmicos, desde a época do mestrado que foram enriquecidas com as suas importantes contribuições. Foram anos de grande aprendizado pela sua larga experiência na área de migrações humanas, pois é digno de admiração por sua grandiosa contribuição dedicada aos estudos populacionais da Amazônia. Afortunadamente, ele enxergou nesta discente potencialidades para explicar o processo migratório dos japoneses na Amazônia e soube compreender pacientemente as dificuldades pessoais no desenvolvimento dos trabalhos.

Agradeço à professora Marília Ferreira Emmi, pelos incentivos recebidos no curso de mestrado que fez mudar todo um projeto de vida acadêmica voltada à área de comércio exterior e ciências contábeis, para rumar em direção aos fenômenos migratórios. Foram novos conhecimentos, mais amplos e mais humanos, que têm a ver com a minha etnia e com a vida cotidiana dos milhares de imigrantes dispersos nesta região.

Agradeço aos professores Hisakhana Pahoona Corbin e Mário Miguel Amin Garcia Herreros, que conjuntamente com o prof. Aragón participaram da banca examinadora na minha qualificação, pelas preciosas orientações que serviram de norte para a formação teórica da presente tese. Igualmente, agradeço as importantes contribuições dos professores da banca examinadora: Alfredo Kingo Oyama Homma, Fábio Carlos da Silva, Pedro Marcelo Staevie e Saint-Clair Cordeiro de Trindade Junior.

Agradeço a todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), com quem em diferentes momentos tive a oportunidade de discutir os labirintos da ciência em várias disciplinas, que me proporcionam adentrar em tão vasta seara do conhecimento sobre a Amazônia e entender as transformações sofridas no desiderato de sua ocupação ou na busca de seu desenvolvimento. Além de conhecimentos, encontrei amigos de vários cantos para troca de ricas experiências, em momentos de convívio agradável, o que torna a vida interessante e cheia de emoções.

Agradeço aos presidentes e membros da diretoria da Associação *Koutaku* do Pará e da Associação *Koutaku* do Amazonas, especialmente ao diretor Wilson YoshiyukiShoji, que disponibilizou o acervo de informações sobre as famílias do grupo *koutaku* e apresentou as pessoas chaves de Manaus e Itacoatiara, que foram fundamentais para compreensão da saga dos *koutakusseis* e primordiais para escrever muitas linhas deste trabalho. Igualmente agradeço ao presidente da Associação Nipo-brasileira de Parintins, José Elizeu Sena Inomata, que acompanhou esta pesquisadora às residências de vários descendentes de *koutakusseis* que vivem naquela cidade, os quais trouxeram à luz vários depoimentos importantes sobre o processo migratório na Amazônia.

Agradeço nomeadamente as senhoras Atsuko Kobayashi, “Tereza” Teru Yamazaki, “Nair” Hisako Toguchi, e *in memoriam* Hatsue Sawaki, Leonor Garcia Tuji (viúva de Kotaro Tuji) e Júlia Tuji de Castro (filha de Kotaro Tuji), entrevistadas que faleceram em 2017 e 2018. Apesar da idade avançada, essas senhoras prestaram relevantes depoimentos sobre a vida cotidiana das famílias dos imigrantes como protagonistas desta grande aventura dos *koutakusseis* na Amazônia. Da mesma forma, agradeço aos heróis de resistência do grupo *koutaku* que ainda estão lutando por uma vida melhor em Parintins, Itacoatiara e outros recantos desta região.

Agradeço pelas valiosas contribuições dos senhores Gota Tsutsumi, Antão Shinobu Ikegami, Urana Harada Ono, José Camilo Ramos Souza, dentre outros dedicados estudiosos da imigração japonesa na Amazônia, e a todos que colaboraram direta ou indiretamente na produção desta pesquisa, especialmente aos entrevistados, pois sem eles não seria possível construir o presente trabalho, em homenagem aos pioneiros pelos 90 anos da imigração japonesa na Amazônia brasileira. De todo modo foi uma experiência muito gratificante pelas viagens e encontros de velhos conhecidos, pela riqueza de informações prestadas pelos filhos dos *koutakusseis*, muitos na faixa dos 70-80 anos de idade, e pelo inestimável reconhecimento de gratidão aos velhos pioneiros “desbravadores” desta imensa Amazônia.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus familiares e amigos que acompanham a minha jornada, pelos incentivos, carinho e amor que me faz tornar mais humana e entender a minha dependência e fragilidade diante dos mistérios da vida.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo geral analisar o processo migratório dos *koutakusseis* e sua relação com a política expansionista japonesa, assim como o perfil demográfico e socioeconômico do grupo *koutaku* que permaneceu na Amazônia brasileira e a contribuição socioeconômica e cultural desses imigrantes e de seus descendentes. Trata-se da história demográfica de um grupo de imigrantes japoneses, de mais de 500 pessoas, que se estabeleceu no município de Parintins, estado do Amazonas, na década de 1930. O estudo de caso visa dar uma explicação das motivações que engendraram a vinda desse grupo para a Amazônia e a ligação causal da intervenção política na vida desses imigrantes, que viveram um período cambiante e turbulento da geopolítica nacional e global marcado pela xenofobia e racismo institucional, bem como as razões pelas quais eles não conseguiram se estabelecer como colônia agrícola no estado do Amazonas, a exemplo do que aconteceu com a colônia de Tomé-Açu, no Pará. Adotou-se o método indutivo nas interpretações teóricas e empíricas do fato investigado, tendo como instrumental teórico-metodológico a abordagem interdisciplinar. Conclui-se que o idealismo de colonização conduzido pelo político Tsukasa Uyetsuka, o sonho da cultura da juta de Kotaro Tuji e a saga das famílias *koutaku* estão relacionados ao momento histórico de transição do Japão feudal para o expansionismo territorial e econômico. No entanto, a mobilidade desses imigrantes para a Amazônia nada tem a ver com o expansionismo militar japonês que aconteceu na Manchúria, China. Pode ser considerado um expansionismo comercial, pois se tratava de um empreendimento de colonização agrícola, em vista da concessão de terras devolutas oferecidas espontaneamente pelo governo amazonense, que procurava alternativas para superar o marasmo econômico após a crise da borracha.

Palavras-chave: Amazônia. Colonização. Expansionismo. Idealismo. Imigração. *Koutakusseis*.

ABSTRACT

The main purpose of this thesis is to analyze the migratory process of the *koutakusseis* and its relationship with the Japanese expansionist policy. It also approaches the demographic and socioeconomic profile of the *koutaku* group that remained in the Brazilian Amazon and the socioeconomic and cultural contributions of these immigrants and their descendants. This research presents the demographic history of a group of Japanese immigrants composed of more than 500 people who settled in Parintins – municipality of Amazonas state – in the 1930s. This case study intends to provide an explanation for the motivation underlying the decision of such group in coming to the Amazon and the causal connection with the political intervention in the lives of these immigrants, who lived a changing and turbulent period of the national and global geopolitics, marked by xenophobia and institutional racism. It is also focused in explaining the reasons why they failed to establish themselves as an agricultural colony in the state of Amazonas, unlike what happened in Tomé-Açu colony in Pará State. In this process, we adopted the inductive method in the theoretical and empirical interpretations to investigate the facts as well as a theoretical-methodological instrument in interdisciplinary approach. The data analysis concludes that the colonization idealism headed by the politician Tsukasa Uyetsuka, the Kotaro Tuji's dream of the jute cultivation and the *koutakusseis* saga are related to the historical context of Japan's feudal system transition into an economic and territorial expansionism policy. However, this immigrant's mobility towards the Amazon has no connection with the Japanese military expansionism that took place in Manchuria, China. The former may be considered a commercial expansionism, since it was an agricultural colonization enterprise, fostered by the spontaneous grating of lands by the Amazonian government, seeking for alternatives to overcome the economic stagnation span after the rubber crisis.

Keywords: Amazonia. Colonization. Expansionism. Idealism. Immigration. Koutakusseis.

要旨

本論文は「高拓生」の移住と日本国移住政策との関連、ブラジル・アマゾン地域に定着した高拓生グループの社会層構成と社会経済的構成、そして同移住者たち及び子弟らの経済及び文化に対する貢献の分析を目的としている。これは、1930年代にアマゾナス州パリンチンス市に定着した約500名の海外移住者らの人口統計学的属性歴史を判明するものである。このケース・スタディーでは本グループがアマゾン地域に移住することを決心した意図の解明、ブラジルで外国人嫌悪と政府の意図的差別が印象であった国外内で激変する政治情勢の時期を過ごした同グループの生活を影響したブラジルの政治動向との関連、また、パラ州トメアスー移住地のようにできず、アマゾナス州における入植事業の失敗の理由が解明される。調査した事例の論理的および実験的推論には帰納法を取り入れた。なお、調査結果の解析を行うために教科横断的な取り組みを行った。結論として政治家の上塚司の入植事業イデオリズム、辻小太郎のジュート栽培の夢、そして高拓生家族のサガは日本の封建制政権から経済発展を目指す領土拡張政策の政権への転機時代と関係していることが判明した。しかし、同移住者らのアマゾン地域への移動は日本政府の満州（中国）侵略政策とは全く異なるものである。アマゾン地域への移住はアマゾナス州政府がゴム景気の破壊後、州の経済を回復できる事業を模索したことにより州土を譲渡し、そこで行われた入植事業であったため経済発展を目的とした領土拡張政策である。

キーワード：アマゾン地域。入植事業。領土拡張。イデオリズム。移住事業。高拓生。

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da Amazônia brasileira com a indicação dos três projetos de colonização dos japoneses.....	94
Figura 2 -	Mapa de localização de Manchukuo na esfera de influência do Japão Imperial	109
Figura 3 -	Fotografia de Tsukasa Uyetsuka (1955)	113
Figura 4 -	Fotografia de Kotaro Tuji (1966)	113
Figura 5 -	Fotografia do grupo da segunda missão de pesquisa em Manaus (1930)	125
Figura 6 -	Croqui do Instituto Amazônia em Vila Amazônia (1932)	129
Figura 7 -	Fotografia da Segunda Turma em Yokohama (16.04.1932)	167
Figura 8 -	Croqui da Colônia Modelo de Andirá (década de 1930)	169
Figura 9 -	Fotografia de casamento de Kozo Harada com Mizue (1935)	179
Figura 10 -	Fotografia de casamento de Kazunori Kimura com Adelaide (1934)	179
Figura 11 -	Fotografia da família de Sakae Oti em Breves (15.05.1939)	185
Figura 12 -	Pavilhão Hakkou Kaikan, em Vila Amazônia (1940?)	187
Quadro 1 -	Filiais da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (década de 1960).	201
Quadro 2 -	Locais de fixação das famílias <i>koutaku</i> (década de 1950)	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade de imigrantes do grupo <i>koutaku</i> e número de entrevistas realizadas	43
Tabela 2	População da Amazônia: 1872-1950	87
Tabela 3	Entrada de imigrantes para o Projeto Koutaku (1931-1939)	174
Tabela 4	Quantitativo de <i>koutakusseis</i> (1931-1939) conforme diversas fontes...	174
Tabela 5	População de japoneses no Pará e no Amazonas (outubro de 1941)	189
Tabela 6	Motivação dos pais para virem a Amazônia, segundo descendentes do grupo <i>koutaku</i>	205
Tabela 7	Ocupação dos pais dos pioneiros do grupo <i>koutaku</i> , segundo descendentes.....	206
Tabela 8	Motivação para sair do assentamento original, segundo descendentes.	208
Tabela 9	Comparativo: entrada e fixação do grupo <i>koutaku</i> (1930-1950)	212
Tabela 10	Distribuição das famílias do grupo <i>koutaku</i> em 2000	213
Tabela 11	Locais onde se encontram as famílias entrevistadas em 2018	214
Tabela 12	Motivação para as famílias <i>koutaku</i> permanecerem na Amazônia, segundo descendentes	215
Tabela 13	Permanência de descendentes em atividades ligadas ao uso do solo	217
Tabela 14	Descendentes do grupo <i>koutaku</i> trabalhando como decasségus	217
Tabela 15	Integração étnica, social e cultural dos entrevistados	220
Tabela 16	Adaptação e assimilação dos descendentes do grupo <i>koutaku</i>	222
Tabela 17	Opinião sobre a relação entre política expansionista e a vinda dos <i>koutakusseis</i> para a Amazônia, segundo descendentes	230
Tabela 18	Opinião sobre a imigração dos <i>koutakusseis</i> e idealismo de Uyetsuka ...	232
Tabela 19	Composição das famílias entrevistadas do grupo <i>koutaku</i>	238
Tabela 20	Escolaridade dos descendentes das famílias <i>koutaku</i>	239
Tabela 21	Formação profissional dos descendentes das famílias <i>koutaku</i>	240
Tabela 22	Atividades econômicas dos descendentes das famílias <i>koutaku</i>	241
Tabela 23	Renda e patrimônio dos filhos das famílias <i>koutaku</i>	241

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AM	Estado do Amazonas
APANB	Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira
FIEAM	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CODEAMA	Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEAN	Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte
JAMIC	<i>Japan Migration and Colonization</i>
JEMIS	<i>Japan Emigration Service</i>
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i>
MAPAZ	Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NDL	<i>National Diet Library</i> (Biblioteca Nacional da Dieta do Japão)
OCTA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Estado do Pará
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
ZFM	Zona Franca de Manaus

GLOSSÁRIO

Bakufu (幕府) – designa o sistema de governo japonês baseado na ditadura militar exercida na Era dos Tokugawa, conhecido também como Período Edo. Representava a Administração do Xogunato ou Shogunato.

Daimyo (大名) – era o senhor do feudo que detinha a propriedade do *han* (castelo e suas terras), equivalente ao barão do império.

Decasségui – neologismo da língua portuguesa formado pela união de dois verbetes da língua japonesa *de-kase-gi* (出稼ぎ), onde *de-ru* (出る) significa sair, e *kase-gu* (稼ぐ) ganhar. No idioma japonês, o termo *dekasegi* é designado a qualquer pessoa que deixa sua terra para trabalhar/ganhar em outra região. Assim, são denominados de *dekasegi* os japoneses que vão trabalhar em outras províncias, ou no exterior. Igualmente, os nipo-brasileiros, nipo-peruanos, e todos aqueles que emigram para trabalhar no Japão ou vice-versa.

Eta – dentro da estratificação social, *eta* era o grupo de pessoas consideradas impuras, geralmente pessoas que exerciam trabalhos desqualificados socialmente - como matança de animais, venda de carnes, tratos de cadáveres e carcaças de animais. Também chamavam de *eta* aos descendentes de coreanos que foram trazidos ao Japão pelos primeiros *shoguns* e permaneceram isolados exercendo essas atividades consideradas impuras pelo budismo.

Inassimilação – interpretavam como a incapacidade dos imigrantes japoneses de se adaptarem ou assimilarem os costumes, a língua, a miscigenação e a religião da sociedade brasileira, que levariam a formação de quistos no território nacional (REIS; FARIAS, 1924). Segundo o deputado Xavier de Oliveira, professor de Medicina, o japonês era inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia e do seu psiquismo (BRASIL, Annaes...1933-1934, v. 6, p. 470).

Issei (一世) – dentro da terminologia da língua japonesa o ideograma “sei” (世) entre outros significados, quando precedida pelo número de ordem 1 (*ichi*), 2 (*ni*), 3 (*san*), 4 (*yon*), 5 (*go*) significa geração. Então, *issei* significa a primeira geração no país estrangeiro, isto é, o imigrante nascido no Japão; o *nissei* (二世) é a segunda geração, isto é, filho(a) de japonês; o *sansei* (三世) é a terceira geração, ou neto(a) de japonês; já o *yonsei* (四世) é a quarta geração, ou bisneto(a) de japonês; enquanto que o *gossei* (五世) é a quinta geração ou tetraneto de japonês. Entretanto, o “não-sei” é uma expressão coloquial brasileira que se estende àqueles que já não sabem a ordem de sua geração, ou que são miscigenados.

Koutaku – é uma alcunha derivada do nome da escola *Nippon Koutou Takushoku Gakkou*, traduzido como Escola Superior de Colonização do Japão. O grupo *koutaku* congrega os estudantes *koutakusseis*, professores, funcionários, colonos e agregados que participaram do projeto de colonização de Parintins (AM), conhecido como Projeto *Koutaku*.

Koutakusseis ou *koutaku-sei* - pode ser traduzido como “aluno da escola especializada em colonização”, sob o nome inicial de Escola Superior de Colonização *Kokushikan (Kokushikan Koutou Takushoku Gakkou)*, instituída pelo político Tsukasa Uyetsuka, depois denominada de *Nippon Koutou Takushoku Gakkou*. A alcunha derivada do nome dessa escola deve-se à junção de três ideogramas *kou-taku-sei*: “kou” de *koutou* que significa superior; “taku” de *takushoku*, que significa colonização, ou plantação; e “sei” que significa estudante, aluno, aprendiz. Entretanto, conforme estabelece a Lei nº 97, de 20 de outubro de 2011, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a expressão *koutakusseis* passou a referir-se ao grupo de estudantes japoneses que se instalaram em Parintins, na década de 1930,

reconhecidos formalmente pelo estado do Amazonas como precursores do ciclo econômico da juta no Amazonas,

Minzoku kyôwa – significa literalmente grupos étnico vivendo em paz e harmonia. Era uma ideologia defendida pelo novo estado japonês na ocupação da Manchúria, baseada na harmonia interétnica, em que pregavam a igualdade e a civilização oriental, em sua declarada tentativa de construir um estado ideal e moral na Ásia.

Nikkei ou *nikkey* (日系) – é um termo derivado de *nikkey-jin*, que significa literalmente pessoa de sangue japonês. Após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, passou a ser largamente usado com o significado de japonês radicado no exterior. No Brasil, o termo nikkei é bastante usado na comunidade nipo-brasileira, com significado mais amplo de japonês e seus descendentes, que inclui *issei*, *nissei*, *sansei*, *yonsei* etc.

Nipões – termo pejorativo dado aos japoneses pelos políticos e pela imprensa brasileira na década de 1930.

Nipônico – significa japonês. É um termo derivado da palavra *Nippon* que significa Japão. Os japoneses se auto declaram *nihon-jin* ou *nippon-jin* já que o nome de seu país é *Nihon* ou *Nippon* (essas são as duas formas de se referir ao Japão entre os japoneses).

Pioneiros – dentro da comunidade japonesa são considerados “pioneiros” os imigrantes japoneses de primeira geração (*issei*) que chegaram para “desbravar” a Amazônia, isto é, para trabalhar nas colônias agrícolas, geralmente, antes da Segunda Guerra Mundial. Nesta pesquisa consideram-se pioneiros os membros das sete levas de imigrantes do Projeto *Koutaku*, que chegaram a Amazônia entre 1931 e 1939.

Samurais (侍) – eram os guerreiros da aristocracia japonesa que serviam aos senhores dos feudos (*Daimyos*) durante o período do Xogunato. De acordo com o código de honra (*Bushido* - que significa o caminho do guerreiro), os *samurais* deveriam ser leais, disciplinados, corajosos e resistentes. Suas principais características eram a severa disciplina, lealdade ao seu senhor e sua grande habilidade no manejo da espada (*katana*).

Seppuku (切腹) – literalmente significa cortar o ventre. É uma expressão mais nobre de suicídio em que o guerreiro abre o ventre com o punhal para mostrar que não tem nada a esconder ou envergonhar-se. O ritual fazia parte do código de honra dos *samurais*, que ao ceifar a sua vida, eles consideravam como uma entrega à honra ou à dignidade de morrer gloriosamente. O ato de cortar o ventre é vulgarmente chamado de *haraquiri* (腹切).

Zaibatsu (財閥) – significa literalmente círculo financeiro. Refere-se às *holding* ou conglomerados industriais e/ou financeiros, cujo tamanho e influência propiciaram o controle de parte significativa da economia japonesa do Período Meiji até o fim da Segunda Guerra Mundial.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	QUESTÕES DA PESQUISA	20
1.2	PERTINÊNCIA E MOTIVAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	23
1.3	FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	27
1.3.1	Método da pesquisa.....	32
1.3.2	Procedimentos metodológicos.....	36
1.3.3	Recorte temporal e espacial	37
1.3.4	Estudo piloto	37
1.3.5	Coleta e produção de dados.....	38
1.3.6	Fontes de dados empíricos.....	40
1.3.7	Dados primários levantados.....	42
1.3.8	Delimitações e limitações.....	44
1.4	ESTRUTURA DA TESE.....	45
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS MIGRAÇÕES.....	48
2.1	EM BUSCA DE UMA TEORIA GERAL DAS MIGRAÇÕES.....	48
2.2	CORRENTES TEÓRICAS ATUAIS SOBRE A MIGRAÇÃO	59
2.2.1	Corrente neoclássica.....	59
2.2.2	Corrente histórico-estrutural.....	61
2.2.3	Corrente da mobilidade da força de trabalho.....	62
2.3	ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DAS MIGRAÇÕES.....	64
2.4	MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA	66
2.4.1	Revisão da literatura sobre a imigração japonesa no Brasil.....	68
2.4.2	Revisão da literatura sobre a imigração japonesa na Amazônia Brasileira....	69
2.5	CONCEITOS AUXILIARES.....	70
2.6	À GUIA DE SÍNTESE SOBRE O MARCO TEÓRICO	74
3	O DESIDERATO DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA	77
3.1	A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E FORMAÇÃO DE SUA POPULAÇÃO.....	77
3.2	AS MIGRAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS.....	80
3.3	A ECONOMIA DO CICLO DA BORRACHA (1850-1920)	83
3.4	A COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA NA AMAZÔNIA	87
3.5	OS JAPONESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	90
4	O EXPANSIONISMO JAPONÊS	97
4.1	O JAPÃO FEUDAL	97

4.2	O JAPÃO NA ERA MEIJI.....	100
4.3	A POLÍTICA EXPANSIONISTA DO JAPÃO	104
5	O IDEALISMO DE TSUKASA UYETSUKA E O PIONEIRISMO DE KOTARO TUJI.....	113
5.1	O POLÍTICO TSUKASA UYETSUKA.....	115
5.2	O SONHO E PIONEIRISMO DE KOTARO TUJI.....	119
5.3	PRIMEIRA MISSÃO DE PESQUISA.....	123
5.4	SEGUNDA MISSÃO DE PESQUISA.....	124
5.5	CONTRATO DE CONCESSÃO.....	127
5.6	INSTITUTO DE PESQUISA	128
5.7	PARINTINS EM VERSOS	132
6	OS PERCALÇOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA.....	135
6.1	EUGENIA E INASSIMILAÇÃO DOS JAPONESES	136
6.2	DA XENOFOBIA AO “PERIGO AMARELO”	142
6.3	MILITARISMO E A CONSTITUINTE DE 1933-1934	146
6.4	AS CONSEQUÊNCIAS DA CONSTITUIÇÃO DE 1934	155
6.5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PERCALÇOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA	158
7	A SAGA DOS <i>KOUTAKUSSEIS</i> NA AMAZÔNIA	160
7.1	ESCOLA SUPERIOR DE COLONIZAÇÃO	161
7.1.1	A primeira turma de <i>koutakusseis</i>, 1931	164
7.1.2	A segunda turma de <i>koutakusseis</i>, 1932	166
7.1.3	A terceira turma de <i>koutakusseis</i>, 1933	168
7.1.4	A quarta turma de <i>koutakusseis</i>, 1944	171
7.1.5	A quinta turma de <i>koutakusseis</i>, 1935	171
7.1.6	A sexta turma de <i>koutakusseis</i>, 1936	172
7.1.7	A sétima e última turma de <i>koutakusseis</i>, 1937-39	172
7.2	QUANTOS FORAM AFINAL OS IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU?	173
7.3	A SAGA DAS FAMÍLIAS <i>KOUTAKU</i>	175
7.4	HISTÓRIA DA JUTA NA AMAZÔNIA E A CONTRIBUIÇÃO DOS <i>KOUTAKUSSIES</i>	181
7.5	OS PERCALÇOS DA NOVA IMIGRAÇÃO JAPONESA DE PÓS-GUERRA ...	192
7.6	RECONHECIMENTO AOS PIONEIROS DO PROJETO <i>KOUTAKU</i>	201
8	MOBILIDADE E PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS <i>KOUTAKU</i> NA AMAZÔNIA	205
8.1	MOTIVAÇÕES PARA VIR À AMAZÔNIA	205

8.2	MOBILIDADE DAS FAMÍLIAS <i>KOUTAKU</i>	207
8.3	LOCAIS DE FIXAÇÃO DAS FAMÍLIAS <i>KOUTAKU</i>	210
8.4	ADAPTAÇÃO E OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS <i>KOUTAKU</i>	214
8.4.1	Laços de solidariedade	215
8.4.2	A dispersão contribuiu ou atrapalhou?	216
8.4.3	Atividades ligadas ao uso do solo	216
8.4.4	Descendentes como decasségus	217
8.4.5	Integração com os brasileiros	219
8.4.6	Adaptação e assimilação	221
8.5	INTEGRAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO <i>KOUTAKU</i>	223
8.5.1	Acolhimento de imigrantes de pós-guerra	224
8.5.2	Integração com os imigrantes de pós-guerra	224
8.5.3	Sucesso profissional e econômico dos <i>koutaku</i> x demais imigrantes	226
8.5.4	Famílias <i>koutaku</i> que obtiveram sucesso nos negócios ou na profissão	228
8.5.5	Contribuição do grupo <i>koutaku</i> na economia local	228
8.6	EXPANSIONISMO JAPONÊS SEGUNDO OS DESCENDENTES <i>KOUTAKU</i> . 230	
8.6.1	Sondagem de opinião sobre a política expansionista japonesa	230
8.6.2	Sondagem de opinião sobre o idealismo de Uyetsuka e Tuji	231
8.6.3	Sondagem de opinião sobre a vinda de empresas japonesas para o Pará e ZFM	234
8.7	OS DESCENDENTES DAS FAMÍLIAS <i>KOUTAKU</i> HOJE	237
8.7.1	Composição das famílias <i>koutaku</i>	237
8.7.2	Grau de instrução das famílias <i>koutaku</i>	239
8.7.3	Formação profissional dos descendentes das famílias <i>koutaku</i>	240
8.7.4	Atividades econômicas (relação de trabalho)	240
8.7.5	Renda e patrimônio dos descendentes das famílias <i>koutaku</i>	241
8.8	ALGUMAS CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO	242
9	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	245
	REFERÊNCIAS	257
	APÊNDICES	277

1 INTRODUÇÃO

Ao realizar diferentes leituras sobre o processo migratório internacional na Amazônia brasileira observou-se que dois personagens se destacam na literatura da imigração japonesa pela profunda ligação de suas vidas com a história demográfica dessa etnia. Trata-se do político Tsukasa Uyetsuka (1890-1978) e do professor Kotaro Tuji (1903-1970), que são citados em vários livros e relatos de vida dos imigrantes desta região e com certa frequência pela imprensa nacional das décadas de 1930 e 1950, sobretudo, pela condução de estudantes conhecidos como *koutakusseis* ou *koutakusseis* para Vila Amazônia, próxima a cidade de Parintins, no estado do Amazonas, para iniciar um grande projeto de colonização para futuro assentamento de 10 mil famílias em pleno coração da Amazônia, para exploração de uma área de um milhão de hectares (1.000.000 ha) concedida pelo governo do estado do Amazonas. Esse fato nos levou a relacionar os ideais do expansionismo japonês com a atuação desses dois imigrantistas que promoveram a vinda de muitos japoneses para a Amazônia antes e depois da Segunda Guerra Mundial.

Os jovens *koutakusseis*, diferentemente do modelo convencional de força de trabalho temporário, que vinham para servir como colonos nas fazendas agrícolas, eram imigrantes empreendedores de caráter permanente, procedentes de famílias de classe média do Japão, que tiveram que custear o curso de formação na Escola Superior de Colonização, no Japão, para participarem do projeto de colonização na Amazônia e arcar com a manutenção do empreendimento no Brasil, muitas vezes com sacrifício do patrimônio familiar. Deduz-se que eles investiram no idealismo da colonização da Amazônia porque acreditavam nas potencialidades das grandes extensões de terra que poderiam explorar no futuro, a exemplo da imigração norte-americana, ou quiçá, do “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) das histórias fantasiosas sobre a riqueza da Amazônia, sem conhecer a realidade local, nem tampouco a política imigratória do Brasil.

A figura mais emblemática desse idealismo de colonização na Amazônia é atribuída ao político Tsukasa Uyetsuka, que viveu numa época em que o Japão estava atravessando as grandes transformações sociais decorrentes da reforma agrária, da abertura de seus portos ao mercado internacional e a adaptação do povo à cultura ocidental, no fulgor da Era Meiji (1868-1912). Como ele trabalhou por longos anos nos bastidores da política interna e externa do Japão, tudo indica que o idealismo desse personagem está calcado no expansionismo imperial dominante naquela época, quando o Japão conseguiu vitórias nas guerras sino-japonesa (1894-1895) e na russo-japonesa (1904-1905), que renderam as possessões de Ilha Formosa (Taiwan),

Coreia, Manchúria e todo o noroeste da China que passaram para o controle militar e econômico do Japão.

Buscando identificar a linha discursiva desses atores no campo social e econômico, constatou-se no registro da Associação Nipo-Brasileira, que Uyetsuka pretendia introduzir 150 mil colonos japoneses na Amazônia, num período de 10 anos (ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA [APANB], 2001, p. 54). O que seria, no mínimo, um desiderato extremamente ambicioso, ou equivocado de quem assim interpretou, tendo em vista que no período de 20 anos (1909 a 1929) haviam ingressado no território brasileiro 86,5 mil imigrantes japoneses (LEVY, 1974), com muitos percalços conforme relatados por Handa (1987), Toyama (2009) e outros. Tal informação levou a investigação de outros documentos e relatos, que afirmam que ele pretendia trazer 10 mil famílias para esta região, montante condizente com o contrato de concessão de terras autorizado pelo interventor federal no estado do Amazonas, Antônio Rogério Coimbra, em 28 de outubro de 1931, que estabelecia uma quota anual de 200 famílias (aproximadamente 1.000 pessoas) pelo prazo de 50 anos (UYETSUKA [1954], 2011, p.12).

Considerando o aporte necessário para o assentamento de 10 mil famílias (cerca de 50 mil pessoas) dificilmente poderia sair do bolso de um imigrantista. Na verdade, a despeito do desconhecimento de muitos imigrantes, acima dos agentes intermediários e das empresas de colonização estavam as *zaibatsu* (corporações formadas pelas grandes empresas como: *Mitsui*, *Mitsubishi*, *Kanebo*, *Sumitono Bank*, *Yasuda*) que, em parceria com o governo japonês, investiram grandes somas em pesquisa exploratória e projetos de colonização no Sudeste e na Amazônia brasileira, porque acreditavam no potencial desta imensa reserva natural, apesar do alto risco dessa iniciativa.

Cabalmente, o motor principal dos investimentos estava na ambição de ocupar as extensas terras planas oferecidas pelos governos do Pará e do Amazonas, tão importante para a economia agrícola daquela época, ainda mais para um país montanhoso como o Japão, pressionado por uma densidade demográfica crescente. Quando o Japão realizou o primeiro censo nacional em 1920, a sua população chegava a 55.963.053 habitantes, distribuídos num conjunto de ilhas com área total de 381.808 km², com uma densidade demográfica de 147 pessoas/km², que se expandiam continuamente nos anos seguintes (JAPAN, 2000), enquanto que a população brasileira era de 30.635.605 habitantes pelo Censo de 1920 (IBGE, 2010), com uma densidade demográfica de 3,6 pessoas/km², e menos de 1 pessoa/km² na Amazônia.

Os investimentos e os movimentos coletivos tiveram seus planos discutidos entre os parlamentares, representantes do governo japonês e dirigentes das grandes empresas industriais

como mostra a historiografia da imigração japonesa. A propaganda habilmente elaborada formava uma tendência favorável à iniciativa privada em nome do interesse público, posto que a emigração representava um importante negócio de Estado.

Como já dito por muitos estudiosos, as migrações internacionais não são apenas fenômenos sociais, mas também instrumentos políticos. Nesse sentido, a política de concessão de terras devolutas nos governos estaduais de Dionísio Ausier Bentes (1925-1929) no Pará e Efigênio Ferreira de Salles (1926-1929) no Amazonas foi fundamental para o início do processo migratório de japoneses na Amazônia, que oficialmente ocorreu em 1929, isto é, duas décadas após o marco oficial da imigração nipônica em terras brasileiras.

Os japoneses vieram atraídos pelas promessas de terras para povoamento da Amazônia, cuja política buscava a integração nacional e expansão capitalista na Amazônia brasileira. Por conta desses incentivos, grosso modo, houve três grandes projetos agrícolas que sustentaram o fluxo migratório de japoneses para Amazônia antes da Segunda Guerra Mundial: o Projeto *Nantaku* (*Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha* – Companhia de Colonização Sul-Americana S.A.), para produção de cacau (*Theobroma cacao*) em Tomé-Açu (PA) e algodão (*Gossypium*) em Monte Alegre (PA); o Projeto *Koutaku* (*Kokushikan Koutou Takushoku Gakkou* – Escola de Colonização *Kokushikan*), para plantação de juta (*Corchorus capsularis*) no município de Parintins (AM), e o Projeto *Amako* (*Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha* – Companhia de Desenvolvimento Industrial S.A.) no município de Maués (AM), com um pequeno núcleo dedicado à plantação de guaranazeiro (*Paullinia cupana*).

Dentre os diferentes empreendimentos de colonização com estrangeiros na região, pode-se arriscar que o Projeto *Koutaku* foi um dos projetos de colonização mais bem organizados que se conhece na Amazônia (UYETSUKA, [1954] 2011; APANB, 2001; HOMMA, 2007), apesar de ser bem menor do que foi o monumental projeto da Fordlândia de Henry Ford e da *Nantaku* de Tomé-Açu. O estrategista Uyetsuka com uma visão empreendedora e de sustentabilidade colocou todo o seu prestígio político e empenho pessoal nesse projeto. Entretanto, devido às circunstâncias geopolíticas da década de 1930, ele enfrentou muitas tempestades no Japão e no Brasil. No Japão, pela priorização de investimentos governamentais na Ásia e destinação coercitiva de jovens para Manchúria, Taiwan, e outros recantos do Pacífico. No Brasil, em face à reviravolta da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, que estabeleceu o regime de quotas de caráter restritivo à imigração dos japoneses e restrição à concessão de terras acima de dez mil hectares.

A aludida restrição às terras devolutas deu margem à ampla discussão na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, quanta à legalidade das terras já concedidas aos japoneses

em 1927. Consequentemente, apesar dos esforços do deputado estadual Vivaldo Lima e dos advogados contratados, Uyetsuka perdeu o direito à exploração das terras concedidas pelo governo de Efigênio Salles. A conjugação dos fatores ambientais e políticos acabaram inviabilizando o prosseguimento do projeto, que sucumbiu com o confisco de todo o patrimônio construído durante doze anos na Vila Amazônia e na Colônia Modelo de Andirá, em 1942, por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Contudo e apesar das perdas materiais, o idealismo de Tsukasa Uyetsuka e a persistência de Kotaro Tuji foram fundamentais para a permanência significativa de famílias *koutakusseis* em solo brasileiro.

1.1 QUESTÕES DA PESQUISA

A frente pioneira de um grupo de estudantes japoneses conhecidos como *koutakusseis*, que se estabeleceram na Amazônia brasileira é o objeto desta investigação. Do ponto de vista das teorias neoclássicas de migração, representa uma forma diferenciada da imigração convencional, posto que, diferentemente de “colonos” destinados ao Sudeste do país para servir de mão de obra temporária nas fazendas de café, ou para plantação de cacaueteiro em Tomé-Açu, os jovens *koutakusseis* receberam formação na Escola Superior de Colonização, para serem empreendedores de seus negócios na Amazônia. Dentro desse propósito, desde o início, o idealizador desse projeto, que esteve diretamente envolvido com o expansionismo japonês na Manchúria, preocupou-se com a formação dos jovens para além dos conhecimentos técnicos em agronomia industrial, ensinando a língua portuguesa, e o modo da vida social e familiar dos brasileiros, a fim de poderem viver como cidadãos brasileiros (UYETSUKA, [1954] 2011; ASSOC. KOUTAKU-AM, 2011; KOTAKU-KAI, 2011).

Esses estudantes foram preparados para suportar as adversidades naturais da Amazônia, e experimentar novas culturas que oferecessem resultados econômicos a começar com o cultivo da juta indiana, por se tratar de produto de rápido retorno, para garantir a subsistência e o assentamento de futuros colonos para os grandes empreendimentos agroflorestais, que acabou não acontecendo por conta das contingências políticas e da Segunda Guerra Mundial. Após a desintegração da Colônia Modelo de Andirá¹ e o confisco da Vila Amazônia, as trajetórias de suas vidas foram alteradas, visto que a dispersão desse grupo os levou para outros estados e para vários recantos ao longo do eixo do rio Amazonas, de forma que muitos tiveram que plantar

¹ A Colônia Modelo de Andirá estava situada na zona rural, na área de concessão do governo do estado do Amazonas, no município de Barreirinhos (AM), entre os rios Uaicurapá e Andirá, cerca de 40 km da cidade de Parintins (AM).

a juta por conta própria e tocar a vida como qualquer ribeirinho da região (APANB, 2001; UYETSUKA, [1954] 2011).

No processo de adaptação ao isolamento amazônico, eles passaram a interagir com os caboclos, ensinando-os a cultivar a juta e verduras. Em troca, aprenderam a lidar com o gado, comércio de aviamento e outras atividades de subsistência da região. Nessa trajetória de acomodação à vida cotidiana do amazônida, além de assimilação dos costumes locais, eles contribuíram diretamente na expansão da cultura da juta indiana no vale do Amazonas, cujo apogeu econômico dessa produção ocorreu nas décadas de 1950 a 1960. E quando já estavam relativamente adaptados e “aclimatados” na região, na década de 1950, muitas famílias de *koutakusseis* chegaram a receber vários patrícios da nova imigração de pós-guerra para produção da juta, mas a maioria não conseguiu sucesso nessa integração (APANB, 2001; HOMMA, 2007; MUTO, 2010).

O que se percebe acentuadamente na convivência pessoal que tivemos com alguns *koutakusseis* e com seus descendentes é o sentimento de pertença desse grupo que se identifica como “*koutakusseis*”, em certo ponto com orgulho, por se sentirem como uma elite entre os demais imigrantes japoneses da Amazônia (IKEGAMI, 2009). Diante dessa realidade, verifica-se que existem diferentes trajetórias no processo migratório entre os próprios japoneses da Amazônia e certamente, muitos questionamentos em aberto para investigação, seja no universo macrosociológico ou no campo microsociológico.

Assim, considerando as evidências de um grupo de imigrantes perseverantes, cuja linha de ação foge dos padrões tradicionais, conduzido pelo idealizador Uyetsuka- que esteve diretamente envolvido com o expansionismo japonês - adotou-se como fio condutor dessa investigação a seguinte problemática: Existe alguma relação entre a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia e a política imperial expansionista do Japão vigente no início do século XX? E se os *koutakusseis* eram jovens mais instruídos (escolarizados) do que a média dos imigrantes japoneses daquela época, por que eles não conseguiram se estabelecer como colônia agrícola no estado do Amazonas, a exemplo do que aconteceu com a colônia de Tomé-Açu, no Pará, em que seus membros permaneceram coesos por longos anos?

Para nortear a problemática foram lançados os seguintes questionamentos adicionais:

1. Quais as principais motivações que trouxeram os *koutakusseis* para a Amazônia e as condicionantes que levaram a dispersão desse grupo para outros destinos?
2. Quais as famílias do Projeto *Koutaku* que permaneceram na Região Amazônica?
3. Que transformações alcançaram os descendentes atuais dos *koutakusseis* em termos de educação e realização profissional?

4. Considerando ainda, que depois da Segunda Guerra Mundial as famílias dos *koutakusseis* chegaram a receber patrcios da nova imigração, por que eles não conseguiram sucesso nessa integração, no sentido de formarem colônias agrícolas no Amazonas?
5. Qual a contribuição dos *koutakusseis* na formação da comunidade nikkei² e o legado dessa imigração no tocante ao incremento da economia local e regional na Amazônia brasileira?

Como argumento principal, parte-se da tese de que as forças de repulsão que engendraram a emigração para a Amazônia, na década de 1930, têm relação com a política expansionista do Japão, e que os *koutakusseis* foram atraídos pela política de concessão de terras devolutas do Governo do Estado do Amazonas. Portanto, o presente estudo tem por objetivo geral analisar o processo migratório dos *koutakusseis* e sua relação com a política expansionista japonesa, bem como o perfil demográfico e socioeconômico do grupo *koutaku*³ que permaneceu na Amazônia brasileira e as contribuições socioeconômica e cultural desses imigrantes e de seus descendentes.

Para direcionar a investigação, acrescentam-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Compreender as políticas públicas de colonização na Amazônia brasileira e as motivações que atraíram os japoneses para esta região;
- 2) Compreender a política expansionista do Japão vigente no início do século XX e os percalços do processo imigratório dos japoneses no Brasil e na Amazônia que impactaram no projeto de colonização dos *koutakusseis*;
- 3) Compreender o idealismo de colonização do político Tsukasa Uyetsuka e o pioneirismo de Kotaro Tuji na produção da juta indiana na Amazônia;
- 4) Relatar a trajetória de vida dos *koutakusseis* e a saga das famílias que permaneceram na Região Amazônica;
- 5) Analisar o perfil demográfico dos imigrantes que participaram do Projeto *Koutaku* (província de procedência, faixa etária, etnia do cônjuge, número de filhos e netos, mobilidade) e socioeconômico dos filhos⁴ dos *koutakusseis* (escolaridade, profissão, atividade econômica, renda e patrimônio); e o processo de assimilação e integração cultural.

² Vide glossário.

³ Os integrantes do projeto de colonização de Parintins é conhecido como “grupo *koutaku*” que congrega os *koutakusseis*, professores, funcionários, colonos e agregados que participaram do referido projeto.

⁴ Na análise final foi possível incluir também alguns netos.

O problema investigado foi desafiador, visto que foi trabalhoso e oneroso localizar os descendentes desse grupo, que estão espalhados em diversos recantos desta Amazônia e em outros estados, para depois lembrar-se de fatos de um passado distante, que precisaram ser repensados numa perspectiva maior, além dos relatos da vida familiar, para trazer maior transparência entre o que foi intenção dos pioneiros⁵ e o que de fato aconteceu.

E para fazer a transposição do imaginário para a realidade foi preciso voltar no tempo, para entender o processo de construção desse idealismo calcado nos valores sociais como a honra e a lealdade dos *samurais*, o sacrifício dos *kamikazes*, o sentimento de patriotismo, muito presente entre os japoneses das gerações passadas, cujos valores reforçavam a importância da colonização para as gerações futuras. Nesse sentido, geralmente, os antigos imigrantes e suas lideranças ao prestar testemunho de seu mundo social convocam valores individuais que conduziram as suas ações, como: coragem, dedicação, perseverança, persistência, paciência, como forma de reforçar as suas convicções e princípios que eles enaltecem em seus discursos nacionalistas.

1.2 PERTINÊNCIA E MOTIVAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

A despeito dos imigrantes japoneses no Brasil terem um papel importante na história das relações internacionais, há poucos estudos acadêmicos sobre essa imigração na Amazônia, como declarou o professor Hiroaki Maruyama, da Universidade de Rikkyo, no Simpósio Japão-Brasil sobre colaboração científica, organizado pela Sociedade Japonesa para a Promoção da Ciência (JSPS) e pela FAPESP⁶. O professor Aragón (2011, p. 73) também admite que existam estudos esparsos sobre a migração internacional na Amazônia, apesar da importância que esta migração alcançou na mídia e na academia no mundo inteiro. Pode-se complementar que a carência de estudos sobre outras etnias, como espanhóis, sírios, libaneses e judeus, são ainda maiores na literatura acadêmica (EMMI, 2013).

A pertinência da investigação está na singularidade desse grupo que veio participar de um projeto de colonização agrícola no interior da Amazônia, incentivado pela política emigratória do expansionismo japonês que ocorreu no início do Século XX. Entre as

⁵ Dentro da comunidade japonesa são considerados “pioneiros” os imigrantes japoneses de primeira geração (*issei*) que chegaram para “desbravar” a Amazônia, isto é, para trabalhar nas colônias agrícolas, geralmente, antes da Segunda Guerra Mundial. Nesta pesquisa consideram-se pioneiros os membros das sete levas de imigrantes do Projeto Koutaku, que chegaram a Amazônia entre 1931 e 1939.

⁶ Simpósio realizado em 15 e 16 de março de 2013, em Tóquio. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/03/18/imigracao-japonesa-na-amazonia-merece-mais-investigacao-diz-cientista/> Acesso em: 15 dez. 2017.

peculiaridades dessa mobilização organizada por Tsukasa Uyetsuka e conduzida pelo professor Kotaro Tuji destaca-se o perfil dessa imigração que, inicialmente, não era de base familiar, mas predominantemente de jovens solteiros na faixa dos vinte anos, dos quais muitos não tinham experiência em agricultura. Ademais, todos os jovens *koutakusseis* eram escolarizados e procedentes de famílias relativamente prósperas do Japão, os quais arcaram com os custos para a formação na Escola Superior de Colonização do Japão (IKEGAMI, 2009; ASSOC. KOUTAKU-AM, 2011).

A motivação da investigação do tema deve-se inicialmente ao interesse de resgatar parcelas da memória viva de algumas poucas viúvas de *koutakusseis* desta região (onze em 2015, que passaram a ser apenas cinco em 2018) e dos descendentes de primeira geração (*nisseis*) que representam os últimos remanescentes desse pequeno contingente que participaram da trajetória de vida dos imigrantes pioneiros. São contatos que levam a encontrar vários fragmentos importantes da saga dos *koutakusseis*, para somar na construção da historiografia desse grupo que trouxe grandes contribuições para a economia regional e nos aspectos socioculturais da Amazônia brasileira.

A escolha do tema deve-se também a certa familiaridade desta autora na compreensão dos sujeitos da pesquisa, por conhecer a cultura e a língua japonesa, em razão de se tratar de uma imigrante de pós-guerra, cuja família de origem Fujishima chegou a Macapá em 1953, a convite do tio *koutakusse* Masanori Fujishima que incentivou a mobilidade da família para Parintins na década de 1950. Dessa convivência com alguns *koutakusseis* e seus familiares na cidade de Parintins, Macapá e Belém, restaram muitas lembranças que permitem relatar, como testemunha ocular, o cotidiano de muitos imigrantes desta região e interpretar em parte a trajetória de suas vidas.

Além do conhecimento empírico dessa realidade e do incentivo à participação do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ), pelos professores Luís Aragón e Marília Emmi, trata-se de uma continuidade da investigação realizada sobre a presença dessa imigração na Amazônia, com o tema “O Japão na Amazônia: condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)” que analisa a inserção dos japoneses na Amazônia e as condicionantes que levaram a consolidação (fixação) das colônias agrícolas no estado do Pará e a dissolução (mobilidade) das colônias agrícolas de outros estados da região Norte, tendo como foco da análise comparativa as colônias de Tomé-Açu (PA) e do Amapá (MUTO, 2010), além de outros trabalhos realizados pela autora (MUTO, 2011; 2013).

Dos achados dessa investigação sobre o panorama histórico da velha imigração (1929-1941), relatados pelos descendentes de primeira geração e pelos próprios imigrantes da nova imigração (pós-Segunda Guerra), observou-se que o processo de “desbravamento” ou adaptação dos nipônicos⁷ nesta vasta região foi realizado à custa de sacrifícios pessoais, mas também com investimentos do governo e das empresas japoneses. Muitos pioneiros dessa etnia ficaram ao longo dos anos, de luta e sobrevivência, dentro de áreas consideradas de grave incidência endêmica da malária e fora da rota de mercado, como foi o caso das colônias de Matapi e Mazagão no Amapá. A questão sob análise também revelou as dificuldades das políticas públicas nacionais em relação ao planejamento para o assentamento de imigrantes de pós-Segunda Guerra em áreas de fronteira, como aconteceu em Fordlândia e Belterra (PA), Taiano (RR), Quinari (AC) e Manacapuru (AM), entre outros (MUTO, 2010).

Da análise das condicionantes ambientais, econômicas e sociais das colônias de Tomé-Açu e do Amapá que levaram à mobilidade interna dos japoneses, as forças de repulsão explícitas decorreram das dificuldades de produção da cultura permanente e da falta de mercado para as hortaliças, que resultaram na pobreza extrema dos colonos. No entanto, outras condicionantes de grande relevância apressaram a mobilidade dos imigrantes do Amapá, que dizem respeito à falta de infraestrutura de transporte, serviços de saúde, educação e emprego. Além disso, as dificuldades de adaptação biológica ao clima, doenças endêmicas, língua e o isolamento das colônias foram igualmente importantes para a mobilidade interna desses imigrantes.

Na outra vertente, após o processo de mobilidade e/ou adaptação, a maioria passou a gostar da vida cotidiana brasileira e dos brasileiros, de modo que estão plenamente integrados, construindo a nova sociedade nipo-brasileira de *issei*⁸, *nissei*, *sansei*, *yonsei*, *gossei* e os miscigenados “*não sei*”. Para essa nova geração o sentimento de pertença à etnia de origem está cada vez mais difuso, à medida que desapareceram as colônias agrícolas e os velhos imigrantes (MUTO, 2010).

Como visto, sob o prisma microssociológico, a assimilação é um processo de desafios e conflitos pessoais, que se traduz na transformação de valores e costumes do país de origem, que se modificam ao interagir com os residentes do país de destino até a integração na nova ordem social. Essa vivência, ou experiência concreta, intencionada, ou não, pelo indivíduo é na maioria das vezes, aleatória, imprevisível e incomensurável (MUTO, 2010).

⁷ Vide glossário.

⁸ Vide glossário.

Dessas investigações houve a oportunidade de analisar vários documentos e relatos que levam a questionar o verdadeiro papel das empresas de colonização e das lideranças ligadas ao recrutamento de imigrantes para obtenção de grandes áreas de terras devolutas concedidas pelos governos estaduais. Mesmo porque os investimentos estrangeiros na Amazônia sempre suscitaram desconfiança de políticos e da população local, mormente durante os primeiros anos da imigração, que coincide com a política expansionista do Japão e no período da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, quando os japoneses foram acusados de estarem se preparando para uma futura dominação da Amazônia, nos moldes do que aconteceu na Manchúria em 1931. São conjecturas que merecem ser esclarecidas ou reavaliadas para desconstrução de mitos e preconceitos, calcados ora no nacionalismo, ora no etnocentrismo, presente em muitos relatos e até nas pesquisas científicas (REIS, 1924; VIEIRA, 1942; LEÃO NETO, 1989; LIMA, 2012).

Não se trata só de olhar o passado para compreender o processo de assimilação desse grupo que acreditou no desenvolvimento da Amazônia, mas também entender as enormes dificuldades que eles passaram, seja de natureza econômica, de adaptação ambiental, cultural, linguística e daquelas decorrentes de preconceitos étnicos, pois os debates políticos de outrora sobre a questão da eugenia e da inassimilação⁹ dos japoneses, registrados nos anais da Assembleia Constituinte de 1933-1934 espelham os gritantes preconceitos raciais institucionais vigentes naquela época. Portanto, é justo discutir os percalços e as conquistas dessa grande empreitada nipônica que ocorreu na década de 1930, para identificar quais os caminhos que tomaram os *koutakusseis* e os descendentes desses pioneiros, e o que eles pensam como “imigrantes” no atual estágio de integração e miscigenação. Razões pelas quais se investiga uma parte desta problemática das migrações internacionais para ver o que há de novo e o que há de permanente no processo de colonização ou de dominação econômica.

Pretende-se desta forma contribuir para o preenchimento de algumas lacunas existentes na história demográfica dos japoneses na Amazônia, visto que a produção científica dessa linha migratória concentra-se na realidade de São Paulo. No âmbito regional, a despeito dos esforços dos próprios imigrantes e de alguns descendentes em deixar registrados os principais eventos que marcaram as suas vidas e de seus familiares, os trabalhos acadêmicos são mais centrados na contribuição dessa etnia para a produção agrícola, notadamente do pesquisador Alfredo Homma (2011; 2007; 2003).

⁹ Vide glossário.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Como argumenta Vidal (2006, p. 2), “No momento de se elaborar uma pesquisa, os cientistas sociais têm que optar por uma metodologia que guiará a estratégia de coleta de dados, e em definitivo, de obtenção e criação de conhecimento”. Mas, escolher uma metodologia que crie possibilidades de construção de conhecimento científico é uma das maiores dificuldades para o pesquisador, principalmente na área das ciências sociais. Quer dizer, são dificuldades que normalmente todo pesquisador enfrenta, como afirma Bourdieu (1998, p. 18): “Nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades”. Nessa mesma linha de pensamento corrobora Kameyama (1998), quando diz que na pesquisa existe a dificuldade em realizar a mediação entre universalidade, singularidade e particularidade, ou seja, dificuldade de passar de categorias abstratas para objetos reais e também de construir novas categorias particulares a partir de genéricas.

O alerta dos dois autores é relevante no campo das Ciências Sociais, visto que o enfoque do objeto de estudo se dá por meio da perspectiva do pesquisador, que muitas vezes não percebe a distinção entre universalidade, singularidade e particularidades dos fenômenos reais e subjacentes que compõem ou cercam o objeto de estudo. Nesse sentido, pode-se inferir que a busca de dados relevantes para a construção do conhecimento depende das estratégias do pesquisador na escolha de diferentes métodos de pesquisa. Por outro lado, o estudo das migrações é um tema interdisciplinar, ponto de interseção de várias ciências como: Economia, História, Demografia, Geografia, Política, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Direito, entre outros ramos do conhecimento (SAYAD, 1998; PEIXOTO, 2004; CASTIGLIONI, 2009).

Certamente, quando se pensa numa metodologia interdisciplinar, o processo de construção do conhecimento científico é um grande desafio, notadamente nas ciências sociais. De início, é necessário entender as reflexões sobre o avanço da ciência moderna, os argumentos e teorias de diferentes cientistas, filósofos e educadores de vanguarda que buscam mudanças no paradigma dominante da ciência e tecnologia (tecnociências) que se diversificaram, e que continuam se diversificando no processo da especialização do conhecimento científico, em suas múltiplas dimensões. As discussões sobre a necessidade de libertar-se do paradigma dominante do positivismo das ciências contemporâneas, marcadas pelo formalismo aristotélico, ou sobre as dificuldades da interdisciplinaridade dentro de áreas conexas das ciências sociais, têm sido um dos grandes debates entre sociólogos, antropólogos, filósofos e outros pensadores de vanguarda na tentativa de elaborar programas de investigação abrangentes e coerentes com as

teorias e métodos científicos. Inclusive o NAEA é uma instituição que advoga pela interdisciplinaridade.

Na busca de “metateorias” que atendam a linha de pensamento da interdisciplinaridade destacam-se alguns autores como Wartofsky (1973), Japiassu (1976), Santos (2004; 1988), Alvarenga et al. (2011), Frigotto (2008), Raynaut (2011). Igualmente, questões metodológicas colocadas por Lefebvre (1975), Oliveira Filho (1976), Japiassu (1988) e Westphal (2008) são teorias relevantes para a construção do raciocínio lógico, para discussão de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica. Pode-se afirmar que são verdadeiras obras filosóficas que debatem questões epistemológicas, ontológicas e lógicas do saber humano diante da dicotomia existente entre a ciência positivista e o saber (senso) comum, as chamadas humanidades ou estudos humanísticos, em que se incluem, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e até teológicos.

Dentre as diversas abordagens, oportuno mencionar a de Frigotto (2008, p. 42), que apreende a interdisciplinaridade como “uma necessidade e um problema”, isto é, algo que historicamente se impõe como imperativo e como desafio a ser decifrado, especialmente no campo da educação. Para ele, a questão da interdisciplinaridade não é uma questão de método de investigação e nem de técnica didática, trata-se de uma necessidade no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico. Fundamenta-se no caráter dialético da realidade social que é una e diversa e na intersubjetividade de sua apreensão, porque os homens ao produzirem sua existência, mediante as diversas relações e práticas sociais, engendram diversas dimensões: biológicas, psíquicas, intelectuais, culturais, estéticas etc. (FRIGOTTO, 2008, p. 45). De modo que na compreensão da interdisciplinaridade é preciso analisá-la na sua necessária relação com as demais dimensões. Porquanto, a natureza da objetividade dos fatos sociais encontra sua validação não na mensuração pura e simples, mas, no plano histórico empírico, de certa forma marcada na sociedade capitalista pelos interesses, concepção e condição de classe do investigador, de modo que o conhecimento não tem como ser produzido de forma neutra, tendo em vista que as relações que ele tenta apreender não são neutras. Razão porque ele entende ser necessária a interdisciplinaridade na produção do conhecimento, mas também é um problema, porque está plotada na materialidade das relações capitalistas de produção da existência (FRIGOTTO, 2008, p. 46-7). Estas recomendações de Frigotto são bastante pertinentes para esta pesquisadora, que de um lado favorece a compreensão do problema e de outro prejudica a neutralidade, em razão de sua descendência étnica no contexto da investigação, que requer uma vigilância redobrada.

Falando das dificuldades subjacentes, Japiassu esclarece que o domínio do interdisciplinar é vasto e complexo e, de modo geral, é um projeto difícil de ser estabelecido com rigor, mormente pelo fato de persistirem as ignorâncias recíprocas e por vezes sistemáticas dos especialistas. Daí a sua preocupação na condução da pesquisa interdisciplinar porque exige um nível de abstração bem mais elevado, para atingir não somente uma linguagem comum, mas os mecanismos e as estruturas comuns às diferentes ciências do homem (JAPIASSU, 1976, p. 40). Assim, Japiassu coloca as exigências e as dificuldades epistemológicas das cooperações interdisciplinares, afirmando que: 1) a interdisciplinaridade não é uma moda, pois corresponde a uma nova etapa de desenvolvimento do conhecimento e de sua repartição epistemológica; 2) não pode ser considerada uma panaceia, porque a ciência pode adotar outros caminhos e procedimentos; 3) não se confunde com a pluridisciplinaridade (que é prática de ensino), ao passo que a interdisciplinaridade reivindica as características de uma categoria científica, que diz respeito à pesquisa (JAPIASSU, 1976, p. 51).

De outra vertente, Oliveira Filho (1976) ao abordar o tema “Reconstruções metodológicas de processo de investigação social” ensina que um projeto de pesquisa teoricamente orientado evita que a experiência cotidiana dos homens comuns seja confundida com a experiência instaurada cientificamente, que sobre ele se exerce no desvendar de suas estruturas e processos. Seguindo a linha de Bourdieu, Oliveira Filho (1976, p. 268) ensina que os objetos sociais já se apresentam ao investigador interpretados em nível da significação intersubjetiva, que os agentes lhes emprestam, e das significações coletivamente elaboradas. Logo, o “real” que se apresenta ao investigador precisa ser demonstrado, e não apenas mostrado, para que a linguagem científica não reproduza as ideologias, valores, normas e universos simbólicos socialmente elaborados, cujas “regras” de construção não são dadas espontaneamente ao observador, isto é, são interpretações socialmente construídas pelas classes e grupos sociais.

Oliveira Filho procura estabelecer uma estratégia de investigação em metodologia teórica das ciências sociais, que se apresentam como produto e processo de uma atividade historicamente constituída. Parte do princípio que todo sistema teórico tem fundamentos epistemológicos, ontológicos e lógicos. Assim, de acordo com o esquema-básico, os fundamentos epistemológicos podem ser vistos numa perspectiva sincrônica e diacrônica; os fundamentos ontológicos (que correspondem à característica essencial do ser, suas categorias, princípios e essência, a partir da qual se possa explicar o fenômeno) podem ser de caráter restrito ou universal; quanto aos fundamentos lógicos (que correspondem à busca da verdade pela

razão/raciocínio), podem ser pela lógica formal, dialética e hermenêutica, ou ainda plural (OLIVEIRA FILHO, 1976, p. 273).

Outra linha de debate na condução da pesquisa está na escolha dos fundamentos lógicos, isto é, do caminho que conduza ao conhecimento da verdade, que pode ser pelo método da lógica formal, da dialética e da hermenêutica. Os três principais métodos são suficientemente complexos para discernir os limites do raciocínio lógico no processo de investigação das ciências sociais. Lefebvre (1975, p. 134), ao discorrer sobre a função da forma, diz que a lógica formal situa-se em seus limites, como lógica do entendimento. Assim, o sentido de cada palavra deve conservar-se idêntico e por isso é preciso definir e conservar a definição. O “ser” é sempre “ser determinado”, que corresponde ao princípio da identidade. Os “termos” são as palavras que entram nas ligações lógicas, tomadas enquanto expressões verbais de um conteúdo. Um termo qualquer é “singular”, quando designa um indivíduo (ex. Sócrates); “particular”, ou “especial”, quando designa um conjunto definido ou parte de um conjunto (ex. os franceses); o termo é “geral” quando designa um conjunto indefinido (homens).

A dialética é o método absoluto que Platão exigia do saber, isto é, tomar o objeto em si e por si mesmo e desenvolver o seu conteúdo, sem exemplos ou comparações externas, levando ao extremo a imanência (ou a essência) do seu objeto. A dialética platônica é um procedimento intelectual e linguístico, que parte de alguma coisa que deve ser separada ou dividida em duas partes contrárias ou opostas, de modo que se conheça sua contradição e se possa determinar qual dos contrários é verdadeiro e qual é falso. A dialética é um debate, uma discussão, um diálogo entre opiniões contrárias e contraditórias para que o pensamento e a linguagem passem da contradição entre as aparências à identidade de uma essência. Superar os contraditórios e chegar ao que é sempre idêntico a si mesmo é a tarefa da discussão dialética. Lefebvre (1975) ao analisar as obras de Georg Hegel (1770-1831) – preconizador da lógica dialética – concebe o processo racional como um processo dialético no qual a contradição não é considerada como “ilógica”, “paradoxal”, mas como o “verdadeiro motor do pensamento”. Como dito, o pensamento não é estático, mas procede por contradições superadas, da tese (afirmação) à antítese (negação) e daí à síntese (conciliação).

Para Westphal (2008, p. 658), a hermenêutica é a arte de interpretar a expressão linguística de A para C. A interpretação encontra-se entre a compreensão (subjativa) e a proposição (objetiva). Cada ato de interpretação pressupõe a compreensão primordial de nós mesmos como projeção lançada no mundo material. Representa uma forma da compreensão dos sentidos humanos ou da experiência humana que tem a ver com a práxis da orientação e

com a capacidade de escolha de uma linguagem marcada por um conjunto de valores, costumes, usos, crenças e tradições.

Segundo Westphal (2008), a hermenêutica é entendida epistemologicamente como característica essencialmente ontológica, funda-se estritamente com coerência à lógica da existência humana. Com efeito, a lógica da hermenêutica é da interpretação, mas não apenas desse procedimento, isso porque seu entendimento joga didaticamente a procedimentos da compreensão, ou seja, aquilo que é naturalmente dos procedimentos indutivos. Para ele a hermenêutica é holística, historicista e pragmática. Não é mais limitada pela interpretação de textos, mas interpreta toda cognição como interpretação. Enfatiza o imbricamento do conhecimento em vocabulários contingentes e historicamente particulares. Representa uma forma da compreensão dos sentidos humanos ou da experiência humana que tem a ver com a práxis da orientação e com a capacidade de escolha de uma linguagem marcada por um conjunto de valores, costumes, usos, crenças e tradições. Entre as noções específicas, a hermenêutica faz uso da lógica formal dedutiva, isso não significa que não possa ser aplicada a lógica indutiva aos preceitos das ciências da natureza.

Para Popper (1974), a lógica da pesquisa das ciências empíricas, geralmente, é caracterizada pelo método indutivo, que parte dos enunciados singulares para universais. Entretanto, Popper considera o princípio da indução supérfluo, que deve conduzir a incoerências lógicas, pois a totalidade da ciência poderia estar errada. Na sua argumentação cita como exemplo o caso dos cisnes brancos: basta que apareça um só cisne negro para que essa lei seja considerada falsa. Portanto, para ele a indução, mesmo partindo de fatos observados incessantemente não leva à certeza verdadeira, pois, a certeza teórica só pode se basear na dedução. Popper nos diz que a ciência precisa ser testada, para que, efetivamente, possa ser refutada. Por isso, nenhuma teoria científica pode ser provada para sempre ou resistir para sempre à falseabilidade. Razão porque ele adota a falseabilidade como critério de demarcação inerente à lógica indutiva, o que equivale dizer que todos os enunciados da ciência empírica devem ser suscetíveis de serem julgados com respeito à verdade e falsidade.

Marx Wartofsky (1973) ensina que o trabalho científico – em sua atividade teórica de investigação e experimentação prática – é guiado por conceitos que são sistematizados em estruturas conceituais. Logo, os conceitos da ciência são as ferramentas de trabalho do pensamento científico: são os modos em que o cientista aprendeu a compreender os fenômenos complexos, a dar-se conta de suas relações mútuas e a representá-los em forma comunicável. Assim, quando em frente aos problemas da ciência, entre as perguntas fundamentais que o cientista pode fazer, se encontram as seguintes: 1) Qual é a natureza ou estrutura do que existe?

2) Como podemos conhecer as coisas que existem e como justificamos nossas pretensões de conhecimento? 3) Como se relacionam os conceitos entre si? Que é uma inferência válida ou razoavelmente correta? Que é a verdade? (WARTOFSKY, 1973, p. 21-27).

Por outro lado, Bruyne, Herman e Schoutheete (1991) interpretam que a metodologia é simultaneamente uma lógica e uma heurística e que a prática da pesquisa consiste na transformação do próprio objeto do conhecimento, de sua construção sistemática e da constatação dos fatos que o manifestam. O objeto da prática científica decorre das regras ou feixes de relações que os pesquisadores manipulam. Por isso é preciso definir os objetos referindo-os ao conjunto das regras que permitem transformá-los como objetos de um discurso científico.

O objeto científico é produzido ao longo de um processo de objetivação, de conceitualização, de formalização, de estruturação. O objeto científico é uma representação do real percebido, no estágio de uma simples descrição preliminar, é a cópia de um modelo real, ou um *simulacro* do qual o pesquisador espera que produza efeitos específicos (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 52).

A objetivação a que se referem os autores é o conjunto de métodos e técnicas que elaboram o objeto de conhecimento. Assim, do ponto de vista metodológico de Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), o campo da prática científica pode ser abordado sob quatro polos distintos: epistemológico, teórico, morfológico e técnico.

1.3.1 Método da pesquisa

O método científico, traço característico da ciência, representa um procedimento racional e ordenado, constituído por instrumentos básicos para proceder ao longo de um caminho pré-estabelecido (TRUJILLO, 1982). A contribuição de Bruyne, Herman e Schoutheete (1991) permite identificar os quatro polos da investigação científica nesta pesquisa.

O *polo epistemológico* exerce uma função de vigilância crítica ao longo de toda a pesquisa, para garantir a objetividade da pesquisa na produção do objeto científico, e da explicitação da problemática. Encarrega-se de renovar a ruptura dos objetos científicos com os do senso comum e decide em última instância, as regras de produção e explicação dos fatos, da compreensão e validação das teorias. Discute os métodos de abordagem do pesquisador. Nesse sentido, para investigar o processo imigratório dos *koutakusseis* e de seus descendentes no estado do Amazonas, adotou-se o método indutivo nas interpretações teóricas e empíricas do fato investigado, tendo como instrumental teórico-metodológico a abordagem interdisciplinar,

enquanto que os fundamentos epistemológicos podem ser vistos numa perspectiva diacrônica, de acordo com o esquema de Oliveira Filho (1976, p. 273).

A teoria de base é de Sayad (1998), que afirma que todo o itinerário do imigrante é um itinerário epistemológico e o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, mas também, um espaço qualificado em muitos sentidos: socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente, razão porque o objeto de estudo direciona para uma abordagem interdisciplinar. Entretanto, não se trata de interdisciplinaridade conceitual, a qual procura síntese ou fusão de perspectiva teórica e epistemológica, envolvendo coerência interna de diferentes disciplinas no desenvolvimento de novas categorias conceituais, unificação metodológica e pesquisa de longo prazo (CRESWELL, 2007). Nesta investigação a abordagem interdisciplinar é instrumental porque se trata de uma abordagem pragmática, focada na resolução de problemas, utilizando técnicas metodológicas de diferentes disciplinas como: história, demografia, sociologia, antropologia e estudos culturais.

Quanto ao *polo teórico*, inicialmente o projeto de pesquisa foi estruturado tomando como referência os pressupostos metodológicos da Demografia Histórica debatidos por Nadalin (2004) e outros demógrafos, utilizados por Emmi (2013; 2008), Muto (2010), Silva Neto (2014), entre outros, na qual se privilegia a dinâmica populacional e coloca a história como pano de fundo. Nessa abordagem, os pesquisadores elaboram seu campo de trabalho sobre procedimentos metodológicos utilizados na análise de uma documentação¹⁰ de períodos “photo-estatísticos”, geralmente distantes do presente, quando não se produziam corretamente dados censitários para as contagens de população (NADALIN, 2004, p. 71).

Entretanto, ao absorver as críticas de Iraci Costa (2011) – de que há um transbordamento dessa metodologia com “muita história e pouca demografia”, e as considerações colocadas por Bacellar, Scott e Bassanezi (2005) - que debatem a questão da definição do campo da Demografia Histórica colocada por vários autores, levou-nos a repensar nessa perspectiva metodológica, porque, na avaliação de Bacellar, Scott e Bassanezi (2005), há um efetivo enfoque majoritário de análises em história da população, somada a deficiência no domínio dos conceitos e das técnicas estatísticas demográficas. Assim, considerando que o foco da investigação está na outra face de estudo da demografia, qual seja, a dimensão histórica de um grupo, concluiu-se que esta pesquisa está mais afeta à História Demográfica, de acordo com as discussões de Bacellar, Scott e Bassanezi (2005) e Iraci Costa (2011).

¹⁰ Nadalin (2004) se reporta especialmente aos registros paroquiais e cartoriais, listas nominativas de habitantes ou de passageiros que são colocados nas mãos dos historiadores.

Ademais, os estudos quantitativos de que trata a Demografia Histórica sobre os imigrantes nipônicos já foram trabalhados por Saito (1961), Levy (1974), Bassanezi (1995), entre outros, a nível nacional. Na Região Norte os próprios imigrantes (APANB, 2001) e as instituições do governo japonês, como a JAMIC, JEMIS e JICA¹¹ deixaram vários registros sobre os dados quantitativos dos imigrantes, a nível regional ou local (de cada colônia), os quais estão consolidados na pesquisa anterior (MUTO, 2010). O que não significa que há um “transbordamento” de trabalhos acadêmicos sobre a demografia histórica desta imigração, mas sim pelo fato de haver maior diversidade de fenômenos a ser explorada na história demográfica dessa etnia. Quanto às desvantagens, acredita-se que estão na escolha dos métodos, por se tratar de estudo qualitativo e quantitativo há necessidade de se adotar métodos mais apurados para sua validação científica.

No *polo morfológico*, isto é, quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma investigação qualitativa (GIL, 1999) na sua essência, considerando que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O estudo qualitativo está pautado no paradigma que diz que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, neutra, acima dos conflitos ideológicos da sociedade. Ao contrário, esses processos estão sempre profundamente vinculados às diferenças culturais e desigualdades econômicas e políticas que dominam nossa sociedade (MAZZOTTI, 1998). Assim, como o estudo contém dados qualitativos e quantitativos, a categoria cabível seria o método misto.

Diante da falta de diálogo entre pesquisadores qualitativos e quantitativos, Günther (2006) discute essa dicotomia, levando em consideração diversos parâmetros, dos quais, destaca-se a postura pessoal do pesquisador pelo fato que na pesquisa qualitativa há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria. Para ele, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequem à questão da pesquisa (GÜNTHER, 2006). Nessa estratégia de investigação, Creswell (2007, p. 33) expõe vários posicionamentos de autores que defendem métodos mistos como multimétodos, convergência, integrado e combinado, entre os quais ele destaca três estratégias gerais: procedimentos sequenciais, concomitantes e transformadores. Assim, seguindo a orientação desse autor adotou-se o método misto concomitante.

¹¹ JAMIC – Imigração e Colonização Ltda. e a empresa JEMIS – Assistência Financeira S.A. transformou-se, em 1974, na JICA – *Japan Internacional Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Internacional do Japão), cuja entidade estatal de administração indireta tem dado apoio imprescindível no campo da ciência e pesquisa agrícola e ambiental, mormente na área de treinamento de pessoal, custeados pelo governo japonês desde a década de 1960. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Finalmente, uma técnica de *métodos mistos* é aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos (por exemplo, orientado para consequência, centrado no problema e pluralista). Essa técnica emprega estratégias de investigação que envolve coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas de pesquisa. A coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas (CRESWELL, 2007, p. 35).

Além de justificada tal conduta, entende esta pesquisadora que os dados quantitativos são fundamentais para dimensionar o fenômeno para fins de sustentação de uma avaliação qualitativa, para efeito de comparação entre si ou de outros grupos, inclusive com emprego de técnicas estatísticas descritivas mais utilizadas, como a percentagem e a média.

No que diz respeito à objetivação do polo morfológico, foi colocada em evidência a rede de relações sociais desse grupo com a função indispensável de constituir um espaço de causação e significância. A rede morfológica poderá contar com conexões do tipo causal indireta, designando semiagregados entre fatos, elementos, que são correlacionados a outros fatos ou elementos do contexto das migrações. Por exemplo, para compreensão das políticas públicas e das negociações entre os agentes promotores da imigração foram analisados os aspectos gerais e específicos de determinado contexto social e político da época.

O *polo técnico* controla a coleta de dados, o processo de investigação, que trata da execução prática da pesquisa ou modos de investigação (ex. estudo de caso, estudos comparativos, experimentação, simulação etc.) que geralmente chamamos de procedimentos metodológicos. No caso em foco, a pesquisa do ponto de vista de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, segundo a classificação de Gil (1991), posto que assume, em geral, as formas de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

O estudo de caso é definido por Yin (2005) como a investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Aplica-se especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Como ensina o autor, o estudo de caso tem diferentes aplicações, quais sejam: (1) explicação - a ligação causal na intervenção da vida real, ou seja, a ligação entre a implementação de um programa com os seus efeitos; (2) descrição - uma intervenção e o contexto de vida real na qual ocorreu; (3) elucidação - de certos assuntos dentro de uma avaliação numa perspectiva jornalística, num modelo descritivo; (4) exploração - situações na qual a intervenção não pode ser avaliada de modo claro,

simples, mas a partir de um conjunto de resultados¹² e; (5) meta-avaliação - o estudo de um estudo de avaliação. Na concepção de Yin (2005) o estudo de caso pode ser constituído de um único caso, justificável quando o caso representa: (1) um teste crucial da teoria existente; (2) uma circunstância rara ou exclusiva; (3) um caso típico ou representativo; (4) revelador; (5) longitudinal. Ou ainda, de múltiplos casos, que segue a lógica da replicação.

Nesse sentido, a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito, ou ainda a reconstrução de hipóteses que podem surgir no curso da pesquisa. No caso dos *koutakusseis*, a aplicação do estudo visa dar uma explicação - a ligação causal da intervenção política na vida real dos *koutakusseis*, que viveram um período cambiante e turbulento da geopolítica nacional e global marcada pela xenofobia e racismo institucional.

Quanto à frequência do fenômeno deste estudo de caso, entende-se que se trata de uma circunstância rara ou exclusiva (YIN, 2005), de uma imigração diferenciada que aconteceu no Norte do Brasil, e quiçá no âmbito nacional, visto que não se conhece qualquer grupo semelhante aos *koutakusseis* na literatura sobre imigração japonesa no Brasil.

1.3.2 Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos foram executadas as seguintes etapas:

- 1) Ampla revisão bibliográfica dos clássicos da literatura das migrações para compreensão teórica e conceitual dos diferentes padrões de migrações internacionais, nacionais e regional no processo de ocupação da Amazônia, tendo como foco a participação da etnia japonesa;
- 2) Ampla revisão da literatura empírica como: autobiografias de imigrantes, informações jornalísticas, publicações comemorativas da imigração japonesa na Amazônia, memória social dos pioneiros e descendentes disponibilizados nas associações culturais de japoneses, museus, bibliotecas e sites oficiais;
- 3) Realização de *survey* para coleta de dados primários com auxílio de questionários e entrevistas dos descendentes das famílias que participaram do Projeto *Koutaku*;

¹² Nesse sentido os documentos (cartas, estatutos, revistas, livros, manchetes de jornais) dos arquivos pessoais das famílias e das associações desse grupo foram importantes para adentrar no cenário de conflitos e desigualdades do fenômeno migratório, no qual se busca a percepção de anomalias levantada por Kuhn (1975, p. 84), de um fenômeno para o qual o paradigma não prepara o investigador.

- 4) Análise dos dados coletados de diferentes fontes (identificados, selecionados, organizados, criticados, comparados e sintetizados) em forma descritiva, tabelas, quadros e outras formas de comunicação para apresentação da tese.

1.3.3 Recorte temporal e espacial

O recorte temporal desta investigação cobre um período de 88 anos, a contar de 1930, ano de fundação da Escola Superior de Colonização (*Kokushikan Koutou Takushoku Gakkou*) para a formação dos *koutakusseis*, no Japão, e do Instituto Amazônia, em Vila Amazônia, no município de Parintins (AM). Entretanto, a pesquisa da literatura sobre o processo migratório japonês vai muito além desse recorte temporal, posto que, seguindo a orientação de Sayad (1998): para que a pesquisa da imigração seja completa é necessário o estudo da emigração, ou pelo menos das condições sociais que a engendraram. Na sua concepção, a emigração é a outra vertente da imigração, isto é, duas faces de uma mesma realidade, na qual se prolonga e acompanha o imigrante até desaparecer essa condição.

No que diz respeito ao recorte espacial, a pesquisa teve por base inicial o município de Parintins no estado do Amazonas. Entretanto, em razão das famílias dos *koutakusseis* terem se dispersado para vários municípios da região Norte (e algumas para o Sudeste) a coleta de dados estendeu-se nas cidades de Manaus, Itacoatiara, na Região Metropolitana de Belém, nas cidades de Santarém e Juruti no estado do Pará, e em Boa Vista, no estado de Roraima.

1.3.4 Estudo piloto

Antes de empreender um estudo piloto foram realizadas visitas às duas associações dos *koutakusseis* (de Belém e Manaus) para contatos iniciais com os membros da direção dessas instituições para expor as linhas do projeto de tese. Nessa oportunidade, foram discutidas as principais questões formatadas no questionário, os pontos relevantes para as entrevistas a fim de nortear a coleta de dados, os locais a serem percorridos para realização do *survey*, bem como as limitações existentes. Essas incursões foram importantes para ter maior clareza do acolhimento dos participantes, pois eles sugeriram a extensão da pesquisa para o grupo *koutaku-kai*, que inclui, além das famílias dos *koutakusseis*, as famílias de funcionários do Instituto Amazônia e de colonos do Projeto *Koutaku*.

Assim, considerando as limitações pessoais desta pesquisadora, o estudo piloto foi conduzido junto com alguns membros da associação dos *koutakusseis* para testar o rol de perguntas de um amplo questionário encaminhado via e-mail para ser distribuído a alguns membros das associações - para ser respondido dentro de um prazo de 30 dias. Entretanto, como

houve poucas respostas e relativamente lacônicas, foram realizados ajustes ao questionário que ficou com 25 itens distribuídos em cinco seções: A) Dados do informante; B) Dados do *koutakusseis* ou do pioneiro relacionado ao Projeto *Koutaku*; C) Dados sobre a família do informante - mobilidade física e social, integração e adaptação da família do entrevistado; D) Informação sobre o grupo *koutaku*; e E) Perfil socioeconômico dos descendentes até a terceira geração (filhos e netos dos pioneiros).

1.3.5 Coleta e produção de dados

A busca de dados secundários foi inicialmente realizada nas associações culturais de Belém, Manaus, Tomé-Açu e São Paulo, lugares que congregam informações (livros, periódicos, jornais e demais publicações) sobre os imigrantes japoneses que chegam de diversos recantos do Brasil, tanto da zona rural como urbana, bem como informações interpessoais sobre diferentes assuntos dessa etnia. Em seguida, buscou-se o tema imigração japonesa em diversas publicações acadêmicas (teses, dissertações, periódicos etc.) nos sites de universidades, Capes e bibliotecas públicas, complementadas com as publicações das associações comerciais do Pará e Amazonas, Congresso Nacional, Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Arquivo Nacional, entre outros.

Para coleta de dados primários foram programadas várias visitas domiciliares para aplicação de questionários e entrevistas de pessoas chaves indicadas pelas duas associações de *koutakusseis*. Assim, em outubro de 2016 realizou-se um *survey* nas cidades de Manaus e Itacoatiara e arredores (Iranduba e Efigênio Salles). Em seguida na cidade de Boa Vista (Roraima) em novembro de 2016. Uma terceira viagem foi realizada às cidades de Santarém, Juruti e Parintins em maio de 2017. Intercalando os períodos de viagem foram realizadas várias visitas domiciliares na Região Metropolitana de Belém. Nesse processo foram feitos vários contatos para localizar os descendentes dos *koutakusseis* e visitadas diversas casas residenciais e comerciais para realizar as entrevistas, inclusive daquelas indicadas pelos próprios entrevistados, cuja técnica é conhecida como “bola de neve”¹³.

Em relação ao conteúdo da entrevista foi adotada a forma estruturada (dados de identificação do informante e dos membros da família, locais, datas etc.) e parte semiestruturada (história de vida da família, mobilidade, dados socioeconômicos, e os acontecimentos que

¹³ Trata-se de uma técnica de amostragem não probabilística onde os indivíduos selecionados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos. O nome *snowball sampling*, de “bola de neve”, provem justamente dessa ideia de uma bola de neve rolando ladeira a baixo, aumentando o seu tamanho. O mesmo ocorre com a essa técnica amostral, que cresce à medida que os indivíduos selecionados convidam novos participantes.

marcaram esse grupo), cuja técnica possibilitou a realização de várias perguntas sobre a família do entrevistado e de outras famílias de seu conhecimento.

O emprego da entrevista aberta foi pertinente para o desenvolvimento desta investigação em razão da especificidade do problema que requer certo comportamento de informalidade. Como ensina Gil (1999), as questões abertas proporcionam ampla variedade de informações, enquanto que as fechadas possibilitam a escolha entre um número limitado de respostas. Ao descrever a atuação do pesquisador frente ao objeto de estudo, importante citar as contribuições de Oliveira (1996) para ganhar habilidades na técnica da entrevista: de “olhar”, “ouvir” e “escrever” a produção de conhecimento. Não foi utilizada a gravação porque logo no início das entrevistas verificou-se que os entrevistados sentiam-se incomodados com a gravação o que levava a inibição ou negação da fala.

Aliado à técnica da entrevista é importante destacar que foi seguida também a observação assistemática, que nas palavras de Lakatos e Marconi (1991, p. 192) “[...] consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios e técnicas especiais ou precise fazer perguntas diretas”. Neste propósito, embora a observação assistemática tenha um caráter espontâneo ou informal (GIL, 1999), vai além da simples constatação dos fatos, porque exige um mínimo de controle na obtenção dos dados e um processo de análise e interpretação dos mesmos, configurando-se assim em procedimento científico. No caso em foco, a observação assistemática foi extremamente importante, considerando a singularidade de cada família, a idade dos entrevistados, a dificuldade de expressão pela limitação da linguagem, e até a desconfiança de algumas pessoas.

No que concerne aos canais de comunicação abordados por Garvey (1979) foram utilizados dois tipos de comunicação, o formal e o informal, destacando que os canais formais são os dados oficiais, públicos e controlados por organizações formais, que são importantes fontes de dados secundários, cujas obras estão disponibilizadas nos sites das bibliotecas públicas, associações comerciais, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e outros órgãos públicos. É a parte visível do sistema de comunicação representada pelas publicações em forma de artigos, periódicos, livros, legislação, atas, relatórios, dados estatísticos, indicadores etc. Já o canal informal de comunicação representa a parte invisível ao público, obtido pelas relações interpessoais, cuja busca depende da capacidade de comunicação do interlocutor do processo. Nesse ponto, a recepção e o acolhimento dos entrevistados foi de modo geral muito proveitoso na obtenção de publicações em boletins, cartas e documentos pessoais. O telefone e e-mails facilitaram também os contatos, além da vantagem de permitir sanar algumas dúvidas sem custos de deslocamento.

Na medida do possível foram utilizadas técnicas ilustrativas e documentação fotográfica, pois, a presença de imagens no contexto da produção científica contribui significativamente no sentido de identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais (SAMAIN, 1995; SIMONIAN, 2006). Nesse sentido, as fotografias, as ilustrações gráficas e os vídeos cedidos pela Associação *Koutaku* no Amazonas vieram enriquecer a apresentação deste trabalho acadêmico.

1.3.6 Fontes de dados empíricos

As principais informações empíricas desta pesquisa estão baseadas em: 1) um pequeno relatório sob o título “História da plantação de juta e imigração japonesa no vale do Amazonas”, de Tsukasa Uyetsuka (1954), acrescido do currículo de Tsukasa Uyetsuka e acontecimentos históricos pelo seu neto Yoshio Uetsuka em 2001 e reeditado em 2011; 2) “A história da plantação da juta na Amazônia”, de Sakae Oti (1947); 3) “A história da plantação da juta na Amazônia”, de Kotaro Tuji (s/data), publicada parcialmente por Dantas (1968) e a autobiografia de Kotaro Tuji (1968); 4) “A saga dos *koutakusseis* no Amazonas: uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso” da Associação Koutaku do Amazonas (ASS. KOUTAKU-AM, 2011); 5) “História da colonização da Amazônia pelos estudantes e pessoas relacionadas à Escola Superior de Colonização do Japão”, editado em 1989 pela Comissão Organizadora e reeditado pela Associação *Kotaku* do Pará (KOTAKU-KAI-PA, 2011); 6) as memórias pessoais dos *koutakusseis* nos boletins *Koutaku-kai*, editadas pelo *koutakusei* Tosui Akiyama (de São Paulo) e continuadas por Yorio Nakano¹⁴ até o ano 2000.

Também não menos importantes são as publicações da Associação Nipo-Brasileira, pois contêm vários relatos do cotidiano dos imigrantes registrados nos anais da associação, fundamentais para reconstrução diacrônica da história dos imigrantes japoneses na Amazônia. A propósito, muitos fragmentos da vida dos *koutakusseis* encontram-se no compêndio de comemoração dos “70 anos da imigração japonesa na Amazônia”, reeditado em português em 2001. Esse compêndio construído por diversas mãos contém uma série de relatos pessoais dos imigrantes e dos principais eventos sociais e culturais que marcaram a vida desses imigrantes

¹⁴ Na opinião do jornalista Yorio Nakano (2000c) entre os documentos históricos, os mais relevantes são as 125 edições (em japonês) do Boletim Mensal do Instituto Amazônia, de agosto de 1931 a dezembro de 1941, que detalha as atividades do Instituto Amazônia, sobretudo, do projeto de exploração da grande Amazônia. Outro documento importante citado por Nakano é o acervo relacionada à anulação do contrato de concessão de terras de um milhão de hectares de 1927, entre o Governo do Amazonas e os senhores Kinroku Awazu e Genzaburo Yamanishi, pela reforma constitucional do estado do Amazonas, de 1936, e outros assuntos tratados com governadores, ministros, deputados e outras autoridades do governo brasileiro, dos quais muitos constam nos jornais da época.

na região Norte (APANB, 2001)¹⁵. Igualmente, para compreensão do esforço para congregação da comunidade *nikkei* da Amazônia, oportuno citar a publicação “Caminhando com a Comunidade Nipo-Brasileira da Amazônia” (APANB, 2015) em comemoração aos 55 anos da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira.

Há outros relatos escritos em japonês que ainda são inacessíveis à maioria das pessoas dada à dificuldade da língua, como os das famílias de imigrantes nos anos sessenta do jornalista Ikeda (1965) e o livro lançado no Japão “A Amazônia de Uetsuka” (UETSUKA; NAKANO, 2013), que teve também a contribuição de Kazuma Yamane, que conheceu a região Amazônica na época dos *koutakusseis*. Inclusive o jornalista Yorio Nakano recomenda os textos e livros do escritor Kazuma Yamane, estudioso dos *koutakusseis* e da imigração japonesa na Amazônia, entre os quais “O Tempo Selvagem” e “Selva Verde”.

Na linha discursiva das relações internacionais cabe destacar a importante contribuição de Leão Neto (1989), que trata dos contornos diplomáticos entre os representantes do Itamaraty e dos chanceleres japoneses no debate das políticas restritivas à imigração japonesa e à concessão de terras da década de trinta. Os pormenores dessa discussão sobre xenofobia e preconceitos aos asiáticos estão calcados nos discursos dos deputados federais registrados nos anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, e nos discursos dos deputados estaduais registrados nos anais da Assembleia Legislativa do Amazonas, de 1936, especialmente os “Discursos e opiniões sobre a colonização japonesa no Estado do Amazonas” do deputado estadual Vivaldo Lima (2012), e na obra “O Perigo Amarelo na Amazônia” do deputado estadual Antóvilva Vieira (1942) e de outros deputados contrários à colonização dos japoneses na Amazônia, que vieram impactar o Projeto *Koutaku*.

Outras fontes de dados empíricos relevantes são as reportagens jornalísticas da época: A Nação (RJ), O Jornal (RJ), Jornal do Comércio (AM), A Vanguarda (PA), Folha do Norte (PA), Província do Pará (PA), O Liberal (PA) entre outras e os trabalhos institucionais realizados por Araújo (1995) e Kawada (1995). Recentemente pode-se contar com documentários em vídeo do *youtube*, entre os quais, oportuno citar: “Vila Amazônia - 80 anos de imigração japonesa na Amazônia” (ORLANDO JR. et al., 2011) – em três séries do Telejornal da Amazônia; “A imigração japonesa no município de Parintins” (AMAZON SAT,

¹⁵ O livro intitulado “70 anos da Imigração Japonesa na Amazônia” não está datado e existem algumas referências acadêmicas em nome de Yoshio Maruoka, presidente da Associação Pan-Amazônia Nipo Brasileira (APANB) no período de 2001 a 2003. Entretanto, o organizador do compêndio, sr. Gota Tsutsumi, Secretário da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (APANB), de 1987 a 2013, confirma tratar-se de uma tradução do livro comemorativo dos 60 anos da imigração japonesa na Amazônia, editada em japonês em 1994 e publicada em português em 2001, razão porque fora adotada essa data e designado como obra da APANB.

2012); e “Imigração japonesa no Amazonas” (RAMOS, 2012). Há ainda outras produções literárias que relatam a saga dos *koutakusseis* como: *A fibra e o Sonho* (IKEGAMI, 2009); *Sementes do Sol* (AMARAL, 2012) e o romance *Vila Amazônia: os koutakusseis* (SILVA 2012), o qual mistura ficção e realidade baseado no conto de um amigo do autor, que viveu em Vila Amazônia na década de 1930.

1.3.7 Dados primários levantados

Ao iniciar o processo de investigação foi realizado preliminarmente um levantamento de todos os nomes de *koutakusseis* e demais participantes do Projeto *Koutaku* relacionados por Uyetsuka ([1954] 2011), dos quais a maioria foi encontrada nas listas de passageiros disponibilizados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Foi um trabalho exaustivo que levou vários meses de pesquisa, em face da existência de milhares de listas de passageiros em arquivo pdf, com pouco recurso de seleção, algumas inelegíveis e rasuradas pelo tempo. Inclusive alguns nomes foram difíceis de serem identificados, pelo fato das traduções (no Brasil) serem divergentes¹⁶. Em seguida os nomes dos imigrantes do grupo *koutaku* encontrados nas listas de passageiros foram organizados em ordem alfabética com os dados gerais da lista de passageiros e dados complementares de cada família, para cada grupo de imigrantes que vieram para a Vila Amazônia, no período de 1931-1939, com as datas de saída dos portos de Kobe e Yokoyama (Japão) e de chegada ao porto do Rio de Janeiro (Brasil), com os respectivos nomes dos navios e os quantitativos de cada categoria (função) dos imigrantes do Projeto *Koutaku*.

Os detalhes dos levantamentos realizados nas listas de passageiros dos 542 imigrantes do Projeto *Koutaku* estão organizados, ano a ano, nos apêndices. Os sobrenomes¹⁷ estão em ordem alfabética, seguido do nome, sexo, idade, estado civil e província de procedência, complementados com dados de outras fontes, como: ano de nascimento e falecimento; função do imigrante no projeto (se *koutakusseis*, funcionário, professor, colono e agregado¹⁸), nome do

¹⁶ Esta dificuldade decorre da estrutura linguística de adaptação dos ideogramas chineses para o idioma japonês. Consequentemente muitos ideogramas japoneses (*kanji*) têm diferentes leituras, isto é, dependendo da combinação dos caracteres, um *kanji* pode ser pronunciado de diferentes formas, razão pela qual foram privilegiados os nomes traduzidos no livro de Tsukasa Uyetsuka ([1954] 2011).

¹⁷ Em razão do sistema patriarcal, tradicionalmente, os japoneses são identificados pelo nome de família, que é o sobrenome do pai, ou do marido, pois ao casar a mulher passa a ser integrante da família do marido e perde o sobrenome da família de origem. Entretanto, quando a família não consegue filho varão, o marido de uma das filhas pode adotar o sobrenome da família da mulher para a continuidade da linhagem dessa família.

¹⁸ Assim considerados as esposas, filhos, pais e parentes (tio, primos, sobrinhos, cunhados e sogros).

cônjuge, número de filhos e netos; atividades exercidas; principal domicílio da família em 2000¹⁹.

Depois foi elaborada a relação consolidada dos *koutakusseis* com os dados gerais obtidos na lista de passageiros, completada com número da turma da Escola Superior de Colonização, data de chegada ao porto do Rio de Janeiro, nome do navio e domicílio da família no ano de 2000. Da mesma forma a relação consolidada dos colonos (cabeça de família) que vieram do Japão para o assentamento da Colônia Modelo de Andirá e dos funcionários - assim considerados os professores, médicos, técnicos e demais funcionários do Instituto Amazônia, (depois transformada em Companhia Industrial Amazonense S.A.) que vieram diretamente do Japão para Vila Amazônia. Outrossim, considerando que antes da chegada dos *koutakusseis* vieram vários imigrantes de São Paulo para Parintins, em dezembro de 1928 e setembro de 1930, para duas missões de pesquisa e, posteriormente, alguns imigrantes de outros projetos de colonização para trabalhar em Vila Amazônia, cujos nomes estão contemplados na “relação de funcionários” no livro de Uyetsuka, elaborou-se uma lista desses nomes a parte, tendo em vista que alguns permaneceram definitivamente na Amazônia e são considerados membros do grupo *koutaku*.

Considerando que ingressaram, no período de 1931 a 1939, diretamente do Japão para Vila Amazônia/AM, o quantitativo de 542 imigrantes do grupo *koutaku*²⁰, entre os quais 302 cabeças de família (248 *koutakusseis*, 25 funcionários, 29 colonos) e 240 agregados, assim considerados os acompanhantes do cabeça de família, as 52 famílias entrevistadas representam 17% em relação às 302 famílias do grupo *koutaku* e 10% ao total de imigrantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantidade de imigrantes do grupo *koutaku* e número de entrevistas realizadas

Levas de Imigrantes do grupo <i>koutaku</i>				Entrevistas realizadas		
Ano de chegada	Cabeça de família	Agregados	Total	Nº de entrevistas	% Em relação ao cabeça de família	% Em relação ao total
1931	49	3	52	8	16,32	15,38
1932	61	38	99	7	11,47	7,07
1933	86	52	138	18	20,93	13,04
1934	56	53	109	10	17,85	9,17
1935	25	45	70	3	12,00	4,29
1936	16	29	45	4	25,00	8,89
1937-39	9	20	29	2	22,22	6,90
Total	302	240	542	52	17,22	9,59

Fonte: Pesquisa de campo - elaborada com base nos dados do SIAN, questionários e entrevistas.

¹⁹ A seleção do ano de 2000 deve-se à lista de endereços elaborada pelo *koutakusse* Tosui Akiyama (Kuga), e atualizada pelo seu ajudante, o jornalista Yorio Nakano, em 2000.

Dos representantes das 52 famílias de pioneiros entrevistados²¹ verificou-se que 43 (83%) são descendentes de *koutakusseis*; 7 (13%) de funcionários (professores e técnicos) e 2 (4%) de colonos agricultores. Entre os representantes, 21 são do sexo masculino e 31 do feminino, com a idade média de 73 anos, dos quais 46 (88%) são filhos de imigrantes pioneiros, os demais representantes são: quatro netas (8%), um sobrinho de *koutakusseis* e a viúva do *koutakusseis* Taro Yamazaki²² Cabe destacar que foram entrevistados descendentes de todas as sete levadas de imigrantes do grupo *koutaku*, que chegaram entre 1931 e 1939, variando de 25% (4) de 1936 a 11,47% (7) de 1932, conforme detalhados na Tabela 1.

1.3.8 Delimitações e limitações

Dentre as orientações metodológicas para elaboração da tese procurou-se seguir as normas da ABNT e observar as recomendações técnicas sobre a necessidade da Reserva Ética, com os devidos esclarecimentos sobre o objeto da pesquisa, solicitando sempre a assinatura dos entrevistados após os devidos esclarecimentos da pesquisa em campo e autorização para uso das informações prestadas nesta tese.

Assim, diante do perfil e limitações (físicas e mentais) dos respondentes, de cada caso, como dificuldade de compreensão do questionário por pessoas com idade avançada que compreendem pouco o português, especialmente das viúvas na faixa dos 90-100 anos, e dos descendentes de primeira geração desse grupo, que estão na faixa dos 70-80 anos, os questionários foram preenchidos pela pesquisadora, que serviu também para coletar depoimentos (entrevistas).

Outra limitação diz respeito à dificuldade de realizar a coleta de dados sobre os *koutakusseis* que foram para o Sudeste (acentuadamente para São Paulo), em face a quantidade de imigrantes japoneses dispersos na zona urbana e rural do estado de São Paulo, o que torna difícil o acesso aos descendentes desse grupo. Além do mais, devido a dinâmica da vida cotidiana nos grandes centros, provavelmente, esses descendentes não tem mais vínculo de identidade com o grupo dos *koutakusseis*. Tampouco foi possível entrevistar descendentes de *koutakusseis* residentes no Japão.

²¹ Apesar de não constar na relação dos entrevistados, participaram também das entrevistas vários membros das famílias e três viúvas de *koutakusseis* de idade avançada: Atsuko Kobayashi, Hatsue Sawaki e HisakoToguchi.

²² “Tereza” Teru Taketomi Yamazaki (1934) foi relacionada como representante da família de Taro Yamazaki por se tratar de uma *nissei* com condições para responder as entrevistas, mesmo porque ela possui apenas uma filha que está residindo nos Estados Unidos. As demais senhoras que participaram das entrevistas tiveram apoio dos filhos pela idade avançada.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A estrutura do documento final é composta dos três elementos básicos tradicionais. Na Introdução (capítulo 1) estão os elementos do projeto de tese com a explicitação do objeto e dos objetivos do produto desejado, do problema da tese, das motivações e pertinência da investigação, bem como a identificação dos procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, com a indicação do rol das categorias básicas no tratamento de dados e a sequência do relatório final. No desenvolvimento estão apresentados os capítulos com o detalhamento dos tópicos abordados, dentro da sequência lógica, para entendimento da fundamentação teórica e empírica dos elementos da investigação realizada.

O segundo capítulo – Fundamentos teóricos das migrações – tem por objetivo compreender as diferentes concepções teóricas das migrações para fundamentação da tese, baseado em diferentes autores²³ nacionais e estrangeiros. Na busca do “estado da arte” discute-se o arcabouço teórico das migrações em suas múltiplas vertentes (clássicas, neoclássicas e respectivas correntes), mormente dentro do contexto histórico, socioeconômico e sociológico, que permitem identificar, descrever e analisar numa abordagem interdisciplinar o processo migratório e o perfil demográfico e socioeconômico de um grupo de imigrantes japoneses, identificados como *koutakusseis*. Neste capítulo constam também os conceitos operativos dos termos chaves, tais como: migração, colonização, colônia, idealismo e ideologia. Técnica utilizada: levantamento de material bibliográfico, análise e interpretação (hermenêutica).

O terceiro capítulo – O desiderato da ocupação da Amazônia – procura retratar alguns tópicos importantes da historiografia da Amazônia para discutir o significado social de “vazio demográfico” e da imagem polissêmica da Amazônia. Discute os principais conflitos que já ocorreram na conquista da “terra incógnita” e os processos de ocupação do “território despovoado” por diferentes etnias que congrega a população da Pan-Amazônia, bem como as diferentes culturas, línguas e a categoria social do caboclo como representante desta região. Nesse sentido foi realizada uma ampla revisão bibliográfica²⁴ para discutir alguns pontos marcantes do processo de ocupação territorial desde as migrações pré-colombianas, até as

²³ Vide: Wartofsky (1973); Lee (1980); Singer (1976; 1980); Levy (1974); Petrone (1987); Richmond (1988); Renner e Patarra (1991); Salim (1992); Bassanezi (1995); Pacheco e Patarra (1997); Sayad (1998); Klein (2000); Sasaki e Assis (2000); Ferreira (2001); Peixoto (2004); Seyferth (2005; 2001); Homma et al. (2011); Emmi (2013); Aragón (2013), entre outros.

²⁴ Vide: Silva (1833); Moraes e Silva (1854); Tavares, Considera e Silva (1972); Hébette e Acevedo Marin (1979); Costa (1993); Schwarcz (1993); Pacheco e Patarra (1997); Benchimol (1999); Forline (2000); Seyferth (2001); Homma (2003); Acevedo Marin (2005); Forline, Murrieta e Vieira (2006); Santos (2006); Trindade Jr (2008); Homma et al. (2011); Costa (2012); Schmink e Wood (2012); Aragón (2011; 2013); Emmi (2013); Oliveira (2014), entre outros.

tentativas de colonização com nordestinos e imigrantes estrangeiros no contexto da política de concessão de terras devolutas, quando diferentes projetos de colonização agrícola de japoneses se estabeleceram nos estados do Pará e Amazonas e os desfechos dos mesmos. Técnica utilizada: levantamento de material bibliográfico, análise e interpretação.

O quarto capítulo – O expansionismo japonês – relata alguns aspectos do movimento expansionista japonês para debater a possível relação dessa política com a vinda dos estudantes *koutakusseis* que se instalaram na Vila Amazônia, ao leste da cidade de Parintins. Responde ao principal questionamento que levou à investigação: será que existe alguma relação entre a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia com a política expansionista do Japão vigente no início do século XX? Para responder tal questionamento foi necessário rever os fatores exógenos que levaram à política de emigração, quando o Japão passou a se modernizar sob a hegemonia do capitalismo. O texto limita-se à revisão bibliográfica²⁵ de autores nacionais e estrangeiros para relatar alguns episódios históricos da passagem do Japão feudal para a modernização desse país, após a abertura dos portos, seguido de um período de militarização, expansão territorial, desenvolvimento econômico e conflitos bélicos. Técnica utilizada: levantamento de material bibliográfico, análise e interpretação.

O quinto capítulo – O idealismo de Tsukasa Uyetsuka e o pioneirismo de Kotaro Tuji – visa relatar o empenho desses dois imigrantistas em prol da colonização de japoneses na Amazônia, sobretudo, com a vinda dos *koutakusseis* para iniciar um grande projeto de colonização no estado do Amazonas. Técnica utilizada: levantamento documental, autobiografias e material bibliográfico, análise e interpretação.

O sexto capítulo – Os percalços da imigração japonesa na Amazônia – discute algumas questões políticas e sociológicas, em torno da eugenia, miscigenação, inassimilação, “perigo amarelo” e outros preconceitos institucionais contra os negros e asiáticos no Brasil. Baseado na obra do diplomata Leão Neto (1989) e de diferentes autores, e artigos de jornais da época, procurou-se levantar os fatos relevantes que impactaram a entrada dos japoneses no País, entre os quais se destacam os discursos da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, que vieram estabelecer o regime de quotas de caráter restritivo à imigração e restrição à concessão de terras acima de dez mil hectares, com objetivo de evitar a formação de quistos no território nacional. Esta última restrição deu margem à ampla discussão na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, quanto à legalidade das concessões de terras aos japoneses cedidas

²⁵ Tais como: Quigley ([1932] 2007); Riallin (1962); Buck (1979); Nogueira (1983); Margadant (1984); Leão Neto (1989); Coox (1990); Sette (1991); Coogan (1994); Hall (1995); Landes (1998); Young (1999); Matsusaka (2003); Somma (2003); Auslin (2004); Homma (2007); McDowell (2008); Alves (2011), entre outros.

anteriormente, em 1927, que impactaram diretamente no Projeto *Koutaku*. Técnica utilizada: levantamento de material bibliográfico, análise e interpretação.

O sétimo capítulo – A saga dos *koutakusseis* na Amazônia – trata da história demográfica do grupo ligado ao projeto de colonização de Uyetsuka, para compreender a grande transformação de suas vidas, dentro da contextualização histórica do Brasil e do Japão. Este capítulo responde as seguintes questões específicas da investigação: Quantos estudantes e agregados chegaram à Vila Amazônia e como foi a saga desses imigrantes que permaneceram na Amazônia? Qual a contribuição deles na formação de redes sociais dentro da comunidade *nikkei*? E qual o legado dessa migração no tocante ao incremento da economia local e regional? Técnica utilizada: levantamento de material bibliográfico, levantamento dos componentes desse grupo no site do Arquivo Nacional (SIAN) e pesquisa de campo.

O oitavo capítulo – Mobilidade, fixação e permanência das famílias do grupo *koutaku* na Amazônia – responde as seguintes questões específicas: Quais as principais motivações que trouxeram os *koutakusseis* para a Amazônia e as condicionantes que levaram a dispersão desse grupo para outros destinos? Quantas e quais as famílias do Projeto *Koutaku* que permaneceram na Região Amazônica? Que transformações alcançaram os descendentes desse grupo de imigrantes em termos de educação e realização profissional? Considerando ainda, que depois da Segunda Guerra Mundial as famílias dos *koutakusseis* chegaram a receber patrícios da nova imigração, por que eles não conseguiram sucesso nessa integração, no sentido de formarem colônias agrícolas no baixo Amazonas? Técnica utilizada: Análise de dados primários coletados por meio de questionários e entrevistas com descendentes das famílias do grupo *koutaku*.

Finalmente, o nono capítulo – Conclusões e recomendações – contém as conclusões sobre os argumentos estabelecidos no plano de pesquisa e sua execução, com comentários sobre a investigação, os achados da pesquisa, e recomendação de pesquisas complementares.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS MIGRAÇÕES

Considerando a necessidade de compreender as diferentes concepções teóricas das migrações para fundamentação da tese, na busca do “estado da arte”, este capítulo revisa a literatura e discute o arcabouço teórico das migrações em suas múltiplas vertentes, mormente dentro do contexto histórico, socioeconômico e sociológico, que permita identificar, descrever e analisar numa abordagem interdisciplinar o processo migratório e o perfil demográfico e socioeconômico de um grupo de imigrantes japoneses, identificados como *koutakusseis*, que se estabeleceram inicialmente no município de Parintins, no Amazonas.

2.1 EM BUSCA DE UMA TEORIA GERAL DAS MIGRAÇÕES

É de consenso que as migrações existem desde o período paleolítico, quando os homens se deslocavam por necessidade de sobrevivência, mas a tentativa de desenvolver uma teoria das migrações é da época da Revolução Industrial, quando o geógrafo Ernst Georg Ravenstein (1834-1913) apresentou à Sociedade Real de Estatísticas da Inglaterra, em 1885, seu célebre estudo sobre a mobilidade interna da população que tendia a gerar movimentos sucessivos a partir de áreas próximas a um centro industrial, que se propagavam em círculos e no sentido rural-urbano. A melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuíam para o aumento dos fluxos migratórios, exercendo uma força de atração da cidade até as áreas mais remotas.

Posteriormente, baseado em dados de mais de vinte países, formulou suas “Leis da migração”, que constitui a teoria clássica de Ravenstein (1885 e 1889), que trata dos fatores de atração e/ou de repulsão (*push-pull*) determinantes das migrações, na qual o autor observou que a maioria das migrações era dentro do país e de interesse econômico, relacionado ao desenvolvimento tecnológico. Observou também a predominância de mulheres nas migrações de curta distância. Mas ele adverte que “as leis da população e as leis econômicas não têm, em geral, o rigor das leis físicas” (LEE, 1980, p. 95).

O tema migração até os fins do século XIX não era uma questão relevante para o estudo sociológico, visto que a mobilidade populacional era analisada principalmente sob o ponto de vista econômico. A partir das “Leis da migração” de Ravenstein (1980) revistas e transformadas numa teoria geral por Everett Lee (1980), essa teoria encontra-se na base de todos os modelos tradicionais de filiação neoclássica que considera a decisão de um agente racional no centro dos processos migratórios. Dessa compreensão teórica e conceitual sobre a mobilidade humana, as migrações têm sido alvo de discussões de diversos autores. Atualmente, existem vários estudos

sobre a dinâmica populacional em Ciências Sociais, economia, sociologia, demografia, antropologia, direito, entre outras linhas mais específicas, onde as interpretações são múltiplas e por vezes conflitantes, posto que no sentido amplo, a migração é um tema transversal de várias ciências. Muitas teorias foram analisadas por Anthony Richmond (1988), Celso Salim (1992), Sasaki e Assis (2000), João Peixoto (2004), entre outros autores nacionais e estrangeiros.

Richmond (1988), ao analisar os clássicos da economia e sociologia – Malthus, Marx, Durkheim e Weber –, percebeu que esses cientistas viam a migração como consequência do desenvolvimento do capitalismo, industrialização e urbanização, que se concretiza no deslocamento da população rural em busca de emprego e luta pela sobrevivência numa cidade industrializada. Para Thomas Malthus (1766-1834), a migração era vista como uma consequência inevitável da superpopulação e o Novo Mundo oferecia a oportunidade de sair do ciclo da pobreza e da miséria. Karl Marx (1818-1883) discorda da “inevitável pobreza” de Malthus e responsabiliza os empreendedores capitalistas pelo quadro de pobreza, posto que deliberadamente abaixavam os salários para maximizar seus ganhos. Marx também realçava a cumplicidade de alguns governos europeus no incentivo à emigração.

Já Émili Durkheim (1858-1917) via a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas pelos laços de solidariedade mecânica. A transição para a solidariedade orgânica, baseada numa divisão social do trabalho e interdependência econômica, era frequentemente acompanhada pela anomia, ou colapso do sistema de valores comuns, que resultaria em desintegração social, e que poderia levar a consequências patológicas, como crime, suicídio e conflitos. Max Weber (1864-1920) percebia a migração como consequência do crescimento do capitalismo, como um fator incidental que criava novas classes sociais e grupos de status étnicos (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 2-3).

Ao abordar as teorias sociológicas, sobre as migrações internacionais, Fairchild (1925) distingue dentre as tipologias, a invasão, a conquista e a colonização, enfatizando a diferença entre os movimentos voluntários e involuntários (escravos, impelidos pela guerra ou por pressões políticas). Os níveis de análises podem ser classificados em macro e micro teorias. O macro inclui a maioria das teorias concernentes ao processo de adaptação dos imigrantes, integração econômica e social, assimilação etc., quando considerada a perspectiva estrutural e cultural, já observadas por Ravenstein como fatores positivos e negativos. O nível micro inclui os estudos dos fatores psico-sociológicos que diferem os migrantes dos não migrantes, concernentes à motivação, tomada de decisão, satisfação e identificação. Considera como novo paradigma os movimentos de refugiados, de ordem étnico-religiosa, de conflitos sociais, econômicos e políticos, que envolve milhões de pessoas na sociedade global.

O estudo das migrações no campo sociológico passou a ganhar importância com o advento das grandes migrações na virada do século XIX para XX, dada a crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, particularmente aos Estados Unidos. A partir daí os sociólogos americanos passaram a olhar a migração como um problema social, gerando intenso debate político e acadêmico naquele país. Nessa discussão, o trabalho pioneiro de Thomas e Znaniecki, de 1918, influenciou fortemente os estudos posteriores da Escola de Chicago, apesar de se tratar de um estudo específico sobre dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880 e 1910, demonstrando como o processo migratório quebra os laços de solidariedade, particularmente o sistema familiar (THOMAS; ZNANIECKI, [1918] 1984).

Os expoentes da Escola de Chicago ao analisarem o trabalho de Thomas e Znaniecki focaram os processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana. O termo *melting pot* passaria a referir a esse processo de assimilação e/ou americanização dos imigrantes sem abandonar os seus valores e modo de vida, tornando-se grupos cada vez mais amplos e inclusivos. No entanto, os pressupostos colocados por essa Escola foram postos em xeque na medida em que o *melting pot* não se concretizava, visto que, ao contrário do que se imaginava, esses grupos de imigrantes se transformaram em grupos étnicos distintos (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 4).

Os defensores da teoria marxista veem a questão da migração diferente da Escola de Chicago. Richmond (1988, p. 34) explica que os trabalhadores nativos nas sociedades industriais formavam uma espécie de “aristocracia de trabalho”, hábeis em se beneficiar dos sindicatos e do *welfare state* nos países europeus como França, Alemanha e Suíça. Como corolário os empregadores encorajavam a migração temporária de outros países de menor desenvolvimento para os serviços subalternos, mais pesados e menos remunerados, desprovidos de benefícios maiores da cidadania dos países receptores a exemplo dos turcos para Alemanha e os argelinos para a França. Logo, como consequência das diferenças espaciais existentes na relação capital-trabalho e do diferencial relativo aos salários entre as regiões, os trabalhadores das áreas onde predominam os menores salários seriam estimulados a migrar para aquelas de maior nível salarial.

Outra contribuição importante dos sociólogos e economistas americanos diz respeito à compreensão do papel da migração na estratificação e segmentação do mercado de trabalho nas sociedades industriais avançadas. Foi observado que os imigrantes, assim como as minorias étnicas e as mulheres, tendiam a permanecer em indústrias marginais e mercado secundário de trabalho, com remuneração menor que os nativos, que normalmente trabalhavam em grandes

corporações com benefícios sociais e proteção dos sindicatos. A análise enfatiza a estratificação étnica e mercado de trabalho segmentado, combinado com característica de conflito de classe e modelos de pluralismo cultural, engendrado por redes sociais e aparato da discriminação institucional (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 5).

Na década de 1930, Dorothy Thomas e colaboradores chegaram à conclusão que a única generalização possível, com características diferenciais da migração interna (relacionada à migração dos EUA), era a de que os migrantes tendiam a ser adultos jovens ou pessoas com idades pouco inferiores a vinte anos (LEE, 1980, p. 98). Essa característica também é abordada por Klein (2000, p. 24) que afirma a predominância de jovens adultos do sexo masculino em busca de emprego temporário nos Estados Unidos.

Os grandes questionamentos da teoria da migração são voltados à explicação das causas, ou fatores da migração. São inquietações que levam a perguntar por que as pessoas migram? Será que os homens procuram terras mais habitáveis, alimentos e oportunidade de reprodução como os animais, ou é simplesmente pela racionalidade econômica? Quais as condicionantes que empurram ou puxam os migrantes para determinados locais (rotas de migração)? E quais os efeitos sociais no plano micro e macro dessa decisão?

Segundo Lee (1980, p. 100), os fatores que entram na decisão de migrar podem ser resumidos em quatro: fatores associados ao local de origem; fatores associados ao local de destino; obstáculos intervenientes e fatores pessoais. Baseado nessa perspectiva, Lee afirma que as migrações resultam da interação e do balanço entre os quatro fatores: os fatores de expulsão – presentes na área de origem; fatores de atração – presentes na área de destino, e fatores intervenientes – relacionados às dificuldades encontradas pelos migrantes que afetam as decisões de ficar ou sair. Quanto aos fatores pessoais, são muitas as variáveis que afetam os limiares individuais: a sensibilidade pessoal, a inteligência e o conhecimento das condições locais pesam na avaliação de cada um. Como diz Lee,

Certos indivíduos necessitam de razões poderosas para migrar, enquanto que a outros basta uma pequena provocação ou promessa. Portanto, a decisão de migrar nunca é completamente racional [...]. Na realidade, nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si mesmas. Por exemplo, as crianças que são levadas pelos pais (LEE, 1980, p. 103).

Schultz (1962) e Sjaastad (1962), por sua vez, destacam o enfoque mais econômico no plano individual de custos (inclusive psicológicos) e benefícios na propensão para migrar.

Outra diferença importante entre os fatores associados às áreas de origem e de destino relaciona-se com as etapas do ciclo da vida do migrante, que levam o migrante supervalorizar os elementos positivos e desvalorizar os negativos. Para muitos, o país ou a área de origem é

aquela onde decorreram os anos de formação, do gozo de boa saúde, da juventude e a ausência de responsabilidades fastidiosas, a exemplo do que aconteceu com os *koutakusseis*. Por outro lado, as dificuldades associadas à assimilação a um novo *habitat* pode criar no recém-chegado uma valoração adversa, igualmente errônea sobre os fatores positivos e negativos no lugar de destino (LEE, 1980, p. 102).

O historiador Klein (2000), ao tentar responder por que as pessoas migram, parte inicialmente da abordagem individual e econômica baseado em três fatores dominantes: primeiro, o acesso à terra e ao alimento; segundo, a variação da produtividade; e terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos. As grandes migrações dos séculos XIX e XX visavam “fazer a América” – época que chegaram mais de 31 milhões de imigrantes às Américas, entre 1881 e 1915, dos quais 70% se destinavam aos Estados Unidos, em vista a combinação desses três fatores (KLEIN, 2000, p. 25). Na Europa estavam os fatores de expulsão atrelados ao fator demográfico, enquanto que os fatores de atração estavam no Novo Mundo, onde a terra era abundante e a mão-de-obra escassa.

Paul Singer (1976), defensor da abordagem histórico-estrutural, diferencia os *motivos* e as *causas* das migrações, assumindo serem estas um fenômeno social, condicionado e resultante de um processo de mudança. Para ele, os movimentos migratórios têm como determinantes causas estruturais, geralmente de caráter econômico, que atingem os grupos de forma diferenciada. Pacheco e Patarra (1997) dizem que Singer (1976) afastou a dimensão psicológica como fator explicativo, inserindo o movimento no processo de transformação global. Logo, a motivação é circunscrita à situação social de estagnação ou de mudanças nas áreas de origem dos fluxos migratórios. Os fatores de expulsão e atração passaram a ter sentido concreto e “a distinção entre causas estruturais e motivos (individuais ou familiares) resguardava a proposta de um caráter excessivamente economicista”, de acordo com Pacheco e Patarra (1997, p. 39). Em suma, os motivos individuais existem, mas são subordinados a causas estruturais.

Na explicação dos fluxos migratórios no tempo e no espaço, Singer segue a mesma linha de Lee, apontando que os fluxos migratórios são consequências dos chamados fatores de expulsão (origem) e de atração (destino), ou da interação de ambos. Os fatores de expulsão decorrem de mudanças – em consequência da transformação das relações de produção tradicionais com o aumento da produtividade do trabalho e redução do nível de emprego – e fatores de estagnação, relacionados às limitações na disponibilidade de terras cultiváveis frente à pressão demográfica, seja pela monopolização pelos grandes proprietários, seja pelo excedente populacional. Por sua vez, os fatores de atração funcionam como orientadores dos fluxos, tendo como principal condicionante a demanda por força de trabalho gerada pelas

indústrias e pela expansão de serviços, traduzido em possíveis oportunidades econômicas da área de destino (SINGER, 1976; FERREIRA, 2001; RENNER; PATARRA, 1980).

Paul Singer (1980), ao analisar o caráter histórico das migrações, associa o fluxo migratório da zona rural ao urbano ao processo de industrialização que sofreu modificações profundas. Na sua análise distingue pelo menos três modalidades de industrialização: *a)* a Revolução industrial da Europa no século XVIII que se expandiu para a Europa ocidental e central e para a América do Norte; *b)* a industrialização dos países de economia centralizada; e *c)* a industrialização em moldes capitalistas recentes na América Latina, Ásia e África. A aglomeração espacial da atividade industrial se deve a necessidade de utilização de infraestrutura de serviços especializados (energia, água, esgotos, transporte, comunicações, etc.) e complementaridade entre os estabelecimentos industriais e a profunda alteração da divisão social do trabalho. Nesse contexto, as migrações nada mais são que “um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1980, p. 219).

Nessa mesma linha de pensamento, cita-se a contribuição de Sassen (1988) que esclarece que os processos de transformação das migrações estão relacionados com a reorganização da economia mundial nas duas últimas décadas, resultando na formação de um espaço transacional, onde a circulação de trabalhadores é apenas um dos fluxos dentre os outros, como os de capital, mercadorias, serviços e informações. É o que ela chama de ruptura da estrutura tradicional do trabalho. Cita por exemplo, a subcontratação organizada, permitindo que antigos sistemas de trabalho doméstico, artesanal e familiar revivam e floresçam para formação de pequenos negócios. Consequentemente a proliferação das economias “informais” e clandestinas no mundo capitalista avançado.

Significa que o processo de migração sofreu transformações substanciais com o processo de transnacionalização do mercado pelo liberalismo econômico, com a generalização da dinâmica da migração interna e externa, inclusive com mudanças na direção nos fluxos migratórios internacionais a partir da década de 1980, que trouxe resultados impactantes para os dois lados (país de origem e de destino), a exemplo do movimento dos *decasséguis* que proliferam as economias informais do Japão, estudado por Marinucci (2007), em “Breve panorama das migrações internacionais, entre 1980 e 2005”, o qual retrata o fluxo migratório dos brasileiros para os diversos países, principalmente para os Estados Unidos.

O sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998) faz duras críticas ao etnocentrismo prático da sociedade (relacionado principalmente aos franceses) que procuram explicar a vinda dos imigrantes numa visão “endógena”, baseada nas próprias estruturas internas (econômica,

mercado de trabalho, estrutura demográfica e sociais). Nesse sentido é evocado o déficit demográfico, o déficit estrutural e a constante baixa taxa de natalidade, agravada conjunturalmente pela necessidade de homens para a indústria de guerra, e depois para a reconstrução após a guerra. Em sua opinião, seria mais correto falar de subqualificação para atender uma demanda crescente de mão-de-obra para tarefas desagradáveis e socialmente desvalorizadas. Mas, à medida que a migração se distancia da definição ortodoxa e da representação “ideal” (da ilusão de uma presença necessária e provisória), descobrem-se os paradoxos e desvendam-se as ilusões que são a própria condição dos emigrantes e da perpetuação da imigração no novo território.

Ampliando a revisão da literatura exposta acima, conclui-se que a migração como componente demográfico relacionado às condições históricas de mudanças socioeconômicas estruturais constitui importante fenômeno no mecanismo de reprodução, fecundidade, mortalidade e na composição étnica da sociedade. Como fator social influencia na formação cultural, nas relações de classe social e na composição do mercado de trabalho de uma região ou de um país. Assim, dada à complexidade e interdisciplinaridade conceitual do termo migração, são poucos os autores que trazem definições ou conceitos sobre o mesmo. Acredita-se que o mais clássico seja o do americano Everett Lee, apresentado em 1966, que define a migração da seguinte forma:

De uma maneira geral, define-se migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre migração externa e a migração interna (LEE, 1980, p. 99).

Trata-se de um conceito bem genérico em que o autor se prende a mudança de domicílio do indivíduo, de forma definitiva ou quase definitiva, sem limitações à distância ou à natureza voluntária ou involuntária do ato. Em outras palavras, numa visão histórica, estariam incluídos os escravos, os exilados políticos ou de guerra e a todos que fizeram a migração forçada. Entretanto, a literatura contemporânea e as estatísticas sobre migração, normalmente, consideram migração a mobilização da mão-de-obra livre, excluindo os turistas e os viajantes de caráter temporário.

O uso do termo “deslocamento” como sinônimo de “migração” atende à ideia geral de pessoas ou povos que se deslocam de um lugar para outro, dado por Sayad (1998, p. 15) quando diz: “Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico”.

Salim (1992, p. 119) retrata bem a dificuldade de conceituação quando diz que a migração é qualificada em função do tipo de movimento ou deslocamento espacial que representa, podendo ser contínua, circular, intermitente, de retorno, por situação de domicílio, intra ou inter-regional etc. Como agravante, inexiste unanimidade no entendimento do que seja migração, migrante ou, simplesmente, mobilidade, e surgem ainda dificuldades para se delimitar o que seriam fluxos ou correntes migratórios – nomadismo, evasão populacional, movimentos sazonais etc. Diante da diversidade conceitual Salim elege a definição das Nações Unidas por incluir todos os elementos constitutivos da migração:

A migration is defined as a move from one migration- defining area to another (or a move of some specified minimum distance) that was made during a given migration interval and that involved a change of residence (UNITED NATIONS, 1970, p. 2).

Destaca o autor que existem três elementos que constituem migração: a distância de deslocamento, o tempo de permanência ou residência e o local de origem e destino do fluxo como etapa migratória única e/ou última. Acrescenta que para uma definição mais criteriosa teria que se incluir outras possibilidades como, a migração de retorno e outras migrações temporárias especificamente as últimas, pois apesar de não explicitadas nas estatísticas do censo, são tão importantes quanto às permanentes e podem até ser mais expressivas, sob o aspecto numérico ou socioeconômico. Deste modo, a migração qualifica-se além das variáveis: *distância, tempo e local*, as quais, se necessárias à aferição empírica, via dados demográficos padronizados, não são suficientes à compreensão científica do fenômeno, posto que a migração envolve movimentos múltiplos – contínuos, intermitentes ou circulares – que implicam em mudanças permanentes e temporárias, ou mais especificamente, em simples mobilidade da força de trabalho (SALIM, 1992, p. 121 e 138).

Ao analisar as formas de migração japonesa no Brasil, Saito (1961) diz que qualquer tentativa de classificação ou conceituação do fenômeno das migrações humanas está em função do prisma ou ponto de vista pelo qual o problema é proposto. Diz que há autores que incluem os movimentos de invasão e conquistas, quer de povos antigos quer modernos. Outros, apoiando-se na concepção moderna de liberdade individual, fazem a distinção entre a migração forçada e a livre (SAITO, 1961, p. 9) e ainda, tomando por critério o cenário nacional e internacional, passam a chamar de migração interna e externa ou internacional. Dentro dessa classificação o grupo dos japoneses, objeto deste estudo, corresponde à categoria de imigração internacional livre.

Entender a imigração como movimento livre de pessoas com intenção de transferir definitivamente a residência parece simples e clara, todavia não é tão explícito porque pode

haver oscilação quanto ao lapso de tempo (SAITO, 1961, p. 10). Corroborando com essa observação podemos afirmar que os japoneses que outrora foram para São Paulo, almejavam a migração temporária, porém, o tempo consumido para realizar os seus objetivos variou. Para alguns, o lapso de tempo foi de meses, para outros, de dezenas de anos, enquanto que muitos nunca retornaram. No caso dos *koutakusseis*, a imigração era de caráter permanente, mas muitos retornaram ou remigraram depois um a dois anos. Assim, o conceito convencional do que seja “permanente” e “temporário” não é condizente com a realidade, quando aplicada aos propósitos dos imigrantes. De fato, a distinção só é útil ou oportuna para uso em acordos e convênios internacionais.

Na categorização da imigração, quando levada em conta a política dos países interessados em planejar os movimentos migratórios, Saito (1961, p. 11) aborda três categorias que não obedecem a critérios mutuamente exclusivos: a) migrações subsidiada e de encaminhamento coletivo, que é na maioria das vezes, migração dirigida; b) migração não subsidiada, livre e de encaminhamento dispersivo, na maioria das vezes, chamada de migrações espontânea e livre; c) às vezes, imigrantes contratados, trabalhadores (colonos), bem como empreendedores destinados à colonização agrícola – não se enquadram nos itens anteriores por apresentarem caráter ambíguo. Na prática estatística, o que se observa normalmente, é que essas categorias são classificadas em dois grupos: dirigida e espontânea.

No contexto regional, em face da carência de mão-de-obra local a migração transoceânica veio como uma complementação ao processo da migração interna, seja de forma dirigida ou espontânea, cuja trajetória de ocupação e conflitos tem muitos pontos em comum nas colônias de assentamento da região. Portanto, os fluxos migratórios e as políticas públicas são escolhas inerentes ao processo de colonização, conduzidas dentro de um modelo explícito ou implícito, que privilegiam setores, regiões ou pólos, ou ainda grupos sociais, em detrimentos a outros (COSTA, 1979).

Numa perspectiva interdisciplinar, o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998) refere-se à imigração como um “fato social completo”, que não pode ser segmentada numa visão macro ou micro sociológica, posto que é um tema interdisciplinar, ponto de interseção de várias ciências, a única característica em que há convergência na comunidade científica. Como fato social total envolve a dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (reportando-se a formação demográfica e política da população); e em sua extensão sincrônica, isto é, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e de seu funcionamento. E neste sentido, diz que todo o itinerário do imigrante é um itinerário epistemológico, que se dá, de certa forma, na interseção das Ciências Sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas. E que

o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, mas também é um espaço qualificado em muitos sentidos: socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente, sobretudo por meio das duas realizações culturais que são a língua e a religião (SAYAD, 1998, p. 15). Interessante a sua observação quando fala que a sociedade se arvora no direito de desconhecer tudo o que antecede a vinda do imigrante e o etnocentrismo do pesquisador, que procura conhecer o que tem interesse de conhecer, ou seja, só se tem interesse intelectual por um objeto social com a condição de que esse interesse seja levado por outros interesses (SAYAD, 1998, p. 14 e 16).

Sayad ensina que para que a pesquisa da migração seja completa, em primeiro lugar, é necessário o estudo da emigração, ou pelo menos compreender as condições sociais que a engendraram e das transformações da emigração, pois não existe imigrante sem emigrante. Somente o retorno elimina a condição de migrante em suas duas dimensões de emigrante e imigrante ao mesmo tempo (SAYAD, 2000). Assim, para entender a emigração dentro do contexto político do expansionismo japonês, procurou-se penetrar na história do Japão para conhecer os fatores de expulsão, tomando como referência o livro do diplomata brasileiro no Japão, Luiz Paulo Sette (1991) “A revolução dos samurais” e do renomado historiador americano David Landes (1998) em “Riqueza e pobreza das nações”; complementadas com as obras de Quigley ([1932] 2007); Wooley ([1960] 2005); Riallin (1962); Buck (1979); Coox (1990); Coogan (1994); Hall (1995); Young (1999); Matsusaka (2003); Auslin (2004); Alves (2011) e outras fontes oficiais, como as bibliotecas nacionais de Portugal e Japão.

Uma vez discutido o entorno do que seja o fenômeno migratório é importante indagar: quem é o agente que realiza o ato da migração?

Existem atualmente vários estudos sociológicos, antropológicos e psicológicos que analisam este ator social sob diferentes prismas, como a questão do pertencimento, da identidade cultural, da espacialidade ou territorialidade do migrante. Com a consolidação das Ciências Sociais no Brasil, pode-se citar o trabalho “Migração e desterritorialização” de Haesbaert (2005); “Imigração e (re)construção de identidades étnicas” da antropóloga Seyferth (2005); “A questão da identidade dos brasileiros na migração no Japão”, de Sasaki (2004), entre outros. O demógrafo Everett Lee (1980, p. 111-13) sintetizou as tendências sobre a seletividade e o comportamento dos migrantes:

- a) *As migrações são seletivas* em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevaletentes nos locais de origem e destino. Significa dizer que os migrantes têm opções ou capacidades diferentes para superar múltiplos obstáculos. A seletividade nos deslocamentos se distingue em duas

classes: seletividade positiva, quando os migrantes são altamente qualificados - se migram, é porque recebem melhores ofertas. Essas pessoas vêm a migração como fator de ascensão, em resposta a fatores positivos existentes no lugar de destino; já a seletividade negativa ocorre quando os migrantes são de baixa qualificação e se deslocam devido a fatores negativos na área de origem. Entretanto, a classe de seleção varia, sendo positiva em certas correntes, e negativa em outras.

- b) *O grau de seleção positiva aumenta com a dificuldade dos obstáculos intervenientes.* Significa que os obstáculos intervenientes servem para “peneirar” os migrantes conforme suas características, ainda que a seleção no lugar de origem seja negativa ou aleatória. E a medida que a distância aumenta, os migrantes passam a constituir grupo de excelência cada vez maior. Essa predição de Lee faz lembrar a lei da seleção natural da teoria darwiniana, que leva a deduzir que quanto maior os obstáculos para chegar ao local de destino mais fortes são os migrantes.
- c) *A migração faz parte dos *rites de passage* dos seres humanos, como diz Lee: *A propensão mais intensa a migrar em certas etapas do ciclo vital é importante na seleção dos migrantes.** Significa que há propensão pela população economicamente ativa, por gênero, estado civil ou tamanho da família.
- d) *As características dos migrantes tendem a ser intermediárias entre as características da população do lugar de origem e da população do lugar de destino.* Significa que o migrante tende a assumir algumas características da população do lugar de destino e passam a perder parte das do lugar de origem, seja dos aspectos positivos ou negativos, inclusive em termos de fecundidade e instrução. Portanto, um dos paradoxos da migração consiste na diminuição das qualidades específicas da população dos locais de origem e de destino.

Para Lee (1980, p. 98), “a maioria dos estudos que enfocam as características dos migrantes tem sido realizada com escassas referências à magnitude dos fluxos, sendo poucos também os que consideraram os motivos da migração ou a assimilação dos migrantes nos locais de destino”. Segundo o autor, a maior parte dos ensaios teóricos sobre a migração versa sobre a distância e os caracteres do migrante como: sexo, idade, raça e instrução. No caso, o autor se refere aos estudos da década de 1960, mais focados nos dados quantitativos.

2.2 CORRENTES TEÓRICAS ATUAIS SOBRE A MIGRAÇÃO

Mesmo reconhecendo a importância dos estudos clássicos de Ravenstein e de outros autores, Salim (1992) diz que é problemático estabelecer uma cronologia certa da evolução teórica da migração. Ele afirma que as teorias atuais sobre a migração geralmente indicam como causa motora principal a desigualdade econômica, social, regional, e que caberia à migração o papel de superar, diluir ou mesmo acentuar tais desigualdades. Entretanto, enfatiza o autor, que as interpretações são divergentes e conflitantes, dependendo de cada enfoque teórico, da abordagem metodológica, dos pressupostos ideológicos e, principalmente, no que diz respeito à interpretação dos fatores determinantes, inclusive de caráter político.

Assim, para demonstrar a ausência de unanimidade quanto aos critérios de classificação das diferentes correntes teóricas sobre a migração, Salim (1992) cita as propostas de Gaudemar (1977), Gonzales (1980), Oliveira e Stern (1980), Wood (1982), Raczyński (1983), entre outros. O conjunto de teorias expostas na literatura, o autor chama de “truncos teóricos” - por se tratarem de um substrato comum de uma multiplicidade de subdivisões e significações que saem das escolas, correntes e variantes, os quais passam a ser classificados em três truncos principais:

- 1) Modelos neoclássicos contemporâneos, que se preocupam com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra;
- 2) Perspectiva histórico-estrutural, vinculada à tradição dialética do marxismo e responsável por vasta produção crítica sobre a migração na América Latina;
- 3) Mobilidade da força de trabalho, cuja releitura dos economistas clássicos procura “reinventar” a análise da migração no processo geral de acumulação capitalista (SALIM, 1992, p. 122).

Portanto, seguindo a perspectiva desse autor e de outros da mesma linha de pensamento procurar-se-á expor os três truncos teóricos de forma resumida.

2.2.1 Corrente neoclássica

Os modelos neoclássicos contemporâneos, difundidos a partir da década de 1960, procuram relacionar o fenômeno migratório com a teoria econômica. Para os autores dessa corrente, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores em direção aos fatores de produção (terra, capital e recursos naturais). Para Wood (1982, p. 300-1), a distribuição desequilibrada destes fatores de produção e o retorno diferenciado na remuneração do trabalho influenciam a direção e magnitude dos fluxos migratórios, ou seja, os indivíduos se deslocam na tentativa de maximizarem seu bem-estar, de tal forma que o enfoque neoclássico assume pelo menos três supostos básicos sobre a migração, segundo Raczyński (1983, p. 870):

- i) Os diferenciais de salário e de oportunidades de emprego entre áreas distintas;
- ii) O cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre a permanência e a mudança;
- iii) As correntes migratórias como somatório das decisões individuais.

Segundo a abordagem de Harris e Todaro (1970), a migração é entendida como um simples somatório de indivíduos que se movem em função do diferencial de renda. Logo, a mobilização é vista como uma ação racional dos migrantes que define o sucesso ou insucesso pelo grau de educação, experiência, domínio da língua do país hospedeiro, tempo de permanência e outros elementos do capital humano. Sasaki e Assis (2000, p. 6) também sustentam que na perspectiva neoclássica a migração internacional decorre das diferenças de taxas salariais entre países em razão da perspectiva do migrante que calcula o custo e o benefício da experiência migratória. Portanto, nessa linha de raciocínio, os mercados de trabalho são os mecanismos primários pelos quais os fluxos internacionais são induzidos e que dão suporte à teoria do equilíbrio de renda e emprego de diferentes países.

Nessa corrente a migração é vista como um fenômeno positivo e desejável à medida que possibilita a transferência de excedentes populacionais de um setor para outro, atuando, inclusive, como fator corretivo dos desequilíbrios gerados pela distribuição desigual dos recursos produtivos escassos no espaço. Com o deslocamento, haveria uma queda dos salários na região de destino devido ao crescimento da oferta de mão-de-obra e um aumento nos níveis salariais na região de origem em função da diminuição da oferta da força de trabalho. O produto também se elevaria na área de destino, uma vez que é uma função do nível de emprego. Consequentemente, as migrações como fator de equilíbrio torna possível restabelecer o equilíbrio no nível de salário, emprego e produto entre as regiões diferenciadas (FERREIRA, 2001, p. 101).

Salim (1992), ao fazer uma revisão desse quadro teórico, apoiando-se nas posições de Gaudemar (1977), Gonzales (1980) e Raczynski (1983), diz que proliferam nas últimas décadas modelos empíricos operacionais em grau diverso de complexidade, frequentemente contraditórios nos seus resultados, evidenciando, diante de seus objetivos, a “ineficácia dos conceitos neoclássicos”. Portanto, critica a corrente teórica neoclássica devido à centralidade na análise do indivíduo que limita a compreensão científica da migração. Além disso, há evidências suficientes que a migração não implica necessariamente na eliminação das desigualdades regionais ou econômicas. Em suma, a migração trata-se de um fenômeno complexo no qual intervém uma multiplicidade de fatores que o afetam diferenciadamente, de acordo com as características de cada região, país etc.

Outra crítica parte de Portes (1995), que diz ser questionável a posição dos neoclássicos, pois estes autores não consideram a ação econômica sendo socialmente orientada, ou seja, a busca por ganhos materiais também deve estar relacionada à expectativa de reciprocidade no curso da interação social no interior do seu grupo. Desta forma, os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos, mas como integrantes de estruturas sociais que afetam os múltiplos caminhos de sua mobilidade espacial e socioeconômica.

2.2.2 Corrente histórico-estrutural

Nos últimos anos da década de 1960, surgem análises que procuram relacionar o processo migratório com as especificidades do desenvolvimento econômico, especialmente da América Latina. Essa forma de analisar os movimentos populacionais é conhecida como perspectiva histórico-estrutural. Há uma variedade de modelos que adotam essa abordagem, com a denominação de “teoria da dependência”, “colonialismo interno”, relação “centro-periferia” e “acumulação global” (WOOD, 1982; SALIM, 1992).

A abordagem histórico-estrutural enfatiza que os diferentes movimentos espaciais da população se dariam sob o condicionante das mudanças no âmbito da estrutura da produção, as quais afetariam as diferentes classes sociais de forma distinta. Nesse sentido, os deslocamentos populacionais não seriam uma soma de decisões individuais, mas uma determinação da estratégia expansiva do capital, que, ao engendrar desigualdades regionais, provocaria a formação de fluxos migratórios a partir das regiões periféricas do sistema para a região central (WOOD, 1982; FERREIRA, 2001, p. 103).

Um importante expoente da abordagem histórico-estrutural é Paul Singer (1976) que, no estudo do fenômeno migratório, diferenciou os motivos e as causas das migrações, assumindo serem estas um fenômeno social, condicionado e resultante de um processo de mudança. Para ele, os movimentos migratórios têm como determinantes causas estruturais geralmente de caráter econômico, que atingem os grupos de forma diferenciada.

Na concepção de Salim, este “tronco teórico” vê a migração não como ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno social, onde a unidade é a corrente ou fluxo composto por classes sociais ou grupos socioeconômicos que emanam de estruturas societárias delimitadas. Assim, de acordo com Salim,

O foco de análise é redirecionado para as contradições no âmbito das relações sociais da produção, do desenvolvimento das forças produtivas e dos mecanismos subjacentes de dominação. [...] a abordagem histórico-estrutural enfatiza, antes de tudo, a visão da estrutura como um todo, isto é, as condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam a sua dinâmica [...] (SALIM, 1992, p. 125).

Nesse sentido, a migração, cujo motor é a desigualdade regional, não atua como elemento catalisador do equilíbrio e do ajuste, pelo contrário, processa-se no sentido de uma desigualdade ainda maior entre regiões ou grupos sociais. No contexto da acumulação de capital, ela constitui-se em elemento importante no processo de concentração, atuando como resultado e condição desse processo.

Por outro lado, Salim (1992, p. 131) faz críticas a essa corrente de pensadores dizendo que vários estudos evidenciam hipóteses frágeis e reducionistas à dimensão econômica, agravada por uma concepção teleológica das causas cabais inevitáveis da dinâmica migratória, que redundava numa dialética mecanicista. Nessa perspectiva elenca duas limitações inerentes à análise histórico-estrutural: a primeira se refere ao tratamento inadequado, por vezes simplista, das variáveis demográficas, o qual impede o estabelecimento de inter-relações efetivas entre os processos migratórios e as mudanças estruturais; a segunda limitação se relaciona ao enfoque da força de trabalho considerada “livre”, mas subordinada à necessidade de acumulação do capital.

Outro ponto que Salim (1992, p. 132) chama atenção diz respeito à inversão da ordem de análise, uma vez que a explicação da migração é dada normalmente pelas consequências, daí o maior conhecimento da migração em termos de áreas de destino/atração do que pelas áreas de origem e expulsão, como há também a tendência de privilegiar explicações sobre a migração rural-urbana, comprometendo assim a compreensão global das características dos diversos fluxos em termos de natureza e destino.

2.2.3 Corrente da mobilidade da força de trabalho

Os trabalhos de Gaudemar (1977) e Benetti (1988), analisados por Salim (1992), destacam-se como portadores desse enfoque na construção de um terceiro caminho entre a decisão de migrar e as causas estruturais. Nas explicações de Salim (1992) trata-se de uma nova ótica de análise centrada na relação capital-trabalho, produção e reprodução ampliada dessa relação, onde a dimensão espacial – traduzida como conjunto de relações sociais – é retida para análise de forma concreta de mobilidade da força de trabalho. Parte do pressuposto que, se os segmentos da população ou continentes da força de trabalho deslocam-se no espaço é porque estes se estruturam de forma a colocá-los em movimento tanto espacial, quanto setorial e profissionalmente. Nesta linha de pensamento, a migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado e passa a ser agente de transformação.

Correlacionando essa corrente às teorias marxistas, Salim também argumenta que, nas estruturas capitalistas marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômenos de submissão e não de liberdade. Afirma que “não existe migração maciça espontânea: as razões estruturais compelem os emigrantes a deslocarem-se no espaço, determinando os fluxos e refluxos, assentamento e/ou redistribuição espacial da população, ou especificamente, da força de trabalho livre” (SALIM, 1992, p. 128). A suposta liberdade de movimento resulta, em sua maioria, na perda de espaço de determinadas camadas sociais no processo de aprofundamento das relações capitalistas (FERREIRA, 2001, p. 104).

Para os autores dessa linha de pensamento, o processo de mobilidade populacional está, em sua globalidade, inserido no processo de valorização do capital em suas etapas de: produção das forças de trabalho – via acumulação primitiva e formação do mercado de trabalho; na utilização das forças de trabalho – pela divisão do trabalho; e na circulação das forças de trabalho – que é o momento de submissão da mobilidade às condições do mercado (GAUDEMAR, 1977, p. 192-5). Essa circulação é explicada pelo movimento do fluxo e refluxo que provoca a emigração. O efeito do fluxo de trabalhadores menos qualificados e de baixo valor (como as mulheres e crianças) e o efeito do refluxo é a eliminação dos trabalhadores mais qualificados que irão compor ou aumentar o excedente populacional economicamente ativo (SALIM, 1992, p. 129).

Considerando que a força de trabalho é subordinada às necessidades de reprodução capitalista, ela se torna vulnerável a um dos três níveis de mobilidade do trabalho: o temporal (aumento da jornada de trabalho), o vertical (divisão da força de trabalho em hierarquias) e o espacial (deslocamentos populacional do setor rural para o urbano) (FERREIRA, 2001, p. 102-3). Salim também critica essa corrente dizendo que a concepção de mobilidade da força de trabalho escamoteia a apreensão do real significado, ou seja, sua riqueza de possibilidades, em estruturas sociais capitalistas, posto que a mobilidade é frequentemente estudada apenas em suas manifestações concretas imediatas, isto é, reduzida às evidências empíricas dos próprios movimentos e não apreendem o conceito de forma heurística (SALIM, 1992, p. 133)

Em conclusão, as diversas concepções levam a concluir que os fluxos migratórios se formam a partir de um desequilíbrio socioespacial, liderado pelas transformações das atividades econômicas no sistema capitalista, que, por sua vez, provocam diferenciais de renda e de emprego entre as áreas de origem e destino. Todavia, na ótica de outros autores, as divergências são amplas, indo desde a concepção do que seria fluxo, mobilidade, migrante, até a análise empírica dos dados (SALIM, 1992).

2.3 ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS

Peixoto (2004, p. 5) comenta que a teoria de Ravenstein está na base de todos os modelos modernos de *push-pull* – dos fatores de atração e repulsão – pela filiação paradigmática desse modelo que considera no centro dos processos migratórios a decisão de um agente racional. Todavia, a existência de regiões (ou países) com características econômicas desiguais pode ser interpretada de uma forma mais “estrutural”, típica de uma leitura econômica neoclássica, de raiz marginalista dominante do final do século XIX.

Com a consolidação da sociologia ao longo do século XX, a migração passa ter uma leitura mais holística e estruturalista da realidade – em que os comportamentos individuais resultam de forças sociais profundas (Durkeim) ou de relações sociais inevitáveis (Marx), ou na forma do funcionalismo (Parsons). Assim, reconhece Peixoto (2004, p. 5) que sempre existiu na “sociologia das migrações” esse “dualismo” no campo de análise das migrações, mesmo quando existiram leituras bem demarcadas por parte de alguns autores.

Peixoto argumenta que o debate interno da “sociologia das migrações” envolve referências múltiplas, provenientes de diferentes ciências sociais. Portanto, os fatores da emigração vão além dos aspectos individuais, razão porque é notória a coexistência de explicações sociológicas do tipo micro – como as que envolvem o processo racional de tomada da decisão – e do tipo macro – como as que referem à existência de “forças que impelem à migração” (PEIXOTO, 2004, p. 8).

Nas teorias microssociológicas, o autor analisa os modelos de *push-pull* e do capital humano; o ciclo de vida e a trajetória social do indivíduo. Nas teorias macrossociológicas aborda as escolas estrutural-funcionalistas (sobretudo, durkheimiana) e as teorias marxistas ou neomarxistas; o mercado de trabalho segmentado e a economia informal; as teorias das estruturas espaciais (geografia econômica), sistemas-mundo (cidades globais) e sistemas migratórios; o papel das instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais (PEIXOTO, 2004, p. 5). Nessa abordagem, os “novos economistas” entendem que as decisões migratórias não são tomadas pelos atores individuais isolados, mas por unidades maiores de pessoas relacionadas – tipicamente famílias ou domicílios – nas quais as pessoas agem coletivamente para minimizar e afrouxar constrangimentos e não apenas para maximizar a renda (STARK; BLOOM, 1985).

A contribuição das análises de redes na teoria das migrações indica tendências nos fluxos migratórios, onde os grupos procuram migrar para lugares onde possuem contatos com amigos, parentes e conterrâneos. As redes sociais por sua vez são elementos importantes na

teoria do capital social porque, apresentam-se como estruturas relacionais, isto é, por intermédio das quais se materializa o capital social. Dentro dessa linha de argumentação, uma abordagem relevante do trabalho de Sasaki e Assis (2000) relaciona-se à análise das redes sociais no processo migratório. As autoras chegaram à seguinte conclusão:

Os trabalhos de Massey, Tilly e Boyd demonstram a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam. Entretanto, estes mesmos autores apontam a ambiguidade dessas relações, pois a própria dinâmica da migração revela que os laços de parentesco, amizade e origem comum são também permeados por conflitos e ambiguidade. Além disso, as redes sociais evidenciam que nos processos migratórios contemporâneos, os migrantes mantêm múltiplas relações tanto na sociedade de destino quanto na de origem. Essas relações sugerem características que apontam para o contexto transnacional dos fluxos migratórios contemporâneos [...] (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 12).

Peixoto também faz referência à importância das redes migratórias, baseado em diversos autores que reconhecem que os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato da reflexão inicial, nem na realização concreta. Mais que cálculos individuais de ganho, a inserção das pessoas nessas redes ajuda a explicar propensões diferenciais às migrações e o caráter duradouro dos fluxos migratórios (PEIXOTO, 2004, p. 29).

Percebe-se que as redes sociais contribuem para a constituição e fortalecimento de capital social e alavancam a migração, ou seja, à medida que alguns se “dão bem” no local de destino há um processo progressivo nesse movimento de bando, que passa a ter importância nos fluxos migratórios. Corroborando com essa concepção da importância das redes sociais, entende-se que o capital social é um recurso de mobilização. São recursos compartilhados nas relações de parentesco, de amizade e de grupos comunitários mais amplos, a partir de relações de confiança e cooperação e também de conflitos. A propósito, na comunidade nipônica é muito presente a formação de redes sociais. São dezenas de associações culturais, clubes recreativos, esportivos, religiosos, associações da província de origem (*kenjin-kai*), associação de senhoras e outras entidades sem fins lucrativos que mantêm laços de solidariedade entre os membros dessa comunidade. Portanto, para fins deste trabalho, faz-se importante conhecer os tipos de interações no interior da comunidade nipônica existentes nas localidades estudadas. E ainda, em que medida essas redes contribuem para a constituição e fortalecimento do capital social, cuja teoria está baseada nas obras de Bourdieu ([1980] 1998), Coleman (1988); Putnam (2002), que são analisados por Portes (2000), Franco (2001); Portugal (2007), Ximenes (2008), entre outros.

2.4 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Vale a pena revisar referências importantes sobre a migração no Brasil em geral e na América Latina, para contextualizar a migração japonesa no País. Nesse sentido, merece destaque o trabalho do historiador americano Herbert Klein (2000), em “Migração internacional na história das Américas”, que traz importante contribuição para o entendimento do fluxo migratório, no contexto do povoamento dos países americanos dentro de uma abordagem econômica, do período de transição demográfica até o declínio das migrações internacionais após a Segunda Guerra Mundial. Klein explica o processo de formação das colônias ibero-americanas, e das colônias inglesas e francesas na América do Norte que aconteceram no período das grandes migrações (1880-1915).

Outro destaque é a mudança dos parâmetros da migração com o processo da globalização da economia. Nesse sentido, cabe citar a importante contribuição sobre os fluxos migratórios na América Latina (incluindo os países do Caribe) organizada por Solimano (2008), intitulada *Migraciones internacionales en América Latina: booms, crisis y desarrollo*, em que vários autores discutem o problema da diáspora da população economicamente ativa dos países latino americanos para os centros industriais dos países mais desenvolvidos na década de 1960 a 1990, especialmente, sobre Argentina, Chile, Colômbia, Equador e República Dominicana. Entre os motivos das emigrações destacam os fatores políticos pelo colapso da democracia em seus países durante os períodos das ditaduras que desencadearam os fluxos emigratórios da mão-de-obra qualificada e “fuga de cérebros”.

Igualmente, Lobo, Stefani e Sousa (2005) em “Migração na América do Sul: territorialidades e espacialidades da imigração sul-americana no Brasil” aborda a presença crescente de imigrantes dos países vizinhos da América do Sul. Especificamente no contexto nacional não se podem omitir as contribuições de alguns autores que discutem o processo migratório no Brasil, dentro de uma visão mais demográfica como Levy (1974), Renner e Patarra (1980), Petrone (1987) e Bassanezi (1995).

O trabalho disponibilizado por Maria Stella Ferreira Levy (1974), em “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, merece destaque pela quantidade e qualidade dos dados demográficos sobre a participação dos estrangeiros para o crescimento da população brasileira. Nesse sentido, os dados quantitativos do contingente da população que se movimentou nesse período são relevantes para situar a participação dos japoneses no contexto das grandes migrações internacionais.

Já a obra de Bassanezi (1995) em “Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico” traz relevantes contribuições para o debate do tema, pois se trata de uma obra de grande importância para a compreensão da formação histórica da imigração internacional no Brasil. A abordagem histórica, as motivações e os dados quantitativos das imigrações estrangeiras são de qualidade ímpar para qualquer trabalho científico. Além do mais, pode-se contar com a riqueza de detalhes de cada grupamento de imigrantes como a dos portugueses, italianos, espanhóis, japoneses e alemães.

Pacheco e Patarra (1997) trazem também grandes contribuições para o entendimento do movimento das migrações internas do Brasil dos últimos 20 anos. Avaliam que a crescente preocupação com estudos sobre movimentos populacionais deve-se à tendência de convergência entre os níveis de fecundidade e mortalidade e as disparidades de alocação da população no espaço. Essa tendência tem se refletido em decréscimos acentuados nas taxas de crescimento populacional e movimentos migratórios intensos no contexto nacional e internacional. No campo interno observou-se um menor crescimento das metrópoles e uma incidência acentuada de migrações de retorno, com uma crescente tendência à pendularidade das migrações. A questão da pendularidade também é revisada por Oliveira (2006) e por Aguilera e Staevie (2017), que abordam sobre o movimento transfronteiriço de trabalhadores paraguaios entre Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil).

Dentro dessa discussão, além de ter uma rápida visão do cenário da época, é possível compreender que as migrações são consequências de um conjunto de fatores (políticos, econômicos e sociais) decorrentes da globalização da economia, como: diminuição dos custos de transporte e acesso da população aos fluxos de informação, que permitem as pessoas se mobilizar e desenvolver suas capacidades individuais, a exemplo dos *decasségus* nipo-brasileiros que seguiram a rota inversa de seus pais, a partir da década de 1990 e estão trazendo divisas ao Brasil.

No contexto das migrações internacionais na Amazônia, Marília Emmi (2013) em “Um século de imigrações internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950)” traça as características e as contribuições econômica, cultural, social e política dos imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, sírios e libaneses e japoneses na Amazônia brasileira. Trata-se de um minucioso estudo dos cinco maiores fluxos migratórios que se dirigiram para a Amazônia brasileira ao longo de um século, no qual evidencia homologias e peculiaridades do enfoque comparativo na historiografia das imigrações. Como observa o professor Aragón na apresentação, “torna-se uma leitura obrigatória de estudantes, professores e pesquisadores para entender a Amazônia de ontem e de hoje”.

O trabalho de Aragón (2013), em “Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar” aborda, entre outros temas, o conceito polissêmico da Amazônia e a questão da migração internacional em suas várias vertentes. No tema 4 – Migração Internacional, nova descoberta da Amazônia? destaca a visibilidade da marca Amazônia em escala global que permite antever a relevância que a imigração internacional poderá vir a ter no futuro da região. Inclusive, faz referência a diversos trabalhos acadêmicos do NAEA atinentes ao novo processo migratório na Amazônia, como a fuga do capital humano, migração de garimpeiros, tráfico internacional de seres humanos, impactos econômicos e sociais das remessas do/ao exterior, a herança deixada por imigrantes europeus, japoneses e de outras nacionalidades que hoje representa importante fator de desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

2.4.1 Revisão da literatura sobre a imigração japonesa no Brasil

Especificamente sobre a imigração japonesa no Brasil um clássico da literatura citado por vários autores é a obra de Tomoo Handa (1987) – “O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil”. Trata-se de um minucioso registro do cotidiano e do sofrimento dos japoneses no Brasil, no período de 1908 a 1968. É também um relato não menos fiel do Brasil e dos brasileiros nas primeiras décadas do século XX, em que o autor, com a curiosidade e perspicácia de um viajante atento, descreve os costumes e a vida cotidiana dos trabalhadores do Sudeste brasileiro. Interessante é constatar que a história de vida escrita pelo imigrante Handa (1987) representa o universo que aborda Sayad. Segundo o posfácio do livro é a obra que melhor interpreta os sentimentos de várias gerações de descendentes japoneses. Em complementação à referida obra deve-se citar o minucioso trabalho de Osamu Toyama (2009) – “Cem anos de águas corridas da comunidade japonesa”.

Para a compreensão acadêmica da migração japonesa uma fonte básica é a obra do sociólogo Hiroshi Saito (1961), com o tema “O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação” em que o autor se baseia num rico e diversificado referencial teórico da década de 1940 e 1950 para conceituar variadas formas e categorias de migração e abordar a questão da mobilidade social, espacial e ocupacional dos imigrantes japoneses no Brasil. Entre vários assuntos realiza também um estudo da composição demográfica da população japonesa no Brasil. Outro trabalho, de Saito e Maeyama (1973), intitulado “Assimilação e integração dos japoneses no Brasil” complementa o trabalho de Saito.

Na linha das relações geopolíticas e racismo institucional, cabe destacar a importante contribuição de Leão Neto (1989), que aborda os contornos diplomáticos entre os representantes do Itamaraty e dos chanceleres japoneses no processo imigratório e os detalhes

dos discursos na Assembleia Constituinte de 1933-34, concernente aos debates das políticas restritivas à imigração japonesa e à concessão de terras da década de 1930.

Merece menção a tese de doutorado de Ruth Cardoso, com o tema “Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo” baseada nos dois volumes da Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964), cuja estatística de vários anos alcança praticamente todos os aspectos da vida das famílias de imigrantes no País. Esse trabalho de Ruth (CARDOSO, 1998) privilegia a família como unidade de investigação. Lembrando que a unidade “família do imigrante” é tratada pelo IBGE e pela JICA (*Japan International Cooperation Agency*), como uma unidade social e econômica objeto de análise sob vários prismas, até mais frequente que o número de indivíduos.

Uma peça importante sobre a imigração japonesa foi lançada pelo IBGE (2008) sob o título de “Resistência & integração – 100 anos de imigração japonesa no Brasil”, organizada por Célia Sakurai e Magda Coelho. Trata-se de uma publicação sobre o centenário da imigração japonesa no Brasil que explora, sob a ótica multidisciplinar de renomados especialistas, diversos ângulos dessa história e ressalta a contribuição dessa etnia para a formação social, cultural e econômica do Brasil.

2.4.2 Revisão da literatura sobre a imigração japonesa na Amazônia brasileira

Afora os clássicos que tratam da teoria da migração em nível internacional e na perspectiva nacional, faz-se oportuno destacar as contribuições de alguns autores regionais, detentores do conhecimento da realidade amazônica, considerada bastante diferenciada da realidade das demais regiões do país. Assim, em complementação às contribuições já elencadas cabe citar a seguir, outros subsídios tão importantes quanto as primeiras para construção do trabalho proposto.

Alfredo Homma (2007; 2016), em “A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola”, representa uma fonte de referência relevante para a condução deste trabalho, pois o autor procura mostrar a história da imigração japonesa na Amazônia, seus principais personagens e os impactos produzidos na agricultura regional com a introdução da juta, pimenta-do-reino e diversas frutas tropicais, numa sequência temporal que tiveram significativa participação na economia dos estados do Amazonas e do Pará. Além do mais, o autor se reporta a outros trabalhos sobre a imigração japonesa na Amazônia (HOMMA, 2003), inclusive publicados no jornal *Gazeta Mercantil*, de tal sorte que serve de fio condutor para a construção de muitos trabalhos dessa linha de pesquisa.

Merece destaque outro trabalho de Homma et al. (2011) intitulado “Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional”, em comemoração dos 80 anos da imigração japonesa no estado do Amazonas. Nessa obra os organizadores contemplam vários trabalhos sobre o tema, entre os quais destacamos alguns autores que serviram de referência para subsidiar esta pesquisa, especialmente o de Tatsuo Ishizu (capítulo 1); de José Camilo Souza (capítulo 3); de Homma, Freitas e Ferreira (capítulo 4); de Reiko Muto (capítulo 6) e de Michele de Sá (capítulo 7).

Além dos autores consagrados na pesquisa sobre as migrações de japoneses na Amazônia merecem citação obras institucionais de Fernando Castro (1979), Tsunoda (1988), Araújo (1995), Kawada (1995) e Lima (2012), bem como as contribuições acadêmicas de Tafner Jr. e Silva (2010), Silva Neto (2007; 2014), Ishizu (2011) e Muto (2010; 2011; 2013) que colaboraram para o entendimento da amplitude das diversas linhas de pesquisa relacionadas à problemática das migrações de japoneses na Amazônia.

2.5 CONCEITOS AUXILIARES

Marx Wartofsky (1973, p. 21) ensina que o trabalho científico – tanto sua atividade teórica como sua investigação e experimentação prática – é guiado por conceitos que são sistematizados em estruturas conceituais. Logo os conceitos da ciência são as ferramentas de trabalho do pensamento científico: são os modos em que o cientista aprendeu a compreender os fenômenos complexos, a dar-se conta de suas relações mútuas e a representá-los em forma comunicável. Assim, o cientista quando em frente aos problemas filosóficos, que surgem no esquema conceitual da ciência, promove um impulso para saber e compreender. Nesse sentido é necessário ampliar a análise para enquadrar teoricamente o fenômeno estudado, discutindo aqui os conceitos auxiliares de colonização, colônia, idealismo e ideologia.

- a) Colonização** - é um termo que suscita interpretações variadas como sinônimo de povoamento de interesse geopolítico, de migração, ou ainda de dominação²⁶, exploração, subordinação ou dependência de um país a alguma potência econômica (FURTADO, 1959; PRADO JR., 1972; COSTA, 1979; 2012). Na geopolítica internacional, a colonização se expandiu com o avanço do Mercantilismo europeu na Idade Moderna, que passou a ter o caráter de dominação, por vezes, com extermínio de

²⁶ No contexto histórico, a colonização surgiu com o processo civilizatório no antigo Egito, Mesopotâmia, Índia e China, e ganha características internacionais com a formação dos impérios no mundo antigo, notadamente do Império Romano.

povos tradicionais e de seus recursos naturais, criando grandes impérios coloniais na Ásia, África e no Novo Mundo. Uma das consequências marcantes da colonização foi a migração forçada de uma grande parcela da população africana e de degredados europeus para as Américas (KLEIN, 2000).

No Brasil a colonização vem das capitânias hereditárias, em razão da conquista portuguesa e da relação metrópole-colônia. Tem conotação de povoamento ou ocupação territorial de áreas remotas, destinadas à exploração agrícola e de mineração (PRADO JR., 1972). Mas, existem vários conceitos de colonização no campo da geografia, economia, sociologia e história. Segundo Saito (1961), existem também diferenças conceituais para os japoneses sobre o termo colonização distinta da imigração. Esse divórcio se fundamenta na seguinte explicação: a imigração internacional é um movimento que tem lugar fora da área de jurisdição do país emigratório e leva em considerações as atividades individuais dos emigrados, ao passo que a colonização decorre mais da exigência nacional, que atribui grande importância à criação, manutenção de colônias em benefício do Estado (SAITO, 1961, p. 10).

Da interpretação dessa distinção, entende-se que a colonização está atrelada à legislação interna, enquanto a migração internacional aos tratados e acordos entre signatários de dois ou mais países. Na concretude das relações, os acordos servem para permitir ou trazer os imigrantes e a colonização para o assentamento dos mesmos.

Oportuno destacar que o termo colonização para os japoneses tem sentido mais de desenvolvimento do que de exploração ou dominação, pois a palavra *takushoku* está atrelada ao desenvolvimento, conforme esclarece Michele Sá (2011).

Traduzido em sua primeira acepção como “colonização” é formado por dois ideogramas que nos fazem pensar esse termo sob um significado discrepante daquele que atribuímos à palavra “colonização” no Brasil, até mesmo em razão do processo histórico que vivenciamos desde o nascimento do País. O ideograma *taku* possui dois elementos: “mão” e “pedra”. Traz a ideia do trabalho com as próprias mãos, com um instrumento (representado pela pedra). O ideograma *shoku*, da palavra *fuera*, quer dizer “nascer e multiplicar-se”, “desenvolver-se”. Dito isso, o termo *takushoku* quer dizer colonização no sentido de abrir, iniciar um trabalho numa terra ainda não desenvolvida, com o objetivo de desenvolvê-la (SÁ, 2011, p. 293).

Considerando que há diferentes concepções que discutem a problemática da ocupação e colonização da Amazônia, seja como natureza ou como sociedade, e seus fundamentos geopolíticos, econômicos, socioculturais e demográficos, desde o período da história colonial, neocolonial e atual, não se podem omitir as literaturas tratadas por Silva (1833), Moraes e Silva (1854), Varnhagen (1854), Prado Jr. (1972), Tavares, Considera e Silva (1972), Benchimol (1999), Costa (1979), Aragón e Mougeot (1986); Costa (1993; 2012), Castro (2001; 2012;

2014), Silva (2002), Acevedo Marin (2005), Santos (2006), Ribeiro (2006), Schmink e Wood (2012), Aragón (2013), Emmi (2013), Oliveira (2014), entre outros autores.

b) Colônia - é outro termo que traz ambiguidade para os estudiosos do processo migratório, seja no âmbito geopolítico internacional de conquistas territoriais, ou nas políticas internas de ocupação ou desenvolvimento econômico de determinadas áreas. No âmbito interno tem um significado espacial, de ocupação territorial na zona rural. Portanto, a colônia é a terra que está sendo ocupada, ou ainda, onde se executam as atividades de exploração econômica (PRADO JR., 1972). Para os japoneses a colônia é o grupamento de imigrantes, onde inicialmente foram instalados para executar as atividades agrícolas. Entretanto, com o passar do tempo e dispersão dos imigrantes, este conceito passou a ter uma representação de identidade, isto é, passou a ser a própria comunidade nikkei, independente de seus integrantes estarem na área rural ou urbana, ou estarem fixados em um território delimitado. Tanto que é comum o uso de expressão de identidade como “colônia japonesa”, ou de territorialidade, a exemplo de “Colônia de Tomé-Açu”, “Colônia do Guamá” etc.

Quando a colônia agrícola está associada à imigração, geralmente, o imigrante é chamado de “colono” da mesma forma que o agricultor local. Já para os imigrantes do Projeto *Koutaku*, colono é o agricultor que veio participar do referido projeto nessa condição.

c) Idealismo - O conceito de idealismo merece ser discutido nesta tese para não ser confundido com ideologia, porque faz parte do contexto histórico dos idealizadores do Projeto *Koutaku* que trouxeram os estudantes *koutakusseis* para Amazônia na década de 30, época em que os jovens nipônicos estavam sendo mobilizados por forças militares para vários recantos da Ásia pela ideologia expansionista do Império do Sol Nascente.

O paradigma idealista esteve em voga num curto período de transição entre as duas grandes guerras mundiais em que os idealistas buscavam a paz entre as nações, em oposição ao avanço do *real-politik* (paradigma realista), em que o comportamento político privilegia o poder e a força bélica na busca de seus interesses (MORGENTHAU, 1986, p. 12-26). Para Miyamoto (1999, p. 1), “o idealismo pode ser interpretado como um conjunto de princípios universais que defende a necessidade de se estruturar o mundo buscando o entendimento, através de condutas pacíficas, onde a confiança e a boa vontade sejam os motores que movimentem a História”, portanto tem significado diferente de ideologia.

O idealismo é básico no processo cultural em todos os seus aspectos e tais princípios deveriam orientar o entendimento entre os homens, para que as relações de poder não fossem

baseadas no uso da força. Em Sociologia, o idealismo consiste na criação imaginária de normas de ação tidas como perfeitas, ideais, apresentadas com o objetivo a ser alcançado na realidade. O idealismo muitas vezes é interpretado como sinônimo de fantasia ou devaneio.

d) Ideologia - Segundo Williams (1979), o conceito de ideologia não se originou do marxismo, pois foi um termo criado em fins do século XVIII²⁷ pelo filósofo francês Destutt de Tracy, que pretendia dar um termo filosófico para a ciência das ideias. Seu uso dependia de um entendimento particular da natureza das ideias desenvolvida a partir da tradição empírica e linguística do sistema de signos e sua influência sobre o pensamento. Para Destutt a ideologia é parte da zoologia, posto que a ciência das ideias é parte de uma ciência natural, já que todas as ideias se originam da experiência humana. Os elementos reais da ideologia são as faculdades intelectuais do homem. Logo, não deve ser entendida como a metafísica ou idealismo. O aspecto crítico dessa ênfase dada por De Bonald defende que a ideologia substitui a metafísica, porque a filosofia moderna não vê outras ideias no mundo que não sejam as dos homens (WILLIAMS, 1979, p. 61).

Dentro dessa discussão, Williams afirma que os aspectos iniciais do conceito de ideologia são muito complexos, pois ao pretender ser um ramo da ciência empírica, a ideologia foi limitada pelos seus pressupostos filosóficos, a uma versão das ideias como “sensações transformadas” e a uma versão da linguagem como um sistema de signos baseada num modelo matemático. Essas limitações com sua abstração característica do homem e do mundo, e com recursos à recepção passiva e à associação sistemática de sensações, não eram apenas científicas e empíricas, mas eram elementos de uma visão basicamente burguesa da existência humana. Para Napoleão, a ideologia seria a doutrina dos ideólogos, uma metafísica difusa de jovens e entusiastas, que de uma maneira tortuosa buscam encontrar as causas primárias das infelicidades que ocorrem e sobre tal base desejam construir a legislação dos povos, em lugar de adaptar-se às leis do conhecimento humano (WILLIAMS, 1979, p. 62).

Cada condenação da ideologia que se tornou bem conhecida, na Europa e na América do Norte no século XIX, foi retomada e aplicada por Marx e Engels no conteúdo em “A Ideologia Alemã (1846)”, como um ataque aos seus contemporâneos alemães. Significa que as

²⁷ Independente do uso do termo, a origem da concepção de ideologia é do século IV a.C. com a filosofia grega, especificamente com Platão (427/8-347 a.C.). Observa-se que na República (PLATÃO, IV a.C.), há discussão entre o mundo das ideias e o mundo manifesto (mundo físico natural; mundo físico energético ou etéreo). Portanto, a ideologia platônica trata da ideologia espiritualista, enquanto que Marx concebe que o mundo manifestado é produto das ideias que não são transcendentais à matéria, isto é, descarta a espiritualidade e concebe o ser humano apenas como animal racional.

teorias abstratas de “base de interesse pessoal” estavam fora de questão. Marx e Engels introduziram no terreno real da história – o processo de produção e autoprodução dos diferentes produtos que podiam ser traçados, a partir do qual “as ideias dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes compreendidas como ideias” (WILLIAMS, 1979, p. 63). Portanto, numa visão marxista a ideologia seria um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo, ou um sistema de crenças ilusórias – ideias falsas ou consciência falsa – que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico. O terceiro sentido seria o processo geral da produção de significados e ideias (WILLIAMS, 1979, p. 60-1).

Por outro lado, a noção de ciência trouxe um efeito negativo sobre o conceito de ideologia, por ter-se contrastado com a ciência real ou positiva. Engels procurou mais tarde esclarecer essas diferenças num trecho de Carta endereçada a F. Mehring, em 1893, que diz:

A ideologia é um processo realizado pelo chamado pensador, conscientemente é certo, mas com uma falsa consciência. Os verdadeiros motivos que o impelem continuam sendo desconhecidos dele, pois se assim não fosse não seria um processo ideológico. Daí ele imaginar motivos falsos ou aparentes. Por ser um processo de pensamento, ele deriva tanto sua forma como seu conteúdo do pensamento puro. Seja o seu próprio pensamento, ou o de seus antecessores (WILLIAMS, 1979, p. 70).

Diante da polêmica interpretação da falsa consciência da verdadeira consciência e do papel desempenhado nessas relações dadas pelas concepções, pensamentos e ideias, Marx ofereceu como critério de verdade e como distinção essencial de ideologia, a necessidade de modificar o mundo em vez de interpretá-lo, o que tornou conhecido como “teste da prática”. Já o modelo de Lenin corresponde a uma formulação ortodoxa sociológica, na qual há uma situação social e ideológica, sendo suas relações variáveis, mas não dependentes e nem determinadas. Já Volosinov usa o termo “ideológico” para descrever o processo da produção de significados através de signos e “ideologia” como dimensão da experiência social, na qual significados e valores são produzidos (WILLIAMS, 1979, p. 73-5).

2.6 À GUIA DE SÍNTESE SOBRE O MARCO TEÓRICO

Na reflexão do quadro teórico foi possível perceber que as análises das migrações humanas continuam através dos tempos dentro de uma corrente teórica ou de outra, as quais, em sua maioria, abordam de forma segmentada, longe de chegarem a um consenso, dada a dimensão e a interdisciplinaridade do tema. Entretanto, em quase todos os enfoques abordados, a partir da Idade Contemporânea, por diferentes autores sobre a problemática das migrações humanas, o que se vislumbra no “pano de fundo” é o processo de acumulação capitalista com os seus desdobramentos diretos ou indiretos sobre a dinâmica populacional, desde as migrações

forçadas da época da escravidão para o Novo Mundo até as migrações livres, espontâneas, dirigidas e incentivadas.

O avanço das economias de mercado, em seu processo de valorização e reprodução do capital, rompeu as barreiras espaciais e temporais, generalizando as suas relações e impondo a sua lógica nas relações de troca. Assim, na busca de expansão desse mercado os atores sociais engendram um processo de homogeneização do espaço, onde o objetivo não é igualar os níveis de desenvolvimento, mas destruir as barreiras que limitam a valorização do capital. Nesse contexto a população e o espaço encontram-se inseridos num contexto de transformações permanentes, influenciando e sendo influenciadas pela força do capital, ou seja, o espaço representa o campo de força onde ocorrem os fatores de expulsão ou atração, resultado da produção e das mudanças engendradas pela ação do próprio homem.

Como a mobilidade de mão-de-obra tem grande repercussão no campo político e na legislação interna e externa (nos tratados e acordos internacionais), a migração é tema importante para políticas públicas, tanto para o país emigratório – na defesa dos direitos e garantias de seus cidadãos; como para o país receptor – no que diz respeito a subsídios e a produção desses imigrantes, que normalmente ocorrem nas negociações entre os representantes das partes. No âmbito interno o poder público tem papel relevante nas mediações de conflitos que emergem nas relações entre os residentes e os imigrantes na disputa da territorialidade espacial, econômica e social.

Já sob o aspecto demográfico, o estudo da migração contribui para esclarecer a mobilidade espacial interna e externa, as possíveis causas e fatores de atração e repulsão, encarados como solução ao excedente populacional ou da pressão demográfica e outras inquietações da teoria malthusiana, acrescida da questão ambiental que reina desde a Eco-92 no discurso sobre população e meio ambiente. A migração passou a ser um assunto relevante nas discussões acadêmicas, passando a ser abordada de forma mais qualitativa, dado o caráter dinâmico desse movimento no processo da mundialização das economias.

Na concepção teórica desta autora a migração é um fenômeno social importante para o estudo da dinâmica populacional e do desenvolvimento de qualquer país, mormente na atual conjuntura em que os impactos da migração e do processo de envelhecimento acelerado passaram a ser motivo de grande preocupação dentro das políticas públicas dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Na visão da interdisciplinaridade, percebe-se que a migração é um fenômeno social imbricado, posto que é ao mesmo tempo condicionante e resultante de um processo global de mudanças (sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas etc.) das quais não poderia ser segmentado facilmente pelos cientistas. Acrescenta-se

aí, a questão dos valores, da cultura e da identidade que passam a ficar cada vez mais mesclados e difusos, como ocorreu entre os descendentes dos imigrantes japoneses.

Do ponto de vista pessoal (na qualidade de imigrante), a migração entre países muito distantes, como é o caso entre Japão e Brasil, passa a ser uma experiência de vida muito difícil e cheia de desafios, posto que o imigrante precisa enfrentar as adversidades externas advindas do clima, da pobreza, da língua, dos valores e preconceitos da população local; e de conflito interno na adequação de sua identidade entre os valores culturais do país de origem e do país de destino. Significa que o imigrante para se fixar no país estrangeiro, precisa transpor as barreiras na ordem espacial, ambiental, social, cultural e linguística. Assim, sob o prisma microsociológico a migração é um mundo de transformação, de adaptação e assimilação que se traduz numa nova identidade do imigrante que se modifica ao interagir com os residentes em meio aos conflitos até a sua integração na nova ordem social.

3 O DESIDERATO DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Este capítulo procura retratar alguns tópicos importantes da historiografia da Amazônia, para discutir o significado social de “vazio amazônico” e da imagem polissêmica da Amazônia, que levaram à visão estereotipada de muitos políticos, investidores e imigrantes que vieram influenciados pelos mitos existentes sobre a região. Procura entender os processos de ocupação por diferentes etnias que congregam a população da Pan-Amazônia, as diferentes culturas e línguas e a categoria social do caboclo como representante desta região, bem como os conflitos que já ocorreram na conquista da “terra incógnita” ou do “território despovoado”, em vista a oferecer uma breve compreensão daqueles que pouco conhecem o passado e a realidade da Amazônia. Nesse sentido foi realizada uma ampla revisão bibliográfica para discutir alguns pontos marcantes do processo de ocupação territorial desde as migrações pré-colombianas, mas devido à extensão do assunto, destacaram-se apenas alguns fatos da economia da borracha e as tentativas de colonização agrária com nordestinos e imigrantes estrangeiros, entre os quais os japoneses que se estabeleceram na década de 1930.

3.1 A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E A FORMAÇÃO DE SUA POPULAÇÃO

O desiderato da ocupação da Amazônia faz parte dos movimentos de colonização dos portugueses e espanhóis desde a época do descobrimento do Brasil, no século XVI, a partir da fabulosa aventura do espanhol Francisco de Orellana (1511-1546), que fora atrás do mito do *El Dorado*. Ao percorrer o rio Marañón (Amazonas), desde os Andes até o oceano Atlântico, em 1541-42, Orellana acabou recriando a lenda das *amazonas*, mulheres guerreiras da mitologia grega. Outrora denominada de terra das amazonas, terra dos tapuias, terra incógnita, inferno verde, hileia amazônica, entre outros adjetivos, o “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) dessa imensa região verdejante preencheu o imaginário de muitos poetas, artistas, historiadores e empresários, razão porque fantasias e especulações sobre a Amazônia é que não faltam até os dias atuais (REIS, 1968; SILVA, 2002). Além do mais, “já se disse que toda história é história contemporânea com uma fantasia” (HOBSBAWM [1995] 2015, p. 103).

Ultimamente, Amazônia é uma das palavras mais usadas na mídia, na ciência, na política, na literatura, na arte, como marca comercial e até como moda. Passou a ser um conceito polissêmico, de significados ou da imagem que cada pessoa faz dessa realidade, ou conforme o interesse de quem o usa (ARAGÓN, 2013). Entretanto, quanto mais um pesquisador se

aproxima para conhecer essa realidade, percebe que ainda é pouco conhecida, tem muito mais diversidade ecológica, social e cultural do que se imagina.

Para começar, conhece-se muito pouco sobre a sua bacia hidrográfica²⁸, que abrange uma área de mais de sete milhões de km², dos quais 65%, ou seja, cerca de 4,55 milhões de km² encontram-se no Brasil, que comporta os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Amapá. Certamente, a Amazônia está longe de ser uma unidade homogênea. Trata-se de um território de grande heterogeneidade ecológica, geomorfológica, de solo, clima, fauna, flora e de diferentes etnias que habitam ou habitaram esta região, que pouco se conhece, mesmo nos dias atuais da era da comunicação.

Contrariando a imagem de território despovoado, a Pan-Amazônia é um dos territórios mais habitáveis do mundo, onde diferentes formas de vida aquática, terrestre e aérea estão em permanente diálogo com a natureza, incluindo as relações humanas. São inúmeras aglomerações humanas que vivem as margens dos rios e igarapés, onde o curso da vida individual e social é regulado pelo tempo das chuvas, pelos ciclos das águas que estão em permanente ligação com as florestas tropicais, o que significa diferentes formas de produção material e do imaginário social, desde as culturas ameríndias, os mitos, as lendas e os conhecimentos tradicionais acumulados ao longo do tempo. Essa corrente da vida aquática, terrestre e aérea representa a incomensurável diversidade biológica, cujo equilíbrio está ameaçado pelo discurso do “vazio amazônico” e pelas disputas territoriais.

As disputas internacionais na conquista da “terra incógnita” resultaram na atual divisão política da Pan-Amazônia com a participação de nove estados soberanos: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e França (Guiana Francesa) com uma população de cerca de 38 milhões (em 2005) pela estimativa de PNUMA/OCTA/2008 (ARAGÓN, 2013, p. 57), com sua diversidade étnica, linguística, cultural e religiosa. Em razão das conquistas e ocupação das terras dos ameríndios ao longo dos últimos 500 anos, fala-se oficialmente espanhol, português, inglês, francês e holandês, além das línguas crioulas e dos idiomas dos povos autóctones, isto é, das línguas indígenas desconhecidas e/ou alijadas pelo homem civilizado. Afora as línguas oficiais, têm-se vários grupos de imigrantes estrangeiros em cujas comunidades locais falam japonês, chinês, árabe e até o javanês e hindi (Suriname).

²⁸ A partir da Lei nº 9.433/1997, definiu-se a bacia hidrográfica como a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Segundo o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), a Região Hidrográfica Amazônica, a mais extensa rede hidrográfica do globo terrestre, ocupa uma área total de 7.008.370 km², desde as nascentes nos Andes peruanos até sua foz no oceano Atlântico, sendo 64,88% inserida no território brasileiro. Também fazem parte da Região Amazônica a Colômbia (16,14%), Bolívia (15,61%), Equador (2,31%), Guiana (1,35%), Peru (0,60%) e Venezuela (0,11%). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em: 22 set. 2015.

Além do mais, essa área revela formas de miscigenação humana e cultural tão diversificada que pode ser caracterizada como uma sociedade multirracial. A miscigenação decorreu das diferentes relações sociais que ocorreram no passado de forma espontânea, forçada e induzida. Tem-se o mameluco (branco com índio), o mulato (branco com negro) e o cafuzo (índio com negro), este último muito presente nas três guianas. Acrescentando-se ainda que os conquistadores brancos eram de várias nacionalidades. Além dos portugueses e espanhóis, tem-se holandeses, franceses, ingleses e irlandeses, que se integraram na conquista da região nos séculos XVII e XVIII, acrescidas das imigrações estrangeiras dos séculos XIX e XX pelos portugueses, espanhóis, italianos, sírios, libaneses, israelitas, turcos, chineses, japoneses, indianos, entre outros (ARAGÓN, 2013; EMMI, 2013).

Na Amazônia brasileira o tipo predominante é o mestiço de índio com o branco, mas é frequente a miscigenação com o negro, dependendo da região onde foi introduzido o escravo negro (predominante no estado do Amapá e certas regiões do Pará). No centro da Amazônia, o tipo predominante é o mameluco de pele acobreada, de cabelos negros e lisos, descendentes da mestiçagem do índio com os nordestinos, chamados de “arigós” ou “cearenses”, que chegaram em várias levadas para exploração da borracha. No início, num curto período de sete anos (de 1848 a 1854) entraram 54.697 nordestinos, que se estabeleceram nas imediações de Belém e adentraram o interior da Amazônia até a Bolívia (COSTA, 2012, p. 65). Apesar da “baixa” dos soldados da borracha nesse período, muitos permaneceram na região e foram extremamente importantes para o assentamento de famílias “civilizadas” na Amazônia.

Esses mestiços da região são genericamente chamados de “caboclos” até os dias atuais. O caboclo é uma categoria resultante da mistura do branco com o índio, ou o próprio índio, conforme define o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, de 1995. Entretanto, sociologicamente, tem sua origem na linguagem indígena, visto que caboclo quer dizer pelado, aludindo-se ao costume dos índios que arrancavam o pelo do corpo e da cara. Segundo Varnhagen (1854, p. 101), caboclo é a expressão que os colonos adotaram por antítese à expressão “emboaba” ou “perni-vestido”, dado pelos índios aos europeus por vestirem calças. Para Lima (1999), a definição da categoria social “caboclo” é complexa, ambígua e está associada a um estereótipo negativo, até mesmo como pessoa analfabeta e rústica – um matuto, um caipira.

Já na linguagem coloquial, o caboclo é reconhecido atualmente como o tipo humano característico da população rural da Amazônia. Percebe-se que a expressão aplica-se tanto aos ribeirinhos que vivem da pesca e do extrativismo, como aos camponeses, ou colonos da terra firme que vivem do extrativismo e da pequena roça (agricultura de subsistência), sem levar em

consideração a cor da pele ou o biótipo da pessoa. Entre os nortistas, o termo caboclo é bastante usado como expressão de identidade: caboclo amazonense, caboclo paraense, caboclo marajoara, caboclo bragantino etc. Ora, se o caboclo é o índio, ou o índio miscigenado, há de se questionar: de onde veio o índio amazônico?

3.2 AS MIGRAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS

As discussões sobre a ocupação pré-histórica do continente americano são procedentes de várias vertentes. São teorias debatidas por paleontólogos, antropólogos, arqueólogos, etnólogos e linguistas que tentam reconstruir a origem do índio sul-americano. A teoria mais aceita é que os índios são descendentes de asiáticos²⁹ que migraram para o continente americano através do Estreito de Bering. Contrariando essa teoria de Alexander von Humboldt (1769-1859), o linguista Tibiriçá (2003) diz que provavelmente os asiáticos vieram pelas correntes oceânicas do Pacífico e que os japoneses entraram pelo rio Napo no Equador na pré-história. Outrossim, existe ainda outra linha afirmando o contrário, de que houve a migração de autóctones americanos para a Ásia (OLIVEIRA, 2014).

Quanto à antiguidade da presença humana e suas civilizações autóctones, alguns afirmam ter ocorrido há 12 mil anos, outros 30 mil ou mais anos. Alguns historiadores estimam que os primeiros habitantes chegaram ao continente americano há cerca de 14 a 12 mil anos. Os estudos de Anna Roosevelt no sítio arqueológico de Monte Alegre, realizados na década de 1990, revelam que o homem habita a região Amazônica pelo menos há 11 mil anos. A hipótese de Roosevelt está apoiada indiretamente nas pesquisas conduzidas por Neide Guidon em Pedra Furada (Piauí), que argumenta que o homem está presente no Brasil há cerca de 30 mil anos (FORLINE, 2000; FORLINE; MURRIETA; VIEIRA, 2006).

Segundo Oliveira (2014), Anna Roosevelt esboçou um novo panorama pré-histórico da Amazônia, no qual reconhece que os assentamentos humanos eram contínuos e permanentes, comportando milhares a dezenas de milhares de indivíduos, em que as economias dos cacicados³⁰ nas várzeas ao longo do rio Amazonas e seus principais afluentes eram complexos e de larga escala, englobando a produção intensiva de plantas de raiz, caça e pesca. Para Anna

²⁹ Interessante mencionar que Tibiriçá diz ter encontrado mais de mil vocábulos semelhantes ou relativamente semelhantes entre o japonês e as várias línguas indígenas (TIBIRIÇÁ, 2003, p. 28).

³⁰ O termo cacicado foi primeiramente proposto por Karlevo Oberg em seu artigo: *Types of social structure among the lowland tribes of South and Central America* (1955). O cacicado era o terceiro dos seis tipos, ou níveis de organização política de unidades tribais. Os cacicados eram formados por muitas aldeias governadas por um chefe supremo em controle de distritos e aldeias governadas por uma hierarquia de chefes subordinados. A característica distintiva desse tipo de organização política é que os chefes tinham poderes judiciais para resolver disputas e punir os membros das tribos (CARNEIRO, 2007).

Roosevelt há fortes indícios de que os moradores dessa região sejam autóctones da Amazônia e não procedentes das áreas montanhosas, apesar das sociedades similares nos Andes terem precedido cerca de um milênio a esses cacicados da Amazônia. Essa tese tem a ver com a famosa tese de Julian Steward, que fala do povoamento das “terras altas” (Andes) onde floresceram sociedades centralizadas e complexas e os cacicados das sociedades de “terras baixas”, que se localizaram nas ilhas do Caribe, no norte da costa do Pacífico (Peru e Chile) e na floresta tropical, que se espalharam pela região Amazônica e ao longo de toda a costa atlântica até Uruguai e Argentina (OLIVEIRA, 2014, p. 170).

Para Oliveira (2014), o grande mérito da classificação de Steward para a pesquisa histórica foi evidenciar a diferenciação existente entre a literatura de testemunho – sobre as populações autóctones no tempo das descobertas – e as interpretações posteriores, generalistas, que fornecem um único paradigma para as populações autóctones. Quer dizer, ao estabelecer uma classificação com base na menor complexidade social, os antropólogos apenas traduziram com seus próprios termos os registros ideológicos de cronistas e viajantes dos séculos XVI e XVII, que viam as instituições nativas pelo prisma da colonização e sob o modelo da civilização europeia daquela época. Completa o autor que há necessidade de uma revisão do padrão etnográfico que não se limite à várzea, visto que o arqueólogo Michael Heckenberger encontrou na região do Alto Xingu (muito distante das várzeas) estruturas defensivas e grandes aldeias de 20 a 50 hectares datadas do século XIV d.C. Significa que, em termos populacionais, algumas aldeias xinguaras do século XV deveriam abrigar algumas dezenas de milhares de pessoas, e que possivelmente, a região do alto Xingu não constitui um caso único (OLIVEIRA, 2014, p. 170-74).

O que se pode inferir é que a história das civilizações do período pré-colonial está praticamente perdida, o que restou desses fragmentos dos últimos 500 anos são interpretações de fenômenos parciais, que comportam maiores investigações para entender a dimensão dessas civilizações que povoaram a Pan-Amazônia e as ligações de seus antepassados com os maias, incas, e outras etnias indígenas que povoaram as Américas, e que foram largamente dizimadas pelos europeus. Posto que, pela estimativa do IBGE havia mais de dois milhões de índios no século XVI só no Brasil. Em 1991 a população indígena do país chegou a um total de 294.131, baseada na autoidentificação (IBGE, 2010)³¹.

³¹ O censo demográfico da população indígena de 1991 considerou o quesito cor ou raça e a metodologia utilizada para captação foi a autoidentificação (inclusive sem declaração de cor ou raça). Devido às novas metodologias adotadas pelo IBGE, que incluem a localização do domicílio indígena, o censo de 2000 revelou um crescimento para 734.127, em 2000, e 817.963, em 2010 (IBGE, 2010).

Um relato interessante sobre a Província do Pará da época do Império consta no livro “Corografia paraense, ou descrição física, história e política da província do Gram-Pará”, escrito pelo cronista Ignacio Accioli (SILVA, 1833). Nele, o autor faz uma crônica geral da Província descrevendo em detalhes a produção extrativista e fitologia da Amazônia e a incrível quantidade de tribos indígenas existentes naquela época. Ao falar sobre a fitologia da Amazônia, Ignacio Accioli afirma que os índios já conheciam a goma elástica, vulgarmente chamada de “seringa”, extraída do caucho encontrado com facilidade nas paragens alagadiças. E que os índios Cambébas ou Omaguas aprenderam a fabricar sapatos, botas e outras coberturas com o látex destas árvores impenetráveis à água (SILVA, 1833, p. 18).

É também digno de nota o trabalho do médico Alexandre Moraes e Ignacio Accioli que descrevem em detalhes as datas da fundação das vilas e formação das províncias do Brasil do século XVIII, os costumes, o comércio e a vida da época. Por exemplo, referindo-se ao comércio da Comarca do Rio Negro, eles relatam: “importa todos os gêneros, que chegam à capital do Pará, e exporta peixe secco, manteiga de tartaruga, mexira, anil, café, tabaco, salsa parrilha, puxiri, casca preciosa, óleo de cupahiba, estopa, cordão de piassaba, maqueiras singelas, e enfeitadas” (MORAES; SILVA, 1854, p. 22).

No que diz respeito à população da época os autores detalham as quantidades de pessoas brancas, índias, mamelucos e escravos das três comarcas, divididas em 25 vilas, 8 lugares e 54 freguesias, inclusive de produção e renda de algumas vilas. Pela descrição de Moraes e Silva (1854), nos idos de 1850 a população da província do Pará (Amazonas, Pará e Amapá) chegava a 170 mil habitantes, sem contar os índios e os escravos, enquanto que a população da cidade de Belém era de apenas 12.467 habitantes.

COMARCA DE BELEM DO PARÁ.
Habitantes da classe livre. 91,307
Escravos. 26,975
COMARCA DE MARAJÓ, HOJÉ EXTINCTA.
Pessoas livres. 10,689
Escravos. 2,040
COMARCA DO RIO NEGRO, ORA PROVINCIA.
Pessoas livres 17,881
Escravos. 962
Total dos habitantes da classe livre 119,877, entrando neste numero 32,751 indios
de ambos os sexos: escravos 29,977.
O ultimo arrolamento porém, feito durante a presidencia do conselheiro Jeronimo
Francisco Coelho dá a esta provincia 166,950 habitantes livres, 200,000 indigenas,
e 37,670 escravos. A população da cidade, capital da provincia do Pará, chega a
12,467 habitantes divididos em 1,749 fogos, tendo até desapparecido todos os
moradores de muitos lugares que outr’ora eram assás populosos.
 (MORAES; SILVA, 1854, p. 31).

Constata-se pelos números que a população estava localizada na zona rural e que a população indígena, de cerca de 200 mil habitantes, era bem superior a das pessoas livres (brancos e mestiços).

Oportuno mencionar que os primeiros esforços de sistematização da história do Brasil feito por Varnhagen (1854) traz a descrição detalhada do processo de ocupação do Brasil desde o seu descobrimento até a época do império, da conformação política, dos fatos relevantes que marcaram a história do Brasil, inclusive dos costumes, línguas, mitos e crenças dos índios e negros. Nele já despontavam as diferenças entre as instituições políticas e sociais dos povos das terras da América do Sul, criticando o primitivismo dos índios brasileiros, cuja contribuição à nação, segundo ele, seria de pequena relevância.

Contrapondo a essa visão, que serviu de base para a construção da história do Brasil por longos anos, a tese de Renilson (RIBEIRO, 2009) critica a historiografia brasileira ‘inventada’ por Varnhagen, considerando-a estereotipada e etnocêntrica. Oliveira (2014) por sua vez, deduz que esse “discurso científico” – ao colocar as diferenças culturais em termos de estágios evolutivos, veio respaldar o exercício de políticas coloniais de dominação e espoliação da população do século XX. Isto mostra mais uma vez, que os objetos sociais se apresentam ao investigador interpretados em nível da significação intersubjetiva. São significações coletivamente elaboradas para atender aos interesses de determinados grupos.

3.3 A ECONOMIA DO CICLO DA BORRACHA (1850-1920)

Em alusão às contribuições sobre os ciclos econômicos, Costa (2012) explica que a história colonial brasileira foi periodizada numa sucessão de ciclos baseada na exportação de *commodities*, a começar pelo ciclo do pau-brasil, do açúcar, do ouro e do café, cuja economia representa a descontinuidade num quadro de diversidade estrutural que se formava por alternativas de superação de obstáculos à acumulação de capital. Na Amazônia tem-se o ciclo do extrativismo das drogas do sertão, o ciclo agrícola do período Pombalino e o ciclo da borracha que viveu seu auge entre 1879 e 1912 e depois uma sobrevida entre 1942 e 1945.

De 1825 a 1850, a produção de seringa estava concentrada em Belém e nos distritos adjacentes. Nesse período os seringueiros extraíam o caucho em terras devolutas, enquanto as mulheres e as crianças produziam culturas de subsistência nas várzeas. Com a descoberta da vulcanização da borracha em 1839, por Charles Goodyear (1800-1860), a demanda pelo látex da *Hevea brasiliensis* foi estimulada no mercado mundial, cujo comércio expandiu-se ainda mais no interior da Amazônia com a introdução dos barcos a vapor em 1853. Logo, a partir

dessa facilidade no transporte a Região Amazônica transformou-se na maior área de extração e exportação de látex do mundo (SCHMINK; WOOD, 2012; COSTA, 2012).

Quando a demanda do látex aumentou (entre 1850 e 1870), a rede preexistente de regatões transformou-se em uma hierarquia de intermediários dominados pelo empório monopsônio, donos dos barracões e/ou donos das terras e pelos “aviadores”, que eram os fornecedores locais – que vendiam os mantimentos e compravam as bolas de látex para as casas de exportação –, geralmente comandadas por judeus e árabes estabelecidos em Belém e Manaus. Esses regatões expandiram suas redes de seringueiros adentrando os rios Madeira e Purus na região do Acre (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 83; COSTA, 2012, p. 68).

No curto período de tempo, a produção do látex destinada inteiramente à exportação, passou de 156 toneladas (t) em 1830 para 755t em 1848; 1.506t em 1858; 6.309t em 1867; e 15.724t em 1891, atingindo seu nível máximo em 1912, com a produção de 37.178t. E como necessitavam de braços para incrementar a economia extrativista, o governo promoveu a migração de nordestinos castigados pela seca para o interior da Amazônia, inclusive para as áreas remotas do Acre e Rondônia. Assim, paralelamente ao incremento da produção, houve crescimento da imigração nordestina no período de 1848 a 1854 quando chegaram 54.697 indivíduos, a uma taxa de crescimento de 3,3% a.a. (COSTA, 2012, p. 62 e 65).

Depois, a circulação de riquezas pelo eixo do grande rio proporcionou uma forte atração para vinda de outros imigrantes nacionais e estrangeiros (portugueses, turcos, judeus, libaneses, italianos, ingleses entre outros), com reflexos na economia interna e internacional na época da borracha. Logo, a presença de muitas empresas nacionais e estrangeiras nas principais cidades da Amazônia representa um período importante da história econômica e social do Brasil, de transformações culturais e sociais e de grande impulso ao crescimento das cidades de Belém, Manaus e Porto Velho (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979; BENCHIMOL, 1999; TRINDADE JR.; TAVARES, 2008).

As elevadas taxas de crescimento (de 8% a.a.) da produção de látex da Amazônia brasileira, no período de 1879 e 1888, devem-se ao crescente preço da borracha e ao movimento migratório de retirantes nordestinos, decorrente da devastadora seca que abateu o Nordeste entre os anos de 1877-79 (COSTA, 2012, p. 69). No final do século XIX centenas de milhares de nordestinos tinham se aventurado em remotas regiões da bacia amazônica. Geralmente, eles migravam sem suas famílias e eram proibidos de exercer qualquer atividade de subsistência que os distraísse da extração da borracha. Mesmo porque até meados do século XVIII, as relações econômicas eram dominadas pelo escambo, muitas vezes de exploração e coerção pelo sistema

de aviamento, sem uso da moeda formal na Colônia do Pará, cuja prática perdurou mesmo depois da proclamação da república, em 1889 (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 85).

Sobretudo, a vida dos imigrantes era difícil, como conta o escritor Euclides da Cunha³², que ficou impressionado com a saga dos milhares de nordestinos, cujas vidas de muitos “soldados da borracha” foram ceifadas pela malária, além de serem vítimas da peonagem (escravidão por dívidas), já que as relações comerciais não eram dadas pela quantidade de ganhos, mas pela continuidade de débitos e obrigações, que asseguravam a sobrevivência e o contato indireto com a economia mundial monetizada. Aqueles “cearenses” que permaneceram na Amazônia, sob o ponto de vista cultural, deram um tempero nordestino à cultura amazônica e formou a população tapuia, os chamados de “caboclos” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 87).

O apogeu da economia gomífera proporcionou expansão de núcleos urbanos, transformações urbanísticas, culturais, sociais e artísticas com um grande impulso ao crescimento das cidades de Manaus e Belém, a ponto de ser chamada de período da *Belle Époque*, devido à construção de diversas edificações requintadas como: teatros, museus, praças públicas, mercados públicos, avenidas largas e arborizadas. A riqueza gerada pela borracha justificou a construção de portos, armazéns e a estrada de ferro Madeira-Mamoré³³, requerida pelos bolivianos desde 1846, haja vista que o extrativismo descontrolado da borracha estava em vias de provocar um conflito internacional por questões fronteiriças, já que os trabalhadores brasileiros adentravam cada vez mais nas florestas do território boliviano no final do século XIX. Foi então providencial a intervenção do diplomata José Maria da Silva Paranhos Jr. (1845-1912), Barão do Rio Branco, que culminou na assinatura do Tratado de Petrópolis³⁴ pondo fim à contenda com a Bolívia e garantindo a região do Acre ao Brasil, mediante o pagamento de dois milhões de libras esterlinas e o compromisso de concluir a ferrovia Madeira-Mamoré,

³² O engenheiro e escritor Euclides da Cunha esteve na Amazônia entre 1904 e 1905, como chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus (HARDMAN, 1991, p. 100).

³³ A obra da ferrovia Madeira-Mamoré, em Rondônia, foi interrompida várias vezes por causa da insalubridade e morte de milhares de trabalhadores, que passou a ser conhecida como a “ferrovia da morte” ou “ferrovia do diabo”. Iniciada em 1872 por uma empresa inglesa sob a direção do George Earl Church durou apenas 10 meses. Após a paralização de 6 anos uma companhia norte-americana, conduzida pelos irmãos Collins, arregimentou um grupo de técnicos e operários e zarpou de Filadélfia (USA), em 29 de jan. de 1878, trazendo 246 pessoas, 500 t de trilhos e maquinários e 200 t de provisões que foram todos perdidos no litoral da Carolina do Norte (USA), numa tempestade violenta que ceifou a vida de cerca de 80 pessoas. Os Collins prosseguiram no meio das tragédias de malária e febre amarela e concluíram um trecho inicial de 7 km da ferrovia, que entrou em circulação em 4 de julho de 1878, mas desistiram da obra em 1879 em completa falência. O grupo norte-americano Percival Farquhar assumiu a ferrovia em 1907, com as contratações sucessivas de 21.817 operários, de cerca de 50 nacionalidades e baixa oficial de 1.593 operários, cuja obra de 364 km, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim foi inaugurada oficialmente em agosto de 1912 (HARDMAN, 1991, p. 140-42).

³⁴ O Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, formalizou a permuta de territórios entre Brasil e Bolívia – de uma faixa de terra entre os rios Madeira e Abunã para a Bolívia com o atual território do Acre, o qual foi transformado em território federal pela Lei nº 1.181, de 24 de fevereiro de 1904.

desde o porto de Santo Antônio, no Rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, em vista à exportação da borracha boliviana através do Oceano Atlântico.

Em 1907 reiniciou-se a construção da “ferrovia do diabo”, durante o governo de Afonso Pena (1906-1909) e estendeu-se até 1912. Nessa época a entrada de estrangeiros já era significativa na região, em face ao déficit de borracha no mercado mundial que elevou o preço desse produto que atingiu seu ápice em 1910. Segundo Emmi (2013, p. 32), entre 1908 e 1910 entraram pelo porto de Belém 13.500 estrangeiros de várias nacionalidades, sendo: 48,67% de portugueses, 15,98% de espanhóis, 7,18% de ingleses, 4,69% de turco-árabes e 4,15% de italianos. Quando a obra alcançou Guajará-mirim, em 1912, tinham-se registrado 1.552 vítimas fatais entre os 21.717 trabalhadores (COSTA, 2012, p. 88). Foi uma das obras mais dramáticas da história da Amazônia. Entretanto, logo após a construção da ferrovia, o preço da borracha retraiu-se devido o início da produção de seringueiras dos países asiáticos com capital inglês³⁵, que acabou prejudicando a economia da região.

Após o declínio do comércio de borracha, a população cabocla passou a responder à demanda de agricultura de subsistência, caça e pesca para o mercado interno e produtos extrativistas para exportação, como: peles de animais silvestres, cacau, castanha-do-pará, óleo de pau-rosa, que passou a ter uma expressão econômica regional a partir da década de 1920. O sistema de aviamento foi adaptado para sustentar as atividades extrativas mais monetizadas e os barões da borracha perderam o poder absoluto que tinham sobre o comércio regional, permitindo certo grau de autonomia aos caboclos ribeirinhos (COSTA, 2012).

Em termos demográficos, no contexto regional, houve um fluxo de crescimento no início do século XX no auge da borracha. A população da Amazônia cresceu muito na virada desse século, seguido de um período de estagnação entre os anos de 1920 a 1940, que foi suplantada com a criação dos territórios federais na década de 1940 e implantação de programas de colonização. Nesse processo, a população do território do Acre que perfazia 92.379 habitantes em 1920, diminuiu para 79.768 em 1940, tornando a crescer em 1950 para 114.755 habitantes. Na década de 1940 a população da região Norte voltou a crescer para 1.462.420 habitantes, com uma taxa de 1,48% a.a. Já na década de 1950 a população estava em 1.844.655 com uma taxa de crescimento de 2,35% a.a. conforme verifica-se na Tabela 2.

³⁵ Graças à ousadia do inglês Henry Wickham (1846-1928), que levou as sementes de seringa da Amazônia para a Ásia, ele passou a ser o grande produtor de borracha na vasta península de Malaca (Malásia).

Tabela 2 - População da Amazônia: 1872-1950

Estados	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Rondônia	...	...	...	...	...	36.935
Acre	...	...	...	92.379	79.768	114.755
Amazonas	57.610	147.915	249.756	363.166	438.008	514.099
Roraima	...	...	...	...	...	18.116
Pará	275.237	328.455	445.356	983.507	944.644	1.123.273
Amapá	...	...	...	...	...	37.477
Totais	332.847	476.370	695.112	1.439.052	1.462.420	1.844.655

Fonte: IBGE, Tabela 1.4 - População nos Censos Demográficos (IBGE, 2010)

Segundo Costa (2012), na década de 1950 o território de Rondônia recebeu 23.658 imigrantes, sendo 12.873 vindos do Amazonas e 4.439 do Ceará. Logo, sob a administração do governo federal já havia 49.725 habitantes em 1950. O motivo de tal fluxo migratório devia-se à descoberta de jazidas de cassiterita nas imediações de Porto Velho (COSTA, 2012, p.79-88).

3.4 A COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA NA AMAZÔNIA

Em razão da preocupação com o controle espacial da Amazônia brasileira, as primeiras tentativas de colonização agrícola na província do Pará são do século XVII. Em 1667 foram enviados para o Pará 243 açorianos vindos da ilha de Faial. Parte desses açorianos havia chegado inicialmente ao Maranhão, em 1620, em número de 240 casais segundo Ignacio Silva (1833, p. 73). Para Tavares, Considera e Silva (1972), a colonização dirigida na Amazônia iniciou-se por volta de 1750, com a vinda de vários casais de açorianos com o objetivo de ocupar o litoral brasileiro. Homma (2003, p. 39) também registra a chegada de 430 colonos das Ilhas Açores a Belém, em 1752, incentivados por Mendonça Furtado que doava a cada família de colonos, lotes de terra, ferramentas, duas vacas e um boi. Acevedo Marin (2005, p. 79) registra que, entre 1752 e 1754, muitos imigrantes das Ações foram encaminhados para Macapá, Mazagão, São Miguel do Guamá, Ourém, Tentugal, Bragança e região do rio Xingu.

Na época do império (1822-1889) houve novas tentativas de colonização com estrangeiros no interior do Pará por iniciativa do coronel José do Ó de Almeida (?-1883). Em 1855, ele tentou implantar colônias agrícolas às margens dos rios Araguari e Tocantins; no município de Óbidos e na ilha das Onças, com colonos açorianos e espanhóis, americanos, franceses, mas que tampouco prosperaram (RIBEIRO, 2006, p. 156).

Interessante observar que há poucos registros sobre a imigração de americanos no Brasil, mas estes chegaram ao Pará em duas levas em 1867 e 1874, num total de 212 americanos. Eram os ex-confederados derrotados na Guerra da Secessão (1861 e 1865) que

vieram viver no Vale Amazônico conduzidos inicialmente pelo imigrantista Major Warren Lansford Hastings (1819-1870) para uma área de 60 léguas quadradas, próxima à cidade de Santarém, para plantação de cana-de-açúcar, algodão, fumo e café. A colônia não prosseguiu devido ao retorno da maioria do grupo antes do fim do primeiro ano, permanecendo apenas algumas famílias na região (GUILHON, 1979).

Emmi relata que nessa época (em 1875) foram introduzidos 180 colonos europeus (franceses, italianos, espanhóis, portugueses, alemães, belgas, ingleses e suíços) para a Colônia de Benevides/Pará, entre os quais 41 eram italianos, mas que num curto espaço de tempo abandonaram a colônia (EMMI, 2013, p. 106). Emmi também relata que muitos sírios e libaneses foram para Marabá nas últimas décadas do séc. XIX, quando Marabá era um grande acampamento de caucheiros. Nessa época, a presença de imigrantes estrangeiros na Amazônia era pequena, visto que o censo de 1872 registrava a presença de 6.259 estrangeiros residentes no Pará e 2.199 no Amazonas. No Pará, os estrangeiros, eram mais de 70% portugueses, predominantemente homens, jovens, que se declaravam comerciantes ou caixeiros em sua maioria (EMMI, 2013, p. 31, 45, 164). Enquanto isso o Sudeste detinha a maior parte dos dois milhões de imigrantes que ingressaram no país nas duas últimas décadas do século XIX (1877 e 1903), considerado o ponto culminante da imigração europeia no Brasil (PACHECO; PATARRA, 1997).

As preocupações com a defesa territorial na América do Sul aumentaram acentuadamente após a Conferência de Berlim, em 1884-1885, quando houve a partilha da África entre as grandes potências que consagraram o critério da “ocupação efetiva”, segundo o qual a potência que ocupasse o território de um país tinha direitos sobre as terras ocupadas, a exemplo do que aconteceu com os territórios africanos que foram fortemente dominados pelos franceses, ingleses, portugueses e belgas (LANDES, 1998).

Considerando a urgente necessidade do povoamento das fronteiras, especialmente da fronteira amazônica, praticamente totalmente indefesa ainda em grande parte contestada por governos europeus, um dos primeiros atos do Governo Provisório (1889-1891) – do marechal Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892), foi estabelecer uma nova diretriz de colonização a ser conduzida pelo trabalhador nacional, considerado mais apto para povoar o norte do País. A posse definitiva dos lotes só seria assegurada aos colonos depois de um prazo fixo de cultivo da terra, prazo não inferior a cinco anos (BRASIL, 1890a). A questão geopolítica dessa medida visava proteger as áreas fronteiriças objeto da cobiça internacional. Logo, para a região amazônica deveriam ser enviados brasileiros legítimos, sob o argumento que o “ardente clima equatorial dificultava a adaptação de estrangeiros” (SEYFERTH, 2001, p. 141).

Com a crise da borracha a repartição de terras devolutas nas frentes de expansão era o principal instrumento de colonização, no esforço de manter a ocupação do solo e desenvolver a economia local que se encontrava no marasmo do extrativismo de subsistência. Mas, logo perceberam que o interesse dos nacionais era reduzido e insuficiente para tão vasta região. Por conseguinte, o interesse pela colonização com estrangeiros continuou no início do período republicano, explícito no Decreto nº 528 de 1890, que regularizou o serviço da introdução e assentamento de imigrantes no Brasil.

Art. 1º - E' inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890b).

Por ordem desse decreto havia restrição aos asiáticos e africanos. Somente as famílias de europeus teriam as passagens integrais ou reduzidas por conta do Governo Federal, limitados aos respectivos chefes de família e varões solteiros, se maiores de 18 e menores de 50 anos, uma vez que fossem trabalhadores agrícolas, operários de artes mecânicas ou industriais, artesãos e os indivíduos destinados ao serviço doméstico. Entretanto, a primeira Constituição Republicana (1891, art. 64) conferiu aos estados o controle das minas e terras devolutas de seus respectivos territórios, concedendo a competência para legislar e administrar questões sobre colonização (IOTTI, 2001).

Nessa época, consideravam que a imigração estava intimamente ligada ao progresso da nação e julgavam conveniente a concessão de favores que auxiliassem o desenvolvimento das propriedades agrícolas. Logo, no primeiro governo republicano, o governador Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944) teve a intenção de trazer imigrantes europeus e japoneses para o Pará, apresentando uma mensagem à Assembleia do Estado do Pará, em fevereiro de 1896, anunciando o contrato para a vinda de 35 mil imigrantes europeus e 3 mil japoneses (HOMMA et al., 2011, p. 169). A política de colonização visava transformar os imigrantes em pequenos proprietários de lotes de 25 hectares de terra, que se tornou possível com o Pacto Republicano de 1889, que assegurou aos estados o domínio das terras devolutas. Emmi (2013, p. 107) esclarece que os italianos se fixaram nos núcleos de colonização de Outeiro, Anita Garibaldi e Ianetama, ainda no governo de Lauro Sodré (1891-1893).

Oportuno registrar que no início do século XX, antes da chegada dos japoneses a esta região, houve algumas tentativas de exploração econômica do solo amazônico por outras organizações estrangeiras. A primeira tentativa foi quando uma delegação britânica esteve em Manaus disposta a criar a maior plantação de seringueiras do mundo. Mas, mal compreendida

a delegação britânica caiu em antipatia dos nacionalistas amazonenses, e os membros dessa missão só puderam regressar a Londres com o auxílio policial. A segunda oportunidade ocorreu durante o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) quando vários capitalistas norte-americanos entusiasmados com os resultados da expedição Hamilton Rice³⁶ chegaram organizar um sindicato para exploração das terras e do subsolo da bacia do rio Branco, propondo-se inclusive a construção de uma estrada de ferro de Manaus a Boa Vista, para criação de cidades e núcleos agrícolas ao longo da estrada. Essa proposta foi recebida sob protesto dos “patrioteiros cabotinos”³⁷ e pela imprensa contrária as pretensões dos norte-americanos (LIMA, 2012, p. 10). A terceira missão de pesquisa à Amazônia aconteceu em 1923-24, cujos resultados foram enviados ao governo dos Estados Unidos confirmando a viabilidade do cultivo da borracha para uso da indústria automobilística (CARDOSO; HEIZER, 2012).

Mais tarde apareceu em Manaus um representante do magnata americano Henry Ford, com interesse numa grande plantação de seringueiras nas terras devolutas do Amazonas. Mais uma vez, se fez ouvir a voz dos nativistas, que o levou a procurar o governo do estado do Pará, onde obteve uma área de um milhão de hectares na região de Santarém, em 1927 (A CONCESSÃO, 1936; LIMA, 2012). Ford tentava recuperar o controle do mercado das mãos dos ingleses e investiu nas vastas terras de Santarém, aonde foi assentada a Fordlândia, destinada à monocultura (*plantation*) de 1,6 milhão de pés de seringueira, mas que resultou em grande prejuízo devido ao “mal-das-folhas” (COSTA, 1993). Enquanto que na Ásia, o sistema de *plantation*, com inovação agrônômica, permitiu o aumento da produção de borracha e a queda dos preços, de modo que em 1934 a produção mundial era 26 vezes superior ao volume máximo de exportação brasileira de 1912 e os preços internacionais de 1934 representavam apenas 13% do nível de 1910 (COSTA, 2012, p. 73).

3.5 OS JAPONESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Consta nos anais da Biblioteca do Parlamento Japonês (NDL) que durante uma conferência em Tokyo, em 1897, o embaixador brasileiro no Japão discutiu a possibilidade de se introduzir o imigrante japonês na Amazônia para a extração de látex, mas que houve forte oposição pelos representantes do governo japonês. Naquela época, as questões da Amazônia

³⁶ As expedições realizadas, entre 1919-20 e 1924-25, pelo geógrafo norte-americano Alexander Hamilton Rice Jr, (1875-1956) pela região do Rio Branco (atual estado de Roraima) gerou um material significativo para o estudo da região, pois além de um rico relatório gerou um importante registro fotográfico e filmico dos lugares e das gentes da região, a época conhecida como Guiana Brasileira (SOUZA, 2012).

³⁷ Termo pejorativo dado pela imprensa aos nacionalistas naquela época (década de 1930).

eram totalmente alheias aos interesses do governo japonês, visto que o fluxo migratório era intenso para a América do Norte, apesar de algumas tentativas isoladas para o Brasil. No entanto, devido aos problemas da imigração japonesa no Peru, cuja primeira leva ocorreu em 1899, no início do século XX alguns retirantes procedentes do Peru (conhecido como *Peru kudari*) adentraram a Região Amazônica, na época que as empresas de colonização estavam trazendo as primeiras levas de nipônicos para São Paulo (em 1908), para substituir imigrantes europeus que estavam retornando aos países de origem.

Em decorrência do declínio do comércio de borracha, a política de concessão de terras devolutas pelos governos do estado do Pará e do Amazonas era o grande instrumento de incentivo de ocupação da Amazônia na década de 1920. Tal direcionamento decorria da necessidade de preencher o “vazio demográfico” provocado pelo marasmo econômico, cujo reflexo tendia ao declínio populacional nas áreas remotas. Assim, os convites dos governos do Pará e do Amazonas na década de 1920 foram fundamentais para o início do processo imigratório japonês na Amazônia.

Consta nos anais da colônia japonesa (APANB, 2001, p. 43) que o governador do estado Pará, Antônio Emiliano de Sousa Castro (1875-1951) enviou, em 1923, correspondência à embaixada japonesa no Rio de Janeiro, manifestando interesse em receber imigrantes nipônicos no Pará, dada a boa fama dos colonos japoneses de São Paulo. O embaixador Shichita³⁸ Tatsuke (1867-1931) aceitou o convite porque sentia a necessidade de distribuir a presença de imigrantes japoneses no Brasil em abrangência, não se restringindo apenas a São Paulo. Mesmo porque, nessa época, era então presidente do Brasil, Arthur da Silva Bernardes (1922-1926), que tinha algumas restrições à crescente presença de imigrantes japoneses e tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei de autoria de Fidelis Reis, de Minas Gerais e do Dr. Miguel Couto, visando limitar o ingresso de imigrantes asiáticos.

A partir desse movimento oficial, iniciado em 1923, os pesquisadores japoneses (indicados pelos representantes do governo japonês e pelas empresas investidoras) passaram a fazer incursões em 1925 em vários recantos do Pará e as margens e afluentes do rio Amazonas. As tratativas de concessão de terras devolutas para assentamento de colônias agrícolas iniciou em 1926, e a comitiva contou com o auxílio do lutador Mitsuyo Maeda, conhecido como Conde Koma (residente em Belém desde 1922). No Jornal do Comércio/AM (Ed. 07845, 14 abr. 1926, p. 3) consta uma nota sobre a vinda do embaixador japonês a Amazônia no dia 17 de abril desse

³⁸ Nas obras de vários autores aparece o nome desse embaixador como Hichita Tatsuke, entretanto, foi verificado nos jornais da época e na lista de passageiro do navio *Western World*, atracado no porto do Rio de Janeiro em 16.08.1923, que consta o nome de Shichita Tatsuke, como primeiro embaixador japonês no Brasil.

ano a bordo do paquete Affonso Pena para encontrar o governador do Pará, Dionísio Ausier Bentes. O jornalista relata que encontrou em Belém uma missão composta de dez peritos japoneses enviados por uma grande fábrica de fiação encarregada de estudar as possibilidades de plantio intensivo de algodão. O próprio governador Dionísio Ausier Bentes chegou a acompanhar pessoalmente os pesquisadores na região lindeira à ferrovia Belém-Bragança (ISHIZU, 2011).

A calorosa recepção divulgada nos jornais de Belém e Manaus por ocasião da visita oficial do embaixador Shichita Tatsuke e sua comitiva à capital paraense, em maio de 1926, demonstrava³⁹ ostensivamente o interesse do governo estadual em receber os imigrantes japoneses. Da leitura desses movimentos, nota-se que seria mais um esforço político para reverter as infrutíferas tentativas de colonização agrícola com imigrantes europeus no Pará (EMMI, 2013), e ao discurso do “despovoamento da Amazônia” ou “vazio demográfico” vigente na época. Nesse sentido as políticas públicas seriam voltadas a ocupação das terras devolutas através de projetos de colonização. Como argumentara o presidente Washington Luís, quando esteve em Belém, em julho de 1926, era preciso “sanear para povoar, em povoar para prosperar” (ELEUTHERIO, 1926; MARANHÃO, 1926).

O governador do Amazonas, Efigênio Salles, ao tomar conhecimento das negociações do Pará, também solicitou a visita do embaixador e sua comitiva a Manaus (O EMBAIXADOR, 1926, p. 1). O entendimento com o embaixador Shichita Tatsuke, para concessão de terras decorreu de sua visita a Manaus, no período de 5 a 10 de maio de 1926, quando houve calorosa recepção à comitiva oficial do embaixador Tatsuke, como consta nas manchetes da época⁴⁰, em que resultou na promessa de concessão de um milhão de hectares pelo governo de Amazonas, nas mesmas condições oferecidas pelo governo paraense (CASTRO, 1954; ISHIZU, 2011). O

³⁹ Essa demonstração de boa recepção consta nos jornais da época, relatando inclusive que o governador Dionísio Bentes e o embaixador do Japão fizeram uma excursão à ilha do Marajó e ao lago do Arari, visitando as fazendas daquele local. Fatos detalhados por Homma (2007) e Ishizu (2011). O embaixador Shichita Tatsuke, por sua vez, em entrevista que concedeu à imprensa do Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1926, declarou que veio encantado da Amazônia. Jamais supôs encontrar uma sociedade tão culta e desenvolvida. Elogiou as cidades de Manaus e de Belém, como belas e prósperas. Disse que o povo da Amazônia possui a mesma paciência, energia e virilidade, encobertas sob a aparência de fragilidade física: é cortes, franca, natural e extremamente cativante, sendo todos favoráveis a imigração japonesa. Terminou fazendo rasgados elogios aos governadores Ephigenio de Salles e Dionísio Bentes, conforme nota do Jornal do Comércio (AM), Ed. 07906 (O EMBAIXADOR JAPONÊS, 1926).

⁴⁰ No Jornal do Commercio (AM), edição 07865, de 7 de maio de 1926, constam as homenagens ao embaixador japonês e um anúncio de um espetáculo de gala no Polytheama, também em homenagem ao embaixador do Japão e sua comitiva, dizendo ser “maior obra cinematográfica brasileira! Um *film* portentoso que põe em foco a grandeza do Amazonas! Sensacional exibição do monumental film documentário - No Paiz das Amazonas”. (AS HOMENGENS, 1926, p.1 e 4). No dia seguinte consta no mesmo jornal (edição 07866), o anúncio de um espetáculo de gala no Polytheama, “o espetáculo de gala em homenagem ao Exmo. Sr. Tatsuke, embaixador do Japão e sua comitiva” designado Festival artístico do maestro Armando Lameira, no qual tomará parte o celebre tenor brasileiro Reis e Silva e os artistas *mignons* em 5 números Les Petits Lorette.

embaixador Tatsuke, impressionado com as demonstrações de estima e apreço com que foi recebido pelo governo e pelo povo amazonense, aceitou entusiasmado o oferecimento oficial das terras para colonização e ao chegar em Tóquio tratou de levar avante esse grande projeto (A CONCESSÃO..., 1936).

Em prosseguimento as tratativas diplomáticas, a Assembleia Legislativa do Amazonas autorizou, pela Lei nº 1.309, de 22 de outubro de 1926, a concessão de terras virgens e de incentivos fiscais a quem executasse os projetos de colonização e de exploração agrária. Nessa época (1926), após a visita do embaixador japonês, o governador do estado do Amazonas acolheu o pedido do engenheiro Kosaku Oishi e concedeu 25 mil hectares (25.000 ha) para produção de guaraná na região de Maués/Amazonas (APANB, 2001, p. 46).

Entre 1926 e 1927 começaram a circular na imprensa japonesa informações sobre a concessão de terras na Amazônia e sobre o sistema para subvencionar a compra de pequenas glebas por parte dos imigrantes. Eram os estudos referentes à criação da categoria do imigrante proprietário, então em andamento, que viriam a concretizar-se mais tarde (LEÃO NETO, 1989, p. 44). Em 1927 chegou uma comissão de nipônicos⁴¹ a Manaus, para tratar da concessão⁴² das terras, posto que nessa época, a concessão aos colonos estrangeiros era feita a cada grupo de imigrantes segundo as leis autorizativas de cada estado. No caso do Pará e do Amazonas, o interessado devia proceder a prévia localização do terreno, com medição, demarcação das fronteiras da área escolhida e ocupar dentro do prazo determinado, geralmente de dois anos (COSTA, 1979; HOMMA et al., 2011).

Segundo o historiador amazonense, Antonio José Souto (LOUREIRO, 1978), em 21 de março de 1927, foram oferecidas três opções de terra de livre escolha dos japoneses Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu. A primeira ficava entre os rios Sucunduri, Madeira, Amazonas, Canumã, Paraná de Ramos, Maués e Parauari, até 6º latitude sul; a segunda compreendia a área de Tefé e Coari; e a terceira a área entre Cabori e Timbiras. Assim, eles escolheram a primeira opção porque possuía maior faixa de várzea e havia comunicação direta com a terra firme (ARAÚJO, 1995, p. 8; SOUZA, 2011, p. 121). Mas, no desenrolar dos acontecimentos, na primeira missão de pesquisa, em 1928, a comissão chefiada por Kinroku Awazu demarcou uma área de 300 mil hectares delimitada pelos rios Maués, Urariá, Abacaxi e Carumã. As demais

⁴¹ A comissão era formada por Tadao Kubawara, Gensaburo Yamanishi, Kinroku Awazu, Sunao Nakatai, Tomishika Hori, Yaeno Matsuo e Chichita Ohashi (ARAÚJO, 1995, p. 8).

⁴² O ato de concessão de terras do governo do Amazonas (contrato assinado em 11 de março de 1927), inicialmente designado à Genzaburo Yamanishi (comerciante) e Kinroku Awazu (intérprete contratado pela Embaixada), dentre as condições previa a delimitação de um milhão de hectares, em um prazo de dois anos para iniciar a colonização e exploração agrária, já que o título definitivo da propriedade da terra seria concedido na medida em que fossem demarcadas (APANB, 2001; A CONCESSÃO..., 1936, p. 38-44).

áreas de concessão (para completar um milhão de hectares) foram selecionadas e demarcadas pela comissão dirigida por Tsukasa Uyetsuka na segunda missão de pesquisa em 1930 (APANB, 2001, p. 45; ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 13).

No Pará, a Lei nº 2.746, de 13 de novembro de 1928, autorizava a concessão de um milhão e trinta mil hectares (1.030.000ha) a Hachiro Fukuhara da *Nantaku*, sendo quatrocentos mil hectares (400.000 ha) em Monte Alegre; seiscentos mil hectares (600.000 ha) no município de Acará; e três lotes de dez mil (10.000 ha) cada, na região de Marabá, Conceição do Araguaia e na zona da Estrada de Ferro de Bragança, conhecida como Região Bragantina (A ATIVIDADE..., 1930, p. 8; APANB, 2001, p. 48; HOMMA, 2007).

Em razão dessa política de ocupação espacial, grosso modo, houve três grandes projetos de colonização agrícola de iniciativa dos japoneses, que sustentaram a vinda de cerca de três mil imigrantes dessa etnia para Amazônia brasileira, entre os anos de 1929 a 1939. O Projeto *Nantaku* (*Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha*) - para produção de cacau em Tomé-Açu e algodão em Monte Alegre, no estado do Pará; o Projeto *Koutaku* (*Kokushikan Koutou Takushoku Gakkou*) no município de Parintins, para plantação de juta nas várzeas do vale do rio Amazonas; e o Projeto *Amako* (*Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha*)- dedicado à plantação de guaraná, que formou o pequeno núcleo de Kosaku Oishi e Sakiyama no município de Maués, no estado do Amazonas (Figura 1).

Figura 1 – Mapa da Amazônia brasileira com a indicação dos três projetos de colonização dos japoneses



Fonte: Mapa do Imazon, com adaptação da autora

Nessa época os promotores da colonização japonesa do Sudeste enfrentavam muitos problemas para lidar com a xenofobia do “perigo amarelo” levantado nos EUA, pois aqueles que eram antinipônicos imaginavam que o envio de um número elevado de imigrantes seria parte de um plano para a invasão do país, visto que muitos acreditavam que o Brasil estava sendo um anteparo para a Manchúria. O argumento do “perigo amarelo” fundamentava-se na ameaça à segurança nacional, uma vez que formava uma população de 200 mil imigrantes concentrados principalmente em São Paulo, que desenvolviam-se sem controle no território brasileiro e possuíam um “inexcedível patriotismo” (GERALDO, 2009, p. 188).

Razão porque o embaixador do Japão no Brasil, teria desaconselhado o embarque de 15.000 emigrantes japoneses para o Amazonas em 1929. Afirmava o embaixador japonês que parecia existir a ameaça de um sentimento hostil aos japoneses em virtude de grande afluência de colonos (O EMBAIXADOR, 1929). Assim, a primeira leva de imigrantes que chegou para o Projeto *Nantaku* de Tomé-Açu (município do Acará/Pará), em 22 de setembro de 1929, foi de 43 famílias de colonos (189 pessoas, incluindo 8 jovens solteiros). No mês de dezembro de 1929 chegaram ao porto de Rio de Janeiro, pelo navio Santos Maru, mais 242 imigrantes, sendo 192 para Tomé-Açu (PA) e 50 para o Projeto *Amaku* de Maués (AM), os quais chegaram nas respectivas colônias no início de 1930. Já a primeira leva de 42 integrantes do Projeto *Koutaku* chegaram à Vila Amazônia, em 20 de junho de 1931. Depois, prosseguiram as entradas de diferentes levas de imigrantes japoneses durante toda a década de 1930 e interrompidas durante o período da Segunda Guerra Mundial. Pode-se dizer, então, que os japoneses foram os últimos imigrantes estrangeiros a chegar para formação de colônias agrícolas no coração da Amazônia.

Coincidentemente, a mobilização de japoneses para os três projetos da Amazônia ocorreu numa época de grave depressão econômica mundial, após os conflitos bélicos da Primeira Guerra Mundial. Nessa época, o governo japonês enfrentava duros embates nas relações externas para implementação da política expansionista na Ásia, após a invasão da Manchúria pelo exército japonês, em 1931, o que veio agravar a situação dos japoneses também no Brasil, pois tiveram muitos problemas para lidar com a xenofobia do “perigo amarelo” vigente nos EUA. Assim, além dos imigrantes serem hostilizados, os investidores foram profundamente penalizados com a reviravolta da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, que estabeleceu o regime de quotas de caráter restritivo à imigração e restrição à concessão de terras devolutas.

No balanço do empreendimento de ocupação de um pedaço da Amazônia pelos nipônicos foi um fracasso do ponto de vista econômico-financeiro, pois os investimentos dos três projetos de colonização agrícola na Amazônia foram perdidos antes da Segunda Guerra

Mundial, tal como ocorreu com os investimentos norte-americanos da Ford e Ludwig nos projetos Fordlândia e Jari (PINTO, 1986), entre tantos outros investimentos estrangeiros que malograram na Amazônia.

Entretanto, do ponto de vista social, entende-se que não foram em vão os esforços empreendidos nos projetos de colonização dos japoneses, visto que deixaram um capital humano com as sementes do idealismo para “desbravar” a Amazônia. Após a falência do Projeto da *Nantaku*, em 1935, os imigrantes remanescentes de Tomé-Açu obtiveram seu período áureo com o sucesso da pimenta-do-reino nas décadas de 1950 a 1970. O Projeto *Amako*, de Maués, foi abandonado por problemas administrativos e por disputa local na comercialização do guaraná, que levou à dispersão desse pequeno grupo, inclusive, algumas famílias passaram a integrar o grupo dos *koutakusseis* (grupo *koutaku*). O Projeto *Koutaku* encerrou as atividades no auge da Segunda Guerra Mundial, por conta do Decreto-Lei nº 4.166, de 11.03.1942, no governo Vargas, que exigiu a indenização do navio brasileiro “Taubaté” atacado pelas forças da Alemanha. Com base no aludido ato, foram confiscados como espólio de guerra os imóveis e todos os bens da Companhia Industrial Amazonense S.A., inclusive houve prisão de funcionários dessa companhia.

Apesar da espoliação de guerra, graças a aclimação da juta da espécie *Corchoris capsularis* conseguida por Ryota Oyama (1882-1972) em 1934, os remanescentes do grupo *koutaku* continuaram plantando juta com os ribeirinhos, de sorte que obtiveram sucesso nas décadas de 1950 a 1960, tornando o Brasil um dos grandes produtores mundiais de juta.

4 O EXPANSIONISMO JAPONÊS

Este capítulo reporta-se ao principal questionamento que instigou a investigação sobre a imigração de japoneses na Amazônia. O *start* foi pautado no seguinte questionamento: será que existe alguma relação entre a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia com a política expansionista do Japão vigente no início do século XX?

A historiografia indica que o processo emigratório dos japoneses tem muito a ver com a geopolítica do Império Japonês da Era Meiji (1868-1912). Logo, é importante entender alguns fatos da história contemporânea do Japão para compreender as motivações que levaram o expansionismo japonês para além do Oriente. Assim, baseada na revisão bibliográfica de autores nacionais e estrangeiros procurou-se relatar alguns episódios históricos da passagem do Japão feudal para a modernização após a abertura dos portos, seguido de um período de militarização, conflitos bélicos, expansão territorial e desenvolvimento industrial.

4.1 O JAPÃO FEUDAL

Quando o Japão abriu as portas para o mundo ocidental, em meados do século XIX, o arquipélago do Sol Nascente estava dividido em feudos - vários territórios autônomos governados por seus suseranos - os *daimyos*⁴³ - que administravam a propriedade (*han*) com o seu próprio exército de guerreiros - os *samurais*⁴⁴ - que não podiam trabalhar, pois deviam se dedicar à arte da guerra para defender os interesses de seu senhor. Cada *daimyo* mantinha as suas tradições e normas, relações de interdependência com os seus vassalos e com os demais *daimyos*, dependendo do tamanho e poder de influência dos chefes dos clãs. O principal feudo era o dos Tokugawa, que possuía cerca de um terço do território habitado pelos seus vassalos e controlava os demais *daimyos*, por meio da Administração do Xogunato (*bakufu*⁴⁵). A quantidade de guerreiros *samurais* que serviam o clã dos Tokugawa inspirava respeito dentre os demais. Por isso, o líder era chamado de Xogum (ou *Shogun*), o maior entre os mais de 250 *daimyos* (NOGUEIRA, 1983; MARGADANT, 1984; HALL, 1995; SOMMA, 2003).

Na hierarquia da casta estavam em primeiro plano os nobres de sangue, depois os *samurais*, agricultores, artesões, mercadores e por último os párias *eta*⁴⁶. No topo da casta estava o imperador, apesar de ser venerado pelo povo como um descendente de *Amaterasu*-

⁴³ Vide glossário.

⁴⁴ Vide glossário.

⁴⁵ Vide glossário.

⁴⁶ Vide glossário.

Omikami (deusa do sol), segundo a doutrina xintoísta, era apenas um ente simbólico, sem poder político ou militar. Além disso, a família imperial vivia encastelada no Mikado de Kyoto como uma presa dos Tokugawa. A sociedade estava assentada numa economia essencialmente agrícola, onde a maioria dos camponeses não podia circular em outros domínios ou deixar seu local de nascimento sem autorização, e nem sequer tinham direito a um sobrenome⁴⁷.

Era essa a sociedade japonesa do século XIX, quando a poderosa esquadra americana comandada por Matthew Calbraith Perry (1794-1858), composta de quatro fragatas a vapor dotadas de artilharia moderna, chegou à baía de Edo (atual Tóquio), em julho de 1853. A visão dos “navios negros” atirando bolas de canhões, numa demonstração de força e intimidação, foi um assombro para aquela população que vivia ainda imersa nas tradições neoconfucionistas, dividida em castas sob o severo controle dos *daimyos* e de seus leais *samurais* (MARGADANT, 1984). Nesse contexto político, a despeito das atividades artísticas, culturais e religiosas serem complexas e requintadas, aos olhos dos ocidentais a urbanização das cidades, a indumentária e os costumes da população japonesa parecia de uma época medieval, como relata o escrivão da fragata do Comodoro Perry sobre a cidade de Edo:

[...] os seus habitantes como mais uma nação exótica, um tanto ridícula em seus costumes e necessitada de receber, pela força se necessário, os benefícios do progresso, do comércio e do cristianismo [...]. Não havia, em seu território, um só quilometro de estrada de ferro. Nem uma só tecelagem mecânica produzia os panos que vestiam os homens e mulheres da terra, gente que desconhecia botas e sapatos e caminhava pelas estreitas ruas das cidades calçada com tamancos e sandálias (SETTE, 1991, p. 1).

O Comodoro Matthew Perry, ao apresentar a carta do presidente dos EUA, Millard Fillmore (1850 a 1853), em março de 1854, exigindo a abertura do Japão para o ocidente, provocou uma série de eventos e conflitos internos que levariam a assinatura do Tratado de Kanagawa em 31 de março de 1854. Este tratado concedeu a abertura dos portos de Shimoda ao sul e de Hakodate ao norte, para atender suprimentos dos navios americanos e ajuda a náufragos. Depois da abertura, vieram os britânicos (1854) e os russos (1855). E também os holandeses que já tinham acesso aos portos de Deshima/Dejima, em Nagasaki, ao sul do Japão. De maior importância foi o Tratado de Amizade e Comércio com os Estados Unidos (também conhecido por Tratado Harris), firmado em 29 de julho de 1858, que permitiu a abertura dos principais portos do Japão – Edo (atual Tóquio), Osaka, Nagasaki, Kanagawa, Hyogo (atual Kobe) e Niigata – ao comércio com os Estados Unidos. Contudo, a “aceitação” pelos japoneses da cláusula de nação mais favorecida (pela qual, qualquer concessão comercial dada a terceiros

⁴⁷ Por longos anos, somente as famílias da aristocracia e dos *samurais* possuíam sobrenomes de famílias distintas. A maioria das famílias camponesas passou a adotar sobrenomes na Era Meiji, razão porque são nomes de locais de origem como: Fukuoka, Fukushima, Kagawa, Ito, Sato, Suzuki, Yamaguchi, Yokoyama, Iida etc.

países seria automaticamente estendida aos Estados Unidos) seria de fundamental interesse dos americanos (MARGADANT, 1984; SETTE, 1991; AUSLIN, 2004; ALVES, 2011).

A síntese do relato de viagem da missão diplomática portuguesa enviada ao Japão, para negociar um tratado de paz e comércio, em 1860, narrada por Feliciano Marques Pereira, em 1863, evoca a situação panorâmica da cidade de Edo (Tóquio), como uma capital perigosa, decepcionante e insignificante. Aos olhos do português, era um país ainda imerso no feudalismo, habitado por um povo sóbrio, orgulhoso e “impúdico”, governado por uma casta de guerreiros (BIBLIOTECA..., 2004).

A ingerência das grandes potências ocidentais no Japão provocou graves conflitos na política interna, pela perda da honra e legitimidade do *bakufu*, desvendando a fragilidade e o declínio de poder dos Tokugawa. Mesmo porque as condições socioeconômicas da época haviam mudado a estrutura da sociedade japonesa, tornando a casta dos comerciantes muito mais próspera que a dos *samurais*, detentores do poder político-militar. A pressão estrangeira havia criado uma perigosa reação entre os grandes *daimyos* e no meio dos *samurais*, que perderam os seus senhores nas guerras civis, ou que foram deportados para lugares distantes e pobres demais para sustentar os seus servos. Esses *samurais* errantes, que passaram a ser chamados de *ronin*, estavam dispostos a vingar as injustiças cometidas a seus senhores.

Nesse ambiente de conflitos havia sentimento de revolta e medo entre os *samurais*, pois eles compreendiam que aquela presença estrangeira representava uma grande ameaça ao Xogum e ao povo japonês, e que a qualquer momento poderia aparecer uma frota de guerra do ocidente para defender seus privilégios de conquista. Ademais, era visível o sentimento de superioridade dos estrangeiros em relação aos nativos. Por conta dessas diferenças, fizeram crescer as animosidades entre japoneses e estrangeiros, que geraram várias querelas e violências que eram abafadas com punições severas pelo *bakufu* (SETTE, 1991, p. 72).

O auge dessa animosidade ocorreu em setembro de 1862, quando alguns estrangeiros, por desconhecimento ou desdém, deixaram de demonstrar a reverência costumeira ao cortejo do nobre Hisamitsu Shimazu e sua tropa. Alguns *samurais* enfurecidos mataram um inglês e feriram dois, todos súditos da rainha Vitória. Após o incidente, o corpo diplomático inglês exigiu pesadas indenizações e a condenação dos assassinos. Entretanto, depois de várias discussões diplomáticas com esquivas e evasivas do *bakufu* os ingleses foram surpreendidos com uma nota diplomática, comunicando que os portos japoneses seriam fechados aos ocidentais. A resposta dos ingleses chegou em agosto de 1863, quando os tiros de vários canhões bombardearam a cidade de Kagoshima que, com a ventania daquele dia, deixou a cidade totalmente em chamas sob a tempestade (SETTE, 1991).

Outro incidente ocorreu em junho de 1863, quando os patriotas de Choshu⁴⁸ alvejaram um navio americano que navegava pelo estreito de Shimonoseki. Passou-se mais de um ano em negociações para se resolver o impasse, cujo desfecho correu em 1864, quando uma frota de 17 belonaves de bandeiras britânica, americana, francesa e holandesa, com um total de 305 canhões, destruíram todas as fortificações e o porto de Shimonoseki. Em consequência, essa incapacidade de defesa de forças estrangeiras, somada às sucessivas diferenças internas, levaram ao desmoronamento do xogunato (LANDES, 1998, p. 417).

4.2 O JAPÃO NA ERA MEIJI

Retomado o poder ao imperador, o centro administrativo do Mikado que estava estabelecido em Miyako (capital) de Kyoto, desde o ano de 794 a 1867, fora transferido para Edo (atual Tóquio) – que era então a capital do leste desde a época dos Tokugawa. Depois, com a estabilização do parlamento, o jovem imperador Mitsuhiro (1852-1912) inaugura a Era Meiji (também chamada de Restauração Meiji), em 6 de abril de 1868, prestando juramento a Carta Constitucional, prometendo instituições representativas e uma nova sociedade civil democrática (LANDES, 1998, p. 419).

Com a Restauração Meiji a sociedade japonesa foi submetida a uma transformação política e social revolucionária, posto que a abolição das instituições feudais desmoronaram os castelos e o sistema de castas, que havia perdurado por muitos séculos. Os senhores feudais (*daimyo*) entregaram as suas terras ao imperador, ou foram confiscadas em 1869, passando a ser da nova nação, com a conversão dos feudos (*han*) em províncias (*ken*), seguido da reforma agrária. Consequentemente, com a mudança da propriedade, os camponeses – que até então pagavam os impostos em espécie (geralmente arroz) aos seus *daimyos* – passaram a pagar ao governo imperial em base monetária (MARGADANT, 1984).

Nos primeiros anos da Era Meiji, os *samurais* dispensados, insatisfeitos com a perda de seu antigo *status*, mantiveram várias revoltas que foram combatidas pelo Exército Imperial, sendo a mais famosa a Rebelião de Satsuma⁴⁹, que foi uma revolta dos ex-*samurais* do domínio de Satsuma (de Kumamoto, ao sul do Japão) liderado por Saigō Takamori. Durante as batalhas travadas, entre fevereiro e setembro de 1877, cerca de 30 mil *samurais* rebeldes foram derrotados por um contingente armado com fuzis e baionetas muito superior aos valentes

⁴⁸ Chōshū (長州藩) era uma *han* de domínio feudal do Japão durante o período Edo (1603-1867) estabelecido no local onde atualmente se encontra a província de Yamaguchi.

⁴⁹ A Rebelião de Satsuma, conhecida como a guerra do Sudoeste (*seinannsensou*) foi a última grande revolta armada contra o novo governo da Era Meiji.

samurais com seus *katana* (espadas). Contam que os últimos 40 *samurais* rebeldes cometeram o *seppuku*⁵⁰ (suicídio) antes de serem capturados. Apesar de a rebelião ter custado caro ao novo governo, marcou o fim da classe *samurai* e o fortalecimento do Exército Imperial Japonês (BUCK, 1979; SETTE, 1991).

Passado o período de conflitos internos, além das reformas de base no campo da educação (alfabetização em massa), a ciência e a cultura ocidental foram encorajadas, ainda no fim do século XIX. As práticas toleradas pelos Tokugawa, como o aborto e o infanticídio, passaram a ser proibidas⁵¹ por não se conformarem com os padrões ocidentais. O Estado adotou a política de intervenção econômica e absorção das inovações tecnológicas das grandes potências ocidentais. Ademais, a entrada do comércio estrangeiro juntou-se às melhorias das condições médico-sanitárias e saneamento urbano, intensificando o crescimento demográfico, de modo que a população japonesa cresceu de 35 milhões em 1872 para 44 milhões em 1900 e 50 milhões em 1910 (RIALLIN, 1962, p. 20-3).

Os tratados internacionais desiguais do Período Edo também foram revisados e realizados outros acordos e tratados com os países ocidentais, para incrementar as relações internacionais no comércio, transporte, migrações, apoio militar etc. (MARGADANT, 1984). Nesse jogo político foi celebrado em Paris, em 05 de novembro de 1895, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Brasil (incorporado pela Lei nº 419, de 27 de novembro de 1896). Por conta dos acordos estabelecidos afastou-se a ameaça do colonialismo europeu, inclusive, fortalecendo-se militarmente com a construção naval⁵².

Com as reformas em andamento, o novo imperador deu prioridade ao fortalecimento do exército e da marinha imperial baseado no modelo europeu. Para isso, o Japão enviou ao exterior, por vários anos, inúmeros estudantes e funcionários militares para formação, avaliação dos pontos fortes e táticas dos exércitos e marinhas do mundo ocidental. Como também recebeu vários especialistas e técnicos europeus para atualizar os japoneses ao mundo em ascensão do militarismo (QUIGLEY, [1932] 2007).

Na busca da excelência bélica, inicialmente, o governo Meiji estruturou o Exército Imperial com base no modelo do exército francês. Assessores franceses vieram ao Japão em duas missões militares em 1872-80 e 1884. Para a reforma do Exército Imperial voltou-se para

⁵⁰ Vide glossário.

⁵¹ Segundo Riallin (1962), a proibição de emigrar na época do Xogunato e o combate à prática de controle de natalidade instituído na Era Meiji, eram parte da doutrina populacionista, motivada pela preocupação em fortalecer o país frente à ameaça de invasão das potências estrangeiras.

⁵² Durante muitos anos, como parte da política de isolamento, os líderes japoneses proibiram a construção de grandes embarcações, para coibir a saída de japoneses para além da costa do país. Portanto, não havia no Japão navios que se comparassem aos da marinha americana ou inglesa.

o exército alemão, em 1886, para aprender especificamente o modelo prussiano. Na década de 1890, o país do Sol Nascente tinha à sua disposição um moderno exército de profissionais treinados ao estilo ocidental. A Marinha Imperial japonesa, por sua vez, foi modelada com base na *Royal British Navy*, que na época era a principal potência naval do mundo. Conselheiros britânicos foram enviados ao Japão para treinar, aconselhar e educar a marinha japonesa, enquanto estudantes foram enviados ao Reino Unido a fim de estudar e observar a *Royal Navy* (MARGADANT, 1984; QUIGLEY, [1932] 2007).

Para dar conta dos investimentos necessários para a estruturação das forças armadas o governo alterou drasticamente o imposto territorial rural, em 1873, numa época em que a economia monetária ainda não havia se firmado no campo. Logo, os pequenos proprietários viram-se repentinamente confrontados com uma pesada carga tributária, que aliada à queda do preço do arroz, em 1884, provocou a desagregação de uma parcela significativa do campesinato. Entre os anos de 1883 e 1890, cerca de 367 mil camponeses perderam suas propriedades pelo não recolhimento de tributos, transformando-se em arrendatários, ou rendeiros de suas antigas propriedades, ou retirantes para os centros urbanos em busca de oportunidades (LEÃO NETO, 1989, p. 17). Consequentemente, ocorreu um processo de concentração fundiária nas mãos de alguns grandes proprietários e a maioria das empresas estatais foi privatizada. Os comerciantes que haviam se fortalecido na época do Xogunato, passaram a formar *holding* (*zaibatsu*)⁵³ conduzido pelos barões da aristocracia japonesa.

O português Pedro Gastão Mesnier (1848-1884), integrante da embaixada do Visconde de S. Januário, ministro de Portugal nas cortes do Sião (atual Tailândia), China e Japão, lavrou testemunho das profundas alterações do Japão daquela época. Ele apercebeu-se do triunfo do xintoísmo e do culto rendido ao imperador, como um descendente da linhagem divina, mas também, do colapso dos *samurais* e ascensão dos grandes barões monopolistas do comércio e da indústria *zaibatsu* (MESNIER, 1874).

O Japão seguia velozmente a via ocidental e era já considerado, em meados de 1880, um aluno exemplar, havendo quem o chamasse como “a Inglaterra da Ásia”, que décadas depois Haushoffer – o mago da geopolítica – corrigiria para a de “Prússia do Oriente” (SOUZA, 2004, p. 77). Com tantas mudanças o governo Meiji é conhecido como Governo Iluminado. Após o término do isolamento do Japão, os 45 anos da Era Meiji (1868-1912) foram marcados pela modernização, com a arrancada para a industrialização e ocidentalização de seus costumes. Os seus princípios consuetudinários, que mantinham a tradição e a influência do confucionismo

⁵³ Vide glossário.

chinês por longos anos, sem grande afinidade com o Direito Romano, passaram a sofrer profundas transformações que se prolongaram para além da Restauração Meiji. Num curto espaço de tempo, da década de 1860 a 1930, o país converteu-se numa nação fortemente ocidentalizada, razão porque, culturalmente, a Era Meiji representa o período da ocidentalização do Japão (GAKKEN, 2002).

Interessante observar que, apesar dos Estados Unidos terem forçado a abertura dos portos do Japão ao mundo ocidental, a sociedade nipônica não entrou em colapso, tal como sucedera na mesma época com a colonização britânica na Índia e na China, que foram vencidas pela desorganização política no processo de ocidentalização. Ao contrário, a sociedade japonesa sofreu uma revolução bem expressiva na fórmula de aprendizagem nacional, que era demandada desde o século XVIII, que seria o aprimoramento do conhecimento endógeno com a agregação do conhecimento ocidental. A expressão “moral asiática e tecnologia ocidental” resumia a disposição em manter e acentuar essa singularidade para o orgulho dos japoneses.

A partir dessas transformações estruturais, o governo e a população empreenderam a modernização do país com intensidade, substituindo a produção manufatureira pela industrial, por meio de métodos apreendidos de diversas sociedades europeias, especialmente, dos ingleses, alemães e franceses - na forma de condução da burocracia e da tecnologia ocidental - cuja consequência gerou o alicerce para a fantástica revolução industrial nos grandes centros urbanos, como comenta Landes:

As primeiras décadas de sondagens e experiências testemunharam muitos fracassos. No início da década de 1880, o governo liquidou suas fábricas, vendendo-as a empresas privadas. [...] Entre 1886 e 1894, foram fundadas 33 novas fábricas, mais da metade delas na área de Osaka; e de 1886 a 1897, o valor total de produção de fio aumentou 14 vezes, de 12 milhões para 176 milhões de ienes. Em 1899, as fábricas japonesas estavam produzindo cerca de 785 quilos de fio; em 1913 a produção ultrapassava uma tonelada e meia. [...] Em 1886, perto de 62% do fio consumido no Japão vinha do exterior; em 1902, praticamente nada (LANDES, 1998, p. 424-5).

Homma também faz alusão a essa fantástica passagem do Japão subdesenvolvido para um novo estágio de desenvolvimento, pois os japoneses conseguiram em questões de décadas o que o Ocidente levaria séculos para se estruturar em termos industriais, militares e de instituições políticas. Para se ter uma ideia da rápida evolução para os padrões sociais modernos, em 1886, a França possuía 738 embarcações a vapor e a motor, o Japão possuía apenas 78. Porém, em 1920, o Japão passou a contar com 2.996 e a França 2.936 embarcações. Em 1925, o Japão se tornava a maior força marítima do mundo, com 7.323 navios a vapor e a motor (HOMMA, 2007, p. 20).

Por outro lado, a reforma agrária gerou endividamento de grande parte dos pequenos proprietários, que não tinham como sustentar a numerosa prole, de modo que os filhos se viam obrigados a rumar às cidades, engrossando a fileira do êxodo rural que levou os camponeses aos grandes centros urbanos, e o consequente aviltamento do trabalho não qualificado. Desde então, o enorme contingente populacional começara a sofrer as pressões preconizadas por Malthus⁵⁴, que os levaria a procurar a mesma solução que a Europa havia adotado para os seus problemas demográficos, exportando população (SETTE, 1991, p. 129).

Em 1884, o governo japonês celebrou um tratado de Navegação com o Havaí (protetorado norte-americano) dando início à emigração temporária, que logo passaria a dirigir-se à costa oeste dos Estados Unidos, em menor escala ao Canadá e principalmente para Ásia. Entretanto, no caso dos japoneses, essa resposta parcial ao problema demográfico era muito delicada, pois além das diferenças culturais e linguísticas, a emigração constituía uma violação profunda às normas enraizadas pelo Xogunato dos Tokugawa (1603-1868), que fechou as portas do Japão por mais de 200 anos (1633-1868). Seria contrária a todos os sentimentos de família e comunidade de uma etnia, que havia formado o espírito nacional, aquilo que os japoneses falam de “sentimento de ilha”, que pode ser interpretado como isolacionismo⁵⁵ de uma comunidade ilhada, moldada na doutrina confucionista-xintoísta.

Portanto, numa época em que diversos países ocidentais competiam ativamente por influência (poder), comércio, bens e territórios no leste da Ásia, o Governo Imperial imbuído dessa forma de dominação procurou unir-se aos poderes coloniais modernos (neocolonialismo), rompendo com as limitações de natureza defensiva e de autosustentação, para a conquista e dominação de novos espaços. A política expansionista do Império do Sol Nascente moveu o capitalismo naquele país para o estágio internacional, conhecida como período expansionista, e até de imperialista e colonialista.

4.3 A POLÍTICA EXPANSIONISTA DO JAPÃO

A expressão “expansionismo japonês” ou “expansionismo imperial” representa, sobretudo, um período de expansão territorial, econômica e militar do Governo Imperial do

⁵⁴ “Malthus formava o pensamento político-econômico da Europa e dizia que o crescimento demográfico não podia ser absorvido pelas oportunidades mínimas de vida que a economia podia oferecer. A solução óbvia era o traslado de população para as terras que as pudessem acolher, voluntariamente ou não” (SETTE, 1991, p. 129).

⁵⁵ O isolacionismo parece constituir um traço reativo inerente a algumas culturas asiáticas, não se esgotando nos exemplos chinês e japonês. Também o Tibete – até finais do século XIX, a Birmânia/Myanmar, o Laos e o Camboja recorreram a tal expediente para travar qualquer ingerência estrangeira e depois, recentemente a Coreia do Norte, sob regimes de tipo socialista (HALL, 1995).

Japão, num esforço para se igualar às potências europeias e norte-americana. Começou no início do século XX, após as guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905), quando o Japão passou a se modernizar sob a hegemonia do capitalismo. O expansionismo japonês propriamente dito iniciou-se em 1903, quando o Exército Imperial dominou a cidade de Seul, atual capital da Coreia do Sul.

A modernização do Japão sob a hegemonia do capitalismo requeria cada vez mais recursos energéticos. Até então, o Japão não detinha qualquer alternativa para sanar essa carência de recursos naturais e financeiros, pois estava isolado de certas questões como empréstimos ou fundos financeiros de países estrangeiros. Além disso, o país já havia investido muito nas forças armadas e na infraestrutura bélica, logo, precisava urgentemente conseguir recursos energéticos, como carvão de pedra, petróleo, madeira, minérios e matéria prima diversificada para a indústria manufatureira para alavancar sua economia.

A primeira guerra sino-japonesa (1894-1895) foi um conflito entre o Japão e a China, fundamentalmente pelo controle da Coreia, posto que este país estava na esfera de influência da dinastia Qing, da China. A Coreia tornou-se objeto de intensa rivalidade entre China e Japão após a abertura ao comércio japonês em 1876, pelo Tratado de Amizade (entre Japão e Coreia). Como aliada do Japão a Coreia foi envolvida na guerra sino-japonesa, sendo-lhe garantida a independência, em 1895, pelo Tratado de Shimonoseki. A China, além de perder o poder sobre a Coreia, aceitou a cessão de Taiwan (Formosa), das Ilhas Pescadores e de Liaodong ao Japão. No entanto, nesse mesmo ano (1895), o governo japonês teve que renunciar em favor da Rússia os direitos adquiridos sobre a península de Liaodong, onde se localizava a cobiçada cidade de Port Arthur⁵⁶. O exército imperial se via incapaz de enfrentar a Rússia naquele momento, sobretudo, por estar a Rússia apoiada pelas forças da França e do Reino Unido (MARGADANT, 1984; HALL, 1995; QUIGLEY, [1932] 2007).

Em 1903 o exército imperial dominou a cidade de Seul, atual capital da Coreia do Sul, em apenas três dias. Em 1905, o Japão forçou a Coreia a assinar o Tratado de Eulsa, transformando o país em um protetorado japonês. Em 1910, as tropas japonesas ocuparam a

⁵⁶ Port Arthur foi um porto russo, no território da República Popular da China, situado no extremo sul da ponta da península de Liaodong. O lugar é célebre por ter sido palco da Batalha de Port Arthur no marco da guerra russo-japonesa entre 1904 e 1905. Atualmente conhece-se como cidade de Lüshunkou ou Luyshun, que fica junto à cidade de Dalian. A primeira entrada de Port Arthur no cenário internacional foi durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895). A península Liaodong era um local estratégico para a navegação nos mares orientais no século XIX, por estar próxima da Coreia, do Mar da China, e de Pequim. O império japonês consciente da posição estratégica deste ponto ao norte do mar Amarelo, como rota ao comércio internacional, planejava o controle da península de Liaodong e Port Arthur, através do mar de Bohai e do golfo da Coreia, razão porque o primeiro e segundo exército japonês convergiram para a península de Liaodong por terra e mar em setembro de 1894 (COOX, 1990; COOGAN, 1994; YOUNG, 1999).

Coreia, transformando-a em colônia por meio do Tratado de Anexação Japão-Coreia (22.08.1910), embora esse tratado não fosse reconhecido internacionalmente⁵⁷. Além disso, o Japão consegue dominar o mar da China, expandindo assim o mar japonês. A anexação da Manchúria (nordeste da China) pelo exército japonês (19.09.1931) marca o apogeu do expansismo japonês estabelecendo um estado fantoche, chamado Manchukuo, cuja ocupação durou até o final da Segunda Guerra Mundial (YOUNG, 1999; MARGADANT, 1984).

A guerra russo-japonesa (1904-1905) ocorreu no nordeste asiático. Ao dominar algumas ilhas do Pacífico, algumas pertencentes ao Império Russo, este declarou guerra ao Japão, seguindo-se batalhas navais entre as forças do Império Japonês e do Império Russo, que disputavam os territórios da Coreia e da Manchúria. A derrota russa em Porto Artur e Tsushima vinha comprovar os mais negros vaticínios de que um país não-europeu, conquanto apetrechado à maneira ocidental nas artes da guerra, poderia por em perigo toda a arquitetura do poder mundial ainda centrado na Europa (BIBLIOTECA..., 2004).

A Rússia tornou-se o primeiro país europeu a perder uma guerra para um país asiático, cuja derrota rendeu ao Japão as possessões de Kwantung e Karafuto (produtoras de carvão de pedra, petróleo e outros produtos) que foram ocupadas pelos japoneses de 1905 a 1945. Fato que veio agravar a situação política do czar Nicolau II, contribuindo para o enfraquecimento do regime czarista, cuja queda foi concretizada pela Revolução de 1917 (COOX, 1990; QUIGLEY [1932] 2007; YOUNG, 1999).

Em 1912, o tão aguardado acordo com Pequim cumpriu-se finalmente, quando a Segunda República toma posse do governo chinês. O Japão, que já contava com ameaças dos chineses, prevenindo-se de uma possível invasão, ocupou parte do território da Manchúria, por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o Japão aliou-se à Grã-Bretanha, invadindo as concessões alemãs na península chinesa de Shandong⁵⁸, grande fornecedora de carvão de pedra para o mercado internacional, bem como os estratégicos arquipélagos de Bismarck e Salomão, as ilhas Marianas, Carolinas e Marshall, que faziam parte da Nova Guiné alemã (COOX, 1990; QUIGLEY [1932] 2007; YOUNG, 1999).

Naquela época o Japão já detinha grande conhecimento na área de construção naval e transporte ferroviário, posto que o país estava vivendo um período frenético de modernização industrial pós Era Meiji. O desiderato de colonização da Manchúria como missão do povo japonês começa desde então a ganhar espaço na mídia internacional. Mesmo porque o Japão

⁵⁷ O tratado assinado pelos representantes do governo do Império Coreano e do Império Japonês foi proclamado em 29 de agosto de 1910, iniciando oficialmente o período de domínio japonês na Coreia.

⁵⁸ Também chamada de *Shantung*, *Xantung* ou *Chantung*.

possuía uma das maiores frotas de navios mercantis e a respeitável Marinha Imperial Japonesa que foi decisiva para as vitórias nas guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905) (COOX, 1990; YOUNG, 1999; HOMMA, 2007).

Do ponto de vista econômico e demográfico, o alargamento das fronteiras do Império Japonês foi importante para a sociedade agrícola daquela época, ainda mais para um país montanhoso como o Japão, com menos de 20 por cento de terras cultiváveis de um território de cerca de 380 mil km², que necessitava de insumos para a indústria nascente e alimento para uma população de 42 milhões (em 1907) de habitantes em expansão demográfica⁵⁹. Estas aquisições territoriais aumentaram a área controlada pelo Império Japonês para 681 mil km², enquanto que a população total do Império do Sol Nascente, incluindo Taiwan, Coreia e Karafuto, passou para 64,94 milhões de habitantes, em dezembro de 1908, sendo: 51,74 milhões no Japão; 10 milhões na Coreia; 3,25 milhões em Taiwan, e 26,39 milhões de habitantes em Karafuto. Já a população das possessões era de apenas 427 mil em Kwantung e 28,3 mil na zona de assentamento da Ferrovia Transmanchuriana (JAPAN, 2000).

Quando o Japão realizou o primeiro censo nacional, em outubro de 1920, a população chegava a 55.963.053 habitantes, distribuídos num conjunto de ilhas em área total de 381.808 km² com uma densidade demográfica de 147 pessoas/km² que se expandiu continuamente nos anos seguintes (JAPAN, 2000).

WASHINGTON, March 1--The Japanese Government has just completed the taking of the first census of Japan proper, Korea, Formosa and Saghalien. The total population for Japan proper is given as 55,961,140, but for the whole empire, embracing Korea, Formosa and Saghalien, the population is given as 77,005,112 (NEW YORK TIMES, 1921).

Da leitura do jornal New York Times, pode-se inferir que a população japonesa distribuída nas possessões conquistadas pelo expansionismo militar deveria ser bem expressiva para controlar uma população de 21 milhões de pessoas nas colônias de Coreia, Formosa (Taiwan) e Saghalien (ilha russa). Por outro lado, a política expansionista veio gerar desconfiças dos países ocidentais e trazer grandes contratempos à política externa, principalmente em termos de imigração, seja nos Estados Unidos como no Brasil.

O período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1914 e 1945) foi marcado pelo incremento do comércio mundial, pela extração em massa de carvão, petróleo, ferro, bronze, dado que os países europeus (principalmente a Alemanha) não possuíam recursos para manter

⁵⁹ Imaginem a diferença da densidade populacional entre Japão e Brasil, no início do século XX, quando o Brasil, com uma extensão territorial de 8.512 mil km² (22 vezes maior que o Japão) possuía apenas 17,3 milhões de habitantes, sendo o Pará com 445 mil e o Amazonas apenas 250 mil habitantes.

a guerra e tiveram que recorrer a outros países. Para o Japão que possuía um parque industrial em expansão, o comércio internacional trouxe grandes superávits na balança comercial, tornando-se desde então, uma potência econômica no *ranking* dos 10 países mais ricos do mundo. Daí pode-se deduzir que as guerras não seriam apenas por questões geopolíticas e ideológicas, mas também profundamente econômicas.

Entretanto, o crescente poderio nipônico apontava que algo de muito importante estava a operar na Ásia. No jogo do poder, o povo japonês passava a ser discriminado pelas grandes potências. Basta lembrar que, por conta da aliança com a Grã-Bretanha, o Japão propôs uma cláusula sobre a igualdade racial⁶⁰ para ser incluído na Liga das Nações, na Conferência de Paz de Versalhes (Paris), em 1919. Contudo, a cláusula foi rejeitada pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, e não foi encaminhada para discussão em plenária da Conferência. Essa rejeição pelas principais potências mundiais foi um duro golpe à dignidade nacional e fez com que o Japão se afastasse dos antigos aliados e a aliança Anglo-Japonesa encerrou-se em 1923.

O Japão devolveu a península de Liaodong (Port Arthur) e Dalian à China, porque não desejava perturbar a paz no Extremo Oriente. Depois disso, a Rússia tomou a península prevalecendo-se da falta de força da China, ameaçando seriamente a defesa do Japão (SUSPEITAM..., 1924, p. 7). Em 1924, seguiu-se o golpe da legislação imigratória norte-americana, pela qual ficava vedado o acesso do emigrante nipônico aos Estados Unidos. Tratava-se de um ato discriminatório na opinião dos japoneses. Na carta que o embaixador japonês dirigiu ao Secretário de Estado (EUA) por ocasião dos debates no Congresso sobre a Lei das Quotas, esse sentimento de país discriminado aparece de forma cristalina.

To Japan the question is not of expediency, but of principle. To her the mere fact that a few hundreds of thousands of her nationals will or will not be admitted into the domains of other countries is immaterial, so long as no question of national susceptibilities is involved. The important question is whether Japan as a nation is or is not entitled to the proper respect and consideration of other nations (LEÃO NETO, 1989, p. 155).

A partir de então, o governo e o povo japonês começaram a nutrir sentimento de povo discriminado e passaram a direcionar as suas ações para serem reconhecidos e respeitados como uma nação livre, já que naquela altura havia muitas colônias das potências mundiais espalhadas no mundo. Na percepção de Eduardo Alves (2011, p. 17), os nacionalistas e entusiastas, deram-se conta de que apenas um estado centralizado, forte e moderno teria a capacidade de resistir

⁶⁰ A igualdade racial equivaleria a não discriminação do povo asiático, em virtude do tratamento discriminatório dado pelos países da Liga das Nações estabelecendo regime de quotas ou de restrição à imigração por determinados países.

Embora o Japão pudesse ter interesse legítimo na Manchúria, dado os seus assentamentos econômicos na região, a Liga das Nações se recusava a reconhecer Manchukuo como um Estado legítimo. Assim, quando a Comissão Lytton⁶¹ emitiu seu relatório em setembro de 1932, afirmando que Manchukuo era um produto da agressão japonesa no território chinês e propunha uma série de medidas para restabelecer a paz na região, a China aceitou as recomendações da Liga das Nações, mas o Japão não as aceitou, retirando-se da Liga em março de 1933, o que contribuiu para acirrar o isolamento internacional. Esse posicionamento militar foi negativo sob o ponto de vista das relações internacionais, pois a mídia ocidental informava relatos de atrocidades sobre a população local que despertou uma considerável antipatia aos japoneses, que durou até o fim da Segunda Guerra Mundial (COOGAN, 1994; MATSUSAKA, 2003).

De 1932 a 1945, o governo japonês patrocinou a emigração agrícola para Manchúria, projetada para reestruturar a sociedade rural e criar enclaves de comunidades japonesas nas regiões periféricas da Manchúria do Norte, apoiada por ativistas agrárias e oficiais do Exército Kwantung (japonesa) que colaboraram no planejamento e organização de empresas agrícolas. A emigração começou em 1932 com um programa de ensaios à emigração de cinco anos que, transformou-se em seguida, para um plano para realocar 1.000.000 de famílias de agricultores japoneses no nordeste da China, ao longo de um período de vinte anos. Os colonos receberam a promessa de espaços vazios, terras abundantes, status social elevado e um papel pioneiro na construção de uma sociedade enraizada na harmonia racial, conhecida como *minzoku kyôwa*⁶² (McDOWELL, 2008).

Nos estágios iniciais da batalha teórica o otimismo inebriante da migração pró-Manchúria foi compensado por um vasto corpo de evidências coletadas e experiência que pôs em causa alguns dos pressupostos subjacentes fundamentais das propostas de emigração. Na apreciação de McDowell (2008), a política emigratória fundiu a ideologia agrária com a harmonia racial (*minzoku kyôwa*), conceitos desenvolvidos pelas agências de colonização influenciados por intelectuais, ideólogos, empresários e administradores militares que postularam uma variedade de teorias de migração na década de 1930, de tal forma que os conceitos anteriores e argumentos foram retrabalhados para figurar o império japonês em expansão e a perspectiva de migração de agricultores jovens em grande escala para as planícies

⁶¹ A Comissão Lytton foi um grupo de trabalho estabelecido pela Liga das Nações, em 1931, para pesquisar as causas do Incidente de Mukden e determinar os motivos e consequências do ataque do Japão contra China e a posterior proclamação do estado de Manchukuo.

⁶² Vide glossário.

da Manchúria. No entanto, colonizar a Manchúria provou ser um empreendimento difícil e decepcionante. As imagens de propaganda e noções de harmonia racial deu lugar à complexidade da agricultura na fronteira da Manchúria (COOGAN, 1994).

No tocante à expectativa do enlace de guerra uma reportagem do Brasil falava do discurso do comissário das Relações Exteriores da Rússia, Maximo Litvinoff, de 29 de dezembro de 1933, em Roma, dirigido claramente contra os alemães e japoneses, quando dizia que “a política do Japão representa neste momento a nuvem mais negra no horizonte político internacional” (COMO RESOLVER..., 1934, p. 1). O Japão chegou a entregar a cidade de Shan-ai-Huan aos chineses em 10 de fevereiro de 1934, mas, pelo teor da entrevista do Almirante Nobumasa Suetsugu (1880-1944) sobre a política norte-americana, o conflito bélico no pacífico estava a caminho.

O Japão deve se preparar e de fato se prepara para se defender contra o que me parece ser uma política de hostilidade dos Estados Unidos, consistente em sitiar o Japão por todos os meios possíveis. Passou o tempo em que as nações estrangeiras podiam assustar o Japão com ameaças. Se os brancos se consideram superiores aos japoneses, devemos combatel-os; se abandonam sua pretensa superioridade e admitem que todos os humanos, sem distinção de raça, são filhos de Deus, então haverá, verdadeiramente, paz mundial. [...] Os Estados Unidos enviam numerosos aviões para as linhas aéreas que ligam Shanghai, Cantão e Hankeu. Os norte-americanos desenvolvem em larga escala a sua atividade nas Aleutas, enviando, navios, aviões e estabelecendo serviços telegráficos. Penso que isso significa a política norte-americana de sitiar o Japão por todos os meios, na expectativa de uma eventualidade de guerra (O JAPÃO..., 1934, p. 1).

Após o incidente da Ponte Marco Polo⁶³, acontecia de forma aberta e declarada o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa, em 8 de julho de 1937. Nesse panorama de ameaça internacional, o governo japonês passou a direcionar as ações diplomáticas para que o Japão fosse reconhecido e respeitado como uma nação livre. Coincidentemente, como forma de intercâmbio cultural, esteve no Brasil, no ano de 1939, o professor Kotaro Tanaka⁶⁴, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Imperial de Tóquio e autor do livro “Theoria de Direito Mundial”, proferindo conferências com temas como “Harmonia entre o nacionalismo e o internacionalismo: o ideal de Savigny”, no Instituto dos Advogados do Brasil (HARMONIA..., 1939, p. 5).

Com os interesses imperialista e expansionista em marcha, o Japão que já havia dominado grande parte das ilhas do Pacífico (Micronésia, Filipinas, Ilhas Marshall), quando

⁶³ O Incidente da Ponte Marco Polo é o nome dado à batalha ocorrida em um subúrbio ao leste de Pequim, em junho de 1937, que marca o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa.

⁶⁴ Ele esteve proferindo diversas conferências sobre direito internacional, crise mundial, religião, filosofia e assuntos correlatos, conforme as notas divulgadas nos jornais da época, no Rio de Janeiro, em: O Jornal, O Dia, O Diário da Noite, O Imparcial etc. (PROFESSOR KOTARO..., 1939, p. 3). No jornal A Batalha (RJ) consta que o Presidente Getúlio Vargas, o recebeu em audiência no Palácio Catete (O PROFESSOR..., 1939, p. 2).

atacou Pearl Harbour (Havaí), em 7 de dezembro de 1941, destruindo os porta-aviões da Marinha dos Estados Unidos, provocou imediatamente a ira dos países aliados e abriu as portas ao conflito mundial que assolava o mundo desde 1939. O desenrolar dos acontecimentos só se encerrou após o bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de agosto de 1945. O tratado de encerramento de hostilidades no final da Segunda Guerra culminou com a rendição oficial japonesa, em 02 de setembro de 1945, e a devolução dos territórios dominados pelo Japão até então.

Em vista do que foi relatado, a anexação da Manchúria pelo Exército Japonês, em 1931, e depois de todo o noroeste da China que passaram para o controle militar e econômico do Império do Sol Nascente, veio agravar a situação dos imigrantes japoneses, pois tiveram muitos problemas para lidar com a xenofobia do “perigo amarelo” nos EUA e no Brasil. Além dos imigrantes serem hostilizados, os investidores japoneses foram profundamente penalizados com a Constituição de 1934 que estabeleceu o regime de quotas de caráter restritivo à imigração e restrição à concessão de terras devolutas, que vieram impactar o Projeto *Koutaku*.

5 O IDEALISMO DE TSUKASA UYETSUKA E O PIONEIRISMO DE KOTARO TUJI

No processo migratório dos japoneses na Amazônia dois personagens se destacam na literatura empírica: o político Tsukasa Uyetsuka⁶⁵ (1890-1978) e o professor Kotaro Tuji⁶⁶ (1903-1970) que são citados em vários livros e relatos de vida dos imigrantes desta região e com certa frequência pela imprensa local nas décadas de 1930 e 1950, pela profunda ligação de suas vidas com a história demográfica desta etnia (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Fotografia de Tsukasa Uyetsuka (1955)



Figura 4 – Fotografia de Kotaro Tuji (1966)



Fonte: Associação Koutaku do Amazonas

Fotografia de Tsukasa Uyetsuka com a comenda de “Grã-Cruz” da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (1955)

Fotografia de Kotaro Tuji com a medalha de mérito Marechal Rondon (1966)

Esses dois protagonistas se destacam, sobretudo, pela vinda de estudantes conhecidos como *koutaku-sei* ou *koutakusseis* para a Vila Amazônia, ao leste da cidade de Parintins, para iniciar um grande projeto de colonização que visava o assentamento de 10 mil famílias (cerca

⁶⁵ Uyetsuka é o sobrenome adotado pelo próprio no Brasil que consta em vários livros e documentos. No entanto, o primeiro ideograma japonês que compõe o sobrenome de Uyetsuka 上 (que significa em cima, acima) normalmente é pronunciado como UÊ, logo deveria ser Uetsuka, como adotado por seu primo Shuhei Uetsuka, motivo pelo qual muitos citam o sobrenome Uetsuka (sem o Y).

⁶⁶ Tuji é o sobrenome adotado pelo próprio no Brasil que consta em vários livros e documentos. Mas, o verdadeiro sobrenome de Kotaro é Tsuji, visto que não existe a sílaba “tu” e sim “tsu” na língua japonesa, razão porque a maioria dos imigrantes escrevem Tsuji (com S), como adotado pelo seu irmão Kohei Tsuji.

de 50 mil pessoas) em pleno coração da Amazônia, para exploração de uma área de um milhão⁶⁷ de hectares concedida pelo governo do Amazonas.

O que chama mais atenção até os dias atuais é a forma de condução dessa imigração para o interior da Amazônia, que ocorreu no período de 1931 a 1939, que inicialmente não era de base familiar, mas predominantemente de jovens solteiros na faixa dos vinte anos, procedentes de famílias relativamente prósperas do Japão, dos quais muitos não tinham qualquer experiência em agricultura. Eles vinham para uma terra desconhecida embalados pelo idealismo de colonização da Amazônia. Foram designados para um lugar afastado da cidade, sem renda e sem família, visto que inicialmente eram solteiros e só depois chegaram algumas noivas de encomenda⁶⁸ e algumas famílias de agricultores.

A figura mais emblemática desse idealismo de colonização na Amazônia é personificada no político Tsukasa Uyetsuka, que viveu a sua juventude no fulgor da Era Meiji (1868-1912), numa época em que o Japão estava atravessando as grandes transformações sociais decorrente da abertura de seus portos ao mercado internacional, reforma agrária e tributária e de adaptação do povo à cultura ocidental.

Quando jovem Uyetsuka trabalhou como pesquisador na Companhia Ferroviária de Manchúria do Sul S.A., no nordeste da China e depois trabalhou por longos anos nos bastidores da política interna e externa do Japão junto com o conceituado ministro Korekiyo Takahashi⁶⁹, o que deve ter aguçado o seu idealismo calcado no expansionismo imperial dominante naquela época, quando os intelectuais, ideólogos, empresários e administradores militares postulavam uma variedade de teorias de migração durante os anos 1930. Ademais, Uyetsuka conhecia os meandros dos empreendimentos de colonização no Brasil por intermédio do seu primo Shuhei Uetsuka⁷⁰ considerado “Pai da imigração japonesa no Brasil”. Daí infere-se que Uyetsuka

⁶⁷ Para se ter uma ideia, um milhão de hectares equivale a 10 mil km², ou uma área de 100 km por 100 km.

⁶⁸ Naquela época a maioria dos casamentos era arranjada por meio de fotografias (conhecido como *shashin miai*), providenciado pelos membros das famílias no Japão. Decidida a esposa, ela era registrada com o sobrenome do marido ainda no Japão (embora os nubentes nem se conhecessem pessoalmente) e a empresa de emigração a encaminhava para a colônia além-mar.

⁶⁹ O Visconde Korekiyo Takahashi (1854-1936) foi um político japonês que ocupou cargos importantes como, 20º Primeiro Ministro do Japão (1921-1922), Ministro de Agricultura e Comércio, chefe do Banco do Japão, Ministro das Finanças por sucessivas gestões. Sua decisão de cortar os gastos do exército japonês, em 1935, provocou distúrbios que levaram ao seu assassinato pelos rebeldes militares em 1936.

⁷⁰ Shuhei Uetsuka (1876-1937) foi um intelectual graduado pela Universidade Imperial de Tóquio, que chefiou a primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil em 1908 e foi um dos precursores dessa imigração junto com Ryo Mizuno. Ele fundou duas colônias para assentamento de imigrantes japoneses em São Paulo e perseguiu obstinadamente a sua missão de “construir um novo Japão fora do Japão” (TOYAMA, 2009). O Viaduto Shuhei Uetsuka, no bairro da Liberdade, região Central de São Paulo, é uma homenagem da colônia nipo-brasileira a esse pioneiro da imigração japonesa no País. Esse viaduto, oficializado pelo Decreto nº 10.555, de 06.07.1973, é uma sequência da rua Conselheiro Furtado. No Largo da Pólvora, Bairro da Sé, há também um monumento em homenagem a Shuhei Uetsuka.

conhecia profundamente a política expansionista imperial que, além do interesse econômico, tentava resolver o problema da escassez de terras cultiváveis, frente à expansão demográfica do Japão.

O conhecimento de tais circunstâncias, que se identificam com o paradigma idealista, que estava em voga no período de transição entre as duas grandes guerras mundiais, levou-nos a relacionar os ideais do expansionismo japonês, na sua vertente comercial (não militar), com a atuação desses dois imigrantistas, Uyetsuka e Tuji, que promoveram a vinda de muitos japoneses para a Amazônia, antes e depois da Segunda Guerra Mundial. Razão porque se questiona: Qual a importância desses dois atores no processo migratório dos japoneses na Amazônia? Quais as motivações (ou idealismo) que levaram esses atores a se dedicar ao projeto de colonização na Amazônia? Para responder tais questionamentos procurou-se rever os fatores exógenos que levaram à política emigratória japonesa, quando aquele país passou a se modernizar sob a hegemonia do capitalismo, acompanhado dos relatos dos protagonistas dessa imigração para a Amazônia.

5.1 O POLÍTICO TSUKASA UYETSUKA

Tsukasa Uyetsuka nasceu em 1º de maio de 1890 na província de Kumamoto (região de Kyushu ao sul do Japão), formou-se em 1912 pela Escola Superior de Comércio de Kobe (*Kobe Koutou Shogyo Gakkou*) e logo foi trabalhar na Companhia Ferroviária de Manchúria do Sul S.A. – Mantetsu – no nordeste da China (UYETSUKA, [1954] 2011).

A Mantetsu era uma empresa japonesa fundada em 1906, que operava dentro do território chinês, na região de Manchúria, controlada pelo governo japonês. Ela administrava a Ferrovia do Sul da Manchúria, que iniciava no Porto de Lüshun (antes conhecida como Port Arthur, quando era um porto russo), situada na ponta sul da Península de Liaodong e terminava em Harbin, onde ligava à Ferrovia Transmanchuriana. O lugar é célebre por ter sido o cenário da Batalha de Port Arthur no decorrer da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), que rendeu ao Japão as possessões de Coreia, Manchúria e todo o noroeste da China, que passaram para o controle militar e econômico do Japão (COOGAN, 1994; YOUNG, 1999). Dentro desse contexto, o projeto da Mantetsu tratava de um grande investimento do governo japonês que favoreceu o deslocamento de milhares de operários acompanhados de suas famílias, para trabalhar no assentamento de ferrovias e comércio num país continental como a China, interligando as possessões da Coreia e Taiwan.

Uyetsuka esteve na China em missão de pesquisa econômica pela Mantetsu, no período de 1916 a 1920, quando os investimentos japoneses estavam sendo destinados às colônias asiáticas, em razão das restrições à entrada de asiáticos no território americano, após o *Gentleman's Agreement* de 1907, que previa a contenção de emigrantes para os Estados Unidos da América. Em 1916, como pesquisador do Departamento de Pesquisa da Mantetsu, Uyetsuka começou a investigar assuntos gerais na península da Coreia e no leste da Manchúria, como também na região norte e no centro da China. Em 1918, a pedido do Ministério das Relações Exteriores do Japão, ele realizou uma pesquisa sobre a economia regional às margens do rio Yang-Tze e outra sobre comércio e indústria na China a pedido do Ministro de Agricultura e Comércio. Passados dois anos de pesquisa na bacia do rio Yang-Tze ele voltou ao Japão para entregar seu relatório (UYETSUKA, [1954] 2011).

Em maio de 1920, aos 30 anos, Tsukasa Uyetsuka elegeu-se como o mais novo deputado na Câmara Baixa (Câmara dos Deputados) do Congresso Nacional do Japão e pediu demissão da Mantetsu. Como parlamentar esteve participando junto com o deputado Tsuyoshi Inukai no 21º Congresso Mundial de Parlamentares, em Copenhague, em agosto de 1923⁷¹. Pela dissolução da Câmara Baixa (em 31 de janeiro de 1924), Uyetsuka renuncia o título de deputado para concorrer às eleições de maio desse mesmo ano, mas acabou perdendo nas eleições. Apesar da derrota, em junho de 1924 foi nomeado Secretário do Ministério de Agricultura e Comércio, ocupando o cargo de chefe de Gabinete do Ministro Korekiyo Takahashi (UYETSUKA, [1954] 2011).

Com a reforma estrutural do governo japonês, Uyetsuka acompanhou a mudança de pasta do ministro Korekiyo Takahashi, sendo nomeado Secretário do Ministro de Agricultura e Comércio em abril de 1925. Nesse ano, Uyetsuka lançou o livro “Viagem pelo rio Yang-Tze”, relatando o que viu e pensou durante a pesquisa econômica realizada no período de 1917 a 1919. Nessa época, a política expansionista do Japão estava atuando a todo vapor na Manchúria e outras colônias da Coreia e Taiwan. Um enorme contingente de emigrantes se destinava também aos Estados Unidos e a outros países da América do Sul, inclusive ao Brasil, gerando grandes pressões sobre o gabinete do ministro das Relações Exteriores, o que deu origem a uma reforma política do governo em março de 1927. Motivo pelo qual, em abril de 1927, Korekiyo Takahashi passou a ocupar a pasta de Ministro da Fazenda, nomeando novamente Tsukasa Uyetsuka como Secretário do Ministro. No ano seguinte, na 16ª eleição parlamentar, Uyetsuka foi eleito deputado pela segunda vez, como candidato do 2º Distrito Eleitoral de Kumamoto e

⁷¹ Como resultado dessa viagem Uyetsuka lançou o livro *Nouson-no Kuni Dinamarca* (A Dinamarca, um país de agricultura) em janeiro de 1929, por meio da Editora Taibundo (UYETSUKA, [1954] 2011).

logo em seguida nomeado Vice-Ministro Parlamentar da Fazenda, em 20 de fevereiro de 1928 (UYETSUKA, [1954] 2011).

Em fins de 1927, Uyetsuka recebeu Genzaburo Yamanishi⁷² com uma carta de Kinroku Awazu⁷³ em mãos, com a proposta de que ele assumisse as terras na Amazônia concedidas pelo governador do estado do Amazonas. As negociações para conseguir essa concessão haviam sido tratadas pelo embaixador Shichita Tatsuke com o governador Ephigênio Ferreira de Salles (1877-1939)⁷⁴, em maio de 1926, cujo contrato de concessão do Estado com Awazu e Yamanishi (assinado em 11 de março de 1927) estabelecia um prazo de dois anos para demarcação das terras. Logo, Yamanishi precisava de outros investidores porque não estava mais em condições de assumir tal encargo após a falência de sua empresa de construção, motivada pela crise financeira que assolava o Japão. Assim, Awazu e Yamanishi resolveram solicitar à Uyetsuka a condução desse contrato de concessão e promover a colonização na Amazônia (UYETSUKA, [1954] 2011; TSUNODA, 1988; APANB, 2001, p. 49).

Por causa dessas circunstâncias, Tsukasa Uyetsuka se auto denomina: idealizador do Projeto *Koutaku*; fundador da Escola Superior de Colonização (*Kokushikan Kotou Takushoku Gakko*), fundador do Instituto Amazônia e da Companhia Industrial Amazonense; promotor da imigração japonesa na Amazônia e introdutor da cultura da juta indiana no Brasil (UYETSUKA, [1954] 2011). Morando no Japão, esse político teve como grande aliado desse idealismo de colonização na Amazônia o seu colega de faculdade, o professor Kotaro Tuji, que desde muito jovem estava profundamente interessado no cultivo da juta indiana no Brasil.

Uyetsuka teve o foco voltado para Amazônia em razão do convite de seus conterrâneos – Genzaburo Yamanishi, Kinroku Awazu e Kotaro Tuji – mas, principalmente, pela influência

⁷² Genzaburo Yamanishi foi um empresário bem-sucedido de Tóquio que tinha acumulado capital de um milhão de ienes e desejava investir no exterior. Ele veio ao Brasil em dezembro de 1926, para pesquisar novos mercados. Trouxe consigo uma carta de apresentação redigida por Tsukasa Uyetsuka destinada a Kinroku Awazu. Após efetuar observações nos estados de Minas Gerais e São Paulo, ele resolveu visitar o Amazonas por sugestão do adido naval Gumpei Sekine, que esteve em Manaus acompanhando o embaixador Shichita Tatsuke em 1926 (UYETSUKA, [1954] 2011; APANB, 2001, p. 46 e 203).

⁷³ Kinroku Awazu (1893-1979) era um velho conhecido de Uyetsuka, colega da Escola Superior de Comércio de Kobe, que chegou ao Brasil em janeiro de 1915, com uma carta de recomendação de Uyetsuka. Em maio de 1926 Awazu esteve acompanhando a comitiva oficial do embaixador Tatsuke, que veio a Belém encontrar-se com o governador Dionísio Bentes e com a comissão da Missão Fukuhara, enviada pelo governo japonês, para avaliar e selecionar as áreas de concessão de terras no Pará. Awazu também acompanhou o embaixador Tatsuke no encontro com o governador Ephigênio de Salles em Manaus, em maio de 1926, quando este ofereceu um milhão de hectares de terras devolutas para assentamento de imigrantes japoneses no Estado do Amazonas (UYETSUKA, [1954] 2011; APANB, 2001, p. 46 e 203).

⁷⁴ O governador Ephigênio Ferreira de Salles (mais conhecido como Efigênio Sales) autorizou a concessão de terras amparada pela Lei nº 1.309, de 22 de outubro de 1926, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que preconizava a colonização e exploração agrária. Para Salles a solução do problema da Amazônia se enfeixava no povoamento por meio da imigração e colonização para dinamizar as forças produtivas. O embaixador Tatsuke por sua vez, encantado com as demonstrações de estima e apreço com que foi recebido pelo governo e pelo povo, aceitou de bom grado o oferecimento oficial (A CONCESSÃO..., 1936, p. 39).

política que estava sendo dada à Amazônia, visto que paralelamente ao contrato de concessão pelo estado do Amazonas, o embaixador Shichita Tatsuke, em tratativa com o governador do estado do Pará, Dionísio Bentes, obteve, em 1926, a promessa de concessão de 500 mil hectares de terra na região do Acará⁷⁵, atual município de Tomé-Açu. Assim, depois da reforma ministerial, o primeiro ministro barão Giichi Tanaka (1864-1929), que acumulava simultaneamente a pasta de ministro de relações exteriores, convidou mais de 60 empresários influentes do Japão para um evento social em sua residência oficial (em 1928), onde apresentaram o projeto de colonização no Pará, com base no Relatório da Missão Fukuhara.

Do resultado, a comissão executiva deixou a cargo da empresa Kanebo, a constituição da Companhia de Colonização Sul-Americana S.A. (*Nambei Takushoku Kabushiki Gaisha*) – conhecida como *Nantaku* – com capital inicial de 200 mil ações correspondente a 10 milhões de ienes, para administrar o Projeto *Nantaku*, em Tomé-Açu (TSUNODA, 1988; APANB, 2001, p. 45-7; TAFNER JR.; SILVA, 2010).

Diante de tais acontecimentos favoráveis aos investimentos na Amazônia o convite de Yamanishi e Awazu seria uma oportunidade para aumentar o seu prestígio político, pois iria acalantar o sonho da terra própria de muitas famílias numerosas, cujos filhos tinham restrição na divisão das terras, visto que pela tradição secular japonesa o imóvel da família era herdado pelo primogênito, de modo que os demais filhos teriam que se acomodar na dependência do primogênito ou procurar trabalho nas cidades, engrossando o número de desempregados que acabavam gerando tensões e conflitos sociais. Portanto, naquele momento em que os Estados Unidos e os países sul-americanos tinham fechado as portas para os asiáticos, não poderia um político visionário deixar escapar tal oportunidade, até por dever patriótico como defendem alguns *koutakusseis* (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 12). Logo, Uyetsuka procurou, em 1928, o recém-criado Ministério dos Assuntos de Colonização do Japão e obteve uma verba de 25 mil ienes para custear uma missão de pesquisa na Amazônia (APANB, 2001, p. 49).

Ao analisar os fatos relacionados, percebe-se claramente que o governo japonês estava apoiando as iniciativas do empreendimento da colonização, seja na missão de pesquisa para selecionar as áreas para assentamento dos colonos, seja no subsídio à emigração. Por outro lado, Uyetsuka era ciente das dificuldades para organizar uma colônia agrícola porque conhecia os problemas enfrentados pelo seu primo Shuhei Uetsuka para o assentamento de imigrantes em

⁷⁵ Dionísio Bentes regularizou a concessão de terras a Hachiro Fukuhara, por meio da Lei nº 2.746 (13.11.1928), 600 mil hectares em Acará, 400 mil hectares em Monte Alegre, e tres lotes de 10 mil hectares cada, em Marabá, na zona da Estrada de ferro de Bragança e em Conceição do Araguaia (HOMMA et al, 2011, p. 180).

São Paulo⁷⁶, que iam além das questões climáticas, culturais, e de idioma tão diferentes do Japão, ora agravadas com o movimento contrário à imigração dos asiáticos pelos parlamentares nacionais e pela imprensa. Presumivelmente, a sua preocupação era maior por tratar-se de um local tão distante e em condições ambientais tão adversas, levando em consideração o mito do “inferno verde” e as dificuldades que não tinham sido superadas em outras tentativas de colonização com estrangeiros na Amazônia. Assim, para enfrentar tantos desafios ele idealizou uma colônia agrícola diferente dos padrões vigentes.

O ideal de Uezuka (sic) com relação à constituição de uma colônia era construir uma nova sociedade comunitária na Amazônia inexplorada, diferente do padrão usual da sociedade com finalidades lucrativas. Pretendia introduzir 150 mil colonos no espaço de 10 anos para consolidar esse ideal.

A emigração japonesa ao exterior, quer fosse para o Havaí, Estados Unidos ou São Paulo no Brasil, havia se limitado a fornecer mão de obra de trabalho à sociedade já estruturada pela raça branca. Mas os colonos da Amazônia não iriam encontrar empresas ou fazendeiros que lhes empregassem. Seria necessário que possuíssem vultoso capital inicial para o custeio de suas vidas (APANB, 2001, p. 54).

Na opinião de Uyetsuka ([1954] 2011), de Tuji (1968) e de muitos imigrantes da região, o Projeto *Koutaku* representava um modelo de colonização avançada no campo da agricultura para explorar o vale do rio Amazonas, prioritariamente da juta indiana. Seria um projeto de longo alcance, inicialmente voltado à pesquisa e formação de lideranças para futuro assentamento de colonos japoneses, em razão dos riscos e desafios que representava investir na Amazônia. Portanto, da análise dos diferentes relatos, conclui-se que Uyetsuka idealizou um projeto de colonização direcionando as ações iniciais em três vertentes: *a)* missão de pesquisa geográfica e econômica das terras oferecidas; *b)* fundação de uma escola especializada em colonização para preparação de imigrantes; e *c)* organização de uma empresa para gerir a colonização.

5.2 O SONHO E PIONEIRISMO DE KOTARO TUJI

Kotaro Tuji veio ao Brasil pela primeira vez, em 1928, como observador do Ministério de Educação do Japão para conhecer as colônias japonesas em vários estados brasileiros. Depois de observar diversos locais nos estados do Pará e Amazonas vislumbrou a possibilidade de cultivar a juta indiana nas várzeas do grande rio. Por conta desse desiderato, Tuji estabeleceu-se definitivamente com a família em Vila Amazônia em 1933 e liderou os *koutakusseis*

⁷⁶ Relatadas com detalhes por Handa (1987) e Toyama (2009).

obstinadamente para a cultura da juta, pois acreditava que essa cultura seria a base para a colonização dos japoneses na Amazônia.

Durante seus 37 anos na Amazônia, ele sempre esteve à frente dos eventos importantes da imigração japonesa desta região, motivo pelo qual, desde criança, esta autora ouvia constantemente os nomes de Uyetsuka e Tuji, seja nas palavras de seu tio *koutakussei* Masanori Fujishima (que chegou em 1934), seja nas conversas de seu pai com os amigos que viviam nos arredores da fábrica de prensagem de juta na cidade de Parintins, no auge da produção dessa fibra na década de 1950. Eles falavam com certo orgulho que vieram com a missão de “desbravar a Amazônia”. São histórias confirmadas nos diferentes relatos de *koutakusseis* e de seus descendentes, a exemplo do que disse Ikegami (2009):

Certamente, não existiria o *koutakussei* sem a figura do idealizador e incentivador Tsukasa Uyetsuka, político e empresário japonês. Paralelamente à vida política, foi deputado de várias legislaturas, vice-ministro da Fazenda entre outras funções de destaque, sonhava com uma colônia próspera do Japão em território amazônico e com a sede na Vila Amazônia, na qual investiu e onde esteve por diversas vezes. Teve, nessa empreitada, muitos colaboradores, para citar dois destaques: Kinroku Awazu e Kotaro Tuji (IKEGAMI, 2009, p. 56).

Kotaro Tuji nasceu na província de Shiga, em 3 de outubro de 1903, e formou-se pela Escola de Comércio de Shiga, em 1924. Em seguida concluiu a Faculdade de Ciências Econômicas na Escola de Comércio de Kobe (atual Universidade de Kobe), em março de 1927, onde inclusive estudou o espanhol por três anos porque o seu grande sonho era emigrar para América do Sul. Na Escola de Comércio de Kobe ele organizou uma associação dos estudantes pró-América do Sul onde iniciou o estudo da língua portuguesa com a intenção de ir para o Brasil, e trabalhou durante o ano de 1927 como escriturário na Associação Nipo-brasileira em Kobe (TUJI, 1968; TUJI, s/d).

Tuji relata que no tempo de estudante, em Kobe, frequentava a casa do antigo diretor do curso primário, Sentaro Okuda – então professor particular dos filhos de Shosuke Koizumi, presidente da Empresa Koizumi de Tecelagem, a maior companhia de fiação e tecelagem de juta do Japão, que repetidamente explicava a história da juta indiana, pelo grande lucro que a indústria de tecelagem dessa fibra proporcionava à Índia, pelo monopólio comercial daquele tempo (década de 1920). Ele escutava atentamente porque estava interessado pela juta indiana e desejava emigrar para o Brasil. Inclusive, ele conta que havia conversado com Koizumi, sobre a possibilidade de produzir a juta na bacia amazônica, mas este afirmava que o empreendimento

não teria sucesso, porque os ingleses efetuariam o *dumping*⁷⁷ mesmo que a produção fosse possível (TUJI, s/d; APANB, 2001, p. 54).

Em abril de 1928, Tuji foi designado pelo Ministério da Educação do Japão, para observar a situação econômica dos imigrantes japoneses no Brasil, a fim de lecionar futuramente na Escola de Comércio em Kobe, pertencente ao governo japonês. Saiu do Japão em agosto de 1928 investido no cargo de inspetor de viagem, acompanhando 332 imigrantes, pelo navio Bingo Maru, que aportou em Santos em 25 de setembro de 1928 (site SIAN). Nessa ocasião, durante um ano e dois meses ele percorreu dez estados do Brasil (São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Pará, Amazonas e Distrito Federal/RJ) procurando inúmeras colônias de imigrantes japoneses, principalmente em São Paulo, onde ele demorou mais de oito meses procurando contatos com quem estava plantando juta (TUJI, 1968; ARIGATÔ, 1995).

Depois de percorrer várias colônias no Sudeste veio para o Norte. Chegou à cidade de Belém, em 12 de julho de 1929, e por gentileza de Fukuhara (Presidente da *Nantaku* de Tomé-Açu) conheceu a fábrica de juta e cordearia Perseverança que já existia em Belém. Em seguida foi ao município de Igarapé-Açu (PA) para conhecer as aglomerações espontâneas de uacima⁷⁸ e malva que ali nasciam abundantemente e perguntou a várias pessoas sobre a juta, mas ninguém a conhecia. Por conta da curiosidade de alguns Tuji teve que explicar que o Brasil estava importando a juta no montante de sessenta mil contos. De Belém seguiu para Manaus no paquete Baependi junto com Noboru Yamanouchi⁷⁹ (TUJI, s/d, p. 3).

Quando Tuji subiu pela primeira vez o rio Amazonas em julho de 1929, ele comparou as condições naturais e econômicas desta região com as da Ásia tropical e estava convicto que poderia realizar o seu grande sonho de cultivar a juta indiana na Amazônia. Olhando as margens do grande rio a sua convicção se fortaleceu – de que as várzeas eram apropriadas para a plantação da juta. Incentivou Yamanouchi a efetuar uma plantação experimental de juta em

⁷⁷ *Dumping* – significa a introdução de produtos de um país no comércio do outro com preço inferior ao valor de mercado (do país exportador), ameaçando causar prejuízo material à indústria doméstica (no país importador). O preço do produto similar inferior ao custo de fabricação da indústria doméstica (no país importador) por si só não representa dumping. Para comparação do preço de mercado deve-se considerar o mercado internacional, destinado à exportação num país em regime de livre concorrência (economia de mercado).

⁷⁸ Uacima ou uacimna – é o nome popular de uma planta da família das Tiliáceas (*Apeiba Albiflora*), também chamada de *guaxima-roxa*, da qual é extraída a fibra para fins comerciais.

⁷⁹ Noboru Yamanouchi (1907-2000), conhecido como Sr. Casemiro, chegou em 1926 como imigrante de São Paulo e trabalhou como professor em uma escola primária em Birigui, São Paulo. Ele veio em 1929 para trabalhar em Maués e depois em Vila Amazônia. Casou-se com uma brasileira e exerceu o comércio de transporte pelo rio Amazonas. Na década de 1950 fixou definitivamente em Belém e tornou-se grande colaborador de Tuji em diversos momentos, inclusive foi Secretário da Enkyo (Hospital Amazônia) e presidente da Associação Nipo-Brasileira (1977-1981).

Maués. Em Manaus, procurado pelo repórter do Diário Oficial⁸⁰, declarou que veio estudar a possibilidade de conseguir a plantação de juta na várzea da Amazônia. Nessa época visitou a Escola Agrônômica de Manaus e solicitou ao professor Antônio Telles de Sousa, diretor dessa escola, que experimentasse a plantação de juta. E conforme se comprometera remeteu em outubro de 1929 dois quilos de sementes de juta pelo cônsul honorário do Japão, Aluísio Araújo, para serem entregues a Telles e Yamanouchi que ficara em Maués (OTI, 1947; TUJI, s/d, p. 3; DANTAS, 1968).

Em fins de 1929, quando já estava de regresso da viagem de observação de um ano e meio pela América do Sul, Kotaro Tuji encontrou a bordo do navio Hawai-Marú, o seu colega da Escola de Comércio de Kobe, Kinroku Awazu, o qual estava retornando ao Japão após a realização da primeira missão de pesquisa para demarcação de terras no estado do Amazonas para Uyetsuka. Eles trocam ideias sobre os planos futuros nas terras devolutas concedidas para Awazu e Yamashita, como plantação de castanheiras, cafezeiras e principalmente da juta, posto que desde os tempos de estudante, a colonização ultramarina era um sonho acalentado por Tuji (APANB, 2001, p. 53; TUJI, s/d, p. 2).

Ao retornar da viagem de observação, a Escola de Comércio de Kobe havia sido elevada à categoria de Faculdade de Comércio e o projeto da criação do curso de colonização estava cancelado. Extinguia-se a possibilidade oferecida a Tuji de ocupar a cadeira de professor do curso. Assim, Tuji resolvia assumir a cadeira de professor na Escola Superior de Colonização de Kokushikan a convite de Uyetsuka, e também por sugestão do reitor Tazaki, da Faculdade de Comércio de Kobe (APANB, 2001, p. 54).

Tuji e Awazu levam o plano básico para explorar a concessão de um milhão de hectares de terra a Uyetsuka que, após ouvi-los convida diversos capitalistas e cientistas para uma conferência que aconteceu em Tóquio, em fevereiro de 1930. Nessa conferência Kotaro Tuji expôs o que viu em sua viagem de estudo pelo Brasil em 1929. Particularmente em relação a Amazônia comparou as condições naturais e econômicas desta região com as da Ásia tropical e apresentou a proposta de cultivar a juta como base da colonização agrícola na Amazônia. Das discussões concluíram as seguintes deliberações para o empreendimento na Amazônia: 1) determinar a cultura da juta como a principal cultura da futura colônia japonesa na Amazônia; 2) criar uma escola superior (avançada) de agricultura e colonização em Tóquio para preparar pessoas selecionadas (com curso ginasial) para serem líderes de grupos de colonos; e 3) criar o Instituto Amazônia, em Parintins (Amazonas), com a tarefa de: a) estudar a região amazônica sob os pontos de vista científico e econômico; b) experimentar, além da cultura da juta, outras

⁸⁰ Tuji declara que a entrevista foi registrada no Diário Oficial, de 3 de agosto de 1929 (TUJI, s/d). O Diário Oficial dessa época não foi encontrado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

culturas possíveis; c) instalar a escola de aprendizagem prática no Amazonas; d) estabelecer um hospital moderno para tratar da saúde de todos os habitantes e vizinhos da concessão (OTI, 1947; APANB, 2001, p. 54; TUJI, s/d, p. 4).

5.3 PRIMEIRA MISSÃO DE PESQUISA

A primeira missão de pesquisa foi chefiada por Kinroku Awazu, com a participação de vários técnicos (Katsuki Terada, Isamu Miwa e Fumio Souma) e apoio de Hachiro Fukuhara, presidente da Companhia de Colonização Sul-Americana S.A. (*Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha - Nantaku*) de Acará/Tomé-Açu. Assim, para essa primeira missão, a *Nantaku* ofereceu a colaboração do médico Fuyuki Matsuoka, o chefe do Departamento de Agricultura, Katsutoshi Naitoh, e o jovem intérprete Osamu Hoshino⁸¹, que chegaram a Manaus em dezembro de 1928 (APANB, 2001, p. 49; ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 151).

Da pesquisa de observação efetuada pela comissão em diversas localidades, foi escolhida uma área de 300 mil hectares próxima à cidade de Parintins (identificada no contrato de concessão como 1º lote). Essa área estava delimitada pelos rios Maués, Urariá, Abacaxi e Carumã, próxima à região de Maués, onde já estava o grupo de Kosaku Oishi⁸² com a chegada de seis técnicos, em maio de 1928, para produção do guaraná. Kosaku Oishi havia assinado o contrato de concessão de terras de 25 mil hectares no município de Maués, em outubro de 1928, o qual obrigava o assentamento de 250 famílias, no prazo de 25 anos (APANB, 2001, p. 45, 204; ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 14; KAWADA, 1995, p. 12).

Após demarcar 300 mil hectares de terras devolutas, Awazu consegue prorrogar o prazo de demarcação dos demais lotes para mais dois anos e retorna ao Japão. Os três rapazes (Katsuki Terada, Isamu Miwa e Fumio Souma) ficaram em Manaus aguardando o retorno de Awazu, entretanto, Fumio Souma, acometido de malária, veio a falecer em 2 de dezembro de 1929 (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 151).

Em janeiro de 1930, quando houve a dissolução da Câmara Baixa, como comentado acima, Uyetsuka renuncia ao cargo de deputado para concorrer na 17ª eleição parlamentar, mas ele é derrotado. Entretanto, mesmo estando severamente ocupado com a campanha política,

⁸¹ Osamu Hoshino (1906-1996) veio junto com Yoshio Yamada ao Brasil, em 1928. Segundo a informação de sua filha Emiko Hoshino Muto, ele era formado pela Universidade de Tokyo em língua portuguesa, mas trabalhava como professor de inglês no Japão. Ele foi contratado pela *Nantaku* para servir de intérprete nos contatos com os políticos da região e depois acabou se fixando em Belém.

⁸² Kosaku Oishi, ex-engenheiro da Kanebo e amigo de Fukuhara, esteve em 1926 participando da comitiva de pesquisadores em diversas áreas no estado do Pará. Depois ele fundou em Maués a Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia (Amazon Kogyo K.K) para produção de guaraná.

Uyetsuka dá prosseguimento a uma nova pesquisa para o futuro empreendimento de colonização, de acordo com os planos de Awazu e Tuji. Assim, com o desejo de formar uma colônia com empreendedores profissionais, Uyetsuka convidou Kotaro Tuji, seu colega contemporâneo da Escola de Comércio de Kobe, para assumir cumulativamente os cargos de professor e administrador dessa escola (UYETSUKA, [1954] 2011).

5.4 SEGUNDA MISSÃO DE PESQUISA

Após as deliberações e apoio dos capitalistas japoneses, Uyetsuka solicitou recursos ao Ministério da Colonização para a segunda missão de pesquisa e conseguiu uma verba de 500 mil ienes. Desta vez Uyetsuka foi nomeado pelo governo japonês (29 fev. 1930) para assumir a chefia da missão (APANB, 2001, p. 53). No mês seguinte (20 mar. 1930), Uyetsuka obteve a autorização do Ministério da Educação para a fundação de uma escola especializada em colonização que ele institui sob o nome de Escola Superior de Colonização *Kokushikan* (*Kokushikan Koutou Takushoku Gakko*), no âmbito da Fundação Escolas Especializadas *Kokushikan* (*Zaidan Hojin Kokushikan Senmon Gakko*) existente em Setagaya, Tóquio.

Terminada a cerimônia de abertura da primeira turma de estudantes da Escola Superior de Colonização *Kokushikan*, Uyetsuka parte de Kobe (07 jun. 1930) pelo navio recém-construído Rio de Janeiro Maru, para realizar a segunda missão de pesquisa na Amazônia. Mas antes, segue com Awazu para São Paulo para selecionar os integrantes do grupo de pesquisa, posto que Awazu detinha uma rede de conhecidos como corretor de terrenos em Lins (SP). Uyetsuka pretendia recrutar algumas pessoas que pudessem permanecer na Amazônia após a pesquisa, para constituírem um grupo de vanguarda, com a missão de efetuar preparativos para a recepção dos *koutakusseis* que viriam a seguir. Assim, Uyetsuka parte do porto de Rio de Janeiro (1º set. 1930) acompanhado de 21 membros da missão, composta por peritos agrícolas, meteorologista, médico, arquiteto, agrimensores e outros profissionais (UYETSUKA, [1954] 2011, p. 12). No dia 19 desse mês a comitiva chegava a Manaus via Belém, apresentando-se ao governador, que autorizou o empréstimo do navio “Gertrud” para Parintins (ASS. KOUTAKU-AM, 2011 p. 13) (Figura 5).

Figura 5 – Fotografia do grupo da segunda missão de pesquisa em Manaus (1930)



Fonte: Associação Koutaku do Amazonas

Chefiando pessoalmente a missão, Uyetsuka organizou dois grupos⁸³ de pesquisa, o primeiro de treze membros e o segundo de nove. Ele requeria como principal requisito para seleção de áreas para o futuro assentamento de colonos a inexistência de endemias, como a malária e febre amarela, e a possibilidade de atracação de navios de até 10 mil toneladas, para escoamento da produção. Assim, a pesquisa adentrou ao longo do rio Amazonas e principais afluentes, desde Manaus até a fronteira com o estado do Pará. Após observar a colônia de japoneses de Maués, iniciava a pesquisa rio abaixo tendo por base a cidade de Parintins. Do resultado foram selecionados três lotes de terras devolutas na região do médio Amazonas, próximo às cidades de Maués e Parintins, identificadas no contrato de concessão como lotes 2º, 3º e 4º, de 400, 200 e 100 mil hectares, respectivamente, para junto com o primeiro lote de 300 mil hectares, completar a área de um milhão de hectares (UYETSUKA, [1954] 2011).

Naquela oportunidade, Uyetsuka adquiriu com recurso próprio um lote de terras em Vila Batista, cerca de oito km a jusante da cidade de Parintins, com área de 1.250 hectares, sendo 2,5 km de frente por 5 km de profundidade, para ser a sede da organização. Esse terreno

⁸³ Faziam parte do primeiro grupo: Tsukasa Uyetsuka, Kinroku Awazu, Masakazu Sasada (médico), Mitsuru Kamei (um dos membros fundadores da colônia), Soichi Takaoka (estudioso da língua portuguesa), Eijiro Masunaga, Eisei Masunaga (carpinteiro), Nobutsugu Kawasaki, Katsumi Terada, Shiro Okada, Rokuro Shinoda, Isamu Miwa e Eisaku Inagaki (enviado pelo Ministério da Colonização). O segundo grupo era composto por: Michio Murai, Yoshie Osano, Sansaku Tanaka, Chonosuke Tabata, Yoshio Kishida, Tokuji Hasegawa, Kaishi Sato, Yuzuru Kamada e Keisaburo Hirayama. Além deles, veio Shinkichi Ishibashi, participante por conta própria (APANB, 2001, p. 57- 8; UYETSUKA, [1954] 2011).

adquirido do coronel Francisco Barreto Baptista foi posteriormente designado de Vila Amazônia⁸⁴. Na visão do estrategista Uyetsuka esse local seria ideal para o centro de operações do empreendimento, por estar situado na confluência do Paraná de Ramos com o rio Amazonas, visto que os rios Uaicurapá, Andirá, Maués, Mamuru, Carumã, Urariá e Abacaxi desaguam no Paraná de Ramos e este no rio Amazonas (APANB, 2001, p. 58; UYETSUKA, [1954] 2011, p. 12-3). Certamente, os afluentes seriam os corredores naturais para o escoamento da produção para Vila Amazônia⁸⁵ e daí para o exterior.

Escolhido o local da sede, Uyetsuka convidou diversas autoridades para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Instituto Amazônia, que aconteceu em 21 de outubro de 1930. Entre as autoridades presentes estavam Francisco Araújo (prefeito de Parintins) e João Mendes (presidente da Câmara Municipal de Parintins). Tsukasa Uyetsuka nomeado diretor geral e Kinroku Awazu, como superintendente do Instituto Amazônia⁸⁶, dava-se início à construção das dependências da sede.

De retorno a Manaus, Uyetsuka e Awazu visitaram (em 21 de novembro de 1930) o interventor federal Álvaro Botelho Maia (1893-1969), para apresentar o relatório das áreas demarcadas e solicitar a transferência do contrato de concessão de terras, que estava em nome de Yamanishi e Awazu, para Uyetsuka. Naquela oportunidade o governo do estado declarava que estava de pleno acordo com a escolha das terras, tal como foram estudadas e reconhecia o direito dos concessionários. Entretanto, como a concessão exigia a organização de uma companhia (empresa) após o término da demarcação, Uyetsuka solicitou a prorrogação do prazo por mais dois anos, pois entendiam que havia a necessidade de outros estudos sobre clima, solo e questões sanitárias, entre outras preocupações. A prorrogação do prazo foi confirmada (em 28 out. 1931) para até 11 de março de 1934, pelo interventor federal do Amazonas, Antônio Rogério Coimbra (1900-?). Posteriormente, foi solicitada nova prorrogação em 1934 para mais dois anos, ao mesmo tempo que fora solicitada uma permuta de terras de 300 mil hectares de Maués, em troca de outra situada nos limites da Serra de Parintins, exatamente aquela que fora

⁸⁴ A Vila Amazônia, situada na confluência do Paraná de Ramos e do rio Amazonas nas proximidades da cidade de Parintins, é um local estratégico até os dias atuais, mas está abandonada pelo tempo.

⁸⁵ Vendo a localização da Vila Amazônia *in loco*, pode-se constatar que se trata de um local estratégico até os dias atuais, pois diferente de Parintins, que fica ilhada por ocasião das enchentes, Vila Amazônia tem continuidade em terra firme, comunicando-se por rodovia com outros municípios do estado do Pará.

⁸⁶ O Instituto Amazônia tinha como objetivo executar estudos e observação preliminares para a organização da futura companhia de colonização (TUJI, s/d, p. 5).

preferida de início. A permuta foi prontamente concedida pelo interventor (UYETSUKA, [1954] 2011, p. 12; A CONCESSÃO, 1936, p. 40)⁸⁷.

5.5 CONTRATO DE CONCESSÃO

Ao realizar o exame documental do Contrato de Concessão de Terras entre Tsukasa Uyetsuka e o governo do estado do Amazonas, de uma extensão de terras devolutas de um milhão de hectares, este previa a exclusão de propriedades de terceiros e concessões e posses anteriores – o que significava terras virgens ou não ocupadas. Verificou-se que foram concedidas quatro áreas: 1º lote: de 300 mil hectares, limitada ao norte e nordeste pelo rio Amazonas, ao leste a linha do limite entre os estados do Amazonas e Pará; ao sul e sudoeste pelo rio Mamuru; ao oeste pelo Paraná do Ramos; 2º lote: de 400 mil hectares, limitada ao norte pelo Paraná de Ramos, a leste pelo rio Mamuru e pela linha do limite entre os estados do Amazonas e Pará; ao sul pelo paralelo 6º; ao oeste pelo rio Preto e rio Mauá e Paraná do Urariá; 3º lote: de 200 mil hectares, limitada ao norte pelo Paraná de Ramos; a leste com o rio Mauá; ao sul com a Paraná do Urariá; ao oeste pelo rio Arary e furo Mauary; e a noroeste o rio Amazonas; 4º lote: de 100 mil hectares, limitada ao norte por terras devolutas, ao leste pelo meridiano da busca do Igarapé do Cabury; ao sul o rio Amazonas e ao oeste, pelo meridiano da boca (foz) do rio Uatumã.

Na localiza cartográfica dessas áreas, verificou-se que as três primeiras áreas estão situadas à direita do rio Amazonas, próximas à cidade de Parintins e da linha demarcatória entre os estados do Pará e Amazonas; a quarta área situa-se  esquerda do rio Amazonas, na desembocadura do rio Uatumã, em frente ao município de Urucurituba. A quarta área foi posteriormente trocada, pois o deputado Antvila (VIEIRA, 1942, p. 24), menciona que as quatro áreas estavam situadas nos seguintes municípios: Itacoatiara (200 mil ha), Urucará e Urucurituba (100 mil ha), Barreirinha (400 mil ha) e Parintins (300 mil ha).

A cláusula quarta menciona que o estado do Amazonas conceder isenção dos impostos ou taxas de transcrição das terras, propriedades particulares ou posse adquirida. A quinta cláusula estabelece que a concessão “terá por finalidade o uso e gozo para plantio de seringueiras, castanheiras, cacaueiros, guaranazeiros, cafeiros e outras plantas de valor econômico, exploração das reservas florestais, indústrias resultantes de exploração de riquezas

⁸⁷ O periódico mensal O Observador Econômico e Financeiro (Rio de Janeiro), publicado a partir de fevereiro de 1936, foi fundado por Valentim Bouas que operou como diretor até março de 1945 (número 110). As publicações continuaram até 1962. Todas as 315 edições estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O periódico era voltado ao metculoso e srio estudo dos grandes problemas econômicos do Brasil.

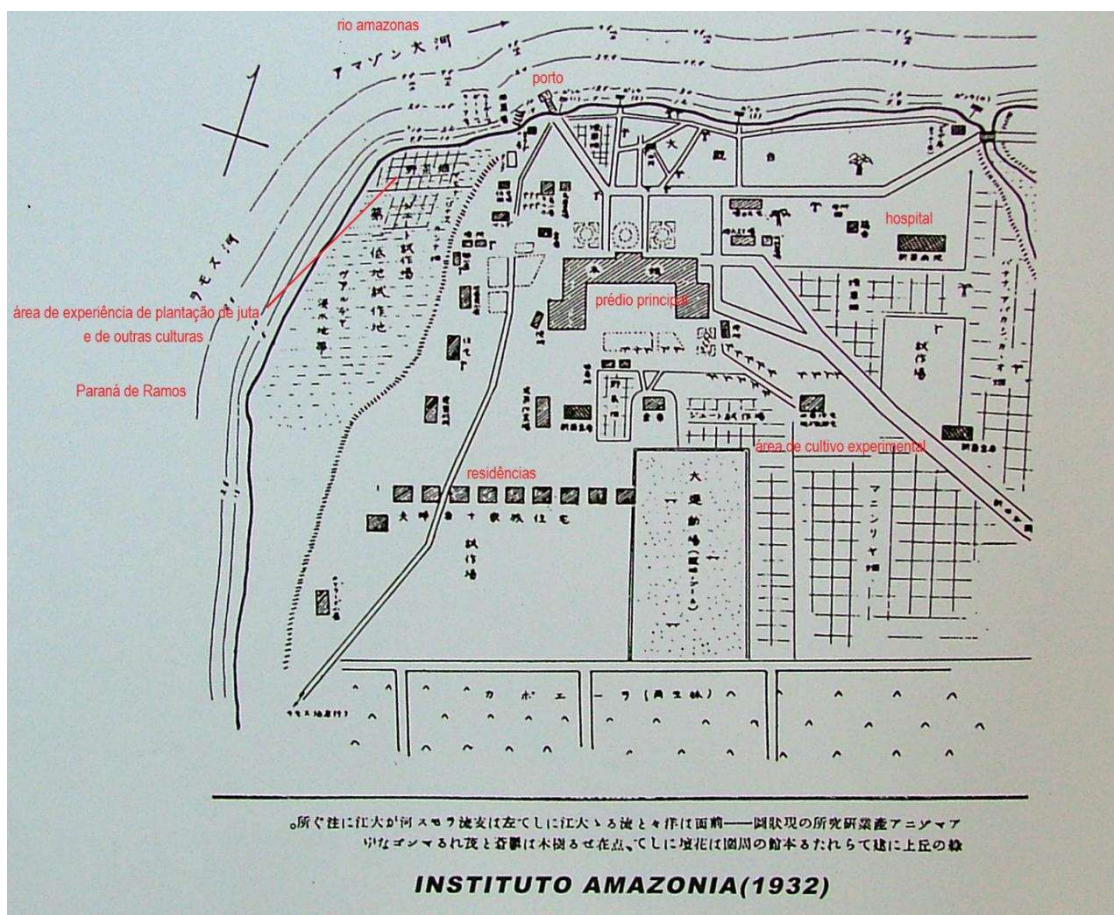
naturais [...]”. Já a cláusula sexta, menciona que “os contratantes poderão introduzir anualmente os imigrantes japoneses até o limite de duzentas (200) famílias, calculando mil (1.000) pessoas mais ou menos, no prazo de cinquenta anos [...]”. Significa que seria possível introduzir 2.000 famílias ou equivalente a um contingente de 10.000 imigrantes em dez anos, ou ainda, o limite de 10.000 famílias em 50 anos.

A cláusula nona menciona que “o Governo do Estado facilitará a criação de uma linha de navegação entre Manaus e os portos do Japão, sem nenhum ônus para a Fazenda, dispensando os impostos de indústria e profissões, bem assim os municipais onde forem estabelecidas as agências, com o fim de manter intercâmbio comercial e transportar os colonos imigrantes para as terras de concessões [...]”. Percebe-se que naquela época já concediam incentivos fiscais para os investidores da região. Entretanto, uma vez escolhidos os lotes de terras devolutas, os interessados deveriam organizar uma companhia no local para assentar os colonos dentro de um prazo de dois anos, assumindo a responsabilidade por todos os gastos necessários, cujos investimentos seriam extremamente pesados para qualquer investidor sem o aporte do poder público.

5.6 INSTITUTO DE PESQUISA

Terminada a segunda missão de pesquisa na Amazônia, Uyetsuka volta ao Japão via Europa, Sibéria e Manchúria no começo de março de 1931. Em Tóquio ele funda uma empresa equivalente ao Instituto Amazônia (1º abr. 1931), chamada de Instituto de Pesquisa para Produção na Amazônia, para planejamento do empreendimento de exploração de terras na Amazônia, ocupando o cargo de administrador dessa instituição. Na Vila Amazônia o grupo de vanguarda dava prosseguimento a construção de várias obras do projeto que incluía um observatório meteorológico, estação central de experiência agrícola, escola de agronomia industrial, hospital central, alojamento para funcionários, casa de comércio, serraria, moinho de beneficiamento de arroz, armazéns, porto, entre outras benfeitorias como, gerador elétrico, motor diesel e demais máquinas do Instituto Amazônia (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 93). Enfim, o Instituto Amazônia fora projetado para ser a sede da colonização e centro de pesquisa, destinado a executar estudos de solo, cultura de ensaio de vários produtos, estudo das condições meteorológicas, climatológicas e sanitárias da região (NAKANO, 2000f). (Figura 6)

Figura 6 – Croqui do Instituto Amazônia em Vila Amazônia (1932)



Fonte: Associação Koutaku da Amazônia, com adaptação da autora

Em agosto de 1931 iniciou-se a publicação de boletim mensal do referido Instituto de Pesquisa para Produção na Amazônia para dar conhecimento às pessoas relacionadas e divulgação desse empreendimento no Japão, de tal modo que todos os resultados de experiências e estudos realizados no campo da agricultura na estação experimental, no laboratório meteorológico e no hospital foram relatados nesse boletim mensal, tornando-se “a mais confiante e correta fonte de informações sobre a Amazônia” nas palavras de Uyetsuka ([1954] 2011, p.13).

Em outubro de 1931, o Sr. Uyetsuka concluiu e publicava no Japão seu extenso e minucioso relatório, não só sobre o “Instituto Amazônia”, como sobre a fertilidade do solo amazônico, suas possibilidades, seus recursos naturais, sua hospitalidade, trabalho que enfeixou num volume de 500 páginas e muito nos serviu para a colectanea dos dados aqui apresentados (A CONCESSÃO, 1936, p. 41).

Foi justamente nessa época (set. 1931) que surgiu o incidente de Mukden, também conhecido como incidente da Manchúria, cujas consequências viriam comprometer os planos de Uyetsuka. Com a eclosão do conflito em Manchúria, a missão de colonização na Ásia passou

então a se fortalecer no meio político japonês, abrindo divergência entre os partidários da emigração para o ocidente e oriente, pois o Japão estava vivendo um período de militarização e os investimentos estavam sendo direcionados para o território chinês, com um programa de ensaios à emigração de cinco anos, cuja emigração começou em 1932, e transformou-se em seguida em um plano para realocar 1.000.000 de famílias de agricultores japoneses no nordeste da China, ao longo de vinte anos (MCDOWELL, 2008). Logo, o governo japonês estava recrutando jovens para as forças armadas para prestar serviços na conquista de novos territórios, como relata Ikegami sobre a sua vida estudantil:

[...] nessa época, no Japão, o militarismo tomava conta do País e todos eram obrigados a fazer curso militar. Em meu colégio, tinha como professor, para esse fim, um major e dois sargentos. Muitos alunos não gostavam e alguns os odiavam. Não sei bem porque, eu era um dos que odiava, talvez seja por influência de jornal ou revista de antimilitar. [...] Contudo, apesar de odiar o curso de instrução militar lecionado, quando completei o colégio, procurei a escola militar para ser oficial do Exército. Isso por influência de um futuro seguro, estudo gratuito etc., mas o maior motivo foi devido no interesse por uma garota pela qual eu estava apaixonado. Ela dizia que só se casaria com um oficial do exército – isto era sonho de muitas moças (IKEGAMI, 2009, p. 57 e 58).

Entretanto, Uyetsuka eleito novamente (20 fev. 1932) como candidato do 2º Distrito Eleitoral de Kumamoto continuou na política trabalhando em prol do projeto de colonização na Amazônia, pois justamente no período de 1932 a 1934 a Escola Superior de Colonização enviou os maiores contingentes de *koutakusseis* para Vila Amazônia (Figura 6).

Graças ao esforço de Uyetsuka, em fevereiro de 1933, o Instituto de Pesquisa para Produção da Amazônia (no Japão) obtinha o apoio da classe econômica japonesa e se transformava em Fundação Instituto Amazônia⁸⁸, em setembro de 1935, devidamente registrada no Ministério das Relações Exteriores do Japão, tendo como diretor presidente Tsukasa Uyetsuka. Nessa transformação da forma jurídica do instituto, Uyetsuka cedeu à Fundação Instituto Amazônia todos os direitos sobre as terras e infraestrutura instalada em Vila Amazônia (estação experimental de agricultura, estação de meteorologia, hospital, serraria, plantação de seringal, prédios etc.) pertencentes ao Instituto Amazônia no Brasil, até aquela data (UYETSUKA, [1954] 2011, p.14; APANB, 2001, p. 206; ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 21).

⁸⁸ A Fundação Instituto Amazônia de Tóquio passou a denominar-se Companhia Produtora da Amazônia (*Amazon Sangyo Kabushiki Gaisha*). As principais empresas japonesas que entraram com um milhão de ienes foram: Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Yasuda e Toyo, o que equivalia a US\$ 287.000,00 (APANB, 2001, p. 69; HOMMA et al., 2011, p. 385). No Brasil a pessoa jurídica foi registrada em 11 fevereiro de 1936 sob a denominação de Companhia Industrial Amazonense S.A. (também chamada Indústria da Amazonia S.A.), com capital de quatro mil contos de réis, com a sede em Vila Amazônia, quando todas as propriedades pertencentes ao Instituto Amazônia foram transferidas para a nova Companhia, com exceção da Escola Superior de Colonização, em Tóquio. Faziam parte de diretoria da Companhia: Kotaro Tuji, Sakae Oti, Masatoshi Takamura, Kunio Nakazaki, Toshio Tsukumo, Pedro Telmo Barba e Vivaldo Palma Lima (OTI, 1947).

No entanto, os esforços de Uyetsuka e Tuji pouco progrediam, pois o Japão estava cada vez menos interessado na Amazônia pela grande distância e dificuldades políticas. Na nova ordem o interesse estava voltado para a colonização na Manchúria que era mais próxima e de maior interesse militar. As empresas expansionistas, engendradas pelo governo japonês, também passaram a priorizar investimentos nos projetos de colonização na Manchúria, em detrimento da colonização na América Latina. Além destes fatores geopolíticos, que a reboque vieram a impactar o projeto dos *koutakusseis* da Vila Amazônia, as primeiras turmas dos *koutakusseis*, desiludidos com as dificuldades naturais da Amazônia, começaram a fazer levantes contra o projeto (ARAÚJO, 1995, p. 15; APANB, 2001, p. 61).

Na verdade a situação era de revolta e desesperança em Vila Amazônia e o clima de desânimo era contagiante, já que o próprio administrador do Instituto, Kinroku Awazu, não acreditava no sucesso da colonização nessa região devido ao insucesso das experiências na cultura da juta e de outros produtos. Assim, Tuji veio em 1933 substituir Awazu e tentava dominar a agitação com tremendas discussões que chegou a expulsar alguns *koutakusseis* da Vila Amazônia em 1933. Contam inclusive que as atribulações e estresse que ele enfrentou eram tantas, que ele havia emagrecido visivelmente e sua fisionomia havia se transformado, ao ponto de ser chamado de “demônio da juta” (TSUNODA, 1988, p. 101).

O sonho de desbravamento da Amazônia passava a ser um enorme desalento para todos, e presumivelmente um pesadelo para os seus administradores. Um trecho de uma explicação sobre o Instituto Amazônia, que fora anexada a carta escrita por Uyetsuka (em 19 junho de 1934) ao cônsul brasileiro Raul Bopp (em Kobe), resume bem as dificuldades de qualquer empreendedor da Amazônia daquela época.

A zona amazônica é terra coberta de florestas virgens em que nunca o machado do homem derrubou árvores, encontrando-se muito raramente núcleos de seres humanos que constituam sociedades, a exceção de algumas cidades às margens do rio Amazonas que corre com sua eterna passividade no meio de imensas verduras das florestas virgens. Não há ali fazendeiros que possam engajar colonos, nem estabelecimentos públicos, nem órgãos modernos, que lhes assegurem, melhorem ou tornem mais divertida a vida. Por estas razões, aqueles que emigram para esta zona naturalmente se devem lançar nas matas a derrubá-las para arranjar terreno, semear, cultivar, colher os produtos e vendê-los. Eles mesmos têm de estabelecer escolas, hospitais, cais, armazéns, fábricas de serração de madeira, moinhos de bonificação de arroz, fábricas de eletricidade e mais outros estabelecimentos de caráter público e particular. Assim, os emigrantes que se dirigem ao Amazonas, rodeados de circunstâncias especiais, estão obrigados a combater as grandes dificuldades que surgem constantemente. Para se conseguir êxito da colonização da Amazônia, necessita-se grande capital, largos conhecimentos e muito trabalho. De mais a mais, as condições amazônicas não são bem conhecidas e são escassas as experiências ou estudos escritos sobre a sua cultura, razão por que os empresários que tentam fundar ali primeiras colônias não podem descobrir facilmente a melhor maneira para este fim (NAKANO, 2000f).

A essa altura, Uyetsuka já havia investido em infraestrutura, como expõe na citada correspondência de 1934, com a implantação da escola de colonização no Japão e outra em Vila Amazônia, equipada com hospital central, serraria de madeiras, moinho de beneficiamento de arroz, gerador elétrico, quatro armazéns (um para mercadorias, dois para produtos agrícolas e um para madeiras).

No Centro de Experiências Agrícolas cultivava-se juta, arroz, mandioca, araruta, café, tabaco, cacau, castanha, guaraná, piteira, sisal, banana, hortaliças entre outros, e criação de porcos e galinhas. No Observatório Meteorológico sob a responsabilidade de dois engenheiros do Observatório Central Meteorológico de Tóquio, faziam observações sobre temperatura atmosférica, do subsolo e do rio Amazonas, umidade, direção e velocidade do vento, aspectos e quantidade de nuvens, chuva, aumento e diminuição da água dos rios etc. Na Colônia Modelo de Andirá já estavam assentadas mais de 200 pessoas, com plantação de juta, uaicima, algodão, mandioca, macaxeira, araruta branca, tabaco, mamona, caroá (tipo de bromélia), sisal, arroz, feijão, milho, gergelim, cebola, batata, batata doce, hortaliças, além da cultura permanente de castanha, cacau, guaraná, café, chá e outras espécies (NAKANO, 2000f).

Para agravar a situação, com as mudanças do governo provisório de Vargas (1930-1934), o crescente sentimento de nacionalismo deu guarida à nova Constituição de 1934 (promulgada em julho de 1934), a qual estabeleceu no art. 130 que “nenhuma concessão de terras de superfície, superior a dez mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal”. Em termos de projeto de colonização foi uma grande perda para Uyetsuka, pois a maioria veio com a esperança de realizar um grande empreendimento que agora passava a enfrentar as limitações impostas pela nova política.

5.7 PARINTINS EM VERSOS

Ao visitar a região de Parintins, em maio de 2017, foi possível compreender a escolha de Uyetsuka por esses lugares no centrão da Amazônia, pois a paisagem é belíssima e encanta qualquer estrangeiro. São lugares cercados de lagos e rios que circundam o território e os núcleos urbanos. De quem olha do rio é um mundo de águas calmas cercadas de floresta por todos os lados. De quem olha do alto, a terra é uma planície verde onde os rios e igarapés de água doce correm em direção ao caudaloso rio mar.

Nessa imensidão, a vida dos ribeirinhos transcorre de acordo com o ciclo das águas, são meses de chuvas torrenciais e enchentes nos rios, lagos e igarapés e meses de vazante. Em época de cheia, Parintins fica cercado de água por todos os lados, razão porque a cidade de Parintins

é chamada de Ilha Tupinambarana⁸⁹. E dessa interação cultural dos índios com os caboclos surgiu a famosa festa do boi-bumbá⁹⁰.

As águas escuras do rio Uaicurapá é um espetáculo a parte na praia de Itaracuera, muito frequentada no período da seca, geralmente de julho a novembro, quando a região está muito quente e o rio baixo. Ali naquele pedaço da Amazônia, onde ficava a Colônia Modelo de Andirá⁹¹, os índios tocavam os seus tambores nas matas do Andirá na década de 1930, como relataram as senhoras idosas dos *koutakusseis*. A conjugação dessa paisagem paradisíaca, que transmite a sensação de tranquilidade e esperança do novo mundo, com o misticismo da população local deve ter aguçado o imaginário de Uyetsuka naquela época, como bem exprime o Hino da Escola dos *Koutakusseis*, de sua autoria.

O hino por si só traduz o idealismo da colonização ao evocar a esperança nos corações juvenis para assentar a nova colônia japonesa numa área de 800 milhões de ares⁹² no coração da Amazônia. Ao enaltecer a natureza exuberante e a imensidão da espinha dorsal do Norte do Brasil, formada pelos sete grandes rios, conduz os jovens de “Yamato” (que significa povo japonês, da etnia japonesa), para a missão de construir a história empunhando o machado na floresta virgem na colônia do rio Andirá.

Pela leitura das estrofes percebe-se claramente qual era o desiderato desse imigrantista, cujo sentimento de patriotismo, muito presente entre os japoneses das gerações pós-Meiji, reforçava a importância da colonização para assegurar as novas terras e a prosperidade das gerações futuras.

⁸⁹ A chamada *Ilha Tupinambarana* é de fato um conjunto de ilhas rodeado pelo sistema fluvial do Amazonas (rios Amazonas, Madeira, Sucunduri e Abacaxi), que era habitado por diversas etnias indígenas, entre elas os Tupinambás, que deram origem ao nome da ilha em que se encontra o município de Parintins. No centro da cidade se faz imponente o bumbódromo e bem atrás desse estádio está a praça em homenagem aos *koutakusseis*.

⁹⁰ Parintins tornou-se um dos destinos turísticos mais visitados do estado do Amazonas por ocasião da festa do boi-bumbá, que ocorre anualmente no último fim de semana do mês de junho. A dimensão alcançada pelo festival folclórico de Parintins colocou as duas grandes agremiações, Caprichoso e Garantido, como o principal produto turístico na região e uma das alternativas econômicas para o município, tanto que o turismo ligado ao boi-bumbá já é uma importante fonte de renda para o município atualmente. Além do turismo nas águas do rio mar, na temporada de cruzeiros pela Amazônia que vai de outubro a março, a vida cotidiana da cidade de Parintins parece que gira em torno da grande festa do boi-bumbá.

⁹¹ A Colônia Modelo de Andirá ficava na foz do rio Andirá, entre os rios Uaicurapá e Andirá, cujos rios desaguam no rio Paraná de Ramos e este no rio Amazonas.

⁹² É uma medida de área, onde 1 hectare equivale a 100 ares. No caso, significa 8 milhões de hectares.

Hino da Escola dos *Koutakusseis*

Letra e composição (em japonês): Tsukasa Uyetsuka

Tradução: Roberto Maruoka (Amazon Koutakukai)

1ª estrofe: **Esperança**

O verde colore o firmamento
Resplandece o brilho dourado da nuvem,
Correnteza caudal do rio Amazonas
Ecoam na névoa do amanhecer,
Abre-se caminho no capim da beira,
Há esperança nos corações juvenis.

3ª estrofe: **Colônia**

Extensa cerca de 800 milhões de ares
A floresta verde cobre o céu,
A corrente limpa purifica a terra,
Na sombra das estrelas do Cruzeiro do Sul,
Vento tem a fragrância do desabrochar da flor do cacau,
É a nova colônia japonesa

5ª estrofe: **Criação**

Bando de garça brinca
Alegremente à beira d'água do Zé Açú
Entre as árvores da terra firme,
Ouve-se nitidamente a máquina de plantar,
Som musical cheio de júbilo,
Criação de tudo que existe na natureza.

7ª estrofe: **A construção (História)**

Com um ardente nobre ideal,
Desde da manhã à noite os jovens
Empunham machados que ecoam na floresta virgem
E queremos construir a nossa história
Gravando na inestimável construção de um país.

2ª estrofe: **Escola**

Imenso e perseverante
Imenso e perseverante
Água flutua cerca de 4 mil ri⁹³,
É a espinha dorsal do Norte do Brasil,
Junção de sete grandes rios
Local importante na estrada do grande rio
Onde se encontra a nossa escola.

4ª estrofe: **Nativos**

Na colônia do rio Andirá,
A lua nova paira inclinada,
Independente das épocas que passam,
Sob reflexo da folha da palmeira,
As areias prateadas se arrumam
Será que alumia a dança do povo do tambor?

6ª estrofe: **A força**

Queremos abrir a porta da riqueza
Que guarda o celeiro de Deus,
Apesar da responsabilidade da importante missão,
Os jovens de Yamato mostram a força,
Da esperança do mundo na ponta do foice
É a luz de uma nova civilização

Fonte: ASS.KOUTAKU-AM (2011, p. 173)

⁹³ O ideograma 里 “ri” é uma palavra poética para expressar distância muito longa, isto é, uma medida itinerária semelhante à légua. Um “ri” corresponde cerca de quatro quilômetros de distância. No caso os quatro mil “ri” seriam para expressar que a água do rio corre uma longa distância, não exatamente os 16 mil km.

6 OS PERCALÇOS DOS JAPONESES NA AMAZÔNIA

Este capítulo discute algumas questões políticas e sociológicas em torno do racismo institucional⁹⁴ que tem origem nos movimentos a favor da eugenia, na inassimilação dos asiáticos e xenofobia ao “perigo amarelo”, que dificultaram a entrada de maior contingente de imigrantes japoneses no Brasil, na década de trinta, em razão de fortes preconceitos étnicos e resistência de políticos e intelectuais à concessão de terras aos estrangeiros na Amazônia. Eles argumentavam que nas regiões isoladas ocupadas por estrangeiros formar-se-iam verdadeiros quistos e que os *nipões* estariam a serviço dos projetos expansionistas de seu governo.

Baseado na obra do diplomata Leão Neto (1989), que discute a crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934), no contexto das relações internacionais entre os governos brasileiro e japonês, complementado com leituras de jornais, anais do Congresso Nacional, legislação da época e contribuições de alguns autores, procurou-se levantar os fatos relevantes que impactaram a imigração japonesa na Amazônia, destacadamente as tremendas discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, que vieram estabelecer o regime de quotas de caráter restritivo à imigração e limitação à concessão de terras acima de dez mil hectares, cujas limitações dificultaram a entrada de maior contingente de imigrantes dessa etnia no país, sobretudo na Amazônia, quando se iniciava a formação de colônias agrícolas nos estados do Pará e Amazonas.

A restrição à concessão de terras acima de dez mil hectares deu margem à ampla discussão na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, quanto à legalidade da cessão de terras concedidas a Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu, em março de 1927, e por estes transferidos a Tsukasa Uyetsuka. Assim, por conta de contingências políticas do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e da Constituição de 1934 que afetaram o rumo da imigração no país, este capítulo tem por objetivo analisar algumas discussões teóricas e empíricas que provocaram a anulação de concessões de terras já autorizadas pelo governo amazonense e os principais percalços que malograram o projeto dos *koutakusseis* (Projeto *Koutaku*) no estado do Amazonas.

⁹⁴ Racismo institucional, conhecido como racismo sistêmico, é uma forma de discriminação das instituições políticas. O conceito foi dado inicialmente pelos estudiosos e ativistas do Pantera Negra, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, na obra *Black power: the politics of liberation in America*. Eles definem o racismo institucional como a falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967, p. 4).

6.1 EUGENIA E INASSIMILAÇÃO DOS JAPONESES

Os preconceitos étnicos e xenofobia de políticos e intelectuais, que prejudicaram a formação de colônias agrícolas de japoneses na década de 1930 no estado do Amazonas vêm de longa data. Estão calcadas na imagem pejorativa dos negros, amarelos e dos miscigenados, no final de século XIX, quando o Brasil era apontado como um caso singular de extrema miscigenação pela visão crítica de muitos intelectuais nacionais e estrangeiros que viam como um “país de mestiços”, um “festival de cores”, uma “sociedade de raças cruzadas” ou uma “nação multiétnica”. Razão porque houve vários movimentos contrários à imigração de africanos e asiáticos pela elite dominante, que buscava a “pureza” da raça ariana, sob uma perspectiva racista de existência de uma hierarquia entre as raças. (SCHWARCZ, 1993).

Nesse contexto de mudanças que assolavam o país pela entrada maciça de imigrantes europeus em São Paulo, após a abolição da escravatura (1888), as discussões “científicas” de médicos e de políticos prosperavam sobre a eugenia⁹⁵. Para a formação da população desejável, o ideário seria o estabelecimento de políticas públicas para “civilizar” e “branquear” a população brasileira (SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 1996; 2001).

A vitória dos eugenistas veio explícita no Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que proibiu a imigração de africanos e asiáticos para o Brasil. Não obstante, havia crescente carência de mão de obra para a cultura cafeeira e uma enorme dificuldade para fixar o imigrante europeu na agricultura. Com a proclamação da República, a Constituição de 1891 deu autonomia aos estados para legislar sobre imigração e colonização. Logo, a demanda por imigrantes asiáticos para a lavoura cafeeira passou ser a tônica das discussões políticas. A pressão dos fazendeiros aumentou com a edição da Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892, que permitiu a entrada de imigrantes chineses e japoneses, e autorizou o Governo a celebrar tratado de comércio, paz e amizade com o Japão. Entretanto, o estado de São Paulo permitiu apenas a entrada de imigrantes europeus, americanos e africanos, excluindo os asiáticos de acordo com a Lei nº 356, de 29 de agosto de 1895 (SÃO PAULO, 1895).

⁹⁵ A palavra eugenia, de origem grega, foi cunhada pelo cientista britânico Francis Galton (1822-1911), em 1883, com o significado de “bem-nascido”, com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano na nova “ciência da hereditariedade humana”. Primo de Charles Darwin (1809-1882), Galton pretendia contribuir positivamente para a melhora das características do conjunto populacional por meio da elaboração de teorias e de ações práticas, tendo por base a transmissão de caracteres através da reprodução seletiva. Seus estudos sobre as questões relativas à evolução humana e a seleção natural e social, que defendia intervenções sistemáticas no meio social (darwinismo social), influenciaram muitos cientistas e políticos do final do século XIX a adotar “medidas saneadoras” em busca de uma pretensa raça superior, a ponto de surgirem práticas de esterilização coletiva daqueles considerados inferiores do ponto de vista biológico, como aconteceu na Alemanha e nos Estados Unidos (STEPAN, 2005; DEL CONT, 2008).

Para os japoneses que estavam experimentando a modernidade com a abertura de seus portos e acesso ao novo mundo, a América Latina era vista como uma alternativa para uma possível obstrução dos canais de acesso ao território norte-americano. Nessa perspectiva, o processo migratório de ultramar para América Latina iniciou em fins do século XIX, quando o Japão assinou o Tratado de Comércio e Navegação com o Peru (1873), e depois com o México (1888). Enquanto iniciavam as negociações com o Brasil, a primeira leva de imigrantes, constituída de 790 pessoas, desembarcava no Peru em 1899 (IRIE; HIMEL, 1951). Alguns desses imigrantes chegaram à Amazônia brasileira no início do século XX⁹⁶.

Durante as primeiras tratativas com o corpo diplomático brasileiro houve manifestação de que o governo japonês estaria pronto a negociar um tratado de amizade e comércio nos termos em que o fizera com o México, o qual aceitara o princípio da jurisdição territorial, mas o governo brasileiro retraiu-se e as negociações foram retomadas somente em janeiro de 1895, no governo de Prudente de Moraes (1894-1898). O chanceler brasileiro, ao justificar ao presidente da República sua decisão de aceitar a pré-condição de reciprocidade, argumentou que, no ano anterior, a Grã-Bretanha havia assinado o Tratado de Comércio e Navegação com aquele país, pelo qual estipulava que os súditos britânicos estariam sujeitos à jurisdição local japonesa (LEÃO NETO, 1989, p. 19-21).

Entretanto, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Japão e Brasil, assinado em 5 de novembro de 1895, aprovado pela Lei nº 419, de 27 de novembro de 1896, nada estipulou a respeito da migração entre os dois países, pois entendiam que essa questão deveria ser tratada pelas empresas privadas, com as disposições favoráveis do Ministério de Negócios Estrangeiros. Neste sentido, o governo de São Paulo estava apoiando as negociações entre a companhia de emigração *Toyo Imin Kaisha* e a firma Prado Jordão para a introdução de 1.500 a 2.000 imigrantes, em 1897, mas que não se concretizou naquela oportunidade (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Nessa época, a imigração de japoneses era pouco desejável, tanto pelo perigo de uma maior mistura de raças inferiores na população brasileira, como pelas diferenças nas experiências agrícolas, diversidade de educação e costumes, e, sobretudo, por questões de

⁹⁶ Os primeiros japoneses que se fixaram na Amazônia brasileira vieram do Peru descendo a cordilheira dos Andes no início do século XX. Conhecidos como “*Peru kudari*” - que significa “os que desceram do Peru” - vieram de Puerto Maldonado (Peru) e entraram no Brasil através do rio Madre de Dios e rio Madeira. Por volta de 1911 residiam na cidade de Liberdade (província de Beni/Bolívia, próxima à fronteira com o Brasil), cerca de 400 a 500 japoneses. Existem registros de que 200 japoneses compareceram à comemoração do aniversário do imperador na primeira vez em que foi organizada nesse local (APANB, 2001, p. 177). Parte deles atravessou o rio Beni, chegando à cidade fronteiriça de Guajará-Mirim, em Rondônia. Eles vieram atraídos por trabalhos na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912) no auge da borracha, depois vieram para o Acre, Manaus, Belém e outras cidades (TSUTSUMI, 2001; SILVA NETO, 2014).

natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica, como expressava a correspondência reservada de Manuel de Oliveira Lima (Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão), de 15 de setembro de 1901 (LEÃO NETO, 1989, p. 22). Em outra correspondência, de 02 de março de 1902, o Ministro Oliveira Lima afirmava que o governo japonês também era contrário à emigração para o Brasil, pela impraticabilidade deste empreendimento, porque:

[...] a distância entre os dois países era enorme, os meios de comunicação nulos e que qualquer companhia de emigração carecia de meios pecuniários bastantes para fazer face às despesas de repatriação, em caso, sempre possível, de um malogro do ensaio [...] julgando com boas razões que o Governo do Estado de São Paulo só terá a lucrar com a ausência da imigração japonesa e que a esse Ministério fica assim poupada reclamações vexatórias, que quase certamente se produziriam (LEÃO NETO, 1989, p. 23).

O desinteresse do governo brasileiro pela imigração asiática, de acordo com a linha de argumentação sustentada pelos representantes da diplomacia brasileira, seria de várias ordens. Havia a questão racial (no seu aspecto eugênico), a questão cultural (por serem considerados inassimiláveis) e o aspecto diplomático (no potencial de atrito decorrente de um eventual desajuste do imigrante no meio brasileiro), com maior realce o agravamento deste último, na apreciação de Leão Neto (1989, p. 26). Oportuno acrescentar que as argumentações da chancelaria brasileira estariam certamente contaminadas pelas opiniões negativas da mídia internacional, principalmente dos Estados Unidos, após as guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905), que renderam o *slogan* de “perigo amarelo”.

Contrariando as previsões do chanceler Lima, entre os anos de 1903 e 1907, certos acontecimentos vieram a demandar mudanças na atitude do governo brasileiro frente a um renovado interesse por parte do Governo de São Paulo em incentivar a imigração. A nova demanda por mão de obra devia-se à alarmante saída de imigrantes europeus, superior ao número de entradas nos anos de 1903, 1904 e 1907 e à valorização do preço do café, decorrente do Convênio de Taubaté de 1906.

Pelo lado japonês havia a debilitação econômica após as guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905) e o agravamento do quadro conflitivo dos imigrantes japoneses na Califórnia (EUA), a partir de 1906, que acabou gerando as limitações impostas pelo *Gentlemen's Agreement*⁹⁷, assinado em dezembro de 1907, em que o governo japonês se

⁹⁷ O *Gentlemen's Agreement* (1907) decorreu da pressão política americana, em razão do enorme contingente de imigrantes asiáticos que adentravam no território americano, gerando sérios conflitos pela competição instalada no mercado de trabalho, além da preocupação com o poderio militar da marinha japonesa que já era considerável naquela época.

comprometeu a não mais permitir a saída espontânea de trabalhadores com destino aos Estados Unidos, a não ser em casos especialmente permitidos (DANIELS, 1977).

Sem entrar no mérito das motivações raciais e trabalhistas que levaram o Ministério do Trabalho dos EUA a pressionar o Congresso Americano, é oportuno mencionar que, pelos dados estatísticos do Ministério de Relações Exteriores do Japão, o contingente de japoneses que se destinaram aos países latino-americanos (exceto Brasil), entre os anos de 1885 a 1905, era de 131.804 emigrantes, ou seja, bem superior aos 13.258 oficialmente destinados aos Estados Unidos, Canadá e Ilhas do Pacífico. Enquanto que, na época da assinatura do *Gentleman's Agreement* (1907) a colônia japonesa nos Estados Unidos era de mais de 100 mil residentes (SAITO, 1961, p. 22-3), isto é, um quantitativo bem maior ao contingente de emigrantes oficialmente destinados ao Havaí e Estados Unidos. Logo, para evitar as reimmigrações, a proibição de entrada de imigrantes japoneses procedente de Havaí no continente americano também atingia os que vinham via Peru, Canadá e México.

O entrelaçamento do interesse imigratório operou-se a partir de 1906, quando esteve no Brasil o imigrantista japonês Ryu Mizuno (1859-1951), fundador da Companhia Imperial de Emigração (*Kokoku Shokumin Kaisha*) para estabelecer contatos com o governo de São Paulo, que resultou na assinatura do contrato entre Ryu Mizuno e Carlos Botelho, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, em 06 de novembro de 1907, com a promessa de assentar 3.000 agricultores, em famílias de pelo menos “três enxadas”, com mínimo de 12 anos e máximo de 45 anos de idade. O desembarque desses colonos ocorreu em sucessivas levas, de 1908 a 1910 (LEÃO NETO, 1989, p. 24; BASSANEZI, TRUZZI, 2008, p. 74).

Após a chegada das primeiras levas de japoneses nas fazendas verificou-se um descompasso entre as expectativas de enriquecimento rápido dos imigrantes e a realidade das fazendas, com trabalho quase escravo, que desanimaram os imigrantes da lavoura cafeeira. A precária condição de vida, agravada pela enorme diferença cultural (língua, costumes, alimentação) daquela época, resultou num elevado índice de abandono das fazendas antes de concluído o prazo contratual, e reclamações de ambas as partes (HANDA, 1987; TOYAMA, 2009). A essa altura os movimentos eugênicos ganhavam força e as expectativas levavam a promover a vinda de mais imigrantes europeus. A meta apresentada por João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no I Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, era clara e direta: “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 1993, p. 15).

Diante do quadro conflitivo, a chancelaria japonesa freou por um tempo a emigração para Brasil, mesmo porque a partir de 1911, por dois anos consecutivos, voltou a avolumar-se

a disponibilidade de mão de obra com a retomada de imigrantes europeus e o governo paulista suspendeu a subvenção em 1913. Em 1914, ao justificar a suspensão das subvenções ao imigrante nipônico, o governo paulista declarava que “recebera o colono japonês em caráter experimental, a fim de verificar a sua capacidade adaptativa nas fazendas, e os resultados não foram dos mais promissores” (LEÃO NETO, 1989, p. 29, 34).

Naquela época, em razão do movimento expansionista do Japão na Ásia, a desconfiança era grande. O Itamaraty continuava a passar aos órgãos internos as questões que envolviam a imigração dos japoneses, como os textos dos jornais *El Tiempo*, de Montevideu e *La Mañana*, de Buenos Aires que, publicaram, respectivamente, nos dias 9 e 11 de janeiro de 1914, matérias sob o título *El Peligro Amarillo en Sud-America*, em que destacavam que os japoneses haviam estabelecido várias colônias na costa americana do Pacífico, com intuito de assegurar territórios para os quais pudessem encaminhar o excedente populacional. Em agosto de 1915, numa época que estava interrompido o fluxo migratório por falta de subvenções, o ministro Barros Pimentel, de Tóquio, alertava para os riscos da imigração nipônica, dizendo que não era tão somente um movimento econômico, mas, um movimento que poderia servir de base a estratégias futuros e ocorrências embaraçosas ao Brasil na defesa de sua política de fraternidade no continente americano (LEÃO NETO, 1989, p. 43).

À medida que crescia a nova estatura mundial do Japão, como uma potência industrial emergente, o corpo diplomático brasileiro ora deixava implícito suas reservas, ora reiterava ao seu governo a necessidade de limitar no mais alto grau as relações políticas com o Japão, reduzindo-as a medidas de simples cortesias. Argumentavam também que os japoneses não necessitavam de subvenções para emigrar, pois o país estava numa fase de grande prosperidade industrial (LEÃO NETO, 1989, p.43). Nesse ínterim voltou a reduzir a corrente imigratória europeia em função da Primeira Guerra Mundial e o governo paulistano reiniciou a subvenção em 1917 que perdurou até 1922. A autorização voltou a ser concedida às companhias de emigração nipônicas com recomendações mais estreitas quanto aos critérios de seleção de agricultores e formação de “famílias compostas”, já que nem todos eram agricultores de fato. Pela nova concessão, entraram no país, aproximadamente, 16 mil japoneses entre 1917 e 1923 (IBGE, 1951, p. 55).

Antes que encerrasse o período subvencionado no Brasil, começaram a surgir medidas de cunho disciplinador e estatizante da atividade emigratória no Japão. Em setembro de 1917 o governo japonês anunciava o desejo de promover a fusão de várias companhias particulares de emigração. Em fins de 1917, a nova empresa *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (KKKK) passou a comandar praticamente toda a política emigratória, em consonância com os ideais

expansionistas que ganhavam impulso naquele país. Em 1921, o parlamento japonês aprovou a lei para concessão de subvenções àquela companhia (KODAMA; SAKURAI, 2008).

A crescente aquisição de terras pelos japoneses do Sudeste era o que mais incomodava os políticos antinipônicos, que alimentavam frequentemente a imprensa chamando atenção sobre os problemas do direito de propriedade que estava ocorrendo na Califórnia⁹⁸ e as precauções que os Estados Unidos vinham tomando contra os possíveis riscos da “proteção” que porventura desse o governo imperial a seus súditos. Essa “proteção” do governo imperial aos súditos no exterior referia-se ao plano de colonização tutelada, que visava à aquisição de terras no Brasil, de forma a propiciar a ascensão social dos imigrantes japoneses que não precisariam mais trabalhar como assalariados nas lavouras de café, permitindo também diversificar outras culturas e negócios de seu conhecimento.

Para completar o quadro das forças de expulsão, o terremoto catastrófico ocorrido em setembro de 1923 na região de Kantō (Tóquio e arredores) deixou cerca de 300 mil mortos e de dois a três milhões de desabrigados, segundo o historiador Hobsbawn ([1995] 2015, p.90)⁹⁹. Fato que levou o Departamento de Negócios Interiores do Japão a destinar a quantia de 220 mil ienes para custear a campanha publicitária para incentivar a emigração para terras brasileiras (LEÃO NETO, 1989, p. 30-1). Naquele ano, o governo japonês passou a dar uma subvenção de 200 ienes por emigrante (a título de auxílio a flagelado), cuja prática evoluiu a partir de 1924, como uma solução para a depressão e a superpopulação, quando os Estados Unidos fecharam definitivamente as portas para os asiáticos (HANDA, 1987, p. 75).

Além do acidente sísmico, pode-se inferir que houve três fatores exógenos, que levaram o parlamento japonês a aprovar uma lei em 1924, autorizando o governo a conceder um subsídio integral de passagem marítima para os trabalhadores que se destinavam ao Brasil: 1) o rompimento da aliança Anglo-Japonesa, em 1923, o que significava restrição ao comércio internacional na Ásia; 2) a suspensão das subvenções concedidas pelo governo de São Paulo; e 3) a exclusão dos asiáticos no pacote da *Quota Immigration Law* norte-americana de 1924, que vedava o acesso do emigrante japonês ao território norte-americano, cuja consequência evoluiu para o fechamento dos portos para os japoneses nos países de domínio britânico.

⁹⁸ Sobre os problemas migratórios que ocorreram na Califórnia/EUA existem várias reportagens nos jornais da época, entre as quais, O Jornal (RJ), Edição 00532 (ESTADOS UNIDOS... 1920, p. 1) e Edição 01660 (SUSPEITAM DO JAPÃO, 1924, p. 7).

⁹⁹ O sismo de magnitude entre 7,9 e 8,3 na escala de Richter destruiu a cidade portuária de Yokohama e as cidades vizinhas de Chiba, Kanagawa, Shizuoka e Tóquio. Na Wikipédia consta que, de acordo com as fontes de maior confiança, pelo menos 105.385 pessoas morreram e outras 37.000 desapareceram. O terremoto deixou um saldo de 570 mil casas destruídas e 1,9 milhão de desamparados.

6.2 DA XENOFOBIA AO “PERIGO AMARELO”

Roger Daniels (1977) interpreta que as reais motivações que levaram os Estados Unidos a fechar definitivamente as portas para os asiáticos, decorreram de preconceitos raciais - xenofobia dominante do “perigo amarelo”. Uma nota de protesto da Embaixada japonesa ao governo norte-americano aborda igualmente esse tratamento discriminatório dado aos nipônicos, que resultou na Lei de Imigração de 1924, aprovada em 26 de maio de 1924, nos EUA (OS ESTADOS UNIDOS, 1924..., p. 2). Como menciona Leão Neto:

A questão imigratória dos japoneses não se cingia ao problema de excesso populacional, já que o modesto fluxo de emigrantes não poderia ser visto como solução, sequer paliativa, para o crescimento demográfico japonês. Desde o início do século, as resistências que em países importadores de mão-de-obra foram emergindo em relação ao imigrante nipônico lançaram gradualmente sobre essa questão conotações raciais (LEÃO NETO, 1989, p. 155).

Naquela época, críticas às dificuldades de adaptação do japonês existiam com frequência na imprensa brasileira e estrangeira, entretanto, dois políticos exerceram poderosa influência na campanha antinipônica no cenário nacional: os deputados Miguel de Oliveira Couto (1865-1934) e Fidélis Gonçalves dos Reis (1880-1962). Basta lembrar que, em 1920, o então deputado estadual Fidélis Reis atacava a etnia japonesa no Congresso Legislativo de Minas Gerais argumentando a inassimilação como um dilema insolúvel. Ele dizia: “se o japonês se cruza com o nacional, vamos ter um mau irremediável – o mestiço, se não se cruza, teremos outro inconveniente de ficar constituindo uma ameaça perigosa para o futuro” (REIS; FARIAS, 1924, p. 88).

Em outubro de 1923, Fidelis Reis, agora como deputado federal, apresentou à Câmara o projeto de lei propondo normas disciplinadoras à imigração, vedando a entrada no país de colonos de raça negra e limitando o de raça amarela a 3% do total já estabelecido no país (esse número ainda seria elevado para 5% em dezembro daquele ano). Oportuno destacar alguns trechos de sua justificativa, baseado na teoria do Conde Gobineau¹⁰⁰.

Não queremos, Senhor Presidente, nem é nosso desejo, abrir aqui um debate sobre a controvertida questão da superioridade ou inferioridade das raças, embora com Gobineau propensos a admitir a influência decisiva e incontestável do sangue ariano, ou antes, do louro dolicocefalo de Lapouge e Huxley em todos os progressos da civilização. [...]

¹⁰⁰ Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), diplomata, escritor e filósofo francês era considerado um dos mais importantes teóricos do racismo no século XIX. Ele veio ao Brasil em 1869 em missão diplomática. Da sua vasta produção literária, o mais conhecido são os quatro volumes do *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas) em que o teórico procura compreender a causa da ascensão e queda das grandes civilizações e chegara à conclusão de que a mistura das raças seria a razão do fim das grandes civilizações (SOUZA, 2013).

Basta-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidentamos em igual erro com o amarelo. Que importa o interesse econômico de natureza transitória? Aproveite-nos no caso a lição americana [...] na hipótese, sempre preferível de não se cruzar, permanecerá o amarelo enquistado no organismo nacional, inassimilável que é ele pelo sangue, pela língua, pelos costumes, pela religião, constituindo quiçá em perigo futuro, como o da Califórnia para os Estados Unidos [...].

Além das razões de ordem étnica, moral, política e social, e talvez mesmo econômica que nos levam a repelir in limine a entrada do amarelo e do preto [...] outra porventura existe, a ser considerada, que é o ponto de vista estético e a nossa concepção helênica de beleza jamais se harmonizaria com os tipos provindos de uma semelhante fusão racial (REIS; FARIAS, 1924, p. 22-36).

Encaminhado à Comissão de Agricultura, o projeto de Fidelis Reis foi distribuído ao deputado João de Farias, que emitiu parecer favorável à limitação do quantitativo, falando, entre outras considerações, que:

Além de tudo a ninguém será preciso lembrar que o Japão é potência militar, considerada de primeira ordem, bem nas condições de provocar atritos com os povos fracos que oferecerem restrições à sua expansão colonial, como está acontecendo com os Estados Unidos da América do Norte, apesar de ser essa nação muito mais poderosa do que aquela (REIS; FARIAS, 1924, p. 35-6).

Na Academia Nacional de Medicina, então presidida pelo médico Miguel Couto, o projeto de Reis foi aplaudido (ACADEMIA DE MEDICINA, 1924, p. 1), visto que o médico já era um dos principais interlocutores da eugenia no Brasil, a ponto de incentivar a realização do I Congresso Brasileiro de Eugenia, que aconteceu em 1929, na cidade do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 1993). Para ele, a superioridade de algumas raças em relação a outras afetaria a cultura e a prosperidade de um povo, e que somente os brancos indo-europeus seriam desejáveis, sob o argumento de que “o progresso das sociedades, sua riqueza e cultura são criação de seus elementos eugênicos” (GERALDO, 2009, p. 183). Logo, como professor e político, Miguel Couto criticava frequentemente a presença dos asiáticos, afirmando que estes não poderiam contribuir para o “branqueamento” da população brasileira. Mais tarde Couto viria assumir o comando da campanha antinipônica na Constituinte de 1933-34.

Entretanto, esses movimentos contrários à imigração de asiáticos eram pouco debatidos no Norte do país, pois era evidente a recessão após a queda do comércio da borracha (COSTA, 2012, p. 79). Nesse panorama da monotonia do vazio demográfico, o discurso político era de povoamento da Amazônia, seja com nacionais ou estrangeiros. Portanto, diferentemente do Sudeste, a vinda dos japoneses para a Amazônia decorreu da convergência de interesses dos governos do Pará e Amazonas e do Japão atrelada à oferta de grandes extensões de terras devolutas para a colonização agrícola.

Consta nos anais da história da imigração japonesa que Antônio Emiliano de Sousa Castro (1875-1951), então governador do estado Pará (1921-1925), enviou em 1923 uma

correspondência ao embaixador Shichita Tatsuke, manifestando interesse em receber imigrantes japoneses no Pará, dada a boa fama dos colonos nipônicos de São Paulo (APANB, 2001, p. 43). A partir de 1925, o Brasil passa a ser visto pelos empresários japoneses não apenas como destino para trabalhadores, mas também como mercado para investimento. As empresas japonesas passaram a investir em loteamento e colonização, reunindo os novos imigrantes e aqueles já residentes no país. Por isso esse período ficou caracterizado pela formação de colônias com caráter empreendedor. Como resultado desses empreendimentos pode-se citar as colônias de Tietê (hoje Pereira Barreto), Bastos e Alianças, além de Três Barras (atual Assaí) no norte do Paraná (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Fora do Congresso, as opiniões também divergiam bastante sobre a questão da eugenia. Em 1926 foi lançada uma ampla pesquisa de opinião sobre a imigração em geral pela Sociedade Nacional de Agricultura¹⁰¹. Apesar de a amostra ser pouco representativa, a pesquisa revelava a existência de uma corrente de opinião favorável à imigração, mas deixava transparecer sentimentos de desconfiança em relação aos japoneses. O relator da pesquisa, Heitor da Nóbrega Brandão, comentou o que lhe pareceu como tendência mais marcante em relação à imigração japonesa.

O estado de espírito é no comum, quanto a este quesito, o seguinte: evidente simpatia pelo japonês e indisfarçável dúvida acerca do que serão, em nosso país, a sua influência, a sua assimilação, a sua concorrência. Dois argumentos são peculiares contra o japonês: o relativo à eugenia e o referente à sua assimilação, constituindo-se quisto perigoso no qual se refletissem, porventura, quaisquer *estos* (sic) imperialistas da pátria-mãe [...]. Mas há outras respostas em que os argumentos tomam para análise, os revidam, ou negando mesmo que haja essa apregoada inassimilação, ou afirmando que, por isso, que a não há, sobrevém o cruzamento, cujos produtos são até eugênicos e até estéticos, ou preliminarmente, combatendo a noção com o alegado de que não se trata, no Brasil, de um concurso de beleza, mas da captação de elemento econômico para multiplicação útil da população produtora.

Como acontece com os pareceres acerca do trabalhador nacional, o que, neste quesito, se diz do amarelo, nomeadamente do japonês, é de gerar perplexidade: ele ora é o primor da humanidade, ora a sua vergonha; é aqui, o tipo pacífico, operoso, tenente às leis, por excelência; é, adiante, o indivíduo rusguento, apático, velhaco a mais não ser. Vê-se que anda, no assunto, um pouco de paixão, parecendo, que o meio termo é a verdade, como o meio termo é, na vida, o índice das virtudes (LEÃO NETO, 1989, p. 38).

As inquietações sobre a formação de quistos no território nacional se acentuaram em 1928, quando se formalizavam no Japão os planos para a implantação das colônias na Região Norte do Brasil. Alertado pelo Itamaraty sobre os acordos que vinham sendo negociados com

¹⁰¹ Imigração: inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro, 1926. Dos 6.000 questionários distribuídos entre associações rurais e comerciais, governos do Estado, prefeituras, órgãos públicos e figuras de destaque nos meios científicos, apenas 166 foram recebidos de volta, entre os quais, 161 manifestaram-se favoráveis à imigração. No tocante à imigração de amarelos em particular, 75 manifestaram-se a favor, 79 contra e 7 sem opinião (LEÃO NETO, 1989, p. 37).

os estados do Pará e do Amazonas, o Diretor Geral do Serviço de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado expressou fortes reservas no ofício nº 1844/1928.

A entrada, em fortes levas, de imigrantes de raça amarela, como pretende promover e levar a efeito a iniciativa privada da finança japonesa, amparada pelo auxílio ostensivo de seu Governo, irá sem dúvida exigir da administração nacional pública a maior vigilância, a fim de ser cerceada, quando excessiva ou inconveniente, sua continuidade [...] Razões outras, de suma importância, por isso que afetam o interesse étnico da nacionalidade e assim a constituição do tipo brasileiro definitivo, ora em formação, aconselham que se imponha um coeficiente mínimo de contribuição à raça amarela (LEÃO NETO, 1989, p. 39).

Dulphe Machado também argumentava que o governo do presidente Washington Luiz (1926-1930) entendia necessário considerar o problema da imigração, não apenas sob o aspecto material do trabalho, mas também “sob o delicado ponto de vista de nossa nacionalidade” e que o assunto merecia exame mais amplo e profundo. E desde logo, julgava cabível a sugestão da Embaixada do Brasil, em Tóquio, de pôr “embaraços à emigração japonesa promovida com intuito lucrativo” (LEÃO NETO, 1989, p. 39).

Não havia como negar esse “intuito lucrativo” visto que, a fim de operar os interesses japoneses no Brasil foi criada a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. (conhecida como Bratac), visando à produção de seda, no estado de São Paulo, cujo início das atividades se deu em abril de 1929. A Bratac, proprietária das fazendas Bastos, Aliança e Tietê, em São Paulo, implantou núcleos de colonização nos municípios de Bastos e Tietê (atual Pereira Barreto) e um núcleo de colonização no município de Três Barras (atual Assaí) no Paraná, as quais eram denominadas “as três colônias da Bratac”.

Além da aquisição de terras, a Bratac se ocupava da divisão das terras em lotes a serem vendidos aos imigrantes, financiava a construção de estradas, pontes, escolas e hospitais nas colônias, construção de fábricas de implementos agrícolas, empréstimos para os produtores e outras atividades que poderiam contribuir para a ascensão econômica e o bem-estar dos imigrantes (NDL, 2009). Razão porque o *boom* da diáspora japonesa para o Brasil ocorreu entre os anos de 1926 e 1935, quando ingressaram 132.729 imigrantes dessa etnia de acordo com a Tabela 2 de Levy (1974).

A entrada de grande quantidade de japoneses em São Paulo, conjugada com a aquisição de grandes áreas em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas nas décadas de 1920 e 1930 geraram temor de muitos políticos que passaram a ocupar manchetes na imprensa, a exemplo do Jornal do Brasil.

O Jornal do Brasil insurgiu-se contra a formação de grandes colônias de estrangeiros, quando da compra de terras pela BRATEC, no Paraná. As colônias da Amazônia também seriam alvo de críticas, por se crer que nas regiões isoladas ocupadas pelos estrangeiros formar-se-iam verdadeiros “quistos” contra a nacionalidade que estariam

a serviço dos projetos expansionistas do governo japonês (KODAMA, SAKURAI, 2008, p. 29).

O que se percebe por meio da imprensa, é que as discussões sobre a presença de japoneses continuaram acirradas nos meios políticos e intelectuais que se estenderam na Constituinte de 1933-1934.

6.3 MILITARISMO E A CONSTITUINTE DE 1933-1934

A década de trinta é reconhecidamente um período de grandes mudanças no panorama mundial. Ao eclodir a crise americana com a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, o Japão que já era dependente do comércio exterior se viu numa situação mais crítica para suportar a recessão econômica. Foi então no plano militar que os japoneses buscaram alternativas para compensar o sentimento de insatisfação, sobretudo entre os jovens oficiais, que pregavam a restauração de valores éticos tradicionais de lealdade ao imperador e de combate ao capitalismo, tido como regime corruptor. Assim, no início dos anos de 1930 o país adotou uma radical mudança na política externa partindo para uma escalada militar no continente asiático, movido pela doutrina de cunho nacionalista e fascista vigente na Europa. Ao pôr em marcha sua ação expansionista com a invasão da Manchúria em 1931, o Japão legitimou os sentimentos de apreensão e suspeita dos países americanos, particularmente do Brasil, que estava recebendo os japoneses em grande monta.

O Brasil também enfrentava a crise política do nacionalismo com a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório¹⁰². A súbita concentração de poder na esfera federal eliminou a autonomia dos estados com a substituição de vários governadores. Foi um período de grandes mudanças em face de o Estado ter assumido o corporativismo autoritário na busca de maior coesão interna. Na nova ordem, o Governo Provisório de Vargas embalado pela ideologia do nacionalismo não tardou em adotar medidas disciplinadoras, ainda que moderadas, em relação ao trabalhador estrangeiro, com a Lei da Nacionalização do Trabalho ou Lei dos Dois Terços¹⁰³. Ademais, moldado na doutrina nacionalista, com predomínio de

¹⁰² Desde 1929, as lideranças da oligarquia paulistana romperam a aliança com os mineiros (política do café-com-leite) e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954). Na eleição de 1º de março de 1930 a vitória foi de Júlio Prestes, porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de Estado da junta de militares em 3 de outubro de 1930. Getúlio Vargas assume a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha.

¹⁰³ O Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, obrigava as empresas a terem em seus quadros, pelo menos dois terços de brasileiros. A preocupação governamental estava voltada para o desemprego urbano, pois a legislação excluía de seu campo de aplicação o setor rural. E como a maioria dos imigrantes japoneses era oficialmente agricultores, o decreto não afetava esses imigrantes.

política intervencionista em matéria de imigração e educação, pregava-se a intolerância e exclusão. Em nome da identidade nacional buscava-se inclusive a homogeneização étnico-racial do povo brasileiro, posto que no campo biológico, a mistura racial, apesar de inevitável, conduziria a humanidade ao caos (SOUSA, 2013).

Para piorar a crise que se desenrolou em torno da imigração japonesa após a invasão da Manchúria, o ponto focal da ação dos políticos foi a Constituinte de 1933-34, por meio do projeto elaborado pela subcomissão do Itamaraty. Agora, o “perigo amarelo” era apontado pelo movimento eugênico como uma ameaça à soberania nacional e não apenas ao tipo racial indesejável para o país. Ao longo de todo o processo a questão imigratória foi objeto de vários projetos de emendas ao Anteprojeto de Constituição. Enquanto iniciavam os debates na Constituinte, os jornais alimentavam o fogo da xenofobia antinipônica, a exemplo do que consta no A Nação (RJ), de 12 de abril de 1933, que alertava o duplo perigo (de ordem política e como ameaça de natureza racial) da crescente imigração japonesa no Brasil sob a alegação de que “os japoneses representam um tipo humano radicalmente oposto ao que vai formando como representante da etnia brasileira” (INFILTRAÇÃO..., 1933, p. 1). Na mesma linha seguem as críticas à imigração japonesa na Ed. 00076, de 13 de abril de 1933 (IMMIGRAÇÃO JAPONEZA, 1933, p. 4).

Na defesa das emendas de caráter restritivo à imigração nipônica ocuparam a tribuna da Assembleia Constituinte, em diferentes ocasiões, os deputados Miguel Couto, Xavier de Oliveira, Arthur Neiva, Theotônio Monteiro de Barros e Pacheco e Silva. De outro lado, em oposição àquelas emendas defenderam Moraes de Andrade, Arruda Falcão, Fernando de Abreu e Adolfo Konder. As de maior relevância foram as propostas do deputado Miguel Couto, eleito pelo Distrito Federal (RJ), pelo prestígio intelectual de que desfrutava como presidente da Academia Brasileira de Medicina, catedrático da Universidade do Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras. Seus discípulos, seguidores e mesmo adversários tratavam-no de mestre por reverência (LEÃO NETO, 1989, p. 87 e 91; MIKI, 2015).

Na Assembleia Constituinte de 1933-34, Miguel Couto tinha a força de quem combatia a imigração japonesa por mais de dez anos. No discurso de 30 de novembro de 1933, ele expôs o relatório do I Congresso Brasileiro de Eugenia aprovado unanimemente. Entre vários itens, vale destacar o item VI.

VI – O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que, nas condições atuais dos países superpopulosos de alta civilização, os indivíduos que gravitam para o pauperismo atestam com esse próprio fato a sua inferioridade mental e moral, condena todas as formas de imigração subvencionada, que apenas podem concorrer

para a entrada em nosso país de elementos indesejáveis (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 492).

Nas conclusões, Couto apresentou a seguinte emenda de sua autoria:

Art. É proibido a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção de 5 por cento, anualmente sobre a totalidade dos imigrantes dessa precedência existentes no território nacional.

É vedado aos Estados fazer contratos para a introdução de imigrantes em contravensão do disposto neste artigo (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 492-3).

Um dos tópicos de discussão voltado à questão da Amazônia esteve a cargo da comissão do deputado Arthur Neiva, que apresentou as seguintes emendas na sessão de 19 de dez.1933.

Art. 127, § 1º - Redija-se assim: a União organizará e custeará um serviço permanente de defesa contra a seca e um de colonização e exploração econômica das regiões da Amazônia, principalmente com elementos nacionais (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 210).

Art. 128 § 2º - Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa em qualquer ponto do país (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 211).

Entre as suas justificativas para a proposta acima, mencionava que:

A Amazônia que por definição compreende todos os territórios da bacia amazônica, isto é, o Acre, o Amazonas, o Pará e a região do norte de Goiás e de Mato Grosso, é um dos pontos do globo de maior riqueza, verdadeiro mundo na extensão e na opulência, tendo sido abandonado pelos poderes públicos nacionais numa incompreensível demonstração de incapacidade. [...]

Não é justo que tão vasto campo de possibilidade seja abandonado pela União, quando outros povos para ali induzem capitais e súditos, como ocorre com os beneméritos serviços organizados pela Empresa Ford e com os trabalhos iniciados pelos japoneses. [...]

Alguem afirmou que a potência de primeira ordem que se apoderasse da Mandchuria, com relativa facilidade se manteria nessa situação durante duzentos anos. Não é exagero afirmar que uma potência de segunda ou terceira ordem, com espírito de organização, talvez se elevasse à primeira categoria caso dispusesse de uma das regiões mais ricas de todo o Universo (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 210-11).

Em 19 de dezembro de 1933, após a longa discussão sobre a etnografia do elemento negro no Brasil, Haiti, Cuba, Estados Unidos, entre outros países, Arthur Neiva¹⁰⁴ colocou em sua justificação maior ênfase na concorrência desvantajosa que a chegada de negros e asiáticos viria trazer ao trabalhador nacional. O alvo, porém, eram obviamente os japoneses.

A intenção do signatário quando se refere à imigração de elemento da raça branca visa, e não deve ocultar, os povos asiáticos.

Pensa que ao Brasil assiste o mesmo direito que tiveram os governantes japoneses quando, por mais de dois séculos, de 1640 a 1857, fecharam seus portos aos estrangeiros afim de salvarem sua independência, que realizaram, pois o Japão foi o

¹⁰⁴ Vide também as críticas do médico Arthur Neiva sobre o trabalhador nipônico em: O Jornal (RJ), Ed. 04386, de 4 de fevereiro de 1934, p. 2 e 4; A Nação/RJ, Ed.00330, de 7 de fevereiro de 1934, p. 3.

único país da Ásia que não se transformou de povo livre em colônia (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 214).

Sobre a questão da inassimilação e de suas conotações políticas, declarou:

Porém, por mais que admire os nipões, muito mais amor consagra à Pátria que se deve precaver contra uma colonização de povo de mentalidade estranha, de língua diversa, religião diferente e positivamente inassimilável, até nas regiões asiáticas, onde vivem encerrados em concentração e como é sabido, ocorre com todos os povos asiáticos e o autor pode (sic) verificar em Mauritius, onde chineses, hindus e malaaios vivem há mais de século separados conforme as raças, religiões e agrupamentos que absolutamente não se fundem.

Os japoneses já formam no Brasil uma população que se aproxima de duzentos mil almas concentrada sobretudo no Estado de São Paulo, onde dão prova das altas qualidades de cultura, disciplina, organização e capacidade de trabalho.

Si continuarem no entanto, a entrar na proporção que vai se aproximando de 30 mil japoneses por ano, teremos ao cabo de um decênio, cerca de 300 mil japoneses, que adicionados aos já existentes e seus descendentes, formarão núcleo superior a meio milhão de japoneses, que aos poucos deslocarão o trabalhador nacional, o que será fácil e mais tarde o próprio italiano e sírio, como aliás já vai ocorrendo.[...]

Os japoneses constituíram grandes núcleos de colonização em São Paulo, já penetraram em Mato Grosso, já existem em Goiás e no Pará, onde, com alto espírito de organização, fundaram uma colônia que planta arroz e algodão que são exportados para o Japão, em navios japoneses, dando uma demonstração de que naquelas regiões ferazes, quasi (sic) nada fica do esforço nipônico para a coletividade, pois toda a colônia é japonesa, tudo trabalhado por filhos daquele país e o produto por eles plantado e colhido é transportado em vapores também japoneses para a mãe pátria (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 214-15).

Depois, Neiva falou sobre o caso da Coréia e Manchúria para exemplificar os riscos do expansionismo nipônico levantado por Miguel Couto:

Substitua-se a Mandchúria por Amazonas, China por Brasil, onde existem mais de 500.000 hectares de terras japonesas e as profecias mais arriscadas e obscuras se iluminam como realidade presente.

O fato é que no correr deste ano, afrontando o mundo inteiro, inclusive os Estados Unidos, com uma rara e oportuna demonstração de senso das realidades, o Japão, desligando-se da Liga das Nações, em que peso se levantou contra ele, e desafiando os Estados Unidos, se apoderou à mão armada, de toda a Mandchúria, com mais de dois milhões de quilômetros quadrados, maior ainda que a Amazônia, e com quarenta milhões de habitantes.

Si porventura, o Japão reclamava um lugar ao sol para poder dar vasão ao excesso da sua população, nós devemos reconhecer que tal aspiração está satisfeita com a posse da Ilha Formosa, pela conquista da Coréia e pela apropriação da Mandchúria, onde mais uma vez ficou demonstrada a alta eficiência do poder militar japonês e o inextinguível patriotismo de seus filhos, na luta que travaram contra a espoliada China sem que tivesse nunca havido declaração de guerra (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 215).

Poucos dias depois, em 22 de dezembro de 1933, o deputado Xavier de Oliveira, professor de Medicina, apresentou projeto de emenda mais radical: proibição de entrada de negros e amarelos e instituiu a obrigatoriedade de exame de sanidade física e mental.

Art. Para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência.

Parágrafo único. É obrigatório o exame de sanidade física e mental para todo imigrante ou estrangeiro que se destine ao território nacional ou que se queira naturalizar cidadão brasileiro (BRASIL, Annaes ... 1933-1934, v. 4, p. 546).

Na sua longa justificativa o citado deputado argumentava a necessidade de assegurar a sanidade mental da população, diante da elevada percentagem de psicopatas estrangeiros e a manutenção da raça forte (a branca). Eis um trecho do discurso de Xavier de Oliveira.

Não é possível continuarmos a receber africanos, asiáticos e outros indesejáveis, inclusive psicopatas de todas as partes do mundo. [...] Vou além um pouco, para afirmar que o duende da humanidade, como o sol, vem do Oriente para o Ocidente. E não sei bem se me afasto do tema que desenvolvo, afirmando que, mentalmente, o oriental nos é indesejável; nem se deixa de ser bom brasileiro jurando que o Brasil não deve ser a terra prometida de Israel, nem a Amazonia a Mandchuria (sic) do futuro.

Sei, porém, que, mesmo por empréstimo, sou eugenista, quando digo que, de orientais, pouco assimiláveis, bastam ao Brasil os cinco milhões que somos, os nordestinos e planaltinos de Minas, Bahia e Mato Grosso e Goiás, sem falar nos autóctones da Amazonia, aos quais quatro séculos de civilização passaram indiferentes à sua inferioridade patenteada numa decadência incontestável, que marcha para uma extinção talvez não muito remota. Ainda bem, porque não é possível um povo forte ser constituído de homens fracos, nem tampouco fazer uma grande nação com uma raça inferior. Como se está a ver, a importância desta questão está em sua simples enunciação: Jámais seremos uma grande nação se não cuidarmos de defender e melhorar a nossa raça (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 4, p. 548-9).

Aprofundando sua argumentação psiquiátrica e de inassimilação do japonês, Xavier de Oliveira declarava em outra oportunidade, na sessão de 25 de janeiro de 1934:

Mais um aspecto deplorável do nosso gravíssimo problema imigratório.

Eu diria ainda, neste particular, que a questão antropológica, zootécnica, da imigração está sendo substituída pela questão endocrínica, pela questão das constituições psicológicas, pela biotipologia, pela heredobiologia, em suma. Sob o ponto de vista do aperfeiçoamento do normo-tipo racial, o assunto domina o mundo, nesta hora. E o psiquismo alto, a mentalística, propriamente, vai marchando à frente do problema [...] sem que, entretanto, haja chegado ao ponto nevrálgico da questão, aquele que está provado, porquê é do consenso unanime, isto é, que o fator imigratório é de alta importância racial e eugênica para os países imigratórios, com as suas nacionalidades ainda em formação, como ocorre em todos os das três américas. [...] que o mundo que se organiza do lado de cá do Atlântico e do lado de lá, na Austrália e na Nova Zelândia, informa, diz, afirma que o amarelo é indesejável, porque é inassimilável.

Acrescento eu que se é ele, inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia, propriamente dita, mais ainda o é, de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto, como uma característica de seu normo-tipo racial e, mais, até, por sua constituição intra-psíquica, sem esquecer, nem pôr de lado, as razões mais profundas, ainda, de seu misticismo religioso, mesclado com o fanatismo patriótico, que é uma das mais notáveis das suas qualidades intrínsecas (BRASIL, Annaes...1933-1934, v.6, p.468-70).

A Gazeta do Rio, sob a direção de Azevedo Amaral, lançou em fins de dezembro de 1933, campanha antinipônica, segundo a qual “milhares de japoneses” estariam concentrando-se no estado do Amazonas. Em resposta a matéria do jornal foi publicada uma carta de Ryoji Noda, primeiro-secretário da embaixada do Japão no Brasil, fazendo reparos à matéria

anteriormente editada pelo jornal. O diplomata nipônico colocava com precisão o total de japoneses radicados naquele estado, de 1.879, e que tais números podiam ser facilmente confirmados por qualquer pessoa no Serviço de Povoamento (LEÃO NETO, 1989, p. 95).

O Jornal (RJ), de 16 de janeiro de 1934 (Ed. 04369), republicou as declarações do deputado Theotonio Monteiro de Barros sobre a emenda da Constituinte, na qual detalhava as diferentes etnias que compõem a sociedade brasileira.

Ora, de todas as correntes imigratórias está provado pela experiência que aquella que mais nos convem são as do ramo ariano sul europeu. [...] As correntes amarellas, essas são inteiramente inassimiláveis. A experiência de todos os dias o está demonstrando. Já temos no Brazil elementos amarelllos há tempo suficiente para podermos seguramente constatar que elles não se cruzam com os nossos. (DECLARAÇÕES..., 1934, p. 3).

No mesmo jornal, de 19 de janeiro (Ed.04372), consta outro texto do deputado Theotonio Monteiro de Barros na Assembleia Constituinte, que fala com ironia sobre um pedido de autorização dos japoneses para trazer médicos, enfermeiros, parteiras, professores e até de veterinários para a colônia, que provocaram risos na Assembleia.

Os japoneses pretendem ainda trazer veterinários nas mesmas condições, mas o secretário da Agricultura não consentiu, alegando que os burros que aqui se encontravam eram brasileiros e não japoneses [...] (NA ASSEMBLEIA..., 1934, p. 2).

Outro jornal que veio alinhar-se à campanha antinipônica foi o Correio da Manhã (Ed. 12022) que publicou um artigo de Fidelis Reis, que relembra sua iniciativa de 1923 e instava os constituintes dizendo:

O que está em jogo é o destino da raça. Não há pois que ladear-se e nem podem tergiversar os senhores constituintes ante a attitude a assumir de lídimo patriotismo e crystalina brasilidade (A IMMIGRAÇÃO E A RAÇA, 1934, p. 2).

Apesar das críticas da bancada eugenista, especialmente de Arthur Neiva, publicados no O Jornal (RJ) (OS TRABALHOS..., 1934, p. 2 e 4) e A Nação (RJ) (O DISCURSO..., 1934, p. 3), algumas pessoas reconheciam o trabalho dos japoneses na agricultura, mesmo fora de São Paulo. Basta citar um pequeno trecho do mesmo jornal, que aborda um problema de abastecimento do mercado com gêneros de primeira necessidade na cidade de Belo Horizonte.

Para tanto, o titular da Agricultura pretende transformar o Instituto João Pinheiro em centro de produção, para o qual importará colonos japoneses que orientarão as varias culturas de grande e pequena lavoura para abastecimento da cidade (MINAS GERAIS, 1934, p.16).

A favor da imigração japonesa defendeu longamente na tribuna, em 22 de janeiro de 1934, o deputado Moraes de Andrade, de São Paulo, que desde logo, declinou a sua condição

de advogado da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. - Bratac, proprietária das fazendas Bastos, Aliança e Tietê. Ele procurou rebater o que considerava duas principais objeções: a questão eugênica e o problema de assimilação. No tocante à primeira, amparou-se na respeitabilidade de Roquette Pinto, que afirmava que poderia haver “motivos que desaconselhem a livre recepção dos japoneses sadios e educados neste país. Serão motivos de ordem social, religiosa, estética... esotérica. Razões eugênicas e antropológicas – científicas – não” (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 6, p. 336-61).

Em outro momento, na sessão de 16 de fevereiro de 1934, em defesa do projeto de emenda, Miguel Couto falou da admiração aos japoneses pela determinação, capacidade de organização e poderio militar do Japão, para depois defender a sua opinião com o longo discurso sobre o risco do “Império do Sol Poente”.

Quero acentuar bem que, em nossa terra não há um problema de imigração japonesa, porque outro mais alto se alevanta. Não há nenhum problema de imigração japonesa; há sim um problema de defesa nacional, de segurança da pátria, de vida ou de morte do nosso Brasil.[...] Se não se acautelar em tempo e por todos os modos, o Brasil dentro em pouco será uma possessão japonesa [...]. Aqui será o Império do Sol Poente, como está decidido lá entre a gente do Sol Levante. [...]
Os imigrantes japoneses não chegam como os outros. Não se localizam de acordo com as nossas necessidades, vão para seus domínios. Eles compram primeiro o solo e depois para lá mandam seus homens. Nem a soberba japonesa lhes consentiria ser imigrantes na terra de quem quer que seja (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 8, p. 79-82).

Miguel Couto voltou novamente à tribuna da Assembleia Constituinte, em 27 de fevereiro de 1934, para alertar o expansionismo japonês e os riscos de suas ramificações sobre a concessão de 1,03 milhão de hectares outorgada pelo governo do estado do Pará a *Nantaku*. Alertava para o perigo da “japonização do Brasil” e da transformação da Amazônia na “Nova Manchúria” dizendo:

Dizia eu, também, que era fundamentalmente contra a imigração japonesa, não pela qualidade dos imigrantes, senão pela sua quantidade e, sobretudo, porque essa imigração representa uma fase, um estágio do expansionismo japonês.
O expansionismo japonês, aquilo que Mussolini chamou o “imperialismo dinâmico do Japão”, segue uma ordem invariável – infiltração, esfera de influência, absorção, ou, se quiserem, imigração, corealização, japonização [...]
Nós já estamos no segundo período – esfera de influência, ocupação, corealização ou constrição. [...] Segundo a estatística oficial que tenho, os japoneses eram, no Brasil, em 1932, em um número de 117.963; em 1933 chegaram 23.000... Ficam sendo, portanto 141.963 (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 8, p.488).

Depois de várias discussões entre seus pares, Miguel Couto foi contundente em suas considerações finais.

Eu proponho o seguinte: que se faça, primeiro, a restrição, computada como se julgar mais conveniente [...], segundo, regular a distribuição desses imigrantes e a aquisição de terras brasileiras [...] terceiro, preparar a nossa defesa. Ninguém entrega sua

segurança a mãos alheias. Haja vista o que está acontecendo, neste momento, na Manchúria e na Mongólia. A Liga das Nações e muitas nações estavam empenhadas em conservar o respeito aos tratados e todos se encolheram – a China teve de ser vencida. Devemos preparar nossa defesa. Eles vêm de lá com quatro encouraçados, dois porta-aviões e destroem num lapso as nossas cidades do litoral (BRASIL, Annaes... 1933-1934, v. 8, p. 496-497).

Aliou-se por fim ao movimento antinipônico o Jornal do Comércio, que tinha como diretor Felix Pacheco¹⁰⁵, publicando um pronunciamento de Miguel Couto na Constituinte, sob o título “O câncer japonês caminhando para devorar o organismo do Brasil” na Ed. 00124 (O CÂNCER..., 1934b, p. 6). Em complemento ao mesmo tema, foi publicado um segundo discurso de Couto, com aparte do deputado paulista Pacheco e Silva na Ed. 00130 (O CÂNCER..., 1934a, p. 4). Em contrapartida, foi publicada uma matéria do Consulado Japonês em São Paulo, sob o título “A contribuição dos japoneses à produção agrícola do país” (A CONTRIBUIÇÃO..., 1934, p. 5) em que traz um balanço dos 25 anos no país com os dados da produção agrícola e de animais. Tal artigo mostrava os números de imigrantes das principais etnias que entraram no mesmo período (1908 a 1932) e o percentual de fixação no país, sendo a dos japoneses de 92%, enquanto os portugueses e espanhóis eram de 42% e os italianos de apenas 12% de permanência.

À medida que avançavam os trabalhos da Constituinte saíam os prós e contras a imigração nipônica. Em março de 1934 saiu publicada uma matéria em favor dessa imigração, de autoria do professor Bruno Lobo, da Universidade de Rio de Janeiro, insistindo no argumento de que a única imigração desejável para o Brasil era a que se destinava ao trabalho agrícola e que o imigrante japonês seria adequado para a colonização da Amazônia. Questionava: “qual a raça cor-de-rosa capaz de colonizar, insistimos, a abandonada Amazônia?” Referindo-se a Miguel Couto, como o mais apaixonado, violento e intransigente polemista, o autor ironizava os argumentos de Couto, de que a imigração nipônica repousava no argumento de que era “boa demais” (LOBO, 1934).

A Nação (RJ) também se engajou na campanha a favor da imigração japonesa, abrindo espaço para entrevistas com personalidades públicas simpatizantes dessa opinião. Merecem destaque as posições do ministro de guerra general Góes Monteiro e do ministro da Viação, José Américo de Almeida. Na Edição Ed. 00368, o Ministro da Guerra insistia na premissa da imigração para a agricultura dizendo: “não podemos abrir mão do colono japonês, cujos resultados como trabalhador rural têm sido extraordinários e imediatos” (A

¹⁰⁵ José Félix Alves Pacheco foi ministro das Relações Exteriores entre 1922 e 1926 e proprietário do Jornal do Comércio. Felix Pacheco junto com Miguel Couto e Arthur Neiva ficaram conhecidos como os três heróis da campanha antinipônica (LEÃO NETO, 1989, p. 96).

IMMIGRAÇÃO..., 1934a, p. 5). A entrevista do general Góes Monteiro ao A Nação foi reproduzida no O Globo na edição de 26 de março de 1934, que acabou por repercutir na imprensa japonesa de grande circulação, posto que o jornal *Tokyo Asahi Shinbum* reproduziu a matéria em 3 de abril de 1934, com o título “O Ministro de Guerra do Brasil é contrário à rejeição dos japoneses” (LEÃO NETO, 1989, p. 97).

O ministro José Américo, da Viação, tecendo considerações positivas a respeito do povo japonês, em sua entrevista para o jornal A Nação (Ed.00372), afirmava em suas apreciações sobre a questão do preconceito racial e de assimilação, dizendo:

Acho que o japonês é um dos mais preciosos elementos da imigração com que podemos contar para a organização do trabalho no Brasil [...]. Há em nosso país uma necessidade que subleva quase todos os nossos problemas: a exploração racional da terra. E o japonês é por excelência o fator desse aproveitamento econômico. [...] A maior oposição assacada contra a imigração japonesa – sem ter em conta o preconceito de raça, que não deve ser levado em consideração – é a sua tendência para nuclear-se. Fui informado, ao contrário, em minha última excursão ao Pará, que esse elemento tende mais do qualquer outro a irradiar-se, assimilando e sendo assimilado, de maneira a confundir-se com outros matizes da população local. E além disso o japonês um povo sóbrio, capaz de condicionar-se a todas as alternativas do ambiente (A IMMIGRAÇÃO ..., 1934b, p. 3).

Finalmente, em 16 de julho de 1934, a Constituição foi promulgada, mantendo restrição à corrente imigratória e à concessão de terras nos artigos 121 e 130:

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

Art. 130 - Nenhuma concessão de terras de superfície, superior a dez mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal.

Cabalmente o parágrafo sétimo do artigo 121, combinado com o artigo 130, visava evitar a formação de quistos de estrangeiros no território nacional, enquanto que a restrição dos 2% imposta pelo parágrafo sexto projetava uma redução drástica na entrada de imigrantes de países que começaram o fluxo migratório tardio, como foi o caso do Japão. Nessa projeção, enquanto que as quotas permitidas para os italianos e portugueses, para o ano de 1936 eram de 27.474 e 22.990 pessoas respectivamente, o quantitativo autorizado para os japoneses era de apenas 3.480 pessoas (IBGE, 1936, p. 73).

6.4 AS CONSEQUÊNCIAS DA CONSTITUIÇÃO DE 1934

Diante do novo cenário pós-Constituição de 1934, as preocupações dos japoneses aumentaram, posto que surgiam frequentes contestações na mídia internacional contra a geopolítica japonesa, pelas ocupações de Coreia, Taiwan, Kwantung, Karafuto e Manchúria, que influenciaram a Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Por conta desses movimentos xenofóbicos, Uyetsuka veio ao Brasil, em maio de 1936, para enfrentar os duros embates jurídicos, frente à proposta de revogação dos direitos concedidos pela Lei nº 1.309, de 26 de outubro de 1926, que autorizou a concessão de terras devolutas no estado do Amazonas. Na nova ordem, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, por meio da Lei nº 34, de 30 de dezembro de 1935, autorizou o Poder Executivo a solicitar ao Senado Federal a providência exigida pelo art. 130 da nova Constituição (A CONCESSÃO, 1936, p. 40; CONCESSÃO DE ..., 1936a, p. 5; CONCESSÃO DE..., 1936b, p. 60).

A partir de 1936 começa a ruidosa campanha dos nacionalistas na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. A bancada do deputado Vivaldo Lima¹⁰⁶ defendia a colonização dos japoneses na Amazônia em prol do desenvolvimento e do soerguimento do estado do Amazonas. No discurso pronunciado na assembleia legislativa, na sessão de 20 de maio de 1936, apontava os entraves que ocorreram contra o desenvolvimento daquele estado, desde a época da borracha, em face às campanhas dos cabotinos¹⁰⁷. Sob o clima de indignação, expõe o drama dos ingleses que queriam investir na plantação da *Hevea brasiliensis* na bacia amazônica, e de Henry Ford quando fora negado pelo estado do Amazonas, mas que teve guarida no estado do Pará. Em conclusão relata as agruras dos preconceitos que estavam acontecendo com os japoneses que investiram¹⁰⁸ na Amazônia (LIMA, 2012).

Por outro lado, o deputado Antóvilva Vieira abria intensa campanha contra a concessão de terras amazonenses aos nipônicos, como bem retratam os discursos publicados no seu livro “O perigo amarelo na Amazônia Brasileira” (VIEIRA, 1942). Mas, apesar da sua xenofobia aos asiáticos, diziaem um de seus discursos: “O que discuto como impróprio para o Brasil, é a

¹⁰⁶ Na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, além de Vivaldo Lima, Paulo Gonçalves e Leopoldo Neves se posicionavam a favor da imigração nipônica para o Amazonas (ARAÚJO, 1995, p. 11).

¹⁰⁷ Cabotino significa ator ou comediante de categoria inferior, ou ainda presunçoso. No caso, Vivaldo Lima referia-se às pessoas ou políticos que faziam campanhas contra a vinda de empresas estrangeiras para a região.

¹⁰⁸ Para a construção de uma escola agrônômica, estações experimentais, campos de cultura, hospitais e habitações na colônia agrícola eles haviam gasto mais de 1.900 contos de réis, segundo Lima (2012, p. 12). Tomando por referência o mês outubro de 1933: se 1:000\$000 (um conto réis) valesse atualmente R\$ 20.000,00 o valor de 1.900:000\$000 (um mil e novecentos contos de reis) equivaleria a R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) pela conversão de réis em real (acervo do site do Estadão.com.br).

colônia japonesa e a ação politico-social dela sobre nós, e não o colono japonês; o indivíduo isolado, o alimento bom que ele é em si mesmo”(VIEIRA, 1942, p. 115)¹⁰⁹.

No discurso proferido em 22 de junho de 1936, o deputado Antóvilva Vieira dizia, que o estado devia selecionar melhor os estrangeiros que viessem à região, posto que trazer americanos negros e japoneses, com o intuito de projeto de colonização era temerário, pois representava uma ameaça à nacionalidade brasileira e à soberania do país, citando inclusive o conflito bélico dos japoneses na Rússia, na Coreia e na Manchuria. Mas, o argumento de maior importância estava no discurso pronunciado na sessão de 3 de julho de 1936.

O contrato de opção de março de 1927, já não deve ser considerado na discussão sobre a competência do Senado para se manifestar sobre o assunto, pois que o concessionário dos respectivos direitos, assinou, em junho de 1935, um outro contrato com o Estado, mantendo algumas cláusulas daquele, modificando outras e assim estabelecendo novas.

A vista desse novo contrato, firmado em junho de 1935, é indeclinável a competência do Senado para a autorização que lhe foi pedida. Não conhecendo esse novo contrato, os signatários dos pareceres se manifestaram apenas à vista do contrato anterior, isto é, do assinado em 11 de março de 1927. Mas, mesmo assim, não chegaram a conclusões aceitáveis. [...]

Da simples leitura do texto legal que facultou o contrato de 11 de março de 1927, isto é, o art. 1º da Lei nº 1.309, de 22 de outubro de 1926, e das cláusulas terceira e décima primeira desse contrato, vê-se que, autorizado a conceder a posse, o domínio útil de terras devolutas, numa área máxima de um milhão de hectares, para instalação e exploração de núcleos agrícolas, por contrato, pelo prazo máximo de 50 anos, o Governador do Amazonas, em 1927, duas vezes excedeu os poderes dessa autorização, praticando um ato nulo.

Deu logo a plena propriedade, quando estava apenas autorizado a conceder, por contrato, pelo prazo de anos a posse, do domínio útil.

Fez uma doação, quando tinha atribuições legais, apenas para fazer um arrendamento, gratuito e a longo prazo.

E também excedeu os poderes de que estava investido, porque concedeu mais do que fora autorizado a fazê-lo, isto é, concedeu mais dum milhão de hectares de terra à mesma pessoa. [...]

Quando entrou em vigor a Constituição de 16 de julho de 1934, essa opção ainda não se tinha tornado contrato definitivo, não era ato jurídico perfeito e acabado (VIEIRA, 1942, p. 65-70).

Como se pode inferir, os argumentos jurídicos colocados pelo deputado Vieira foram extremamente desfavoráveis a Uyetsuka, que nada entendia da confusa legislação do país, cujo poder público ora concedia e ora desfazia os feitos do seu antecessor. Grosso modo, Antóvilva Vieira interpretou que, pela Lei nº 1.309/1926, o governador Ephigênio Salles não tinha poderes para dar a plena propriedade das terras devolutas, mas que estava apenas autorizado a conceder a posse do domínio útil, mediante contrato de arrendamento, e que diante do novo contrato firmado com o Estado em junho de 1935 (pela transferência da concessão de Genzaburo

¹⁰⁹ No livro de Vieira (1942) constam os discursos pronunciados em 1936 na extinta assembleia legislativa do Amazonas, precedido do trabalho do Interventor Álvaro Maia, autor do estudo “O Povoamento do Vale Amazônico”.

Yamanishi e Kinroku Awazu para Tsukasa Uyetsuka), seria indeclinável a competência do Senado para a autorização que lhe foi pedida pelo artigo 130 da nova Constituição de 1934.

As chances de Uyetsuka estavam cada vez mais difíceis, posto que Leopoldo Tavares da Cunha Mello, desde o início de seu mandato (maio de 1935) no Senado, tornou-se primeiro-secretário da casa e assumiu um papel de destaque na campanha contra a concessão de terras a japoneses no Brasil, particularmente na Amazônia. Consta na Gazeta de Notícias (NO SENADO..., 1936, p. 2) que o senador amazonense, Cunha Mello, iniciou o discurso dizendo ser seu propósito examinar os pareceres sobre o direito de concessão de terras a Uyetsuka. Citando o artigo 1º da Lei nº 34, de 1935, disse que a concessão não foi ato do atual interventor Álvaro Maia, mas que cabia o dever de defender o território do Amazonas.

Uyetsuka também preparou seu discurso para defender a transferência da concessão das terras, na tentativa de manter a posse dessa concessão pelos investimentos já realizados. Mas, apesar dos esforços de Uyetsuka no Senado Federal e ao interventor Álvaro Maia, o ato de concessão de um milhão de hectares a Kinroku Awazu e Genzaburo Yamanishi foi anulada pelo Senado Federal, na sessão de 24 de agosto de 1936, conduzida pelo senador Cunha Mello, de modo que Uyetsuka perdeu o direito de exploração de terras devolutas na Amazônia (UYETSUKA, [1954] 2011; NAKANO, 2000c).

Apesar de todas as perdas, uma carta de Uyetsuka, de 11 de março de 1938, dirigida ao deputado Vivaldo Lima, exprime um profundo sentimento de gratidão pelo apoio dispensado à obra da companhia, por ocasião das discussões sobre a concessão de terras. Resumidamente, ele diz que naquela época esteve várias vezes com o governador do estado, chegando a conclusão de que naquele estado de coisas no Amazonas era cedo para tratar do problema de concessão e que se discutisse imprudentemente a questão, poderia causar maior excitação do parlamento e do povo, razão porque retirou todas as propostas e voltou à Vila Amazônia para empregar maior esforço, exclusivamente, no desenvolvimento da indústria para demonstrar que o Instituto Amazônia não tinha outro fim, senão o de caráter meramente econômico e que foram realizadas várias reformas na empresa e os funcionários e os imigrantes estavam trabalhando com entusiasmo e serenidade (ARAÚJO, 1995, p. 15).

Tudo leva a crer que as orientações de suas lideranças aos *koutakusseis* seriam não fomentar a discussão, nem comentar frustração e que só restava a resignação. Esquecer o passado seria o melhor remédio para as suas amarguras, tanto que na pesquisa realizada junto com os descendentes dos *koutakusseis*, a maioria informou que o pai não comentava o passado. Quase por unanimidade eles informaram que o pai era muito calado, pouco conversava com os filhos

sobre as motivações de sua vinda e dos ensinamentos de Uyetsuka e Tuji e nunca ouviram falar da “política expansionista do Japão” daquela época.

Sem o atrativo principal para cooptar colonos para Amazônia, a Escola Superior de Colonização do Japão, foi fechada em 1937 e o projeto de colonização ficou à deriva. Para completar o desatino dos japoneses de Parintins, além da perda do direito de exploração das terras, o imóvel e toda a infraestrutura da Vila Amazônia (Parintins (AM), adquiridos com recursos próprios de Uyetsuka e de outros investidores japoneses, foram confiscados como espólio de guerra em setembro de 1942, com base no Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, enquanto que os imigrantes da Vila Amazônia eram presos e encaminhados para um lugar chamado de “campo de concentração”¹¹⁰, em Tomé-Açu, no Pará, onde ficaram retidos por um período de tempo. As outras concessões menores da região de Maués (os dois grupos de Kosaku Oishi e de Hisae Sakiyama) também não prosperaram em face da epidemia de malária e fracasso econômico da atividade agrícola, de modo que o pequeno contingente de imigrantes de Maués também passou a dedicar-se à plantação da juta. Os remanescentes dessa imigração da década de 1930 que permaneceram na região se dispersaram nas várzeas do rio Amazonas e de seus afluentes para plantação de juta, junto com os caboclos da região.

6.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PERCALÇOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA

Pela análise de extensas discussões registradas nos anais da Assembleia Constituinte de 1933-1934, em jornais da época, textos de correspondências trocadas entre os membros do Itamaraty nos bastidores da diplomacia brasileira e reportagens da imprensa japonesa e brasileira pesquisada por Leão Neto (1989), bem como de trabalhos de diferentes autores que discutem os preconceitos raciais e o imaginário do japonês, não resta dúvida que a xenofobia dominante do “perigo amarelo” foi o ponto mais contundente de oposição à imigração dos nipônicos no Brasil, que atingiu diretamente os projetos de colonização na Amazônia.

Na arena política não faltaram argumentos de cunho racista dos parlamentares, especialmente dos médicos eugenistas Miguel Couto, Arthur Neiva e Xavier de Oliveira,

¹¹⁰ Na literatura empírica constam alguns relatos de imigrantes sobre “campo de concentração de Tomé-Açu” como um lugar reservado sob vigilância da delegacia especial de segurança pública do Estado do Pará, onde alguns japoneses ficaram confinados durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945), mas sem torturas e nem maus-tratos. Segundo o relato da APANB (2001, p. 75), tratava-se de um alojamento para os imigrantes procedentes do Amazonas e eles eram destinados aos trabalhos de recuperação de estradas/rodovias e outras tarefas. Vide Facebook de Belém Antiga – Um campo de concentração a 200 km de Belém e o site da Globo.com <https://oglobo.globo.com › Sociedade › História>.

principais opositores da imigração japonesa na Assembleia Constituinte de 1933-1934, cujo desfecho se consolidou nos artigos 121 e 130 da Constituição de 1934. No estado do Amazonas as posições da bancada do deputado estadual Antóvilva Vieira foram extremamente desfavoráveis ao projeto de colonização dos *koutakusseis*. Consequentemente, em face às interpretações políticas, a concessão de um milhão de hectares de terras devolutas do Amazonas transferida para Tsukasa Uyetsuka foi anulada em 1936. E para o desatino dos japoneses, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, todos os investimentos realizados durante doze anos no Projeto *Koutaku* de Parintins foram confiscados, afora os gastos em pesquisa de exploração, preparação de mão-de-obra, centro de pesquisa da Vila Amazônia e assentamento de várias famílias na Colônia de Andirá.

Portanto, conclui-se que os percalços que enfrentaram os japoneses na década de 1930 decorreram da conjugação de fatores geopolíticos, ambientais e sociais da época, que foram de várias ordens, destacadamente: a) a questão racial no seu aspecto eugênico, que influenciou muitos cientistas, médicos e políticos no início do século XX, a adotar “medidas saneadoras” em busca de uma pretensa raça superior; b) a questão da inassimilação – ou demora na adaptação dos japoneses pela dificuldade da língua, no que poderia implicar a formação de quistos no território nacional; c) a xenofobia ao expansionismo japonês veiculado pela mídia internacional, principalmente dos Estados Unidos, que levou alguns políticos ao alarde do pseudoperigo da “japonização do Brasil” e da transformação da Amazônia na “Nova Manchúria”. Interpreta-se que este último fator foi o que mais afetou o Projeto *Koutaku* em face às consequências das interpretações dos deputados amazonenses na aplicação do artigo 130 da Constituição de 1934, que provocaram a perda das terras devolutas anteriormente concedidas pelo governo do Amazonas.

7 A SAGA DOS *KOUTAKUSSEIS* NA AMAZÔNIA

Conforme apresentado nos capítulos anteriores a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia pode ser considerada como uma migração atípica. Incentivados pelo político Tsukasa Uyetsuka (1890-1978) e pelo professor Kotaro Tuji (1903-1970) os *koutakusseis* vieram com o firme propósito de desbravar¹¹¹ a Amazônia e serem empreendedores de seus negócios. Eles chegaram à Vila Amazônia, acompanhados de técnicos especialistas para experimentar novas culturas que oferecessem resultados econômicos imediatos, a começar pela juta indiana, para garantir a subsistência e o assentamento de futuros colonos para os grandes empreendimentos agrícolas.

Eles planejavam a ocupação de extensas áreas concedidas para exploração em médio e longo prazo com culturas permanentes como as de guaraná, cacau, seringa, castanha-do-pará e criação de gado. Contudo, tal desiderato acabou não se concretizando para a maioria desses jovens, em razão de dificuldades naturais e contingenciais, como as decorrentes de fortes preconceitos étnicos e resistência de políticos e intelectuais à concessão de terras aos estrangeiros na Amazônia. Assim, este capítulo reconstrói a saga dos *koutakusseis* e dos demais membros do grupo *koutaku* e expõe o legado que eles deixaram na Amazônia. As questões específicas a responder partiram dos seguintes questionamentos: Quantos imigrantes chegaram do Japão à Vila Amazônia e como foi a saga desses imigrantes, sobretudo dos que permaneceram na Amazônia? Qual o legado desse grupo no tocante ao incremento da economia local e regional na Amazônia brasileira?

Para responder tais questionamentos foi necessário realizar um exaustivo levantamento quantitativo e qualitativo das diferentes levas de imigrantes do Projeto *Koutaku* no site do Arquivo Nacional (SIAN); rever os diferentes relatos dos *koutakusseis* e dos agentes promotores da imigração, resgatar a memória social de *koutakusseis* e de seus descendentes por meio de entrevistas realizadas pela autora, bem como outras fontes que revelam a saga desses imigrantes que se estabeleceram na Amazônia.

¹¹¹ “Desbravar a Amazônia” era uma expressão muito usada pelos imigrantes pioneiros, que tem o significado de vencer desafios, como a derrubada da mata virgem, que incluía muitas vezes árvores gigantescas, cujo trabalho exigia força física para o manejo do machado e coragem para enfrentar os perigos dessa atividade exposta a frequentes acidentes. Ademais, mudar a paisagem na imensidão da floresta devia dar essa sensação de poder, de vencer aquilo que parecia intransponível.

7.1 A ESCOLA SUPERIOR DE COLONIZAÇÃO

Em março de 1930 Tsukasa Uyetsuka obteve a autorização do Ministério da Educação do Japão para fundar uma escola especializada em colonização, que ele instituiu sob o nome de Escola Superior de Colonização *Kokushikan* (*Kokushikan Koutou Takushoku Gakko*), a qual iniciou no campus da Fundação Escola Especializada *Kokushikan* (*Zaidan Hojin Kokushikan Senmon Gakko*), existente em Setagaya (Tóquio), onde Uyetsuka era um dos fundadores. Essa fundação dedicava-se às práticas de artes marciais, especialmente judô e kendô. No entanto, apenas a primeira e a segunda turma estudaram no campus de Setagaya, pois a partir de 1932, Uyetsuka separou-se da *Kokushikan*, e a escola passou a denominar-se Escola Superior de Colonização do Japão (*Nippon Koutou Takushoku Gakko*), situada em Iida (atual cidade de Kawazaki), Província de Kanagawa. Para administrá-la Uyetsuka convidou Kotaro Tuji, para assumir cumulativamente os cargos de professor e diretor dessa escola (ASS.KOUTAKU-AM, 2011, p. 22).

Essa escola correspondia a um curso técnico de nível médio na atual classificação, mas de elevada importância para a preparação de emigrantes daquela época, considerando que eles teriam que enfrentar a dura realidade no “novo mundo”. Nesse propósito, o político Uyetsuka, preocupou-se com a formação dos *koutakusseis* para além de conhecimentos técnicos em agronomia industrial, propiciando a aprendizagem da língua portuguesa, conhecimentos sobre a cultura social e familiar dos brasileiros e condicionamento físico para suportar as adversidades naturais da Amazônia (UYETSUKA, [1954], 2011, p. 13).

Por conseguinte, Uezuka (*sic*) pretendia fazer da colônia modelo uma instituição experimental, cuidando de todos os aspectos relativos a uma colônia tais como o custeio das famílias, as finanças de toda a colônia e os problemas de saúde e educação, com o intuito de obter uma sólida experiência administrativa. E então, efetuar uma divulgação no círculo econômico japonês, para construir uma empresa colonial de grande porte com o auxílio do governo japonês e introduzir contingentes de imigrantes colonos (APANB, 2001, p. 54).

De acordo com o artigo 10 do Regulamento Interno da Escola Superior de Colonização, essa instituição tinha por “objetivo formar elementos humanos dotados de patriotismo que pretendessem expandir-se na América do Sul” (APANB, 2001, p. 53). A qualificação para o ingresso na Escola Superior de Colonização exigia em primeiro lugar, que o estudante tivesse terminado o curso ginásial (OTI, 1947; TSUNODA, 1988, p. 96), ou graduado na escola secundária (UYETSUKA, [1954] 2011, p. 13), o que na década de 1920 e 1930, ainda era privilégio de poucos no Japão.

Um segundo requisito exigia que o jovem tivesse prestado ou estivesse prestando o serviço militar, o que significava plena condição física do candidato para suportar adversidades, considerando que a Amazônia, cognominada de “inferno verde”, era então imaginada pelos japoneses como uma “zona tropical cheia de doenças e de animais ferozes” (TUJI, s/d, p. 13). Além da qualificação, exigia-se o pagamento de taxas para o curso de preparação em regime de internato e estágio em colonização. As principais condições estabelecidas pela Escola eram:

1. Região objeto da busca da expansão: América do Sul, Brasil;
2. Após a conclusão do primeiro ano do curso, os alunos seguirão imediatamente para o Brasil. Devem receber um treinamento prático de mais um ano no Centro de Estágio do Instituto de Pesquisas de Produção da Amazônia em Parintins, Estado de Amazonas, completando dois anos de curso;
3. Aos formados está garantida a ida ao exterior;
4. Aos que cumprirem o currículo de estágio, **será concedido um terreno de 25 hectares sem ônus**. Entretanto, eles devem dispor de 300 ienes, para o início da colonização;
5. Os graduados receberão **passagens gratuitas**;
6. Os graduados que se dirigirem ao Brasil terão as suas despesas de viagem integralmente custeadas;
7. Todos os estudantes matriculados serão internados em alojamento da Escola;
8. Serão necessários: 8 ienes para a matrícula, 84 ienes para o pagamento do curso, 20 ienes mensais para o pagamento do alojamento, 120 ienes para o pagamento do estágio de treinamento prático e 80 ienes para o pagamento de despesas referentes à viagem. O custeio do estudante durante o período de treinamento será efetuado com as receitas da fazenda;
9. Quanto ao serviço militar obrigatório: o serviço para os que estão cursando a Escola é indispensável. Para aqueles que já atenderam ao serviço e vão viajar, o serviço nas tropas de reserva é dispensável. Os estudantes cujo prazo de apresentação para os exames do serviço militar não venceu poderão viajar. O serviço militar obrigatório será suspenso enquanto o estudante estiver no Brasil;
10. Diretrizes para os graduados: Pelo regulamento, após cumprirem dois anos de curso, os graduados receberão gratuitamente um terreno, e deverão dedicar-se às atividades de colonização. Com a chegada dos contingentes de imigrantes, deverão **assumir a sua liderança** (APANB, 2001, p. 53-4, grifo nosso).

À luz dessas condições, percebe-se que o objetivo do projeto era a busca da expansão migratória no Brasil e os participantes do empreendimento deviam estar preparados para assumir a liderança da colonização após a chegada dos contingentes de imigrantes. Pretendiam formar jovens instruídos e fisicamente preparados para dedicar-se às atividades de colonização.

Assim, o curso completo de aprendizado de colonização compreendia 15 matérias: 1) Moral; 2) História das colonizações; 3) Assuntos brasileiros; 4) Assuntos econômicos da América do Sul; 5) Geografia da América do Sul; 6) Geografia do Amazonas; 7) Solo do Amazonas – Adubos e adubações, teórica e prática; 8) Português – método prático – de 5 a 6 horas por semana, cerca de 250 horas; 9) Agricultura tropical; 10) Agrimensura e construção civil; 11) Pecuária; 12) Cooperativismo industrial - pesquisa para aproveitamento de produtos primários e veterinários; 13) Higiene (saúde) nos trópicos; 14) Filosofia; 15) Música vocal , e Educação física (A CONCESSÃO, 1936, p. 41; KOTAKU-KAI, 2011, p. 11).

Os aprendizes de colonização deveriam completar um ano de estudos no Japão e cumprir um ano de estágio no centro de treinamento empresarial do Instituto de Pesquisa em Vila Amazônia, Parintins. Nesse estágio, além das atividades de sobrevivência na floresta, eles aprendiam derrubar árvores, limpar terrenos para o cultivo de plantas, construir barracas e técnicas para produção e industrialização de diversos produtos. Os jovens nipônicos também aprendiam a viver como cidadãos brasileiros, com prática da língua portuguesa e modo de vida em família na sociedade brasileira (UYETSUKA, [1954] 2011).

Como Uyetsuka pretendia fundar uma colônia modelo em Parintins (AM), o empenho e a dedicação dele era muito grande para a formação dos *koutakusseis*. Além do mais, como político, tinha fluência verbal e carisma, como relembra Ikegami (2009) das histórias do pai, do tempo que era estudante em tempo integral do curso da *Kokushikan* no Japão:

Durante o curso, todos tinham liberdade de sair das 18 às 21 horas, e no domingo, depois das 10 horas após a palestra do Sr. Uyetsuka [...] através dessas palestras, procurava inculcar nos alunos o espírito de pioneiro e de liderança porque sabia que, na colonização da Amazônia, iria encontrar muita dificuldade, pois, até então, nenhum estrangeiro conseguira colonizar a região. De acordo com o projeto planejado [explica Kinji Ikegami], ‘antes, o koutakusseis seria enviado a região amazônica para conhecer melhor o clima, solo, linguagem, costumes, etc, para ser a elite, a fim de dirigir os colonos que deveriam vir depois em milhares de famílias’ (IKEGAMI, 2009, p. 59).

Para muitos, ir para a Amazônia, significava mais do que a busca de aventuras em um mundo desconhecido, mas a realização do sonho de ser proprietário de extensas terras e grande empreendedor no futuro. Como disse Kohei Tsuji,¹¹² em seu discurso de 80 anos: “O meu sonho era ser grande fazendeiro, ter uma pastagem verde escura e os gados brancos espalhados em toda extensão” (TSUJI, 1992, p. 4). Com a clareza de uma singela aspiração é possível entender qual era o sonho da maioria dos jovens daquela época, que viviam em um espaço apertado, com receio de serem convocados a qualquer hora para servir ao Exército Imperial. Certamente, seriam facilmente envolvidos por qualquer pessoa que compartilhasse dessa aspiração, ainda mais por um professor obstinado em correr atrás do sonho da juta.

Tsuji inculcava neles a ideia de quão lucrativo seria o negócio da juta: seriam os heróis da nova fase econômica do Brasil, seriam criadas indústrias de fiação e tecelagem, com filiais e representações pelo mundo afora, eles, os fundadores, poderiam tornar-se gerentes da filial de São Paulo, ou da representação em Nova York, e assim por diante (TSUNODA, 1988, p. 98).

Porém, o atrativo estava longe demais naquele tempo, gastava-se mais de dois meses (cerca de 70 dias) sobre as águas, do porto de Yokohama até o porto de Parintins.

¹¹² Kohei Tsuji, o irmão mais novo de Kotaro Tuji, veio com este em 1933 e tornou-se funcionário do Projeto *Koutaku* em Vila Amazônia.

7.1.1 A Primeira turma de *koutakusseis*, 1931

Para compor a primeira turma da Escola Superior de Colonização *Kokushikan* foram inscritos 50 alunos e a cerimônia de abertura foi realizada em junho de 1930. O treinamento dos alunos transcorreu em Setagaya (Tóquio). Entretanto, devido à desistência de alguns dos 47 formandos embarcaram 38 alunos da primeira turma, sob a liderança de Sakae Oti, professor de ginástica da Escola Especializada *Kokushikan* desde os tempos do curso secundário. Eles vieram acompanhados de três técnicos do Instituto Amazônia: Isamu Kano, Kenichi Kiuchi e Nobuichi Sato, que eram formados pela renomada Faculdade de Agronomia de Tóquio, conhecida como Nodai (UYETSUKA, [1954] 2011; NAKANO, 2000d).

A primeira leva de 42 integrantes do Projeto *Koutaku* (38 *koutakusseis*, um professor e três técnicos) partiu do porto de Yokohama em 19 de abril de 1931, a bordo do navio Santos Maru e chegou ao porto do Rio de Janeiro em 05 de junho de 1931 (SIAN). A maioria dos estudantes dessa turma estava com 19 anos de idade (os mais velhos eram Takato Oishi, de 25 anos e Gihei Iida, de 24 anos). Dois dias depois, eles embarcaram no navio Afonso Pena (3.500 tons.), aportando em Belém no dia 17 de junho e em Vila Amazônia no dia 20 de junho de 1931 (UYETSUKA [1954] 2011; APANB, 2001, p. 205). Oportuno mencionar que na lista de passageiros dessa turma constam os nomes de três jovens de 19 anos (Jumpei Harada, Kazuo Shono e Kiichiro Takeda)¹¹³ que não constam da relação de Uyetsuka e mais seis membros da família de Sakae Yoshioka, de Maués. A inclusão da família Yoshioka deve-se à desistência¹¹⁴ de alguns estudantes, pois Uyetsuka recebeu verba do Ministério da Colonização para o custeio de viagem de 50 imigrantes (APANB, 2001, p. 205).

Em 04 de agosto de 1931 o navio Montevideo Maru chegou ao porto do Rio de Janeiro trazendo o técnico Emon Araki acompanhado de dois jovens de 22 anos, com destino ao estado do Pará. Em 10 de novembro do mesmo ano chegava o navio Santos Maru ao porto do Rio de Janeiro (SIAN) trazendo o médico Yoshinari Eto e o funcionário Ryoze Emura, acompanhado de mais quatro *koutakusseis* (Kenyo Chiba, Tadashi Kumagai, Jiro Shoji e Masao Tanaka). Logo, incluindo estes últimos, eram 42 *koutakussies* dessa primeira turma.

¹¹³ Considerando que as listagens do livro de Uyetsuka foram elaboradas em 1954, isto é, passados mais de 20 anos da vinda do primeiro grupo, num período em que muitos documentos foram perdidos por ocasião da guerra, acredita-se que esses três rapazes de 19 anos sejam *koutakusseis*, porque normalmente eles vinham em grupos e esses três estão inclusos na lista de passageiros desse primeiro grupo. Depois, foi verificado que os três nomes também não constam nas listagens de Tomé-Açu e de Maués. Igualmente, relatos de imigrantes citam a presença de 42 estudantes da primeira turma (APANB, 2001, p. 205).

¹¹⁴ Alguns não vieram por motivo de saúde, a exemplo de Masanori Fujishima (tio da autora) que participou do curso da 1ª turma, mas fora impedido de viajar porque era daltônico e, possivelmente, estava com tracoma (infecção ocular), de modo que ele só conseguiu viajar com a turma de 1934.

Segundo diversos relatos, muitos *koutakusseis* da primeira turma não sabiam usar enxada ou foice, mas eram esportistas destemidos como comentara Tosui Akiyama, em 2000: “os *koutakusseis* da 1ª turma, quando chegaram à Amazônia, na verdade, eram todos rapazes valentes que não sabiam quase nada da vida elegante, porém, sabiam lutar judô ou kendô” (NAKANO, 2000e, p. 2). Eles chegaram com a firme disposição para enfrentar desafios e logo abriram um terreno na floresta virgem, a dois quilômetros a leste da Vila Amazônia, onde “limparam”¹¹⁵ uma área de 50 hectares para plantação de arroz, mandioca e transplantaram mudas de castanheiras, guaraneiras e seringueiras, mantendo-se em treinamento por um ano em Vila Amazônia. Contudo, apesar dos esforços empreendidos, não se produziram os efeitos desejados (APANB, 2001, p. 205; KOTAKU-KAI, p. 13, 55).

O superintendente do Instituto de Pesquisa da Amazônia, Kinroku Awazu, perde as esperanças do empreendimento em Parintins e comunica à Uyetsukaa sua opinião sobre a inviabilidade de colonização na Amazônia via agricultura. Uyetsuka, porém, remete novas sementes de juta e insiste na tese da colonização com a produção da fibra defendida por Tuji. Para completar o desânimo da turma, o Instituto passa por dificuldades de ordem administrativa pelas frequentes interrupções de numerários do Japão, obrigando Awazu a vender o gado para socorrer o Instituto, o que o levou a submeter o pedido de sua demissão a Uyetsuka e aconselhou os estudantes a se transferirem para o sul (UYETSUKA, [1954] 2011; APANB, 2001, p. 61).

Após a experiência de um ano em Vila Amazônia, muitos *koutakusseis* chegam a triste conclusão de que a Amazônia não lhes daria o futuro esperado. A metade do grupo abandona a Vila Amazônia e segue em direção a Manaus, Belém e São Paulo¹¹⁶. Alguns regressam ao Japão e outros seguem para o Projeto *Nantaku* em Monte Alegre. Nesse ambiente de desalento, o professor Sakae Oti elaborou um projeto de exploração agrária na margem esquerda do rio Uaicurapá (cerca de 40 km da cidade de Parintins (AM)), e convidou os *koutakusseis* para participar do projeto. Mas muitos não aceitaram a proposta devido à incerteza financeira ou porque não queriam ser simples lavradores (APANB, 2001, p. 59 e 205; ASS.KOUTAKU-AM, 2011, p. 26; KOTAKU-KAI-PA, 2011, p. 13).

Em junho de 1932 os 19 *koutakusseis* remanescentes da primeira turma¹¹⁷ partiram de Vila Amazônia com o instrutor Sakae Oti para Ponta da Boa Esperança, onde o rio Uaicurapá

¹¹⁵ Expressão coloquial de coivara, que inclui o corte, derrubada e queima da floresta e limpeza da área para o plantio, cuja técnica agrícola é utilizada em comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e ribeirinhas).

¹¹⁶ Os funcionários Mitsuru Kamei, Ryoze Emura e Yoshinario Eto também foram para São Paulo em meados de 1932 (NAKANO, 2000j, p. 3), mas Emura retornou a Belém em 1954 (APANB, 2015, p. 255).

¹¹⁷ Dos relatos de entrevistados apurou-se que dessa primeira turma 19 *koutakusseis* foram com Sakae Oti: Tadao Arita, Saburo Babá, Kenyo Chiba, Shoji Hidaka, Gihei Iida, Keiji Izumi, Isao Kaneko, Kazunori Kimura, Matsuki

se junta com o rio Mamuru formando o lago Uaicurapá, que desagua no Paraná de Ramos. Nesse local surgiu a base da primeira colônia agrícola dos *koutakusseis*, chamada de Colônia Boa Esperança de Uaicurapá, onde começaram a plantar arroz, mandioca, castanheiras-do-pará, guaraneiras e outras culturas de subsistência. Akiko Oishi, esposa de Takato Oishi, um desses 19 *koutakusseis* remanescentes, relatou a Nakano (2000h, p. 3) que quando chegou a Uaicurapá, em fins de 1932, encontrou um lugar lúgubre e esquecido do mundo, onde os rapazes barbudos e de cabelos crescidos levavam uma vida de eremitas, sem trocarem de roupas ou passavam o dia sem camisa, razão porque as senhoras chamavam o lugar de “*Sennin-mura*”, que significa lugarejo de eremitas.

7.1.2 A segunda turma de *koutakusseis*, 1932

A cerimônia de abertura da segunda turma da Escola Superior de Colonização *Kokushikan*, do Japão, foi realizada em 1º de abril de 1931. Desta vez era uma turma de 78 alunos matriculados, o que sobrecarregava o treinamento das práticas agrícolas em Setagaya. Além disso, esta turma foi prejudicada pelo desentendimento entre Uyetsuka e o diretor geral do Instituto *Kokushikan* em razão de disputa partidária voltada à colonização da Manchúria, contrária às pretensões de Uyetsuka que visava a Amazônia (APANB, 2001, p. 60).

Em junho de 1932, Uetsuka rompeu os laços com o Kokushikan, que à época ocupava-se com a expansão militar na Manchúria, rebatizando a escola como Escola Superior de Colonização do Japão e transferindo as instalações para Noborito, na província de Kanagawa (NDL, 2009).

As circunstâncias levaram à procura de um local para a transferência da Escola Superior de Colonização e Uyetsuka teve que adquirir um lote de dois hectares em um local chamado de Noborito, afastado do centro de Tóquio. Consequentemente, o treinamento foi prejudicado, pois os alunos participaram das obras preliminares da escola, tendo a frente o vice-diretor Kotaro Tuji (APANB, 2001, p. 60). Superados os transtornos com algumas desistências, a segunda turma - composta de 52 *koutakusseis* (sendo cinco casados), veio acompanhada de quatro técnicos com esposas e cinco famílias, no total de 94 imigrantes (SIAN). (Figura 7).

Eles embarcaram no porto de Yokohama no navio Rio de Janeiro Maru, terceira classe, em 16 de abril de 1932, chefiado pelo funcionário Kurakichi Gonda e chegaram ao Porto de Rio de Janeiro em 1º de junho de 1932, e em Vila Amazônia, no dia 3 de julho de 1932 (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 26)

Figura 7 – Fotografia da Segunda Turma em Yokohama (16.04.1932)



Fonte: Associação Koutaku do Amazonas

Nessa época, o clima de desânimo em Vila Amazônia era contagiante, já que o próprio administrador do Instituto, Kinroku Awazu, não acreditava no sucesso da colonização dessa região. Ele argumentava a baixa fertilidade do solo, clima adverso com muita chuva e alta temperatura, o que favorecia o surgimento da malária e outras doenças tropicais. Para Awazu, manter os estudantes nessa região era um sacrifício inútil. Assim, entrega o cargo de diretor do Instituto Amazônia, comprometendo profundamente o idealismo de colonização da Amazônia defendida por Uyetsuka e Tuji (NAKANO, 2000j; APANB, 2001, p. 205).

Os *koutakusseis* da segunda turma também não puderam receber instruções completas em Vila Amazônia pela ausência de instrutores que haviam deixado o Instituto. Num mundo isolado de rapazes, sem lazer, a bebida era a válvula de escape. Logo, revoltados com a situação, eles ficavam embriagados e descontrolados, chegando até incendiar o alojamento. Nesse ambiente desorganizado e de completo desânimo a debandada dessa segunda turma foi geral. Muitos acabam acreditando na tese pessimista de Awazu e remigram para São Paulo e outros lugares, enquanto outros retornaram ao Japão. Alguns *koutakusseis* foram procurar emprego em Manaus, mas devido à dificuldade da língua só conseguiram trabalhar como varredor, carregador, caseiro e serviços semelhantes. O próprio Awazu deixou a Vila Amazônia e voltou a São Paulo em fins de 1932 (NAKANO, 2000j; APANB, 2001, p. 61).

Analisando as dificuldades do empreendimento a decisão de Awazu parece razoável, já que ele tinha conhecimento de outros estados, especialmente de São Paulo. Ele via que as possibilidades de sucesso dos imigrantes no Sudeste eram bem maiores do que no Norte, seja pelas condições climáticas e de solo para agricultura, seja pelas condições de trabalho dos imigrantes e existência de mercado consumidor. Além disso, havia o problema da distância entre as cidades, dificuldades de transporte para locomoção e escoamento da produção, que o levava a concluir que a agricultura nessa região era uma temeridade. Os jovens *koutakusseis*, por sua vez, chegavam à conclusão de que não valia a pena viver e trabalhar num local tão isolado como aquele, onde não havia a quem vender os produtos cultivados, nem aonde comprar os bens de consumo básico, nem tampouco divertimentos para os jovens.

Dessa segunda turma, permaneceram em Vila Amazônia apenas oito (8) *koutakusseis*: Hisaichi Higashi, Sadaharu Hoshihara, Kiyokatsu Kato, Masumi Kobayashi, Masashi Minami, Hiroshi Nomura, Yoshikazu Takita e Satoshi Yamaguchi que foram depois todos para o loteamento Boa Fonte, na Colônia Modelo de Andirá, em 19 de junho de 1933 (APANB, 2001, p. 61; KOTAKU-KAI-PA, 2011, p. 56).

7.1.3 A terceira turma de *koutakusseis*, 1933

A cerimônia de abertura da terceira turma foi realizada em 8 de abril de 1932 na nova instalação de Noborito, na província de Kanagawa. Logo após o treinamento dessa turma, Kotaro Tuji vem ao Brasil acompanhado da mulher Hisayo e do irmão Kohei Tsuji, a bordo do navio Santos Maru que aportou no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1933 (SIAN). Quando Tuji chegou à Vila Amazônia a situação era de revolta dos estudantes, pois as experiências agrícolas haviam fracassado. Logo, ele resolveu procurar outros sítios para a produção de juta na região do baixo Amazonas. Tuji e Sakae Oti viajaram durante um mês sondando vários lugares a procura de terras férteis, mas nada encontraram que fosse melhor que as terras de Parintins. Então decidem fundar a Colônia Modelo de Andirá¹¹⁸ (TUJI, 1968). Tuji nomeia Sakae Oti como administrador da Colônia Modelo de Andirá e logo após o término do estágio da segunda turma, os 29 rapazes deixavam a Vila Amazônia (em 19 de junho de 1933), para trabalhar na construção do loteamento Boa Fonte, onde começaram a construção de quatro galpões para alojamento dos *koutakusseis* (NAKANO, 2000g, p. 3).

¹¹⁸ A Colônia Modelo de Andirá estava na área de concessão, na foz do rio Andirá, situada entre os rios Uaicurapá e Andirá. Seria a ampliação da Colônia Boa Esperança, que antes era acessada via rio Uaicurapá. Com a abertura do novo loteamento, eles passaram a ter acesso via rio Andirá. Nos anos seguintes foi aberta uma estrada unindo todos os cinco loteamentos Boa Esperança (destinada a 1ª turma); Boa Fonte (2ª e 3ª turmas); Santa Luzia (4ª turma); Doce (5ª e 6ª turmas) e Tauaquera (3ª e 7ª turmas) (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 31).

A vista do que foi verificado nas listas de passageiros, dos 67 estudantes da terceira turma, nove recém-casados vieram acompanhados de esposas e de outros agregados formando um contingente de 82 pessoas (SIAN)¹¹⁹. No dia 14 de julho, a terceira turma saiu de Vila Amazônia para juntar-se com os *koutakusseis* da segunda turma em Boa Fonte. Passados cinco meses (19 nov. 1933), chegavam à Colônia de Andirá mais três *koutakusseis* (Itaru Kinno, Kazuma Oyama e Kimio Saito) sob a direção do técnico Isaku Kino, acompanhados de quatro famílias de funcionários e sete famílias de colonos, num total de 52 imigrantes, de acordo com a lista de passageiros (SIAN). Isaku Kino era um perito agrícola e professor da escola de Uyetsuka, que estivera de maio a junho de 1933 na Índia, estudando tudo a respeito da juta para cultivar na Amazônia (UYETSUKA [1954] 2011, p. 18).

A maioria¹²⁰ da primeira turma também se mudou para o novo assentamento da Colônia de Andirá, permanecendo a família Takato Oishi em Uaicurupá que depois vendeu o terreno para Shinchiro Mori, cujo filho viveu lá explorando guaraná até recentemente (NAKANO, 2000h; 2000e). Na Colônia Andirá foram assentados membros das três primeiras turmas de *koutakusseis*, compondo 144 famílias (134 de *koutakusseis* e 10 de agricultores), em lotes de 10 hectares de terra firme para cada família, e mais um lote de 10 m de frente por 100 m de fundos em terra de várzea, exclusivamente para plantação de juta (TUJI, s/d, p. 6). Entretanto, a produção experimental da juta sucumbiu em fracasso e por decisão de Tuji o Instituto abandona a ideia de cultivar a juta como seu principal produto, transferindo os objetivos para o cultivo de produtos não sazonais em terreno alto localizado entre os rios Andirá e Uaicurupá. Assim, foi determinada a abertura de estrada no planalto e a transferência de colonos para essa localidade (APANB, 2001, p. 64).

A senhora Yukie Sasaki que chegou junto com a 5ª turma (1935), como esposa de Itetsu Sasaki (K3)¹²¹ relata que os *koutakusseis* da 2ª e 3ª turmas plantavam culturas permanentes, como guaraná, cacau, seringueira, castanha-do-pará, e nas entrelinhas arroz e mandioca (NAKANO, 2000c). Contudo, a colheita do arroz deixou desanimados muitos *koutakusseis*, a exemplo de Masumi Kobayashi (K2)¹²² que pensou voltar ao Japão, mas desistiu (NAKANO, 2000g).

¹¹⁹ Na verdade constam 84 pessoas na lista de passageiros, mas Kozo Koyama (cujo nome na lista de Uyetsuka consta como Kozo Kamiyama) foi impedido de desembarque por motivo de tracoma e retornou com a esposa ao Japão (SIAN). Ele voltou ao Brasil no ano seguinte, porém, divorciado (IKEGAMI, 2011, p. 63).

¹²⁰ Segundo relatos dos descendentes foram para a Colônia de Andirá 12 *koutakusseis* da 1ª turma: Tadao Arita, Saburo Baba, Shoji Hidaka, Keiji Izumi, Isao Kaneko, Matsuki Koyama, Atsushi Kunimune, Fukue Misono, Motokichi Ohira, Norio Yamamoto e Akira Yoshimura.

¹²¹ *Koutakusseis* que chegou em 1933.

¹²² *Koutakusseis* que chegou em 1932.

7.1.4 A quarta turma de *koutakusseis*, 1934

A quarta turma embarcou do porto de Yokohama, em 18 de abril de 1934, a bordo do navio Buenos Aires Maru que chegou ao porto de Rio Janeiro, em 01 de junho de 1934 (SIAN). Eram 49 *koutakusseis*, sendo 19 recém-casados que vieram acompanhados das respectivas esposas, e várias noivas de encomenda de turmas anteriores, chefiados pelo funcionário Hiroyuki Hayashi, no total de 85¹²³ pessoas. Depois do percurso de cabotagem chegaram a Vila Amazônia, em 29 de junho de 1934. Essa turma também não recebeu treinamento prático em Vila Amazônia, pois logo no mês seguinte foram destinados para as barracas provisórias do loteamento Santa Luzia da Colônia Modelo de Andirá, onde cada família recebeu um lote de 20 hectares (200 por 1.000 metros) para derrubada da mata e preparação do solo para plantação de arroz e mandioca (NAKANO, 2000f).

Uma segunda leva de 24 pessoas, de colonos, sob a liderança do funcionário Toshio Tsukumo saiu do porto de Yokohama pelo navio Montevideo Maru, chegando ao porto de Rio de Janeiro em 29 de agosto e à Vila Amazônia em 24 de setembro de 1934. Uyetsuka que estava no Brasil desde 11 de setembro de 1934 para tratar da legalização das terras após a Constituição Federal de 1934, mudou o nome do local da sede de Instituto Amazônia, de Vila Batista para Vila Amazônia, em 25 de setembro. Depois ele foi a Parintins (em 17 de outubro de 1934) para acalmar os ânimos dos jovens *koutakusseis*, quando receberam a notícia alvissareira do colono Ryota Oyama sobre a descoberta de uma nova espécie de juta de boa qualidade (UYETSUKA, [1954] 2011, p.19; IKEGAMI, 2009, p. 210-13).

7.1.5 A quinta turma de *koutakusseis*, 1935

A quinta turma chegou pelo navio Rio de Janeiro Maru, no porto de Rio de Janeiro em 30 de maio de 1935, e em Vila Amazônia no dia 3 de julho de 1935. Eram 18 *koutakuseis*, (sendo 4 de turmas anteriores e 14 formados em 1935), dos quais 8 solteiros e 10 casados, que vieram acompanhados das respectivas esposas e noivas de encomenda de turmas anteriores, perfazendo um total de 70 imigrantes (SIAN), sob o comando do professor Miyojiro Ando. Nessa época, a incidência de malária em Tomé-Açu havia dizimado muitos colonos e a direção da *Nantaku* reconhecia o insucesso do projeto e encerrava as suas atividades administrativas,

¹²³ De acordo com a anotação médica na lista de passageiros do navio Buenos Aires, cinco pessoas foram impedidas de desembarque por estarem com tracoma (Kenmei Nakai, Shiro Ihara e esposa, Masuya Sato e Masao Wakabayashi). Eles seguiram para Montevideo e retornaram ao Brasil. Depois eles vieram para Parintins.

de modo que o doutor Yoshio Toda foi convidado a assumir a direção do hospital do Instituto de Pesquisa da Vila Amazônia (IKEGAMI, 2009, p. 32).

7.1.6 A sexta turma de *koutakusseis*, 1936

A sexta turma era composta de 13 *koutakusseis* (12 formados em 1936 e um da turma anterior) todos recém-casados. Juntaram-se a esse grupo várias noivas de encomenda de turmas anteriores, colonos e funcionários sob o comando de Uyetsuka que veio acompanhado do professor Shinji Tazaki (diretor da Escola de Comércio de Kobe). Os 45 imigrantes do projeto *Koutaku*, acompanhados de 12 imigrantes de Maués, partiram do porto de Yokohama em 16 de abril de 1936 pelo navio La Plata Maru e chegaram ao porto do Rio de Janeiro em 30 de maio de 1936 (SIAN), quando desembarcaram Uyetsuka, Shinji Tazaki, o casal Kamijó, Fumio Oda e alguns ingleses e alemães. Aconteceu que os demais imigrantes desse grupo foram impedidos de desembarque pela Polícia Marítima do Rio de Janeiro (ASS.KOUTAKU-AM, 2011, p. 42). Eles seguiram no mesmo navio para Buenos Aires, retornando ao porto do Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1936, quando puderam desembarcar 57 passageiros, entre os quais os 45 imigrantes do Projeto Koutaku que chegaram à Vila Amazônia, em julho de 1936.

Uyetsuka veio tratar da polêmica questão da concessão de terras na Assembleia Legislativa do Amazonas e no Senado (Rio de Janeiro). Contudo, após infrutíferas apelações jurídicas para aprovação da concessão das terras devolutas pelo Senado, foi negada na sessão de 24 de agosto de 1936. Uyetsuka veio a Vila Amazônia pela terceira vez e recomendou aos *koutakusseis* e colonos que se dedicassem ao plantio da juta e retornou ao Japão via aérea, em setembro de 1936.

7.1.7 A sétima e última turma de *koutakusseis*, 1937-1939

A cerimônia de formatura da última turma de *koutakusseis* foi realizada no dia 21 de março de 1937. Depois a Escola Superior de Colonização do Japão foi fechada (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 43). Essa turma embarcou em Yokohama em 30 de maio de 1937 no navio Montevideo Maru, e chegou ao porto do Rio de Janeiro em 14 de julho de 1937. No desembarque havia apenas três¹²⁴ *koutakusseis* (Masahiko Imai, Ichiro Murakami e Zennoshin Shoji) acompanhados das respectivas esposas, mais a família dos colonos Azuma Maruoka e Tadahisa Shoji e a noiva de Saburo Ono, no total de 10 pessoas (SIAN). Ao analisar a documentação da lista de passageiros (SIAN) consta uma certificação do limite da quota de 2%

¹²⁴ Apesar de constar na relação de Uyetsuka da 7ª turma os nomes de Hachiro Ono e Takashi Ueda, estes não chegaram juntos. Hachiro Ono veio com a família em 1939, mas o nome de Takashi Ueda não foi localizado.

anual e uma declaração que Michio Murai, gerente da Companhia Industrial Amazonense S.A., seria o responsável pelos imigrantes. Inclusive, consta anexo à lista de passageiros os quatro (4) contratos de colonização assinados por Tsukasa Uyetsuka e pelos quatro chefes de família (Imay, Murakami, Shoji e Maruoka), o que demonstra o nível de restrição à imigração de japoneses pós-Constituição de 1934.

O último *koutakussei* da sétima turma, Hachiro Ono, veio com duas famílias de colonos e sete noivas de *koutakusseis* sob o comando de Kotaro Tuji, que estava retornando com a sua família e a de Kurakichi Gonda, que tinham ido temporariamente ao Japão. O grupo de 24 pessoas saiu do Japão, em 04 de setembro de 1939, pelo navio Rio de Janeiro Maru, mas este colidiu com o navio Karu Maru em pleno mar e tiveram que retornar (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 44 e 93; NAKANO, 2000j, p. 1). Eles partiram novamente em 30 de setembro pelo navio La Plata Maru e chegaram ao porto do Rio de Janeiro em 17 de novembro de 1939 (SIAN) e, em seguida, foram todos para Vila Amazônia.

7.2 QUANTOS FORAM AFINAL OS IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU?

Na contagem dos imigrantes que vieram participar do Projeto *Koutaku*, entre 1931 a 1939, foi possível encontrar 248¹²⁵ alunos *koutakusseis*, 25 funcionários (professores, técnicos e médicos), 29 colonos e mais 240 agregados, assim considerados as esposas e noivas, filhos, pais e parentes (tios, primos, sobrinhos, cunhados, sogros), perfazendo um total de 542 imigrantes vindos diretamente do Japão para Vila Amazônia, os quais estão detalhados nos apêndices e resumidos na Tabela 3.

Afora o levantamento no período investigado (1931-1939), foram localizados mais 40 funcionários que vieram de outros projetos, entre os quais 20 vieram nas duas missões de pesquisa (1928 e 1930), que pela literatura alguns entraram por São Paulo¹²⁶, outros vieram dos projetos de Maués¹²⁷ e de Tomé-Açu¹²⁸. Portanto, pode-se concluir que participaram do projeto de colonização 582 imigrantes, o que demonstra que houve efetivamente uma população maior que os 352 participantes do Projeto *Koutaku* (excluindo 10 funcionários brasileiros e 23 funcionários de Tóquio) mencionado na última folha do livro de Uyetsuka ([1954] 2011).

¹²⁵ Incluindo os três jovens imigrantes de 19 anos (Junpei Harada, Kazuo Sono e Kiichiro Takeda) que vieram junto com a primeira turma, mas, que não constam da relação de Uyetsuka.

¹²⁶ Vieram de São Paulo para as missões de pesquisa: Kinroku Awazu, Tokuji Hasegawa, Keisaburo Hirayama, Yuzuru Kamata, Mitsuru Kamei, Shinji Kawasaki, Yoshio Kishida, Eijiro Masunaga, Eisho Masunaga, Isamu Miwa, Michio Murai, Shiro Okada, Torao Ohnishi, Masakazu Sasada, Rokuro Shinoda, Fumio Souma, Chonosuke Tabata, Shoichi Takaoka, Sansuke Tanaka, Katsuki Terada.

¹²⁷ Vieram de Maués: Masakiyo Furukawa, Riichi Hattori, Reitaro Iwase, Seishiro Nagao, e Noboru Yamanouchi.

¹²⁸ Vieram do projeto Nantaku de Tomé-Açu: Yoshio Toda, Shoya Motoki, Hiko Tokuhashi Higashi.

Tabela 3 - Entrada de imigrantes para o Projeto *Koutaku* (1931-1939)

Turmas	Saída do Japão	Chegada porto RJ	Navio	Chegada Parintins	Koutakusseis	Prof. e Técnicos	Colonos	Agregados	Total
1ª	19.04.1931	05.06.1931	Santos Maru	20.06.1931	38	4			42
	Jun. 1931	04.08.1931	Montevideo M.	Ago. 1931		1		2	3
	Set.1931	10.11.1931	Santos Maru	Nov.1931	4	2		1	7
2ª	16.04.1932	01.06.1932	Rio de Janeiro M	03.07.1932	52	4	5	33	94
	20.09.1932	05.11.1932	Rio de Janeiro M	03.12.1932				5	5
3ª	Jan.1933	20.03.1933	Santos Maru	Abril1933		2		2	4
	15.04.1933	31.05.1933	Montevideo M	26.06.1933	67	2	1	12	82
	13.09.1933	31.10.1933	Montevideo M	19.11.1933	3	4	7	38	52
4ª	18.04.1934	01.06.1934	Buenos Aires M	29.06.1934	49	1	1	34	85
	Julho 1934	29.08.1934	Montevideo M	24.09.1934		2	3	19	24
5ª	16.04.1935	30.05.1935	Rio de Janeiro M	03.07.1935	18	1	6	45	70
6ª	16.04.1936	30.05.1936 19.06.1936	La Plata Maru	Julho 1936	13	1	2	29	45
7ª	30.05.1937	14.07.1937	Montevideo M	08.08.1937	3		2	5	10
	26.10.1938	18.12.1938	YamazatoMaru	Jan. 1939		1		2	3
	30.09.1939	17.11.1939	La Plata Maru	Dez.1939	1		2	13	16
Total					248	25	29	240	542

Fonte: Elaborada pela autora com dados do SIAN.

No comparativo de outras fontes, constataram-se pequenas diferenças no quantitativo e data (ano) de chegada de *koutakusseis*, como se pode verificar na Tabela 4.

Tabela 4 – Quantitativo de *koutakusseis* (1931-1939) conforme diversas fontes

Turmas	Ano de chegada	Fontes				
		Uyetsuka, Nakano e Ikegami	Ass.Koutaku AM	Araújo, Kawada, Kotaku-Kai	Homma	Autora
1ª	1931	35	35	42	35	42
2ª	1932	60	60	58	53	52
3ª	1933	72	73	79	71	70
4ª	1934	45	44	39	52	49
5ª	1935	14	14	14	17	18
6ª	1936	12	12	12	13	13
7ª	1937	5	5	4	3	3
	1939	-	-	-	-	1
Totais		243	243	248	244	248

Fonte: Elaborada pela autora com dados do SIAN e de outras fontes: Uyetsuka ([1954], 2011); Araújo (1995, p. 14); Kawada (1995); Nakano (2000b); APANB (2001, p. 71, 205); Ikegami (2009, p. 35); Ass. Koutaku-AM (2011, p. 178-81); Kotaku-Kai-PA (2011, p. 12); Homma (2016, p. 39)

Os autores citados na Tabela 4, provavelmente, levaram em consideração o ano de formação dos *koutakusseis*, baseados nas listagens de Uyetsuka ([1954] 2011), enquanto que

no levantamento desta autora foi considerado o efetivo ano de chegada dos imigrantes, de acordo com as listas de passageiros, disponibilizados atualmente no site SIAN. Igualmente, na investigação realizada nas listas de passageiros de navios de bandeira japonesa aportados nos portos do Rio de Janeiro e Santos (SIAN) não foram localizados os nomes dos *koutakusseis* Takashi Kuroda da 2ª turma (1932) e de Takashi Ueda¹²⁹ da 7ª turma (1937). Presumivelmente eles chegaram pelo porto de Santos, em épocas diferentes ou com nomes diferentes, ou em navios de outras bandeiras. Logo, se forem considerados os nomes dos dois citados, o quantitativo de *koutakusseis* passaria para 250.

Outrossim, no levantamento realizado nas listas de passageiros de navios que aportaram no porto do Rio de Janeiro (SIAN) verificaram-se pequenas diferenças nos nomes de alguns imigrantes (devido às traduções) e alguns equívocos do ano de chegada, mas que não comprometem a qualidade das informações prestadas anteriormente por outros autores, pois a maioria dos nomes citados foi encontrada nas listas de passageiros, o que demonstra a veracidade das informações prestadas pelos condutores do projeto e pelos próprios imigrantes.

7.3 A SAGA DAS FAMÍLIAS *KOUTAKU*

Para quem conhece a realidade da vida cotidiana no interior da Amazônia pode imaginar quão difícil era viver nessa imensidão de terras, entre rios, lagos, furos e igarapés, na década de trinta onde tudo era distante. O meio de transporte daquela época era a grande preocupação dos imigrantes em casos de acidentes e doenças, como relataram muitas famílias de *koutakusseis*. Por exemplo, a mulher de Koichi Kudo relata que por ocasião de um acidente que seu marido sofreu na Colônia de Boa Esperança, seus três colegas remaram nove horas e meio, a favor da correnteza no rio Uaicurupá e Paraná de Ramos, até chegar a Vila Amazônia, isto é, cerca de 40 km¹³⁰ (NAKANO, 2000e, p. 3-4). Kiyoko Harada também conta que o seu marido com um remador nativo da região levou três dias de viagem em canoa, de Oriximiná a Óbidos, isto é, para percorrer apenas 60 km à jusante (APANB, 2001, p. 17).

Oportuno registrar que Koichi Kudo depois de sofrer o acidente na Colônia Boa Esperança retornou ao Japão em dezembro de 1933. Após o tratamento ficou trabalhando na terra natal, pois não pretendia voltar ao Brasil. Entretanto, após o conflito fronteiriço em

¹²⁹ Consta no site da Family Search, <<https://www.familysearch.org>>, que Takashi Ueda nasceu em 13.05.1918 e veio ao Brasil em 31.01.1938, mas não foi localizado nas listas de passageiros de navios de bandeira japonesa.

¹³⁰ Atualmente para ir de Parintins à praia de Itaracuera, no lago de Uaicurupá, por voadeira (lança rápida) se gasta cerca de uma hora apenas.

Nomonghan¹³¹ (1939), e ocupação militar na Manchúria os jovens japoneses estavam sendo recrutados coercitivamente, de modo que ele foi aconselhado por Uyetsuka a retornar a Amazônia. Assim, o casal Kudo com a filha Kimio embarcou no navio Arábia Maru (em 27 mar. 1941) de volta ao Brasil. Na época da guerra, Kudo foi trabalhar em Juruti com os irmãos Takashi Maruoka e Azuma Maruoka e Masumi Kobayashi em agosto de 1942 (NAKANO, 2000e, p. 4).

Pelos relatos dos pioneiros e de seus descendentes a vida desses imigrantes foi de labuta e superação, pois afora a solidão pela distância de seus familiares, amigos e vizinhos, a vida cotidiana foi de muita penúria pela carência de tudo que se pode imaginar, se comparado com a sociedade urbana dos dias atuais. Eles tiveram que se conformar com as coisas simples da vida cotidiana dos ribeirinhos: comida a base de peixe, farinha e água do rio, moradia em casebres de palmeira coberta de palha, sem energia elétrica, gás, água tratada e outras necessidades básicas do mundo contemporâneo.

Outros falam de infortúnio e resignação das jovens esposas, que chegaram na década de 1930 casadas por encomenda (*miyai*), de 17 a 20 anos de idade, para enfrentar o calor “escaldante” do Equador e os múltiplos insetos que povoam a região, como as variedades de mosquitos (*carapanãs*, *maruins*), variedades de formigas (de saúvas e *tucandeiras*), vespas (cabas), moscas (comuns e varejeiras), os minúsculos carrapatos vermelhos (conhecidos como *mucuins*), sanguessugas, peixe elétrico (*poraquê*) afora os répteis (jacarés, cobras e lagartos), aranhas e outros animais perigosos da selva amazônica. Tal era a insalubridade e a falta de recursos médicos que algumas jovens senhoras faleceram no interior da Amazônia por doenças desconhecidas, acidentes, partos, suicídios e homicídios. Dentre os casos relatados, oportuno citar o caso de Haru Ogino (1918-1942), recém-casada com Gentaro Ogino, chegou em 1936, aos 18 anos, e faleceu em 1942, aos 24 anos, deixando duas crianças pequenas de 3 e 5 anos desamparadas (informação verbal)¹³².

Devido à distância no interior da Amazônia, muitas senhoras deram à luz sozinhas, como relata Toshiko Yamaguchi (NAKANO, 2000i), ou com auxílio do esposo, ou ainda assistida por parteira curiosa, como era comum naqueles tempos. Obviamente, muitas parturientes, bebês e crianças morreram nessa época, sem chegar sequer a serem registradas.

¹³¹ Nomonghan ou Nomonhan é uma pequena aldeia fronteiriça na Mongólia, ao sul da cidade de Manzhouli, China, local onde ocorreu o Incidente Nomonhan, no verão de 1939, como é conhecido no Japão, ou a Batalha de Khalkhin Gol, como é conhecida na Rússia e na Mongólia.

¹³² Entrevista concedida à autora por HAGINO, Akira, em Manaus (AM), em outubro de 2016.

Nas entrevistas realizadas, alguns descendentes, entre os quais os filhos de Gentaro Ogino, Hiroky Oda, Touru Okamura e Satoshi Yamaguchi, relataram o sofrimento das mães, que choravam muito querendo voltar à terra natal, mas que nunca conseguiram retornar. Na verdade, muitos *koutakusseis*, cumprindo a promessa de não retornar ao Japão, faleceram nessa região, inclusive por suicídio¹³³.

Outra história de sofrimento e luta muito comentada pelos entrevistados foi sobre a família do *koutakusse* Satoshi Yamaguchi (1912-1949), que faleceu de malária aos 37 anos, deixando a mulher Toshiko com oito filhos, sendo um ainda no ventre. A morte repentina trazia desespero para todos, pois eles não sabiam como se defender ou prevenir. Para sobreviver numa época difícil de pós-guerra, a viúva teve que distribuir seis filhos nas casas dos patrícios e passou a cuidar do alojamento de estudantes nikkeis em Parintins (informação verbal)¹³⁴. Em 1951 ela foi com a filha mais velha e o bebê caçula para um sítio com posto de venda em Paraná do Comprido. Só depois de vários anos de penúria ela conseguiu reunir os oito filhos e sustentá-los no interior da Amazônia (NAKANO, 2000i; ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 98).

A história de vida do *koutakusse* Munekazu Kimura – conhecido como “Kimurinha” – serviria para um enredo da dramaturgia amazônica, pois ele perdeu a jovem esposa Shikino, de 28 anos, em 1943, deixando três filhos pequenos. Passados cerca de cinco anos, Kimurinha casou com Teruo – batizada como “Angélica” – viúva de Shoji Hidaka que havia falecido deixando também três crianças (informação verbal)¹³⁵. Do segundo matrimônio nasceram mais quatro meninas, mas que foram assassinadas junto com a mãe por um ex-trabalhador de nome Maurício da Paz, que foi assaltar as economias da família na ausência do Kimurinha. Segundo relato da filha de Shikino o crime abalou os japoneses e a comunidade local, pois Teruo estava em estado avançado de gestação (de 7 a 8 meses) e foi brutalmente assassinada, com golpes de terçado e machado junto com as quatro meninas, de 2, 4, 6 e 7 anos, em novembro de 1956. Além da dor pela perda de seis membros da família de uma só vez, Kimurinha ficou com a tristeza da impunidade ao saber que o algoz depois de preso conseguiu fugir, e ainda assassinou mais duas pessoas em Nova Olinda (rio Madeira) e andava solto saqueando os indefesos por alguns anos, até finalmente ser executado pela polícia (informação verbal)¹³⁶.

¹³³ O ex-funcionário Masatoshi Takamura ao escrever a Uyetsuka em 1968, enumerava nove casos de suicídio e dez falecimentos de causas diversas (ARAÚJO, 1995, p. 34). Nas entrevistas foram citados como suicídios os nomes de Izumi Tayama (K2), Hisayo Tsuji (mulher de Kotaro Tuji), Ikuro Harada (K3), Yoshito Ishihara (K3), Shiku Takamura (mulher de Masatoshi Takamura), Fukue Misono (K1), entre outros.

¹³⁴ Entrevista concedida à autora por YAMAGUTE, Eduardo Satoshi, em Boa Vista (RR), em novembro de 2017.

¹³⁵ Entrevista concedida à autora por KIMURA, Maria da Conceição, em Parintins (AM), em maio de 2017.

¹³⁶ Entrevista concedida à autora por ASANO, Juliana Kimura, em Ananindeua (PA), em março de 2018.

As famílias dos gêmeos Yoshio Ishihara e Yoshito Ishihara também passaram muitas agruras na vida desta Amazônia. Ikegami (2009, p. 130) conta que Yoshito faleceu em 1945 com um tiro no coração, deixando a viúva Sachiyo com quatro filhos desamparados. A primeira filha Calmita foi para o orfanato, o segundo filho Eduardo para a casa do tio Kinji Ikegami e duas gêmeas ficaram com a mãe, até a adoção temporária de uma delas, Madalena, pela família de Yasuji Hasegawa e da outra, Cristina, pelo tio Yoshio Ishihara. A viúva se juntou com um brasileiro da colônia, chamado Sebastião, e teve mais duas filhas. Mas logo em seguida Sebastião também faleceu e as duas filhas ficaram com a avó paterna. Em 1952, Sachiyo mudou-se de Santarém para Rio de Janeiro para trabalhar como governanta do embaixador japonês e levou apenas a filha Calmita. A família de Yoshito só conseguiu se reunir a partir de 1958. O falecimento de Yoshio Ishihara, em 1954, também trouxe transtornos para os Ishihara, pois deixou a viúva com dois filhos (IKEGAMI, 2009, p. 130).

Os primos Ikuro Harada (1913-1958) e Kozo Harada (1916-2001) também passaram por muitas dificuldades, pois tiveram muitos filhos (9 de Ikuro e 8 de Kozo). Ikuro casou-se com Kyoko Harada em 1933 e Kozo com Mizue Harada em 1935 (Figura 9). Em decorrência da vida difícil e sem recursos médicos, Kozo perdeu dois filhos (um em 1939 e outro em 1949), e depois a mulher Mizue em 1951. Ikuro por sua vez morreu em 1958, deixando 9 filhos para serem sustentados pela viúva Kiyoko. Na época, Ikuro trabalhava para a Jigyodan (agência do governo japonês) na abertura da Colônia Santa Efigênia, para o assentamento dos imigrantes de pós-guerra e devia estar muito angustiado com as pressões. Em 1962, os viúvos se juntaram para cuidar dos filhos e educá-los em Santarém e Belém. Apesar das dificuldades quase todos os 15 filhos e 22 netos concluíram o curso superior (informação verbal)¹³⁷.

É difícil acreditar que, apesar de tantas dificuldades (sem meios de comunicação, nem transporte rápido, energia etc.) e longe de parentes e amigos, muitos jovens desse grupo permaneceram na Amazônia por longos anos, ou definitivamente, especialmente daqueles que casaram com as moças da região, a exemplo do *koutakussei* Kuniiji Koga, que esposou a nativa Raimunda Oliveira e teve oito filhos as margens do rio Uaicurapá, perto do Paraná de Ramos, na região do Andirá e viveu mais de 40 anos nesse lugar que tinha como “vizinhos” as famílias Mori e Tokuta. Os filhos contam que à medida que as crianças cresciam eles saíam para Parintins e ficavam na pensão de Saburo Ono para estudar e depois iam para Belém para cursar a faculdade. Apesar das dificuldades todos os filhos concluíram o curso superior, exceto a mais velha que é contabilista (ensino médio) e uma filha que faleceu ainda jovem. Desses 8 filhos

¹³⁷ Entrevistas concedidas por ONO, Urana Harada, em Belém (PA), em fevereiro de 2017 e por HARADA, Amélia, em Belém (PA), em março de 2018.

alguns voltaram à terra natal para tocar a vida perto dos pais. Depois, dos 15 netos de Koga, 13 concluíram o curso superior (informação verbal)¹³⁸.

Figura 09 – Fotografia de casamento de Kozo Harada com Mizue (1935)



Fonte: Do arquivo da família de Kozo Harada

Figura 10 – Fotografia de casamento de Kazunori Kimura com Adelaide Teixeira (1934)



Fonte: Do arquivo da família de Aldemira Kimura de Menezes, filha de Kazunori Kimura

Os mais afortunados tiveram sucesso com a juta e passaram a adquirir embarcações para o transporte de carga e passageiros e para a prática do comércio de regatão como foi o caso de Kazunori Kimura, Toshizo Nakajima, Noboru Yamanouchi, Taro Yamazaki, entre outros. Contam que Kazunori Kimura (K1)¹³⁹ -conhecido como “Kimurão”, teve mais sorte nas escolhas de sua vida. Ele arranhou emprego na Fazenda São José, da família Teixeira e casou em 1934 (Figura 10) com a filha de um dos homens mais ricos de Parintins.

Após o casamento com Adelaide Teixeira, Kazunori arrendou terras para plantar arroz, café, juta e comércio de castanhas em Parintins, onde adquiriu um armazém em 1943. Ao término da Segunda Guerra Mundial comprou terras na Ilha de Coracocó – Parintins (AM) e financiava os moradores para plantar juta. Depois abriu uma fazenda de gado em Saracura – Parintins (AM). Com o talento admirável nos negócios ele chegou a movimentar até 1.000 toneladas de juta (ao ano) e construiu várias fábricas (de gelo, de produção de guaraná,

¹³⁸ Entrevista concedida por TEIXEIRA, Olinda Koga, em Belém (PA), em maio de 2017.

¹³⁹ Koutakusse que chegou em 1931.

frigorífico, e torrefação de café com Ken-ichi Taketomi). Em 1964, abriu o primeiro cinema de Parintins, o Cine Oriental com 500 poltronas, que até a década de 1970 era o único cinema da cidade (ASS. KOUTAKU-AM, 2011; NAKANO, 2000j).

A filha de Kazunori conta que o pai teve oito filhos com Adelaide, os quais também tiveram sucesso na vida social e econômica (informação verbal)¹⁴⁰. O primogênito, Alberto Kimura, um dos maiores pecuaristas da região, tornou-se uma pessoa muito conhecida em Parintins com vários empreendimentos, inclusive com o cunhado Yoshinaka Taketoni. Alberto foi vereador de Parintins em 1959-1962. Em 1968 candidatou-se a prefeito pela ARENA (ALBERTO, 1968, p. 8), tanto que nos jornais de 1968 constam várias monções de apoio a Alberto Kimura, mas ele perdeu as eleições. Depois, tornou-se vice-prefeito na gestão seguinte. Na década de 1970 aparecem várias reportagens (especialmente no Jornal do Comércio/AM, na seção Jornal de Parintins) sobre os filhos de Kazunori, mormente pelos trabalhos desenvolvidos nas áreas de educação e saúde de Parintins, pelas professoras Aldair, Almerinda, Arlinda e pelo médico Aldemar Kimura.

Alguns tiveram a sorte de ter apoio da família, como foi o caso de Sotaro Hara (K4)¹⁴¹ que veio com a mulher Kie Hara, em 1934, ambos com apenas 19 anos. Os pais e dois irmãos de Sotaro chegaram em 1936 para formar uma grande família na Ilha Caripuna (no Paraná de Ramos). O pai faleceu afogado em 1937 e a irmã de Sotaro faleceu por doença em seguida, mas o casal Hara teve 10 filhos, dos quais vários se tornaram comerciantes, de modo que eles tiveram uma velhice confortável em Manaus (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 127-8).

O que podemos concluir da saga dos *koutakusseis* é que afora as fatalidades e os poucos casos de sucesso econômico, as histórias de vida dos *koutakusseis* são bastante parecidas entre si - de dificuldades e superação. São histórias de enorme sacrifício pessoal dos membros das famílias que tiveram de enfrentar limitações econômicas, com casos extremos de doenças e dificuldades para lidar com uma agricultura que exigia condições de trabalho insalubres e sujeito a frequentes acidentes. Assim, com o tempo eles passaram a financiar o caboclo no sistema de aviamento, que incluía o fornecimento de mantimentos, ferramentas, sementes e conhecimentos (tecnologia) para o plantio da juta e produção da fibra.

Com o ganho eles passaram explorar pequenos comércios de gêneros alimentícios e provisões para a comunidade local, ou ainda, incrementar outras produções agrícolas e criação de gado. Entretanto, algumas famílias ficaram dezenas de anos na cultura da juta, como os Oyama, Nakauchi, Oda, Ikegami, Ishihara, entre outros e nem todos tiveram sucesso

¹⁴⁰ Entrevista concedida por MENEZES, Aldemira Kimura de, em Manaus, em outubro de 2016.

¹⁴¹ *Koutakusseis* que chegou em 1934.

econômico. Por exemplo, um dos filhos de Hiroki Oda, conta que a família trabalhou 48 anos na juta, por fim sem recursos os filhos e netos foram trabalhar como *decasségui* no Japão (informação verbal)¹⁴².

7.4 HISTÓRIA DA JUTA NA AMAZÔNIA E A CONTRIBUIÇÃO DOS *KOUTAKUSSEIS*

A carta de Uyetsuka dirigida ao político Vivaldo Lima, de 11 de março de 1938, explica que a juta indiana foi originalmente cultivada na bacia do rio Ganges na Índia, em 1837, quando exportou 18 toneladas para o mercado de Londres. A produção de juta cresceu ano a ano, de modo que um século depois a Índia estava produzindo anualmente 1.200.000 toneladas de fibra de juta tornando-se um produto de maior importância para este país, que passou a dominar o mercado mundial (ARAÚJO, 1995, p. 15-6; TUJI s/d, p. 9).

Tuji relata que a primeira experiência de juta na Amazônia foi realizada por Noboru Yamanouchi, em fins de 1929, a pedido dele (Tuji), que remeteu em outubro de 1929 dois quilos de sementes de São Paulo, através do cônsul honorário do Japão em Manaus, Aluísio Araújo, para serem entregues ao professor Antônio Telles de Sousa, diretor da Escola Agrônômica de Manaus e a Noboru Yamanouchi que fora trabalhar em Maués. Em maio de 1930 Tuji recebeu de Yamanouchi um relatório minucioso da produção experimental em Maués, relatando que a experiência não fora bem sucedida, pois a planta crescia apenas um metro a um metro e meio, diferente da propalada imagem que faziam da juta indiana que crescia até quatro metros, aproximadamente. Mas Tuji não havia abandonado a ideia da juta indiana e tinha um grande interesse por essa região (TUJI, s/d, p. 3-4).

Quando da chegada da primeira turma de *koutakusseis* a Parintins, o professor Sakae Oti trouxe consigo 10 quilos de sementes de juta do oriente e repartiu entre os técnicos Emon Araki e Ken-ichi Kiuchi e os *koutakusseis*, que iniciaram a plantação experimental de juta na Vila Amazônia, em setembro de 1931, mas as experiências resultaram em fracasso. Em novembro de 1931 chegavam diretamente da Índia mais sementes de quatro espécies: *Corchorus capsularis* (conhecida como juta branca), *Corchorus olitorius* (conhecida como juta malva), *Hibiscus cannabinus* (cânhamo) e *Crotalaria juncus*, as quais foram consecutivamente plantadas em 2.500 m² na várzea da ilha Formosa, mas o resultado foi também desanimador porque as ramas não atingiam o tamanho necessário (OTI, 1947).

¹⁴² Entrevista concedida por ODA, Jorge Harunobu, em Itacoatiara (AM), em outubro de 2016.

Em razão das experiências em Parintins, circulavam notícias sobre a possibilidade do cultivo da juta na Amazônia. Uma nota no jornal A Nação (RJ), o técnico do Serviço Florestal do Brasil apresenta estudos sobre as possibilidades da cultura de juta e uacima (CARVALHO, 1933, p. 4). Nessa reportagem consta que o estado de São Paulo produzia então 51 milhões de metros de tecido de juta, no valor aproximado de 76 mil contos, e que o total da fibra de juta importada da Índia era de 22 mil toneladas, no valor aproximado de 50 mil contos de réis.

Quando Tuji veio ao Brasil no início de 1933 para assumir a direção do Instituto Amazônia, trouxe consigo 60 kg de sementes de juta de melhor qualidade obtidas na ilha de Ceilão (atual Sri-Lanka, ao Sul da Índia), a fim de efetuar um teste final na produção da juta. Segundo Kohei Tsuji, as sementes foram entregues a bordo do navio Santos Maru, em fevereiro de 1933, quando o navio aportou na ilha de Ceilão, pelo Consulado do Japão na Índia, para driblar a fiscalização dos ingleses (TSUJI, 1992; CARDOSO, 1991).

Ao chegar em Parintins, Tuji procurou novas terras para testar as sementes. Percorreu com Oti vários lugares a procura de terras férteis, mas não encontrou terras melhor que as de Parintins. Então decidiu fundar a Colônia Modelo de Andirá, na foz do rio Andirá (cerca de 40 km da Vila Amazônia), onde distribuiu terras de várzea, exclusivamente para plantação de juta. Contudo, a juta só atingia 1,5 a 1,7 metro, insuficiente para fins comerciais. O fracasso sucessivo da plantação experimental da juta produziu um grande abalo moral nos colonos, tanto que alguns ameaçaram Tuji e os funcionários, outros voltaram ao Japão ou rumaram para São Paulo (OTI, 1947; TUJI s/d; APANB, 2001, p. 63).

Em junho de 1934, depois da colheita do arroz, os *koutakusseis* da terceira turma foram encaminhados para os lotes em Tauaquera¹⁴³, para que cada um tocasse suas plantações, mas o colono Ryota Oyama permaneceu em Andirá plantando juta, próximo à sua casa sob a recomendação de Yoshio Takashima (K3). Oyama tinha experiência no cultivo de igusa¹⁴⁴ em sua terra natal em Okayama e sabia por experiência própria, que no cultivo de variedades de plantas como a juta, ocorria algumas vezes o aparecimento repentino de uma espécie de boa qualidade. Assim, enquanto os técnicos do Instituto Amazônia reconheciam a plantação de juta como uma experiência fracassada, Oyama observou a existência de dois pés de juta que cresciam mais rápido que os demais, atingindo 3 a 4 metros. Um deles foi carregado pelas águas, de modo que do único pé que restou Oyama conseguiu obter uma mão de sementes (10 cápsulas), que foram plantadas em frente a sua casa em outubro de 1934, obtendo depois de sete meses 200 gramas de sementes para reprodução (HOMMA, 2007, p. 33).

¹⁴³ O nome correto do local é Itaracuera, segundo Ikegami (2009, p. 72).

¹⁴⁴ Igusa é uma planta aquática da família do *juncus* utilizada para fazer esteiras e *tatami* pelos japoneses.

Também surgiram três pés dessa juta de boa qualidade no terreno de Yoshimasa Nakauchi, mas as mudas foram pisoteadas pelo gado, o que levou Yoshio Takashima, responsável direto pela pesquisa, a dedicar-se na reprodução das sementes de juta mãe com Oyama, de sorte que em agosto de 1935 conseguiram 500 gramas de sementes da espécie *Corchorus capsularis*, batizada de “juta Oyama” em homenagem ao seu descobridor, as quais foram distribuídas entre Oyama, Nakauchi e Takashima para produção experimental de sementes até 1936 (APANB, 2001, p. 64; UYETSUKA, [1954] 2011, p. 20).

Com a notícia alvissareira sobre a aclimação de juta, Uyetsuka expôs o projeto de investimento na Amazônia ao primeiro ministro Keisuke Okada (1868-1952), o qual convidou para o almoço em sua residência vários ministros e os empresários importantes do Japão para fundar a empresa Amazon Sangyo K.K (Companhia Industrial Amazonense S.A.) em 17 setembro de 1935. Logo de início, esses empresários participaram da aquisição de 20 mil ações no valor de 1.000.000 (um milhão) de Ienes, encabeçadas pelas *holding* Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo Bank, Yasuda Seguros e a empresa de colonização Toyo Takushoku (APANB, 2001, p. 69; UETSUKA, 2013, p. 179). Em fevereiro de 1936, foi registrada a Companhia Industrial Amazonense S.A., com sede em Vila Amazônia, Parintins, com capital de 4.000.000\$000 (quatro mil contos de réis)¹⁴⁵ (OTI, 1947; TUJI s/d, p. 7).

Nessa época, após a perda da concessão de terras no Senado, Uyetsuka veio a Vila Amazônia, em agosto de 1936, para tratar dos rumos da Companhia Industrial Amazonense S/A (Companhia) e incentivar os *koutakusseis* para o plantio da juta, bem como tratar da comercialização de sementes e fibras. Em outubro de 1936, diversos *koutakusseis* e colonos que estavam na Colônia Modelo de Andirá deixaram a terra firme e foram para as várzeas dos rios Uaicurapá, Andirá e Paraná do Ramos, a fim de cultivar juta em diferentes locais. Em novembro de 1936, Oyama mudou-se para a Ilha Formosa para plantar dez hectares da nova juta e Nakauchi semeou cinco hectares na estação experimental da Vila Amazônia (OTI, 1947; TUJI, s/d, p. 7; ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 37-38; HOMMA, 2016, p. 54).

Após os experimentos iniciais, em abril de 1937, a Companhia despachou 2.770 kg (60 fardos) da primeira produção da juta Oyama à fábrica Perseverança, pertencente a Martins Jorge & Cia, de Belém. A segunda remessa de 6.171 kg seguiu para o mesmo comprador em julho, quando atingiu 8.941 kg de fibra de excelente qualidade, que surpreendeu o gerente da Martins Jorge. Sakae Oti conta que as primeiras remessas encontraram dificuldades alfandegárias, pois

¹⁴⁵ De acordo com a metodologia de conversão disponível no site do Estadão, o valor de 4.000.000\$000 (quatro mil contos de réis) em fev.1936, convertidos em reais em out. 2018, equivaleria a R\$ 53.333.333,00 (cinquenta e três milhões trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais) isto é, cerca de 15 milhões de dólares.

a juta não figurava na lista de produtos amazônicos. Superada a dúvida, o novo produto da região foi registrado como “Juta da Índia cultivada no Brasil” (OTI, 1947).

A fibra de juta proporcionava excelente resultado para os plantadores, pois para cada hectare de juta o retorno era de aproximadamente 1:000\$000 (um conto de reis), o que superava todas as outras culturas da região. Os 8.941 kg da fibra foram vendidos à fábrica Perseverança por 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis) FOB¹⁴⁶ Vila Amazônia por tonelada, como lucro líquido de 400\$000 (quatrocentos mil réis)¹⁴⁷ por tonelada, isto é, uma margem de retorno de 40%. Logo, o resultado animou muitos colonos japoneses.

Ainda em 1937, as 29 pessoas que tinham abandonado a plantação de juta se mudaram para a várzea e voltaram a plantá-la (OTI, 1947). Enfim, após sete anos de experiências em Parintins, o velho sonho de Tuji transformou-se em realidade com a aclimação da juta por Ryota Oyama em terra amazônica. O Superintendente da Comissão Federal de Comércio anunciava em maio de 1938 que os colonos japoneses do Amazonas obtiveram êxito no plantio da juta e que a produção estava aumentando. A informação fora publicada nos jornais influentes do Rio de Janeiro (Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio). Tratava-se de uma notícia alvissareira para o Brasil daquela época, grande exportador de café, que gastava anualmente cerca de 50 a 60 mil contos de réis com a importação de juta da Índia (OTI, 1947).

O resultado da colheita de 1938 atingiu 57.625 kg de fibras de juta, isto é, mais de seis vezes a produção do ano anterior, despertando a atenção pública, enquanto os jornais publicavam artigos sobre o assunto. Logo, as autoridades começaram a se interessar pela juta amazônica e o governo do Pará convidou a gerência da Companhia Industrial Amazonense S/A para estudar a possibilidade da jiticultura em terras paraense, pois caso o experimento desse resultado o governo paraense consentiria a criação de uma companhia e concederia 10.000 (dez mil) hectares de terras, certas facilidades tributárias e autorizaria a entrada anual de 100 famílias japonesas, fora da quota de imigração (OTI, 1947).

Após as negociações, o Interventor do Pará, José Carneiro da Gama Malcher (1872-1956) promulgou o Decreto-lei nº 3.065, de 1938, concedendo um auxílio de 60:000\$000 (sessenta contos de réis) por três anos para estudo e experimentação da cultura de juta no estado do Pará, cujo contrato, entre a Companhia e o governo do Pará, foi assinado por

¹⁴⁶ FOB (*Free on Board*) – “livre a bordo” é uma expressão comercial internacional (Incoterm) da Câmara do Comércio Internacional, que significa que o vendedor deverá entregar as mercadorias desembaraçadas a bordo do navio no porto designado.

¹⁴⁷ Tomando por referência a data de 30 de julho de 1937 para a conversão de Réis em Reais, de acordo com site do Estadão: <https://acervo.estadao.com.br>: se 1:000\$000 (um conto de réis) vale R\$ 13.333,00 em outubro de 2018, o lucro de 400\$000 (quatrocentos mil réis) equivaleria a R\$ 5.333,30 por tonelada.

ToshioTsukumo, em janeiro de 1939 (UYETSUKA, [1954] 2011, p. 21; TUJI, s/d, p. 8; HOMMA, 2016, p. 57). Logo em seguida Oti convidou Kinji Ikegami e os irmãos Ishihara e seguiu com a sua família para o município de Breves (PA), como chefe da missão (Figura 11).

Figura 11 – Fotografia da família de Sakae Oti em Breves (15.05.1939)



Fonte: Do arquivo da família de Henrique Takashi Oti, filho de Sakae Oti

Contudo, as experiências realizadas em Breves não atingiram as expectativas desejadas, em face da formação do solo – carente de húmus das várzeas sazonais, de modo que a Companhia desistiu de Breves e o empreendimento foi transferido para Santarém em 1940 (ARAÚJO, 1995, p. 24, IKEGAMI, 2009, p. 90).

O governo amazonense vendo os incentivos proporcionados pelo governo paraense, concedeu à Companhia, pelo prazo de 30 anos, vários benefícios como: uma área de 10.000 hectares, isenção de taxas sobre máquinas, insumos necessários para fins agrícolas ou industriais e transporte gratuito aos trabalhadores de qualquer porto brasileiro a Manaus, conforme o Decreto-lei nº 170, de 1938 (UYETSUKA, [1954] 2011, p. 21). Com a juta em expansão, até o pequeno grupo da Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia de Maués (grupo Oishi) desistiu do guaraná e juntou-se à empreitada da juta em 1939.

A fim de aumentar a produção e evitar que o cultivo da juta fosse monopólio dos japoneses, Tuji mandou distribuir sementes e folhetos com instruções de plantio da juta aos brasileiros (TUJI s/d, p. 9). Logo, pelo fato da juta ser altamente lucrativa, o cultivo passou a ser de conhecimento público, e muitos ribeirinhos passaram a produzir juta sob a orientação dos *koutakusseis* em centenas de hectares. As famílias japonesas se organizavam em mini cooperativas de três a cinco famílias e empregavam de dez a vinte trabalhadores locais. Em 1939 havia colonos japoneses em 55 localidades e as plantações se expandiram numa extensão de mil quilômetros ao longo do rio Amazonas (TSUNODA, 1988, p. 105).

Então, após um longo período conturbado de grande *stress* (1933-1938), Tuji resolveu voltar ao Japão, em maio de 1939, para cuidar da saúde e aprimorar os conhecimentos sobre a plantação de seringueira em Java, Índia e Malásia, e especialmente sobre a industrialização de juta, pois a Companhia planejava a criação de cinco usinas de prensagem e construção de uma fábrica de fiação e tecelagem de juta em Vila Amazônia (TUJI, s/d, p. 8-10). Nesse ínterim estourou a Segunda Guerra¹⁴⁸ na Europa e Kotaro Tuji saiu do Japão com a sua família, acompanhado de várias noivas de *koutakusseis* chegando ao porto do Rio de Janeiro, em 17 de nov. 1939 (SIAN).

Uyetsuka veio logo em seguida a Parintins, em dezembro de 1939, para discutir os novos passos da Companhia com o sucesso da juta e resolver os conflitos que surgiram em decorrência do preço da juta paga pela Companhia, que estava gerando insatisfação geral entre os produtores japoneses. Graças à intermediação habilidosa de Uyetsuka foi contornado o problema e a diferença de valor que seria devido aos produtores da juta foi destinada à construção de um centro de convivência social e cultural e um hotel de trânsito (*Yosei-ryo*) para o usufruto dos imigrantes (KOTAKU-KAI, 2011, p. 63).

Durante o ano de 1940, Uyetsuka acompanhou a administração da Companhia e a construção do pavilhão *Hakkou Kaikan*¹⁴⁹ (Figura 12) e ficou até as festividades dos 10 anos (em out. 1940) da fundação do Instituto Amazônia. Nesse período foram instaladas seis

¹⁴⁸ A Segunda Guerra Mundial iniciou em 1º setembro de 1939, mas o Japão ainda não fazia parte do Eixo.

¹⁴⁹ O pavilhão *Hakkou Kaikan* foi construído em comemoração aos 10 anos da fundação do Instituto Amazônia e levou dois anos (1940-41). Foi construído pelo mestre marceneiro Eijiro Masunaga, em madeira encaixada em estilo arquitetônico de templo xintoísta, com vidro em todas as janelas e grades de ferro para proteção, apesar dos vidros serem muito caros naquela época. Esse prédio era o orgulho dos *koutakusseis*, nele eram realizadas as festas, os casamentos e as reuniões importantes dos imigrantes (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 45). Durante a Segunda Guerra Mundial, os bens da Vila Amazônia foram confiscados e leiloados, e a edificação em estado de abandono foi saqueada gradativamente. Yoshio Katasho, imigrante de pós-guerra, que chegou com um grupo de oito famílias a Vila Amazônia, em fins de 1954, conta que ficou admirado com a beleza do pavilhão *Hakkou Kaikan* (de cerca de 40 x 30 metros) que ainda mantinha o belo piso de Pau-amarelo e Itaúba (madeira dura de alta qualidade) assentados alternadamente (KATASHO, 2015, p. 187).

sucursais da Companhia nas cidades de Manaus, Belém, Recife, Santarém, Maués e Itacoatiara, a fim de comercializar a fibra da juta (TUJI, 1968).

Figura 12 – Pavilhão *Hakkou Kaikan*, em Vila Amazônia (1940?)



Fonte: Associação Koutaku do Amazonas

A essa altura os “rebeldes fanfarões” da Vila Amazônia de outrora, já dominando relativamente o português se tornaram eficientes administradores que comandavam os caboclos da região sob a tutela da Companhia, que financiava a aquisição ou arrendamento de terras e capital de giro, e depois comprava toda a produção e encaminhava os fardos da fibra para as fábricas de fiação e tecelagem de Belém e outros centros. Nesse sistema a quantidade produzida cresceu ano a ano, passando de 168.355 kg em 1939 para e 324.848 kg em 1940 (OTI, 1947; TUJI, s/d, p. 9-10; TSUNODA, 1988, p. 105).

Com a eclosão da guerra na Europa, a importação da fibra de juta da Índia foi prejudicada e o preço disparou. Com o ganho da produção da juta, os negócios no vale amazônico melhoraram bastante e a Vila Amazônia tornou-se um centro ativo da região. A estrutura da Vila Amazônia foi ampliada para instalação de fábrica e construídas várias edificações, tais como: igreja, escola pública, central de polícia, coletoria, central elétrica, depósito de prensagem e embalagem, armazéns e serrarias. As áreas de cultivo foram ampliadas a uma extensão de 1.000 hectares para outras regiões com plantações de seringueiras e criação de 1.000 cabeças de gado entre outras benfeitorias (UYETSUKA, [1954] 2011, p. 22-3).

O professor Camilo Ramos, pesquisador e morador de Parintins, conta que o hospital de Vila Amazônia atendia, não só pacientes das proximidades de Parintins, mas até os procedentes de Belém e Manaus. A escola de excelente qualidade da Vila Amazônia atendia também alunos

de Parintins. Na Vila Amazônia havia olaria, casa de trabalhadores e até sistema de esgoto para escoamento de água pluvial. Com o crescimento da produção agrícola e da juta, o porto de Vila Amazônia passou a receber navios e hidroaviões Catalina, que antes pousavam em Parintins (SOUZA, 2011, p. 130).

Nessa época, as notícias sobre o surto de desenvolvimento na Amazônia estavam correndo Brasil afora, a começar pelo Rio de Janeiro, onde os jornais relatavam a história de sucesso da plantação de juta na Amazônia. O presidente Getúlio Dorneles Vargas (1882-1954) resolveu vir para ver essa realidade, como afirma um pequeno trecho do famoso Discurso do Rio Amazonas, pronunciado em Manaus, em 09 de outubro de 1940:

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1942).

Durante uma viagem de inspeção a Amazônia, o presidente Getúlio Vargas, fez uma parada para reabastecimento do Catalina (hidroavião) em Parintins, em junho de 1940, quando Tuji e Uyetsuka, acompanhados do prefeito de Parintins, fizeram uma visita ao presidente para relatar a história exitosa da plantação da juta na Amazônia.

No retorno da viagem, passando novamente por Parintins, o presidente continuou as indagações sobre o cultivo da juta e perguntou de que maneira o governo podia colaborar para a continuidade do trabalho, e Tuji respondeu que queria manter a qualidade da juta (que já era superior à da Índia) e que para esse fim a companhia estava fazendo classificação rigorosa das fibras, visto que o número de produtores brasileiros de juta aumentava largamente. Mas que para estender essa plantação a todos os brasileiros e manter a qualidade seria necessário obter a autorização como classificador oficial da juta. O presidente disse então que eles deveriam apresentar uma petição ao Ministro da Agricultura nesse sentido, pois o governo brasileiro tinha interesse que a produção fosse mantida (TUJI, s/d, p. 9-10).

Em pouco tempo, o diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura convidou Tuji para justificar a necessidade de classificador oficial, e em fins de 1940, o governo federal autorizou a Companhia Industrial Amazonense a executar o serviço de classificação, em conjunto com um funcionário do governo do Amazonas, em Manaus, Vila Amazônia e Itacoatiara. Segundo Oti (1947), esse serviço contribuiu grandemente para a valorização da juta amazônica e reacendeu as esperanças dos imigrantes.

No início da década de 1940 havia mais japoneses em Parintins (AM) do que em Tomé-Açu (PA). Provavelmente, uma centena de famílias de Parintins era do grupo *koutaku*, mas havia algumas famílias de Maués em Parintins, porque no ano de 1941 a epidemia de malária estava dizimando várias pessoas na região de Maués e algumas famílias do grupo de Kosaku Oishi e Hisae Sakiyama¹⁵⁰ vieram plantar juta nas proximidades de Parintins que contava com o hospital de Vila Amazônia. Consequentemente, muitos imigrantes japoneses localizavam-se nos arredores de Parintins como mostra a pesquisa realizada pelo Consulado do Japão em Belém, em outubro de 1941 (Tabela 5).

Tabela 5 - População de japoneses no Pará e Amazonas (outubro de 1941)

Estado do Pará			Estado do Amazonas		
Localidades	Famílias	Pessoas	Localidades	Famílias	Pessoas
Belém e arredores	85	316	Manaus e arredores	31	55
Acará (Tomé-Açu)	67	220	Parintins	124	368
Monte Alegre	9	21	Maués	26	53
Total	161	557	Total	181	476

Fonte: APANB (2015, p. 249)

Em dezembro de 1941, Tuji tinha ido a Itacoatiara para locar um imóvel para ser usado como filial da Companhia, quando ouviu a estrondosa notícia do ataque de Pearl Harbour pela Marinha Imperial (7 dez. 1941). Sabendo da iminente consequência da guerra, Tuji passou a dirigir instruções aos funcionários para que sacassem todo o dinheiro dos bancos e alertou os imigrantes das precauções que deviam tomar, mas eles não acreditaram na possibilidade do Japão perder a guerra (TUJI, s/d; TSUNODA, 1988, p. 107).

Em 28 de janeiro de 1942 o Brasil rompe relações diplomáticas com as nações do Eixo. No dia seguinte o ministro das relações exteriores do Brasil comunica ao embaixador japonês rompimento das relações com o Japão, e no mesmo dia a embaixada e os consulados japoneses foram fechados. A partir de então, as empresas japonesas foram interditadas e as contas bancárias bloqueadas, inclusive as contas pessoais dos imigrantes. A Companhia ficou proibida de executar as transações comerciais e a execução dos serviços de classificação da juta passou para a competência do estado do Amazonas, conforme o Decreto-lei nº 778, de 10 de março de 1942 (HOMMA, 2007, p. 80).

Todavia, como a juta era um produto de grande importância para a nação, o governo anunciou que não iria prejudicar os produtores de juta. Assim, Tuji pagou a rescisão dos 80

¹⁵⁰ Hisae Sakiyama que liderava o grupo de Maués faleceu de malária em julho de 1941 (APANB, 2001, p. 202).

funcionários da empresa e recomendou que cada um tomasse seu caminho de sobrevivência com a produção de juta. Com receio de serem presos, Tuji aconselhou os imigrantes a se afastarem da Vila Amazônia, enquanto que as famílias Tuji, Hiroshi e Nomura se mudaram para Itaquí, no município de Santarém, em 5 agosto de 1942, para continuar a plantação de juta (TUJI, 1968, p. 3; TUJI s/d; ASSOC. KOUTAKU-AM, 2011, p. 93).

No decorrer dos acontecimentos, a tragédia do navio brasileiro Baependi afundado por um submarino alemão, na noite de 15 de agosto de 1942, levou o governo brasileiro a exigir a reparação de danos com os depósitos e bens dos imigrantes dos países do Eixo (com base no Decreto-lei nº 4.166/1942), fato que levou ao confisco da Companhia Industrial Amazonense S.A., em 25 de setembro de 1942. Naquela oportunidade houve detenção de alguns imigrantes da Vila Amazônia, sob a acusação de serem “espiões amarelos e responsáveis por um plano de dominação na Amazônia” (ARAÚJO, 1995, p. 27).

A detenção só não foi maior porque os japoneses estavam espalhados plantando juta, e só havia um pequeno grupo de resistentes trabalhando na Vila Amazônia. Assim, apenas cinco funcionários (Miyojiro Ando, Yoshiro Miyake, Sakae Oti, Masatoshi Takamura e Toshio Tsukumo) e três *koutakusseis* (Minoru Hatanaka, Yoshiaki Kishida e Tomoki Oda) foram presos e encaminhados com as suas famílias para o “campo de concentração¹⁵¹” de Tomé-Açu/Acará (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 123). Nessa época, Masashi Minami (K2), que era gerente da sucursal de Itacoatiara, também foi preso em Manaus, enquanto que Goro Suzuki (K3) foi levado para o “campo de concentração” de Tomé-Açu (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 92 e 118). Após o confisco do patrimônio da Companhia e de muitos japoneses, as trajetórias de vida dos imigrantes do Projeto *Koutaku* foram alteradas, visto que eles não podiam mais contar com o comando da organização. Logo, eles passaram a interagir com os ribeirinhos para ensinar o cultivo da juta e explorar outras atividades de subsistência como a prática do comércio de aviamento (escambo).

Paradoxalmente, a guerra trouxe muitos benefícios para a região, pois o preço da juta disparou e a produção triplicou em um ano, passando de 937.955 kg em 1941 para 2.769.981 kg (2.770t) em 1942 (OTI, 1947). Na expressão de Kohei, irmão de Tuji, “A área de cultivo se

¹⁵¹ O campo de concentração de Tomé-Açu, antes de se transformar em colônia de internamento, era um núcleo residencial do Projeto *Nantaku*, cuja administração havia abandonado os imigrantes à própria sorte em 1935, provocando um êxodo desses imigrantes para o Sudeste. Tratava-se de uma área com edificações que foi designado pelo governo do estado do Pará como colônia de confinamento dos imigrantes japoneses, depois para os demais imigrantes dos países do Eixo, que foram presos ou detidos por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Os internos viviam sob a vigilância das autoridades policiais brasileiras que impunham restrições no cotidiano dos internos. No entanto, não houve graves maltratos e nem se compara com a história de Auschwitz. Vide também: <https://chicomiranda.wordpress.com/2011/07/22/campo-de-concentracao-de-tome-acu-para/>

espalhava como fogo em campina por 3.000 km desde o baixo Solimões até a cidade de Monte Alegre, no estado do Pará, ocupando as várzeas de rios e afluentes, pequenos ou grandes” (TSUJI, 2001, p. 23). A rentabilidade da juta deve-se inclusive à falta de legislação trabalhista e ambiental que se tem atualmente, pois na época da colheita da fibra era intensiva em mão-de-obra braçal (semelhante aos operários de indústria) com longas horas de trabalho insalubre, com baixa remuneração e sem qualquer proteção que assegurasse os direitos do trabalhador.

Em fins da década de 1940, a cultura da juta estava totalmente implantada na região do baixo Amazonas e o município de Alenquer tornou-se o maior centro produtor de sementes. Os portos de Óbidos e Santarém eram os mais movimentados da calha do Amazonas. Além da juta, havia o cumaru, o cacau, e toda a safra de castanha-do-pará, que era coletada principalmente na região de Trombetas e acabava no porto de Óbidos. Era raro o dia em que não se avistava um grande cargueiro no porto de Santarém para onde convergiam quase todos os produtos exportáveis da região (PINTO, 2012).

No médio Amazonas, muitas famílias estavam produzindo juta no rio Madeira sob o comando de Toshizo Nakajima (K1). Numa carta¹⁵² de Nakajima para o irmão, Shunsaku Nakajima, datada de 12 de agosto de 1948, relatava que ele era o maior produtor de juta entre os japoneses e que estavam trabalhando sob seu controle 12 famílias de japoneses e 80 famílias de brasileiros e que naquele ano tinha colhido 450 toneladas de juta.

Na década de 1950, a produção da fibra passou a ser um dos sustentáculos da economia amazonense: excluindo o petróleo e seus derivados a juta era responsável, aproximadamente, por um terço do valor total das exportações do estado do Amazonas. A expansão da juta ao longo das várzeas do rio Amazonas e seus afluentes permitiu que o Brasil atingisse a autossuficiência em 1953 e a vida do juiticultor melhorou bastante.

O trabalho de Libonati (1958) descreve a real importância da juta para a Amazônia, pois dela dependia a circulação da maioria dos produtos alimentares naquela época. O apogeu da juta ocorreu na década de 1960, envolvendo mais de 50 mil famílias no seu plantio, quando um terço do PIB do estado do Amazonas era decorrente da lavoura de juta (HOMMA et al., 2011, p. 189). No pico da safra, a produção chegou a 47.687 toneladas em 1965, e a juta e seus manufaturados contribuíram com 12% da arrecadação do Amazonas, em 1966, segundo a CODEAMA (JUTA..., 1970, p. 9; HOMMA, 2007, p. 64).

¹⁵² Cópia da tradução da carta cedida pela Ass. Koutaku-AM.

O declínio da juta começou na década de 1960¹⁵³ com o surgimento dos polímeros no mercado de embalagem (incluindo a fibra sintética) e do transporte a granel (container). Depois, com a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967 e a globalização da economia na década de 1970 para frente, houve gradativa mudança na economia da região com o êxodo da mão-de-obra rural para os centros urbanos. Assim, os pioneiros da juta, já cansados pela idade passaram a dedicar-se à criação de gado, ou de aves, comércio em geral, plantação de pimentão-do-reino, de frutas e de hortaliças nas proximidades das cidades, enquanto financiava os ribeirinhos para plantação de juta pelo sistema de aviamento, o que acabou contribuindo para a redução da produção e inadimplimento das contas. Em consequência desse processo, muitos descendentes de *koutakusseis* saíram para outros estados, ou juntaram-se ao movimento dos *decasségus* brasileiros que iniciou em 1988. Na década de 1990, a maioria dos filhos e netos das famílias japonesas de Parintins saíram para trabalhar como mão-de-obra operária no Japão.

A crise na produção da fibra de juta ensejou a entrada da malva de Capitão Poço (PA) na Amazônia entre 1971 e 1983. Entretanto, apesar do declínio da juta, cerca de 25.000 agricultores familiares ainda cultivavam a juta e malva nos anos 1970 e 1980, cuja produção representava a principal atividade econômica da Amazônia Ocidental, segundo a pesquisa de Noda (2010).

7.5 OS PERCALÇOS DA NOVA IMIGRAÇÃO JAPONESA DE PÓS-GUERRA

Como mencionado acima, durante o período da guerra, muitas famílias japonesas de Parintins se dispersaram para municípios vizinhos para dedicar-se ao plantio da juta, tanto que no término da Segunda Guerra (15 ago. 1945), viviam em Parintins, apenas 15 famílias de *koutakusseis* com uma população *nikkey* de aproximadamente 60 pessoas (APANB, 2001, p. 207). Assim, a convite do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, de Manaus, algumas famílias do grupo *koutaku* retornaram a Vila Amazônia em 1946, entre os quais, as famílias de Hiroshi Nomura, Kimishige Hatta, Masatoshi Nakamura, Masakiyo Furukawa (de Maués), Masafumi Sato e Satoro Hara (ASSOC. KOUTAKU-AM, 2011, p. 94).

O comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, havia adquirido a Companhia Industrial Amazonense S.A. em leilão após a rendição dos países do Eixo e queria movimentar os negócios da Vila Amazônia. A propósito, o neto de Uyetsuka relata que os bens da Companhia foram adquiridos pela Sociedade de Comércio e Transporte Ltda, do grupo da J. G. Araújo &

¹⁵³ Repetição da tragédia econômica da Amazônica, primeiro com o extrativismo da borracha, que declinou com a borracha cultivada, depois com a juta que declinou com a introdução da fibra sintética.

Cia. Ltda., em 06 de abril de 1946, como único participante do leilão, pelo valor total de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros)¹⁵⁴. Eram 35 estabelecimentos (escritórios, prédios e filiais em vários locais) avaliados em Cr\$ 2.455.969,10 – dos quais, Cr\$ 304.472,20 não recuperáveis, que o liquidante Clóvis Castelo Branco, gerente do Banco do Brasil S.A., lançou a leilão sumariamente (UETSUKA; NAKANO, 2013, p. 280).

Contudo, Tuji não se interessou mais por Vila Amazônia, pois estava se soerguendo nos negócios, depois de ter plantado juta durante o período da guerra em Ituqui/Santarém. No término da guerra, em setembro de 1946, ele abriu a firma comercial L. G. Tuji & Cia. na cidade de Santarém, em nome da nova esposa Leonor Garcia (1923), para exportação de concha para botão, enfeites etc, madeira de cedro e látex, que deram grandes lucros. Nos anos seguintes foi plantar juta no rio Guamá (nordeste do estado do Pará), abriu uma filial da L.G. Tuji & Cia. em Capanema para negociar fibra de malva e tornou-se comprador de juta para a Companhia Fabril de Juta Taubaté, de São Paulo (TUJI, 1968, p. 4).

Após alteração da razão social para Tuji & Cia, expandiram os negócios da Casa Boa Esperança, uma das principais lojas do centro comercial de Santarém, que estendia as atividades para o comércio da juta, fábrica de sabão, látex, curtume e até de agente da Companhia Nordeste de Seguros. Com habilidade nos negócios e com crédito na praça, já no início de 1950, Kotaro Tuji e o irmão Kohei Tsuji, estavam entre os empresários mais bem sucedidos da região. E junto com novos negócios, Tuji arranhou novos amigos, entre eles, o político Elias Ribeiro Pinto¹⁵⁵, membro atuante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), secretário da Prefeitura de Santarém e linha de frente na administração do prefeito Aderbal Caetano Corrêa do referido município (TUJI, s/d, p. 12; PINTO, 2012).

Justamente em 1950, Getúlio Vargas veio à região Norte para a campanha eleitoral visando a sua reeleição, e em seu memorável discurso, na cidade de Santarém, em agosto de 1950, comprometeu-se a construir uma fábrica de tecelagem de fibra de juta com objetivo de fortalecer a juta nacional. Nessa época, Tuji planejava a construção de uma fábrica de processamento de fibra de juta em Santarém e estava sempre em contato com Uyetsuka e com os juticultores da região. Em janeiro de 1951 Tuji foi eleito ao cargo de diretor presidente da Associação Rural dos Plantadores de Juta, do estado do Pará (TUJI, 1968, p. 4).

¹⁵⁴ Tomando por referência a data de 6.04.1946 para a conversão de Cruzeiros em Reais, de acordo com site do Estadão - <https://acervo.estadao.com.br>, se Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) vale R\$ 6,67 em 2018, o valor de Cr\$ 700.000,00 equivaleria atualmente R\$ 4.669.000,00 (quatro milhões seiscentos e sessenta e nove mil reais).

¹⁵⁵ Elias Ribeiro Pinto era pai do jornalista Lúcio Flávio Pinto, editor do “Memórias de Santarém”, um importante encarte quinzenal criado por ele para o jornal O Estado do Tapajós.

Assim, ao tomar conhecimento de que o presidente do diretório local do PTB, Elias Pinto, se faria presente à posse do presidente Vargas (31 jan. 1951), Tuji solicitou que ele fosse portador de uma carta, na qual expôs a trajetória da Companhia Industrial Amazonense, que tivera os seus bens confiscados pelo governo brasileiro durante a guerra e que os 700 mil cruzeiros resultantes dessa venda estavam bloqueados no Banco do Brasil S.A. Solicitava que essa verba fosse desbloqueada para ser investida na indústria de tecelagem da juta prometida pelo presidente (APANB, 2001, p. 78; TUJI, s/d, p. 12; PINTO, 2012).

Passados alguns dias, um telegrama de Elias Pinto solicitava a presença urgente de Tuji, pois o presidente desejava encontrar-se com eles e que deviam apresentar um prospecto e um projeto para a construção da fábrica de tecelagem. No início de março de 1951, Tuji viajou para o Rio de Janeiro onde o aguardavam Elias Pinto e o gerente da sucursal de Santarém do Banco do Brasil, Raimundo Figueira. Tuji termina o projeto de 50 folhas em três dias e os três dirigem-se ao Palácio Rio Negro, em Petrópolis, para entregar os documentos ao presidente. Após as tratativas, Tuji foi indicado para coordenar a construção da fábrica de tecelagem, depois denominada de Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta (Tecejuta) (TUJI, 1968, p. 4; TUJI s/d, p. 12).

Naquela oportunidade Tuji expôs a necessidade de mais produtores de juta para atender a demanda da produção industrial, tendo em vista um incremento de 15.000 toneladas para atender às necessidades de consumo interno. Consulta então o presidente em relação a sua posição sobre a imigração japonesa e fica sabendo que ele era favorável à imigração de japoneses para a Amazônia e que estaria disposto a receber quantos o Japão quisesse enviar. No entanto, as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão ainda não haviam sido reatadas, por isso a imigração era algo difícil de ocorrer. Tuji relata os detalhes do assunto discutido com o presidente Vargas a Uyetsuka, pedindo-lhe que viesse ao Brasil como representante do governo japonês, investido de poderes para negociar sobre a imigração com o governo brasileiro (UYETSUKA, [1954] 2011).

Ao ler o relatório, Uyetsuka procurou imediatamente o primeiro-ministro japonês Shigeru Yoshida (1878-1967) que, mesmo concordando com o pedido, justificou que as condições internacionais não permitiam ainda o envio de um representante oficial (o Tratado de Paz de São Francisco, entre as forças Aliadas e o Japão, só foi assinado em 8 de set. 1951). Tuji recorreu aos japoneses influentes da Amazônia para viabilizar a vinda de Uyetsuka ao Brasil a convite, e logo este saiu do Japão por via aérea em 02 de agosto de 1951 (UYETSUKA, [1954] 2011).

Após a chegada, Uyetsuka esteve em Belém para organizar a fábrica de industrialização de juta em Santarém (EM BELÉM..., 1951) e depois seguiu com a comitiva para o Palácio do Governo (RJ) onde foi recebida pelo presidente Vargas, em 19 de setembro de 1951¹⁵⁶. Então, Tuji e Uyetsuka expuseram ao Presidente o projeto industrial da fábrica de tecelagem e apresentaram a petição para entrada de 5.000 famílias de imigrantes, com um plano quinquenal a partir de 1952. O plano apresentava algumas condições, entre as quais: a) Providências junto à Organização das Nações Unidas (ONU) para o custeio da viagem dos imigrantes; b) Financiamento aos produtores de juta sob condições preestabelecidas; c) Providências junto aos governos dos estados de Amazonas e Pará, no sentido de assegurar o terreno necessário para a produção da juta (UYETSUKA, [1954] 2011; TUJI, 1968, p. 4; APANB, 2001, p. 79).

Essa petição foi encaminhada ao Ministério da Agricultura e ao Conselho de Imigração do Brasil. Após a aprovação, em dezembro de 1951, o fato foi comunicado a Tuji por intermédio do governador do estado do Pará, Alexandre Zacarias de Assumpção (1895-1981). No entanto, Tuji fica sabendo que a ONU não poderia assumir o custeio da viagem, e que apesar da aprovação pelo Ministro da Agricultura (do Brasil) para a cobertura de despesa – a título de incentivo à agricultura – o Ministro da Economia do Brasil não podia atender por falta de verba. Logo, sem qualquer alternativa, Uyetsuka teve que recorrer ao governo japonês, que decidiu custear as passagens mediante contrato de empréstimo com os imigrantes (APANB, 2001, p. 79) e Tuji correu para convencer os órgãos de governo da região a receber os japoneses em diferentes colônias agrícolas, que acabaram aceitando-os para áreas remotas e para os territórios federais.

Tuji então partiu de Santarém para visitar os *koutakusseis* com o objetivo de solicitar apoio para receber os imigrantes. Após obter a concordância dos produtores de juta para receber as primeiras 80 famílias, eis que surge um novo problema: não havia navio para transportar as 80 famílias, pois o único navio disponível, o Santos Maru, só teria capacidade para transportar 54 passageiros na terceira classe. A solução seria reduzir o contingente para 17 famílias. Já contrariado com tanta demora na solução dos impasses, Tuji avisou o governo japonês que os imigrantes deveriam chegar à região no máximo até o fim do mês de outubro, senão perderiam a época de plantio da juta nesse ano. Caso não fosse possível, comunicou que seria melhor postergar para o ano seguinte. Porém, o agente do governo japonês, que estava sendo pressionado pela demora, decidiu despachar os imigrantes no navio Santos Maru, que trouxe

¹⁵⁶ Nessa oportunidade Yasutaro Matsubara (1892-1961) obteve também a autorização para trazer 4.000 famílias (20.000) de imigrantes para Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia.

inclusive uma parte da maquinaria destinada à Tecejuta de Santarém. Eles saíram no dia 28 de dezembro de 1952 (TUJI, s/d; UYETSUKA, [1954] 2011).

Assim, o primeiro contingente de imigrantes de pós-guerra, conhecido como “Imin-Juta” ou “imigrantes da juta”, composta de 17 famílias (54 pessoas), foi distribuído nas fazendas produtoras de juta dos japoneses, na região de Parintins, no mês de março de 1953, na época de cheia e de colheita da juta. Logo, sem qualquer experiência, muitos imigrantes foram submetidos ao trabalho de colheita dentro d’água, como fazem normalmente os colhedores de juta, mas eles não suportaram as condições de trabalho gerando muitos conflitos. Por coincidência, naquele ano, houve uma enchente excepcional do rio Amazonas, que não ocorria há 50 anos na região, trazendo muitos transtornos e afugentando os imigrantes para outros sítios (APANB, 2015, p. 241).

Foi um período de grande perturbação envolvendo os imigrantes, o consulado e os agentes de imigração. A triste notícia dos percalços dos primeiros “imigrantes da juta” foi noticiada pelos jornais japoneses de ampla circulação, de modo que os produtores japoneses de juta que acolheram os imigrantes de pós-guerra, ao viverem os conflitos e os fracassos dessa experiência desistiram definitivamente de receber outros imigrantes (APANB, 2001, p. 82-3).

A experiência conturbada com o primeiro contingente de pós-guerra levou Tuji a convocar os *koutakusseis* mais experientes para orientar os imigrantes nos assentamentos de outras levas que estavam chegando em 1953 e 1954 para as colônias de: Bela Vista de Manacapuru (AM), Monte Alegre (PA), Matapi e Fazendinha no município de Macapá (AP) e de Tomé-Açu (PA). Os orientadores¹⁵⁷ deviam servir de intérpretes e dar suporte aos imigrantes, em várias colônias agrícolas indicadas pelos órgãos do governo brasileiro, para plantação de juta, seringueira e hortaliças. Aconteceu que, por conta de tantos contratemplos e despreparo dos atores envolvidos, houve um grande descompassada programação entre os agentes recrutadores do Japão e os agentes receptores (grupo do Tuji) – que não tinham estrutura nem tampouco recursos para receber a contento centenas¹⁵⁸ de imigrantes que chegavam em curto espaço de tempo.

¹⁵⁷ Foram designados como orientadores das colônias agrícolas os seguintes: Sakae Oti, Hisaichi Higashi e Yuji Odani (Belterra e Fordlândia-Santarém/PA); Masatoshi Takamura e Takeshi Fujita (Bela Vista-Manacapuru/AM); Ichiro Yamamoto (Matapi – Porto Grande/AP); Munekichi Ishiguro (Monte Alegre/PA); Ikuro Harada (Efigênio Salles - Manaus/AM); Koji Ueno (Quinari – Rio Branco/AC); Masakazu Tani e Rokusono Uwamori (São Luís/MA).

¹⁵⁸ Para se ter uma ideia da confusão daquela época, em Manacapuru/AM, chegaram 24 famílias (148 pessoas) em 1953 e mais 102 famílias (579 pessoas) em 1954; em Monte Alegre/PA chegaram 24 famílias (160 pessoas) em 1953 e mais 43 famílias (264 pessoas) em 1954; em Macapá/AP, 29 famílias (177 pessoas) em 1953; e mais 21 famílias (123 pessoas) em 1954. Em dezembro de 1954 ingressam 6 famílias (27 pessoas) em Fordlândia/PA. No ano seguinte, em janeiro de 1955 chegavam 61 famílias (390 pessoas) para Belterra/PA. Em abril de 1955

Os órgãos do governo brasileiro, por sua vez, não dispunham de infraestrutura básica nas colônias agrícolas para o assentamento dos imigrantes (como transporte e alojamento) e muitas áreas eram de mata virgem ou de capoeira¹⁵⁹. Como comenta o irmão de Tuji, a tarefa de organizar o assentamento de imigrantes deveria ser dos órgãos públicos, mas Kotaro assumiu por conta e risco esse desafio, mesmo sem ter condições financeiras para tal empreendimento (TSUJI, 1992). Tanto que o próprio Tuji relata que teve imenso prejuízo e muitas dificuldades em administrar o assentamento dos imigrantes na Amazônia (TUJI, s/d).

Naquela época, por demanda do deputado Uyetsuka, então presidente da Comissão das Relações Exteriores da Câmara Baixa (câmara de deputados), o governo japonês fundou a Federação das Associações Ultramarinas do Japão (em 07 fev. 1954), conhecida como *Kaikyoren* (*Kaigai Kyokai Rengokai*), que passou a ser a organização responsável pelo recrutamento, seleção e transporte de emigrantes para o exterior e, ainda, recepcioná-los em sua chegada ao novo país (UYETSUKA, [1954] 2011; JAMIC, 1988). No entanto, as providências não chegaram a tempo, conseqüentemente, houve muitos conflitos nos primeiros assentamentos e um enorme percentual¹⁶⁰ de evasão dos imigrantes.

Para organizar a recepção e assentamento dos imigrantes na Amazônia, Tuji constituiu, em fevereiro de 1954, uma empresa de gerenciamento, denominada Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia S.A., custeado pelo governo japonês, tendo como presidente Kotaro Tuji, vice-presidente Ryoze Emura e na parte administrativa Hajime Owtake e alguns *koutakusseis*. Em julho de 1954, Tuji assinou contrato com o recém-criado¹⁶¹ Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) vinculado ao Ministério da Agricultura, para providenciar os preparativos para o assentamento dos japoneses nas colônias agrícolas. Em seguida, Tuji viajou para o Japão para pleitear às autoridades nipônicas os recursos necessários para o assentamento dos imigrantes e encomendar as máquinas para a Tecejuta de Santarém (APANB, 2001, p. 85; TUJI, 1968, p. 5).

Após várias demandas de Uyetsuka e Tuji, o primeiro-ministro japonês, Shigeru Yoshida (1878-1967), prometeu arranjar um empréstimo de quinze milhões de dólares americanos para financiar a imigração na Amazônia (TUJI, s/d, p. 13). Naquele meio tempo Getúlio Vargas suicidou-se (24 ago. 1954), mudando a situação da política nacional e a

chegavam mais 39 famílias (263 pessoas) para Belterra e 16 famílias (105 pessoas) para Fordlândia (MUTO, 2011, p. 254, 267).

¹⁵⁹ Capoeira é uma vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos. O termo, oriundo do tupi, designa o mato que nasceu no lugar de vegetação cortada.

¹⁶⁰ Até junho de 1957 haviam chegado 125 famílias, mas 97 famílias haviam deixado os locais de assentamento (APANB, 2001, p. 198). Significa que houve uma evasão de 78%.

¹⁶¹ O INIC foi criado pela Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954.

expectativa do governo japonês. Além disso, a morte de Vargas inviabilizava o crédito prometido à implantação da fábrica de tecelagem em Santarém. Logo, Tuji volta ao Brasil¹⁶² para tocar a recepção dos imigrantes, que estavam desembarcando em várias levadas. Contudo, no mês de dezembro daquele fatídico ano de 1954, aconteceu a renúncia dos ministros do governo Yoshida, no Japão, comprometendo todo o plano de Tuji e Uyetsuka de trazer 5.000 famílias de imigrantes autorizadas por Getúlio Vargas. Para completar a trama do infortúnio, em fevereiro de 1955, Uyetsuka perdeu as eleições e se afastou da política (UYETSUKA, [1954] 2011).

Mesmo com tantos contratempos, Tuji e sua equipe continuou o processo imigratório em andamento com todos os atropelos, tensões e conflitos por falta de infraestrutura de toda ordem nos assentamentos, agravada pelo desentendimento entre os órgãos do governo brasileiro acontecidos em Santarém. Naquele ano de 1955, as 122 famílias de imigrantes (785 pessoas) que ingressaram em 1954 e 1955, foram praticamente expulsas das colônias de Fordlândia e Belterra, em consequência de conflitos de competência entre o Instituto de Pesquisa Agrônômico do Norte (IPAN) e o INIC, pressionados pelos colonos brasileiros que já estavam na região. Assim, nessas circunstâncias, os imigrantes foram redistribuídos, às pressas, para outros sítios naquele ano de 1955 (MUTO, 2011, p. 267).

Desse episódio podem-se imaginar os níveis de pressão, angústias e conflitos que Tuji e seus ajudantes *koutakusseis* sofreram junto com os imigrantes. Ainda assim, a despeito de todas as dificuldades financeiras e de logística enfrentadas por Tuji e seus ajudantes, eles conseguiram introduzir na região amazônica cerca de 700 famílias, num total de 3.700 imigrantes japoneses, entre os anos de 1953 a 1957 (TUJI, s/d, p. 13).

Nesse período de tantas dificuldades dos agentes condutores do processo imigratório, em setembro de 1955, foi instituída no Japão a Companhia Japonesa de Fomento à Emigração Ultramarina, conhecida como "*Ijyushinko*" (*Nihon Kaigai Ijyu Shinko Kabushiki Kaisha*), em forma de sociedade anônima, com a finalidade de adquirir terras e fundar colônias no exterior, bem como vender os lotes aos imigrantes japoneses. E Tsukasa Uyetsuka foi nomeado Conselheiro Fiscal da *Ijyushinko*. Em 25 de setembro de 1957, Uyetsuka apresentou à Diretoria seu parecer, sob o título "Sobre o Projeto de Desenvolvimento da Amazônia através da Imigração", em que mencionava a importância da Vila Amazônia para ser a sede do projeto

¹⁶² Tuji regressou ao Brasil com o deputado Uyetsuka (em out.1954), junto com a comitiva do governo japonês que veio para comemoração do IV Centenário de São Paulo, chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores. Eles vieram a bordo da *Japan Air Line*, na primeira viagem que essa empresa fizera ao Brasil (INTENSIFICAM-SE..., 1954).

(UYETSUKA, [1954] 2011). Provavelmente ele estava interessado em recuperar as terras de Vila Amazônia, nas quais tanto investiu outrora, mas o governo japonês não deu prosseguimento ao seu projeto.

As funções da *Kaikyoren* no Brasil ficaram a cargo da JAMIC - Imigração e Colonização Ltda., constituída, em julho 1956, tendo por sócio majoritário a *Ijyushinko* e cinco (5) sócios minoritários residentes no Brasil. A sociedade tinha por objeto a imigração e colonização – seja de imigrantes colonos, trabalhadores ou técnicos voltados à agricultura, pecuária e indústria, admitindo a compra e venda de mercadorias e imóveis e demais atividades conexas ou necessárias aos fins sociais (JAMIC, 1988).

Em 1957 foi constituída a empresa JEMIS - Assistência Financeira S.A. (*Kaigai Ijuh Jigyodan*), com sede no Rio de Janeiro e sucursais em São Paulo, Belém, Porto Alegre e Recife, que tinha por finalidade principal conceder empréstimos e prestar garantias aos imigrantes japoneses e às sociedades por eles organizadas para as atividades agropastoril, industrial, pesqueira ou outras atividades econômicas (JAMIC, 1988). A sede da Jamic/Jemis de Belém, mais conhecida como *Jigyodan*, passou a cuidar da burocracia e assistência aos novos imigrantes que ingressassem nas colônias da região Norte e do Maranhão, com um quadro de empregados, inclusive de alguns *koutakusseis*. Contratou também as filhas dos *koutakusseis* para ministrar aulas nas colônias¹⁶³. Além disso, a *Jigyodan* subsidiava recursos para construção de associações culturais, realizava convênios com instituições de pesquisa agrícola como a Embrapa etc.

Quanto a Uyetsuka, depois da fundação da *Jigyodan*, com a fusão da *Kaikyoren* e *Ijyushinko*, Uyetsuka renunciou ao cargo de Conselheiro Fiscal da *Ijyushinko* e se afastou das atividades da emigração em 1963. Em 1966, Uyetsuka recebeu notícias que a família do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo tinha entrado em contato com um norte-americano para venda da Vila Amazônia. Uyetsuka chegou a negociar com o representante dos Araújo para comprá-la, mas não chegou ao ponto de fechar o negócio (UYETSUKA, [1954] 2011). Há vários relatos de imigrantes e de seu neto Yoshio Uyetsuka, que Tsukasa Uyetsuka sempre esteve interessado pela evolução dos imigrantes da Amazônia até o seu falecimento, em Tóquio, em 22 de outubro de 1978, aos 88 anos.

¹⁶³ Nessa época de implantação muitas filhas dos *koutakusseis* foram convidadas para lecionar nas colônias de japoneses abertas nos territórios federais e em Tomé-Açu, porque não havia professores e nem escolas nos interiores. Foram para Rondônia as duas filhas de Kikujiro Naito; para Monte Alegre as filhas de Ikuro Harada: Yasuko Harada e Urana Toshiko Harada; Foram para Tomé-Açu a convite da Cooperativa (CAMTA): Guilhermina Mori, Elis Odani, Elba Tiyo Ono, Naide Masako Kokai, Juliana Nobuko Kimura, Helena Izumi, Helena Shizuko Nomura, Celina Sakiyama (de Maués). Desse convívio várias filhas de *koutakusseis* casaram com os filhos da velha e da nova imigração de Tomé-Açu (fonte: entrevistados).

Em meados de 1956 Tuji se afasta da imigração e volta às atividades particulares para pagar as dívidas que tinha acumulado nos cinco anos de trabalho dedicados à imigração e convida seus velhos amigos de longa data (Sakae Oti, Ryoze Emura, Hajime Owtake, Kenji Kawakami e Sadao Hasegawa, entre outros) e alguns imigrantes da nova imigração como Kohei Seko, Tadashi Sudo, Shoichi Isobe, entre outros para trabalhar na compra, processamento e embalagem de juta, pimenta-do-reino e outros produtos, em Parintins, Santarém e Belém (SUDO, 2015).

A essa altura, com a vinda de várias levas de imigrantes distribuídas nas colônias agrícolas, aumentava significativamente a população de imigrantes na região e a reboque, os problemas de saúde, falta de escolas, transporte, estradas, conflitos entre imigrantes, entre outros demandas que chegavam frequentemente aos ouvidos de Tuji. Então, como ele possuía forte liderança na comunidade nipônica, planejou com os amigos a organização de uma entidade que congregasse os interesses dos imigrantes e descendentes de toda a Região Amazônica, cobrindo as colônias dos estados do Pará, Amazonas e Maranhão, e dos territórios federais do Amapá, Acre, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima) (APANB, 2015).

Em julho de 1958, Tuji com as lideranças da comunidade japonesa fundam a Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (APANB), com sede em Belém, e torna-se o seu primeiro presidente¹⁶⁴. Logo a comunidade *nikkey* se mobilizou para adquirir um imóvel para construção da sede para as atividades socioculturais e ambulatório para os serviços médicos. Assim, com as doações foi adquirido um terreno na Travessa Nove de Janeiro (local onde se encontra o Hospital Amazônia)¹⁶⁵.

Na época da fundação da APANB, foram criadas 31 filiais (associações locais) ou “conselhos regionais” nos estados do Pará e Amazonas e nos quatro territórios federais, nas seguintes localidades (Quadro 1):

¹⁶⁴ Tendo como 1º vice-presidente Sadao Hasegawa e 2º vice-presidente Renkichi Hiraga e como secretários Osamu Hoshino e Sakae Oti. A primeira diretoria era composta pelos representantes da sociedade nipônica de Tomé-Açu, Belém, Ananindeua, Santa Izabel, Capanema, e outras localidades (APANB, 2015, p. 27).

¹⁶⁵ Nesse terreno foi construída a sede social da APANB como centro cultural (galpão para os eventos sociais e para passar os filmes japoneses); escritório administrativo; alojamento para os jovens estudarem em Belém; e o centro ambulatorial, que no decorrer dos anos passou a ser o Hospital Amazônia, sob a administração da Beneficente Nipo-Brasileira da Amazônia. Em 1987 a sede da APANB, foi transferida para a travessa 14 de Abril, nº 1128, em Belém do Pará.

Quadro 1 – Filiais da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (década de 1960)

19 no estado do Para: Belém, Coqueiro, Tapanã, Ananindeua, Benfica, Trambioca (Barcarena), Moema, Santa Isabel, Guamá, Castanhal, Timboteua, Ourém, Capanema, Tomé-Açu, Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Juruti e Oriximiná.
7 no estado do Amazonas: Manaus, Bela Vista (Manacapuru), Itacoatiara, Itapiranga, Uricurituba, Maués e Parintins.
2 no T.F. do Amapá: Colônias de Fazendinha e Matapi.
1 no T.F. do Acre: ColôniaQuinari
1 no T.F. de Guaporé (atual Rondônia): Colônia Treze de Setembro
1 no T.F. Rio Branco (atual Roraima): Colônia de Taiano

Fonte: APANB (2015, p. 28)

Contando com o apoio da comunidade nipônica Tuji esteve a frente da APANB até o seu falecimento, em Belem, em 25 de novembro de 1970.

Atualmente a Vila Amazonia não pertence mais a firma J. G. Araújo, pois a gleba está sob a jurisdição do INCRA (governo federal) e a comunidade da Vila Amazônia está integrada ao município de Parintins. Também não existe mais famílias de japoneses residindo em Vila Amazônia, o que resta é um espaço aberto onde estava o prédio do *Hakkou Kaikan*; uma praça com a placa comemorativa dos 80 anos de imigração - no lugar onde ficava a caixa d'água e onde faziam as experiências da juta; o busto de Ryota Oyama com uma placa de homenagem de 2009 próximo a uma escola; e ao fundo da Vila Amazônia, o cemitério abandonado.

7.6 RECONHECIMENTO AOS PIONEIROS DO PROJETO *KOUTAKU*

A história tem revelado que todos os pioneiros viveram a aventura de um tempo difícil e de grandes desafios para suportar uma vida tão adversa (com malária, febre amarela, isolamento, insetos) e tão diferente de sua terra natal (clima, fauna, vegetação, cultura, idioma, urbanização, alimentação etc). Muitos se transferiram para o Sudeste e outros redutos ou retornaram a terra natal. Alguns sucumbiram no percurso dessa grande jornada. Não obstante, os que permaneceram na região e as sementes que plantaram nas várzeas do grande rio foram suficientes para brotar uma nova cultura que marcou época na Amazônia.

É fato que os jovens estudantes da Escola Superior de *Kokushikan* fizeram do Projeto *Koutaku* uma missão de vida “vieram para ficar”. Como eles próprios declaram: “A vinda dos *koutakusei* para a Amazônia não foi com sentimento de um *dekassegui* e nem para ganhar dinheiro. A verdadeira intenção era o desbravamento da Amazônia para torná-la um lugar bom para se viver” (KOTAKU-KAI-PA, 2011, p. 82-3). E junto com os *koutakusseis* vieram os

técnicos, professores, colonos e os demais agregados embalados pelo sonho de fazer a Amazônia um lugar bom para viver.

Como visto ao longo deste estudo, muitos sucumbiram aos obstáculos: alguns pagaram com a vida, outros se dispersaram pelo Brasil, e outros retornaram à terra natal. Porém, o trabalho e a contribuição à formação econômica, social e cultural da Amazônia de vários desses corajosos imigrantes foram reconhecidos, tanto pelas autoridades japonesas e brasileiras, como também pela comunidade local como benfeitores do povo desta região.

Conforme estabelece a Lei no 97, de 20 de outubro de 2011, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, os koutakusseis passaram a ser reconhecidos formalmente pelo estado do Amazonas como precursores do ciclo econômico da juta no Amazonas:

Art. 1º- Passa a constar do Calendário Histórico do Estado do Amazonas, instituído por esta lei, o registro do dia 21 de outubro de 1930 como a data comemorativa da colonização agrária dos Koutakusseis precursora do Ciclo Econômico da Juta no Amazonas.

Parágrafo único. A expressão Koutakusseis denomina os estudantes japoneses, das Escolas Superiores de Colonização Agrária de nome Kokushikan e Nippon Koutou Takushoku Gakko - KOUTAKU, trazidos do Japão para implementação em Parintins, com sede na Vila Amazônia, do projeto de colonização e exploração agrária preconizado pelo Governador Efigênio Sales na Lei n. 1.309, de 26 de outubro de 1926.

Art. 2º- Fica reconhecido o Ciclo da Juta como ciclo de desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas, tornando obrigatória a utilização de obras regionais em seu estudo no currículo escolar dos cursos integrantes do Sistema Estadual de Ensino, observada a adequada extensão e profundidade de seu conteúdo programático.

Art. 3º- Em preito de perene gratidão esta lei consigna o pedido formal de desculpas aos briosos Koutakusseis e descendentes, pelos excessos aos quais foram injustamente submetidos durante a 2ª Guerra Mundial, enquanto trabalhavam pelo Brasil em solo amazonense (Lei nº 97, de 20 de outubro de 2011).

Tsukasa Uyetsuka foi agraciado pelo governo brasileiro com a comenda de “Grã-Cruz” da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul¹⁶⁶ pela dedicação à indústria da juta na Amazônia. Em Abril de 1965 foi condecorado pelo governo japonês, recebendo a condecoração de 2º grau *Kun-2-Tou Zuiho-Sho*. Em 1975 recebeu a medalha de Dedicador à Cultura Moderna da Província de Kumamoto, pela grande dedicação ao desenvolvimento da Amazônia (UYETSUKA [1954], 2011). No centro da cidade de Parintins, atrás do bumbódromo, existe uma praça denominada de “Praça Uetsuka” com o busto de Tsukasa Uyetsuka e placas com os nomes dos *koutakusseis* e outros membros do Projeto *Koutaku*, que estiveram em Parintins na década de 1930. A praça foi construída por ocasião da comemoração dos 50 anos de Imigração

¹⁶⁶ Consta no Relatório do Ministério das Relações Exteriores (RJ), Ano 1955, ed.0001, p. 96, que a ordem nacional foi concedida a Tsukasa Uyetsuka, em 23 de junho de 1955, como Presidente da Comissão da Diplomacia da Câmara dos Representes do Japão. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 10 dez. 2018.

dos *Kotakusseis* na Amazônia e inaugurada em outubro de 1981. Esta homenagem foi feita pelo prefeito da cidade em agradecimento à brilhante atuação destes imigrantes que contribuíram para o desenvolvimento da região.

Kotaro Tuji naturalizou-se brasileiro em 1951, com decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Foi condecorado pelo governo japonês em 1958. Recebeu a medalha de mérito Marechal Rondon do Instituto Nacional de Geografia e História¹⁶⁷, de São Paulo, em dezembro de 1966. Também recebeu o título de Cidadão Honorário Parintinense, em 1967, concedido pela Câmara Municipal de Parintins; e o título de cidadania belemense concedido pela Câmara Municipal de Belém, em 1969, e o título de “Cidadão Benemérito do Estado do Pará”, concedido pela Assembleia Legislativa do Pará, mas que não chegou a receber em vida. Por ocasião da inauguração (em 1971) do seu busto no átrio do Hospital Amazônia, foi entregue à família a comenda da Ordem do Sol Nascente, concedida pelo Imperador Hiroito (TUJI, 1968; s/d, p. 14; PIONEIRO DA JUTA..., 1970; VALENTE, 2000).

Ao médico Yoshio Toda foi outorgado pelo presidente da Câmara Municipal de Parintins, em dezembro de 1967, o título de cidadão de Parintins, pelos relevantes serviços prestados àquele município. Em 1968 o Instituto Nacional de Geografia e História, de São Paulo condecorou também, Yoshio Toda, Ryota Oyama, Ryoze Emura e Renkichi Hiraga de Tomé-Açu (DANTAS, 1968). Na cidade de Parintins existe um posto de saúde com o nome do Dr. Toda, em homenagem a esse médico que prestou relevantes serviços médicos a população ribeirinha da região no posto de Vila Amazônia.

O colono Yoshimasa Nakauchi recebeu em 1958 o diploma de Honra ao Mérito Madeira, expedido pelo Ministro dos Assuntos Estrangeiros do Japão, Tóquio, pelos seus empreendimentos realizados na incrementação da agricultura no Brasil. Também recebeu o título de cidadania parintinense, em dezembro de 1967, expedidos pela Câmara Municipal de Parintins, pelos relevantes serviços prestados à agricultura desse município (BUTEL, 2012). Nakauchi recebeu homenagens póstumas, pelo falecimento em 04 de junho de 1973, em Parintins. A primeira rua (beira-rio) de Parintins leva o nome de Avenida Nakauchi, onde a família de Yoshimasa Nakauchi residiu por longos anos (informação verbal)¹⁶⁸.

Acredita-se que o colono Ryota Oyama seja o mais homenageado imigrante do Projeto *Koutaku*, como descobridor da juta que leva o seu nome. Por ocasião do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil, foi condecorado pelo Imperador Hirohito com a Ordem do Sol Nascente Cordão Amarelo (1958). Posteriormente recebeu outra condecoração imperial, o

¹⁶⁷ Possivelmente é o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP).

¹⁶⁸ Entrevista concedida à autora por NAKAUCHI, Celso Toyoshige, em Parintins, em maio 2017.

Quinto Grau da Ordem do Tesouro Sagrado (1966). Pelo lado brasileiro foi-lhe concedido o título de cidadão de Parintins (1963) e o título de cidadão benemérito do Estado do Amazonas (1967); Medalha Brigadeiro José Vieira Couto Magalhães (1967) e Grão-Mestre da Ordem de Rio Branco (1968) pelo governo brasileiro. Também recebeu duas homenagens póstumas: Ordem do Mérito Grão-Pará no Grau de Oficial (1999) e a Medalha de Mérito do Centenário da Imigração Japonesa (2010) pelos ministérios de Ciência e Tecnologia, Esporte, Turismo e Emprego. Na cidade de Parintins há um busto dele e uma escola denominada Escola Estadual Ryota Oyama, criada em fevereiro 1972 (HOMMA et al., 2011, p. 391-92).

Vários *koutakusseis* receberam títulos de cidadania das câmaras municipais, entre eles: Kuniji Koga (K3) recebeu o título de cidadania do Município de Parintins, em julho de 1987; Kinji Ikegami (K3) recebeu da Câmara Municipal de Alenquer o título de “Cidadão Alenquerence”, em junho de 1984 (Dec. Legislativo 006/84); Kumekichi Ishiguro (K4) recebeu em 1985 o grau de Comendador de Cruz de Mérito Cultural e em 1993 recebeu da Câmara Municipal de Monte Alegre o título de honra ao mérito e cidadania de Montealegrense (informação verbal)¹⁶⁹. A família de Takashi Maruoka (K4) foi agraciada com o nome do filho “Togu Maruoka” em uma escola municipal e uma rua na cidade de Juruti, em agradecimento pelas relevantes contribuições dos Maruoka (informação verbal)¹⁷⁰.

Na cidade de Parintins existe uma escola estadual com o nome da Professora Aldair Kimura, filha de Kazunori Kimura (K1), em homenagem àquela que exerceu vários cargos na área de educação de Parintins e pelos relevantes serviços prestados à comunidade; uma escola municipal de Parintins denominada Tadashi Inomata (F4) onde se ensina a língua japonesa. Mais outra escola municipal na Vila Amazônia denominada Tsukasa Uyetsula. Também existe no município de Nova Olinda do Norte (AM), na calha do rio Madeira, uma escola municipal de ensino fundamental com nome de Toshizo Nakajima (K1) (informação verbal)¹⁷¹.

Mais recentemente, em comemoração aos 80 anos da chegada dos *koutakusseis* ao Amazonas, os *koutakusseis* Mamoru Chiba (1911-2016) e Zennoshin Shoji (1914-2015) receberam títulos de cidadão do Amazonas da Assembleia Legislativa do Amazonas, pelos relevantes serviços prestados ao Amazonas, especialmente na contribuição no cultivo da juta, em sessão especial em 25 de outubro de 2011, em Manaus (informação verbal)¹⁷².

¹⁶⁹ Entrevista concedida à autora por ISHIGURO, Mario, em Belém, em abril de 2017.

¹⁷⁰ Entrevista concedida à autora por MARUOKA, Toru, em Belém, em abril de 2017.

¹⁷¹ Entrevista concedida à autora por SHOJI, Wilson Yoshiyuki, em Manaus, em outubro de 2016.

¹⁷² Idem, SHOJI, Wilson Yoshiyuki.

8 MOBILIDADE E PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS *KOUTAKU* NA AMAZÔNIA

Este capítulo analisa os dados primários coletados por meio de questionários e entrevistas com descendentes de 52 famílias que participaram do Projeto *Koutaku*, cujos resultados estão resumidos nos apêndices desta tese.

As questões específicas da pesquisa de campo partiram das seguintes indagações: Quais as principais motivações que trouxeram os *koutakusseis* para a Amazônia e as condicionantes que levaram a dispersão desse grupo para outros destinos? Quantas e quais as famílias do Projeto *Koutaku* que permaneceram na Região Amazônica? Que transformações estruturais alcançaram os descendentes dos *koutakusseis* em termos de educação e realização profissional? Considerando ainda, que depois da Segunda Guerra Mundial as famílias dos *koutakusseis* chegaram a receber patrcios da nova imigração, por que eles não conseguiram sucesso nessa integração, no sentido de formarem colônias agrícolas no baixo Amazonas?

8.1 MOTIVAÇÕES PARA VIR À AMAZÔNIA

Seguindo a ordem do questionário, os dados consolidados nas tabelas desta seção dizem respeito às motivações para vir à Amazônia e sair do assentamento original (Colônia Modelo de Andirá); à mobilidade das famílias na região Norte; e os locais onde elas se fixaram. Assim, indagada a principal motivação que trouxe o pai para a Amazônia, entre as opções elencadas: 17 (33%) responderam que o pai “foi influenciado por Uyetsuka”; 13 (25%) que “foi influenciado pelas propagandas”. Apenas 6 (12%) informaram que “não havia perspectiva no Japão”, enquanto que 9 (17%) desconhecem as motivações que trouxeram os seus pais para a Amazônia (Tabela 6).

Tabela 6 – Motivação dos pais para virem à Amazônia, segundo descendentes do grupo *koutaku*

Opções de resposta	Nº	%	Opções de resposta	Nº	%
a. Sonhava “fazer a América”	1	1,92	f. Não queria ir para Manchúria	2	3,85
b. Sonhava “ir para São Paulo”	0	0	g. Influenciado pelas	13	25,00
c. Não havia perspectiva no Japão	6	11,54	h. Outros motivos	3	5,77
d. Influenciado por Uyetsuka	17	32,69	i. “Não sabe”	9	17,31
e. Sonhava ganhar dinheiro	1	1,92	Total	52	100,00

Fonte:—Pesquisa de campo, com base nos questionários e entrevistas

Significa que 58% dos pioneiros foram influenciados pelo discurso de Uyetsuka e/ou pelas propagandas sobre a Amazônia, o que mostra o peso da influência midiática na decisão do imigrante. Essa influência se fez acentuadamente no reduto político de Uyetsuka, visto que

das 52 famílias entrevistadas 15 eram da região de Kyushu (ao sul do Japão), que abrange as províncias de Fukuoka, Kagoshima, Kumamoto, Miyazaki, Nagasaki, Oita e Saga.

Observa-se que não foi questionado sobre a concessão da terra como motivação dos imigrantes do Projeto Koutaku, porque está claro no regulamento da Escola de Colonização Superior, que Uyetsuka oferecia como atrativo as passagens e as despesas de viagem integralmente custeadas pelo projeto e a concessão gratuita de um terreno de 25 hectares após o término do estágio em Parintins (AM), bem como a oportunidade de liderança no processo de assentamento de 10 mil famílias de imigrantes, conforme abordado no item 7.1 do Capítulo 7 desta tese.

Outrossim, a resposta “não sabe” poderia estar dentro da alternativa “c” ou em qualquer item, pois muitos filhos de *koutakusseis* afirmaram que o pai não comentava, ou pouco falava do passado e que era “muito calado” ou “muito ríspido” no seio da família. Depois, quase todos os entrevistados comentavam que o pai bebia muito e fumava muito, como era de costume naquela época. Por outro lado, na compreensão de tais declarações pode-se inferir que o ostracismo não foi casual, pois alguns entrevistados justificaram que o pai, sentindo-se um tanto derrotado do sonho acalentado de alcançar o sucesso econômico, preferia ficar calado, para evitar discussões com a mulher que queria retornar à terra natal, ou remigrar para São Paulo. Percebe-se que “ficar calado” seria uma estratégia mais confortável do que justificar a decisão de permanecer na região.

Considerando que várias famílias de *koutakusseis* eram de classe média ou da elite japonesa, segundo os relatos de alguns descendentes do grupo, foi questionada qual a profissão da família do pai no Japão (Tabela 7).

Tabela 7 – Ocupação dos pais dos pioneiros do grupo *koutaku*, segundo descendentes

Ocupação dos pais	Nº	%	Ocupação dos pais	Nº	%
a. Agricultores	20	38,46	e. Comerciantes	3	5,77
b. “Não sabe”	18	34,62	f. Militares	2	3,85
c. Médicos	3	5,77	g. Outras profissões	3	5,77
d. Professores	3	5,77	Total	52	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, com base nas entrevistas.

Entre as 52 famílias entrevistadas, 20 (38%) responderam que a família do pai era de agricultores; 18 (34%) não sabiam a profissão da família do pai, por causa do passado distante ou por falta de diálogo com os pais, mas muitos disseram que os pais provinham de famílias de *samurais*. Do restante, 3 (6%) eram de famílias de comerciantes; 3 (6%) de médicos; 3 (6%) de

professores; 3 (6%) de outras profissões e 2 (4%) de militares. Inclusive, Ikuro Haji era filho do almirante Kanshiro Haji¹⁷³ (ASS. KOUTAKU-AM, 2011, p. 103).

Considerando que participaram das entrevistas 43(83%) famílias descendentes de *koutakusseis*; 7 (13%) de funcionários e 2 (4%) de colonos, proporcionalmente, os 20 (38%) de pais agricultores e apenas 3 (6%) de comerciantes reflete que a maioria dos integrantes do Projeto *Koutaku* (que deixou descendentes na Amazônia) poderia ser da classe média e apenas alguns seriam procedentes de famílias da elite social japonesa. Também pode ser interpretado que os jovens de classe média próspera, que chegaram no início da década de 1930, desistiram da Amazônia e remigraram para o Sudeste, ou retornaram ao Japão, permanecendo somente aqueles que não tinham condições para sair do local, ou que acreditaram no idealismo de Uyetsuka e Tuji, ou tinham vergonha de retornar ao Japão.

Por outro lado, como 34% dos entrevistados (dos que ficaram na Amazônia) desconhecem a ocupação da família do pai, ou não quiseram se manifestar sobre essa questão, interpreta-se à luz do contexto analisado no Capítulo 4 que, muitos dessas famílias, descendentes de *samurais* ao perderam os privilégios em decorrência das guerras civis (encerradas em 1877), estavam sem perspectiva nos centros urbanos do Japão. Na mesma situação estavam muitas famílias de agricultores que sofreram a reforma agrária que provocou o êxodo rural na Era Meiji. Dentro dessa perspectiva, em face à conjuntura mundial e do Japão nas décadas de 1920-1930, muitos jovens daquela época, predominantemente do sexo masculino, estavam atrás de uma oportunidade de trabalho, inclusive, porque não queriam ir para a Manchúria, a exemplo de Ittetsu Sasaki (K3) e Kinji Ikegami (K3).

8.2 MOBILIDADE DAS FAMÍLIAS *KOUTAKU*

Ao se questionar qual a principal motivação para sair do assentamento original (Colônia Modelo de Andirá), entre as opções elencadas: 23 (44%) responderam que “foi para plantar juta”, enquanto 8 (15%) responderam que a família não saiu de Parintins. Apenas 4 (8%) disseram que foi “por causa da guerra”; 3 (5%) que seria “sem condições para plantação”; e 2 (4%) para “busca de educação dos filhos” (Tabela 8).

¹⁷³ Kanshiro Haji (1870-1950) foi um oficial da Marinha Imperial do Japão e exerceu o posto de contra-almirante. Foi nomeado chefe de gabinete do vice-almirante Takeshi Takarabe (1867-1949) e comandou a base naval da Marinha Imperial Japonesa de Ryojun (Porto Arthur), no período de 11.05.1916 a 01.12.1917. Disponível em: <http://admiral31.world.coocan.jp/e/px20.htm#r007>. Acesso em: 10 out. 2018.

Tabela 8 – Motivação para sair do assentamento original, segundo descendentes

Opções de resposta	Nº	%	Opções de resposta	Nº	%
a. Sem condições para plantação	3	5,77	f. Plantação de juta	23	44,23
b. Troca de profissão ou negócio	2	3,85	g. Não saíram de Parintins	8	15,38
c. Perda/desapropriação do terreno	1	1,92	h. Por causa da guerra	4	7,69
d. Falta de mercado para a produção	0	0	i. “Não sabe”	4	7,69
e. Educação dos filhos	2	3,85	j. Outras justificativas	5	9,62
Total				52	100,0

Fonte: Pesquisa de campo – elaborada pela autora com base nos questionários e entrevistas.

Houve diferentes respostas isoladas como: “para não ser preso”; “situação muito precária”; “questão de sobrevivência”; “solidão”; entre outros motivos, mas nenhum entrevistado afirmou como razão para sair do assentamento original “d. falta de mercado para produção”. A razão dessa alternativa “d” da Tabela 8 deve-se aos relatos dos imigrantes que produziram arroz, verduras e legumes para o consumo próprio e para venda, e que não havia mercado para essa produção. Logo, essa alternativa seria cabível aos dissidentes do Projeto *Koutaku*, pois se depreende que a falta de perspectiva para a produção inicial (sem a juta) foi o principal motivo de debandada dos primeiros contingentes.

Na verdade, além das culturas permanentes, como de guaraná, cacau, seringueira, castanha-do-pará, eles plantaram arroz, mandioca, e até chegaram a produzir farinha de mandioca para a venda no mercado local, mas havia o problema da distância entre as cidades e dificuldades de transporte para escoamento da produção, conforme relatado no Capítulo 7. E uma vez que os *koutakusseis* das duas primeiras turmas não conseguiram sucesso na plantação da juta, cerca de dois terços rumaram para o Sudeste e outros lugares.

Entretanto, para aqueles que permaneceram na Amazônia, a principal motivação para a saída do assentamento foi certamente a plantação da juta na várzea, conforme esclarecido pelo professor Alfredo Homma, pesquisador da EMBRAPA. Na sua opinião, a Colônia Modelo de Andirá não oferecia as condições propícias para desenvolver uma agricultura com retorno econômico, o que foi suplantado pela descoberta da juta de boa qualidade por Ryota Oyama, que deveria ser cultivada na várzea (informação verbal)¹⁷⁴. Portanto, com a aclimação da juta a maioria dos *koutakusseis* abandonou a Colônia Modelo de Andirá para plantar juta em área de várzea, como responderam 44% dos entrevistados.

Dos relatos sobre a mobilidade verificou-se que os *koutakusseis* receberam orientação para formar pequenos grupos de três ou quatro famílias para disseminação da juta na Amazônia.

¹⁷⁴ Entrevista concedida por HOMMA, Alfredo, em Belém, em setembro de 2017.

Assim, em 1937, 17 famílias¹⁷⁵ (29 pessoas) abandonaram a terra firme e foram para locais próximos a Colônia Modelo de Andirá, às margens do lago Uaicurapá, Ilha Formosa, Igarapé Itapecuru, rio Andirá no município de Barreirinha¹⁷⁶. Contudo, diante da necessidade de extensas áreas de várzeas, os imigrantes se deslocaram para as margens dos grandes rios, ilhas e lagos mais distantes do médio e baixo¹⁷⁷ Amazonas para dedicar-se a plantação da juta com os ribeirinhos da região.

Por exemplo, Utyu Yasui (APANB, 2001, p. 11) relata que em fins de agosto de 1937 o grupo de solteiros da quarta turma se aventurou na Ilha Estevão, cerca de 80 km à montante da cidade de Parintins. Depois eles se estabeleceram em uma área de várzea denominada São Joaquim¹⁷⁸. Nessa época várias famílias foram para Caldeirão, como relataram as famílias de Masumi Kobayashi (K2), Koichi Kudo (K1), Takashi Maruoka (K4), Masanori Fujishima (K4) e Atsushi Kunimuni (K1). Uma entrevistada (informação verbal)¹⁷⁹ lembra que em meados de 1940, as duas famílias Harada se juntaram com a família de Ittetsu Sasaki e foram para um local chamado de Boca do Boto em Oriximiná (PA), fato também relatado pela senhora Yukie Sasaki (NAKANO, 2000c, p. 3).

¹⁷⁵ Segundo Oti (1947) e Araújo (1995, p. 21), ocorreu a seguinte destinação: A família Sotaro Hara foi para Ilha de Caripunas; 4 famílias para Sant'Anna (Yoshito e Yoshio Ishihara, Kinji Ikegami e Ittetsu Sasaki); 3 famílias para Bom Remédio (Hanji Kokai, Yuuji Odani e Masakazu Tani); 1 para Santa Rosa (os irmãos Daikichi Yoshii e Tomekichi Yoshii); e 8 famílias para a ilha São Vicente (Shoji Aoki, Ikuo Haji, Sadaharu Hoshihara, Hitoshi Kurozawa, Akira Ozaki, Masayoshi Serizawa, Muneo Shinpo e Taro Yamazaki). Depois, os 6 solteiros foram para a Ilha Estevão (Masanori Fujishima, Shigeru Miyaji, Sadakichi Hiraishi, Kumekichi Ishiguro, Mitsuo Yakushiji e UtyuYasui).

¹⁷⁶ Wilson Shoji esclarece que a divisa entre os municípios de Parintins e Barreirinha fica exatamente na boca (fóz) do rio Uaicurapá, no Paraná de Ramos.

¹⁷⁷ Oportuno mencionar que os nikkeis da região costumam generalizar que os *koutakusseis* viviam no “Baixo Amazonas”, referindo-se às localidades entre as cidades de Manaus e Santarém. No entanto, sem considerar a nova divisão geopolítica do IBGE de 2017 (em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas), a mesorregião do Baixo Amazonas do Estado do Pará era formada pela união de quinze municípios, agrupados em três microrregiões: Almeirim (municípios de Almeirim e Porto de Moz); Óbidos (municípios de Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná e Terra Santa); e Santarém (municípios de Alenquer, Belterra, Curuá, Mojui dos Campos, Monte Alegre, Placas, Prainha e Santarém). Por outro lado, o Médio Amazonas correspondia à mesorregião do Centro Amazonense que é formada por 30 municípios agrupados em seis microrregiões (Coari, Itacoatiara, Manaus, Parintins, Rio Preto da Eva e Tefé), enquanto que o Alto Amazonas correspondia aos municípios acima de Manaus. Na subdivisão, a microrregião de Parintins abrange uma área de 107.507,60 Km² e é formada por sete municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará (Fonte: Sistema de Informações Territoriais. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br> e IBGE – e https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm. Acesso em: 12 fev. 2018).

¹⁷⁸ São Joaquim e Caldeirão são locais que existem em vários municípios do Pará e Amazonas, e são bastante citados nos relatos dos imigrantes. Segundo o entrevistado Toru Maruoka, o São Joaquim – onde os imigrantes do grupo *koutaku* se fixaram - fica a margem direita do rio Amazonas, no lado da Serra de Parintins, no estado do Pará, próxima a cidade de Juruti (PA), no limite entre Amazonas e Pará. Esse local serviu de entreposto fluvial por vários anos a Noboru Yamanouchi (Sr. Casemiro), que depois passou para administração de Taro Yamazaki e UtyuYasui. Enquanto que o Caldeirão onde se instalaram alguns *koutakusseis* fica no lado esquerdo do rio Amazonas (no estado do Amazonas) acima da cidade de Juruti (PA). O outro Caldeirão, onde se instalaram os imigrantes de pós-guerra, fica no município de Iranduba, próximo à cidade de Manaus (AM).

¹⁷⁹ Entrevista concedida por ONO, Urana Harada, em Belém (PA), em fevereiro de 2017.

Quando estourou a Segunda Guerra Mundial, Tuji aconselhou os colonos e os funcionários da Companhia para se afastarem da sede, para não serem presos, de modo que muitos saíram da Vila Amazônia em agosto de 1941 (TUJI, s/d; NAKANO, 2000g, p. 4). Um pequeno contingente de técnicos ficou na Vila Amazônia, entre eles Atsushi Kunimuni que fazia trabalho de meteorologia do Instituto de Pesquisa até a época da guerra (informação verbal)¹⁸⁰. Mas esses funcionários e colonos ficaram próximos a Vila Amazônia, já que havia 124 famílias (368 pessoas) no município de Parintins, como indica a pesquisa realizada pelo Consulado do Japão em Belém, em outubro de 1941 (APANB, 2015, p. 249).

8.3 LOCAIS DE FIXAÇÃO DAS FAMÍLIAS *KOUTAKU*

Considerando que chegaram 302 imigrantes pioneiros (cabeça de família) diretamente do Japão para o Projeto *Koutaku* de Vila Amazônia na década de 1930, mais 40 imigrantes funcionários ou colaboradores procedentes de São Paulo para duas missões de pesquisa (dezembro de 1928 e setembro de 1930) e de outros projetos para trabalhar em Vila Amazônia (funcionários, médicos, enfermeiras, parteiras etc), deduz-se que participaram do Projeto *Koutaku* 342 famílias de imigrantes japoneses.

Após a desativação da sede da Vila Amazônia (1942) algumas famílias saíram dos arredores de Parintins para locais mais afastados e depois retornaram na década de 1950 no *boom* da juta. Muitas dessas famílias não saíram mais daquela região, cujos restos mortais¹⁸¹ estão nos cemitérios de Vila Amazônia, Boca do Andirá e cidade de Parintins. Assim, com base nas informações prestadas pelos entrevistados, conjugado com o levantamento realizado por Wilson Shoji (informação verbal)¹⁸², cuja família viveu por mais de 60 anos em Barreirinha (AM) e outros relatos de imigrantes (ASS. KOUTAKU-AM, 2011), foi possível montar um quadro aproximado dos locais onde se fixaram os pioneiros e suas famílias na década de 1950.

Pela listagem dos pioneiros foi possível conferir que 114 famílias do grupo *koutaku* estavam na região Norte na década de 1950, sendo 85 de *koutakusseis*, 20 de funcionários e 9 de colonos, sem contar os falecidos nas décadas de 30 e 40 e os não localizados. (Quadro 2).

¹⁸⁰ Entrevista concedida por SOUZA, Aderbal Maia dos Santos, filho de Atsushi Kunimuni, em Parintins (AM), em maio de 2017. Ele esclarece que não recebeu o nome do pai porque este estava no interior e foi registrado pelo tio brasileiro. Apenas a irmã de Aderbal recebeu o sobrenome do pai.

¹⁸¹ Entre os imigrantes sepultados em Parintins (AM) e arredores estão: Kuraichi Gonda, Kimishige Hatta, Shoji Hidaka, Tadashi Inomata, Manzo Katakai, Kazunori Kimura, Munekazu Kimura, Kuniji Koga, Atsuji Kunimuni, Fukue Misono, Shinichiro Mori, Yoshimasu Nakauchi, Hiroshi Nomura, Toru Okamura, Ryota Oyama, Muneo Shinpo, Zennoshin Shoji, Izumi Tayama, Tsuneji Toguchi, Genji Tokuta, Satoshi Yamaguchi, Daikichi Yoshii.

¹⁸² Entrevista concedida por SHOJI, Wilson Yoshiyuki, em Manaus (AM), em outubro de 2016.

Quadro 2 – Locais de fixação das famílias *koutaku* na década de 1950

Locais	Famílias	Qt.
Parintins (AM) e arredores	Kimishige Hatta (K3), Takeshiro Homma (K3), Shoji Hidaka (K1), Manzo Katakai (F), Kenji Kawakami (K6), Kazunori Kimura (K1), Atsushi Kunimuni (K1), Yoshimasa Nakauchi (C3), Hiroshi Nomura (K2), Hideomi Okada (F), Touru Okamura (K4), Kazuma Oyama (K3) Ryota Oyama (C3), Mitsuhiko Sakamoto (K3), Takashi Sakamoto (K6) e Yoshio Toda (F).	16
Uaicurapá, Parintins (AM)	Futoshi Iguchi (K3), Kuniji Koga (K3), Gengo Mori (C9), Shinichiro Mori (K4) e Genji Tokuta (K3) no rio Mamurú.	5
Paraná do Ramos, Barreirinha (AM)	Shiro Ihara (K4), Zennoshin Shoji (K7), Sotaro Hara (K4) - este último na Ilha Caripuna.	3
Barreirinha (AM)	Saburo Ono (K3) em Santa Rosa, Akira Ozaki (K3), Koji Baba (K4), Jiro Handa (K4), Munekazu Kimura (K4), Tadahisa Shoji (C7), Daikichi Yoshii (C3) e Tomekichi Yoshii (F3)	8
Maués (AM)	Hachiro Ono (K7), Sadaharu Hoshihara (K2).	2
Paraná do Comprido, Urucará (AM)	Kurakichi Gonda (F2), Tadashi Inomata (F4), Masashi Minami (K2), Yukio Sato (K1), Satoshi Yamaguchi (K2).	5
Paraná do Albano, Urucará (AM)	Shoji Aoki (K3), Keiji Izumi (K1), Fukue Missono (K1).	3
Urucurituba (AM)	Kenmei Nakai (K4), Ineo Takahashi (K5) em São Raimundo; Kikujiro Naito (K5) em Boca das Garças.	3
Uatumã (AM)	Hitoshi Kurokawa (K3).	1
Itacoatiara (AM)	Minoru Hatahara (K3), Suguru Hatahara (K3), Masahiro Imay (K7), Saburo Matsui (C4); Hiroki Oda (K5), Tomoki Oda (K6), Noboru Yamanouchi (F).	7
Itapiranga (AM)	Kenyo Chiba (K1), Mamoru Chiba (K4), Katsuo Hiruta (F).	3
Rio Madeira, mun. Nova Olinda do Norte (AM)	Toshizo Nakajima (K1), Ikuro Haji (K3); Sadakichi Hiraishi (K4); Shigeru Kato (K4); Shigeru Miyachi (K4); Masayoshi Ogino (K4); Gentaro Ogino (K6); Masayoshi Serizawa (K2); Yoshizaku Takita (K2); Yozo Utsumi (K5).	10
Rio Solimões e Manacapuru (AM)	Takeshi Fujita (K3), Isao Kaneko (K1), Isaku Kino (F1); Isamu Miwa (F); Shinchiro Ono (K3); Masatoshi Takamura (F3); Kiyokatsu Kato (K2); Masafumi Sato (C3).	8
Alenquer (PA)	Torao Ohnishi(F); Kinji Ikegami (K3), Tadashi Sawaki (K6).	3
Oriximiná (PA)	Ikuro Harada (K3); Kozo Harada (K5); Ittetsu Sasaki (K3), Hajime Owtake (F), Namitaro Kamijo (F6) e Hiroshi Tanabe (F2).	6
Caldeirão, Juruti (PA)	Takashi Maruoka (K3); Azuma Maruoka (C7); Masumi Kobayashi (K2) de 1942-1990; Masanori Fujishima (K4); Koichi Kudo (K1), Takato Oishi (K1).	6
São Joaquim, Juruti (PA)	Utyu Yasui (K4); Taro Yamazaki (K4); Tsuneji Toguchi, (K4) e Mitsuo Yakushiji (K4).	4
Ituqui e Santarém (PA)	Hisaichi Higashi (K2), Gihei Iida (K1), Yoshito Ishihara (K3) e Yoshio Ishihara (K3), Hanji Kokai (K3), Yuuji Odani (K3), Sakae Oti (F1), Masakazu Tani (K3); Kohei Tsuji (F3), Kotaro Tuji (F3), Rokusono Uwamori (K3), Teisuke Tanaka (K6).	12
Monte Alegre (PA)	Kumekichi Ishiguro (K4), Ichiro Murakami (K7).	2
Tomé-Açu (PA)	Goro Suzuki (K3), Muneo Shinpo (K3), Kumakichi Saiki (C5).	3
Castanhal (PA)	Nobuichi Sato (F1).	1
Santa Isabel (PA)	Nobumoto Takashima (K6).	1
Ananindeua e Belém (PA)	Ryozo Emura (F1), Mosaburo Naito (K3).	2
	Total	114

Fonte: elaborada pela autora com base nas entrevistas e outros relatos de imigrantes

F = funcionário; F1 = funcionário que chegou em 1931; F2 = idem, em 1932; F3 = idem, 1933; F6= idem, 1936; K1= *koutakusse* que chegou em 1931; K2 = idem, em 1932; K3 = idem, em 1933; K4 = idem, em 1934, etc. C3 = colono que chegou em 1933; C4 = idem, 1934; C5= idem, 1935; C7 = idem, 1937; C9 = idem, 1939

E se na década de 1950 estavam 114 pioneiros com suas famílias no médio e baixo Amazonas plantando juta e exercendo outras atividades econômicas na região, se depreende que um terço desse grupo se fixou na Amazônia, pelo menos até a década de 1950 (Tabela 9).

Tabela 9 – Comparativo: entrada e fixação do grupo *koutaku* (1930-1950)

Cabeça de família	Entrada na década de 1930	Fixação na década de 1950	% de fixação
<i>Koutakusseis</i>	248	85	34,27
Colonos vindos do Japão	29	9	31,03
Funcionários vindos do Japão	25	12	48,00
Funcionários de São Paulo e de outros projetos	40	8	20,00
Total	342	114	33,30

Fonte: Pesquisa de campo - elaborada pela autora com base no Quadro 2 e relação de imigrantes.

Na análise comparativa entre as proporções de fixação dos imigrantes do grupo *koutaku*, o percentual de 48% de funcionários (professores e técnicos) vindos do Japão é relativamente superior ao dos *koutakusseis* e colonos, o que pode ser interpretado como maior grau de aceitação do idealismo de colonização na Amazônia e/ou comprometimento profissional.

De outra vertente, na comparação entre os participantes dos projetos *Koutaku* de Parintins e *Nantaku* de Tomé-Açu, constata-se que a fixação do primeiro foi relativamente superior ao do segundo, considerando que chegaram a Tomé-Açu 405 famílias (2.104 pessoas) no período de 1929 a 1937 (ACTA, 2009) e permaneceram 67 famílias (220 pessoas) da velha imigração de Tomé-Açu, de acordo com pesquisa realizada pelo Consulado do Japão em Belém, em outubro de 1941 (APANB, 2015, p. 249). Portanto, uma fixação aproximada de 17% das famílias do Projeto *Nantaku*, isto é, metade da proporção de fixação do grupo *koutaku* que foi de 33%. Todavia, se forem considerados os dados de Ikeda (1965, p. 33) e Tsunoda (1988, p. 62), que afirmam que os dissidentes de Tomé-Açu, entre os anos de 1935-1942, eram de 276 famílias (1.603 pessoas), ou seja, 68% das famílias de chegaram para o Projeto *Nantaku*, deduz-se que permaneceram na região 129 famílias, ou 32% das 405 famílias de entrada, o que representa uma fixação equivalente ao grupo *koutaku* de Parintins.

Em relação ao grupo *nantaku*, a mobilidade ocorreu por causa da malária e do insucesso da cultura do cacauzeiro na década de 1930, quando a maioria dos imigrantes foi para São Paulo, mas certamente várias famílias se deslocaram para Belém, Santa Isabel do Pará e Castanhal. Depois do sucesso da pimenta-do-reino algumas famílias da velha imigração retornaram a Tomé-Açu na década de 1950, quando vários imigrantes de pós-guerra foram para a Segunda Colônia de Tomé-Açu (conhecida como Colônia Jamic) e permaneceram nessa empreitada

enquanto durou a fase próspera da pimenta-do-reino. A partir da década de 1990, Tomé-Açu também se esvaziou com o movimento dos *decasségus*.

Igualmente, a permanência dos imigrantes do grupo *koutakuna* região da várzea durou enquanto prosperou o ciclo econômico da juta, cujo apogeu ocorreu em 1965 com a produção anual de 47.687 toneladas (HOMMA, 2007, p. 64). Depois eles se mobilizaram para outros lugares à medida que a produção da juta foi decaindo com o surgimento da malva, da fibra sintética e do transporte em *container*. Alguns pioneiros permaneceram nas proximidades da cidade de Parintins plantando guaraná, frutas e verduras, e/ou criando algumas cabeças de gado. Outros abandonaram os negócios devido à queda do preço da juta e prejuízos com o sistema de aviamento pelo inadimplemento dos financiados, enquanto que os filhos se espalhavam a procura de trabalho em vários estados da federação do Brasil.

Na década de 1970 muitos pioneiros se mudaram para os centros urbanos, geralmente para Belém e Manaus, por motivos de saúde e de idade, deixando o primogênito ou membro da família no local para “tomar conta” da propriedade, já que não conseguiam vender e nem abandonar o imóvel. Alguns deixaram a propriedade para os “vizinhos” que vivem do extrativismo e do oportunismo, em face da cultura patrimonial de ocupação. Assim, de acordo com a lista de Tosui Akiyama (K1) de 1999, atualizada por Nakano (2000a), com pequeno acréscimo feito pela autora, foi possível consolidar uma aproximação dos locais onde estavam as famílias dos pioneiros em 2000, considerando um único representante para cada família do grupo *koutaku*, de preferência o local onde estava o pioneiro (*koutakusse*, ou funcionário, ou colono) ou a viúva deste (Tabela 10).

Tabela 10 – Distribuição das famílias do grupo *koutaku* em 2000

Locais	<i>Koutakusseis</i>	Colonos	Func. vindo do Japão	Func. de SP e outros	Nº fam.	%
a. Estado do Pará	32	2	4	7	45	13,16
b. Manaus e arredores	31	3	3	2	39	11,40
c. Parintins e arredores	20	6	2	2	30	8,78
Subtotal 1- na Amazônia	83	11	9	11	114	33,34
d. Estado de São Paulo	48	2	6	5	61	17,84
e. Estado do R. de Janeiro	5		1	4	10	2,92
f. Estado do Paraná	5				5	1,46
g. Outros estados	5	2	1	2	10	2,92
Subtotal 2- no Brasil	146	15	17	22	200	58,48
No Japão	17		1	3	21	6,14
Em outros países	3		1		4	1,17
Locais desconhecidos	82	14	6	15	117	34,21
Total	248	29	25	40	342	100,0

Fonte: Pesquisa de campo e Lista de endereços das famílias *koutaku* (NAKANO, 2000a).

Em vista do que foi apurado na Tabela 10, 58% das famílias do grupo *koutaku* encontravam-se no Brasil no ano de 2000, sendo que 33 % na região Norte e 22% no Sudeste. Considerando ainda, que 34% em locais desconhecidos (entre os quais os falecidos e os não localizados), acredita-se que o percentual dos que permaneceram no Brasil seja bem superior aos 58%, visto que tradicionalmente poucos imigrantes japoneses retornaram ao seu país de origem. Como já dito por Bassanezi (1995, p. 9), “apesar do contingente de japoneses representarem a minoria no contexto das imigrações estrangeiras foi a que teve menor índice de retorno”. Em outras palavras, dentre os imigrantes estrangeiros foi o contingente que apresentou o maior índice de fixação em solo brasileiro.

Atualmente, dentre as várias localidades visitadas por ocasião do *survey*, constatou-se que o maior contingente de descendentes do grupo *koutaku* estão na área metropolitana de Belém. Mas ainda permanece uma parte significativa de descendentes nas cidades de Parintins e Manaus. Assim, com base no levantamento realizado via questionário do “local onde se fixaram definitivamente”, verificou-se que 20 (38%) das famílias entrevistadas estão na área metropolitana de Belém; 18 (35%) em Parintins e arredores e 8 (15%) na cidade de Manaus e arredores (Efigênio Sales e Cacau Pirêra) (Tabela 11).

Tabela 11 – Locais onde se encontram as famílias entrevistadas em 2018

Locais mencionados	Nº	%	Locais mencionados	Nº	%
a. Área Metropolitana de	20	38,46	e. M. Alegre, Santarém	3	5,77
b. Parintins e arredores	18	34,62	f. Tomé-Açu (PA)	1	1,92
c. Manaus e arredores	8	15,39	g. São Luiz (MA)	1	1,92
d. Itacoatiara (AM)	1	1,92	Total	52	100,

Fonte: Pesquisa de campo-elaborado pela autora com dados de questionários e entrevistas

8.4 ADAPTAÇÃO E OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS KOUTAKU

A seguir estão analisadas as respostas dos levantamentos realizados junto às 52 famílias, sobre o processo de adaptação dos imigrantes na Região Amazônica; as motivações para permanecer no local onde se fixaram; quantas pessoas da família permaneceram em atividades ligadas ao solo; se eles foram trabalharno Japão e se o resultado do trabalho de *decasségus* foi favorável para mudar a vida da família.

8.4.1 Laços de solidariedade

Questionados sobre qual a principal motivação para permanecerem na Amazônia constatou-se que 17 (33%) “não quiseram sair” completadas com justificativas como: porque tinha estabelecimento comercial, ou granja, ou criação de gado, ou emprego, ou relação de família, entre outros casos (Tabela 12).

Tabela 12 – Motivação para as famílias *koutaku* permanecerem na Amazônia, segundo descendentes

Motivação para permanência	Nº	%	Motivação para permanência	Nº	%
a. Não teve condições de sair	8	15,38	d. Relações de amizade	3	5,77
b. Membros não quiseram sair	17	32,69	e. Gostou do local	9	17,31
c. Escola para os filhos	10	19,23	f. Outros: idade e doença	5	9,62
Total				52	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaborado pela autora com dados de questionários e entrevistas

Significa que o principal fator de permanência dessas famílias decorreu da dependência econômica que eles haviam criado na região. Entre os demais, 10 (19%) responderam que foi por causa da proximidade da escola para os filhos; 9 (17%) porque gostou do local, 8 (15%) porque a família não teve oportunidade ou condição econômica para sair do local devido ao falecimento do patriarca, como aconteceu com as famílias de Shoji Hidaka, Satoshi Yamaguchi e Ichiro Murakami

Na avaliação dos dados, no geral, pode-se afirmar que muitos *koutakusseis* das turmas de 1933 a 1937, que chegaram acompanhados das esposas, permaneceram na Amazônia por longos anos, inclusive por laços de solidariedade entre as mulheres. Igualmente, os laços afetivos foram importantes para permanência de muitos *koutakusseis*, principalmente daqueles que casaram com as nativas da região e tiveram apoio da família da mulher.

Outros tiveram a sorte de encontrar pessoas que os ajudaram, que de certa forma contribuiu para a permanência da família na região. Por exemplo, Kohei Tsuji conta que quando foi morar em Alenquer na época da guerra encontrou um italiano bondoso, chamado Francisco Mileo que tinha fazenda de gado e comércio de aviamento. Ele fornecia mercadorias e dinheiro para pagamento pós-colheita, de modo que Kohei ficou 8 anos no interior de Alenquer plantando juta (TSUJI, 1992). A família de Takashi Maruoka (informação verbal)¹⁸³ conta também que sempre teve apoio de Mileo, em Juruti, que financiava a plantação de juta na região. Muitas dessas famílias se estabeleceram por longos anos (20, 30, 40 anos) na região a oeste do

¹⁸³ Entrevista concedida pelos irmãos MARUOKA, Toru, em abril de 2017, em Belém.

Pará, nos municípios de Juruti, Alenquer, Oriximiná, Santarém e Monte Alegre, criando laços de solidariedade com a população local.

8.4.2 A dispersão contribuiu ou atrapalhou?

Questionados se a dispersão do grupo *koutaku* contribuiu ou atrapalhou para a realização profissional e econômica dos pioneiros e seus descendentes, 33 (63%) dos entrevistados responderam que a dispersão atrapalhou a vida das famílias *koutaku*. Justificadas com expressões como: “porque o grupo perdeu o comando”; “porque perdeu a força”; “porque os *koutakuseis* foram preparados para administrar e superar as crises de forma unida”; “porque sofreram muito com o isolamento”; “porque não podiam compartilhar dificuldades financeiras, de plantio, de adaptação”; “que a dispersão trouxe desigualdades na cabeça dos filhos”. Inclusive, alguns responderam com saudosismo que “se o pessoal tivesse a Vila Amazônia a vida dos imigrantes seria outra”.

Por outro lado, 14 (27%) entrevistados responderam que a dispersão contribuiu para o sucesso profissional e econômico dos *koutakusseis* e seus descendentes. Seguindo o levantamento, entre as justificativas há registro de expressão como: “pois permitiu que cada qual procurasse a sua melhoria”; “que se esforçassem para enfrentar desafios”; “porque passou a ensinar a população local sobre agricultura”; “pela oportunidade de estudar e frequentar a Universidade”; “porque contribuiu para se integrar com a família da mulher”; “contribuiu para se integrarem na sociedade brasileira”; “contribuiu para o enriquecimento do imigrante”; “contribuiu para o desenvolvimento da Amazônia”. Apenas 5 (10%) responderam que “não sabe”, ou não tinham opinião sobre essa pergunta.

O que se depreende da análise das justificativas dos descendentes é que, aqueles que tiveram menos sucesso profissional e/ou mais dificuldades financeiras acreditam que a dispersão atrapalhou a vida desses imigrantes porque eles perderam o apoio da companhia e dos companheiros para superar as dificuldades. Opostamente, aqueles que obtiveram mais sucesso econômico ou profissional acreditam que o isolamento contribuiu para a integração na sociedade brasileira, cujo enfrentamento de desafios (falta de recursos, dificuldade da língua, aspectos culturais, preconceitos etc.) os fizeram crescer e conquistar o seu lugar.

8.4.3 Atividades ligadas ao uso do solo

Dos questionamentos sobre a permanência de descendentes da família na atividade ligadas ao uso do solo (como agricultura, pecuária e mineração), 29 (56%) responderam que atualmente ninguém da família trabalha em atividades ligadas ao uso do solo; 15 (29%)

responderam que mantinham atualmente um descendente (geralmente o primogênito) na atividade rural; 5 (10%) responderam que dois descendentes se dedicam a essas atividades e 2 (4%) responderam que mais de três parentes estão trabalhando no interior (Tabela 13).

Fica evidente que poucos descendentes têm permanecido na agricultura ou pecuária. Outrossim, nenhum caso foi encontrado em exploração de minério (garimpagem), seguindo a mesma linha dos pioneiros que não se identificaram com atividades de serraria de madeira e nem com garimpagem de ouro e cassiterita comum na região

Tabela 13 – Permanência de descendentes em atividades ligadas ao uso do solo

Descendentes	Nº	%	Descendentes	Nº	%
a. Nenhum	29	55,77	d. Três descendentes	1	1,92
b. Um descendente	15	28,84	e. Mais de três pessoas	2	3,85
c. Dois descendentes	5	9,62	Total	5	100

Fonte: Pesquisa de campo - elaborado pela autora com dados de questionários e entrevistas.

8.4.4 Descendentes como *decasségus*

Devido à crise econômica que abateu o Brasil na década de 1980-90, concomitante às ofertas de trabalho no mercado japonês, muitos imigrantes japoneses e descendentes retornaram ao Japão, constituindo um verdadeiro fenômeno migratório que reverteu o fluxo dos anos anteriores. Nesse movimento muitos filhos de *koutakusseis* foram trabalhar como *decasségus*, como se pode verificar na Tabela 14.

Tabela 14 – Descendentes do grupo *koutaku* trabalhando como *decasségus*

Membros da família	Nº	%	Resultado econômico	Nº	%
a. O próprio <i>koutaku</i> /mulher	0	0	Não satisfatório	15	28,85
b. Filhos <i>dekoutaku</i>	4	7,69	Foi satisfatório	11	21,15
c. Filhos e netos	17	32,69	Sim, investiram em imóveis	8	15,38
d. Só netos	16	30,77	Não sabe	3	5,77
e. Não trabalharam	15	28,85	Não trabalharam	15	28,85
Total	52	100,00		52	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaborado pela autora com dados de questionários e entrevistas

Da investigação de campo constatou-se que das 52 famílias do grupo *koutaku* entrevistadas, 17 famílias (33%) encaminharam filhos e netos para trabalhar no Japão, enquanto que 4 (7%) só os filhos e 16 (31%) só os netos. A soma das três categorias representa 37 famílias (71%). Mas nenhum pioneiro das famílias entrevistadas foi trabalhar como *decasségui* por

motivo de idade avançada¹⁸⁴. Por outro lado, das 15 (29%) famílias que não tiveram descendentes trabalhando como decasségus 13 são residentes nas capitais, cujos descendentes encontraram colocação no mercado local. Na generalidade os descendentes que frequentaram o curso superior estão na cidade exercendo atividades comerciais e serviços profissionais regulamentados como: médicos, engenheiros, agrônomos, advogados, economistas, entre os quais muitos são professores, funcionários públicos e aposentados.

Muitos entrevistados relataram que na década de 1990 quase todas as famílias nikkeis de Parintins encaminharam os filhos e netos para trabalhar como decasségus e que as famílias de Mitsuhiko Sakamoto (K3) e Takashi Sakamoto (K6) foram as que mais remeteram descendentes e agregados para trabalhar no Japão. Das 15 famílias entrevistadas em Parintins, 14 encaminharam seus descendentes e agregados para trabalhar no Japão. As famílias numerosas como as de Kimishige Hatta (K3), Sotaro Hara (K4), Tadashi Inomata (F4), Genji Tokuta (K3) tiveram muitos filhos e netos trabalhando no Japão na década de 1990-2010. Apesar de muitos terem voltado, outros tantos ainda permanecem no Japão como decasségus, o que demonstra, em parte, o nível de desemprego no interior da Amazônia.

Das entrevistas realizadas sobre o resultado econômico do trabalho de decasségus, dentre as 37 famílias que tiveram algum descendente trabalhando no Japão, 15 (29%) alegaram que o resultado do trabalho não acrescentou muito na vida deles e não mudou os negócios de sua família, enquanto que 11 (21%) responderam que o trabalho de decasségui foi satisfatório e 8 (15%) que mudou os negócios da família, especialmente daqueles que estiveram trabalhando por mais tempo, pois com as economias eles investiram em imóveis, comércio e aquisição de bens que dificilmente teriam acesso trabalhando no Brasil. Apenas 3 (6%) responderam não saber da vida dos parentes que foram trabalhar no Japão (Tabela 14).

A maioria dos ex-decasségus de Parintins vive do comércio local, como quitandas e mercadinhos. Também foram localizados alguns descendentes operando com supermercados, restaurantes, serviços de taxi, na área de educação e serviços profissionais regulamentados. Alguns entrevistados relataram que a oportunidade de trabalhar no Japão mudou muito a vida financeira da família. Por exemplo, dos 17 netos de Shoji Hidaka (K1), 12 foram trabalhar no Japão, entre os quais 9 são filhos de Vibarto Hidaka com Maria do Carmo. Muitos filhos de Vibarto já retornaram e montaram os seus negócios nas cidades de Parintins, Manaus e Juruti,

¹⁸⁴ Na década de 1990 os pioneiros já estavam na faixa dos 70-80 anos, isto é, fora do mercado de trabalho para os decasségus. Entretanto, o *koutakussei* Nobumoto Takashima (K6) foi trabalhar em 1988, em Gunma, Japão e retornou em 2002, segundo o relato do filho Mario Takashima, residente em Castanhal (PA).

enquanto outros permanecem lá. Atualmente eles estão alargando o Supermercado Brasileiro em Parintins. Em Juruti estão os quatro filhos de Vibarto onde possuem o conhecido Empório Hidaka, Supermercado Brasileiro e posto de combustível.

Igualmente, quase todos os membros da família Kimishige Hatta (K3) já retornaram do Japão e investiram em comércio, imóveis e hotelaria. Os descendentes de Tadashi Inomata (F4), Kuraishi Gonda (F2), Kuniji Koga (K3), Touru Okamura (K4) e outros que foram trabalhar como decasségus, também fizeram seu “pé de meia” e estão tocando seus negócios em Parintins, Manaus e em outros lugares.

8.4.5 Integração com os brasileiros

Por ocasião das visitas, alguns entrevistados relataram que no início da imigração os pioneiros tiveram certa dificuldade de relacionamento com a população local por causa da língua e por serem diferentes em vários aspectos. Logo, frequentemente discriminados no meio social que passaram a frequentar. Os rapazes solteiros eram vistos com certa desconfiança pelo fato de serem muitos, que foram superadas com os relacionamentos com as moças da região e pela vinda dos casados. Interessante relatar alguns depoimentos de filhos mestiços (de japoneses com brasileiras) que disseram que os próprios pais (os pioneiros) se sentiam discriminados pelos compatriotas por terem casado com as nativas da região. Por causa disso, eles ficaram afastados ou de “escanteio” do convívio social, cujo comportamento se refletiu também nos filhos. Ou seja, os pais japoneses e os filhos mestiços se sentiam discriminados de ambos os lados – dos japoneses e dos brasileiros.

As crianças japonesas foram as que mais sofreram *bullying* por causa do biótipo diferente. Relembrando o passado, as filhas de Hisaichi Higashi (K2) (informação verbal)¹⁸⁵ contaram que frequentemente essas crianças eram motivo de zombaria nas escolas. Os *bullying* mais frequentes eram relacionados aos nomes e sobrenomes, que se transformavam em apelidos como “takanacara”, “tapanacara”, “amassaki” etc. Um segundo motivo de zombaria era devido à aparência dos asiáticos, de rosto redondo e olhos puxados, que geravam apelidos relacionados a animais considerados feios, a exemplo de: “candiru” (peixinho de olhos puxados, conhecido como peixe vampiro da espécie *Vandellia cirrhosa*), “poraquê” (peixe elétrico, da espécie *Electrophorus electricus*), “acari-bodó” (peixe cascudo da lama da espécie *Hypostomus affinis*), “matamatá” (cágado de água doce de cabeça grande achatada, da espécie *Chelus fimbriata*) entre outros animais exóticos da região.

¹⁸⁵ Entrevistada concedida pelas irmãs HIGASHI, Ébana, Filomena e Nazária, em Belém, em janeiro de 2017.

Em razão de a população local encontrar dificuldade de entender os nomes e sobrenomes dos japoneses, no processo de adaptação estes passaram a adotar nomes populares para suas crianças, como Alfredo, Antonio, Gilberto, Getúlio, José, João, Lúcia, Maria, Manuel, Nazaré, Nina, Olívia, Paulo, Sônia, Tereza etc. Os padres contribuíram muito para essa mudança, pois exigiam que as crianças fossem batizadas com nomes cristãos para frequentar as escolas.

Os adultos também passaram a adotar nomes usuais para facilitar a comunicação e aceitação no meio social. Um tanto inusitado foi encontrar alguns descendentes com nomes estranhos aos padrões usuais, como: Aleysio (em vez de Aluísio), Edowardo (no lugar de Eduardo), Vibarto (em vez de Vivaldo), Choji (em vez de Shoji), que decorreram de erro de registro do escriturário (comum nos cartórios do interior daquela época), ocasionado também pela má pronúncia dos japoneses, que não conseguiam distinguir alguns fonemas formados com as letras “f”, “l”, “lh”, “nh”, “r” e “v”.

Do resultado desta investigação pode-se verificar que a integração afetiva entre japoneses e brasileiros foi significativa para aquela época, a começar com o casamento interétnico de muitos *koukatusseis* que esposaram as moças da região, como aconteceu com: Shoji Aoki (K3), Koji Babá (K4), Masanori Fujishima (K4), Jiro Handa (K4), Kimishige Hatta (K3), Sadaharu Hoshihara (K2), Tadashi Inomata (F4), Kumekichi Ishiguro (K4), Kazunori Kimura (K1), Kuniji Koga (K3), Kiyokatsu Kato (K2), Atsushi Kunimuni (K1), Kenmei Nakai (K4), Tatsuo Ozaki (K2); Moto Satake (K1); Yoshikazu Takita (K2), Genji Tokuta, entre outros.

Da segunda geração, constatou-se que dos 52 entrevistados, 36 (69%) realizaram casamentos interétnicos, 14 (27%) intraétnicos, dos quais alguns entre famílias do mesmo grupo *koutaku*¹⁸⁶, e apenas 2 (4%) permaneceram solteiros (Tabela 15).

Tabela 15 – Integração étnica, social e cultural dos entrevistados

Etnia do cônjuge	Nº	%	Sociedades comerciais	Nº	%	Etnia dos amigos	Nº	%	Sentimento pertencimento	Nº	%
Brasileiro(a)	36	69	+ brasileiros	24	46	+ brasileiros	47	90	+ brasileiro	39	75
Nikkei	14	27	+ nikkeis	8	16	+ nikkeis	2	4	+ japonês	5	10
Solteiro(a)	2	4	Ambas	9	17	Ambas	3	6	Ambos	8	15
			Não teve	11	21						
Total	52	100	Total	52	100	Total	52	100	Total	52	100

Fonte: Pesquisa de campo - elaborado pela autora com dados de questionários e entrevistas.

¹⁸⁶ São casos de casamentos intraétnicos dentre o próprio grupo *koutaku*: Luiza S. Okamura Kimura, Yoshime Oyama Homma, Urana Harada Ono; Cristina Hatahara Utsumi, Mariza Minami Fujita e Margareth Minami Sato. Com os imigrantes de Tomé-Açu: Juliana Kimura Asano, Ellis Odani Kinoshita, Guilhermina Mori Matsunaga.

Na Tabela 15 estão também as respostas das 52 famílias entrevistadas, no que diz respeito aos questionamentos sobre: integração social em relação à sociedade comercial; etnia dos amigos; e sentimento de pertencimento.

Quanto às sociedades comerciais, foi constatado que 24 (46%) mantiveram sociedades mais com brasileiros; 8 (16%) mais com nikkeis; 9 (17%) com ambas etnias; e 11 (21%) não mantiveram sociedades comerciais. Significa que o nível de integração comercial foi maior com brasileiros do que com japoneses, porém essa integração comercial foi menor que a integração marital com brasileiros (Tabela 15).

Quanto à integração social em termos de amizade, pelo fato de viverem dispersos na Amazônia, sem uma colônia de patrícios e cercados de brasileiros, eles passaram a cultivar amizades com a população local, tanto que das 52 famílias entrevistadas, 47 (90%) responderam que tem mais amigos brasileiros do que nikkeis. Apenas 2 (4%) responderam que seus amigos são mais de etnia japonesa e 3 (6%) são de ambas etnias, sem precisar a preferência (Tabela 15).

Em relação ao sentimento de pertencimento 39 (75%) responderam que se sentem mais brasileiros do que japoneses; apenas 5 (10%) responderam o inverso; e 8 (15%) responderam que se sentem tanto brasileiro como japonês, isto é, tem sentimento difuso de pertencimento. Ora, se 75% da segunda geração (*nisseis*) se sentem mais brasileiros, pode-se inferir que o sentimento de pertencimento da terceira geração (*sanseis*) para frente é totalmente de brasileiro, tal como eles costumam dizer: “de japonês, só tenho a cara”. O que comprova mais uma vez o equívoco da suposta inassimilação dos japoneses.

8.4.6 Adaptação e assimilação

Considerando que a adaptação seja um processo que implica a mistura de culturas por meio de contato entre os povos e a assimilação a recepção de elementos culturais de um grupo humano por parte de outro sem conflito, adotaram-se nesta pesquisa três elementos significativos para exemplificar o processo de adaptação e assimilação desse grupo: língua, alimentação e religião. Assim, dos questionamentos apurados, verificou-se que 49 (94%) dos lares nipo-brasileiros adotam apenas a língua portuguesa. Pode-se afirmar que os descendentes do grupo *koutaku* só falam o português, pois os três respondentes que falam o japonês deve-se ao matrimônio com *isseis* de pós-Segunda Guerra, pois no cotidiano eles só falam em português. Quanto aos hábitos alimentares, em 47 (90%) dos lares dos descendentes predomina a comida brasileira, enquanto que 5 (10%) adotam a culinária brasileira e japonesa em seus lares, isto é,

“misturado”. Quanto à religião, 49 (94%) desse grupo responderam que são católicos, enquanto que 3 (6%) responderam que não tem religião (Tabela 16).

Tabela 16 – Adaptação e assimilação dos descendentes do grupo *koutaku*

Língua	Nº	%	Alimentação	Nº	%	Religião	Nº	%
Só português	49	94,23	+ brasileira	47	90,38	Cristã	49	94,23
Só japonês	0	0	+ japonesa	0	9,62	Sem	3	5,77
Ambas	3	5,77	Misturado	5				
Total	52	100,00	Total	52	100,00	Total	52	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaborado pela autora com dados de questionários e entrevistas.

Analisando o processo de adaptação e assimilação desse grupo, percebe-se que os resultados têm relação com o passado que eles viveram, senão vejamos.

- a) **Língua:** Durante o período de conflito bélico os imigrantes dos países do Eixo estavam proibidos de falar a língua de seu país. Nessa época todas as escolas de língua japonesa foram fechadas por ordem do presidente Vargas. Ademais, por estarem dispersos na Amazônia e longe dos centros urbanos, cedo as famílias¹⁸⁷ *koutaku* encaminharam os filhos para estudar nas cidades de Óbidos, Santarém, Belém, Manaus, São Paulo e outras capitais. Tanto que os filhos desses imigrantes ao perderem o convívio com os pais esqueceram a língua materna. Estes seriam os principais motivos porque os filhos dos pioneiros não falam o japonês. Em compensação, foram os primeiros *nisseis* a frequentar as universidades de Belém e de Manaus na década de 1960.
- b) **Alimentação:** todos responderam que consomem mais a comida brasileira, porque não havia ingredientes para manter os hábitos do país de origem. Logo, os hábitos alimentares são naturalmente recheados de regionalismo local. Qualquer *nissei* do Amazonas aprecia a variedade de peixes existente na Amazônia como: pirarucu, tucunaré, tambaqui, bocó, jaraqui, pacu, acari-bodó, piracuí (farinha de peixe) etc. Como qualquer amazonense, eles também apreciam a farinha de mandioca, banana pacovan (banana da terra), tucumã, açaí, manga e outras frutas típicas da região.
- c) **Religião:** Nas décadas de 1940-60, devido à ausência do Estado na área de educação, as escolas tradicionais da Amazônia eram administradas pelas congregações católicas

¹⁸⁷ Como fizeram as famílias Ikuro e Kozo Harada, Takeshiro Homma, Sakae Oti, Masumi Kobayashi, Kuniji Koga, Hanji Kokay, Koichi Kudó, Kinji Ikegami, Takashi Maruoka, Toshizo Nakajima, Kazuma Oyama, Yoshimasa Nakauchi, Kazunori Kimura, Yukio Sato, Zennoshin Shoji, entre outros. Tanto que nas décadas de 1960 e 1970 muitos filhos de japoneses do baixo Amazonas e de Tomé-Açu lotavam as pensões no bairro da Cidade Velha (Belém), nas hospedarias do Suzuki, Higashi, Kudo e Kawaguchi.

que mantinham a “religião” como disciplina obrigatória, e todos os alunos eram obrigados a frequentar a missa aos domingos. Acima dessa exigência, as crianças e os pais deviam comprovar que foram batizados para serem aceitos nesses colégios dirigidos por religiosos, conforme relato da representante da família Iida (informação verbal)¹⁸⁸ cuja família acolheu muitos filhos de *koutakusseis* no pensionato de Santarém para frequentarem os colégios Dom Armando e Santa Clara. Razão porque quase todos os entrevistados dizem professar a religião católica. Não há mais vestígio do budismo ou xintoísmo entre os descendentes desse grupo, com exceção de alguns membros da família de Takashi Maruoka, que passaram a ser adeptos da Igreja Tenrikyo, um dos ramos da religião budista.

Significa que houve um longo processo de adaptação, ou assimilação da cultura local de forma pacífica. No caso das crianças japonesas houve a recepção da cultura brasileira, em detrimento da cultura japonesa de forma involuntária, já que eles eram a minoria no meio social em que viviam. Entretanto, do ponto vista da ação dos pioneiros, esse processo de adaptação foi de certa forma voluntária, pois de regra geral, eles investiram na educação dos filhos, como comenta a senhora Yukie Sasaki: “Era comum ver que os *koutakusseis* não se importavam ganhar o dinheiro ou se enriquecer economicamente, mas pensavam sempre em educação dos filhos” (NAKANO, 2000c, p. 4).

Durante as entrevistas realizadas, muitos entrevistados relataram que desde pequenos eles eram encaminhados para Parintins ou Santarém para frequentarem as escolas dirigidas por padres e freiras, como era o costume naquela época, já que não existiam escolas públicas no interior da Amazônia. Em Parintins ficavam hospedados nas casas dos patrícios, mormente nas casas de Saburo Ono e Yukio Sato. Em Santarém, muitos ficavam na casa de Gihei Iida, para estudarem no Colégio Dom Armando e no Colégio Santa Clara (onde havia internato e externato para as meninas). Depois eles se deslocavam para Belém ou Manaus, ou ainda para São Paulo, para concluírem o científico e o curso superior.

8.5 INTEGRAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO *KOUTAKU*

Esta seção trata da sondagem de opinião dos entrevistados sobre as causas do insucesso na integração com os imigrantes de pós-guerra; se tiveram mais sucesso profissional que os demais imigrantes desta região; indicação das famílias que tiveram sucesso; e as contribuições

¹⁸⁸ Entrevista concedida por IMBIRIBA, Lucena Iida, em Belém, em maio de 2017.

dos *koutaku* no tocante às economias locais e na formação de redes sociais dentro da comunidade nikkei.

8.5.1 Acolhimento de imigrantes de pós-guerra

Questionados sobre o acolhimento de compatriotas da nova imigração de pós-guerra nos estabelecimentos das famílias *koutaku*, na década de 1950, 40 (77%) dos entrevistados responderam que a sua família não recebeu os patrícios de pós-guerra, enquanto que 9 (17%) responderam positivamente, mas que se tratava de casal, ou um a dois rapazes solteiros (estagiários) que passaram um curto período de tempo na fazenda para aprender o cultivo da juta e que na maioria dos casos a convivência foi boa ou pacífica. Apenas três (6%) declararam “não saber” se houve ou não tal acolhimento de “novos imigrantes” na família.

A vista do que foi coletado nesta investigação verifica-se que poucas famílias *koutaku* receberam imigrantes de pós-guerra, mesmo porque houve muitos contratempos na entrada das 17 famílias da primeira leva de pós-guerra, que chegaram numa época de enchente no Amazonas, de 1953. Após os incidentes conflituosos entre os imigrantes que vazaram na mídia (APANB, 2001, p. 82-3), a destinação de imigrantes para as fazendas de juta foi praticamente interrompida e Uyetsuka solicitou apoio do governo japonês e Tuji procurou apoio dos governos estaduais e dos territórios federais para assentamento dos imigrantes japoneses nas colônias agrícolas. Assim, os imigrantes foram designados para as áreas remotas, para plantação de seringueiras e hortaliças. Esses assentamentos sem infraestrutura geraram muitos conflitos e intensa mobilidade dos imigrantes dissidentes, conforme relatado em pesquisa anterior (MUTO, 2010).

8.5.2 Integração com os migrantes de pós-guerra

O questionamento sobre o processo de integração entre a velha (de pré-guerra) e a nova imigração (de pós-guerra), deve-se ao registro de algumas dificuldades que houve no passado, em face das condições de trabalho pelos “imigrantes da juta”. Com o passar dos anos, ficou a mensagem que a experiência nas fazendas de juta dos *koutakusseis* não foi bem sucedida de modo geral. Para ilustrar essa percepção negativa, oportuno citar, um breve relato mais recente de Michiko Tsujita, que chegou em 1953 com a família, para trabalhar numa fazenda de juta em Itapiranga (AM). Além de reclamar das condições de trabalho, ela conta que, por mais que eles trabalhassem não recebiam nada (em razão do sistema de aviamento). Os Tsujita levavam uma vida tão miserável, que a irmã mais velha de Michiko não suportou tamanho sofrimento e

se suicidou ingerindo veneno¹⁸⁹, seguido por outro irmão que teve o mesmo desatino. Após passar seis anos de sofrimento, a família fugiu da fazenda na calada da noite em busca de uma vida melhor (JORNAL SÃO PAULO SHIMBUN, 2009, p. 19).

Assim, ao questionar porque muitas famílias *koutaku* não conseguiram sucesso na integração com os imigrantes de pós-guerra, 32 (62%) responderam que “não sabe” porque não receberam imigrantes de pós-guerra e por isso não tiveram contato. Os demais 20 (38%) responderam de diferentes formas:

1. Não tiveram apoio do governo e as condições de trabalho na várzea não favorecia;
2. Os *koutakusseis* vieram organizados e já estavam aclimatados, enquanto que os novatos chegaram desorganizados;
3. Havia diferença de mentalidade entre os imigrantes da década de 1930 e os de 1950, pois os novatos (os aprendizes) tinham prazo de permanência e não tinham perspectiva de futuro na plantação de juta;
4. Havia interesses diferentes: os pioneiros estavam focados na agricultura de várzea, enquanto que os de pós-guerra em agricultura de terra firme;
5. A maioria dos imigrantes de pós-guerra preferiu ficar no Pará, por causa do sucesso da pimenta-do-reino;
6. Houve disputa de mercado local (para a venda da produção), pois eram muitos imigrantes de pós-guerra para o mercado local pequeno.

Oportuno registrar a opinião de uma entrevistada que se posicionou de forma contrária a essa discussão sobre o “insucesso” na integração entre a velha e a nova imigração:

Os *koutakuseis* foram e são o maior elemento de integração da comunidade Nikkei na Amazônia. Eles foram administradores e coordenadores das colônias abertas para receber os imigrantes de pós-guerra na Amazônia na década de 50. Vários filhos de *koutakusseis* foram professores nessas colônias. Todas as famílias de *koutaku* que estiveram administrando ou lecionando nas colônias tiveram muito sucesso na integração com os novos imigrantes, a prova disso são os casamentos fruto dessa integração. Alguns dos novos imigrantes talvez não consigam admitir que vieram para o Brasil pelo Projeto “JUTA IMIM” proposto pelo Dr. Uyetsuka e Kotaro Tuji ao Presidente Getúlio Vargas, na década de 1950, quando Brasil ainda não havia reatado as relações diplomáticas com o Japão. Creio que muitos imigrantes de pós-guerra ao sofrerem a consequência de uma política de animosidade que existia entre o Brasil e o Japão na época, interpretam os fatos de forma distorcida culpando Tuji ou os *koutakusseis* pelas dificuldades que todos sofreram com a guerra. Graças aos *koutakusseis* hoje temos uma das maiores comunidades nikkeis no Brasil perfeitamente integrada buscando manter as suas entidades associativas e instituições fundadas pelos *koutakusseis* em conjunto com os demais imigrantes na década de 50. A Associação Pan-Amazônia (APANB) e a Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia (BENAMA)¹⁹⁰ são referências da comunidade nikkei na Amazônia. Por outro lado, a maioria dos diretores dessas entidades tem relação com os *koutaku* (informação verbal)¹⁹¹.

¹⁸⁹ As mulheres japonesas geralmente se suicidavam ingerindo formicida Tatu (cianureto) e os homens por enforcamento.

¹⁹⁰ Fundada em janeiro de 1965 a antiga Associação de Assistência aos Imigrantes da Amazônia, foi denominada Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia (Benama) – entidade mantenedora do Hospital Amazônia de Belém, do Hospital Amazônia de Quatro-Bocas/Tomé-Açu, e do Centro de Reabilitação Social, em Ananindeua (PA).

¹⁹¹ Entrevista concedida à autora por ONO, Urana Harada em Belém, em fevereiro de 2017.

Outro representante é de opinião que na época houve dificuldades, mas posteriormente houve integração entre a velha e nova imigração, e a sua colocação é bem esclarecedora.

Onde os *koutaku* estiveram presentes ocorreu integração. A questão colocada surgiu em decorrência da percepção de existência de competição e disputa entre os descendentes de *koutakusseis* e os demais imigrantes. Mas, na análise, os fatos demonstram que a principal dificuldade da falta de integração decorreu do tipo de cultura adotada pelo grupo dos *koutakusseis* que exigia a dispersão numa longa área e as condições de insalubridade na produção da juta (informação verbal)¹⁹².

Da convivência com os imigrantes de pós-guerra, interpreta-se que houve algumas dificuldades de integração entre a velha e a nova imigração decorrente dos transtornos da chegada e das relações de trabalho, pois os imigrantes de pós-guerra de regra não aceitaram pacificamente as condições de trabalho insalubre aceitas anteriormente pelos pioneiros.

8.5.3 Sucesso profissional e econômico dos *koutaku* x demais imigrantes

Como esclarecido pelo professor Alfredo Homma a questão colocada neste item surgiu em decorrência da percepção de existência de competição e disputa entre os descendentes do grupo *koutaku* e os demais imigrantes. Assim, questionados se os descendentes dos *koutakusseis* tiveram mais sucesso profissional e econômico do que os demais descendentes de Tomé-Açu e da imigração de pós-guerra, 27 (52%) dos entrevistados responderam que “não sabe”; 12 (23%) que não vê diferenças, ou que não tiveram sucesso maior ou menor que os demais; enquanto que 13 (25%) afirmaram que “sim” em termos de educação, ou que os descendentes dos *koutaku* tiveram mais sucesso profissional, mas quanto ao sucesso econômico foi menor.

Na explicação do representante da família Ohnishi, os filhos dos imigrantes de Tomé-Açu ficavam ajudando os pais na agricultura, mesmo porque a maioria das famílias tinha tradição na agricultura. Já os filhos dos *koutakusseis* tiveram mais oportunidade para estudar por falta dessa tradição (informação verbal).¹⁹³ Essa justificativa foi complementada por outro representante.

Em comparação aos filhos dos imigrantes de Tomé-Açu, aconteceu que muitos ficaram na agricultura ajudando a família com o sucesso da pimenta-do-reino. Essa visão do enriquecimento sem a necessidade de estudos trouxe prejuízos a longo prazo às famílias de Tomé-Açu, que investiram muito na terra onde estavam e pouco na educação dos filhos. Essa situação melhorou um pouco após a vinda dos novos imigrantes de pós-guerra que já tinham outra visão, que serviu de estímulo para a competição (informação verbal)¹⁹⁴.

¹⁹² Entrevista concedida à autora por HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, em Belém, em setembro de 2017.

¹⁹³ Entrevista concedida à autora por OHNISHI, Olímpio Yugo, em Belém, em abril de 2017.

¹⁹⁴ Entrevista concedida à autora por HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, em Belém, em setembro de 2017.

Algumas respostas são mais enfáticas dessas diferenças:

Os *koutaskuseis* privilegiaram a educação e a formação de seus filhos como instrumento de integração e alavancagem do desenvolvimento regional. A formação profissional ajudou muito os *nisseis koutaku* a se destacarem nos concursos e vestibulares. Permitiu ingressar nas universidades e nos empregos públicos concorrendo com os brasileiros numa época de maior dificuldade. Por conta disso, os descendentes de *koutakuseis* tiveram mais facilidade de interagir com o universo social, político e econômico mais amplo. Há *nisseis koutaku* que ocuparam altos cargos em vários setores da sociedade: na política, na justiça, na economia, do serviço público, no ensino e na pesquisa como: cargo de juiz, prefeito, vereador, senador, reitor e pró-reitor de universidade, professores universitários, pesquisadores de alto nível de produção científica, auditores, consultores, assessores de grandes empresas públicas, ocupando cargos de DAS (direção superior) e DAI (direção intermediária no Serviço Público Federal, Estadual e Municipal, além de um grande e variado número de profissionais liberais em todas as áreas. Hoje temos membros da família Harada na ONU, na Suprema Corte dos Estados Unidos etc. (informação verbal)¹⁹⁵.

Da análise das respostas e do convívio pessoal desta autora, pode-se afirmar que muitos descendentes de segunda geração (*nisseis*) do grupo *koutaku* destacam-se entre os descendentes japoneses da Região Norte, principalmente daqueles que estão nas capitais, pois existem vários funcionários públicos bem aposentados como professores universitários, juízes, médicos, engenheiros, etc. Entretanto, não se pode generalizar que todos estejam bem, ou estiveram bem colocados na vida profissional ou nos negócios, pois muitos descendentes desse grupo saíram como decasségus na década de 1990, por dificuldades financeiras ou por falta de oportunidade de trabalho no Brasil. No *survey* verificou-se também, que muitos *nisseis* desse grupo estão vivendo precariamente com uma minguada aposentadoria, como qualquer aposentado de salário mínimo deste país, que mal dá para a sobrevivência.

Ademais, em termos de acumulação de capital, com exceção dos descendentes das famílias de Kazunori Kimura e Toshizo Nakajima, são poucos os bem-sucedidos economicamente (do grupo *koutaku*), se comparado com os patrimônios de alguns imigrantes de pós-guerra, que reinvestiram os ganhos da pimenta-do-reino em avicultura, plantação e industrialização do dendê (óleo de palma), concessionárias de máquinas e veículos, supermercados, comércio e serviços em vários segmentos da economia da região. Também, não se pode omitir a importância da CAMTA, alimentada por uma rede de fruticultores da nova e velha imigração de Tomé-Açu. Mesmo porque o quantitativo de 6.375 imigrantes de pós-guerra (1952-1976) é bem superior ao do grupo *koutaku*.

¹⁹⁵ Entrevista concedida à autora por ONO, Urana Harada, em Belém, em fevereiro de 2017.

8.5.4 Famílias *koutaku* que obtiveram sucesso nos negócios ou na profissão

Em complementação ao item anterior, foi solicitada aos entrevistados a citação de algumas famílias do grupo *koutaku* que obtiveram sucesso nos negócios ou na profissão. No *ranking* das famílias mais bem sucedidas foram citadas: Kazunori Kimura (K1) que permaneceu em Parintins e a de Toshizo Nakajima (K1) que se estabeleceu em Manaus. Outras famílias citadas: Ryota Oyama (C3), Kazuma Oyama (K3), Yoshimasa Nakauchi (C3), Yoshinaka Taketoni (filho de Kennichi Taketoni, de Maués), Kikujiro Naito (K5), Tsuneji Toguchi (K4), Satoshi Yamaguchi (K2), Taro Yamazaki (K4), Masumi Kobayashi (K2), Takashi Maruoka (K4), Tadashi Sawaki (K6), entre outros.

Pelos relatos, várias famílias do grupo *koutaku* obtiveram sucesso nos negócios na década de 1950-1970. Inclusive, alguns descendentes de *koutakusseis* estiveram participando de eleições políticas, apesar dos nikkeis não terem tradição em política. A começar por Alberto Kimura (primogênito do Kimurão) que foi vereador e vice-prefeito de Parintins na década de 1960. Mario Ishiguro (1953), um dos filhos de Kumekichi Ishiguro¹⁹⁶, tornou-se prefeito de Monte Alegre na gestão de 1995-1996. Também foi citado o nome do médico paranaense Jorge Yoshiaki Yanai (1948), filho de Masashi Yanai (K5), estabelecido em Sinop (MT), que se tornou deputado estadual e o primeiro *nissei* senador ao exercer um breve mandato em 2010 como suplente do senador Jonas Pinheiro da Silva (1941-2008).

8.5.5 Contribuição do grupo *koutaku* na economia local

Questionados sobre a contribuição do grupo *koutaku* na economia da Amazônia as respostas foram bem variadas, muitos responderam que a maior contribuição desse grupo na região foi a disseminação da juta, pois durante 40 anos a população ribeirinha dos estados do Amazonas e do Pará tiveram renda com a juta.

Aleysio Mori (entrevistado) que sempre morou em Parintins, diz que os japoneses contribuíram para além da juta, desenvolvendo a plantação de guaraná, tanto que as famílias de Shinichiro Mori (K4), Gengo Mori (C9), Jiro Handa (K4), Genji Tokuta (K3), Kuniji Koga (K3) e Tadahisa Shoji (C7) abasteceram por muitos anos o mercado de guaraná de Maués (AM). Outros declaram que além da juta, eles contribuíram na pecuária; no abastecimento de mercadorias (já que quase todos os *koutakusseis* possuíam comércio e algumas cabeças de gado); na extração de óleo de pau-rosa, castanha-do-pará, cumaru e outros produtos regionais

¹⁹⁶ Kumekichi Ishiguro (K4) foi o fundador da Cooperativa de Monte Alegre e da Associação Nipo-Brasileira de Monte Alegre e era uma pessoa muito querida em Monte Alegre.

destinada à exportação (Kotaro Tuji, Masanori Fujishima) no transporte de regatão (Noboru Yamanouchi, Taro Yamazaki, Utyu Yasui) entre outras atividades. Contribuíram também com novas tecnologias para a melhoria da agricultura com sementes selecionadas de arroz, milho, feijão, frutas e culturas de hortaliças, além de ampliar a visão comercial na agricultura (Kumekichi Ishiguro).

No aspecto social os pioneiros e seus filhos ajudaram vários ribeirinhos da região porque naquela época não havia hospitais, farmácias e nem escolas nos interiores da região. Detentores do “livro vermelho” – contendo conhecimentos básicos sobre higiene, saúde e medicamentos, várias famílias de *koutakusseis* ajudaram muitos ribeirinhos em casos de acidentes, partos e doenças variadas. Por exemplo, a representante da família de Kenji Ikegami conta que “o pai montou uma pequena farmácia na casa e cuidava dos enfermos, dava remédio e até arrancava dentes dos caboclos da região” (informação verbal)¹⁹⁷. E o mais importante, na convivência do cotidiano eles deixaram muitos ensinamentos e exemplos como: solidariedade, perseverança, iniciativa, respeito, honestidade, dedicação ao trabalho e tantos outros valores sociais.

Na área de educação, as filhas dos pioneiros ajudaram várias crianças e adultos ribeirinhos ensinando-os a ler, a fazer contas e outros conhecimentos básicos do curso primário. Além da alfabetização eles contribuíram na construção de escolas e capelas. Por exemplo, a família de Takashi Maruoka construiu uma escola em Boa Vista – município de Juruti (PA), para educar os filhos dos ribeirinhos. As famílias de Ikuro Harada e Kazunori Kimura, também construíram escolas e capelas nos interiores para atender a comunidade local. Depois, como os *koutakusseis* receberam orientação sobre a importância da educação na Escola Superior de Colonização, eles sempre investiram na educação dos descendentes, contribuindo com a formação de profissionais qualificados para a região, como: médicos, dentistas, agrônomos, engenheiros, advogados, contadores, economistas, entre tantos outros profissionais regulamentados.

Mesmo depois de aposentados muitos deles, estão trabalhando em consultorias de empresas de engenharia, agronomia, auditoria etc. Os descendentes de terceira geração, estão ocupando vários espaços no mercado de trabalho qualificado, a exemplo de Kotaro Tuji Neto que está atualmente desenvolvendo trabalho inovador na área de *coaching*, para formação de liderança na comunidade nikkeie aberto a comunidade como um todo, para a formação de empresários, profissionais liberais, professores etc.

¹⁹⁷ Entrevista concedida à autora por SAKIYAMA, Lea Ikegami, em Belém, em fevereiro de 2018.

8.6 O EXPANSIONISMO JAPONÊS SEGUNDO OS DESCENDENTES *KOUTAKU*

A seguir estão consolidadas as sondagens de opinião dos entrevistados sobre a influência da política expansionista no movimento migratório para a Amazônia, para saber: 1) sua visão sobre a relação entre a vinda dos *koutakusseis* com a política expansionista do Japão no início do século XX; 2) seu conhecimento sobre os ideais e/ou ensinamentos de Uyetsuka e Tuji; 3) sua opinião sobre o repasse e/ou assimilação desses ideais aos descendentes desse grupo que permaneceram nesta região e a perspectiva de continuidade desses valores para as futuras gerações; e 4) se existe alguma relação dos *koutakusseis* com as empresas japonesas que se instalaram no Pará e na ZFM.

8.6.1 Sondagem de opinião sobre a política expansionista japonesa

Questionado sobre a relação entre a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia e a política expansionista do Japão vigente no início do século XX, 42 (81%) responderam que “não sabe”, porque de regra os pais não comentavam sobre essas questões. Algumas respostas foram complementadas com expressões como: o pai era “muito calado”, “muito fechado” ou “que o pai não falava”. Enquanto que 7 (13%) responderam que “não existe relação” entre a vinda dos *koutakusseis* e a política expansionista do Japão. Na justificativa, foi dito que as pessoas eram incentivadas a emigrar por causa da difícil situação do Japão, mas que não havia relação com o expansionismo japonês (Tabela 17).

Tabela 17 – Opinião sobre a relação entre política expansionista e a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia, segundo descendentes

Respostas	Nº	%
Não existe relação	7	13,46
Sim, existe	3	5,77
Não sabe	42	80,77
Totais	52	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaborado pela autora com dados de questionários.

Apenas 3 (6%) responderam que existe sim relação entre a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia e a política expansionista japonesa, baseados nas ações de Uyetsuka que viu a oportunidade de ocupar novas terras no Amazonas. Para completar essa linha de raciocínio, na opinião de um entrevistado, há evidência dessa política expansionista do governo japonês, em

face de os ministros militares e da Fazenda do Japão terem visitado a escola de *Koukushikan* de Tóquio (informação verbal)¹⁹⁸.

Oportuno registrar a opinião de uma entrevistada que afirma categoricamente que não há relação entre a política expansionista do Japão com a vinda dos *koutakusseis*.

Essa suposta relação se trata de uma tese equivocada, porque o Projeto *Koutaku* não nasceu da ambição política dos japoneses, foi uma resposta favorável ao convite feito pelo governo do estado do Amazonas, com a oferta de um milhão de hectares de terra para desenvolvimento agrícola, com a expectativa de superar a crise econômica sofrida com a queda no mercado da borracha na década de 1920. O Projeto *Koutaku* não visava o domínio político territorial, a sua filosofia era criar oportunidade de melhoria de condições de vida para os japoneses e atender a solicitação dos governos estaduais do Pará e Amazonas, pois o Japão passava por uma reforma estrutural - do sistema feudal para o industrial, com alto nível de desemprego, agravada pela depressão econômica mundial, o que levou o governo japonês a adotar uma política muito forte de incentivo à emigração para os países que oferecessem oportunidade de emprego, cuja política externa perdurou nas décadas de 1920 a 1950 (informação verbal)¹⁹⁹.

Pelas respostas obtidas nas entrevistas constata-se que são poucos os descendentes que conhecem a história do expansionismo japonês. Em parte, porque os genitores evitavam falar sobre a política externa japonesa daquela época, ou porque os próprios *koutakusseis*, não se interessavam por política ou evitavam falar sobre o expansionismo japonês na Ásia. Além do mais, por eles estarem em locais isolados não sentiram a gravidade dos problemas vividos pelos imigrantes do Sudeste diante dos preconceitos institucionais e a desconfiança do povo brasileiro nas décadas de 1930-50. O ostracismo desses imigrantes aumentou após a Segunda Guerra, pois de modo geral, se ressentiam muito com a derrota do Japão e alguns imigrantes sofreram agressões verbais e físicas de nacionalistas, de modo que eles passaram a evitar qualquer comentário sobre o passado da política japonesa.

8.6.2 Sondagem de opinião sobre o idealismo de Uyetsuka e Tuji

Preliminarmente cabe esclarecer que o questionamento deste tópico surgiu pela percepção da autora de que existiu certo sentimento de desconfiança por parte de alguns *koutakusseis*, de que eles foram explorados pela organização, a exemplo do que escreveu o Utyu Yasui (K4), quando da entrega da juta à Companhia no início da década de 1940: “tínhamos percebido a discrepância existente entre o idealismo de Tsukasa Uetsuka, venerado estadista, e o capitalismo de Tsukasa Uetsuka, presidente da Companhia Produtora da Amazônia” (APANB, 2001, p. 12). Acredita-se que o desabafo surgiu pelo fato de eles terem

¹⁹⁸ Entrevista concedida à autora por HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, em Belém, em setembro de 2017.

¹⁹⁹ Entrevista concedida à autora por ONO, Urana Harada, em Belém, em fevereiro de 2017.

passado por muitas dificuldades e pelo desconhecimento dos custos da Companhia até a produção da juta.

Assim, questionados sobre o conhecimento dos ideais e/ou ensinamentos de Tsukasa Uyetsuka e de Kotaro Tuji, 46 (88%) responderam que ‘não sabe’ sob a justificativa que o pai não falava sobre essas questões, ou porque era calado, ou porque eles “se fecharam” por causa da guerra, ou que “nunca ouviu falar” (Tabela 18). Interessante citar um rápido comentário de um dos entrevistados que disse “não saber, porque eles [os idealizadores do projeto] tinham vergonha de falar a verdade: que queriam ganhar dinheiro com a colonização” (informação verbal)²⁰⁰.

Tabela 18 – Opinião sobre a imigração dos koutakusseis e idealismo de Uyetsuka

Quais os ideais	Nº	%	Repasse dos ideais	Nº	%	Continuidade dos ideais	Nº	%
Sabe	6	11,54	Houve	3	5,77	Não há perspectiva	11	21,15
Não sabe	46	88,46	Não houve	3	5,77	Sim	2	3,85
			Não sabe	46	88,46	Não sabe	39	75,00
	52	100,00		52	100,00		52	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaborada pela autora com dados de questionários e entrevistas

Dentre os 6 (12%) entrevistados que afirmaram conhecer os ideais das lideranças, um falou que o ensinamento era para “instruir os jovens para mandar para o Brasil”, outro “para disseminação da juta”, enquanto que um terceiro declarou que seria para,

Desbravar e desenvolver a Amazônia através de uma cultura capaz de dinamizar a economia regional e oportunizar aos japoneses a emigração como forma de superar a crise que o Japão atravessava na época. Contribuir com os governos do Estado do Para e do Amazonas de quem recebeu grande gleba de terras para dinamizar a economia regional com a implantação da cultura da juta dando uma resposta a expectativa dos governos locais. Servir de alavanca ao processo de desenvolvimento da Amazônia (informação verbal)²⁰¹.

Em oposição aos nobres ideais de “desenvolvimento da Amazônia” pelas lideranças do Projeto *Koutaku*, na opinião de outro entrevistado,

O pensamento era que o Japão seria um protagonista mundial, a exemplo da Alemanha, a custa do militarismo de conquista, e a Amazônia poderia ser um local importante para produção de alimentos, em face da abundância de terra, produção de matérias primas, etc (informação verbal)²⁰².

²⁰⁰ Entrevista concedida por MARUOKA, Toru, em Belém, em abril de 2017.

²⁰¹ Entrevista concedida à autora por ONO, Urana Harada, em Belém, em fevereiro de 2017.

²⁰² Entrevista concedida à autora por HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, em Belém, em setembro de 2017.

Da análise das respostas obtidas na investigação, percebe-se que a maioria dos descendentes desconhece os ideais que nortearam os idealizadores do projeto. Não obstante, aqueles que afirmam conhecer posicionam-se de formas divergentes, o que leva a deduzir que as verdadeiras intenções não foram esclarecidas aos descendentes, ou se perderam no tempo.

Questionados se os ensinamentos dos ideais ou valores como, perseverança, coragem, espírito empreendedor dos pioneiros, foram repassados e/ou assimilados pelos descendentes desse grupo que permaneceram nesta região, 46 (88%) responderam que “não sabe”; 3 (6%) que não houve repasse; e 3 (6%) que houve repasse desse ideais, inclusive pela educação (Tabela 18).

Uma entrevistada defende que a prova mais patente de assimilação dos ideais dos *koutakusseis* é a existência das associações *koutakudo* Pará e do Amazonas e a realização de festas de confraternização comemorativas (dos 30, 40, 50, 60, 70, 75, 80 e 85 anos) que contaram com a presença dos descendentes do grupo *koutaku* espalhados na região amazônica e de membros da família de Tsukasa Uyetsuka (informação verbal)²⁰³. Já na opinião de um descendente mestiço, “os filhos que tinham pais japoneses mantiveram as tradições, já os que se juntaram com brasileiros mudaram, e desvirtuaram os ideais” (informação verbal)²⁰⁴.

Realmente alguns *koutakusseis* encabeçados por Tosui Akiyama (K1), sempre tiveram a preocupação de manter os laços de solidariedade entre os membros do grupo, mesmo longe da Amazônia. A prova dessa preocupação está nos Boletins Informativos, mantidos por mais de 70 anos de relacionamento entre os *koutakuseis*.

Quanto à perspectiva de continuidade de valores dos pioneiros às futuras gerações, 39 (75%) responderam que “não sabe”; 11 (21%) declararam que não há perspectiva de continuidade. Apenas 2 afirmaram positivamente, com a ressalva de que “o futuro depende de muitos fatores. Se a proposta de intercâmbio dos nikkeis for estimulada, certamente os valores japoneses permanecerão influenciando os nikkeis da comunidade amazônica” (Tabela 18).

Como bem lembrado por alguns descendentes do grupo *koutaku*, eles ainda mantêm encontros e reuniões anuais com almoços ou jantares de confraternização, que estão cada vez com menos participantes pela ausência dos pioneiros e suas esposas. Até os filhos que representam a segunda geração (*nisseis*) estão numa fase de desinteresse em decorrência da idade avançada (70 a 80). Os netos que compõe a terceira geração (*sanseis*) e os bisnetos da quarta geração (*yonseis*) já não sabem mais da história desses pioneiros e tem pouca afinidade com a cultura japonesa.

²⁰³ Entrevista concedida à autora por ONO, Urana Harada, em Belém, em fevereiro de 2017.

²⁰⁴ Entrevista concedida à autora por SOUZA, Aderbal Maia dos Santos, em Parintins, em maio de 2017.

8.6.3 Sondagem de opinião sobre a vinda de empresas japonesas para o Pará e ZFM

O motivo que levou a extensão desta pesquisa deve-se ao fato que, proporcionalmente a outras empresas estrangeiras, muitas empresas japonesas vieram se instalar no Pará e na Zona Franca de Manaus logo após a chegada dos imigrantes de pós-guerra conduzidos por Uyetsuka e Tuji. Assim, questionados se existiu alguma relação dos *koutakusseis* com a vinda das grandes empresas japonesas para o Pará e para a ZFM, 36 (69%) responderam que “não”, justificadas por alguns, que essas empresas vieram atraídas pelos incentivos fiscais; 13 (25%) responderam que “não sabe” e apenas 2 (4%) responderam que “sim”, entre os quais, uma entrevistada argumentou que Uyetsuka tinha muita influência política. Entretanto, uma entrevistada é de opinião que não há relação direta entre o Projeto *Koutakue* a ZFM, mas deve ter havido influência por meio das associações e entidades nikkeis de Manaus e que só uma pesquisa do histórico de implantação de cada uma das 66 empresas japonesas em Manaus poderá responder esta questão.

Ao analisar as respostas dos entrevistados conjugada com o item 7.5 do Capítulo 7, interpreta-se que a vinda de empresas japonesas para o Pará e para Zona Franca de Manaus pouco ou nada tem a ver com as ações dos *koutakusseis*, apenas alguns deles trabalharam para as agências do governo japonês (*Kaikyoren*, *Jigyodan*, JAMIC, JICA). No entanto, muito tem a ver com as demandas do deputado Tsukasa Uyetsuka, pois na década de 1950 ele trabalhou arduamente no Japão, tanto no poder legislativo como no executivo, para apoiar a imigração de pós-guerra autorizada pelo presidente Getúlio Vargas, cujas ações fizeram toda a diferença para a vinda de quantitativo significativo de imigrantes japoneses para a Amazônia²⁰⁵. O apoio do governo japonês, com o estabelecimento de consulado geral e agências de fomento à agricultura e à indústria trouxeram a reboque as grandes empresas japonesas para esta região.

Uyetsuka conseguiu grande avanço em prol dos imigrantes japoneses da Amazônia depois que foi eleito presidente da Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em maio de 1953, haja vista que foram criadas no Japão duas organizações, conhecidas como *Kaikyoren*²⁰⁶ (em 1954) e *Ijyushinko* (em 1955), para prover os imigrantes desde o recrutamento até o assentamento no exterior. As atribuições da *Kaikyoren* no Brasil

²⁰⁵ Segundo levantamento anterior desta autora, no período 1952 a 1976 ingressaram na Região Norte 6.375 imigrantes o que representa grosso modo 12% do contingente de 53.428 imigrantes ingressados no país no período de 1952 a 1986, enquanto que no período anterior (pré-guerra) foi de aproximadamente 3.000 imigrantes (MUTO, 2010). Em termos relativos os 12% do contingente em nível nacional é sensivelmente superior ao período anterior (antes da Segunda Guerra Mundial), que representava apenas 1,6% do contingente de 188 mil imigrantes japoneses (LEVY 1974), ou 186.272 segundo a Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964).

²⁰⁶ A *Kaikyoren* (*Kaigai Kyokai Rengokai*), fundada em fevereiro de 1954, tinha como diretor-presidente Shozo Murata e vice-presidente Tsukasa Uyetsuka.

ficaram a cargo da Imigração e Colonização Ltda. (JAMIC), constituída em 1956. A JAMIC tinha por objeto a imigração e colonização, voltada à agricultura, pecuária e indústria a elas pertinentes. Dentre as suas atribuições competia a compra e venda de mercadorias e imóveis e demais atividades conexas ou necessárias para consecução dos fins sociais de interesse dos imigrantes trabalhadores ou técnicos japoneses (UYETSUKA [1954] 2011; JAMIC, 1988).

No ano seguinte (setembro de 1955) foi instituída no Japão a Companhia Japonesa de Fomento de Emigração Ultramarina, em forma de sociedade anônima, chamada de *Ijyushinko* (*Nihon Kaigai Ijyu Shinko Kabushiki Kaisha*), que tinha como Conselheiro Fiscal Tsukasa Uyetsuka. A *Ijyushinko* tinha por finalidade adquirir terras e fundar colônias no exterior, bem como vender esses lotes aos imigrantes japoneses. Em setembro de 1957, Uyetsuka chegou a apresentar à Diretoria da *Ijyushinko*, um parecer sobre a importância da Vila Amazônia como sede do Projeto de Desenvolvimento da Amazônia, mas que não prosperou. As atribuições da *Ijyushinko*²⁰⁷ no Brasil ficaram a cargo da JEMIS²⁰⁸ - Assistência Financeira S.A., criada em 1957, que tinha por objetivo apoiar financeiramente os imigrantes, concedendo empréstimos e garantias para levantamento de recursos financeiros, aos imigrantes japoneses e sociedades por eles organizadas, que empreendessem atividades agropastoril, industrial, pesqueira ou outras atividades econômicas no Brasil (UYETSUKA [1954] 2011; JAMIC, 1988).

No estado do Pará as sucursais das *holding* japonesas como, Mitsui, Mitsubishi, Yamaha, velhos conhecidos de Uyetsuka, que investiram na constituição da Companhia Industrial Amazonense S.A., na década de 1930, chegaram logo após a instalação do Consulado Geral do Japão em Belém e dos escritórios da *Kaikorem* em Belém e Manaus em 1956. Ainda nas décadas de 1950 e 1960 essas empresas montaram seus escritórios e lojas em Belém para comprar pimenta-do-reino e outros produtos regionais e vender produtos japoneses como: motores para embarcações, equipamentos, adubos, fertilizantes, livros e revistas para a comunidade japonesa. A Kanebo, que havia investido na década de 1930 na *Nantaku* de Tomé-Açu, se estabeleceu novamente para comprar essência de pau rosa, guaraná, cumaru e outras essências de plantas tropicais (jambu, menta etc.). A empresa Takasago veio trazer equipamentos para extração de óleo de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, mas não prosperou devido às questões de mercado.

²⁰⁷ Em julho de 1963 houve a fusão dos dois órgãos *Kaikyoren* e *Ijyushinko* dando origem a Agência Nacional de Migração ao Exterior, chamada *Jigyodan* (*Kaigai Ijyu Jigyodan*). Nessa ocasião Uyetsuka renunciou ao cargo de Conselho Fiscal e se afastou das atividades de migração.

²⁰⁸ A junção das duas entidades JAMIC/JEMIS, em agosto de 1974, passou a chamar-se *Kokusai Kyoryoku Jigyodan* ou ainda, *Japan Internacional Cooperation Agency* (JICA). Posteriormente, em 1981, a JICA foi anexada como uma seção do consulado japonês.

Logo após o acordo bilateral entre o Brasil e Japão (1960), a JAMIC/JEMIS passou a administrar o assentamento dos imigrantes no Brasil com maior inversão de recursos. Foram investimentos em infraestrutura viária, financiamentos aos imigrantes e doações às associações comunitárias que muito contribuíram para alavancar as colônias japonesas da Região Norte e de outras regiões. A propósito, a Segunda Colônia de Tomé-Açu (chamada também de Colônia Daini ou Colônia Jamic) foi totalmente implementada com recursos da JAMIC/JEMIS na década de 1960.

Na década de 1970, se instalaram os grupos madeireiros: Eidai do Brasil Madeiras S.A. (fábrica de compensados em Icoaraci e reflorestamento em Garrafão do Norte e em Breves/PA) e a Toyomonta do Brasil S.A. (reflorestamento em Breves/PA). Mas, apesar dos elevados investimentos em projetos de reflorestamento na região, estes sucumbiram em razão da extração clandestina das madeiras e achques de funcionários dos órgãos controladores. Para o setor de pescado, veio o grupo da *Nichirei* com a instalação da Amazonas Indústrias Alimentícias S.A. (Amasa), Tayo Indústria de Pesca S.A., além de outras empresas de menor porte. Nessa época, o governo japonês financiou a construção da hidroelétrica de Tucuruí²⁰⁹ e logo em seguida chegou o consórcio da *Nippon Amazon Aluminin Co. Ltd. (NACC)*, para uma *joint-venture* com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para produção de alumínio, com a criação da Albras²¹⁰ que permanece em plena produção em Barcarena/PA.

No estado do Amazonas, após a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, cercade 20 empresas de capital japonês se instalaram na década de 1970, entre elas grandes grupos da indústria eletrônica, como a National (Panasonic), Sony, Toshiba para abrir o comércio de eletroeletrônicos de som e imagem em Manaus. Depois, na década de 1990 em diante, várias empresas japonesas passaram a instalar as plantas industriais, com os benefícios dos incentivos fiscais da ZFM, entre as quais a Moto Honda, no setor de duas rodas. Há vários anos a Moto Honda da Amazônia Ltda, Yamaha Motor da Amazônia Ltda, SEMP Toshiba Amazonas S.A., Honda Componentes da Amazônia Ltda e Sony Brasil Ltda., ocupam posição

²⁰⁹ Inicialmente a ideia de construir a hidroelétrica de Tucuruí foi concebida para o abastecimento de energia da cidade de Belém e a região do Nordeste. Com a crise do petróleo de 1973 o Japão e os Estados Unidos tiveram grande interesse em explorar os recursos energéticos da Amazônia para a produção de alumínio devido ao alto custo de energia. O consórcio da Eletronorte se concretizou no Governo Geisel (1974-79) para produzir energia para atender o projeto Albrás. A obra iniciou em 1974 e a primeira fase foi inaugurada em 1984.

²¹⁰ A Alumínio Brasileiro S.A. (Albras) foi constituída em setembro de 1978, tendo como acionistas: a Companhia de Vale do Rio Doce (CVRD) com 51% das ações e a *Nippon Amazon Aluminin Co. Ltd (NAAC)* com 49% das ações. Entrou em operação em 1985 com investimento de implantação na ordem de US\$ 1,5 bilhão. É a maior indústria brasileira desse segmento, com mais de 1.300 empregos diretos (COMISSÃO EDITORIAL..., 2006). Atualmente, o gigante grupo norueguês Norsk Hydro é o principal acionista da Albras pela aquisição das ações da CVRD.

de destaque no *ranking* das maiores empresas da Zona Franca de Manaus, contribuindo definitivamente para o desenvolvimento industrial do Brasil e do Japão.

Em vista do que foi exposto conclui-se que Tsukasa Uyetsuka exerceu um papel importante para a vinda das primeiras empresas para Belém e Manaus. Contudo, entende-se que a razão dos investimentos japoneses no Brasil está relacionada ao movimento de internacionalização²¹¹ das empresas japonesas nas décadas de 1960-70, que estabeleceram suas sucursais no Sudeste e na região Norte do Brasil – especialmente nas cidades de Belém e Manaus, em face da presença de uma população significativa de imigrantes japoneses (remanescentes da década de 1930 e da imigração de pós-guerra), entre os quais muitos participaram da implantação dessas empresas nos estados do Pará e Amazonas.

8.7 OS DESCENDENTES DAS FAMÍLIAS *KOUTAKU* HOJE

Nesta seção estão consolidados os dados coletados nas entrevistas das famílias *koutaku*, no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos descendentes da segunda e da terceira geração (filhos e netos), em termos de composição da família, grau de instrução, formação profissional superior, relação de trabalho, renda e patrimônio familiar, para se ter uma visão das conquistas alcançadas pelos descendentes dos pioneiros do grupo *koutaku* no processo de adaptação e integração na sociedade brasileira desta região. Outrossim, é importante esclarecer que se trata de uma aproximação do perfil socioeconômico (principalmente no que diz respeito à reserva dos declarantes sobre o patrimônio e renda), que foi estruturada com os dados fornecidos pelos entrevistados, informações de terceiros e desta autora, que tem um regular conhecimento do universo da comunidade nipônica e das famílias *koutaku* que vivem na cidade de Belém.

8.7.1 Composição das famílias *koutaku*

Considerando que na década de 1950 estavam 114 pioneiros com suas famílias no médio e baixo Amazonas plantando juta e exercendo outras atividades, pode-se afirmar que eles se multiplicaram na região de forma plena, haja vista que a soma dos descendentes de segunda e terceira geração (*nisseis*, *sanseis*) das 52 famílias entrevistadas resultaram em 323 filhos e 823 netos, com a média de 6,2 filhos e 15,8 netos para cada família de pioneiro, conforme dados

²¹¹ Oportuno lembrar que o movimento de internacionalização das empresas japonesas tem a ver com o renascimento econômico do Japão de pós-guerra, pois além dos investimentos do Plano Marshall americano na década de 1950, as indústrias japonesas cresceram muito nos anos 1960 com a guerra da Coreia e nos anos 1970 com a guerra do Vietnã, financiadas pelos EUA, época que foi injetado intenso investimento americano no Japão que alavancou a indústria japonesa gerando pleno emprego, término do processo emigratório e ascensão daquele país a um novo ciclo econômico.

levantados em pesquisa de campo. Levando em consideração que não havia anticoncepcionais para limitar a fecundidade até a década de 1960, a taxa de fecundidade é bastante elevada, se comparada aos padrões atuais.

A despeito de muitos filhos dos pioneiros estarem atualmente na faixa de 70 a 80 anos, o número de falecidos, contados até setembro de 2018, foi de 81 pessoas (incluindo os recém-nascidos), o que representa 25% da população de 323, ou a média de 1,6 para cada família das 52 famílias entrevistadas. Os descendentes de terceira geração (netos) também tiveram poucas baixas, pois nesta pesquisa foram conferidos 56 falecidos, o que representa 6,8% em relação ao universo de 823 pessoas, ou a média de 1,1 para cada família entrevistada.

Em relação aos pioneiros, apesar da precariedade da saúde pública da Amazônia e frequentes endemias da região equatorial, a maioria dos *koutakusseis* que permaneceu na Amazônia faleceram na faixa dos 70 a 80 anos. Os últimos pioneiros sobreviventes da Amazônia foram os *koutakusseis* Zennoshin Shoji (1914-2015) e Mamoru Chiba (1911-2016), que excepcionalmente, ultrapassaram os 100 anos de idade. Enquanto que as mulheres, de regra, viveram uns 10 a 20 anos a mais que os maridos, e muitas ultrapassaram os 90 anos de idade. Entre as esposas japonesas do grupo *koutaku* entrevistadas, Hatsue Sawaki (1915-2017) era a mais velha do grupo e faleceu em dezembro de 2017, mas estão vivas as senhoras Sumiko Ihara (1916), Atsuko Kobayashi (1917), “Nair” Hisako Toguchi (1934), Nobuko Yasui (1934) e a *nissei* “Tereza” Teru Taketomi Yamazaki (1934).

Na questão da integração étnica das 52 famílias investigadas, verificou-se que entre os 323 filhos, 193 (60%) casaram com brasileiros(as) e 58 (18%) com nikkeis; os demais casos (72; 22%) representam os que não casaram e os que faleceram antes do casamento. Já na terceira geração (netos), considerando que muitos continuam solteiros, de uma população de 823 netos, 541 (66%) casaram com brasileiros(as) e apenas 22 (3%) casaram com descendentes nikkeis, o que vem demonstrar a boa integração étnica dos nipônicos na Amazônia brasileira (Tabela 19).

Tabela 19 – Composição das famílias entrevistadas do grupo *koutaku*

Filhos	Nº	%	Netos	Nº	%
Cônjuge brasileiro	193	59,75	Cônjuge brasileiro	541	65,74
Cônjuge Nikkei	58	17,96	Cônjuge Nikkei	22	2,67
Solteiros e falecidos (81-9 casados)	72	22,29	Solteiros e falecidos	260	31,59
Total	323	100,0		823	100,0

Fonte: Pesquisa de campo - elaborada pela autora com dados de questionários e entrevistas.

8.7.2 Grau de instrução das famílias *koutaku*

A educação dos descendentes do grupo *koutaku* é um dos pontos que mereceu destaque nesta investigação, posto que na percepção de alguns entrevistados muitos descendentes tiveram sucesso profissional e econômico por causa da educação.

De princípio, muitos entrevistados afirmaram que todos os descendentes de segunda geração do grupo *koutaku* frequentaram pelo menos o primário e os de terceira geração o ensino fundamental, um tanto diferente da realidade brasileira, considerando a taxa de analfabetismo, ainda na ordem de 8% na região Norte, segundo o IBGE. Dos dados consolidados nos apêndices, constatou-se que do universo de 323 filhos (incluindo os falecidos) 62 (19%) frequentaram apenas o curso primário; 106 (33%) o ensino médio; 110 (34%) o curso superior; 15 (5%) o curso de especialização²¹²; 3 (1%) o mestrado e 4 (1%) o doutorado (Tabela 20).

Tabela 20 – Escolaridade dos descendentes do grupo *koutaku*

Filhos	Nº	%	Netos	Nº	%
1. Ensino primário	62	19,20	1. Ensino Fundamental	48	5,83
2. Ensino Médio	106	32,82	2. Ensino Médio	291	35,36
3. Curso superior	110	34,06	3. Curso superior	359	43,62
4. Especialização	15	4,64	4. Especialização	63	7,65
5. Mestrado	3	0,93	5. Mestrado	11	1,34
6. Doutorado	4	1,24	6. Doutorado	3	0,36
Falecidos e outros casos	23	7,12	Falecidos e outros casos	48	5,83
TOTAL	323	100,00	TOTAL	823	100,00

Fonte: Pesquisa de campo – elaborada pela autora com dados de questionários e entrevistas.

Já na terceira geração (netos) a composição do ensino fundamental é bem menor que da geração anterior. Para uma população de 823 (incluindo os falecidos) 48 (6%) frequentaram apenas o ensino fundamental; 291 (35%) o ensino médio e 359 (43%) o curso superior, o que demonstra que a participação do curso superior aumentou sensivelmente, em detrimento ao ensino fundamental. Além disso, houve um incremento para 63 (8%) do curso de especialização, 11 (1%) no mestrado e apenas 3 (0,4%) no doutorado (Tabela 20).

Pode-se afirmar que os descendentes desse grupo conquistaram de modo geral um elevado grau de escolaridade, haja vista que 40% dos filhos e 50% dos netos concluíram o curso superior. Provavelmente, a elevada taxa de escolaridade dos descendentes do grupo *koutaku*, deve-se aos pais *koutakusseis* que eram todos instruídos e receberam formação sobre a importância da educação na Escola Superior de Colonização. Logo, desde cedo, os filhos foram encaminhados aos estudos e eles mantiveram esse diferencial nas gerações seguintes.

²¹² Foram considerados com curso de especialização os médicos e aqueles que assim declararam.

8.7.3 Formação profissional dos descendentes das famílias *koutaku*

No que diz respeito à formação profissional em curso superior, verificou-se que entre os filhos dos pioneiros, as preferências estavam nos cursos de Engenharia (20; 15%), Ciências Contábeis (15; 11%), Pedagogia (13; 10%), Medicina (11; 8%), Economia (11; 8%), Odontologia (7; 5%) e Advocacia (7; 5%) (Tabela 21). Entre outros cursos, estão Arquitetura, Biologia, Farmácia, Filosofia, Química, Computação etc. Surpreendentemente, apareceu na investigação mais advogados do que agrônomos, o que demonstra que muitos descendentes estavam mais propensos às leis do que ao exercício de atividades ligadas ao uso do solo.

Tabela 21 – Formação profissional dos descendentes das famílias *koutaku*

FILHOS	Nº	%	NETOS	Nº	%
A. Administrador	6	4,55	A. Administrador	55	12,61
B. Advogado	7	5,30	B. Advogado	37	8,49
C. Agrônomo	6	4,55	C. Agrônomo	9	2,06
D. Assistente social	6	4,55	D. Assistente social	9	2,06
E. Odontólogo	7	5,30	E. Odontólogo	17	3,90
F. Economista	11	8,33	F. Economista	13	2,98
G. Engenheiro	20	15,15	G. Engenheiro	53	12,16
H. Contador	15	11,36	H. Contador	15	3,44
I. Médico	11	8,33	I. Médico	50	11,47
J. Professor (pedagogo)	13	9,85	J. Professor (pedagogo)	30	6,88
K. Outras profissões	30	22,73	K. Outras profissões	148	33,94
TOTAL	132	100,00	TOTAL	436	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaborada pela autora com dados de questionários e entrevistas.

Em relação à terceira geração (os netos), verificou-se que as preferências recaíram sobre os cursos de Administração (55; 12%), Engenharia (51; 12%), Medicina (50, 11%) e Advocacia (37; 8%), conforme pode-se verificar na Tabela 21. Em comparação aos cursos da década de 1960-70, o número de outras profissões aumentou sensivelmente para essa geração dos anos 1980 para frente, com a diversificação dos cursos superiores em diversas áreas.

8.7.4 Atividades econômicas (relação de trabalho)

Pelo levantamento sobre as atividades econômicas dos filhos dos pioneiros do grupo *koutaku*, verificou-se que dos 242 filhos (323 menos os 81 falecidos), 22 (9%) são empresários ou comerciantes; 29 (12%) são empregados, 71 (29%) são ou foram funcionários públicos, 22 (9%) profissionais liberais e 84 (35%) aposentados da iniciativa privada (Tabela 22). Oportuno observar que praticamente 30% dos descendentes da segunda geração estão, ou estiveram, trabalhando como funcionário público, o que leva a deduzir que tal comportamento tem relação direta com o nível de escolaridade desse grupo.

Comparando os dados entre gerações (de filhos e netos) desse grupo, verifica-se que houve uma variação substancial na relação de trabalho, pois na terceira geração (netos) a participação no serviço público diminuiu relativamente de 29% para 18%, dando lugar ao incremento no emprego na iniciativa privada, de 12% para 34%, incluindo os decasségus, como também, aumentou a participação dos profissionais liberais (por conta própria) de 9% para 19% e de outras situações (incluindo os desempregados), de 6% para 16%.

Tabela 22 – Atividades econômicas dos descendentes das famílias *koutaku*

Filhos	Nº	%	Netos	Nº	%
1. Empresário/comerciante	22	9,09	1. Empresário/comerciante	83	10,82
2. Empregado	29	11,98	2. Empregado	258	33,64
3. Funcionário público	71	29,34	3. Funcionário público	135	17,60
4. Profissão liberal	22	9,09	4. Profissão liberal	144	18,77
5. Aposentado	84	34,71	5. Aposentado	22	2,87
6. Outros	14	5,79	6. Outros	125	16,30
TOTAL	242	100,00	TOTAL	767	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaborada pela autora com dados de questionários e entrevistas.

É oportuno mencionar que na pesquisa de campo foi questionado “se o pai, ou filhos e netos trabalha ou trabalhou como decasségus”, sem considerar o tempo de trabalho. Desse levantamento, constatou-se que foram trabalhar no Japão 33 filhos e 186 netos dos pioneiros, o que significa aproximadamente 14% dos 242 filhos vivos e 24% dos 767 netos vivos.

8.7.5 Renda e patrimônio dos descendentes das famílias *koutaku*

Na Tabela 23 está contemplada a distribuição das rendas anuais e patrimônio familiar dos filhos dos pioneiros desse grupo. Assim, de acordo com o levantamento de campo, 67 (28%) possuem uma renda familiar (do casal) anual abaixo de 50 mil, 95 (39%) recebem entre 50 mil a 100 mil anuais; 50 (21%) recebem entre 100 mil e 200 mil e 5 (2%) conseguem uma renda familiar de mais de 400 mil anuais.

Tabela 23 – Renda e patrimônio dos filhos das famílias *koutaku*

Renda anual do casal (em R\$)	Nº	%	Patrimônio familiar (em R\$)	Nº	%
1. Menos de 50 mil	67	27,69	1. Menos de 200 mil	4	1,65
2. De 50 mil a menos de 100 mil	95	39,26	2. De 200 mil a menos de 500 mil	87	35,95
3. De 100 mil a menos de 200 mil	50	20,66	3. De 500 mil a menos de 1 milhão	97	40,08
4. De 200 mil a menos de 300 mil	17	7,02	4. De 1 milhão a menos de 2 milhões	41	16,94
5. De 300 mil a menos de 400 mil	8	3,31	5. Mais de 2 milhões	13	5,37
6. De 400 mil ou mais	5	2,07			
TOTAL	242	100,0	TOTAL	242	100,00

Fonte: Pesquisa de campo - elaboradas pela autora com dados de questionários e entrevistas

De acordo com o do padrão da FGV pode-se afirmar, grosso modo, que um terço das famílias *koutaku* estão auferindo renda compatível com a classe AB²¹³. Observa-se que não foram considerados os netos, visto que muitos ainda não se estabilizaram profissionalmente, e pelo fato de haver uma elevada quantidade de descendentes de terceira geração que dificultou o fornecimento de informações mais precisas dos declarantes.

Em relação ao patrimônio familiar entre os 242 filhos, 4 (2%) possuem patrimônio que valem menos de 200 mil reais; 87 (36%) entre 200 e 500 mil; 97 (40%) entre 500 e um milhão de reais; 41 (17%) entre um e dois milhões; e 13 (5%) acima de dois milhões de reais. Significa que a maioria (76%) desse grupo possui patrimônio familiar entre 200 mil a um milhão de reais. Assim, em vista dos dados consolidados na Tabela 23 pode-se argumentar que o perfil socioeconômico dos 242 filhos das 52 famílias de pioneiros do grupo *koutaku* é de classe média para alta em comparação aos padrões nacionais.

8.8 ALGUMAS CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

Em vista do que foi investigado, fica evidente que a principal motivação dos jovens *koutakusseis* para vir à Amazônia está ligada ao idealismo de colonização propagada pelo político Tsukasa Uyetsuka, que pretendia assentar uma grande colônia agrícola em terras oferecidas pelo governo do estado do Amazonas. Eles vieram acalentados pelo sonho de “desbravar” extensas terras, com base na proposta que oferecia além de treinamento em escola especializada, um terreno de 25 hectares após o término do estágio em Parintins (AM) (Capítulo 7). No entanto, alguns vieram porque não queriam ir para Manchúria, outros, quiçá, para uma aventura temporária, mas que perdurou para uma vida inteira, mesmo tendo condições de retornar ao Japão, ou se deslocar para outras regiões, como muitos fizeram.

Em relação ao quantitativo de imigrantes, chegaram 302 imigrantes pioneiros (cabeça de família) diretamente do Japão para o Projeto *Koutaku* de Vila Amazônia, na década de 1930, mais 40 imigrantes funcionários ou colaboradores procedentes de São Paulo (para as duas missões de pesquisa) e de outros projetos, dentre os quais muitos permaneceram na região. Logo, deduz-se que participaram desse projeto mais de 342 famílias de imigrantes japoneses,

²¹³ Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é considerado:

Classe AB => população com renda mensal domiciliar per capita acima de R\$ 4.591,00.

Classe C => população com renda mensal domiciliar entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.591,00.

Classe D => população com renda mensal domiciliar entre R\$ 768,00 e R\$ 1.064,00.

Classe E => população com renda mensal domiciliar até R\$ 768,00.

Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/credi3/TEXTTO_panorama_evolucao.htm. Acesso em: 18 out. 2018.

entre as quais foi possível conferir que, 114 famílias do grupo *koutaku* estavam na região Norte na década de 1950, o que se depreende que um terço desse grupo se fixou na Amazônia.

As respostas permitem concluir que as motivações para abandonarem o local de assentamento – a Colônia Modelo de Andirá –, começaram antes da desapropriação das terras e dos bens da sede da Companhia Industrial Amazonense S.A. como espólio de guerra. Na verdade, vários entrevistados afirmaram que muitos imigrantes deixaram a colônia do Andirá, bem antes da guerra, isto é, a partir de 1937, para se dedicar à cultura da juta nas áreas de várzea, pois eles receberam orientação de Tuji e Uyetsuka, nesse sentido, quando este último esteve na Vila Amazônia em agosto 1936. Considerando ainda que 38% dos entrevistados eram procedentes de famílias de agricultores, infere-se que o sucesso da juta foi fundamental para eles permanecerem na região, inclusive para aqueles que vieram de outros projetos (Maués, Belém e Tomé-Açu).

De acordo com entrevistas e de outros relatos de famílias, esses imigrantes se aventuraram em vários lugares entre Itacoatiara (AM) e Monte Alegre (PA). Eles espalharam-se na região das várzeas do rio Amazonas adentrando nos rios Madeira, Purus, Trombetas e outros afluentes, destacadamente na microrregião de Parintins (AM) (municípios de Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e Urucará) e na microrregião de Itacoatiara (AM) (municípios de Itacoatiara, Itapiranga e Urucurituba). No Pará eles foram para a microrregião de Óbidos (Juruti, Óbidos e Oriximiná) e para a microrregião de Santarém (municípios de Alenquer, Santarém, Belterra e Monte Alegre).

No levantamento verificou-se também que muitas famílias se deslocaram do local de plantação várias vezes, em busca de lugares mais propícios à agricultura, ou próximos de cidades que oferecessem escolas para os filhos. Entretanto, a permanência dos imigrantes do grupo *koutaku* na região da várzea durou enquanto prosperou o ciclo econômico da juta. Depois eles se mobilizaram para outros lugares, à medida que a produção da juta foi decaindo, enquanto que os filhos se espalhavam a procura de trabalho em vários lugares. Mas os pioneiros permaneceram nas proximidades da cidade de Parintins plantando guaraná, frutas e verduras, e/ou criando algumas cabeças de gado.

De todo modo, foi constatado que o principal fator de permanência desse grupo decorreu da dependência econômica que eles haviam criado na região e pelos laços de solidariedade que eles encontraram, seja pelo casamento com as nativas, seja nos contratos comerciais que eles mantiveram com os comerciantes da região. Certamente a integração étnica dos descendentes foi fundamental para a permanência definitiva das 52 famílias investigadas, pois verificou-se que entre os 323 descendentes de segunda geração (filhos) – considerando os falecidos e os

solteiros – 193 (60%) casaram com brasileiros(as) e 58 (18%) com descendentes nikkeis, incluindo os mestiços. Na terceira geração, de uma população de 823 netos, apenas 22 (3%) casaram com descendentes de nikkeis.

Apesar das tremendas dificuldades que as famílias passaram pela dispersão desse grupo, que de certa forma contribuiu para o crescimento pessoal dos imigrantes e seus familiares, a maior contribuição do grupo *koutaku* na região foi a disseminação da juticultura, pois durante 40 anos a população ribeirinha dos estados do Amazonas e Pará tiveram renda com a sua fibra. De fato, depois da borracha, a economia da juta é reconhecida pelo Estado do Amazonas como o segundo ciclo econômico da Amazônia (Lei Estadual nº 97, de 20 de outubro de 2011). Nessa contribuição, esse produto deu oportunidade aos caboclos, gerando empregos nos plantios e nas fábricas de prensagem da fibra e renda para muitas famílias. Ademais, a contribuição se estendeu também no aspecto social, pois os pioneiros e seus filhos ajudaram muito os ribeirinhos da região porque naquela época não havia hospitais, farmácias e nem escolas nos interiores.

Quanto às transformações estruturais que alcançaram os descendentes desse grupo, várias famílias de *koutakuseis* obtiveram sucesso nos negócios na década de 1950-1970, e tiveram condições de educar os filhos nas universidades, haja vista que 40% dos filhos e 50% dos netos dos pioneiros concluíram o curso superior, fato que permitiu a muitos deles a conquista de empregos no serviço público e a exercer atividades profissionais regulamentadas, de modo que esses descendentes estão, ou estiveram, bem situados profissionalmente não só na Amazônia, como no Brasil e em outros lugares.

9 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo analisou sob os fundamentos teóricos das migrações, na abordagem histórico-estrutural, a história demográfica de um grupo de imigrantes japoneses, que inclui além dos *koutakusseis*, os funcionários (professores e técnicos), colonos e agregados que participaram de um empreendimento de colonização agrícola que passou a ser conhecido como Projeto *Koutaku* e sua relação com a política expansionista japonesa, assim como a contribuição socioeconômica e cultural desses imigrantes e de seus descendentes que permaneceram na Amazônia brasileira.

O estudo buscou dar uma explicação das motivações que engendraram a vinda desse grupo para a Amazônia e a ligação causal da intervenção política na vida desses imigrantes que viveram um período cambiante e turbulento da geopolítica nacional e global marcado pela xenofobia e racismo institucional. Assim, partindo da tese de que as forças de repulsão que engendraram a emigração de um grupo de estudantes japoneses para a Amazônia, na década de 1930, tiveram relação com a política expansionista do Japão e que eles foram atraídos pela política de concessão de terras devolutas do governo do estado do Amazonas, o estudo buscou responder dois questionamentos básicos:

1) Existe alguma relação entre a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia com a política imperial expansionista do Japão vigente no início do século XX?

2) Se os *koutakusseis* eram jovens mais instruídos (escolarizados) do que a média dos imigrantes japoneses daquela época, por que eles não conseguiram se estabelecer como colônia agrícola no estado do Amazonas, a exemplo do que aconteceu com a colônia de Tomé-Açu, no Pará, em que seus membros permaneceram coesos por longos anos?

Para direcionar a investigação, foram indicados nos objetivos específicos os principais pontos da investigação, que serviram de suporte para compreender os fatos históricos e análise do contexto que envolveu os atores dessa investigação, quais sejam: o processo histórico de ocupação da Amazônia e as políticas públicas de colonização na Amazônia brasileira e as motivações que atraíram os japoneses para esta região; a política expansionista do Japão vigente no início do século XX; os percalços do processo imigratório dos japoneses no Brasil e na Amazônia que impactaram no projeto de colonização dos *koutakusseis*; o idealismo de colonização de Tsukasa Uyetsuka e o pioneirismo de Kotaro Tuji na produção da juta indiana na Amazônia; e a saga dos *koutakusseis* e de suas famílias na produção e disseminação da juta nas várzeas da bacia amazônica.

Ao finalizar esta tese são arroladas as seguintes conclusões sobre os dois questionamentos básicos:

1) O idealismo de colonização da Amazônia conduzido pelo político Tsukasa Uyetsuka, o sonho da cultura da juta de Kotaro Tuji e a saga dos *koutakusseis* estão relacionados ao momento histórico de transição do Japão feudal para o expansionismo territorial e econômico. No caso, as forças de repulsão que engendraram a emigração desse grupo para a Amazônia, estavam ancoradas na política expansionista do Japão que incentivava e subsidiava a emigração, e financiava os empreendimentos japoneses no exterior, enquanto que as forças de atração estavam na política de concessão de terras devolutas do governo do estado do Amazonas, confirmando a teoria clássica das forças de atração e repulsão (*push-pull*), como os fatores determinantes dessa imigração (LEE, 1980).

1.1) No entanto, à luz da literatura explorada nos capítulos 4 e 5, a mobilidade desses imigrantes para a Amazônia não tem relação com o expansionismo militar japonês que aconteceu na Manchúria, China. Pode ser considerado um expansionismo comercial, pois se tratava de um empreendimento de colonização agrícola, em vista da concessão de terras oferecidas espontaneamente pelos governos paraense e amazonense, que procuravam alternativas para superar o marasmo econômico após a crise da borracha.

1.2) O político Tsukasa Uyetsuka teve o foco voltado para Amazônia em razão do convite de seus conterrâneos Genzaburo Yamanishi, Kinroku Awazu e Kotaro Tuji, para que ele assumisse a concessão de um milhão de hectares de terras devolutas oferecidas pelo governo amazonense em 1927, e principalmente pela importância política que estava sendo dada à Amazônia em face às concessões de terras oferecidas pelos governos paraense e amazonense. E como Uyetsuka conhecia os meandros da política emigratória japonesa e compartilhava com os ideais do primo imigrantista Shuhei Uetsuka, ele aceitou a missão de fundar uma colônia agrícola diferenciada na Amazônia. Nesse sentido, a influência política, o trabalho mediático e o empenho pessoal de Uyetsuka na formação dos estudantes da Escola Superior de Colonização do Japão foram essenciais para a vinda desses jovens para Amazônia, entre os anos de 1931 a 1939.

1.3) Há que se destacar que os protagonistas dessa história estavam vivendo um período de transição entre as duas grandes guerras mundiais, de grandes transformações sociais e políticas no cenário mundial, eivadas de conflitos e de disputas ideológicas entre os paradigmas idealista e realista. Os idealistas buscavam a paz entre as nações, em oposição ao avanço dos realistas que privilegiavam o poder e a força bélica na busca de seus interesses, ancorados em regimes políticos ou ideológicos como: colonialismo, expansionismo, comunismo, socialismo,

fascismo, nazismo etc. No oriente o expansionismo imperial japonês passava a dominar a Ásia, após as guerras Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905) e a se modernizar sob a hegemonia do capitalismo, em busca de mais recursos energéticos para alavancar a indústria em expansão.

1.3.1) Com o avanço dos militares, a política externa japonesa estava centrada no expansionismo territorial, haja vista que a economia mundial daquela época baseava-se na agricultura extensiva e os políticos e empresários buscavam novos territórios para incrementar a produção industrial, entre os quais o algodão e outras fibras, tão importante para a expansão da indústria têxtil. Portanto, politicamente, a emigração era uma alternativa viável para aplacar os problemas da superpopulação, depressão econômica, desemprego e falta de matéria prima no Japão. Razões pelas quais, a emigração era incentivada e subsidiada pelas agências de emigração do governo japonês. Como diz Toyama (2009, p. 110) “não havia quem não sonhasse nessa época em fundar uma colônia”.

1.3.2) Com escassez de recursos naturais e pressão dos militares, o movimento expansionista japonês ganhou força e o Japão invade a Manchúria em 1931. A partir de 1932, o governo japonês estava recrutando jovens para reestruturar a sociedade rural e criar enclaves de comunidades japonesas nas regiões periféricas da Manchúria do Norte. Nesse contexto, os intelectuais, ideólogos, empresários e administradores militares do império japonês em expansão postularam uma variedade de teorias sobre migração numa perspectiva ideológica, de tal forma que os conceitos e argumentos anteriores foram retrabalhados para justificar a emigração de agricultores jovens em grande escala para as planícies da Manchúria, cujo movimento emigratório fundiu a ideologia agrária com a harmonia racial (*minzoku kyôwa*), conceito desenvolvido pelas agências de colonização japonesa (McDOWELL, 2008).

1.3.3) Por outro lado, interpreta-se que o político Tsukasa Uyetsuka era contrário à política expansionista de foro militar, visto que ele se afastou da *Kokushikan*, em 1932, porque essa fundação estava preparando jovens para o expansionismo militar na Manchúria e ele tinha interesse no expansionismo comercial na Amazônia, na mesma direção do projeto de colonização da *Nantaku*, que visava a produção de cacau em Tomé-Açu e algodão em Monte Alegre. Essa era a linha de alguns políticos japoneses relatados no contexto histórico da imigração de japoneses na Amazônia, haja vista que houve várias reuniões entre políticos (incluindo Uyetsuka) e empresários japoneses para cooptar investidores para a Amazônia.

1.3.4) Além dos fatos mencionados acima, Tsukasa Uyetsuka era próximo do conceituado ministro Korekiyo Takahashi, o qual foi assassinado pelos rebeldes militares em 1936, em face da decisão de cortar os gastos do exército japonês, o que leva a concluir que

Uyetsuka não comungava com a ideologia do expansionismo militar, nem tampouco tinha poderes para arquitetar qualquer domínio político territorial em terras estrangeiras. Pelo contrário, por causa dos elevados investimentos em Manchúria, que ocorreram no início da década de trinta, ele teve dificuldades para conseguir recursos para a exploração econômica das terras concedidas pelo governo amazonense.

1.4) Coincidentemente, a mobilização dos imigrantes para os três projetos de colonização na Amazônia brasileira: *Nantaku* (Tomé-Açu); *Amaku* (Maués) e *Koutaku* (Parintins) ocorreu numa época de grave depressão econômica mundial em que o governo japonês enfrentava também duros embates nas relações externas para implementar a política expansionista na Ásia. Enquanto que no Brasil ocorria a Revolução de 1930, que culminou com o golpe de estado e o fim da República Velha, assumindo o poder o Governo Provisório da Era Vargas de ideologia nacionalista. A combinação desses fatores com um projeto de colonização, conduzido por um político que esteve trabalhando na Manchúria, trazendo um grupo de estudantes que fugia dos padrões tradicionais de imigração como força de trabalho, suscitaram desconfiança e inquietação entre os políticos brasileiros frente ao risco de formação de quistos de estrangeiros no território nacional.

1.4.1) Para completar o desatino dos condutores do Projeto *Koutaku*, a chegada das maiores levas de *koutakusseis* na Amazônia ocorreu em 1933 e 1934, coincidentemente, quando estavam acirradas as discussões na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34, influenciadas pela mídia e pelo movimento eugênico que apontavam os japoneses como uma ameaça à soberania nacional e não apenas o tipo racial indesejável ao país. A essa altura, a xenofobia ao “perigo amarelo” do “Império do Sol Nascente” era amplamente veiculada na imprensa nacional acusando os japoneses de estarem se preparando para uma futura dominação na Amazônia, nos moldes do que aconteceu na Manchúria em 1931.

1.4.2) Contudo, apesar dos fortes preconceitos étnicos e resistência de políticos e intelectuais à concessão de terras aos estrangeiros na Amazônia, que malograram o Projeto *Koutaku* com a anulação da concessão (em 1936), Tsukasa Uyetsuka e Kotaro Tuji prosseguiram com as ações de produzir a juta de boa qualidade descoberta por Ryota Oyama. Nessa empreitada a persistência de Tuji junto com os *koutakusseis* e demais remanescentes do Projeto *Koutaku* foi fundamental na disseminação da juta Oyama com os ribeirinhos para aumentar a produção.

1.4.3) Para suportar financeiramente o empreendimento, Tsukasa Uyetsuka obteve apoio do governo japonês e expressivo investimento das *holding* japonesas para constituição da Companhia Industrial Amazonense S.A., que passou a financiar a produção da juta e assegurar

a permanência significativa das famílias do Projeto *Koutaku* na Amazônia. Todavia, no desenrolar dos acontecimentos, os sonhos, os ideais e ideologias do expansionismo japonês ruíram com a eclosão da Segunda Guerra mundial. A partir daí as famílias do grupo *koutaku*, sem o apoio da Companhia, se dispersaram pela sobrevivência em diversos municípios e dedicaram-se ao plantio da juta com a participação dos ribeirinhos e comerciantes locais, beneficiados pela dificuldade de importação durante a Segunda Guerra Mundial.

1.4.4) Apesar do Projeto *Koutaku* ter contado com o apoio das *holding* japonesas, conclui-se que Uyetsuka foi o maior perdedor dessa história, tanto emocionalmente como financeiramente. Afora os investimentos na Colônia Modelo de Andirá, os custos processuais e honorários de advogados que trabalharam em defesa da concessão das terras, a sua perda maior fora o confisco da Vila Amazônia como espólio de guerra em 1942. Entretanto, mesmo após as perdas materiais no calor da Segunda Guerra Mundial, muitos imigrantes do grupo *koutaku* imbuídos da missão de “desbravar” a Amazônia prosseguiram na disseminação da juta, o que significa que o idealismo dos líderes emblemáticos influenciou profundamente a atuação desses imigrantes que se empenharam na produção da juta, mesmo que tivessem que sacrificar as suas vidas, como realmente aconteceu para alguns.

1.4.5) Passado o período sombrio da Segunda Guerra, os japoneses obtiveram grande sucesso com a plantação de juta nas várzeas do rio Amazonas e seus afluentes, que se estendeu desde o baixo Solimões até o município de Monte Alegre, e conseqüentemente trouxe melhoria das condições de vida de suas famílias e de parcela significativa da população cabocla. O apogeu econômico dessa produção ocorreu entre as décadas de 1950 a 1970, quando a fibra da juta (sacaria) era um insumo importante para economia doméstica e para o mercado internacional. Graças ao sucesso da juta e às lideranças desses dois imigrantistas foi autorizada pelo presidente Getúlio Vargas a vinda de 5.000 famílias de japoneses para a Amazônia no início da década de 1950.

2) Quando os *koutakusseis* já estavam relativamente “aclimatados” na região, algumas famílias chegaram a receber patrícios da nova imigração de pós-guerra para produção da juta. Entretanto, a maioria não conseguiu sucesso nessa integração, o que levou ao segundo questionamento: Por que eles não conseguiram se estabelecer como colônia agrícola no Estado do Amazonas, a exemplo do que aconteceu com a colônia de Tomé-Açu, no Pará, em que seus membros permaneceram coesos por longos anos?

2.1) As primeiras dificuldades surgiram por conta de vários contratempos (como falta de transporte, de recursos, enchente de 1953 etc.) que somaram-se ao despreparo dos atores envolvidos no acolhimento dos imigrantes. Em alguns casos as relações de convivência foram

se agravando porque os pioneiros, por estarem vivendo no isolamento da Amazônia, mantinham a mentalidade dos japoneses da década de 1930, e não entendiam que os valores dos japoneses da década de 1950 haviam mudado substancialmente. Como dito por alguns entrevistados, havia diferença de mentalidade (ou de pensamento) entre os imigrantes da década de 1930 – que viveram numa época de regime militar mais disciplinado e subalterno (prontos para o sacrifício em nome do grande Império do Sol Nascente, a exemplo dos *kamikazes*), e os da década de 1950 – que estavam decepcionados com o regime militar japonês, de ideologia beligerante, que os levou ao inútil sofrimento da Segunda Guerra Mundial. Assim, os imigrantes de pós-guerra que foram trabalhar nas fazendas de juta não aceitaram pacificamente as duras condições de trabalho e de insalubridade aceitas anteriormente pelos pioneiros.

2.2) Depois, diferentemente dos imigrantes de Tomé-Açu que se mantiveram relativamente fechados na colônia, as famílias do grupo *koutaku* haviam se espalhado em pequenos grupos em vários recantos ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. Nessa trajetória de acomodação à vida cotidiana dos amazônidas, na assimilação dos costumes e das idiossincrasias locais, eles passaram a ter outra visão nas relações de troca, que era o sistema de aviamento. Tal sistema não foi bem recepcionado pelos novos imigrantes que estavam acostumados a trabalhar em regime de cooperativa. Ademais, a cultura da juta por si só, não permitiu a concentração dos japoneses devido à dispersão espacial dos imigrantes, que dificultou substancialmente a integração entre os japoneses da velha e da nova imigração.

2.3) Na tentativa de resolver os percalços que sucederam no acolhimento dos imigrantes alguns *koutakusseis* passaram a trabalhar com Kotaro Tuji para dar suporte ao assentamento desses imigrantes de pós-guerra nas colônias agrícolas indicadas pelos órgãos do governo brasileiro, que se estendeu em vários assentamentos nos estados do Amazonas, Pará, Maranhão e nos territórios federais do Amapá, Acre, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima). O que leva a concluir que houve uma fragmentação na distribuição dos 6.375 imigrantes de pós-guerra (1952 a 1976) em mais de 20 colônias agrícolas na Amazônia Legal sem planejamento para receber esses imigrantes em locais isolados e fora da rota de mercado. Enquanto que a colônia de Tomé-Açu se fortaleceu com os imigrantes de pós-guerra porque havia uma estrutura organizacional para apoiar a produção da pimenta-do-reino destinada à exportação.

2.4) No processo de assentamento nas colônias dirigidas os imigrantes de pós-guerra foram prejudicados por falta de planejamento para direcionar a produção agrícola, ou ainda, por decisão equivocada dos governos dos territórios federais que direcionaram os imigrantes para o plantio de seringueiras – que trouxe prejuízos a todos, pois o látex natural logo foi suplantado pela borracha sintética. Assim, o conjunto de fatores como a falta de perspectiva econômica,

precárias condições nos assentamentos sem infraestrutura básica de saúde e transporte, agravada pela incidência de malária nas áreas de fronteira, levaram à mobilidade interna dos imigrantes japoneses para outras regiões.

2.5) A evasão desses imigrantes para o Sudeste só não foi maior graças aos esforços de Tsukasa Uyetsuka que mobilizou as agências do governo japonês para investirem em infraestrutura, financiamentos aos imigrantes e doações às associações comunitárias que contribuíram para fixar os imigrantes nas colônias agrícolas da região amazônica. Depois, chegaram as empresas japonesas para o estado do Pará e para a Zona Franca de Manaus, consolidando a internacionalização das empresas nipônicas e o expansionismo comercial na região. Portanto, o desiderato de colonização da Amazônia se concretizou, mesmo que não tenha sido da forma como almejou Tsukasa Uyetsuka.

3) Dos achados dessa investigação sobre a história demografia do grupo *koutaku* cabe destacar as seguintes observações:

3.1) Os protagonistas da história da imigração no Amazonas, Tsukasa Uyetsuka e Kotaro Tuji, deixaram valiosos relatos dos fatos com detalhes de data, nomes dos personagens envolvidos, e dos lugares onde aconteceram os fatos. Foram preocupações em deixar registrado, numa perspectiva diacrônica, a sua participação e empenho nesse empreendimento de conquista de novas terras, ou do expansionismo econômico, para justificar as causas que levaram ao fracasso econômico do empreendimento conduzido com recursos do governo, de empresários japoneses e de patrimônio familiar de muitos japoneses, bem como o sucesso da aclimação da juta indiana na bacia amazônica.

3.2) Contudo, essa é uma faceta da verdade que foi vista na percepção dos protagonistas dessa empreitada. Dificilmente os líderes da imigração citam os permenores da vida pessoal, nem das brigas que tiveram com os compatriotas, nem dos fatos escusos que tiveram de se submeter no decurso de suas vidas, como as bajulações que praticaram para levar avante os seus propósitos, empréstimos de dinheiro de parentes e amigos, promessas não cumpridas, que foram encontrados em relatos de terceiros.

3.3) Outra faceta observada nesta investigação é a omissão dos imigrantes de modo geral aos problemas políticos que estavam acontecendo no Brasil na década de 1930. Possivelmente eles nunca ouviram falar dos discursos inflamados de políticos, como Miguel Couto e Antóvilva Vieira contra os japoneses, argumentando questões de raça, religião, inassimilação. Nesse contexto, quando houve a reviravolta na Assembleia Constituinte de 1933-34 em decorrência da xenofobia e preconceitos raciais de políticos, as preocupações de Uyetsuka e Tuji devem ter

aumentado, mas não foi encontrado registros sobre essas questões políticas. Tampouco foi encontrado registro sobre as tremendas dificuldades que tiveram de enfrentar na Assembleia Legislativa de Manaus e no Senado Federal por ocasião da proposta de revogação da lei de concessão de terras. Esses detalhes dos discursos políticos registrados nos anais das casas legislativas e em manchetes dos jornais, também são desconhecidos pelos descendentes de modo geral, o que demonstra a dificuldade de compreender e interpretar tamanha confusão política e preconceitos vigentes na época.

3.3.1) Provavelmente essas questões do humor político fossem de difícil compreensão aos japoneses que estavam acostumados a entender o sentido da justiça de forma mais simples e estável, assentada na doutrina consuetudinária e na filosofia confucionista. Seria até inacreditável para os japoneses daquela época que, o governante de um Estado que os acolheu com todas as honras pudesse em pouco tempo anular todos os direitos concedidos pelo governante anterior de forma legítima, sem que os beneficiários tivessem praticado algum ato ilegal. Como explicar aos investidores japoneses e aos imigrantes que os condutores do projeto não praticaram nenhuma ilegalidade que merecesse tal desatino? Como poderiam explicar que eles foram vítimas de políticos movidos por sentimentos xenofóbicos e de preconceitos raciais? Só restava a resignação.

3.3.2) Também não se sabe exatamente o que aconteceu naquela época, além do que está registrado nos anais das casas legislativas e em manchetes dos jornais, por isso é necessário dar o devido desconto, diante da escassez de informações dos fatos que podem estar nos bastidores da política, ou nos registros mantidos pela família de Uyetsuka no Japão.

3.4) Com a investigação realizada em campo foi possível constatar que a maioria das informações relatadas pelos imigrantes confere com os dados pesquisados nos livros e jornais da época. Por outro lado, na história da imigração na Amazônia os pioneiros citam frequentemente Uyetsuka e Tuji, pela grande influência na liderança imigratória nas décadas de 1930 a 1960, mas um tanto diferente do ponto de vista de seus líderes. Os imigrantes relatam mais as penúrias que sofreram no assentamento das colônias agrícolas e os acidentes que marcaram a vida desses imigrantes, naturalmente, com uma pitada de heroísmo de seus feitos que conduziram as suas ações, como: coragem, dedicação, perseverança, persistência. Para justificar os fracassos de sua empreitada, falam de sofrimento, solidão e impotência diante da imensidão e da magnitude das forças naturais, como as enchentes, as chuvas, os insetos, as doenças tropicais. Mas, geralmente, eles não culpam as suas lideranças. Esse comportamento de valorização dos pais e superiores, decorre da cultura milenar do xintoísmo, que ensina venerar os seus antepassados e respeitar os mestres.

3.5) Analisando as diferentes histórias das famílias *koutaku* espalhadas nessa imensidão que é a Amazônia, percebe-se que a vida cotidiana foi de luta e de sofrimento, o que não é exclusividade dos imigrantes japoneses, pois a população ribeirinha enfrenta os mesmos problemas. Entretanto, interpreta-se que eles superaram por força dos traços culturais de um povo guerreiro, orgulhoso, que cultivava o sentimento de competição e tenacidade espelhado no código de conduta dos *samurais*, onde não havia lugar para os fracos. Foram vários suicídios que eles próprios não comentam. Pode-se imaginar o grau de sofrimento que passou na cabeça desses pioneiros e de suas mulheres que suportaram tantas privações e provocações muitas vezes veladas entre si. Mas muitos não se deram por vencidos diante do sofrimento e o espírito resiliente fortaleceu-se nos valores forjados pelas dificuldades naturais e no isolacionismo japonês. Nesse sentido, a dificuldade com a língua portuguesa, paradoxalmente, foi importante para manter a identidade cultural e à formação de redes sociais entre os membros do grupo, alimentadas pelas embarcações dos patrícios que mantinham, além do transporte de carga, a rede de comunicação entre os membros do grupo.

3.6) Do ponto de vista dos Estudos Culturais o fato empírico revela a ação coletiva dos *koutakusseis* movido pelo idealismo de Uyetsuka e Tuji dentro do contexto político que geraram os movimentos sociais de luta pela sobrevivência e de conflitos de interesse econômico no interior da sociedade brasileira. O que leva a inferir que o ser humano não pode ser definido apenas por suas habilidades inatas, nem apenas por seu real comportamento, mas sim pelo elo entre eles, seja pela forma em que o primeiro é transformado no segundo, isto é, suas potencialidades genéricas focalizadas em suas atuações específicas. Pois os homens se tornam individuais sob os padrões culturais e sistemas de significados criados historicamente, em termos dos quais dão forma, ordem, objetivo e direção à vida de cada um, conforme discute Geertz (1989, p. 64). Nessa linha de raciocínio a cultura japonesa forneceu o vínculo entre o que os jovens *koutakusseis* foram intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornaram nesta experiência da vida amazônica, onde cada qual teve que cuidar de suas próprias plantações e tocar a sua vida cotidiana. Tornam-se grandes plantadores de juta nas várzeas do rio Amazonas, mesmo sem grandes habilidades para diversificar a produção, já que muitos nem eram agricultores de fato.

3.7) Passado o *boom* da juta aprenderam outras atividades de subsistência, como a criação de gado e comércio de aviamento que mantinham com os caboclos da região. E como responsáveis pelos assentamentos da nova imigração de pós-guerra, em meio a tantos conflitos, eles passaram a formar redes sociais (*networks*) para encontrar soluções aos problemas das comunidades *nikkeis* da região, inclusive na constituição de organizações maiores como as

associações culturais, hospitais, cooperativas e escolas. Fato é que a maioria das instituições voltadas à comunidade nipo-brasileira existente na Amazônia Legal contou com a iniciativa de Kotaro Tuji, dos *koutakusseis* e das lideranças de Tomé-Açu, especialmente a Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, o Hospital Amazônia e várias associações locais que, além da assistência, buscam a congregação dos descendentes para continuidade do legado deixado pelos pioneiros, a exemplo da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará, criada em 1985, que visa o empreendedorismo e o intercâmbio econômico, técnico e cultural entre os nipo-brasileiros e os japoneses.

3.8) O mais louvável das famílias *koutaku* foi o empenho que eles tiveram com a educação dos filhos, que fez muita diferença na qualificação profissional, na qualidade de vida e até na longevidade de seus descendentes. De modo geral, os descendentes do grupo *koutaku* conquistaram um elevado grau de escolaridade, haja vista que 40% dos filhos e 50% dos netos dos imigrantes pioneiros concluíram o curso superior e estão contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

3.9) Em relação à contribuição do grupo *koutaku* na região, apesar do “insucesso” do projeto de colonização, os pioneiros imbuídos da missão de desenvolver a Amazônia prestaram relevantes contribuições para a economia regional, para além da juta. Assim, fazendo um paralelo entre as relevantes contribuições dos japoneses do Sudeste para a sociedade brasileira, com as relevantes contribuições dos patrícios da Amazônia, pode-se argumentar que, caso houvesse ingressado maior número de imigrantes dessa etnia, o destino desta região e de sua população cabocla poderia ter sido diferente, pois os japoneses pelos valores culturais – de respeito que eles têm pela natureza e pela educação, de regra são preservadores do meio ambiente. Tanto que é raro encontrar algum imigrante japonês que tenha exercido, ou exerça a atividade de garimpagem, de extração de madeira ou de serraria na Amazônia, apesar de empresas madeireiras (Eidai, Toyomenka e Marubeni) terem se instalado posteriormente na região. Pelo contrário, a história tem revelado que ao longo de sua trajetória de quase 90 anos na região, o desmatamento restringiu-se à plantação de novas culturas com viabilidade econômica, cujas tecnologias foram repassadas para a população local. Consequentemente, a despeito dos preconceitos contra os japoneses nas décadas de 1930 a 1950 terem sido fortes, foram se esvaecendo com o sucesso da juta e da pimenta-do-reino, e o velho racismo institucional deu lugar ao reconhecimento público, inclusive de admiração pelo povo japonês.

3.10) O mais importante, os pioneiros desempenharam um papel relevante na formatação da sociedade nipo-brasileira porque conquistaram a confiança e o respeito da população local e deixaram um legado de valores intangíveis para as gerações futuras. Na

trajetória de suas vidas deixaram exemplo de solidariedade com a população ribeirinha e passaram a ser citados como exemplo de admiração e estímulo para fixar valores sociais como: perseverança, iniciativa, dedicação ao trabalho, respeito, organização e cooperativismo, razões pelas quais Tsukasa Uyetsuka, Kotaro Tuji, Yoshio Toda, Ryota Oyama, Yoshimasa Nakauchi e muitos *koutakusseis* foram agraciados com comendas e títulos de cidadania, e perpetuados com nomes de escolas, hospitais, praças e ruas.

Ao analisar a história demográfica do grupo *koutaku*, foi possível compreender que a migração é um fenômeno social que permite incursões em vários campos da pesquisa, considerando que o processo migratório consiste em movimentos sociais compostos por uma imbricada teia de relações que incluem o social, o político, o econômico, o cultural, entre outras categorias que dão margem a uma diversificada gama de abordagens na esteira de interpretação das ciências humanas e sociais, que podem ser analisados sob o ponto de vista de diversas ciências individuais, ou conjuntamente em forma interdisciplinar, pois se aderem numa relação de mutualidade em que uma completa a outra. Quer dizer há um amplo leque de oportunidades no campo dos estudos populacionais para novos trabalhos sobre a população da Amazônia.

Assim, em relação às recomendações para futuros trabalhos, sugerem-se os seguintes:

- 1) A Semiologia e os Estudos Culturais no campo da literatura, da língua japonesa e nas artes visuais que são extremamente amplos, incluindo cinema, música, fotografia, pintura, danças, artes marciais, moda, jogos eletrônicos, entre outros temas atuais. Ademais, o acesso a novas literaturas significa novos avanços e aprendizagem, ciência e tecnologia na globalização do conhecimento, e quiçá intercâmbio de cooperação institucional, que permita maior leque de investigação futura da diversidade cultural japonesa, destacando temas como língua, literatura, hábitos e costumes, tradições, ensino, artesanato, culinária etc. Ou ainda, trabalhos mais específicos, como estudos comparativos da língua japonesa com as línguas ameríndias desta região, em prosseguimento as pesquisas de Tibiriçá (2003).
- 2) Considerando que a etnia japonesa desfruta certa posição de destaque no mercado de trabalho, em razão da atual posição do Japão na hierarquia econômica global, onde o peso da marca do produto japonês está associado à qualidade, com expressões como “japonês é garantido”, “é marca japonesa”, “é japonês”, tem levado muitos descendentes a afirmar uma identidade étnica japonesa ou nipo-brasileira. Assim, seria interessante analisar o peso desse patrimônio cultural como fonte de prestígio e credibilidade nas relações comerciais e profissionais no Brasil.
- 3) Outra sugestão para futura investigação diz respeito à concepção da identidade étnica

do japonês, pois se verifica que é tendente o desaparecimento dessa identidade (sentido de pertencimento) dentro de duas a três gerações, devido ao alto grau de miscigenação e absorção dos valores culturais da sociedade brasileira. Assim, seria interessante prosseguir as discussões acadêmicas, dentro de um estudo comparativo, a concepção de identidade étnica de *nihon-jin* ou *nikkey-jin*, dos descendentes de japoneses residentes no Brasil e dos decasségus residentes no Japão.

- 4) Em complementação a esta investigação da história demográfica do grupo *koutaku* recomenda-se ampliar as análises de outros documentos que não foram investigados, aqui incluindo as 125 edições (em japonês) do Boletim Mensal do Instituto Amazônia, de 1931 a 1941, que detalham as atividades do Instituto Amazônia. Outro documento importante citado por Nakano (2000c) é o acervo relacionado com a anulação do contrato de concessão de terras de um milhão de hectares, de 1927, entre o governo do estado do Amazonas e os senhores Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu, pela reforma constitucional do estado do Amazonas, de 1935, que pode ajudar em trabalhos mais específicos, como análise de discurso dos protagonistas dos condutores da imigração e dos políticos envolvidos na questão imigratória.
- 5) Finalmente, considerando que esta investigação se realizou praticamente com fontes brasileiras e com os descendentes do grupo *koutaku* residentes na Amazônia, recomenda-se o prosseguimento dos estudos em outros relatos escritos em japonês, inclusive do acervo de documentos da família de Tsukasa Uyetsuka, bem como, realizar entrevistas com os descendentes do grupo *koutaku* que residem atualmente no Japão e outras regiões do Brasil, e com os brasileiros que conviveram ou convivem com os membros desse grupo na região, a fim de aprofundar a investigação desta história demográfica que ainda não terminou.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE MEDICINA: Uma indicação contra a imigração asiática. **O Jornal (RJ)**, ed. 01630, 25 abr. 1924, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em 23 jun. 2016.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, jun. 2005. 191 p.

ACTA- Associação Cultural de Tomé-Açu. **Amazon no Shizen to Towa**. 70 anos de imigração de Tomé-Açu. Tomé-Açu. 2009. 282 p. (Em japonês)

AGUILERA, A. G.; STAEVIE, Pedro M. Movilidad pendular transfronteriza de trabajadoras paraguayas entre Ciudad del Este (Paraguay) y Foz do Iguaçu (Brasil). **Revista História e Diversidade**, v. 9, p. 35-57, 2017.

ALBERTO Kimura no páreo sucessório de Parintins. **Jornal do Comércio**, Manaus. Ed. 19788. 26 abr. 1968, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jul. 2017

ALVARENGA, A. T.; PHILIPPI JÚNIOR, A.; SOMMERMAN, A.; ÁLVARES, A. M.; FERNANDES, V. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr, A; NETO, A. J. S. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri-SP: Manole, 2011. p. 3-68.

ALVES, Eduardo Mesquita Pereira. **Constituição e Constitucionalismo no Japão: Reflexões em torno do Art. 9º, da Renúncia à Guerra e forças de autodefesa**. Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle>>. Acesso em: 12 jun. 2016

AMARAL, Ademar Ayres do. **Sementes do Sol**. Belém: Ponto Press, 2012. 291 p.

AMAZON SAT. **A imigração Japonesa no município de Parintins (10m40s)**. Publicado em jul de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fNDHsGcLwXM>>. Acesso em 05 fev.2018

APANB - Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira. **Caminhando com a comunidade Nipo-Brasileira da Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial do Estado. 2015. 276 p.

_____. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. Maruoka, Y. (Org). Tradução s/d. São Paulo: Topan-Press. 2001. 283 p.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**: cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013. 324 p.

_____. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 71-102, 2011.

ARAGÓN, Luis E; MOUGEOT, Luc J. A. (Org.). Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. **Cadernos NAEA**, Belém: UFPA/NAEA, n. 8, 1986.

ARAÚJO, Carlos. **Histórico da imigração japonesa no Estado do Amazonas**. Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. 1995. 37 p.

ARIGATÔ. **Publicação comemorativa ao centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação**. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado da Cultura Belém, 1995. 248 p.

ASSOCIAÇÃO KOUTAKU DO AMAZONAS. **A saga dos koutakusse no Amazonas**: Uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso. Manaus, 2011, 206 p.

A ATIVIDADE Japonesa no Pará. **O Jornal (RJ)**. Ed.03434, p.8, de 26 jan.1930. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

AUSLIN, Michael R. **Negotiating with Imperialism**: The Unequal Treaties and the Culture of Japanese Diplomacy. Cambridge: Harvard University Press. 2004. Disponível em:<<https://books.google.com.br/>> Acesso em: 15 jun. 2016

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350 jul./dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a09.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil**. Resumo histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações Internacionais no Brasil: Um panorama histórico. In: PATARRA, N. (Coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p.2-37

BASSANEZI, M. S.; TRUZZI, O. M. S. Plantadores do futuro: japoneses em São Paulo na primeira metade do Século XX. In: SAKURAI e COELHO (Org.). **Resistência & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 73-87.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. Ed. Valer. Universidade do Amazonas, 1999, 480 p.

BENETTI, Pablo C. **Da migração à mobilidade da força de trabalho**: o trabalho clandestino. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - PUR/UFRJ, Campos-RJ, 1988.

BIBLIOTECA Nacional de Portugal. **Os portugueses e o Oriente**: Sião, China, Japão 1840-1940. Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://purl.pt/711/1/japao/jp-04.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998. p. 65-69.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRASIL. **Annaes da Assembléia Nacional Constituinte**, 1933-1934, v.4, 6, e 8. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8227>>e <<http://memoria.bn.br/>> Acessos diversos em 2016-2018.

_____. Decreto nº 163, de 16 de janeiro de 1890a. Crêa colonias nacionaes no territorio da Guyana Brasileira. **Senado**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890b. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brazil. **Senado**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei n. 419, de 27 de novembro de 1896. Approva o tratado de amizade, commercio e navegação, celebrado em 5 de novembro de 1895 entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Imperio do Japão. **Câmara**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei>>. Acesso em: 12 jan.2016.

_____. Lei n. 97, de 5 de outubro de 1892. Permite livre entrada no territorio da Republica de imigrantes de nacionalidade chinesa e japoneza; autorisa o Governo a promover a execução do tratado de 5 de setembro de 1890 com a China; a celebrar tratado de commercio, paz e amizade com o Japão, e dá outras providencias attinentes á immigração daquellas procedências.**Câmara**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/>>. Acesso em: 17 jan.2016.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Trad.: Ruth Joffily. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1991.

BUCK, James Harold. **Satsuma Rebellion: An Episode of Modern Japanese History** University Publications of America [S.l.].1979.

BUTEL, Irian. **História e Memória Política do Município de Parintins** / Irian Butel; Larice Butel; Jucielle Cursino. Parintins-AM: Câmara Municipal de Parintins, 2012. 58 p. Disponível em: <<http://www.camaraparintins.am.gov.br/livros/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

O CÂNCER japonês caminhando para devorar o organismo do Brasil. **Jornal do Commercio (RJ)**, ed.00130, 4 mar.1934a. p.4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>Acesso em: 05 jul. 2017.

O CÂNCER japonês caminhando para devorar o organismo do Brasil. **Jornal do Commercio (RJ)**, ed.00124. 25 fev.1934b. p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

CARDOSO, Beatriz. **Imigrante japonês fez contrabando com juta da Índia**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 17 dez. 1991, p.14.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris; HEIZER, Alda. Os norte-americanos na missão à Amazônia, em 1923. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-170, jan./ jun. 2012.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. Org. Masato Ninomiya. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda., 1998.

CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. **Black Power: The Politics of Liberation**. New York: Vintage, 1967.

CARNEIRO, Robert L. A base ecológica dos cacicados amazônicos. **Revista de Arqueologia**, v. 20, p. 117-154, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ra/article/view/1683>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CARVALHO, Waldir Penna de. Esperanças da Amazônia. **A Nação (RJ)**, ed. 00008, 22 jan. 1933. p. 4. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CASTIGLIONI, Aurélia. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-57.

CASTRO, Edna. Estado e suas margens: interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna (Org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2014. p. 99-118.

_____. Expansão da fronteira, Megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, b. 64, p.45-61, jan./abr. 2012.

_____. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, M. C.; MATHIS, A.; CASTRO, E.; HURTIIENNE, T. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 7-32.

CASTRO, Fernando Moreira de. **50 anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém: Falangola Offset, 1979. 121 p.

_____. **Os japoneses na Amazônia**. Província do Pará, 11 dez. 1954.

COLEMAN, James. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology 94 (Special Sup.). Chicago Press. 1988. p.95-120. Disponível em: <<https://www.econ.msu.ru/>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

COMISSÃO de Recenseamento da Colônia Japonesa. **The Japanese Immigrant in Brazil**. Bunkyo-ku, Tokyo, Japan: The University of Tokyo Press, 1964. 766 p.

COMISSÃO EDITORIAL da **Revista Comemorativa do 20º aniversário da Câmara do Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará**. Belém: Alves Gráfica, 2006. 372 p.

COMO RESOLVER a incógnita amarela. **O Jornal (RJ)**, ed. 04389, 08 fev. 1934, p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>> Acesso em: 13 fev.2017.

A CONCESSÃO Japonesa no Amazonas. **O Observador Econômico e Financeiro (RJ)**. Periódico mensal. Rio de Janeiro. Ed. 00006. jul. 1936, p. 38-44. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 7 out. 2016.

CONCESSÃO DE Terras no Amazonas. **O Jornal (RJ)**, ed. 05138, 20 de mar. 1936a, p. 5

CONCESSÃO DE terras no Amazonas: colonização japonesa. **Observador Econômico e Financeiro (RJ)**. Ed. 00003, abril de 1936b, p. 60.

A CONTRIBUIÇÃO dos japoneses à produção agrícola do país. **A Nação (RJ)**, ed. 00337, 17 fev. 1934, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/7>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

COOGAN, Anthony. **Northeast China and the Origins of the Anti-Japanese United Front**. Modern China, ed. Sage Publications [S.l.] v. 20, n. 3, p. 282-314, 1994.

COOX, Alvin. **Nomonhan**: Japan against Russia, 1939. Stanford University Press, 1990.

COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia histórica: algumas observações. **Revista de História [24]**; UFPB, João Pessoa, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Amazônia**: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 256 p.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém. NAEA-UFPA. 2012, v.1.

_____. **Grande capital e agricultura na Amazônia**: a experiência Ford no Tapajós. Belém. UFPA. 1993.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248p.

DANTAS, Milton. A história da plantação da juta na Amazônia. **O Liberal**, Belém, 28 maio 1968. p. 7

DANIELS, Roger. **The politics of prejudice**: the anti-Japanese movement in California and the struggle for Japanese exclusion. Berkley and others: University of California Press, 1977.

DECLARAÇÕES do deputado Theotônio Monteiro de Barros sobre a emenda que apresentou à Assembleia visando a fixação do tipo étnico brasileiro. **O Jornal (RJ)**, ed. 04369, p. 3, 16 jan. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Sci. stud.** São Paulo, v.6 n. 2, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 20 out. 2017.

O DISCURSO do Sr. Arthur Neiva na Constituinte. **A Nação (RJ)**, Rio de Janeiro, Ed. 00330, 7 fev. 1934. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ELEUTHERIO, Paulo. Sanear...povoar...prosperar. **Folha do Norte**, Belém, 14 ago.1926, p.1.

O EMBAIXADOR do Japão no Brasil teria desaconselhado o embarque de quinze mil imigrantes japonezes para o Amazonas? **Jornal do Commercio (AM)**. Manaus. Edição 08718. 2 jun. 1929, fls.1. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

O EMBAIXADOR do Japão visita Manaus. **Jornal do Commercio (AM)**. Manaus. Edição 07863. 5 maio 1926. p. 1. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

O EMBAIXADOR JAPONEZ. **Jornal do Commercio (AM)**. Manaus. Edição 07906, de 24 jun.1926, fls.3. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

EM BELÉM o Ex-Ministro da Fazenda do Japão. **Correio da Manhã (RJ)**, ed. 17910 (1), 8 ago. 1951, p. 2. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em:10 dez.2017.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA/UFPA, 2013. 251 p.

_____. **Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: NAEA/UFPA. 2008. 291 p.

ESTADOS UNIDOS e Japão. **O Jornal (RJ)**. Ed. 00532, de 1 dez 1920, p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

OS ESTADOS UNIDOS e a imigração japonesa. **O Jornal (RJ)**. Ed. 01667, de 7 jun.1924. p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>> Acesso em: 13 jun. 2017.

FAIRCHILD, Henry Pratt. **Immigration: a world movement and its American significance**. Revised edition. New York: The Macmillan Company, 1925. 520 p.

FERREIRA, Ester W. Migrações internas: algumas considerações teóricas. **Revista CEPPG** – Centro de Ensino Superior de Catalão, v. 03, n. 4, 1. sem. 2001. p. 100-107. Disponível em: <<http://www.ie.ufu.br>>. Acesso em: 12 dez. 2008

FORLINE, Louis. **As várias faces da Amazônia: migrações, deslocamentos e mobilidade social na região Norte**. Reportagens. Atualizado em 10 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz8.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2010

FORLINE, Louis Carlos; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (Org.). **Amazônia: além dos 500 anos**. Belém: MPEG, 2006. 566 p.

FRANCO, Augusto de. **Capital social e desenvolvimento local**. 2001. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/capital>>. Acesso em: 02 ago.2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Ideação - Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu-PR, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional. 1991.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Cultura, 1959.

GAKKEN. **Japan as it is**. 4. ed. Tokyo: Gakken Co. Ltd. 2002. 368 p.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science**. 12. ed. Elmsford, Nova York: Pergamon Press, Inc., 1979. 332 p.

GAUDEMAR, Jean. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989. p. 13 a 66 e 225 a 277.

GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: Controle de Estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, São Paulo: IFCH/UNICAMP, v. 15, n. 27, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONZALES, Élbio Neris. **A migração de trabalhadores rurais no Brasil**. 1980. Tese (Doutorado em Sociologia) - FAFICH/USP, São Paulo, 1980.

GUILHON, Norma de Azevedo. **Os confederados em Santarém**. Belém: Conselho Estadual de Cultura. 1979. 233 p. (Coleção História do Pará. Série Arthur Vianna)

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p 201-210, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: POVOA NETO, H; FERREIRA A. **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Ravan, 2005. p. 35-46.

HALL, John Whitney. **Japan: from pre-history to modern times**. Tokyo: Charles E. Tuttle Company, 1995.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês: História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987. 828 p.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 291 p.

HARMONIA entre o nacionalismo e o internacionalismo. **A Batalha (RJ)**, ed. 03961, 09 jul. 1939. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 16 jun.2016.

HARRIS J. R.; TODARO, M. P. **Migration, unemployment and development**: a two sector analysis. *American Migration Review*, v. 60, n. 1, p. 126-142, mar. 1970.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa E. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, José Marcelino. **Amazônia**: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. p. 141-191.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 1995. 53. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 598 p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2016, 255 p.

_____. A agricultura Nikkei e o desenvolvimento da agricultura na Amazônia. In: HOMMA, et. al. (Org.). **A imigração na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011. p. 339-376.

_____. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém: Embrapa Am. Oriental; Fiepa, 2007. 217 p.

_____. **História da Agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Belém: Embrapa Amazônia Oriental: 2003. 274 p.

HOMMA, et. al. (Org.). **A imigração na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011. 450 p.

AS HOMENAGENS de hontem ao Embaixador Japonez. **Jornal do Commercio (AM)**, Manaus. Edição 07865. 7 maio 1926, p. 1 e 4. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

IBGE. **População residente**, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil 1991/2010. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 out. 2018

_____. Tabela 1.4 - **População nos Censos Demográficos**, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1872/2010. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Org.). **Resistencia & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro, 2008. 212 p.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil: 1951**. Rio de Janeiro, IBGE. Ano XII. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1951.pdf> Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. **Anuário estatístico do Brasil: 1936**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. 436 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1936.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

IKEDA, Shigeji. **História da Colonização Japonesa do Rio Amazonas**. São Paulo: São Paulo Shinbun, 1965. (Em japonês, 416 p.)

IKEGAMI, Antão S. **A fibra e o sonho**. São Paulo: Ed. A Gazeta Maçônica, 2009. 216 p.

A IMMIGRAÇÃO E A RAÇA. **Correio da Manhã (RJ)**. Rio de Janeiro, ed. 12022, 6 fev.1934, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

A IMMIGRAÇÃO e a constituinte. **A Nação (RJ)**. Rio de Janeiro, ed. 00368, 25 mar.1934a, p. 5. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

A IMMIGRAÇÃO e a constituinte. **A Nação (RJ)**. Rio de Janeiro, ed. 00372, 30 mar.1934b, p. 3. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

IMMIGRAÇÃO JAPONEZA. **A Nação (RJ)**, Rio de Janeiro. Ed. 00076, 13 abr.1933. p.4. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

INFILTRAÇÃO Nipônica. **A Nação (RJ)**, Rio de Janeiro. Ed. 00075, 12 abr. 1933, p.1. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

IRIE, Toraji; HIMEL, William. History of Japanese Migration to Peru – Part 1. **The Hispanic American Historical Review**, Durham-USA. v. 31, n. 3, p. 437-452, 1951.

ISHIZU, Tatsuo. Amazônia, terra de Esperança: a imigração japonesa 1924-1935. In: HOMMA et. al. (Org.). **A imigração na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011. p. 37-70

INTENSIFICAM-SE as relações comerciais nipo-brasileiras. **Diário de Notícias (RJ)**. Rio de Janeiro. Edição 09798, de 12 de out.1954. Segunda Seção, p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 16 jul.2017.

JAMIC- Japan Internacional Co. Kokusai Kyorioku. **Relatório JAMIC/JEMIS**. 1988. 315 p.

JAPAN. Statistics Bureau. Ministry of Internal Affairs. 2000. Disponível em: <<http://www.stat.go.jp/english/data/kokusei/2000/final/hyodai.htm>> Acesso em: 10 abr. 2016.

O JAPÃO Bloqueado. **O Jornal (RJ)**, Ed. 04367, p. 1, de 13 jan. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 9-39.

_____. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago. 1976. p. 39-113.

JORNAL SÃO PAULO SHIMBUN. **100 anos, histórias de cem mulheres japonesas em terras brasileiras**. São Paulo: Topan Press Ltda. 2009. 209 p.

JUTA: cinco décadas de trabalho e desencanto. **Jornal do Comércio (AM)**. Manaus. Ed. 20577. Caderno 2. 16 dez. 1970, p. 9. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 8, 1998. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos>>. Acesso em: 30 abr.2017.

KATASHO, Yoshio. Memórias da Vila Amazônia. In: APANB. **Caminhando com a comunidade nipo-brasileira da Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial, 2015. p. 187-193.

KAWADA, Takuya. **História da imigração japonesa no estado do Amazonas**. Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, 1995.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp. 2000. p.13-31.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração. Balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Org.) **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 2008. p. 17-29.

KOTAKU-KAI do Pará. **História da colonização da Amazônia pelos estudantes e pessoas relacionadas a Escola Superior de Colonização do Japão**. Belém [1989], reedição parcial, 2011. 83 p.

KUHN, Thomas. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. Cap. 5 e 6, p.77-105.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações: por que alguns são tão ricos e outros tão pobres**. Trad.: Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998. 760 p.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos Diplomáticos**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. Disponível em:<http://funag.gov.br/loja/download/79_A.pdf>. Acesso em: 25 jan.2016.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, Hélio de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980, p. 89-114. Disponível em: <http://www.students.uni-mainz.de/jkissel/Skripte/Lee.pdf> Acesso em: 14 jan.2015.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal**. Lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 131-241.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)**. São Paulo: Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Faculdade de Saúde Pública da USP. 1974. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

LIBONATI, Virgílio Ferreira. **A Juta na Amazônia**. Belém: IAN, 1958. 83 p.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, 32 p., 1999.

LIMA, Vivaldo Palma. **Discursos e opiniões sobre a colonização japonesa no estado do Amazonas**. Manaus: Cultura Edições Governo do Estado do Amazonas, 2012, 48 p. (Coleção Documentos da Amazônia. Documento n. 155)

LOBO, Bruno. Imigração japonesa. **O Jornal**. Rio de Janeiro, ed. 04423, p. 4, 21 mar. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2017

LOBO, Carlos; STEFANI, João; SOUSA, Guilherme. Migração na América do Sul: territorialidades e espacialidades da imigração sul-americana no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO DA ABEP, 6.2005. **Anais...** 2005.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **História Econômica**. São Paulo: Sugestões Literárias S.A., 1973.

MARANHÃO, Paulo. A recepção do dr. Washington Luis – Como o Pará recebeu o eminente visitante – As homenagens que ontem lhe foram tributada. **Folha do Norte**. Belém, 27 jul. 1926, p.1 e 5.

MARGADANT, Guillermo F. **Evolución del Derecho Japones**. Introducción histórico-sociológico al sistema jurídico del Japón actual. Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa. ISBN 968-842-006-9, México, 1984, 220 p. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=550>> Acesso em: 18 out. 2016.

MARINUCCI, Roberto. **Breve panorama das migrações internacionais, entre 1980 e 2005**. Brasília: CSEM, 2007. Disponível em: <www.csem.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2013.

MATSUSAKA, Yoshihisa Tak. **The making of Japanese Manchuria, 1904-1932**. Harvard University Asia Center [S.l.] 2003. (Em inglês)

MAZZOTTI, Tarso B. Investigando os núcleos figurativos como metáforas. In: JORNADA INTERNACIONAL SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: Teorias e campos de aplicação. Natal, 1998. **Anais...** 1998.

McDOWELL, Kevin. Japan in Manchuria: Agricultural Emigration in the Japanese Empire, 1932-1945. **Eras Journal**, Monash University, ABN 12 377 614 012. Fev.2008. Disponível em:<<http://arts.monash.edu.au/publications/eras/edition.>> Acesso em: 10 out. 2016.

MESNIER, Pedro Gastão. **O Japão**: estudos e impressões de viagem. Macau: Typographia Mercantil, 1874. 355 p. Disponível em: <<https://google.com.br/books>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MIKI, Bianca Sayuri. **Os inassimiláveis: o antiniponismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34**. 2015 118f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - PUC Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MINAS GERAES. **O Jornal (RJ)**, ed. 04374, p. 16, 21 jan. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O idealismo e a paz mundial**. 1ª versão. Campinas-SP: IFCH/UNICAMP, 1999. 50 p.

MORAES, Alexandre José Mello; SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Ensaio Corográfico do império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179489>>. Acesso em: 02 fev.2017.

MORGENTHAU, Hans. **Política entre las naciones – La lucha por el poder y la paz**. 6. ed. rev. Trad.: Heber W.Oliveira. Buenos Aires: Ed. Latinoamericano, 1986.

MUTO, Reiko. Mobilidade interna dos imigrantes japoneses do Amapá e do Para. In: ARAGÓN. Luís E. (Org.). **Migração interna na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2013. p. 223-46.

_____. A imigração japonesa no pós-guerra na Amazônia. In: HOMMA et al. (Org.). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011. p. 239-90.

_____. **O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. 2010. 345f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA/UFPA, Belém, 2010.

NA ASSEMBLEIA Constituinte. **O Jornal (RJ)**, ed. 04372, p. 2, 19 jan.1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas-SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004. 248 p.

NAKANO, Yorio. **Lista de endereços das famílias Koutaku**. São Paulo, 31 dez. 2000a. 55 p.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 287, p. 3-4, 31 dez. 2000b.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 286, p. 3-4, 30 nov. 2000c.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 285, 31 out. 2000d.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 284, 30 set. 2000e.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 283, 31 ago. 2000f.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 282, 31 jul. 2000g.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n.281, p. 3-4, 20 jun. 2000h.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 280, 31 maio 2000i.

_____. **Boletim KOUTAKU-KAI**, São Paulo, n. 279, p. 3, 30 abr. 2000j.

NDL - *National Diet Library*. **100 anos de Imigração japonesa no Brasil**. Japan. 2009. Disponível em: <http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s4/s4_3.html>. Acesso em: 12 jun. 2016.

NEW YORK TIMES. **First census of the Japanese Empire gives its total population as 77,005,112**. Special to The New York Times. March 02, 1921, p. 10. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva. In: WITKOSKI et al. (Org.). **A cultura de juta e malva na Amazônia ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Editora Annablume, 2010. p. 71-139.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa: na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros; Massao Ohno Editor, 1983. Disponível em: <www.imigrantesjaponeses.com.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 15. Caxambu-MG, 2006. **Anais...** Caxambu-MG: ABEP, 2006.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias. Reconstruções metodológicas de processo de investigação social. **Revista de História** (FFLC H-USP), São Paulo, n. 107, v. LIV, p. 263-276, ano XXVII, jul./set. 1976.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014. v. 1, p.167-228.

OLIVEIRA, Orlandina de; STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 245-65.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho antropológico: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, p.13-37, 1996.

ORLANDO JR et al. **Vila Amazônia - 80 anos de Imigração Japonesa na Amazônia**. 3 séries publicado em 2011, pelo Telejornal da Amazônia. Postado em 6 de dez de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acesso em: 05 fev.2018.

OTI, Sakae. História da juta. **A Vanguarda** (Jornal), Belém, 9 jul. 1947, p.4.

PACHECO, C. A; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**. São Paulo 1980-1993. Campinas-SP: UNICAMP, 1997. p. 25-52

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. Socius-Centro de Investigação em Sociologia Econômicas das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Paper n. 11, 2004.

PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930). In: **Emigrazione europee e popolo brasiliano**. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazione (1985: São Paulo). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987. p. 257-269.

PINTO, Lúcio Flávio. **A saga da juta**: entre memória e esquecimento. 2012. Disponível em: <<http://www.chupaosso.com.br/index.php/noticias/1555-a-saga-da-juta-entre-memoria-e-esquecimento>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. **Jari**: toda a verdade sobre o projeto Ludwig. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1986. 219 p.

PIONEIRO DA JUTA na área será cidadão do Pará. **Jornal do Comércio (AM)**. Edição 20553, de 11 de nov, 1970, p.2. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 out.2016.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Ed. Cultura, 1974.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea. In: **Sociologia, problemas e prática**. Departamento de Sociologia, Universidade de Princeton, Princeton, New Jersey, n. 33. Oeiras set. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: _____ (Ed.). **The economic sociology of immigration** – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship. NY: Russell Sage Foundation, 1995. p. 1-41.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para a discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Universidade de Coimbra. 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/271.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

O PROFESSOR Kotaro Tanaka no Catete. **A Batalha (RJ)**, ed. 03971, 21 jul. 1939, p. 2.

PROFESSOR KOTARO Tanaka: Uma série de conferências do jurista japonês nesta capital. **A Batalha (RJ)**, Ed. 03947 de 23 jun.1939, p.3.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002, 260 p.

QUIGLEY, Harold S. **Japanese Government and Politics**. Thomson Press. [1932] 2007.456 p.

RACZYNSKI, Dagmar. La movilidad territorial de la población en América Latina: perspectivas de análisis y lineamientos de investigación. In: **Memorias del Congreso Latinoamericano de Población y Desarrollo**. México.1983, v. 2, p.863-892.

RAMOS, Aylton. **Imigração Japonesa no Amazonas**. (2m46s). Publicado em: 5 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UAtlckHH25o&t=26s>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v. 1, p. 19-88.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação do conhecimento. In: PHILIPPI Jr, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri-SP: Manole, 2011. p. 69-105.

REIS, Arthur Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. 242 p.

REIS, Fidélis; FARIAS, João de. **O problema imigratório e seus aspectos étnicos**: na câmara e fora da câmara. Revista dos Tribunais, 1924.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SZMRECSÄNYI, T.; SANTOS, J. L.F.; LEVY, M. S. F. (Org.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980. p. 236-260.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. **Discurso do rio Amazonas**. Presidente Getúlio Vargas. v.4, n.2, abr-jun.1942.

RIALLIN, Jean Louis. **Économie et population du Japan**. Paris: Genin, 1962. 174 p.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Belém: ADUFPA. 2006. 420 p.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. Campinas-SP: [s. n.], 2009.

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. London: MacMillan Press, 1988. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?>>. Acesso em: 23 jan. 2015

SÁ, Michele E. Brasil de. A presença dos koutakusseis no Amazonas: uma análise a partir do paradigma realista das relações internacional. In: HOMMA et al. (Org.). **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011. p. 291-304.

SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil**: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Ed. Sociologia e Política, 1961. 237 p.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1973.

SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Org.). **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008. 212 p.

SALIM, Celso Amorin. Migração: O fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Brasília, 1992. **Anais...** Brasília, 1992. p. 119-144.

SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica. Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 1, n.2, p. 19-49, 1995.

SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2 n. 2. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SANTOS, Nelvio P. D. Fronteiras, poder e conflito na Amazônia: o caso de Bomfim e Pacaraima. In: ROCHA, Leando M. (Org.) **Etnicidade e nação**. Goiânia: Cànone Editorial, 2006. p. 99-125.

SÃO PAULO. Lei n. 356 de 29 ago.1895. Autoriza o governo a despender a quantia necessária com a introdução de sessenta mil imigrantes, constituídos em famílias exclusivamente de agricultores, procedentes dos continentes europeus, americanos e africanos. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SASAKI, Elisa. M. A questão da identidade dos brasileiros na migração no Japão. In: DEBIAGGI; PAIVA (Org.). **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 209-226.

SASAKI, Elisa M; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12. Caxambu-MG, 2000. **Anais...** Caxambu-MG, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and Labor Flow**. 1. ed. New York, Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição de migrante. **Travessia**, São Paulo, (número especial), p. 7-32, 2000.

_____. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100009>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 373 p.

SCHULTZ, Theodore W. Reflexions on investment in man. **Journal of Political Economy**, Supplement, New York, 70 (5) pt. 2, p.1-8. Oct. 1962.

NO SENADO, Aprovada unanimemente a nomeação do novo procurador geral. **Gazeta de Notícias (RJ)**. Rio de Janeiro. Ed. 00139, 14 jun. 1936, p. 2. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SETTE, Luiz Paulo Lindenberg. **A Revolução Samurai**. Massao Ohno Editor. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1991. 155p.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In PÓVOA NETO, H; FERREIRA, A. P. **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama de estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005 p.17-32.

_____. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 2001, p. 137- 150.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO; SANTOS (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996. p. 41-58.

SJAASTAD, Larry J. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, Supplement, New York, 70 (50, p.80-93, Oct. 1962.

SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **Arquivo Nacional**. 2017. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp>. Acessos diversos em: 2016-2018.

[SILVA, Antonio Cândido da. Vila Amazônia: os koutakusseis. Salto-SP: Schoba, 2012. 342 p.](#)

[SILVA, Fábio Carlos da.](#) Raízes amazônicas, universidade e desenvolvimento regional. In: MELLO (Org.). **O futuro da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2002, v. p. 55-70.

SILVA, Ignacio Accioli de C. **Corografia Paraense, ou descrição física, história e política da Província do Gram-Pará**. Bahia, Typografia do Diário, 1833. Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/bibliografia>>. Acesso em: 03 jan. 2016. 347 p.

SILVA NETO, Francisco Rodrigues. **Um estudo sobre a migração de japoneses para a Amazônia peruana e sua continuação para Amazônia brasileira**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

_____. **Os japoneses no Pará: Um estudo sobre a formação de identidades**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. **Papers NAEA**, Belém, n. 196, v. 1, p. 1-31, 2006.

SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

SINGER, Paul Israel. Migração Interna: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Helio de (Coord.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 89-114.

SOLIMANO, Andrés (Coord.). **Migraciones internacionales en América Latina**: booms, crisis y desarrollo. Chile: Fondo de Cultura Económica, 2008, 462 p.

SOMMA, Isabelle. **Japão - O dia em que a ilha se abriu ao mundo**. Postado em 01 nov. 2003. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/japao-dia-ilha-se-abriu-ao-mundo-433439.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o Conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.sbhc.org.br>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SOUZA, Carla Monteiro de. Uma visão da Guiana Brasileira: a expedição de Hamilton Rice pela Amazônia. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 38, supl., p. S19-S32. nov. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

SOUZA, José Camilo R. Parintins e Vila Amazônia: uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. In: HOMMA et. al. (Org.). **A imigração na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus, EDUA: 2011. p. 115-134.

SOUZA, Teotónio R. De. Sião, China e Japão: convergências e especificidades. In: **Biblioteca Nacional de Lisboa**: Os portugueses e o Oriente. Lisboa: 2004. Disponível em: <<http://purl.pt/7111/1/japao/jp-04.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016

STAEVIE, Pedro Marcelo. Imigração estrangeira, economia e mercado de trabalho na Amazônia brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX. **RESGATE – Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 26, p. 133-152, 2018

STARK, Odeb; BLOOM, David E. The new economics of labour migration. **American Economic Review**, Cambridge, Massachusetts, v. 75 p. 173-8, 1985.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 224 p.

SUDO, Tadashi. Kotaru Tsuji e a Amazônia. In: APANB. **Caminhando com a comunidade Nipo-Brasileira da Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2015, p. 161-4.

SUSPEITAM DO JAPÃO. **O Jornal (RJ)**, ed. 01660, p. 7, 30 maio 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

TAFNER JR., Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, p. 121-152, 2010.

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza I. I. **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1972. 202 p. (Coleção relatórios de pesquisa, n. 8)

THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. **The Polish peasant in Europe and America**. Monograph of an Immigrant Group (5 v). Chicago: University of Illinois Press, [1918] 1984.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Estudos comparativos do Japonês com línguas ameríndias: evidências de contatos pré-colombianos**. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2003. 102 p.

TOYAMA, Osamu. **Cem anos de águas corridas da comunidade japonesa**. São Paulo: AGWM, 2009. 597 p.

OS TRABALHOS da Assembleia Constituinte. **O Jornal (RJ)**, Ed. 04386, p. 2 e 4, de 04 fev. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>> Acesso em: 16 jun. 2016.

TRINDADE Jr, Saint-Clair, C.; TAVARES, M. G. da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. 1. ed. Belém: EDUFPA, 2008. v. 1, 218 p.

TRUJILLO, A. Ferrai. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1982.

TSUNODA, Fusako. **Canção da Amazônia: uma saga na selva**. Trad.: Jorge Kassuga. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1988. 185 p.

TSUTSUMI, Gota. A pré-história da imigração japonesa na Amazônia. In: APANB. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia Nipo-Brasileira**. Editado em 1994. Tradução s/d. São Paulo: Topan-Press, 2001. p. 124-126.

TSUJI, Kohei. A juta transplantada da Índia. In: APANB. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia nipo-brasileira**. Editado em 1994. Tradução s/d São Paulo: Topan-Press, 2001. p. 20-25.

_____. **Discurso do 80º aniversário**. Santarém, 03 fev. 1992. (Manuscrito, 11 p.)

TUJI, Kotaro. **A história da plantação da Juta na Amazônia**. Arquivo pessoal de Leonor Garcia Tuji. s/d. Belém, datilografado 14 p.

_____. **Biografia**. Arquivo pessoal de Leonor Garcia Tuji. Belém, 1968, datilografado 7 f.

UETSUKA, Yoshio; NAKANO, Yorio. **A Amazônia de Uetsuka**. Tokyo: Ed. Tenen, 2013. ISBN 978-4-9907344-0-4. (Em japonês, 288 p.)

UNITED NATIONS. **Manual VI: Methods of measuring internal migration**. Populations studies. N.47. Department of Economic and Social Affairs. New York, 1970. Disponível em:

<http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/migration_publications/UN_1970_Manual6.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

UYETSUKA, Tsukasa. **História da plantação de juta e imigração japonesa no vale do Amazonas**. Tokyo, [1954] 2011. 37 p.

UYETSUKA, Tsukasa. Carta de Uyetsuka ao cônsul brasileiro Raul Bopp (em Kobe), em 19 jun.1934. **Boletim KOUTAKU-KAI**, n. 283, São Paulo, 31 ago. 2000.

VALENTE, Luiz Ismaelino. O pioneiro dos pioneiros. **O Liberal**, Belém, 27, p. 8, nov. 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**. Madrid: Imprensada V. de Dominguez, 1854.

VIDAL, Josep Pont. A realidade social é externa ao indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa. **Papers do NAEA**, Belém: NAEA, n. 203, 2006.

VIEIRA, Antóvilas R. M. **O Perigo Amarelo na Amazônia**. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em 1936. Interventoria do E. do Amazonas, 1942, 135 p.

WARTOFSKY, Marx W. **Introducción a la filosofía de la ciencia**. Madrid: Alianza Editorial, 1973. Cap. I p. 17-39

WESTPHAL, Meroold. A hermenêutica enquanto epistemologia. In: GRECO, J.; SOSA, E. (Org.). **Compêndio de Epistemologia** São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 645-675.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1979. Disponível em: <www.fjisp.org.br>. Acesso em: 30 jan. 2017.

WOOD, Charles H. Equilibrium and historical – structural perspectives on migration. **International Migration Review**. v. 16, n. 2, Special Issue: Theory and methods in migration and ethnic research, 1982, p. 298-319. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

WOOLEY, Peter J. **Geography and Japan's strategic choices**. From seclusion to internationalization. Potomac Books [1960] 2005. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 03 out.2016

XIMENES, Tereza. **Capital social, redes sociais e inovações produtivas**. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOUNG, Louise. **Japan's Total Empire: Manchuria and the Culture of Wartime Imperialism**. University of California Press, 1999.

APÊNDICES

	SIGLAS E TAXANOMIAS UTILIZADAS NOS APÊNDICES.....	278
A	FORMULÁRIO USADO NA PESQUISA	279
B	QUANTITATIVO DE IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> (1931-1939) ..	283
B1	IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> QUE CHEGARAM EM 1931.....	284
B2	IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> QUE CHEGARAM EM 1932	288
B3	IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> QUE CHEGARAM EM 1933	294
B4	IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> QUE CHEGARAM EM 1934	302
B5	IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> QUE CHEGARAM EM 1935	309
B6	IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> QUE CHEGARAM EM 1936.....	312
B7	IMIGRANTES DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> QUE CHEGARAM EM 1937-1939 ..	315
C1	RELAÇÃO DOS <i>KOUTAKUSSEIS</i> (1931-1939)	318
C2	RELAÇÃO DOS COLONOS DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> (1931-1939)	325
C3	RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO PROJETO <i>KOUTAKU</i> (1931-1939) ...	326
C4	FUNCIONÁRIOS VINDOS DE SÃO PAULO E DE OUTROS PROJETOS.....	327
D	RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	329
D1	MOTIVAÇÃO E MOBILIDADE DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	331
D2	ADAPTAÇÃO E OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	335
D3	INTEGRAÇÃO ÉTNICA, SOCIAL E CULTURAL DOS ENTREVISTADOS...	339
D4	INTEGRAÇÃO, SUCESSO E CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO <i>KOUTAKU</i>	341
D5	SONDAGEM DE OPINIÃO SOBRE O EXPANSIONISMO JAPONÊS	345
E1	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DESCENDENTES DE SEGUNDA GERAÇÃO (FILHOS)	348
E2	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DESCENDENTES DE TERCEIRA GERAÇÃO (NETOS).....	350

SIGLAS E TAXANOMIAS UTILIZADAS NOS APÊNDICES

1. Sexo:

M = masculino; F = feminino

3. Função:

A = Acompanhante

C = Colono

F = Funcionário (empregado)

P = Professor

M = Médico

T = Técnico

K = Koutakussei

(K1) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1931

(K2) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1932

(K3) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1933

(K4) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1934

(K5) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1935

(K6) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1936

(K7) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1937

(K9) = *Koutakussei* que chegou ao Brasil em 1939

4. Cônjuge:

A = para cônjuge nikkei (que tem ascendente japonês)

B = para cônjuge brasileiro (a)

5. Grau de Escolaridade:

1 = Primário, ou Ensino Fundamental

2 = Ensino Médio

3 = Superior

4 = Especialização

5 = Mestrado

6 = Doutorado

7. Atividade econômica:

(Relação de trabalho):

1 = Empresário/comerciante

2 = Empregado

3 = Funcionário público

4 = Profissional liberal

5 = Aposentado

6 = outras: do lar, desempregado,

D = Decasségui

2. Estado Civil:

S = solteiro(a); C = casado(a); V = viúvo(a)

Ex.

(C3) = Colono que chegou ao Brasil em 1933

(C4) = Colono que chegou ao Brasil em 1934

(C5) = Colono que chegou ao Brasil em 1935

(C6) = Colono que chegou ao Brasil em 1936

(C7) = Colono que chegou ao Brasil em 1937

(C9) = Colono que chegou ao Brasil em 1939

(F1) = Funcionário que chegou ao Brasil em 1931

(F2) = Funcionário que chegou ao Brasil em 1932

(F3) = Funcionário que chegou ao Brasil em 1933

(F4) = Funcionário que chegou ao Brasil em 1934

(F5) = Funcionário que chegou ao Brasil em 1935

(F6) = Funcionário que chegou ao Brasil em 1936

(F8) = Funcionário que chegou ao Brasil em 1938

6. Formação Profissional superior:

A = Administrador

Ad = Advogado

B = Agrônomo

C = Assistente Social

D = Dentista (odontólogo)

E = Economista

F = Engenheiro

G = Contador

H = Médico

I = Professor (pedagogo)

J = outras profissões

8. Renda anual do casal em reais:

1 = menos que R\$ 50 mil

2 = menos que R\$ 100 mil

3 = menos que R\$ 200 mil

4 = menos que R\$ 300 mil

5 = mais que R\$ 300 mil

9. Patrimônio familiar em reais:

1 = menos que 200 mil

2 = menos que 500 mil

3 = menos que um milhão

4 = menos que dois milhões

5 = mais que dois milhões

APÊNDICE A – FORMULÁRIO USADO NA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS (NAEA)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ORIENTADOR: LUIS ARAGÓN e DOUTORANDA: REIKO MUTO

Prezado(a) senhor(a),

Gostaria de contar com a sua colaboração para o preenchimento de um questionário que subsidiará a elaboração da tese de doutorado, que tem como tema: OS KOUTAKUSSEIS E OS IDEAIS DO EXPANSIONISMO JAPONES NA AMAZÔNIA. A pesquisa analisa a influência do expansionismo japonês na Amazônia, com foco nos *koutakusseis* e demais imigrantes que participaram do Projeto *Koutaku* na Vila Amazônia, Parintins-AM.

O questionário visa coletar dados sobre o processo de construção de identidade e comportamento demográfico e socioeconômico desse grupo e de seus descendentes, cujas famílias congregam atualmente o grupo KOUTAKU-KAI.

Acredito que esta pesquisa pode contribuir para a compreensão de diferentes padrões de imigração de japoneses na Amazônia, e quiçá no Brasil, a partir de diferentes relatos sobre esse grupo de imigrantes que prestaram grandes contribuições para o desenvolvimento econômico dos Estados do Amazonas e Pará.

Declaro desde já que os dados individuais (pessoais e patrimoniais) não serão divulgados na pesquisa. As informações coletadas depois de consolidadas serão analisadas e disponibilizadas para as associações dos *Koutaku-kai* do Amazonas e do Pará.

A participação é voluntária e isenta de despesas. As informações poderão ser prestadas em papel ou remetidas via email no endereço eletrônico reikomuto@gmail.com, no prazo de 30 DIAS. As dúvidas também poderão ser dirigidas para esse email.

Belém, 13 de outubro de 2016.

Reiko Muto

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a doutoranda REIKO MUTO, responsável pela pesquisa sobre imigração japonesa na Amazônia, que tem como tema OS KOUTAKUSSEIS E OS IDEAIS DO EXPANSIONISMO JAPONES NA AMAZÔNIA, registrar em seu trabalho as informações, fotos e documentos por mim prestados, **com () sem ()** a identificação do meu nome e de membros da minha família.

Local e data:

Assinatura:

Nome do informante:

C.I ou CPF do informante:

A. DADOS DO INFORMANTE

Nome: Ano de Nasc..... Sexo: M () F ()
 Situação do informante: *issei* (); *nissei* (); *sansei* (); *yonsei* (); mestiço (); outros
 Escolaridade: Atividade profissional:
 Endereço atual:Município.....
 Tel. ().....Celular () email:

B. DADOS DO KOUTAKUSSEI OU DE PESSOA RELACIONADA AO GRUPO KOUTAKU

Nome: Ano de Nasc..... Ano de Falecim:
 Província de nascimento no Japão: Província de residência:
 Escolaridade: Profissão da família do pai no Japão:
 Mês e Ano de chegada: Navio:
 Nome da esposa..... Ano de Nasc Ano de Falecim:
 Província de nascimento no Japão: Província de residência:

QUESTIONÁRIO

C. SOBRE A FAMÍLIA KOUTAKU RELACIONADO AO INFORMANTE

- Quais as principais motivações que trouxe o “seu” *koutaku* para a Amazônia?
 - () sonhava “fazer a América”;
 - () sonhava “ir para São Paulo”
 - () não havia perspectiva no Japão;
 - () foi influenciado pelo Uyetsuka;
 - () sonhava ganhar muito dinheiro;
 - () não queria ir para Manchúria;
 - () foi influenciado pelas propagandas;
 - () outro motivo:
- Quais as principais motivações que levaram o “seu” *koutaku* a sair do local de assentamento?
 - () sem condições para plantação
 - () troca de profissão ou negócio
 - () desapropriação do terreno na guerra
 - () falta de mercado para a produção
 - () educação dos filhos
 - () outros motivos:
- Cite os municípios/loais e o ano por onde morou a sua família de *koutaku*:
 1º ano ; 2º ano; 3ºano
- Local onde se fixaram definitivamente no Brasil: a partir do ano
- Principais motivações para permanecer nesse último local:
 - () não teve condições/oportunidade de sair
 - () membros da família não quiseram sair
 - () escola para os filhos
 - () relações de amizade
 - () gostou do local
 - () outros motivos:
- A sua família *koutaku* chegou a receber os patrocínios da imigração de pós-guerra?
 () Não () Sim. Quantas famílias receberam? R.....
- Quantos descendentes do “seu” Koutaku estão desenvolvendo atividades ligadas ao uso do solo, como atividades agrícolas, pecuárias ou mineração na região amazônica? _____
- Houve membros de sua família que saíram como *dekasségus*? () SIM () NÃO
 Se sim, marque quem foi: () próprio *koutaku* () mulher do *koutaku* () filhos () netos.
- Como *dekassegui* o resultado foi satisfatório para mudar os negócios da família?() SIM () NÃO

10. Marque as opções sobre os aspectos da integração com os brasileiros:
- a. Casamento: ☐ com brasileiro(a) ☐ com *nikkey*
 - b. Sociedade comercial: ☐ só com brasileiros ☐ só com *nikkeys* ☐ misto
 - c. Identidade: ☐ se sentem mais brasileiro ☐ se sente mais japonês
 - d. Amigos: ☐ mais brasileiros ☐ mais japoneses
 - e. Pertencimento: ☐ associação de brasileiros ☐ associação de *nikkeys*
11. Marque as opções sobre os aspectos da aculturação no Brasil:
- a. Língua que usa em casa: ☐ só português ☐ mais português ☐ ambas as línguas
 - b. Comida mais apreciada: ☐ mais brasileira ☐ mais japonesa ☐ misturado
 - c. Religião da família: ☐ cristã ☐ budista ou xintoísta ☐ não tem religião
12. Informe total de pessoas (filhos e netos) que compõe atualmente a sua família de *koutaku*: _____
13. Informe o total de pessoas da família *koutaku* (inclusive de filhos e netos) que já faleceram: _____

D. INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO KOUTAKUSSEI / KOUTAKU

14. Você acredita que existe alguma relação entre a vinda dos *koutakusseis* para a Amazônia com a política expansionista do Japão vigente no início do séc. XX? ☐ SIM; ☐ NÃO; ☐ NÃO SABE
Se sim, cite algumas evidências?
15. Você sabe quais eram os ideais e/ou ensinamentos de Tsukasa Uyetsuka e Kotaro Tuji?
☐ SIM; ☐ NÃO SABE; Se sim, qual (s) seria(m)?
R.....
16. Será que esses ensinamentos foram repassados e/ou assimilados pelos descendentes desse grupo que permaneceram nesta região? ☐ SIM; ☐ NÃO; ☐ NÃO SABE
17. Há perspectiva de continuidade desses valores para a futura geração? ☐ SIM; ☐ NÃO;
(..) NÃO SABE
18. Quais as famílias dos *koutaku* permaneceram na região do Baixo Amazonas?
R.....
19. Explique resumidamente se a dispersão/desagregação desse grupo **contribuiu** ☐ **ou atrapalhou** ☐ para a realização profissional e econômica dos *koutaku* e de seus descendentes.
R.
20. Cite algumas razões porque muitas famílias de *koutaku* não conseguiram sucesso na integração com os novos imigrantes de pós-guerra?
R.
21. Na sua percepção os descendentes dos *koutaku* tiveram mais sucesso profissional e econômico do que os demais descendentes dos imigrantes de Tomé-Açu e de pós-guerra? ☐ SIM ☐ NÃO
22. Cite algumas famílias de *koutaku* que obtiveram sucesso em termos de negócios ou na profissão?
R
23. Você sabe se existe alguma relação dos *koutaku* com a vinda das grandes empresas japonesas para o Pará e para Zona Franca de Manaus, a exemplo da Kanebo, Mitsui, Mitsubishi, Takasago, Yamaha, Toyomenka, Eidai, Tayo, Amasa, Honda, Nissan, Sony, National-Panasonic? ☐ SIM; ☐ NÃO;
Se sim, qual(s) seria(m)? R.....
24. Cite alguma contribuição dos *koutakusseis* no tocante às economias locais e na formação de redes sociais dentro da comunidade *nikkey* ou qualquer informação que julgue interessante.
R.....

25. Infome no itema “E” a seguir, **os dados dos descendentes (filhos e netos) de “seu” koutaku**, em termos de escolaridade, atividade profissional, renda e patrimônio familiar. Essas informações serão consolidadas para fins de análise de dados desse grupo.

E. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DESCENDENTES DE KOUTAKU

Obs. Antes de preencher observe os indicadores abaixo.

- (1) Informe “**F**” para Filho (a) e “**N**” para Neto(a) de Koutakussei/Koutaku (de preferência, arrimo de família).
- (2) Informe o Ano de nascimento.
- (3) Cônjuge: Informe “**A**= para nikkey,” **B**= se brasileiro/a; “**C**= se solteiro; “**D**= se divorciado/a.
- (4) Escolaridade: **1**= Ensino Fundamental; **2**= E. Médio; **3**= Superior; **4**=Especialização; **5**=Mestrado; **6**= Doutorado.
- (5) Formação Profissional: **A**=Administrador; **B**=Agrônomo, **C**= Assistente Social; **D** =Dentista, **E**=Economista; **F**= Engenheiro; **G** =Contador; **H**=Médico; **I**=Professor; **J** = outros.
- (6) Atividade econômica: **1** = Empresário; **2** =Empregado; **3** =Funcionário público; **4** = Profissional liberal; **5**=Aposentado; **6** = outros.
- (7) Renda **anual do casal, em reais**: **1**<50 mil; **2**<100 mil; **3**<200 mil; **4** < 300 mil; **5** < 400 mil; **6**> 400 mil.
- (8) Patrimônio **familiar em reais**: **1**<200 mil; **2** < 500 mil; **3** < um milhão; **4** < dois milhões; **5** > dois milhões.

[illegible]

APÊNDICE B – QUANTITATIVO DE IMIGRANTES DO GRUPO KOUTAKU (1931-1939)

Turmas	Data de embarque no Japão	Porto de Embarque	Chegada ao porto de Rio de Janeiro	Nome do navio	Chegada Parintins	Koutakusseis	Funcionários	Colonos	Agregados	Total
1ª	19.04.1931	Yokohama	05.06.1931	Santos Maru	20.06.1931	38	4			42
	Jun. 1931	Yokohama	04.08.1931	Montevideo Maru	Ago.1931		1		2	3
	Set.1931	Yokohama	10.11.1931	Santos Maru	Nov.1931	4	2		1	7
2ª	16.04.1932	Yokohama	01.06.1932	Rio de Janeiro Maru	03.07.1932	52	4	5	33	94
	20.09.1932	Yokohama	05.11.1932	Rio de Janeiro Maru	03.12.1932				5	5
	Fev.1933	Yokohama	20.03.1933	Santos Maru	Abril 1933		2		2	4
3ª	15.04.1933	Yokohama	31.05.1933	Montevideo Maru	26.06.1933	67	2	1	12	82
	13.09.1933	Yokohama	31.10.1933	Montevideo Maru	19.11.1933	3	4	7	38	52
4ª	18.04.1934	Yokohama	01.06.1934	Buenos Aires Maru	29.06.1934	49	1	1	34	85
	Jul.1934	Yokohama	29.08.1934	Montevideo Maru	24.09.1934		2	3	19	24
5ª	16.04.1935	Yokohama	30.05.1935	Rio de Janeiro Maru	03.07.1935	18	1	6	45	70
6ª	16.04.1936	Yokohama	30.05.1936	La Plata Maru	Julho 1936	13	1	2	29	45
		Buenos Aires	19.06.1936							
7ª	30.05.1937	Yokohama	14.07.1937	Montevideo Maru	08.08.1937	3		2	5	10
	26.10.1938	Yokohama	18.12.1938	Yamazato Maru	Jan.1939		1		2	3
	30.09.1939	Yokohama	17.11.1939	La Plata Maru	Dez.1939	1		2	13	16
TOTAL						248	25	29	240	542

Fonte: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.

APÊNDICE B1 - IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU QUE CHEGARAM EM 1931

Navio Santos Maru - chegou ao porto do Rio de Janeiro em 05.06.1931 - Em Parintins em 20.06.1931

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	AKIYAMA (KUGA)	Tosui	M	19	S	1910?-2004	Osaka	K1				São Paulo-SP
2	ARITA	Tadao	M	23	S		Hiroshima	K1				
3	BABA	Saburo	M	21	S		Shiga	K1				São Paulo-SP
4	HARADA	Junpei	M	19	S		Kanagawa	K1			Não consta na lista de Uyetsuka	
5	HASHIMOTO	Shunji	M	22	S	1909?-1991	Ishikawa	K1	Sumiko Hashimoto			São Paulo-SP
6	HAYASHI	Ken-ichi	M	19	S	1911?-1984	Hyogo	K1				Niteroi-RJ
7	HIDAKA	Shoji	M	19	S	1912?-1943?	Kagoshima	K1	Teruo Hidaka veio em 1935.	3 filhos e 18 netos	Juta, agricultura, gado, comércio.	Parintins-AM
8	HOSHINO	Hiromi (Hiroyoshi)	M	19	S		Tochigi	K1				
9	IIDA	Gihei	M	24	S	1906-1989	Saitama	K1	Yotsue (Hoshino) lida veio em 1932	8 filhos e 19 netos	Juta, gado, comércio.	Belém-PA
10	IWAMURA	Mogi (Shigeki)	M	20	S		Nagasaki	K1				
11	IZUMI	Keiji	M	20	S	1911-1974	Niigata	K1	Tsuru Izumi veio em 1939 aos 29 anos.			Manaus-AM
12	KANEKO	Isao	M	20	S	1911?-1983	Fukuoka	K1		8 filhos		Manaus- AM
13	KANO	Isamu	M	29	S		Chiba	T1			Técnico	
14	KIMURA	Hiraku (Akira)	M	19	S		Kumamoto	K1	Mitsu Kimura que veio em 1933 (?).	Hiraku era irmão de Kazunori		Kumamoto, JP
15	KIMURA	Kazunori	M	21	S	1910-1975	Kumamoto	K1	Adelaide Teixeira de Souza (1918-2002).	8 filhos e 24 netos.	Juta, pecuária, comércio aviação, fábrica de gelo e guaraná, cinema.	Parintins-AM

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
16	KISHIDA	Yoshiaki	M	19	S	1912? – 1992	Tokushima	K1	Tsuyako veio em 1934.			São Paulo-SP
17	KIUCHI	Ken-ichi	M	25	S	1907-2000	Nagano	P1			Técnico/professor	Nagano, JP
18	KOYAMA	Matsuki	M	21	S		Kochi	K1				
19	KUDO	Koichi	M	19	S	1910-1983	Kumamoto	K1	Mitsue Kudo (1912-2007)	5 filhos e 9 netos	Juta, pimenta do reino, pensionato	Belém-PA
20	KUNIMUNE	Atsushi	M	19	S	1910 -1979	Okayama	K1	Juntou-se com Rosa Maia dos Santos Souza.	2 filhos e 15 netos	Juta	Parintins-AM
21	KURISAKI	Kazumasa	M	19	S		Kumamoto	K1				
22	MATSUMOTO	Tetsuya	M	19	S		Chiba	K1				
23	MISONO	Fukue	M	22	S	1909-1964	Chiba	K1	Yoshiko Missono (1911-1982), veio com a 4ª T (1934)	7 filhos: sendo 3 falecidos.	Juta, criação de bovinos e suínos, comerciante de juta, cacau, peixes, couros, etc.	São Paulo-SP
24	MIYASHITA (atual SATO)	Yamon	M	19	S	1910	Nagaoka	K1				Bastos-SP
25	MIZOUCHI	Toshitaro (Hitaru)	M	19	S	1910	Kanagawa	K1				Manaus-AM
26	NAKAJIMA	Toshizo	M	20	S	1910-1975	Kanagawa	K1	Taiko Kobayashi veio em 1934 e faleceu (1942). Em 1948 casou Yukiko Suguiyama (T.Açu).	5 filhos	Juta, pimenta do reino, comércio prod.extrativismo, pecuária.	Manaus-AM
27	O-HIRA	Motokichi	M	20	S		Wakayama	K1				
28	OISHI	Takato	M	25	S	1906-1987	Shimane	K1	Akiko (Tsumiyama) Oishi veio em 1932.	9 filhos e 30 neto	Arroz, guaraná, juta	Belém-Pa
29	OMORI	Katsumi (Katsuki)	M	21	S		Okayama	K1				

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
30	OTI (OCHI)	Sakae	M	25	S	1906-1988	Fukuoka	P1	A mulher Tsune veio em 1934	8 filhos e 7 netos.	Produção de juta.	Belém-PA
31	SATAKE	Moto (Hajime)	M	20	S		Ehime	K1	casou com brasileira.			
32	SATO	Nobuichi	M	28	S		Gumma	T1		Yoshimi Ueyama	Técnico	Brasília-DF
33	SATO	Yukio	M	21	S	1909-1967	Hiroshima	K1	Masuyo (Uemura) Sato (1914-2007) veio em 1934.	8 filhos e 14 netos	Juta, gado, combustível. Barco Aurora explodiu em 1967.	Manaus-AM
34	SHIINA	Tsutomu	M	19	S		Chiba	K1				
35	SHONO	Kazuo	M	19	S		Koichi	K1			Não consta na lista de Uyetsuka, nem de T.Açu	
36	TAKEDA	Kiichiro	M	19	S		Karafuto	K1			Não consta na lista de Uyetsuka, nem de T.Açu	
37	WATANABE	Sachio	M	22	S		Miyagi	K1				
38	YAMAMOTO	Ichiro	M	19	S		Kumamoto	K1				
39	YAMAMOTO	Norio (Toshio)	M	18	S		Fukuoka	K1				
40	YANO	Takeo	M	20	S		Kumamoto	K1	Motoki			Nordeste
41	YOSHIMURA	Akira	M	23	S		Kumamoto	K1				
42	YOSHIMURA	Toshio	M	19	S		Yamaguchi	K1				

Navio Montevideo Maru - chegou ao porto do Rio de Janeiro em 04.08.1931

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	ARAKI	Emon	M	29	S	1902?-1992	Kagoshima	T1			Técnico	
2	MIZUMA	Haruyoshi	M	22	S		Kanagawa (Yokoyama)	A			Não consta na lista de Uyetsuka.	
3	MUNEMURA	Haruo	M	22	S		Kanaawa (Yokoyama)	A			Não consta na lista de Uyetsuka.	

Navio Santos Maru - chegou ao porto do Rio de Janeiro em 10.11.1931.

No	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	CHIBA	Kenyo (Kenji)	M	20	S	1912-	Miyagi	K1	Shigeru Chiba, veio em 1934.	6 filhos		Belém-PA
2	EMURA	Ryozo (Tomoichi)	M	32	S	1900-	Fukuoka	F1				São Paulo-SP
3	ENDO	Sakae	M	21	S		Fukushima	A	Tomiko Endo veio Nov. 1932		Não consta na lista de Uyetsuka.	
4	ETO	Yoshinari	M	44	S		Kanagawa	M1			Médico	
5	KUMAGAI	Tadashi	M	20	S	1911-1993	Miyagi	K1				São Paulo-SP
6	SHOJI	Jiro	M	18	S		Miyagi	K1				
7	TANAKA	Masao	M	18	S		Miyagi	K1				

Fonte: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.

Obs.1 - Os nomes entre parentes são os que estão traduzidos na lista de passageiros.

Obs.2 - As idades conforme declaradas na lista de passageiros.

APÊNDICE B2 - IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU QUE CHEGARAM EM 1932

Navio RIO DE JANEIRO MARU - Chegou ao porto do Rio de Janeiro em 01.06.1932. A Vila Amazônia em: 03.07.1932.

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	Estado Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	ARITA	Toyojiro	M	18	S		Hiroshima	C2				
2	ARIYOSHI	Kazuyoshi	M	19	S		Fukuoka	K2				São Paulo-SP
3	EGUCHI	Nadao	M	20	S		Nagasaki	K2				São Paulo-SP
4	FUJISAWA	Hidehiko	M	20	S		Kumamoto	K2				Kumamoto-JP
5	FUJISHIMA	Toshichika	M	21	S		Okayama	K2				
6	GONDA	Kurakichi	M	29	C	1903-?	Niigata	F2	Kiyuno Gonda	4 filhos e 21 netos.	Funcionário	Manaus-AM
7	"	Kiyuno	F	26	C		Niigata	A	Mulher de K. Gonda			
8	"	Yoshiko	F	1	S	1931-2006	Niigata	A	Yolanda Yoshiko Fujita Gonda			
9	HASHIMOTO	Shiro	M	24	S		Tottori	K2	Misao veio em 1934.			
10	HIGASHI	Hisaichi	M	20	S	1912-1982	Hiroshima	K2	"Nina" Hiko (Eguchi-Tokuhashi) (1910-2004) veio em 12/1930 para T.Açu e casou em 1937.	5 filhos e 12 netos.	Juta, funcionário da JAMIC/JICA	Belém-Pa
11	HIRATA	Sanji	M	26	s	1906?-1982	Mie	K2	Ayako veio em 1934			Cotia-SP
12	HOSHIHARA	Sadaharu	M	20	S		Kagoshima	K2	Casou com brasileira	Teve 6 filhos		Maués-AM
13	IZUMI	Fukashi	M	20	S		Miyazaki	K2				
14	KATAYAMA	Yasuzo	M	44	C		Aichi	C2	Colono/chefe		Não consta na relação de Uyetsuka, nem de T.Açu.	
15	"	Taka	F	38	C		"	A				
16	"	Shizue	F	11	S		"	A				
17	"	Chiyoko	F	9	S		"	A				
18	"	Katashi	M	8	S		"	A				

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
19	KATAYAMA	Akira	M	6	S		"	A				
20	"	Shigeko	F	4	S		"	A				
21	"	Sadako	F	3	S		"	A				
22	"	Tamotsu	M	1	S		"	A				
23	KATO (ITO)	Hidemitsu	M	18	S		Mie	K2				Mie, JP
24	KATO	Kiyokatsu	M	19	S		Miyagi	K2	Casou com brasileira			Manaus-AM
25	KAZUMA	Kakuhei	M	19	S	1913-1990	Ishikawa	K2	Ki Kazuma			Ishikawa, JP
26	KAWANISHI	Sotojiro	M	26	C		Hokkaido	C2	Cunhado de Konno		Não consta na relação de Uyetsuka, nem de T.Açu.	
27	"	Akino	F	21	C		"	A	Mulher de Kawanishi			
28	"	Takashi	M	1	S		"	A	Filho de Akino K.			
29	KIDO	Tadashi (Tadasu)	M	20	S		Fukuoka	K2				
30	KOBAYASHI	Masumi	M	19	S	1913-2001	Fukuoka	K2	Atsuko (Takashima) Kobayashi veio em 1934 e casou em 1937.	8 filhos e 16 netos	Juta, serviço administrativo, criação de gado e comércio.	Belém-PA
31	KONNO	Yokichi	M	35	C		Hokkaido	C2	Colono/chefe		Não consta na relação de Uyetsuka, nem de T.Açu.	
32	"	Toku	F	31	C		"	A	Mulher			
33	"	Hidehiko	M	9	S		"	A				
34	"	Toshinobu	M	7	S		"	A				
35	"	Noriko	F	6	S		"	A				
36	KONNO	Akira	M	1	S		"	A				
37	KURITA	Yoshiyuki	M	20	S		Kanagawa	K2				

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
38	MINAMI	Masashi	M	22	S	1909-1997	Kumamoto	K2	Tomiko (1917 -1997) veio em 1936.	4 filhos e 3 netos	Juta, pecuária	Manaus-AM
39	MITSUOKA	Mutsuo (Rikuo)	M	20	S		Kumamoto	K2				
40	MIURA	Torahiko	M	32	C	1900?-1947	Kumamoto	K2	Toshiko (26 anos) veio com o marido em 1932.			Suzano-SP
41	MIURA	Toshiko	F	26	C		Kumamoto	A	Esposa de Torahiko			
42	MIYAJIMA	Yasuhiko	M	21	S	1911-1984	Kumamoto	K2				São Paulo-SP
43	NAKAMURA	Shichijiro	M	45	C		Hokkaido	C2	Colono/chefe		Não consta na relação de Uyetsuka, nem de T.Açu.	
44	"	Kin	F	38	C		"	A	Mulher			
45	"	Kazunobu	M	20	S		"	A	Filho			
46	"	Masao	M	18	s		"	A	Filho			
47	"	Kiyoshi	M	16	s		"	A	Filho			
48	"	Hideko	F	14	S		"	A	Filha			
49	"	Toshiye	M	13	S		"	A	Filho			
50	NATSUAKI	Sueharu	M	21	S		Saga	K2				
51	NEMOTO	Shichiro	M	29	C		Fukushima	K2	Taka (23 anos) veio com o marido			Fukushima, JP
52	NEMOTO	Taka	F	23	C		Fukushima	A	Mulher de Shichiro.			
53	NISHIE	Kenjiro	M	21	S		Ishikawa	K2				Monte Alegre-PA
54	NISHIKAWA	Toshio	M	24	C	1908?-1988	Hyogo	K2	Sumi veio com o marido			Tóquio, JP
55	NISHIKAWA	Sumi	F	24	C		Hyogo	A	Esposa de Toshio Nishikawa			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
56	NOMURA	Hiroshi	M	25	S	1907-1964	Osaka /Tokyo	K2	Kazue (Sakabe) Nomura veio em 1939.	5 filhos e 15 netos.	Juta, mecânica, Companhia de Eletricidade.	Parintins-AM
57	NONOYAMA	Masato	M	20	S		Tokyo	K2				
58	OGAWA	Masao	M	19	S	1913?-1988	Nagano	K2				São Paulo-SP
59	OHONO (ONO)	Ayao	M	21	C		Tokyo	K2	Nami			Tóquio, JP
60	OHONO (ONO)	Nami	F	19	C		Tokyo	A	Esposa de Ayao			
61	OKAMOTO	Hiroshi	M	19	S		Kumamoto	K2				
62	OKAWARA	Nobuo	M	18	S	1914?-1996	Tokyo	K2				São Paulo-SP
63	ONODA	Seiji	M	20	S	1912?-1992	Kagoshima	K2	Tadako Onoda.	4 filhos		São Paulo-SP
64	OZAKI	Tatsuo	M	20	S	1912-1994	Shizuoka	K2	Brasileira Venine (falecido)	5 Filhos		Tóquio, JP
65	SAITO	Kentarō	M	20	S	1912-1987	Tokyo	K2	Misako Saito			São Paulo-SP
66	SOEJIMA	Toshihiko	M	20	S		Saga	K2				
67	SUGIMURA	Satoshi (Hitoshii)	M	19	S		Miye	K2				
68	SUZUKI	Kenji	M	24	S		Yamagata	K2	Sono veio com o filho em 1934.			
69	TAKAHASHI	Kenji	M	22	S	1910?-1986	Tokyo	K2	Tatsuko Takahashi			Tóquio, JP
70	TAKASE	Torao	M	18	S	1914?-1985	Tokyo	K2				São Paulo-SP
71	TAKEZOE	Nagao	M	25	C		Kagoshima	K2	Atsu Takezoe.			
72	TAKEZOE	Atsu	F	22	C		Kagoshima	A	Mulher de Nagao			
73	TAKISAWA	Masao	M	21	S		Niigata	K2				
74	TAKITA	Yoshikazu (Yoshikatsu)	M	19	S	1913?-1996	Fukushima	K2	Casou com brasileira			Manaus-AM
75	TANABE	Hiroshi	M	26	S	1912-1990	Tokyo	F2	Natsuko Tanabe veio em 1935.		Funcionário	Manaus-AM

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
76	TANAKA	Hideho	M	28	C		Gunma	M	Tomiko	3 filhos	Médico	Rosário, AR
77	TANAKA	Tomiko	F	24	C		Gunma	A	Mulher de Hideho Tanaka			
78	TAYAMA	Izumi	M	25	S	1908-1933	Kumamoto	K2	Suicidou-se na Colônia Andirá em 1933.			Parintins-AM
79	TOGAMI	Yasuichi (Hoichi)	M	19	S		Kumamoto	K2				
80	TOMINAGA	Yoshio	M	20	S		Fukuoka	K2				
81	TSUJIKAWA	Eitaro	M	22	S	1910?-1996	Shiga	K2	Júlia Tsujikawa			São Paulo-SP
82	TSUTSUMI	Junji	M	20	S		Saga	K2				
83	UCHIDA	Teruhito	M	21	S		Oita	K2				
84	UEDA	Masami	M	20	S		Oita	K2				Araçoiaba da Serra-SP
85	WATANABE	Touji (Toji)	M	20	S		Kumamoto	K2				
86	WATANABE	Shigeo	M	36	C		Kumamoto	F2	Michi		Funcionário	R.de Janeiro-RJ
87	"	Michi	F	36	C		"	A	Mulher de Shigeo			
88	"	Shigetoshi	M	11	S		"	A	Filho			
89	"	Hiroshi	M	6	S		"	A	Filho			
90	"	Ritsuko	F	1	S		"	A	Filha			
91	YAMAGUCHI	Kigen	M	23	S		Kumamoto	K2				
92	YAMAGUCHI	Satoshi	M	21	S	1912-1949	Fukui	K2	Toshiko veio em 1934.	8 filhos e 18 netos	juta, comércio e criação de gado.	Manaus-AM
93	YOSHIDA	Yasumasa	M	21	S		Aichi	K2				São Paulo-SP
94	YOSHIZAWA	Rihachi	M	21	S		Yamagata	K2				

Navio RIO DE JANEIRO MARU - Chegou ao Rio de Janeiro em 5.11.1932. Na Colônia Boa Esperança em 03.12.1932

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	ENDO	Teruko	F	22	S		Fukushima	A	Irmã de Sakae Endo?			
2	IIDA	Yotsue	F	21	C		Saitama	A	Mulher de Gihei Iida.			
3	OISHI	Akiko	F	20	C	1913-2008	Shimane	A	Mulher de Takato Oishi 1ªT			
4	OISHI	Fusako	F	1	S		Shimane	A	Filha de T. Oishi			
5	TSUMIYAMA	Kasu	F	52	V		Hiroshima	A	Sogra de T. Oishi			

Fonte: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.

Obs.1 - Os nomes entre parentes são os que estão declarados (traduzidos) na lista de passageiros.

Obs.2 - As idades conforme declaradas na lista de passageiros.

Obs.3 - KURODA Takashi, da 2ª turma não foi encontrado nas listas de passageiros de 1932.

APÊNDICE B3 - IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU QUE CHEGARAM EM 1933

NAVIO SANTOS MARU - chegou ao porto do Rio de Janeiro em 20.03.1933

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	KIMURA	Mitsu	F	17	S			A	Irmã ou mulher de Hiraku Kimura ?			
2	TSUJI	Kotaro	M	30	C	1903-1970	Shiga	P3	Hisayo	4 filhos e 14 netos	Professor	Belém-PA
3	TSUJI	Hisayo	F	21	C	1912-1943?	Shiga	A	1ª mulher de Kotaro Tsuji		Diretor do projeto	
4	TSUJI	Kohei	M	22	S	1912-2007	Shiga	F3	Irmão de Kotaro Tsuji casou com Matsuko (Tanaka) Tsuji em 1938	4 filhos	Juta e comércio	Santarém-PA

NAVIO MONTEVIDEO MARU - chegou ao porto do Rio de Janeiro em 31.05.1933. Chegou em Vila Amazônia em 26.06.1933

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	AOKI	Shoji	M	22	S	1912-1987	Niigata	K3	Antonia Andrade (1922-2009)	7 filhos e 23 netos	Juta e pimenta do reino	Urucará-AM
2	FUJITA	Takeshi	M	20	C	1914-1993	Toyama	K3	Kikue (Arata) Fujita. Depois ele casou com Fujie.	8 filhos e 18 netos	Juta, construção, pimenta do reino.	Manaus-AM
3	FUJITA	Kikue	F	18	C	1916-1953	Osaka	A	Mulher do T. Fujita			
4	HAIJ	Ikuro	M	21	S	1913-1990	Tokyo	K3	Mie (Ikeda) Haji veio em 1939.	6 filhos e 9 netos	Juta, gado e comércio, granja e agricultura.	Manaus-AM
5	HARADA	Ikuro (Yukuro)	M	21	S	1913-1958	Gifu	K3	Kiyoko (Sasane) Harada veio em 1933	9 filhos e 23 netos.	Juta, castanha, seringa, guaraná, café, arroz, gado e comércio varejista	Belém-PA

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
6	HATAHARA	Minoru	M	19	S	1914-1984	Nagasaki	K3	Kiyoko (Noda) Hatahara veio em 1939.	1 filha e 2 netos	Juta, criação de galinhas	Manaus-AM
7	HATAHARA	Suguru (Hiroshi)	M	20	S	1913	Nagasaki	K3	Nao veio em 10/1933.			Belém-PA
8	HATTA	Kimishige	M	22	S	1912-1994	Fukuoka	K3	Maria da Silva Hatta (1927).	13 filhos e 36 netos.	juta, mandioca, gado, funcionário, conserto de rádios e relógios.	Parintins-AM
9	HAYASHIDA	Matao	M	20	S		Kumamoto	K3				São Paulo-SP
10	HIURA	Dankichi	M	22	S		Wakayama	K2				Osaka-Japão
11	HOMMA	Takeshiro	M	24	S	1910-1988	Niigata	K2	Yoshime Oyama veio em 1933 e casou 1941.	3 filhos e 6 netos.	juta, hortaliças, frutas	São Luís-MA
12	IGUCHI (INOKUCHI)	Futoshi	M	20	S		Fukuoka	K3	Iseko Iguchi veio em 1939			Campinas-SP
13	IKAWA	Makoto	M	24	S	1910-	Nagasaki	K3				Mogi das Cruzes-SP
14	IKEGAMI	Kinji	M	21	S	1913-1996	Aomori Kumamoto	K3	Teruo Ikagami veio em 1935.	7filhos e 16 netos	Juta, funcionário da Cia. Industrial	Belém-PA
15	INOUE	Sueo	M	21	S		Fukuoka	K3				Itatinga-SP
16	ISHIHARA	Yoshio	M	20	S	1914-1954	Kumamoto	K3	Tatsumi Ishihara veio em 1935	2 filhos		Rio de Janeiro-RJ
17	ISHIHARA	Yoshito	M	20	S	1914-1945	Kumamoto	K3	Sachiyo Ishihara veio em 1935.	4 filhos e 9 netos.		
18	ITAKURA	Hiroshi	M	20	S		Akita	K3				
19	IYAMA	Takehiko	M	20	C		Hiroshima	K3	Todome Iyama.			
20	IYAMA	Todome	F	21	C		Hiroshima	A	Mulher de T.Iyama			
21	KANEDA	Yokichi	M	20	C		Fukushima	K3	Fumiko			Tóquio, JP
22	KANEDA	Fumiko	F	19	C		Fukushima	A	Mulher do Yokichi			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
23	KAWANO (KONO)	Sousuke	M	20	S		Yamaguchi	K3				Belém-PA?
24	KIJIMA	Shigeru	M	20	S		Niigata	K3				
25	KOGA	Kuniji	M	21	S	1913-1992	Saga	K3	Raimunda Oliveira Koga (1923-2014)	8 filhos e 15 netos.	Juta, castanha, guaraná, roça e tabaco	Parintins-AM
26	KOKAI	Hanji	M	21	C	1913-1989	Niigata	K3	Shigeru (Maruyama) Kokai.	6 filhos e 10 netos.	Juta, castanha, escriturário, professor de japonês.	Belém-PA
27	KOKAI	Shigeru	F	20	C	1914-2001	Niigata	A	Mulher de H.Kokai			
28	KUROKAWA	Hitoshi	M	21	S	1913-?	Oita	K3	Yoshiko Gonda depois ela casou com Tadahisa Shoji	1 filha =Rosa Kurokawa		Parintins-AM
29	MAEBARA	Saburo	M	19	S		Shimane	K3				
30	MAEYAMA	Takashi	M	19	S		Saga	K3	Sada Maeyama			São Paulo-SP
31	MIENO	Syoichi (Shoichi)	M	22	C		Oita	K3	Shimeko			
32	MIENO	Shimeko	F	17	C		Oita	A	Mulher de Syoichi			
33	ITSUDA	Rokuro	M	22	S		Fukushima	K3	Cecilia Mitsuda			Buenos Aires, AR
34	MIYAKAWA (MIYAGAWA)	Tetsuji	M	23	S	1910?-1994	Toyama	K2				Fukuoka, JP
35	NAKAMURA	Takeo	M	20	S		Kumamoto	K3	Toyo Nakamura			São Paulo-SP
36	NARITA	Toshiyo (Toshioki)	M	21	S		Tottori	K3	Shigeko Narita	3 filhos.		Maringá-PR
37	NISHIMURA	Musashi	M	21	S		Saga	K3	Ekun Nishimura			Piracicaba-SP
38	ODANI	Yuuji	M	21	C	1913-1997	Kyoto	K3	Shizue.	8 filhos.		Belém-PA
39	ODANI	Shizue	F	18	C	1916-1977	Kyoto	A	Mulher de Yuuji			
40	OHTAKE	Noboru	M	19	S		Aichi	K3				
41	OKA	Yoshiro	M	22	S		Kumamoto	K3				
42	OKADA	Chiyo	F	49	C		Hyogo	A	Mãe de Chie Osanai			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
43	OKAYAMA	Norimasa	M	28	S		Kyoto	K3				Belém-PA
44	ONO	Saburo	M	21	S	1913-1981	Fukuoka	K3	Yasuyo (Tokuzawa) Ono veio em 1937	5 filhos e 11 netos	Arroz, mandioca, castanha, seringueira, guaraná, café, juta e gado.	Belém-PA
45	ONO	Shinchiro	M	20	S		Niigata	K3	Ko veio em 1936.			
46	OSANAI	Tamotsu	M	21	C		Tokyo	K3	Chie Osanai			
47	OSANAI	Chie	F	19	C		Tokyo	A	Filha de Okada, mulher de Osanai			
48	OZAKI	Akira	M	20	S	? - 1994	Gunma	K2	Casou com Tereza?	5 filhos.	Juta e comércio	Belém-PA
49	SAITO	Tadayuki (Yoriyuki)	M	25	S	1909?-1987	Tokyo	K3				São Paulo-SP
50	SAKAMOTO	Mitsuhiko	M	20	S		Hokkaido	K3		4 filhos.	Juta e comércio	Manaus-AM
51	SANTO	Kiyoto	M	20	S		Shimane	K3				
52	SASAKI	Itetsu	M	23	S	1911-1988	Hiroshima	K3	Yukie veio em 1935.	11 Filhos e 25 netos.	juta e comércio	Belém-PA
53	SASAKURA	Takeo	M	20	S		Fukui	K3				
54	SATO	Masafumi	M	19	S		Hiroshima	C3	Conceição Sato		juta e comércio	Manaus-AM
55	SATO	Shiro	M	21	S		Gunma	K3				
56	SATOMI	Yoshio	M	20	S		Kyoto	K3				
57	SERIZAWA	Masayoshi	M	23	S	1910-	Shizuoka	K2	"Sonia" Kano (Oyama) Serizawa veio em 10/1933.	6 filhos	juta e comércio	Manaus-AM
58	SHINPO	Muneo	M	22	S	1911-1947	Niigata	K3	Mutsue Shimpo veio em 1941 ou 1942.	2 filhos.	juta e agricultura	Belém-PA
59	SHIROMA	Kokei	M	51	C		Okinawa	M	Fumi		médico	
60	SHIROMA	Fumi	F	47	C		Okinawa	A	Mulher de Kokei			
61	SUGIYAMA	Tetsuya	M	20	S		Shizuoka	K3				
62	SUZUKI	Goro	M	21	S	1913--1997	Tochigi	K3	Tami Shibata. Veio em 1954	4 filhas e 7 Netos	Juta, gado, agricultura e comércio	Manaus-AM

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
63	TAKAHASHI	Kinsaku	M	19	S		Niigata	K3	Torako Takahashi			Brasília-DF
64	TAKAMURA	Masatoshi	M	32	C	1902-2000	Kumamoto	P3	Shiku		Professor, juta	Miyazaki, JP
65	TAKAMURA	Shiku	F	27	C		Kumamoto	A	Mulher de Masatoshi			
66	TAKANO	Fumio	M	21	S		Kumamoto	K3				S.Caetano-SP
67	TAKASHIMA	Yoshio	M	23	S		Hyogo	K3	Asae (Miyashige) Takashima veio em 1934.		Era encarregado da Estação experimental	Hyogo, JP
68	TAKEUCHI	Akira ou Satoshi	M	24	S		Tottori	K3				
69	TAMIYA	Kenji	M	21	S		Kanagawa	K3				Campos do Jordão-SP
70	TANAKA	Kazuhiko	M	20	S		Yamaguchi	K3				
71	TANAKA	Seitichi	M	20	S		Tokyo	K3				Suzano-SP
72	TANI	Masakazu	M	22	C		Toyama	K3	Yuri Tani	1 filha adotiva		São Luís-MA
73	TANI	Yuri	F	20	C	1913?-1992	Toyama	A	Mulher de M.Tani			São Luís-MA
74	TOKUTA (TOKUDA)	Genji	M	21	S	1913-2005	Yamaguchi	K3	Rosalina Prata Tokuta (1922-2011)	8 filhos e 43 netos.	Plantação de guaraná, castanha, juta e malva.	Parintins-AM
75	TSUNASHIMA	Yoshio	M	22	S		Niigata	K3				
76	UEHARA	Akira	M	19	S		Gunma	K3				
77	UWAMORI	Rokusono	M	21	S	1913-2003	Toyama	K3	Eda Yuri (Saiki) veio em 1935.	4 filhos	Juta, implantação de colônia em Monte Alegre, São Luís e na JAMIC.	Tomé-Açu-PA
78	YAMAGUCHI	Masashi	M	21	S		Nagasaki	K3		Maia Tanaka		São Miguel Arcanjo-SP
79	YOKOTA	Yoichiro	M	20	S		Kochi	K3				
80	YOSHIDA	Shosaburo	M	22	C		Chiba	K3	Hiroko			Tóquio, JP
81	YOSHIDA	Hiroko	F	19	C		Chiba	A	Mulher de Shosaburo			Tóquio, JP
82	YOSHINAGA	Akira (Sei)	M	20	S		Tokyo	K3				

Parte da 3ª TURMA - NAVIO MONTEVIDEO MARU. Chegou ao Rio de Janeiro em 31.10.1933. Em Parintins em 19.11.1933

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	HATAHARA	Não	F	18	C		Nagasaki	A	Mulher de Hatahara			
2	HONDA	Ichiki	M	35	C		Kumanoto	C3	Colono/chefe			
3	"	Kameo	F	31	C		"	A	Mulher de Ichiki			
4	"	Hideko	M	22	S		"	A	Filha de Ichiki			
5	"	Yasuko	F	3	S		"	A	Filha de Ichiki			
6	"	Yoshikazu	M	1	S		"	A	Filho de Ichiki			
7	"	Hisae	F	16	S		"	A	Filha adotiva			
8	HONDA	Shigeki	M	22	S		Aomori	F3	filho adotivo		funcionário.	
9	KAWAMURA	Kurakichi	M	25	C		Hyogo	F3			Funcionário	
10	KINNO	Itaru	M	24	S		Hyogo	K3	Yasuko Nagamatsu	Kou Kinno, Mutsuo Kinno		Maringá-PR
11	KINNO	Jisaburo	M	51	C		Hyogo	C3	Colono/chefe			Montevideo, UR
12	"	Ryu	F	43	C			A	Mulher de Jisaburo			
13	"	Masako	F	22	S			A	Filha de Jisaburo			
14	"	Shigeko	F	20	S			A	Filha de Jisaburo			
15	"	Yasuko	F	10	S			A	Filha de Jisaburo			
16	"	Asako	F	7	S			A	Filha de Jisaburo			
17	"	Satsuki	F	5	S			A	Filha de Jisaburo			
18	KINO	Isaku	M	54	C		Tokyo	F3	Shimu		técnico e professor.	
19	"	Shimu	F	42	C			A	Mulher de Isaku			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
20	NAKAUCHI	Yoshimasa	M	29	C	1904-1971	Hokkaido	C3	Toe	7 filhos e 20 netos.	juta, verduras e gado.	Parintins-AM
21	"	Toe	F	28	C	1905-1975	"	A	mulher de Yoshimasa			
22	"	Hideko	F	5	S	1928	"	A	Filha			
23	"	Toyoshige	M	2	S	1931	"	A	Filho			
24	ODO	Kametaro	M	43	C		Tokyo	C3	Colono chefe	Consta como funcionário	era colono, segundo Oti (1947)	
25	"	Aki	F	38	C		"	A	mulher de Kametaro			
26	"	Shokichi	M	14	S		"	A	Filho			
27	"	Yoshiji	M	12	S		"	A	Filho			
28	"	Tokiko	F	9	S		"	A	Filha			
29	"	Wasaburi	M	5	S		"	A	Filho			
30	"	Koji	M	0	S		"	A	Filho			
31	OYAMA	Ryota	M	50	C	1882-1972	Okayama	C3	Kyo	5 Filhos		
32	"	Kyo	F	44	C	1886-1977	"	A	mulher de Ryota			
33	"	Yoshime	F	20	S	1913-2008	"	F3	Filha, depois mulher de Homma			
34	"	Tamon	M	14	S	1919	"	A	Filho de Oyama			Parintins-AM
35	"	Kano	F	11	S	1923-2005	"	A	Filha de Oyama	casou com Masayoshi Serizawa		
36	OYAMA	Kazuma	M	22	C	1911-1987	Okayama	K3	Emi Kataoka (1929)	6 filhos e 16 netos.	juta, pimenta em Castanhal.	Castanhal-PA
37	"	Miyoko	F	16	C		"	A	veio como mulher de Kazuma Oyama			
38	SAITO	Kimio	M	22	S		Tokushima	K3	koutakussei			
39	SASANE	Masakazu	M	30	C		Aichi	C3	colono/chefe			
40	"	Hina	F	25	C		"	A	Esposa			
41	"	Yoko	F	3	S		"	A	Filha			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
42	"	Kiyoko	F	17	S		"	A	mulher de Ikuro Harada			
43	YOSHII	Daikichi	M	36	C		Hokkaido	C3	Colono	8 filho e 17 netos.	juta, verduras e frutas.	Parintins-AM
44	"	Tami	F	31	C		"	A	Tami era irmã de Toe Nakauchi			
45	"	Yoshimatsu	M	10	S		"	A	Filho			
46	"	Ishiji	M	8	S		"	A	Filho	não casou		
47	"	Shigeko	F	5	S		"	A	Filha	não casou		
48	"	Kaoru	M	3	S		"	A	Filho		assassinado no interior de Itaburái, Parintins	
49	YOSHII	Tomekichi	M	36	C		Hokkaido	F3	Irmão gêmeo de Daikichi		Funcionário	
50	"	Kana	F	40	C		"	A	Mulher de T.Yoshii			
51	"	Taka	F	73	V		"	A	Mãe de T.Yoshii			
52	"	Kadoka	M	4	S		"	A	Filho de T.Yoshii			

Fonte: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.

Obs.1 - Os nomes entre parentes são os que estão declarados (traduzidos) na lista de passageiros.

Obs.2 - As idades conforme declaradas na lista de passageiros.

APÊNDICE B4 - IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU QUE CHEGARAM EM 1934

Navio BUENOS AIRES Maru - Chegada a Rio de Janeiro em 01.06.1934 - Vila Amazônia em 29.06.1934

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	ABE	Sakae (Tamotsu)	M	18	S		Oita	K4				
2	AKIYAMA	Mitsuo (Kazuo)	M	18	S	1916-2004	Tokyo	K4				São Paulo-SP
3	ARII	ARII, Hanji (Shigeji)	M	22	S		Yamaguchi	K4				
4	BABA	Koji	M	18	S	1916-2004	Wakayama	K4	Casou com brasileira Sebastiana	2 filhos.	Arroz, hortaliças, juta	Barreirinha-AM
5	CHIBA	Mamoru	M	22	C	1911-2016	Miyagi	K4	Shigeru	5 filhos e 7 netos.	Arroz, hortaliças, juta e comércio.	Manaus-AM
6	CHIBA	Shigeru	F	20	C	1912-2001	Miyagi	A	Mulher de Mamoru Chiba			
7	FUJISHIMA	Masanori	M	22	S	1912-1999	Kumamoto	K4	Alba Barra Fujishima casou em 1962.	1 filho adotivo e 3 netos.	Juta, castanha, pau rosa, gado e comércio	Belém-PA
8	HANDA	Jiro	M	21	S	1912-2001	Aichi (Nagoya)	K4	Casou com Jovina Cruz	1 filho e 3 netos	Juta, pecuária e comércio.	Manaus-AM
9	HARA	Sotaro	M	19	C	1915-1986	Yamagata	K4	Kie (Kumada) Hara.	10 filho e 25 netos.	Juta, arroz, guaraná, café, mandioca, gado, pimenta do reino e outras culturas	Manaus-AM
10	HARA	Kie	F	19	C	1915-1984	Yamagata	A	Mulher de Sotaro Hara			
11	HASHIMOTO	Misao	F	20	C		Tottori	A	Esposa de Takeuchi (K3)?			
12	HATANAKA	Minoru	M	18	C	1916?-	Gifu	K4	Toshi Kawamura veio em 1934.	7 filhos e 7 netos.	juta, comercário.	São Paulo-SP
13	HAYASHI	Hiroyuki	M	25	C		Shimane	F4			Funcionário	São Paulo-SP

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
14	HAYASHI	Kaoru	F	23	C		"	A	Mulher de Hiroyuki			"
15	HAYASHI	Sumiko	F	1	S		"	A	Filha de Hiroyuki			
16	HIRAISHI	Sadakichi	M	20	S	1914-1978	Niigata	K4	Amélia Yamaguchi Hiraishi (1935-2006) casaram em 1957.	3 filhos e 3 netos	juta, gado, pesca e comércio	Manaus-AM
17	HIRATA	Ayako	F	21	C		Mie	A	Mulher de Sanji Hirata			
18	IHARA	Shiro	M	19	C	1914-1998	Nagano	K4	Sumiko (Tanaka) Ihara.	12 filhos e 20 netos	juta, gado e comércio	Manaus-AM
19	IHARA	Sumiko	F	17	C	1916-	Nagano	A	Mulher de Shiro			
20	IMAMURA	Taizo	M	17	S		Osaka	K4				
21	ISHIGURO	Kumekichi	M	17	S	1916-2006	Toyama	K4	1ª Eufrásia Queiros. 2ª Com Kotome em 1949.	9 filhos e 28 netos.		Monte Alegre-PA
22	KAMIYAMA (KOYAMA)	Kozo	M	19	S		Shiga	K4				
23	KATO	Shigeru	M	19	C		Kanagawa	K4	Masako			
24	KATO	Masako	F	17	C		Kanagawa	A	Mulher de S.Kato			
25	KAWAMURA	Toshi	F	18	S	1916?-2012	Gifu	A	Mulher de Minoru Hatanaka			São Paulo-SP
26	KIMURA	Chiyo	F	21	S		Tokyo	A	Irmã de Kimura?			
27	KIMURA	Munekazu (Kimurinha)	M	18	C	1915-2002	Aichi-ken	K4	1ª Shikino. 2º Teruo Hidaka. 3ª Luiza Lima.	9 filhos: e 31 netos.	juta e gado	Parintins-AM
28	KIMURA	Shikino	F	19	C	1915-1943	Aichi	A	Mulher de Munekazu			
29	KISHIDA	Tsuyako	F	21	C		Tokushima	A	Mulher de Y. Kishida (K1)			
30	KOSAKAI	Joji	M	19	C		Niigata	K4	Toshiko			Chiba, JP
31	KOSAKAI	Toshiko	F	18	C		Niigata	A	Mulher de Joji			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
32	MARUOKA	Chiyoko	F	21	C	1913-2006	Gunma	A	Mulher de Takashi			
33	MARUOKA	Takashi	M	20	C	1914-2000	Miyazaki	K4	Chiyoko	9 filhos: e 23 netos	Juta, gado e comércio	Belém-PA
34	MATSUBARA	Kazuo	M	22	C		Yamaguchi	K4	Yoshiko			
35	MATSUBARA	Yoshiko	F	19	C		Yamaguchi	A	Mulher de Kazuo Matsubara			
36	MATSUZAWA	Masayuki	M	19	S		Tokyo	A			Não consta na relação de Uyetsuka	
37	MATSUI	Tadamasa	M	21	S		Hokkaido	K4	Haruko Matsui			São Paulo-SP
38	MISONO	Yoshiko	F	23	C	1911-1982	Chiba	A	Mulher de Fukue Misono			
39	MIYACHI	Shigeru	M	20	S	1913-1992	Nagoya/Aichi	K4	Casou com Júlia (1916-1990)	9 Filhos e 15 netos.	Juta, pimenta e gado	Manaus-AM
40	MOGI	Yagoro	M	21	S		Tochigi	K4				
41	MORI	Shin-ichiro	M	22	S	1912-2006	Fukuoka	K4	Kinuko Mori veio em 1939 aos 26 anos.	4 filhos e 13 netos	Arroz, mandioca, guaraná e comércio. Segundo Aleysio, o pai e o tio nunca trabalharam c/juta.	Parintins-AM
42	MURAO	Muneyoshi	M	18	S		Tokyo	K4				
43	NAGATANI	Shinjiro	M	17	S		Kumamoto	K4				São Paulo-SP
44	NAITO	Mosaburo	M	23	C	1911-1987	Nagano	K4	Atsuko			
45	NAITO	Atsuko	F	20	C	1914-1967	Nagano	A	Mulher de Mosaburo			
46	NAKAI	Kenmei	M	20	S	1913-1974	Kagawa	K4	Josefina Zagury Nakai (? - 2004)	9 filhos	Juta, gado e comércio	Manaus-AM
47	NAKANE	Toshizo	M	19	C		Tokyo	K4	Veio com a mulher Ayame.			Nova Friburgo-RJ
48	NAKANE	Ayame	F	21	C		Tokyo	A	Mulher de Toshizo			
49	NAKANE	Toyoko	F	15	S		Tokyo	A	irmão de T. Nakane?			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
50	NIJO	Toyoki (Toshimoto)	M	25	C		Tokyo	K4	Sakurako.			Califórnia, USA
51	NIJO	Sakurako	F	26	C		Tokyo	A	Mulher de T. Nijo			
52	OGINO (HAGINO)	Masayoshi (Masami)	M	19	S		Miyagi	K4				R.de Janeiro-RJ
53	OHGOSHI	Kamezo	M	25	C		Fukushima	C4	veio com a mulher Nami			
54	OHGOSHI	Nami	F	22	C		Fukushima	A	Mulher de Kamezo Ogoshi			
55	OKAMURA	Fujiko	F	18	C	1916-1990	Yamagata	A	Mulher de Toru			
56	OKAMURA	Touru (Toru)	M	18	C	1916-1992	Yamagata	K4	Fujiko	9 filhos e 23 netos.	juta, plantação, comércio, restaurante.	Parintins-AM
57	OKAWA	Hiroshi	M	18	C		Shizuoka	K4	Yoshie			
58	OKAWA	Yoshie	F	20	C		Shizuoka	A	Mulher de Hiroshi			
59	OKUBO	Iwao	M	18	C		Osaka	K4	Kimiko			São Paulo-SP
60	OKUBO	Kimiko	F	17	C		Osaka	A	Mulher de Iwao			
61	OTI (OCHI)	Tsune	F	25	C		Fukuoka	A	Mulher de Sakae Oti			
62	OTOMO	Tatsugan	M	25	C		Fukuoka	K4	Ritsu			
63	OTOMO	Ritsu	F	22	C		Fukuoka	A	Mulher de T.Otomo			
64	SAITO	Shiro	M	20	S		Yamagata	K4				São José dos Campos-SP
65	SAKAMOTO	Taro	M	19	S		Nagasaki	K4			Juta, granja em Manaus	Manaus-AM
66	SATO	Masuya	F	19	C	1914-2007	Hiroshima	A	Mulher de Yukio Sato.			
67	SHIMIZU	Yoshihiro	M	20	S		Niigata	K4	Yoshi Shimizu			Mogi das Cruzes-SP
68	SHIROMA	Hirotda	M	18	S		Okinawa	K4				Mogi das Cruzes-SP

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
69	SUZUKI	Sono	F	20	C		Yamagata	A	mulher de Kenji Suzuki (K2)			
70	SUZUKI	Hiroshi	M	1	S		Yamagata	A	Filho de Sono			
71	TAKEI	Nobumoto	M	21	S		Kumamoto	K4				
72	TAMAI	Toyoyuki	M	19	C		Osaka	K4	Yoshiko veio com o marido.			Recife-PE
73	TAMAI	Yoshiko	F	20	C		Osaka	A	Mulher de T. Tamai			
74	TATEMATSU	Mikio	M	21	S		Tokyo	K4				
75	TOGUCHI	Tsuneji	M	19	S	1914-1986	Saitama	K4	"Nair" Hisako (Tsunematsu) Toguchi (1934-viva) veio de SP e casou 1957.	4 filho e 7 netos.	juta, comércio de gado, navegação em São Joaquim, e com supermercado em Parintins.	Parintins-AM
76	WAKABAYASHI	Masao	M	19	S		Tochigi	K4				São Paulo-SP
77	WATANABE	Shoji (Masaharu)	M	20	C		Yamaguchi	K4	Yukie.			Suzano-SP
78	WATANABE	Yukie	F	17	C		Yamaguchi	A	Mulher de S. Watanabe			
79	YAKUSHIJI	Mitsuo	M	19	S		Ehime	K4				
80	YAMAGUCHI	Toshiko	F	20	C	1914-2005	Fukui	A	Mulher de Satoshi Yamaguchi (K2) casou em 1932			
81	YAMAZAKI	Taro	M	18	S	1916-1986	Tokyo	K4	"Tereza" Teru Taketomi Yamazaki nasceu em Maues (1934). Casou em 1957.	1 filha e 3 netos.		Belém-PA
82	YASUI	Utyu (Uchu)	M	17	S	1917-2010 93 anos	Kiyoto, Tokyo	K4	Nobuko veio em 1958		juta, gado, comércio e transporte	Belém-PA
83	YOKOTA	Nobuo	M	19	C		Yamaguchi	K4	Makiko			
84	YOKOTA	Makiko	F	20	C		Yamaguchi	A	Mulher de Nobuo			
85	YOKOYAMA	Mitsuo	M	22	S		Miyazaki	K4				Alvares Machado-SP

Segundo leva de 1934 - Navio MONTEVIDEO MARU - chegada ao Rio de Janeiro em 29.08.1934, e Vila Amazônia em 24.09.1934

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	INOMATA	Yojiro	M	34	C		Hokkaido	C4	Colono/chefe	7 filhos		Bahia
2	INOMATA	Yoshii	F	33	C		"	A	Mulher de Yojiro			Bahia
3	INOMATA	Tadashi	M	14	S	1921-1998	"	F4	Filho de Yojiro. Casou com Maria Sena (1926-2006)	12 filhos e 34 netos.	Juta e agricultura	Parintins-AM
4	INOMATA	Minoru	M	12	S		"	A	Filho			Óbidos-PA
5	INOMATA	Kunio	M	10	S		"	A	Filho			Bahia
6	INOMATA	Tamotsu	M	6	S		"	A	Filho			Pará
7	MAKINO	Matsutaro	M	37	C			C4	Conhecido de Atsuko Kobayashi		Não consta na relação do eyetsuka,	
8	MAKINO	Yae	F	32	C			A	Mulher		Nem na lista de Tomé-Açu	
9	MAKINO	Hiroyoshi	M	12	S			A	Filho			
10	MAKINO	Nobuo	M	10	S			A	Filho			
11	MAKINO	Yoshii	F	8	S			A	Filha			
12	MAKINO	Shigeichi	M	4	S			A	Filho			
13	MAKINO	Tsutomu	M	1	S			A	Filho			
14	MATSUI	Saburo	M	26	C	1909-1985	Fukushima	C4	Colono/chefe	6 filhos.		Itacoatiara-AM
15	MATSUI	Matsuno	F	24	C	1911-1968		A	Mulher			
16	MATSUI	Shoichi	M	4	S			A	Filho			
17	MATSUI	Moroto	M	1	S			A	Filho			
18	MATSUMOTO	Fusa	F	47	C		Hyogo	A	Mãe de Atsuko Takashima			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
19	MATSUMOTO	Mutsumi	F	7	S			A	Filha do segundo casamento			
20	MATSUMOTO	Hitomi	F	5	S			A	Filha do segundo casamento			
21	NAKASHIMA	Taiko	F	23	C			A	Mulher do Toshizo Nakajima			
22	TAKASHIMA	Asae	F	18	C		Hyogo	A	Mulher de Yoshio Takashima (K3)			
23	TAKASHIMA	Atsuko	F	17	S		Hyogo	A	Irmã de Yoshio Takashima (K3)			
24	TSUKUMO	Toshio	M	27	S			F4	Sachiko veio em 1936.		funcionário	São Paulo-SP

Fonte: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.

Obs.1 - Os nomes entre parentes são os que estão declarados (traduzidos) na lista de passageiros.

Obs.2 - As idades conforme declaradas na lista de passageiros.

APÊNDICE B5 - IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU QUE CHEGARAM EM 1935

Navio Rio de Janeiro Maru, chegou ao Rio de Janeiro em 30.05.1935. Vila Amazônia em 03.07.1935

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	ANDO	Miyojiro	M	31	C		Kumamoto	P5	Kachiyo		Professor	
2	ANDO	Kachiyo	F	23	C		Kumamoto	A	Mulher de Miyojiro			
3	FUKUI	Yoshihiro	M	20	S		Wakayama	K5				
4	HARADA	Kozo	M	19	C	1916-2001	Gifu	K5	Mizue Kiyoko Harada	8 filhos e 9 netos.	Juta, gado e comércio.	Belém-PA
5	HARADA	Mizue	F	18	C	1917- 1951	Gifu	A	Mulher de Kozo			
6	HIDAKA	Teruyo	F	17	c	1918-1956	Kagoshima	A	Mulher de Hidaka			Parintins-AM
7	HIROSE	Masao	M	24	C		Fukui	C5	Colono chefe			
8	HIROSE	Natsu	F	24	C		Fukui	A	Mulher de Masao			
9	KOGA	Fude	F	16	C	1919-?	Kumamoto	A	Mulher de Tatsuo			
10	KOGA	Tatsuo	M	19	C	1916-?	Kumamoto	K5	Fude Koga			
11	KEGAMI	Teruo	F	18	C	1917-2017	Kumamoto	A	Mulher de Kenji Ikegami			
12	IMAI	Eizo	M	18	S	1917-	Kanagawa	K5				São Paulo-SP
13	INOUE	Susumu	M	22	C	1913-	Tokyo	K5	Hisae			
14	INOUE	Hatsu	F	57	C		Tokyo	A	Mãe de Susumu Inoue?			
15	INOUE	Hisae	F	21	C	1914-	Tokyo	A	Mulher de Susumu Inoue			
16	INOUE	Tokito	M	16	S		Tokyo	A	Irmão de Susumu Inoue?			
17	ISHIHARA	Tatsumi	F	20	C	1915-1998	Kumamoto	A	Mulher de Yoshio			R.de Janeiro-RJ
18	ISHIHARA	Sachiyo	F	17	C	1918-1960	Kumamoto	A	Mulher de Yoshito Ishihara. E irmã de Kinji Ikegami.			R. de Janeiro-RJ
19	KANAZAWA	Shichiro	M	20	C	1915-	Tokyo	K5				São Paulo-SP
20	KASAMATSU	Shinkichi	M	19	C	1916-	Fukui	K5	Toshiko			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
21	KASAMATSU	Toshiko	F	18	C		Fukui	A	Mulher de Shinkichi			
22	KIYOHARA	Kenichi	M	19	S		Kumamoto	K5				
23	MAZAWA	Takayoshi (Keimi)	M	18	S		Shizuola	K5				
24	NAITO	Kikujiro	M	18	C	1917-1984	Niigata	K5	Kiyo	6 filhos.	Juta, cacau	Manaus-AM
25	NAITO	Kiyo	F	20	C		Niigata	A	Mulher de Kikujiro			
26	ODA	Hiroki	M	20	C	1915- 1969	Kumamoto	K5	Morika	12 filhos e 43 netos.	Juta, verduras e comércio.	Itacoatiara-AM
27	ODA	Morika	F	16	C	1919-2010	Kumamoto	A	Mulher de Hiroki			
28	OKUBO	Kyuhei	M	46	C		Chiba	C5	Colono/chefe			
29	OKUBO	Hana	F	33	C		Chiba	A	Mulher			
30	OKUBO	Tsunefusa	M	20	S		Chiba	A	Filho			
31	OKUBO	Yasumichi	M	18	S		Chiba	A	Filho			
32	OKUBO	Shoshi	M	13	S		Chiba	A	Filho			
33	OKUBO	Utae	F	11	S		Chiba	A	Filha			
34	OKUBO	Goro	M	6	S		Chiba	A	Filho			
35	OKUBO	Kenya	M	4	S		Chiba	A	Filho			
36	OKUBO	Tentsu	M	15	S		Chiba	A	Filho			
37	OYAMA	Etsuhiko	M	19	S	1915-1937	Okayama	A	Colono			
38	SAIKI	Kumakichi	M	50	C		Niigata	C5	colono/chefe			Tomé-Açu-PA
39	SAIKI	Maki	F	46	C		Niigata	A	Mulher			
40	SAIKI	Chiyokichi	M	18	S		Niigata	A	Filho			Tomé-Açu
41	SAIKI	Yoshiharu	M	16	S		Niigata	A	Filho			
42	SAIKI	Katsuzo	M	15	S		Niigata	A	Filho			
43	SAIKI	Setsu	F	12	S		Niigata	A	Filha			
44	SAIKI	Yuri	F	7	S		Niigata	A	Filha			
45	SAIKI	Moto	F	33	S		Niigata	A	A			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
46	SAKUMA	Shusaku	M	20	S	1915-	Fukushima	K5				Londrina-PR
47	SASAKI	Yukie	F	20	C	1915-2004	Hiroshima	A	Mulher de I.Sasaki			
48	SATO	Tokiyu	M	20	C		Niigata	C5	Colono/chefe			
49	SATO	Yai	F	19	C		Niigata	A	Mulher de T. Sato			
50	SAWA	Takashi	M	23	C		Kanagawa	K5	Toshi (19 anos) veio com o marido			
51	SAWA	Toshi	F	19	C		Kanagawa	A	Mulher de T.Sawa			
52	SHIMIZU	Koji	M	20	S	1915-F?	Ishikawa	K5	Katsuyo Yano Casou-se em 1945	9 filhos	Hortaliças, café, soja, trigo e milho	Toledo-PR
53	TAKAGI	Katsue	F	24	S		Tokyo	A				
54	TAKAHASHI	Ineo	M	24	C	1916-1967	Chiba	K5	Fute.	9 filhos, 12 netos	Juta, combustível.	Manaus-AM
55	TAKAHASHI	Fute (Fude)	F	22	C		Chiba	A	Mulher de Ineo			
56	TAKAHASHI	Fusao	M	19	S		Saitama	K5				
57	TAMAGAWA	Fumio	M	31	C		Fukui	C5	Colono/chefe			
58	TAMAGAWA	Tsunako	F	25	C		Fukui	A	Mulher de Fumio T.			
59	TAMAGAWA	Hiroko	F	5	S		Fukui	A	Filha			
60	TAMAGAWA	Fumie	F	3	S		Fukui	A	Filha			
61	TAMAGAWA	Tsune	F	63	V		Fukui	A	Mãe de Fumio			
62	TANABE	Natsuko	F	27	C	1912-1988	Tokyo	A	Mulher de Tanabe Hiroshi (K2)			
63	TANABE	Riye	F	52	V		Tokyo	A	Mãe de Tanabe?			
64	TANAKA	Shoji (Choji)	M	25	C		Shiga	C5	colono/chefe			
65	TANAKA	Koto	F	23	C		Shiga	A	Mulher de Choji			
66	TANAKA	Chohei	M	19	S		Shiga	A	Colono			
67	TANAKA	Matsu	F	16	S		Shiga	A	Casou Kohei Tsuji			
68	UTSUMI	Yozo	M	23	C	1910-F	Kanagawa	K5	Hide.	5 filhos e 9 netos		Manaus-AM
69	UTSUMI	Hide	F	23	C	1912-1984	Kanagawa	A	Mulher de Yozo			
70	YANAI	Masashi	M	18	S	1917-F	Shimane	K5				Curitiba-PR

APÊNDICE B6 - IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU QUE CHEGARAM EM 1936

Navio La Plata Maru. 1ª chegada ao porto do Rio de Janeiro em 30.05.1936, desembarque efetivo no RJ em 19.06.1936

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	HARA	Sokichi	M	50	C		Tokyo	A	Pai de Sotaro Hara			Parintins-AM
2	HARA	Moto	F	42	C		Tokyo	A	Mulher de Sokichi			
3	HARA	Hisako (Hisa)	F	9	S	1927-1968	Tokyo	A	Filha			
4	HARA	Takatoshi	M	8	S	1928-F	Tokyo	A	Filho (Telmo)			
5	HIRUTA	Natsuye	F	29	C		Tokyo	A	Esposa de Katsuo Hiruta			
6	ISHIZAKI	Zenchiro	M	45	C		Tokyo	C6	Colono chefe	4 filhos		São Paulo
7	ISHIZAKI	Haru	F	46	C		Tokyo	A	Mulher Zenchiro			
8	ISHIZAKI	Kazuyoshi	M	11	S		Tokyo	A	Filho			
9	ISHIZAKI	Masayoshi	M	7	S		Tokyo	A	Filho			
10	ISHIZAKI	Mitsuyo	F	2	S		Tokyo	A	Filha			
11	KAMIJO	Namitaro	M	26	C	1908-1993	Tokyo	F6	Funcionário	5 filhos e 11 netos	Juta e comércio	Belém-PA
12	KAMIJO	Toshi	F	20	C	1915-2002	Tokyo	A	Mulher de Namitaro			Belém-PA
13	KAWAKAMI	Kenji	M	18	C	1917-1996	Tokyo	K6	Jitsuko	3 filhos e 11 netos	Juta e comércio	Parintins-AM
14	KAWAKAMI	Jitsuko	F	17	C	1918-2003	Tokyo	A	Mulher de Kenji			Belém-PA
15	KOMATSU	Masao	M	22	C		Kanagawa (Yokohama)	K6	Torako			Campo Grande-MS
16	KOMATSU	Torako	F	22	C		Kanagawa (Yokohama)	A	Mulher de Masao Komatsu			
17	MINAMI	Tomiko	F	19	C	1917-1997	Kumamoto	A	Mulher de Masashi Minami (K2)			Manaus-AM
18	MOROTOMI	Tsugio (Hamao)	M	19	C		Tóquio	K6	Motoe			
19	MOROTOMI	Motoe	F	19	C		Tóquio	A	Mulher de Tsugio			

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
20	NARITA	Tasuke	M	21	C		Kanagawa	K6	Chie			
21	NARITA	Chie	F	18	C		Kanagawa	A	Mulher de Tasuke Narita			
22	NOZOKI	Kuro	M	30	S		Tokyo	C6	Colono		Não consta na relação de Uyetsuka	
23	ODA	Tomoki	M	18	C		Kumamoto	K6	Kiyoko Ishida Oda	era irmão de Hiroky Oda.	Juta e comércio	Barcarena-PA
24	ODA	Kiyoko	F	18	C		Kumamoto	A	Mulher de Tomoki			
25	OGINO	Gentaro	M	18	C	1918-1980?	Saitama	K6	Haru. Depois ele casou com Ineko Hirano.	4 filhos e 11 netos.	Juta e verduras	Manaus-AM
26	OGINO	Haru	F	18	C	1918-1942	Saitama	A	Mulher de Gentaro Ogino			
27	ONO	Ko	F	21	C		Niigata	A	Mulher de Shinchiro Ono (K3)			
28	SAKAMOTO	Takashi	M	19	C	1917-	Kumamoto	K6		9 filhos		Parintins-AM
29	SAKAMOTO	Chitose	F	18	C		Kumamoto	A	Mulher de Takashi Sakamoto			
30	SAWAKI	Tadashi	M	19	C	1916-2005	Tokyo	K6	Hatsue (1915-está viva) veio com marido aos 21 anos.	9 filhos e 24 netos.	Juta, comerciante de juta, malva, balta etc. e gado.	Belém-PA
31	SAWAKI	Hatsue	F	21	C	1915-2017	Tokyo	A	Mulher de Tadashi Sawaki			
32	SHIMIZU	Hiroshi	M	18	C		Chiba	K6	Yoshi (19 anos) veio com o marido			
33	SHIMIZU	Yoshi	F	19	C		Chiba	A	Mulher de Hiroshi Shimizu			
34	SUZUKI	Ginjiro	M	24	S		Tokyo	A				
35	SUZUKI	Shiro	M	20	C		Kanagawa	K6	Yoneko (19 anos) veio com o marido			Gunma, JP

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
36	SUZUKI	Yoneko	F	19	C		Kanagawa	A	Mulher de Shiro Suzuki			
37	TAKAHASHI	Chuji	M	21	C		Kanagawa	K6	Echiyo (22 anos), veio com o marido.			Mogi das Cruzes-SP
38	TAKAHASHI	Echiyo	F	22	C		Kanagawa	A	Mulher de Chuji			
39	TAKASHIMA	Nobumoto	M	18	C		Tóquio	K6	Toyoi	5 filhos.		Castanhal-PA
40	TAKASHIMA	Toyoi	F	17	C		Tóquio	A	Mulher de Nobumoto			
41	TANAKA	Teisuke	M	26	C		Saitama	K6	Yoneko			Santarém-PA
42	TANAKA	Yoneko	F	21	C		Saitama	A	Mulher de Teisuke			
43	TSUKUMO	Sachiko	F	24	C	1912-2011	Hyogo	A	Mulher de T. Tsukumo			
44	YOSHIDA	Yonosuke	M	63	C		Hyogo	A	Pai de Shosaburo Yoshida?			
45	YOSHIDA	Moto	F	59	C		Hyogo	A	Mulher de Yonosuke			

Fonte: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simple.asp.

Obs.1 - Os nomes entre parentes são os que estão declarados (traduzidos) na lista de passageiros.

Obs.2 - As idades conforme declaradas na lista de passageiros.

APÊNDICE B7 - IMIGRANTES DO PROJETO KOUTAKU QUE CHEGARAM EM 1937-1939

Navio MONTEVIDEO Maru – Chegou ao porto do Rio de Janeiro em: 14.07.1937 - Vila Amazônia em 08.08.1937

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E. Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	IMAY	Masahiko	M	19	C	1918-1962	Niigata	K7	Tomi (Agarie) Imai	6 filhos 30 netos	Arroz, cana-de-açúcar	Itacoatiara-AM
2	IMAI	Tomi	F	19	C	1917-1955	Niigata	A	Mulher de Masahiko Imai			
3	MARUOKA	Azuma	M	26	C		Miyazaki	C7	Colono, irmão de Takashi Maruoka			Santo Antonio Tauá-AM
4	MARUOKA	Naoko	F	21	C	1916-1942	Miyazaki	A	Mulher de Azuma			
5	MURAKAMI	Ichiro	M	18	C	1918-1945	Hyogo	K7	Kotome.	3 filhos e 8 netos.	Juta	Belém-PA
6	MURAKAMI	Kotome	F	21	C	1916-2008	Hyogo	A	Mulher de Ichiro Murakami.	Depois de viúva casou em 1949 com Ishiguro.		
7	ONO	Yasuyo	F	22	C	1914-2002	Fukuoka	A	Mulher de Saburo Ono			
8	SHOJI	Tadahisa	M	14	S		Miyagi	C7	Sobrinho de Z. Shoji. Casou com "Yolanda" Yoshiko Gonda.	11 filhos	Guaraná, mandioca, legumes e frutas que eram vendidos em Parintins	Parintins-AM
9	SHOJI	Tomoyo	F	22	C	1914-1985	Iwate	A	Mulher de Z. Shoji			
10	SHOJI	Zennoshin	M	22	C	1914-2015	Miyagi	K7	Tomoyo (Abe) Shoji.	7 filhos e 9 netos.	Juta, guaraná, café, gado e comércio	Manaus-AM desde 2004.

Navio YAMAZATO MARU- chegou ao porto do Rio de Janeiro em 18.12.1938

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	MIYAKE	Yoshiro	M	28	C	1910-1987	Tokyo	F8	Sizu	3 filhos.	Funcionário	São Paulo-SP
2	MIYAKE	Sizu	F	25	C	1913-	Tokyo	A	Mulher de Yoshiro			
3	MIYAKE	Yoshiyuki	M	2	S		Tokyo	A	Filho de Yoshiro			

Navio LA PLATA MARU chegou ao porto do Rio de Janeiro em 17.11.1939

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Província de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
1	AIKAWA	Takuji	M	30	C		Sizuoka	C9	Conhecido da família Hatahara		Não consta na relação de Uyetsuka	Manaus-AM
2	AIKAWA	Hisa	F	24	C		Sizuoka	A	Conhecido da família Hatahara		Não consta na relação de Uyetsuka	
3	HATAHARA	Kiyoko	F	20	C	1919-2010	Sizuoka	A	Mulher de M. Hatahara (K3)			
4	HAJI (Hazi)	Mie	F	20	C	1918-2012	Tokyo	A	Mulher de Ikuro Haji (K3)			
5	IGUTI/IGUCHI	Iseko	F	18	C		Fukuoka	A	Mulher de Futoshi Iguchi (K3)			
6	IZUMI	Tsuru	F	29	C		Niigata	A	Mulher de Keiji Izumi			
7	MORI	Gengo	M	19	S		Fukuoka	C9	Irmão de Shin-ichiro Mori, casou com a nissei Sílvia	3 filhos.		Itapiranga-AM
8	MORI	Kinuko	F	26	C	1913-2002	Fukuoka	A	Mulher de Shin-ichiro Mori (K4)			Belém-PA

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
9	NOMA	Kazu	F	19	S		Tokyo	A	Cunhada de Aikawa			
10	NOMURA	Kazue	F	24	C		Tokyo	A	Mulher de Hiroshi Nomura (K2)			
11	ONO	Hachiro	M	22	C	1915 -2001	Niigata	K9	Sumi Kyo Ono	10 filhos	Juta, transporte de regatão gado,	Manaus-AM
12	ONO	Sumi	F	22	C	1917-1991	Niigata	A	Mulher de H.Ono			
13	ONO	Moto	F	1	S		Niigata	A	Filho de H.Ono			
14	SATO	Hiroshi	M	14	S		Niigata	A				
15	SAWAKI	Turue	F	47	C		Tokyo	A	Mãe de Tadashi Sawaki			
16	TATIKAWA (Tatukawa)	Ayako	F	24	C		Oita	A	Conhecido da família Hatahara			

Vieram junto com o grupo no **NAVIO LA PLATA MARU** chegou ao porto de RJ em 17.11.1939

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	E.Civil	Ano de Nasc. Falec.	Provincia de procedência	Função	Cônjuge	Filhos e netos	Atividades exercidas	Domicílio da família em 2000
	GONDA	Kiyuno	F	33	C		Niigata		1ª entrada em 1932			
	GONDA	Yoshiko	F	7	S		Niigata		1ª entrada em 1932			
	GONDA	Kazuo	M	4	S		Niigata		Filho dos Gonda			
	TSUJI (Tuzi)	Kotaro	M	36	C		Tokyo		1ª entrada em 1933			
	"	Hisayo	F	28	C		Tokyo		1ª entrada em 1933			
	"	Kimiyo	F	6	S		Tokyo		Nasceu no Brasil			
	"	Tamiyo	F	4	S		Tokyo		Nasceu no Brasil			
	"	Kunio	M	1	S		Tokyo		Nasceu no Brasil			

Fonte: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.

Obs.1 - Os nomes entre parentes, são os que estão declarados (traduzidos) na lista de passageiros.

Obs.2 - As idades conforme declaradas na lista de passageiros.

APÊNDICE C1 - RELAÇÃO DOS KOUTAKUSSEIS (1931-1939)

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turno	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Domicílio da família em 2000
1	ABE	Sakae (Tamotsu)	M	18	S	Oita	4	01.06.1934	Buenos Aires	
2	AKIYAMA	Mitsuo (Kazuo)	M	18	S	Tokyo	4	01.06.1934	Buenos Aires	São Paulo-SP
3	AKIYAMA (KUGA)	Tosui	M	19	S	Osaka	1	05.06.1931	Santos	São Paulo-SP
4	AOKI	Shoji	M	22	S	Niigata	3	31.05.1933	Montevideo	Urucará-AM
5	ARII	Hanji (Shigeji)	M	22	S	Yamaguchi	3	01.06.1934	Buenos Aires	
6	ARITA	Tadao	M	23	S	Hiroshima	1	05.06.1931	Santos	
7	ARIYOSHI	Kazuyoshi	M	19	S	Fukuoka	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo
8	BABA	Saburo	M	21	S	Shiga	1	05.06.1931	Santos	São Paulo
9	BABA	Koji	M	18	S	Wakayama	4	01.06.1934	Buenos Aires	Barreirinha-AM
10	CHIBA	Kenyo (Kenji)	M	20	S	Miyagi	1	10.11.1931	Santos	Belém-PA
11	CHIBA	Mamoru	M	22	C	Miyagi	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM
12	EGUCHI	Nadao	M	20	S	Nagasaki	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
13	FUJISAWA	Hidehiko	M	20	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Kumamoto-JP
14	FUJISHIMA	Toshichika	M	21	S	Okayama	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
15	FUJISHIMA	Masanori	M	22	S	Kumamoto	4	01.06.1934	Buenos Aires	Belém-PA
16	FUJITA	Takeshi	M	20	C	Toyama	3	31.05.1933	Montevideo	Manaus-AM
17	FUKUI	Yoshihiro	M	20	S	Wakayama	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	
18	HAJI	Ikuro	M	21	S	Tokyo	3	31.05.1933	Montevideo	Manaus-AM
19	HANDA	Jiro	M	21	S	Aichi	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM
20	HARA	Sotaro	M	19	C	Yamagata	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM
21	HARADA	Junpei	M	19	S	Kanagawa	1	05.06.1931	Santos	
22	HARADA	Ikuro (Yukuro)	M	21	S	Gifu	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
23	HARADA	Kozo	M	19	C	Gifu	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	Belém-PA
24	HASHIMOTO	Shunji	M	22	S	Ishikawa	1	05.06.1931	Santos	São Paulo-SP
25	HASHIMOTO	Shiro	M	24	S	Tottori	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
26	HATAHARA	Minoru	M	19	S	Nagasaki	3	31.05.1933	Montevideo	Manaus-AM
27	HATAHARA	Suguru (Hiroshi)	M	20	S	Nagasaki	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
28	HATANAKA	Minoru	M	18	C	Gifu	4	01.06.1934	Buenos Aires	São Paulo-SP
29	HATTA	Kimishige	M	22	S	Fukuoka	3	31.05.1933	Montevideo	Parintins-AM
30	HAYASHI	Ken-ichi	M	19	S	Hyogo	1	05.06.1931	Santos	Niteroi-RJ
31	HAYASHIDA	Matao	M	20	S	Kumamoto	3	31.05.1933	Montevideo	São Paulo-SP
32	HIDAKA	Shoji	M	19	S	Kagoshima	1	05.06.1931	Santos	Parintins-AM
33	HIGASHI	Hisaichi	M	20	S	Hiroshima	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Belém-PA
34	HIRAISHI	Sadakichi	M	20	S	Niigata	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM
35	HIRATA	Sanji	M	26	s	Mie	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Cotia-SP
36	HIURA	Dankichi	M	22	S	Wakayama	2	31.05.1933	Montevideo	Osaka-JP
37	HOMMA	Takeshiro	M	24	S	Niigata	2	31.05.1933	Montevideo	São Luís-MA
38	HOSHIHARA	Sadaharu	M	20	S	Kagoshima	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Maués-AM
39	HOSHINO	Hiromi (Hiroyoshi)	M	19	S	Tochigi	1	05.06.1931	Santos	

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turno	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Domicílio da família em 2000
40	IGUCHI (INOKUCHI)	Futoshi	M	20	S	Fukuoka	3	31.05.1933	Montevideo	Campinas-SP
41	IHARA	Shiro	M	19	C	Nagano	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM
42	IIDA	Gihei	M	24	S	Saitama	1	05.06.1931	Santos	Belém-PA
43	IKAWA	Makoto	M	24	S	Nagasaki	3	31.05.1933	Montevideo	Mogi das Cruzes-SP
44	IKEGAMI	Kinji	M	21	S	Kumamoto	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
45	IMAI	Eizo	M	18	S	Kanagawa	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
46	IMAMURA	Taizo	M	17	s	Osaka	4	01.06.1934	Buenos Aires	
47	IMAY	Masahiko	M	19	C	Niigata	7	14.07.1937	Montevideo	Itacoatiara-AM
48	INOUE	Sueo	M	21	S	Fukuoka	3	31.05.1933	Montevideo	Itatinga-SP
49	INOUE	Susumu	M	22	C	Tokyo	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	
50	ISHIGURO	Kumekichi	M	17	S	Toyama	4	01.06.1934	Buenos Aires	M. Alegre -PA
51	ISHIHARA	Yoshio	M	20	S	Kumamoto	3	31.05.1933	Montevideo	R.de Janeiro-RJ
52	ISHIHARA	Yoshito	M	20	S	Kumamoto	3	31.05.1933	Montevideo	R.de Janeiro-RJ
53	ITAKURA	Hiroshi	M	20	S	Akita	3	31.05.1933	Montevideo	
54	IWAMURA	Mogi (Shigeki)	M	20	S	Nagasaki	1	05.06.1931	Santos	
55	IYAMA	Takehiko	M	20	C	Hiroshima	3	31.05.1933	Montevideo	
56	IZUMI	Keiji	M	20	S	Niigata	1	05.06.1931	Santos	Manaus-AM
57	IZUMI	Fukashi	M	20	S	Miyazaki	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
58	KAMIYAMA (KOYAMA)	Kozo	M	19	S	Shiga	3	01.06.1934	Buenos Aires	Tokyo, JP
59	KANAZAWA	Shichiro	M	20	C	Tokyo	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
60	KANEDA	Yokichi	M	20	C	Fukushima	3	31.05.1933	Montevideo	Tokyo-JP
61	KANEKO	Isao	M	20	S	Fukuoka	1	05.06.1931	Santos	Belém-PA
62	KASAMATSU	Shinkichi	M	19	C	Fukui	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	
63	KATO	Kiyokatsu	M	19	S	Miyagi	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Manaus-AM
64	KATO	Shigeru	M	19	C	Kanagawa	4	01.06.1934	Buenos Aires	Rio Madeira-AM
65	KATO (atual ITO)	Hidemitsu	M	18	S	Mie	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Mie, JP
66	KAWAKAMI	Kenji	M	18	C	Tokyo	6	19.06.1936	La Plata	Parintins-AM
67	KAWANO (KONO)	Sousuke	M	20	S	Yamaguchi	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
68	KAZUMA	Kakuhei	M	19	S	Ishikawa	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Ishikawa, JP
69	KIDO	Tadashi (Tadasu)	M	20	S	Fukuoka	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Manaus-AM
70	KIJIMA	Shigeru	M	20	S	Niigata	3	31.05.1933	Montevideo	
71	KIMURA	Hiraku (Akira)	M	19	S	Kumamoto	1	05.06.1931	Santos	Kumamoto, JP
72	KIMURA	Kazunori	M	21	S	Kumamoto	1	05.06.1931	Santos	Parintins-AM
73	KIMURA	Munekazu	M	18	C	Aichi	4	01.06.1934	Buenos Aires	Parintins-AM
74	KINNO	Itaru	M	24	S	Hyogo	3	31.10.1933	Montevideo	Maringá-PR
75	KISHIDA	Yoshiaki	m	19	S	Tokushima	1	05.06.1931	Santos	São Paulo-SP
76	KIYOHARA	Kenichi	M	19	S	Kumamoto	4	30.05.1935	Rio de Janeiro	
77	KOBAYASHI	Masumi	M	19	S	Fukuoka	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Belém-PA
78	KOGA	Kuniji	M	21	S	Saga	3	31.05.1933	Montevideo	Parintins-AM

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Domicílio da família em 2000
79	KOGA	Tatsuo	M	19	C	Kumamoto	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	
80	KOKAI	Hanji	M	21	C	Niigata	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
81	KOMATSU	Masao	M	22	C	Kanagawa	6	19.06.1936	La Plata	C. Grande -MS
82	KOSAKAI	Joji	M	19	C	Niigata	4	01.06.1934	Buenos Aires	Chiba, Japan
83	KOYAMA	Matsuki	M	21	S	Kochi	1	05.06.1931	Santos	
84	KUDO	Koichi	M	19	S	Kumamoto	1	05.06.1931	Santos	Belém-PA
85	KUMAGAI	Tadashi	M	20	S	Miyagi	1	10.11.1931	Santos	São Paulo-SP
86	KUNIMUNE	Atsushi	M	19	S	Okayama	1	05.06.1931	Santos	Parintins-AM
87	KURISAKI	Kazumasa	M	19	S	Kumamoto	1	05.06.1931	Santos	
88	KURITA	Yoshiyuki	M	20	S	Kanagawa	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
89	KURODA	Takashi	M				2		Não	localizado
90	KUROKAWA	Hitoshi	M	21	S	Oita	3	31.05.1933	Montevideo	Manaus-AM
91	MAEBARA	Saburo	M	19	S	Shimane	3	31.05.1933	Montevideo	
92	MAEYAMA	Takashi	M	19	S	Saga	3	31.05.1933	Montevideo	São Paulo-SP
93	MARUOKA	Takashi	M	20	C	Miyazaki	3	01.06.1934	Buenos Aires	Belém-PA
94	MATSUBARA	Kazuo	M	22	C	Yamaguchi	4	01.06.1934	Buenos Aires	
95	MATSUI	Tadamasa	M	21	S	Hokkaido	3	01.06.1934	Buenos Aires	São Paulo-SP
96	MATSUMOTO	Tetsuya	M	19	S	Chiba	1	05.06.1931	Santos	
97	MAZAWA	Takayoshi (Keimi)	M	18	S	Shizuoka	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	
98	MIENO	Syoichi (Shoichi)	M	22	C	Oita	3	31.05.1933	Montevideo	
99	MINAMI	Masashi	M	22	s	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Manaus-AM
100	MISONO	Fukue	M	22	S	Chiba	1	05.06.1931	Santos	São Paulo-SP
101	MITSUDA (MITSUTA)	Rokuro	M	22	S	Fukushima	3	31.05.1933	Montevideo	B. Aires, AR
102	MITSUOKA	Mutsuo (Rikuo)	M	20	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
103	MIURA	Torahiko	M	32	C	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Suzano-SP
104	MIYACHI	Shigeru	M	20	S	Aichi	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM
105	MIYAJIMA	Yasuhiko	M	21	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
106	MIYAKAWA (MIYAGAWA)	Tetsuji	M	23	S	Toyama	2	31.05.1933	Montevideo	Fukuoka, JP
107	MIYASHITA (atual SATO)	Yamon	M	19	S	Nagano	1	05.06.1931	Santos	Bastos-SP
108	MIZOUCHI	Toshitaro (Hitaru)	M	19	S	Kanagawa	1	05.06.1931	Santos	Manaus-AM
109	MOGI	Yagoro	M	21	S	Tochigi	4	01.06.1934	Buenos Aires s	
110	MORI	Shin-ichiro	M	22	S	Fukuoka	3	01.06.1934	Buenos Aires	Parintins-AM
111	MOROTOMI	Tsugio (Nameo)	M	19	C	Tokyo	6	19.06.1936	La Plata	
112	MURAKAMI	Ichiro	M	18	C	Hyogo	7	14.07.1937	Montevideo	Belém-PA
113	MURAO	Muneyoshi	M	18	S	Tokyo	4	01.06.1934	Buenos Aires	
114	NAGATANI	Shinjiro	M	17	S	Kumamoto	4	01.06.1934	Buenos Aires	São Paulo-SP
115	NAITO	Mosaburo	M	23	C	Nagano	3	01.06.1934	Buenos Aires	Ananindeua-PA
116	NAITO	Kikujiro	M	18	C	Niigata	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	Manaus-AM
117	NAKAI	Kenmei	M	20	S	Kagawa	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Provincia de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Domicílio da família em 2000
118	NAKAJIMA	Toshizo	M	20	S	Kanagawa	1	05.06.1931	Santos	Manaus-AM
119	NAKAMURA	Takeo	M	20	S	Kumamoto	3	31.05.1933	Montevideo	São Paulo-SP
120	NAKANE	Toshizo	M	19	C	Tokyo	4	01.06.1934	Buenos Aires	Nova Friburgo-RJ
121	NARITA	Toshiyo (Toshioki)	M	21	S	Tottori	3	31.05.1933	Montevideo	Indaiatuba-SP
122	NARITA	Tasuke	M	21	C	Kanagawa	6	19.06.1936	La Plata	Maringá-PR
123	NATSUAKI	Sueharu	M	21	S	Saga	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
124	NEMOTO	Shichiro	M	29	C	Fukushima	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Fukushima, JP
125	NIJO	Toyoki (Toshimoto)	M	25	C	Tokyo	4	01.06.1934	Buenos Aires	California, USA
126	NISHIE	Kenjiro	M	21	S	Ishikawa	2	01.06.1932	Rio de Janeiro.	
127	NISHIKAWA	Toshio	M	24	C	Hyogo	2	01.06.1932	Rio de Janeiro.	Tokyo-JP
128	NISHIMURA	Musashi	M	21	S	Saga	3	31.05.1933	Montevideo	Piracicaba-SP
129	NOMURA	Hiroshi	M	25	S	Osaka	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Parintins-AM
130	NONOYAMA	Masato	M	20	S	Tokyo	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
131	ODA	Hiroki	M	20	C	Kumamoto	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	Itacoatiara-AM
132	ODA	Tomoki	M	18	C	Kumamoto	6	19.06.1936	La Plata	Barcarena-PA
133	ODANI	Yuuji	M	21	C	Kyoto	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
134	OGAWA	Masao	M	19	S	Nagano	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
135	OGINO	Gentaro	M	18	C	Saitama	6	19.06.1936	La Plata	Manaus-AM
136	OGINO (HAGINO)	Masayoshi (Masami)	M	19	S	Miyagi	4	01.06.1934	Buenos Aires	R.de Janeiro-RJ
137	O-HIRA	Motokichi	M	20	S	Wakayama	1	05.06.1931	Santos	
138	OHNO (ONO)	Ayao	M	21	C	Tokyo	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Tokyo, JP
139	OHTAKE	Noboru	M	19	S	Aichi	3	31.05.1933	Montevideo	
140	O-ISHI	Takato	M	25	S	Shimane	1	05.06.1931	Santos	Belém-PA
141	OKA	Yoshiro	M	22	S	kumamoto	3	31.05.1933	Montevideo	
142	OKAMOTO	Hiroshi	M	19	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
143	OKAMURA	Touru	M	18	C	Yamagata	4	01.06.1934	Buenos Aires	Parintins-AM
144	OKAWA	Hiroshi	M	18	C	Shizuoka	4	01.06.1934	Buenos Aires	
145	OKAWARA	Nobuo	M	18	S	Tokyo	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
146	OKAYAMA	Norimasa	M	28	S	Kyoto	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
147	OKUBO	Iwao	M	18	C	Osaka	4	01.06.1934	Buenos Aires	São Paulo
148	OMORI	Katsumi (Katsuki)	M	21	S	Okayama	1	05.06.1931	Santos	
149	ONO	Hachiro	M	22	C	Miyagi	7	17.11.1939	Rio de Janeiro	Manaus-AM
150	ONO	Saburo	M	21	S	Fukuoka	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
151	ONO	Shinchiro	M	20	S	Niigata	3	31.05.1933	Montevideo	Manaus-AM
152	ONODA	Seiji	M	20	S	Kagoshima	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Santo Amaro-SP
153	OSANAI	Tamotsu	M	21	C	Tokyo	3	31.05.1933	Montevideo	
154	OTOMO	Tatsugan	M	25	C	Fukuoka	4	01.06.1934	Buenos Aires	
155	OYAMA	Kazuma	M	22	C	Okayama	2	31.10.1933	Montevideo	Castanhal-PA
156	OZAKI	Akira	M	20	S	Gunma	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
157	OZAKI	Tatsuo	M	20	S	Shizuoka	2	01.06.1932	Rio de Jan. M	Tokyo, JP

N ^o	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Provincia de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Domicílio da família em 2000
158	SAITO	Kentaro	M	20	S	Tokyo	2	01.06.1932	Rio de Jan. M	São Paulo-SP
159	SAITO	Tadayuki (Yoriyuki)	M	25	S	Tokyo	3	31.05.1933	Montevideo	
160	SAITO	Kimio	M	22	S	Tokushima	2	31.10.1933	Montevideo	
161	SAITO	Shiro	M	20	S	Yamagata	4	01.06.1934	Buenos Aires	São José dos Campos-SP
162	SAKAMOTO	Mitsuhiko	M	20	S	Hokkaido	3	31.05.1933	Montevideo	Parintins-AM
163	SAKAMOTO	Taro	M	19	S	Nagasaki	4	01.06.1934	Buenos Aires	Manaus-AM
164	SAKAMOTO	Takashi	M	19	C	Kumamoto	4	19.06.1936	La Plata	Parintins-AM
165	SAKUMA	Shusaku	M	20	S	Fukushima	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	Londrina-PR
166	SANTO	Kiyoto	M	20	S	Shimane	3	31.05.1933	Montevideo	
167	SASAKI	Ittetsu	M	23	S	Hiroshima	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
168	SASAKURA	Takeo	M	20	S	Fukui	3	31.05.1933	Montevideo	
169	SATAKE	Moto (Hajime)	M	20	S	Ehime	1	05.06.1931	Santos	
170	SATO	Yukio	M	21	S	Hiroshima	1	05.06.1931	Santos	Manaus-AM
171	SATO	Shiro	M	21	S	Gunma	3	31.05.1933	Montevideo	
172	SATOMI	Yoshio	M	20	S	Kyoto	3	31.05.1933	Montevideo	
173	SAWA	Takashi	M	23	C	Kanagawa	3	30.05.1935	Rio de Janeiro	Kanagawa, JP
174	SAWAKI	Tadashi	M	19	C	Tokyo	6	19.06.1936	La Plata	Belém-PA
175	SERIZAWA	Masayoshi	M	23	S	Shizuoka	2	31.05.1933	Montevideo	Manaus-AM
176	SHIINA	Tsutomu	M	19	S	Chiba	1	05.06.1931	Santos	
177	SHIMIZU	Hiroshi	M	18	C	Chiba	6	19.06.1936	La Plata	
178	SHIMIZU	Koji	M	20	S	Ishikawa	4	30.05.1935	Rio de Janeiro	Toledo-PR
179	SHIMIZU	Yoshihiro	M	20	S	Niigata	4	01.06.1934	Buenos Aires	Mogi das Cruzes.-SP
180	SHINPO	Muneo	M	22	S	Niigata	3	31.05.1933	Montevideo	Belém-PA
181	SHIROMA	Hirohada	M	18	S	Okinawa	4	01.06.1934	Buenos Aires	Mogi das Cruzes.-SP
182	SHOJI	Jiro	M	18	S	Miyagi	1	10.11.1931	Santos	
183	SHOJI	Zennoshin	M	22	C	Miyagi	7	14.07.1937	Montevideo	Parintins-AM
184	SHONO	Kazuo	M	19	S	Kochi	1	05.06.1931	Santos	
185	SOEJIMA	Toshihiko	M	20	S	Saga	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
186	SUGIMURA	Satoshi (Hitoshi)	M	19	S	Mie	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
187	SUGIYAMA	Tetsuya	M	20	S	Shizuoka	3	31.05.1933	Montevideo	
188	SUZUKI	Kenji	M	24	S	Yamagata	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
189	SUZUKI	Goro	M	21	S	Tochigi	3	31.05.1933	Montevideo	Manaus-AM
190	SUZUKI	Shiro	M	20	C	Kanagawa	6	19.06.1936	La Plata	Gunma, JP
191	TAKAHASHI	Chuji	M	21	C	Kanagawa	6	19.06.1936	La Plata	Mogi das Cruzes-SP
192	TAKAHASHI	Fusao	M	19	S	Saitama	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	
193	TAKAHASHI	Ineo	M	24	C	Chiba	2	30.05.1935	Rio de Janeiro	Manaus-AM
194	TAKAHASHI	Kenji	M	22	S	Tokyo	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Kanagawa, JP
195	TAKAHASHI	Kinsaku	M	19	S	Niigata	3	31.05.1933	Montevideo	Brasília-DF
196	TAKANO	Fumio	M	21	S	Kumamoto	3	31.05.1933	Montevideo	S.Caetano-SP
197	TAKASE	Torao	M	18	S	Tokyo	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo-SP

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Domicílio da família em 2000
198	TAKASHIMA	Yoshio	M	23	S	Hyogo	3	31.05.1933	Montevideo	Hyogo, JP
199	TAKASHIMA	Nobumoto	M	18	C	Tokyo	6	19.06.1936	La Plata	Castanhal-PA
200	TAKEDA	Kiichiro	M	19	S	Karafuto	1	05.06.1931	Santos	
201	TAKEI	Nobumoto	M	21	S	Kumamoto	4	01.06.1934	Buenos Aires	
202	TAKEUCHI	Akira (Satoshi)	M	24	S	Tottori	3	31.05.1933	Montevideo	
203	TAKEZOE	Nagao	M	25	C	Kagoshima	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
204	TAKISAWA	Masao	M	21	S	Niigata	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
205	TAKITA	Yoshikazu (Yoshikatsu)	M	19	S	Fukushima	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Manaus-AM
206	TAMAI	Toyoyuki	M	19	C	Osaka	4	01.06.1934	Buenos Aires	Recife-PE
207	TAMIYA	Kenji	M	21	S	Kanagawa	3	31.05.1933	Montevideo	Campos do Jordão-SP
208	TANAKA	Masao	M	18	S	Miyagi	1	10.11.1931	Santos	
209	TANAKA	Kazuhiko	M	20	S	Yamaguchi	3	31.05.1933	Montevideo	
210	TANAKA	Seiichi	M	20	S	Tokyo	3	31.05.1933	Montevideo	Suzano-SP
211	TANAKA	Teisuke	M	26	C	Saitama	6	19.06.1936	La Plata	Santarém-PA
212	TANI	Masakazu	M	22	C	Toyama	3	31.05.1933	Montevideo	São Luís-MA
213	TATEMATSU	Mikio	M	21	S	Tokyo	4	01.06.1934	Buenos Aires	
214	TAYAMA	Izumi	M	25	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Suicidou-se em Andirá
215	TOGAMI	Yasuichi (Hoichi)	M	19	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
216	TOGUCHI	Tsuneji	M	19	S	Saitama	4	01.06.1934	Buenos Aires	Parintins-AM
217	TOKUTA	Genji	M	21	S	Yamaguchi	3	31.05.1933	Montevideo	Parintins-AM
218	TOMINAGA	Yoshio	M	20	S	Fukuoka	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
219	TSUJIKAWA	Eitaro	M	22	S	Shiga	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
220	TSUNASHIMA	Yoshio	M	22	S	Niigata	3	31.05.1933	Montevideo	
221	TSUTSUMI	Junji	M	20	S	Saga	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
222	UCHIDA	Teruhiko	M	21	S	Oita	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
223	UEDA	Masami	M	20	S	Oita	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Araçoiaba da Serra-SP
224	UEDA	Takashi	M				7		não	localizado
225	UEHARA	Akira	M	19	S	Gunma	3	31.05.1933	Montevideo	
226	UTSUMI	Yozo	M	23	C	Kanagawa	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	Manaus-AM
227	UWAMORI	Rokusono	M	21	S	Toyama	3	31.05.1933	Montevideo	Tomé-Açu-PA
228	WAKABAYASHI	Masao	M	19	S	Tochigi	4	01.06.1934	Buenos Aires	São Paulo-SP
229	WATANABE	Sachio	M	22	S	Miyagi	1	05.06.1931	Santos	
230	WATANABE	Touji (Toji)	M	20	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
231	WATANABE	Shoji (Masaharu)	M	20	C	Yamaguchi	4	01.06.1934	Buenos Aires	Suzano-SP
232	YAKUSHIJI	Mitsuo	M	19	S	Ehime	4	01.06.1934	Buenos Aires	
233	YAMAGUCHI	Kigen	M	23	S	Kumamoto	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	
234	YAMAGUCHI	Masashi	M	21	S	Nagasaki	3	31.05.1933	Montevideo	São Miguel Arcanjo-SP
235	YAMAGUCHI	Satoshi	M	21	S	Fukui	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	Parintins-AM

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Domicílio da família em 2000
236	YAMAMOTO	Ichiro	M	19	S	Kumamoto	1	05.06.1931	Santos	
237	YAMAMOTO	Norio (Toshio)	M	18	S	Fukuoka	1	05.06.1931	Santos	
238	YAMAZAKI	Taro	M	18	S	Tokyo	4	01.06.1934	Buenos Aires	Belém-PA
239	YANAI	Masashi	M	18	S	Shimane	5	30.05.1935	Rio de Janeiro	Curitiba-PR
240	YANO	Takeo	M	20	S	Kumamoto	1	05.06.1931	Santos	Nordeste
241	YASUI	Uchu	M	17	S	Kiyoto	4	01.06.1934	Buenos Aires	Belém-PA
242	YOKOTA	Yoichiro	M	20	S	Kochi	3	31.05.1933	Montevideo	
243	YOKOTA	Nobuo	M	19	C	Yamaguchi	4	01.06.1934	Buenos Aires	
244	YOKOYAMA	Mitsuo	M	22	S	Miyazaki	3	01.06.1934	Buenos Aires	Alvares Machado-SP
245	YOSHIDA	Shosaburo	M	22	C	Chiba	3	31.05.1933	Montevideo	Tokyo, JP
246	YOSHIDA	Yasumasa	M	21	S	Aichi	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
247	YOSHIMURA	Akira	M	23	S	Kumamoto	1	05.06.1931	Santos	
248	YOSHIMURA	Toshio	M	19	S	Yamaguchi	1	05.06.1931	Santos	
249	YOSHINAGA	Akira (Sei)	M	20	S	Tokyo	3	31.05.1933	Montevideo	
250	YOSHIZAWA	Rihachi	M	21	S	Yamagata	2	01.06.1932	Rio de Janeiro	

Obs. 1 - Os nomes constantes da lista de passageiros diferentes da lista do Uyetsuka estão mencionados entre parênteses.

Obs.2 - O Domicílio em 2000 está baseado na lista de endereço de Tosui Akiyama, atualizado por Nakano (2000a), com pequenos ajustes da autora em 2018.

Fonte: Elaborada pela autora com base nas listas de passageiros: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.
 Lista de Tsukasa Uyetsuka ([1954] 2011); Assoc. Koutaku –AM (2011); Lista de endereço de Nakano (2000a).

APÊNDICE C2 - RELAÇÃO DOS COLONOS DO PROJETO KOUTAKU (1931-1939)

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)
1	AIKAWA (*)	Takuji	M	30	C	Shizuoka	17.11.1939	La Plata	
2	ARITA	Toyojiro	M	18	S	Hiroshima	01.06.1932	Rio de Janeiro	
3	HARA (*)	Sokichi	M	50	C	Tokyo	19.06.1936	La Plata	Belém-PA
4	HIROSE	Masao	M	24	C	Fukui	30.05.1935	Rio de Janeiro	
5	HONDA	Ichiki	M	35	C	Kumamoto	31.10.1933	Montevideo	
6	INOMATA	Yojiro	M	34	C	Hokkaido	29.08.1934	Montevideo	Bahia
7	ISHIZAKI	Zenchiro	M	45	C	Tokyo	19.06.1936	La Plata	São Paulo-SP
8	KATAYAMA (*)	Yasuzo	M	44	C	Aichi	01.06.1932	Rio de Janeiro	
9	KAWANISHI (*)	Sotojiro	M	26	C	Hokkaido	01.06.1932	Rio de Janeiro	
10	KINNO	Jisaburo	M	51	C	Hyogo	31.10.1933	Montevideo	
11	KONNO (*)	Yokichi	M	35	C	Hokkaido	01.06.1932	Rio de Janeiro.	
12	MAKINO (*)	Matsutaro	M	37	C		29.08.1934	Montevideo	
13	MARUOKA	Azuma	M	26	C	Miyazaki	14.07.1937	Montevideo	Belém-PA
14	MATSUI	Saburo	M	26	C	Fukushima	29.08.1934	Montevideo	Itacoatiara-AM
15	MORI	Gengo	M	19	S	Fukuoka	17.11.1939	La Plata	Parintins-AM
16	NAKAMURA (*)	Shichijiro	M	45	C	Hokkaido	01.06.1932	Rio de Janeiro	
17	NAKAUCHI	Yoshimasa	M	29	C	Hokkaido	31.10.1933	Montevideo	Parintins-AM
18	OHGOSHI	Kamezo	M	25	C	Fukushima	01.06.1934	Buenos Aires	
19	OKUBO	Kyuhei	M	46	C	Chiba	30.05.1935	Rio de Janeiro	São Paulo-SP
20	OTO (ODO)	Kametarō	M	43	C	Tokyo	31.10.1933	Montevideo	
21	OYAMA	Ryota	M	50	C	Okayama	31.10.1933	Montevideo	Parintins-AM
22	SAIKI	Kumakichi	M	50	C	Niigata	30.05.1935	Rio de Janeiro	São Luís-MA
23	SASANE	Masakazu	M	30	C	Aichi	31.10.1933	Montevideo	Manaus-AM
24	SATO	Masafumi	M	19	S	Hiroshima	31.05.1933	Rio de Janeiro	Manaus-AM
25	SATO	Tokio (Tokiyu)	M	20	C	Niigata	30.05.1935	Rio de Janeiro	Parintins-AM
26	SHOJI	Tadahisa	M	14	S	Miyagi	14.07.1937	Montevideo	Parintins-AM
27	TAMAGAWA	Fumio	M	31	C	Fukui	30.05.1935	Rio de Janeiro	
28	TANAKA	Shoji (Choji)	M	25	C	Shiga	30.05.1935	Rio de Janeiro	
29	YOSHII	Daikichi	M	36	C	Hokkaido	31.10.1933	Montevideo	Parintins-AM

Fonte: Elaborada pela autora com base nas listas de passageiros: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.
 Lista de Tsukasa Uyetsuka ([1954] 2011); Assoc. Koutaku –AM (2011); Lista de endereço de Nakano (2000a).

Obs. 1 - Os nomes constantes da lista de passageiros diferentes da lista do Uyetsuka estão entre parênteses.

Obs. 2 - O Domicílio em 2000 está baseado na lista de endereço de Tosui Akiyama, atualizado por Nakano (2000a), com pequenos ajustes da autora em 2018.

(*) - não consta na lista de Tsukasa Uyetsuka

APÊNDICE C3 - RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO PROJETO KOUTAKU (1931-1939)

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Nº
1	ANDO	Miyojiro	M	31	C	Kumamoto	P	30.05.1935	Rio de Janeiro	
2	ARAKI	Emon	M	29	S	Kagoshima	T	04.08.1931	Montevideo	São Paulo-SP
3	EMURA	Ryozo (Tomoichi)	M	32	S	Fukuoka	F	10.11.1931	Santos	São Paulo-SP
4	ETO	Yoshinari	M	44	S	Kanagawa	M	10.11.1931	Santos	São Paulo-SP
5	GONDA	Kurakichi	M	29	C	Niigata	F	01.06.1932	Rio de Janeiro	Manaus-AM
6	HAYASHI	Hiroyuki	M	25	C	Shimane	F	01.06.1934	Buenos Aires	São Paulo-SP
7	HONDA	Shigeki	M	22	S	Kumamoto	F	31.10.1933	Montevideo	
8	INOMATA	Tadashi	M	14	S	Hokkaido	F	29.08.1934	Montevideo	Parintins-AM
9	KAMIJO	Namitaro	M	26	C	Tokyo	F	19.06.1936	La Plata	Belém-PA
10	KANO	Isamu	M	29	S	Chiba	T	05.06.1931	Santos	
11	KAWAMURA	Kurakichi	M	25	C	Aomori	F	31.10.1933	Montevideo	Urucará/AM
12	KINO	Isaku	M	54	C	Tokyo	P	31.10.1933	Montevideo	Solimões-Am
13	KIUCHI	Ken-ichi	M	25	S	Nagano	T	05.06.1931	Santos	Nagano, JP
14	MIYAKE	Yoshiro	M	28	C	Tokyo	F	18.12.1938	Yamazato	São Paulo-SP
15	OTI (Ochi)	Sakae	M	25	S	Fukuoka	P	05.06.1931	Santos	Belém-PA
16	SATO	Nobuichi	M	28	S	Gumma	T	05.06.1931	Santos	Brasília-DF
17	SHIROMA	Kohei (Norie)	M	51	C	Okinawa	M	31.05.1933	Rio de Janeiro	
18	TAKAMURA	Masatoshi	M	32	C	Kumamoto	P	31.05.1933	Rio de Janeiro	Manaus-AM
19	TANABE	Hiroshi	M	26	S	Tokyo	F	01.06.1932	Rio de Janeiro.	
20	TANAKA	Hideho	M	28	C	Gunma	M	01.06.1932	Rio de Janeiro	Rosário, AR
21	TSUJI	Kohei	M	22	S	Shiga	F	20.03.1933	Santos	Santarém-PA
22	TSUJI	Kotaro	M	30	C	Shiga	P	20.03.1933	Santos	Belém-PA
23	TSUKUMO	Toshio	M	27	S		F	29.08.1934	Montevideo	São Paulo-SP
24	WATANABE	Shigeo	M	36	C	Kumamoto	F	01.06.1932	Rio de Janeiro	Miguel Pereira-RJ
25	YOSHII	Tomekichi	M	36	C	Hokkaido	F	31.10.1933	Montevideo	

FUNCIONÁRIAS QUE CHEGARAM COMO AGREGADAS (esposas, filhas)

1	HIROSE (NOMA)	Kazuko (Kazu)	F	19	S	Tokyo	F	17.11.1939	La Plata	
2	HIRUTA	Natsuye	F	29	C	Tokyo	F	19.06.1936	La Plata	Parintins-AM
3	KAMIJO	Toshi	F	20	C	Tokyo	F	19.06.1936	La Plata	Belém-PA
4	MARUOKA	Chiyoko	F	21	C	Miyazaki	F	01.06.1934	B. Aires	Belém-PA
5	OYAMA	Yoshime	F	22	S	Okayama	F	31.10.1933	Montevideo	São Luís-MA
6	SAIKI (UWAMORI)	Eda (Yuri)	F	7	S	Niigata	F	30.05.1935	Rio de Janeiro	Tomé-Açu-PA
7	TOKUHASHI HIGASHI	Nina Hiko	F	21	C	Hokkaido	F	09.12.1930	Santos Maru Gr. Tomé-Açu	Belém-PA

Fonte: Elaborada pela autora com base nas listas de passageiros: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.

Lista de Tsukasa Uyetsuka ([1954] 2011); Assoc. Koutaku –AM (2011); Lista de endereço de Nakano (2000a).

Obs. 1 - Os nomes da lista de passageiros diferentes da lista do Uyetsuka estão mencionados entre parênteses.

Obs. 2 - O Domicílio em 2000 está baseado na lista de endereço de Tosui Akiyama, atualizado por Nakano (2000a), com pequenos ajustes da autora em 2018.

APÊNDICE C4 - FUNCIONÁRIOS VINDOS DE SÃO PAULO E DE OUTROS PROJETOS

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turma	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Nº
1	AWAZU	Kinroku	M				F	1ª e 2ª missão	Veio de SP	S. José dos Campos-SP
2	FURUKAWA	Masakiyo	M	35	C	Tokyo	F	10.12.1929	Santos M. Grupo Maués	Maués-AM
3	HASEGAWA	Tokuji	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	
4	HATTORI	Riichi (Rentaro)	M	24	S	Osaka	F	30.10.1928	Kawachi M. Gr.Nantaku	Belém-PA
5	HIRAYAMA	Keizaburo	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	
6	HIRUTA	Katsuo	M				F			
7	INAGAKI	Esaku	M				F	2ª missão 1930	Veio por SP	
8	ISHIBASHI	Shinkichi	M				F	2ª missão 1930	Santos Maru Gr.Maués	
9	IWASE	Reitaro	M	14	S	Mie	F	10.12.1929	Santos Maru Gr.Maués	
10	KAMATA	Yuzuru	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	
11	KAMEI	Mitsuru	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	Belo Horizonte
12	KATAKI	Manzo	M			Kanagawa	F		Peru kudari	Parintins-AM
13	KAWASAKI	Shinji	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	São Paulo-SP
14	KISHIDA	Yoshio	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	Rio de Jan.RJ
15	KOZASA	Yoshio	M				F		Ver bol.283	Nagasaki, JP
16	MASUNAGA	Eijiro	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	Nova Friburgo-RJ
17	MASUNAGA	Eisho	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	
18	MIWA	Isamu	M				F	1ª missão 1928	Veio de SP	Manaus-AM
19	MOTOKI	Shoya	M	9	S	Fukuoka	F	22.06.1935	África M Gr T.Açu	Belém-PA
20	MURAI	Michio	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	Rio de Jan.RJ
21	NAGAO	Seishiro	M	18	S	Koichi	F	10.12.1929	Santos M. Veio de SP	Obidos-PA
22	NAKAMURA	Kunio	M			Hyogo	P			Setagaya-JP
23	NAKASAKI	Kunio	M				F			Kobe, Japão
24	OHNISHI	Torao	M				F	1932	Veio de SP	Belém-PA
25	OKADA	Hidesada	M				F			São Paulo-SP
26	OKADA	Hideomi	M				F			Manaus-AM
27	OKADA	Shiro	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	Suzano-SP
28	OTA	Masamitsu	M	32	C		P	02.06.1932	R Janeiro M. Veio por SP	
29	OWTAKE	Hajime	M				F	1931	Gr.YYamada	Belém-PA
30	SASADA	Masakazu	M	43	C	Tokyo	M	2ª missão 1930	Veio de SP	São Paulo-SP

Nº	Sobrenome	Nome	Sexo	Idade	F. Civil	Província de procedência	Turno	Dtabde chegada ao RJ	Nome do navio (Maru)	Nº
31	SHINODA	Rokuro	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	
32	SOUMA	Fumio	M				F	1ª missão 1928	Veio de SP	Faleceu em Manaus-1929
33	TABATA	Chonosuke	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	
34	TAKAOKA	Soichi	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	
35	TANAKA	Sansaku	M				F	2ª missão 1930	Veio de SP	Niterói-RJ
36	TERADA	Katsuki	M				F	1ª e 2ª missão 1928 e 30	Veio de SP	
37	TODA	Yoshio	M				M	Médico de Tomé-Açu	Veio de SP	Taguatinga-DF
38	TOTSUGI	Rokuro/Jiro	M				F			
39	UNO	Enji	M				F			
40	YAMANOUCHI	Noboru	M			Hokkaido	F	1926	Veio de SP	Belém-PA

Fonte: Elaborada pela autora com base nas listas de passageiros: SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp.
 Lista de Tsukasa Uyetsuka ([1954] 2011); Assoc. Koutaku –AM (2011); Lista de endereço de Nakano (2000a).

Obs. - O Domicílio em 2000 está baseado na lista de endereço de Tosui Akiyama, atualizado por Nakano (2000a), com pequenos ajustes da autora em 2018.

APÊNDICE D - RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Nº	Famílias entrevistadas	Ano de chegada	Função	Profissão da família do pai no Japão	Dados do representante da família (principal informante)				Local da entrevista	Data da entrevista
					Nomes	Relação	Ano Nas.	Sexo		
1	FUJISHIMA, Masanori	1934	K	carpinteiro	Chikahito Fujishima	sobrinho	1947	M	Belém	26.12.2016
2	FUJITA, Takeshi	1933	K	médico	Mary Fujita Nakamura	filha	1935	F	Manaus	23.03.2018
3	GONDA, Kuraichi	1932	F	não sabe	Mariana Gonda Shoji de Castro	neta	1961	F	Parintins	12.05.2017
4	HAIJI, Ikuro	1933	K	militar	Evangeline Yuco Haje Sobreira	filha	1945	F	Manaus	24.10.2016
5	HARA, Sotaro	1934	K	agricultor	Tobias Satoshi Hara	filho	1950	M	Parintins	11.05.2017
6	HARADA, Ikuro	1933	K	comerciante	Urana Harada Ono	filha	1939	F	Belém	05.02.2017
7	HARADA, Kozo	1935	K	comerciante	Amélia Keiko Harada	filha	1947	F	Belém	12.03.2018
8	HATAHARA, Minoru	1933	K	não sabe	Cristina Hatahara Utsumi	filha	1946	F	Manaus	26.10.2016
9	HATTA, Kimishige	1933	K	agricultor	Orlando da Silva Hatta	filho	1946	M	Parintins	09.05.2017
10	HIDAKA, Shoji	1931	K	não sabe	Mara Jesus Esteves Hidaka	neta	1969	F	Parintins	12.05.2017
11	HIGASHI, Hisaichi	1932	K	agricultor	Ébana Higashi de Freitas	filha	1938	F	Belém	02.01.2017
12	HOMMA, Takeshiro	1933	K	não sabe	Alfredo Kingo Oyama Homma	filho	1947	M	Belém	04.09.2017
13	IIDA, Gihei	1931	K	não sabe	Lucena Iida Imbiriba	filha	1937	F	Belém	30.05.2017
14	IKEGAMI, Kinji	1933	K	professor	Lea Ikegami Sakiyama	filha	1947	F	Belém	26.02.2018
15	INOMATA, Tadashi	1934	F	agricultor	José Elizeu Sena Inomata	filho	1959	M	Parintins	12.05.2017
16	ISHIGURO, Kumekichi	1934	K	agricultor	Mario Ishiguro	filho	1953	M	Belém	26.04.2017
17	KAMIJO, Namitaro	1936	F	func. públic	Riomi Reiko kamiko Passos	filha	1938	F	Belém	24.01.2017
18	KATAKI, Manzo	1931	F	não sabe	Maria Isabel Kataki Silva	neta	1953	F	Parintins	11.05.2017
19	KAWAKAMI, Kenji	1936	K	militar	Leontina Kawakami Puget	filha	1939	F	Belém	25.04.2017
20	KIMURA, Kazunori	1931	K	não sabe	Aldemira Kimura de Menezes	filha	1949	F	Manaus	29.10.2016
21	KIMURA, Munekazu	1934	K	não sabe	Maria da Conceição Kimura	filha	1966	F	Parintins	11.05.2017
22	KOBAYASHI, Masumi	1932	K	agricultor	Carmelina Nobuko Kobayashi	filha	1942	F	Belém	05.01.2017
23	KOGA, Kuniji	1933	K	agricultor	Olinda Koga Teixeira	filha	1955	F	Belém	02.05.2017
24	KOKAI, Hanji	1933	K	agricultor	Masayoshi Kokai	filho	1938	M	Santarem	06.05.2017
25	KUDO, Koichi	1931	K	agricultor	Tereza C. Kimio Kudo Tadao	filha	1941	F	Belém	26.12.2016
26	KUNIMUNE, Atsushi	1931	K	não sabe	Aderbal Maia dos Santos Souza	filho	1937	M	Parintins	12.05.2017

Nº	Famílias entrevistadas	Ano de chegada	Função	Profissão da família do pai no Japão	Dados do representante da família (principal informante)					Local da entrevista	Data da entrevista
					Nomes	Relação	Ano Nas.	Sexo	Ocupação		
27	MARUOKA, Takashi	1934	K	professor	Toru Maruoka	filho	1935	M	func.pub. aposentado	Belém	10.04.2017
28	MINAMI, Masashi	1932	K	não sabe	Zemira M. Minami Tsukuda	filha	1939	F	comerciante aposentada	Belém	26.10.2016
29	MORI, Shin-ichiro	1934	K	agricultor	Aleysio Mori	filho	1942	M	agricultor aposentado	Parintins	10.05.2017
30	MURAKAMI, Ichiro	1937	K	agricultor	Bernardo Makoto Murakami	filho	1942	M	comerciário aposentado	Ananindeua	11.05.2018
31	NAKAUCHI, Yoshimasa	1933	C	agricultor	Celso Toyoshige Nakauchi	filho	1931	M	agricultor aposentado	Parintins	10.05.2017
32	NOMURA, Hiroshi	1932	K	não sabe	Celina H. Nomura Bezerra	filha	1944	F	aposentada	Parintins	09.05.2017
33	ODA, Hiroki	1935	K	agricultor	Jorge Harunobu Oda	filho	1944	M	aposentado	Itacoatiara	27.10.2016
34	ODANI, Yuuji	1933	K	não sabe	Ellis Odani Kinoshita	filha	1939	F	farmacêutica aposentada	Belém	14.02.2017
35	OGINO, Gentaro	1936	K	não sabe	Akira Hagino	filho	1937	M	taxista	Manaus	24.10.2016
36	OHNISHI, Torao	1932	F	agricultor	Olimpio Yugo Ohnishi	filho	1952	M	func.Púb. Arquiteto	Belém	04.04.2017
37	OISHI, Takato	1931	K	médico	Alda Fusako O. Minori	filha	1931	F	comerciante aposentada	Belém	29.05.2017
38	OKAMURA, Toru	1934	K	comerciante	Marlene Okamura Pinheiro	filha	1941	F	aposentada	Parintins	10.05.2017
39	ONO, Saburo	1933	K	médico	Shigeyoshi Ono	filho	1938	M	contador aposentado	Belém	15.08.2017
40	OTI, Sakae	1931	F	não sabe	Vani Kazuko Oti Câmara	filha	1953	F	ass.social aposentada	Belém	07.07.2017
41	SASAKI, Ittetsu	1933	K	não sabe	Izabel Fumiko Sasaki	filha	1940	F	pedagoga aposentada	Belém	06.01.2017
42	SAWAKI, Tadashi	1936	K	gráfico	Margarida Sachie Sawaki	filha	1946	F	economista aposentada	Ananindeua	19.04.2017
43	SHINPO, Muneo	1933	K	professor	Edowardo Muneaki Shimpō	filho	1946	M	funcionário da Emater	Belém	08.06.2017
44	SHOJI, Zennoshin	1937	K	agricultor	Wilson Yoshiyuki Shoji	filho	1948	M	administrador aposentado	Manaus	22.10.2016
45	TOGUCHI, Tsuneji	1934	K	não sabe	Otoniel Nobuyuki Toguchi	filho	1959	M	comerciante aposentada	Parintins	09.05.2017
46	TOKUTA, Genji	1933	K	agricultor	Maria Zete Tokuta Coelho	filha	1953	F	comerciante aposentada	Parintins	10.05.2017
47	TUJI, Kotaro	1933	F	agricultor	Júlia Tuji de Castro	filha	1936	F	pensionista de desembarg.	Belém	07.02.2018
48	UTSUMI, Yozo	1935	K	agricultor	Braulio Nobuo Utsumi	filho	1943	M	comerciante aposentado	Manaus	26.10.2016
49	UWAMORI, Rokusono	1933	K	agricultor	Elzanir Uwamori Takahashi	filha	1952	F	economista aposentada	Tomé-Açu	16.08.2017
50	YAMAGUCHI, Satoshi	1932	K	não sabe	Eduardo Satoshi Yamagute	filho	1949	M	engenheiro civil	Boa Vista	23.11.2016
51	YAMAZAKI, Taro	1934	K	não sabe	Teru Taketomi Yamazaki	mulher	1934	F	aposentada	Belém	07.01.2017
52	YOSHII, Daikichi	1933	C	agricultor	Etineth Natheco Yoshii de Souza	neta	1945	F	aposentada	Parintins	13.05.2017

APÊNDICE D1 - MOTIVAÇÃO E MOBILIDADE DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Nº	Família	Província de procedência	1. Motivação para vir a Amazônia	2. Motivação para sair do assentamento	3. Mobilidade das famílias	4. Locais que se fixaram
1	FUJISHIMA, Masanori	Kumamoto	d. influenciado por Uyetsuka	f. plantação de juta	Colônia do Andirá, Ilha Estevão (1937-39), Caldeirão em Juruti/AM (40-50), Parintins (1951-59), Maracá/AP (1960-65), distrito de Maruanum, Macapá/AP (1965-70), Santana/AP (1970-80), Macapá/AP (1980-94), Belém (1995-99).	Macapá até 1994. Belém a partir de 1995.
2	FUJITA, Takeshi	Toyama	d. influenciado por Uyetsuka	f. plantação de juta	Col. Andirá (1933-41), Tutuju (41-42), Ilha de Cumaru/Boca rio Madeira (1942-43); Boca do Rio Purus (43-47), Colônia de Bela Vista, Manacapuru/AM (47-53), Cacaú Pirêra (1953-até atualmente).	Colônia de Cacaú Pirêra /Iranduba desde 1953
3	GONDA, Kuraichi	Niigata	i. não sabe	g. não saíram de Parintins	Vila Amazônia, Cabury, Paraná do Cumprido (mun. Urucurituba). O casal nunca voltou ao Japão, ambos estão enterrados em Parintins.	Fixaram-se em Parintins/AM
4	HAIJI, Ikuro	Tokyo	d. influenciado por Uyetsuka	a. sem condições p/plantar	Colônia Andirá, Nova Olinda do Norte (rio Madeira), Manaus, Efigênio Sales (década de 60 até 1990).	Colônia Efigênio Sales, Manaus.
5	HARA, Sotoro	Yamagata	i. não sabe	e. educação filhos	Colônia Andirá, Loteamento Sta. Luzia, Ilha Caripuna, Vila Amazônia (1955-1970), Manaus.	Manaus a partir de 1971
6	HARADA, Ikuro	Gifu	d. influenciado por Uyetsuka	f. para plantação de juta.	Colônia do Andirá/Tauacuera (1935-38), Sant'Ana/Parintins (1938-40), Boca do Boto em Oriximiná /PA (1941-68).	Belém a partir de 1968
7	HARADA, Kozo	Gifu	g. influenciado pela propaganda	f. para plantar juta	Andirá (1935-36), Paraná do Espírito Santo (37-40); Boto/Oriximiná (40-54); Cachoeri/Oriximiná (55-56); Boto/Oriximiná (57-62); Santarém (1962-69).	Belém a partir de 1969
8	HATAHARA, Minoru	Nagasaki	i. não sabe	i. não sabe	Colônia Andirá, Ilha do Risco (munic. Itacoatiara); Manaus.	Colônia Efigênio Sales, Manaus/AM.
9	HATTA, Kimishige	Fukuoka	c. não havia perspectiva	e. educação filhos	Colônia do Andirá, Vila Amazônia e arredores de Parintins (1933-1960).	Fixaram-se em Parintins/AM
10	HIDAKA, Shoji	Kagoshima	i. não sabe	g. não saíram de Andirá.	Vila Amazônia, Colônia do Andirá.	Nunca saiu de Parintins
11	HIGASHI, Hisaichi	Hiroshima	g. influenciado pela propaganda	h. 2ª guerra mundial	Colônia Andirá, Loteam. Boa Fonte, Vila Amazônia, Ituiqui Santarém até 1958.	Belém a partir de 1958
12	HOMMA, Takeshiro	Niigata	d. influenciado por Uyetsuka	a. sem condições p/plantar	Colônia do Andirá, Belém do São Francisco (PE) 1948; 2º Ilhéus (BA) 1950; 3º Cariacica (ES) 1952; 4º Lima Campos (MA) 1954.	São Luís a partir de 1956

Nº	Família	Província de procedência	1. Motivação para vir a Amazônia	2. Motivação para sair do assentamento	3. Mobilidade das famílias	4. Locais que se fixaram
13	IIDA, Gihei	Saitama	d. influenciado por Uyetsuka	b. necessidade de sobrevivência	Colônia do Andirá, Vila Amazônia, Ituiqui (perto de Santarém), cidade de Santarém.	Se fixaram na cidade de Santarém/PA
14	IKEGAMI, Kinji	Kumamoto	f. não queria ir para Manchúria	f. plantação de juta	C. Andirá (1933-37), Santana/paraná do Esp. Santo(8/37-38), Breves/PA (1938-40), Santarém (40-42), Ilha do Carmo /Alenquer (42-53), Alenquer (54-88).	Belém a partir de 1988.
15	INOMATA, Tadashi	Miyage	c. não havia perspectiva	f. plantação de juta	Vila Amazônia, Zé Açu (1936-46), Óbidos (1946-1969). Retornaram em 69 para Paraná do Comprido (Uruará/AM), Parintins/AM (a partir de 1985).	Parintins a partir de 1985
16	ISHIGURO, Kumekichi	Toyama	a. sonhava "fazer a América"	f. plantação de juta	Andirá (1934-37), São Joaquim (1937-40) foi para Óbidos (Ilha do Amador) 1947- 1953.	Monte Alegre a partir de 1953
17	KAMIJO, Namitaro	Tokyo	d. influenciado por Uyetsuka	h. guerra	Vila Amazônia, Cachoeiri/Oriximiná-PA.	Belém a partir de 1972
18	KATAKI, Manzo	Kanagawa	h. atrás de trabalho, veio do Peru	g. não saíram de Parintins	Provavelmente um Perukudari. Veio para Vila Amazônia em 1931, Itaboraí/município de Parintins (1937-1948). Manzo faleceu em 1948.	Parintins (só o filho).
19	KAWAKAMI, Kenji	Tokyo	g. influenciado pela propaganda	j. situação muito precária e solidão	Andirá, Vila Amazônia, Alenquer, Santarém em 1945-54.	Parintins a partir de 1955
20	KIMURA, Kazunori	Kumamoto	d. influenciado por Uyetsuka	f. plantação de juta	Andirá, Parintins.	Nunca saiu de Parintins
21	KIMURA, Mune-kazu	Aichi	g. influenciado p/propaganda	g. nunca saiu de Parintins	Andirá, Barreirinha/Parintins.	Fixaram-se em Parintins/AM
22	KOBAYASHI, Masumi	Fukuoka	g. influenciado pela propaganda.	j. para não ser preso	Colônia do Andirá - Loteam. Boa Fonte (até 1941), Vila Amazônia (até 1942), Ilha Ituiqui, Ilha São João, Juruti (de 1942 até 1992).	O casal veio morar em Belém em 1992.
23	KOGA, Kuniji	Saga	h. uma aventura	f. plantação de juta	Andirá, rio Uaicurapá e Tauacuera no município de Parintins.	Nunca saiu de Parintins
24	KOKAI, Hanji	Niigata	c. não havia perspectiva	f. plantação de juta	Col. do Andirá até 1941, Santarém (1941-57), Maracá-AP (1958-60)	Belém-PA a partir da década de 1960.
25	KUDO, Koichi	Kumamoto	d. influenciado por Uyetsuka	j. acidente e volta ao Japão.	Andirá. Retornou ao Japão em dez.1933 e voltou ao Brasil em maio/1941. Juruti (ago/41-1950), Caldeirão (1950-1952).	Belém, a partir de 1952.
26	KUNIMUNE, Aisushi	Okayama	d. influenciado por Uyetsuka	g. não saíram de Parintins	Andirá, Vila Amazônia. Boca do Andirá (1944-45). Caburi (Parintins). Voltou para Andirá, depois foi para Caldeirão. Voltou para Parintins.	Parintins/AM, a partir da década de 1960

Nº	Família	Província de procedência	1. Motivação para vir a Amazônia	2. Motivação para sair do assentamento	3. Mobilidade das famílias	4. Locais que se fixaram
27	MARUOKA, Takashi	Miyazaki	c. não havia perspectiva no Japão	f. plantação de juta	Colônia do Andirá, loteam. Sta. Luzia (1934-38); Ilha S. Benedito, município de Parintins (1938), Caldeirão (mun. Juruti/PA); Boa Vista, município de Juruti/PA (1941-1978).	Belém/PA, a partir de 1978.
28	MINAMI, Masashi	Kumamoto	d. influenciado por Uyetsuka	f. plantação de juta	Col. Andirá, lote Boa Fonte (1933-40); Itacoatiara, Parintins (1941-53), Paraná do Cumprido, munic. Uricurituba/Uruará/AM (1953-1970).	Manaus, a partir dos anos de 1970.
29	MORI, Shin-ichiro	Fukuoka	c. não havia perspectiva	g. não saiu até a velhice	Sempre moraram em Uaicurapá/Parintins. Só saíram os filhos.	Fixaram-se em Parintins/AM
30	MURAKAMI, Ichiro	Hyogo	i. não sabe, pois o pai morreu cedo	i. não sabe	Colônia do Andirá, Itacoatiara/AM.	Monte Alegre a partir de 1949
31	NAKAUCHI, Yoshimasa	Hokkaido	d. influenciado por Uyetsuka	f. plantação de juta	Ilha Formosa (1932-35), Boca Paraná de Ramos, Itaborai (outro lado do rio Amazonas), Bom Remédio/ Parintins	Fixaram-se em Parintins/AM
32	NOMURA, Hiroshi	Tokyo	g. influenciado pelas propagandas	h. guerra	Vila Amazônia, Ilha Ituqui/Santarém/PA (1942-1946).	Vila Amazônia - Parintins, a partir de 1946.
33	ODA, Hiroki	Kumamoto	c. não havia perspectiva	f. plantação de juta	Colônia do Andirá, Uricurituba Velha. Em 1966 foram para Ilha do Risco (perto de Itacoatiara)	Itacoatiara/AM a partir de 1990.
34	ODANI, Yuuji	Kyoto	i. não sabe	i. não sabe	Colônia do Andirá até 1941, Barreirinha, Santarém (1941-57)	Belém desde 1958.
35	OGINO, Gentaro	Saitama	i. não sabe	i. não sabe	Colônia do Andirá, Parazaninho/Parintins, rio Madeira, Itacoatiara, Manaus.	Manaus/AM
36	OHNISHI, Torao		e. sonhava ganhar muito dinheiro	j. nunca trabalhou em Andirá	Veio de Santos (SP) para Belém junto com Jiro Horiguchi. Morou em Alenquer e Santarém (tinha comércio).	Belém a partir de 1985
37	OISHI, Takato	Shimane	h. não queria ser médico	f. para trabalhar na juta	Colônia Andirá, Loteam. Boa Esperança, Uaicurapá (Parintins/AM), Caldeirão (Juruti/PA). Em 1942 mudou-se para a ilha Macaiani (Juruti/PA).	Tapanã/Belém/PA, a partir de 1957.
38	OKAMURA, Toru	Yamagata	d. influenciado por Uyetsuka	f. plantação de juta	Colônia do Andirá, Loteam. Sta. Luzia, Limão, Saracura, Ilha do Guariba (perto de Parintins),	Paraná Guariba e cidade de Parintins.
39	ONO, Saburo	Fukuoka	d. influenciado por Uyetsuka	f. para plantação de juta.	Colônia Andirá. Tauacuera (1933-37); Santa Rosa, Barreirinha (1938-45); Parintins (1946-73).	Belém/PA a partir de 1973.
40	OTI, Sakae	Fukuoka	d. influenciado por Uyetsuka	f. para plantação de juta.	Vila Amazônia, Colônia do Andirá, Santarém, Belterra, Belém.	Belém/PA a partir de 1956.

Nº	Família	Província de procedência	1. Motivação para vir a Amazônia	2. Motivação para sair do assentamento	3. Mobilidade das famílias	4. Locais que se fixaram
41	SASAKI, Ittetsu	Hiroshima	f. não queria ir para Manchuria	f. plantação de juta	Colônia Andirá (Tauacuera, Sant'Ana), Boca do Boto em Oriximiná/PA a partir de 1940; Santa Rosa do Pará (a partir de 1946).	Belém a partir de 1970.
42	SAWAKI, Tadashi	Tokyo	g. foi influenciado pelas propagandas	b. comércio de regatão	Parintins, interior de Santarém, Alenquer.	Belém a partir de 1985
43	SHINPO, Muneo	Niigata	g. influenciado pelas propagandas	f. plantação de juta	Colônia de Andirá, Parintins. Após o falecimento de Muneo Shinpo (1947), a viúva foi para Tomé-Açu em 1951 e depois para Santa Maria em 1960.	Belém a partir de 1992.
44	SHOJI, Zennoshin	Miyagi	g. influenciado pelas propagandas	a. sem condições para plantação	Colônia do Andirá e Barreirinha.	Sempre morou em Barreirinha e Parintins.
45	TOGUCHI, Tsuneji	Saitama	g. influenciado pelas propagandas	f. plantação de juta	Colônia do Andirá, Vila Amazônia (1942), São Joaquim/Juruti 1952;	Cidade de Parintins a partir de 1972.
46	TOKUTA, Genji	Yamaguchi	g. influenciado pelas propagandas	g. não saiu de Parintins	Colônia do Andirá em Uaicurapá, rio Mamuru	Cidade de Parintins a partir de 1998.
47	TUJI, Kotaro	Shiga	d. influenciado por Uyetsuka	h. guerra	Vila Amazônia até 1941, Itui/Santarém (1942-46), Belterra e cidade de Santarém (1946-57).	Belém a partir de 1958
48	UTSUMI, Yozo	Kanagawa	g. influenciado pelas propagandas	f. plantação de juta	Colônia do Andirá, Paraná do Preto, Rio Madeira, Itacoatiara, no Amazonas.	Manaus a partir de 1970
49	UWAMORI, Rokusono	Toyama	d. influenciado por Uyetsuka	j. implantação de colônias	Col. Andirá (33-41), Monte Alegre, Santarém (47-53), Monte Alegre (53-58), São Luiz (58-64).	Tomé-Açu a partir de 1964.
50	YAMAGUCHI, Satoshi	Fukui	g. influenciado pelas propagandas	f. plantação de juta	Col. Andirá (até 1938), Vila Amazônia (até 1942), Canudo, Caburi (1949) Arari, Parintins (até 1951), Paraná do Cumprido/Urucurituba (anos 50).	Em Manaus a partir de 1983.
51	YAMAZAKI, Taro	Tokyo	i. não sabe	c. desapropriação do terreno	Col. Andirá (34-37), Ilha Estevo/Parintins (37-38), São Joaquim (Juruti/PA) em 1939.	Belém a partir de 1977
52	YOSHII, Daikichi	Hokkaido	i. não sabe	g. não saíram de Parintins	Colônia Andirá (até 1938), Vila Amazônia (até 1942), Itaborai, interior de Parintins.	Fixaram-se em Parintins/AM

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas.

APÊNDICE D2 - ADAPTAÇÃO E OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Nº	Família	5. Qual a principal motivação para permanecer no local?	6. Quais as famílias que permaneceram na região?	7. Dispersão contribuiu ou atrapalhou?	8. Quantos estão exercendo ativ. ligadas ao solo?	9. Trabalho de decasségui?	10. O trabalho de decasségui foi satisfatório?
1	FUJISHIMA, Masanori	e. gostou do lugar.	Yasui, Yamazaki, Fujita	Atrapalhou	1 filho na pecuária	Não	nihil
2	FUJITA, Takeshi	b. foi convidado para servir de interprete e ensinar os novos imigrantes de pós-guerra.	não sabe	Atrapalhou muito, os koutakuseis não podiam compartilhar dificuldades e plantio, de adaptação, financeiras, etc	Nenhum	Não	nihil
3	GONDA, Kuraichi	e. gostou do lugar	Yamaguchi, Nakauchi etc	Atrapalhou: se ficassem na Vila a vida seria outra	2. Kazuo Gonda e Alberto Choji	Sim, filha e netos	Não
4	HAJI, Ikuro	b. tinha granja	muitas famílias	Não sabe	Nenhum	Sim, filho e netos	Não
5	HARA, Sotaro	b. tinha granja	Kataki, Ihara, Sato, Hatta	Atrapalhou: unido se produz mais e reduz custo	Nenhum	Sim, filhos e netos	Sim, investiram em comércio
6	HARADA, Ikuro	c. escola para os filhos	sugere lista de Akiyama.	Atrapalhou: Os koutakuseis foram preparados para administrar e superar as crises de forma unida	4 pessoas	Sim, netos	Sim, investiram nos estudos
7	HARADA, Kozo	c. escola para os filhos	Sasaki, Kamijo, Maruoka, Kobayashi	Atrapalhou: Havia a colônia em Parintins e tiveram que refazer a vida.	1 filho: Benjamim	Não	nihil
8	HATAHARA, Minoru	b. tinha granja	Aikawa, Ono, Tatikawa (Itapiranga), Ihara	Contribuiu, pois cada qual procurou a sua melhoria.	Nenhum	Sim, uma neta	Não
9	HATTA, Kimishige	b. família e sociedade comercial	convívio era só da família Hatta	Contribuiu, pois passou a ensinar a população local sobre agricultura.	Nenhum	Sim, filhos e netos	Sim, investiram em imóveis e comércio
10	HIDAKA, Shoji	a. não teve condições de sair pois Shoji Hidaka faleceu cedo.	Toguchi, Kimura, Hatta, Sakamoto	não sabe	1 filho: Homero	Netos	Sim, investiram em imóveis e comércio
11	HIGASHI, Hisaichi	c. escola para os filhos	Harada, Kamijo, Ikegami, Kobayashi,	Atrapalhou, saíram sem nada	Nenhum	Não	nihil
12	HOMMA, Takeshiro	c. escola para os filhos	Nenhum	Contribuiu, pela oportunidade de estudar e frequentar a Universidade.	Nenhum	Não	nihil

Nº	Família	5. Qual a principal motivação para permanecer no local?	6. Quais as famílias que permaneceram na região?	7. Dispersão contribuiu ou atrapalhou?	8. Quantos estão exercendo ativ. ligadas ao solo?	9. Trabalhou de decasségui?	10. O trabalho de decasségui foi satisfatório?
13	IIDA, Gihei	c. escola para os filhos	Higashi, Odani, Maruoka	Atrapalhou. Dificuldades para manter a família	Nenhum	Sim. Netos	Não
14	IKEGAMI, Kinji	f. idade, doença	Ishihara, Sawaki, Kawakami, Odani, Uwamori	Contribuiu para que cada um tomasse o seu rumo	2 filhos: Jonas e Rui	Não	nihil
15	INOMATA, Tadashi	c. escola para os filhos	Toda, Kawakami, Yamazaki, Toguchi, Oyama, Hidaka,	Atrapalhou, pois cada um teve que se virar como pode. Perdeu o comando.	Alguns. Não sabe quantos	Sim, filhos e netos	Sim, investiram em imóveis e comércio
16	ISHIGURO, Kumeichi	e. gostou do lugar	Ikegami, Yamazaki, Yassui	Atrapalhou. Dificuldade de adaptação, transporte e educação.	3 filhos	Sim, filhos e netos	Sim. Muitos ficaram no Japão
17	KAMIJO, Namitaro	a. não teve condições de sair	Harada, Kamijo	Atrapalhou, pois desuniu os koutakussei, porém contribuiu para eles se esforcarem.	Nenhum	Sim, netos	Não
18	KATAKI, Manzo	c. escola para os filhos	Yoshi, Shoji, Inomata, Hatta, Sakamoto	Atrapalhou. O grupo perdeu força	Nenhum	Sim, netos	Sim. Para consertar a casa
19	KAWAKAMI, Kenji	b. trabalhava com Tsuji	Nakajima, Oyama, Yamazaki, Handa	Contribuiu para o desafio	Nenhum	Sim, filho e netos	sim, investiram em imóveis
20	KIMURA, Kazunori	b. tinha fazenda	Nakajima, Naito, Nakai, Okada e Taketoni.	Atrapalhou. O pai ficou no mato na época da guerra.	2: Alberto e Aldemar	Não	nihil
21	KIMURA, Mune-kazu	c. gostou do lugar	Shoji, Nakashima, Kimura,	Atrapalhou. Se p pessoal tivesse ficado, a Vila Amazonia seria outra.	1 filho: Paulo Akio	Sim, filhos e netos	Sim
22	KOBAYASHI, Masumi	d. relação de amizade	Maruoka, Toguchi, Yamazaki, Yasui,, Sasaki, Kamijó, Nakai	Atrapalhou. Tiveram que fazer muito sacrifício para educar os filhos.	Nenhum	Não	nihil
23	KOGA, Kuniji	b. família da mulher	Nakauchi, Toguchi, Mori, Shoji, Tokuta.	Contribuiu para se integrar com a família da mulher.	1 filho: Osório	Sim, filhos e netos	Sim, investiram em imóveis
24	KOKAI, Hanji	c. escola para os filhos	Tsuji, Odani, Tani	Contribuiu para o desenvolvimento da Amazônia	Nenhum	Não	nihil
25	KUDO, Koichi	c. escola para os filhos	Nakajima, Suzuki, Naito, Kimura, Fujishina	Atrapalhou. A dispersão prejudicou muitas famílias, que podiam se ajudar melhor.	Nenhum	Sim, filhos e netos	Não
26	KUNIMUNE, Atsushi	e. gostou do lugar. Se identificou com os caboclos da Amazônia	Missono, Yukio Sato, Izumi, Kimurão.	Atrapalhou. Trouxe desigualdades na cabeça dos filhos.	Nenhum	Não	nihil

Nº	Família	5. Qual a principal motivação para permanecer no local?	6. Quais as famílias que permaneceram na região?	7. Dispersão contribuiu ou atrapalhou?	8. Quantos estão exercendo ativ. ligadas ao solo?	9. Trabalhou de decasségui?	10. O trabalho de decasségui foi satisfatório?
27	MARUOKA, Takashi	e. gostou de Juruti - terreno bom para juta.	Kobayashi, Harada, Kamijó.	Atrapalhou. Em termos individuais foi bom, em conjunto foi ruim.	Nenhum	Sim. Filhos e netos	Não
28	MINAMI, Masashi	f. velhice e isolamento	Lista do Shoji	Atrapalhou	Nenhum	Não	nihil
29	MORI, Shin-ichiro	b. plantação de guaraná	Nakai, Ono, Shoji, Sato, Naito, Ihara,	Não sabe, o pai estava em Uaicurapá antes da guerra	1 filho: Aleysio	Sim, netos	sim
30	MURAKAMI, Ichiro	a. falecimento de Murakami	Ishiguro, Ueno	Não sabe	1 filho: Marcelo em Monte Alegre	Sim, netos	não sabe
31	NAKAUCHI, Yoshimasa	e. gostou fo lugar	Kimura, Nakajima, Oyama, Nakauchi	Contribuiu para o enriquecimento do imigrante	1 filho: Celso	Sim, netos	sim
32	NOMURA, Hiroshi	b. não quiseram sair - trabalho de mecânico	Izumi, Mori, Sato Kimurinha	Contribuiu, porque não foi massacrado pela guerra. Eles se integraram a soc.brasileira	Nenhum	Sim, filhos e netos	sim
33	ODA, Hiroki	e. gostou do lugar pelas facilidades	Ozaki, Okawa, Uchihara, Missono, Utsumi, Sato	Atrapalhou	1 filho de Harunobu	Sim, netos	não
34	ODANI, Yuuji	e. gostou do lugar	Kokay, Kamijó.	Atrapalhou	Nenhum	Sim, filhos e netos	não sabe
35	OGINO, Gentaro	f. aposentadoria	Takita, Kato, Miyake, Hiraishi, Haji	Não sabe	Nenhum	Sim, filho Cristiano	não
36	OHNISHI, Torao	f. doença e idade	Kohei Tsuji, Ikegami, Sawaki	Atrapalhou	Nenhum	Não	nihil
37	OISHI, Takato	b. plantar verduras	Kono, Mori, Fujishima, Nakai, IidaFujita, Iguchi	Atrapalhou, pois onde eles estavam "não tinha nada" .	1 filho: Ademar	Sim, filhos e netos	não
38	OKAMURA, Touru	b. plantação de juta	Shoji, Hatanaka Maruoka, Kudo,	Atrapalhou. Se tivesse a Vila Amazônia a vida seria outra. A cidade de Parintins seria lá	Nenhum	Sim, só netos	sim, vários terrenos em Parintins.
39	ONO, Saburo	f. projeto Patchouly.	sugere lista de Akiyama.	Contribuiu para realização profissional e econômica dos koutakusseis.	Nenhum	Sim, filhos e netos	sim

Nº	Família	5. Qual a principal motivação para permanecer no local?	6. Quais as famílias que permaneceram na região?	7. Dispersão contribuiu ou atrapalhou?	8. Quantos estão exercendo ativ. ligadas ao solo?	9. Trabalhou de decasségui?	10. O trabalho de decasségui foi satisfatório?
40	OTI, Sakae	b. trabalhar com Tsuji		Atrapalhou	Nenhum	Não	Nihil
41	SASAKI, Ittetsu	b. Adquiriu terras em Sta. Rosa. Mas perdeu o comércio e o gado.	Todos da família saíram de Santa Rosa	Atrapalhou. Trouxe isolamento e sofrimento.	2 filhos	Sim, 1 filho	Sim
42	SAWAKI, Tadashi	b. comércio	Ikegami, Sakaguchi e Iwasaka (pós-guerra)	Contribuiu. Facilitou a fixação das famílias e educação dos filhos.	Nenhum	Sim, 6 netos	Não
43	SHINPO, Muneo	d. relação de amizade e plantação.	Kokai, Abe, Sawaki	Atrapalhou, porque se houvesse, a cooperativa organizava e unia os japoneses.	2 filhos	Não	Nihil
44	SHOJI, Zennoshin	a. não teve condições ou oportunidade de sair	Kimura, Toguchi, Hatta, Sato, Koga, Mori, Kawakami e outros	Contribuiu. Acha que ficou a critério de cada família prosseguir os caminhos de seu futuro.	Ninguém	Sim, filhos	Não
45	TOGUCHI, Tsuneji	c. escola para os filhos	Hata, Inomata, Oyama Nakauichi, Shoji, Babá	Contribuiu, pois todos conseguiram sobreviver e houve integração com a população brasileira	1 filho na pecuária em extinção	Sim, netos	Não
46	TOKUTA, Genji	a. não teve condições ou oportunidade de sair	Mori, Shoji	Atrapalhou, pois se tivessem ficado na Vila Amazônia estariam melhor	1 filho: Satocy	Sim, filhos e netos	Sim
47	TUJI, Kotaro	b. comércio de juta	Odani, Ori, Higashi	Atrapalhou. A dispersão foi ruim pra todos, eles viviam muito mal no interior.	Nenhum	Sim. 1 filho (Álvaro) e netos	Sim
48	UTSUMI, Yozo	a. não teve condições ou oportunidade de sair	Ihara, Gonda, Izumi, Misono, Mori, Naito, Minami, Takahashi	Contribuiu, pois cada qual procurou a sua melhoria.	1 filha: Alzira	Sim, uma neta	Não
49	UWAMORI, Rokusono	b. emprego na Jamic	Não sabe	Atrapalhou	1 filho: Eduardo	Sim. 2 filhos	Sim. Comprou terrenos
50	YAMAGUCHI, Satoshi	a. não teve condições ou oportunidade de sair	Não lembra	Atrapalhou. Não podiam ajudar o outro. Se estivessem juntos estariam melhor	Nenhum	Sim, só netos	Não
51	YAMAZAKI, Taro	d. relação de amizade com Yasui, Kongo, Toguchi	Não lembra	Atrapalhou	Nenhum	Não	Nihil
52	YOSHII, Daikichi	a. não teve condições ou oportunidade de sair	Não lembra	Atrapalhou	1 filho	Sim, netos	Sim

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas.

APÊNDICE D3 - INTEGRAÇÃO ÉTNICA, SOCIAL E CULTURAL DOS ENTREVISTADOS

Nº	Entrevistado	Ano Nasc.	Sexo	11. Aspectos da Integração social				12. Aspectos da assimilação		
				Etnia do cônjuge	Sociedade comerciais	Etnia dos amigos	Sentimento de pertencimento	Língua +	Comida +	Religião
1	Chikahito Fujishima	1947	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
2	Mary Fujita Nakamura	1935	F	Nikkei	Não teve	+ japoneses	+ japonês	Ambas	Misturado	Sem
3	Mariana Gonda Shoji de Castro	1961	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
4	Evangelina Yuco Haje Sobreira	1945	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
5	Tobias Satoshi Hara	1950	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
6	Urana Harada Ono	1939	F	Nikkei	Ambos	Ambas	Ambos	Português	+ brasileira	Cristã
7	Amélia Keiko Harada	1947	F	Solteira	Ambos	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
8	Cristina Hatahara Utsumi	1946	F	Nikkei	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
9	Orlando da Silva Hatta	1946	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
10	Mara Jesus Esteves Hidaka	1969	F	Brasileiro	Ambos	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
11	Ébana Higashi de Freitas	1938	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
12	Alfredo Kingo Oyama Homma	1947	M	Nikkei	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
13	Lucena Iida Imbiriba	1937	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
14	Léa Ikegami Sakiyama	1947	F	Nikkei	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
15	José Elizeu Sena Inomata	1959	M	Brasileira	+ nikkeis	+ brasileiro	Ambos	Português	+ brasileira	Cristã
16	Mario Ishiguro	1953	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Sem
17	Riomi Reiko kamiko Passos	1938	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Ambos	Português	+ brasileira	Cristã
18	Maria Isabel Katakí Silva	1953	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
19	Leontina Kawakami Puget	1939	F	Brasileiro	Ambos	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
20	Aldemira Kimura de Menezes	1949	F	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
21	Maria da Conceição Kimura	1966	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
22	Carmelina Nobuko Kobayashi	1942	F	Solteira	Ambos	Ambas	Ambos	Português	+ brasileira	Cristã
23	Olinda Koga Teixeira	1955	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
24	Masayoshi Kokai	1938	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã
25	Tereza Cristina Kimio Kudo Tadao	1941	F	Nikkei	+ nikkeis	+ brasileiro	+ japonês	Ambas	Misturado	Cristã
26	Aderbal Maia dos Santos Souza	1937	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira	Cristã

Nº	Entrevistado	Ano Nasc.	Sexo	11. Aspectos da Integração social			12. Aspectos da assimilação		
				Etnia do cônjuge	Sociedade comerciais	Etnia dos amigos	Sentimento de pertencimento	Língua +	Comida + Religião
27	Toru Maruoka	1935	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
28	Zemira Mitsuko Minami Tsukuda	1939	F	Nikkei	+ nikkeis	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
29	Aleystio Mori	1942	M	Brasileira	+ nikkeis	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
30	Bernardo Makoto Murakami	1942	M	Nikkei	Ambos	+ brasileiro	+ brasileiro	Ambas	Misturado Sem
31	Celso Toyoshige Nakauchi	1931	M	Brasileira	+ nikkeis	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
32	Celina Hiroko Nomura Bezerra	1944	F	Brasileiro	Não teve	+ brasileiro	Ambos	Português	+ brasileira Cristã
33	Jorge Harunobu Oda	1944	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
34	Ellis Odani Kinoshita	1939	F	Nikkei	Não teve	+ japonês	+ japonês	Português	+ brasileira Cristã
35	Akira Hagino	1937	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
36	Olimpio Yugo Ohnishi	1952	M	Brasileira	Não teve	+ brasileiro	+ japonês	Português	+ brasileira Cristã
37	Alda Fusako O. Minori	1931	F	Nikkei	Não teve	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
38	Marlene Okamura Pinheiro	1941	F	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
39	Shigeyoshi Ono	1938	M	Nikkei	Ambos	Ambas	+ japonês	Português	+ brasileira Cristã
40	Vani Kqazuko Oti Câmara	1953	F	Brasileiro	Não teve	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
41	Izabel Fumiko Sasaki	1940	F	Brasileiro	Não teve	+ brasileiro	Ambos	Português	+ brasileira Cristã
42	Margarida Sachie Sawaki	1946	F	Brasileiro	Só com nikkeis	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
43	Edowardo Muneaki Shimpô	1946	M	Brasileira	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
44	Wilson Yoshiyuki Shoji	1948	M	Brasileira	Não teve	+ brasileiro	Ambos	Português	+ brasileira Cristã
45	Otoniel Nobuyuki Toguchi	1959	M	Brasileira	Só com nikkeis	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
46	Maria Zete Tokuta Coelho	1953	M	Brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
47	Julia Tuji de Castro	1936	F	Brasileiro	Ambos	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
48	Braulio Nobuo Utsumi	1943	M	Nikkei	Não teve	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
49	Elzanir Uwamori Takahashi	1952	F	Nikkei	Ambos	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	Misturado Cristã
50	Eduardo Satoshi Yamaguchi	1949	M	Brasileira	Não teve	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã
51	Teru Taketomi Yamazaki	1934	F	Nikkei	Só com nikkeis	+ brasileiro	Ambos	Português	Misturado Cristã
52	Etineth Natheco Yoshii de Souza	1945	F	Brasileiro	Não teve	+ brasileiro	+ brasileiro	Português	+ brasileira Cristã

APÊNDICE D4 - INTEGRAÇÃO, SUCESSO E CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO *KOUTAKU*

Nº	Família	13. Acolheu imigrantes?	14. Insucesso na integração?	15. Tiveram + sucesso?	16. Famílias com sucesso?	17. Contribuição para economia local
1	FUJISHIMA, Masanori	Não	Diferença de mentalidade	Sim, em termos de educação.	Toshizo Nakajima, Kazunori Kimura	Cultura da juta, comércio de regatão e extração de pau-rosa.
2	FUJITA, Takeshi	Sim	Os koutaku plantavam juta na várzea, enquanto que os de pós-guerra plantavam em terra firme.	Não	Toshizo Nakajima e Yoshimi Sugiyama	Na agricultura e no comércio.
3	GONDA, Kuraichi	Não sabe	Não sabe	Não	As famílias de S. Yamaguchi, K. Taketomi, Kazunori Kimura.	Contribui na agricultura e criação de gado.
4	HAJI, Ikuro	Não	Não sabe	Não sabe	Toshizo Nakajima	Na disseminação da juta
5	HARA, Sotaro	Não	Não tiveram apoio do governo	Não sabe	K. Yoshinaka Taketoni (Maués), Kimishige Hata	Na juta, avicultura. Sempre ajudou e ensinou muitos ribeirinhos.
6	HARADA, Ikuro	Não	Os koutakuseis foram e são o maior elemento de integração da comunidade nikkei na Amazônia	Sim. Eles privilegiaram a educação e formação dos filhos como instrum. de integração e desenvolvimento.	Todas famílias de koutakuseis tem descendência bem situada profissionalmente não só na Amazônia, como no Brasil e em outros países onde residem.	Há descendentes de koutaku desenvolvendo um belo trabalho inovador na área de coaching.
7	HARADA, Kozo	Não	Não sabe	Não. Acredita que os de pós-guerra estão melhor.	Mario Ishiguro, os filhos de Masumi Kobayashi	Contribuição da juta e oportunidade aos caboclos
8	HATAHARA Minoru	sim: um casal	Não sabe	Não sabe	Não se lembra	Disseminação da juta
9	HATTA, Kimishige	Não	Não sabe	Não. Acredita que os de Tomé-Açu tiveram mais oportunidades.	Tsuneji Toguchi, Kazunori Kimura e Kazuma Oyama	Valores como perseverança, iniciativa, respeito.
10	HIDAKA, Shoji	Não	Não sabe	Não sabe	Tsuneji Toguchi, Kazunori Kimura e Ryota Oyama	Disseminação da agricultura
11	HIGASHI, Hisaichi	Não	Não tiveram contato	Não sabe e nem gosta comparar	Kazunori Kimura, Toshizo Nakajima	Além da juta, formação de profissionais como médicos, economistas, dentistas.
12	HOMMA, Takeshiro	Não	Acho que foi ao contrário. Onde os koutaku estiveram presentes ocorreu integração.	Tiveram sucesso profissional, quanto ao econômico foi menor.	Toshizo Nakajima, Kazuma Oyama	Geração de empregos nos plantios, montagem de empresas de engenharia.
13	IIDA, Gihei	Não	Não sabe	Não faz diferença	Hisaichi Higashi, Yuji Odani, Takashi Maruoka	Dedicação ao trabalho

Nº	Família	13. Acolheu imigrantes?	14. Insucesso na integração?	15. Tiveram + sucesso?	16. Famílias com sucesso?	17. Contribuição para economia local
14	IKEGAMI, Kinji	Não	Não sabe	Sim, pois tinham orientação dos pais, pois antigamente não havia escola perto.	Tadashi Sawaki, Yuuji Odani, Masakazu Tani	Ajudaram muito os ribeirinhos porque naquela época não tinha hospitais. Havia farmácia na casa e cuidava os enfermos, dava remédio e até arrancava dente.
15	INOMATA, Tadashi	Sim: Kikuchi	Os koutakusseis vieram organizados e já estavam aclimatados e com "pé atrás". Enquanto que os novos vieram desorganizados.	Sim.	Kimura, Celso Yamaguchi, Nakauchi, Toguchi.	Os japoneses de Parintins são respeitados, citados como exemplo. Tem nome de escola, praça e rua.
16	ISHIGURO, Kumeichi	Sim. Só estagiários	Disputa de mercado (muitos imigrantes de pós-guerra para mercado pequeno)	Sim. Mario Ishiguro foi prefeito de Monte Alegre 1995-1996, Haruo Taketomi foi vereador.	Kumeichi Ishiguro foi fundador da Cooperati-va de Monte Alegre e da Assoc.Nipo-Brasileira de M. Alegre	Melhoria na agricultura com sementes selecionadas de arroz, milho, feijão.
17	KAMIJO, Namitaro	Não	Não sabe	Não sabe. Muitos descendentes trabalham na atividade pública.	Taro Yamazaki	Quase todos os <i>koutakusseis</i> tinham comércio e algumas cabeças de gado.
18	KATAKI, Manzo	Não	Não sabe	Não sabe	Kazunori Kimura	Fabrica de juta que deu trabalho para muita gente
19	KAWAKAMI, Kenji	Não	Eles eram "cabeça dura". O governo não deu apoio	Não. Não há diferença	T.oshizo Nakajima, Tadashi Sawaki, Kinji Ikegami, Hisaichi Higashi	Na juta e no comércio
20	KIMURA, Kazunori	Não sabe	Não sabe	Sim.	Kazunori Kimura, Toshizo Nakajima, Kenichi Taketomi (de Maués) e Hidetomi Okada.	Além da juta, na pecuária e comércio
21	KIMURA, Muneказу	Não	Não sabe	Não sabe	Zennoshin Shoji, Toshizo Nakajima, Kazunori Kimura.	Além da jutam pecuária
22	KOBAYASHI, Masumi	Não	por causa da distância e isolamento.	Não, pois priorizaram o estudo	Profissionalmente os Kobayashi tiveram sucesso profissional, não econômico.	Durante 40 anos a população ribeirinha do Amazonas e Pará tiveram renda com a juta.
23	KOGA, Kuniji	Não	Não tinha relacionamentos com as famílias japonesas.	Não sabe	Kazunori Kimura (Kimurão)	Desenvolvimento da agricultura
24	KOKAI, Hanji	Não	Não sabe	Não sabe	Nakajima e o pessoal de Manaus	Desenvolvimento da agricultura
25	KUDO, Koichi	Não	Não sabe	Sim.	M. Kobayashi, Takashi Maruoka, Kozo Harada, Kotaro Tsuji	Juta, pimenta do reino, gado e extração de pau-rosa pela Kanebo.

Nº	Família	13. Acolheu imigrantes?	14. Insucesso na integração?	15. Tiveram + sucesso?	16. Famílias com sucesso?	17. Contribuição para economia local
26	KUNIMUNE Atsushi	Não	Não sabe	Não sabe	Toshizo Nakajima	Na visão comercial e na agricultura. Serviu de estímulo para muitos brasileiros.
27	MARUOKA, Takashi	Sim. 2 rapazes: Naraki e Yamamoto	As condições de trabalho.	Não financeiramente, só em educação.	Ryota Oyama, Kozo Harada, Ittetsu Sasaki, Masumi Kobayashi.	Na expansão da juta. Na educação. O Sr. Maruoka construiu uma escola em Boa Vista/Juruti.
28	MINAMI, Masashi	Sim. Hada e Nakajima	Não sabe, pois sempre teve boas relações	Não	Não sabe	Na juta e educação para os filhos dos ribeirinhos pois abriam escolas nos interiores
29	MORI, Shin- ichiro	Não	Não sabe	Não sabe	Kimurão, Yukio Sato (barco Aurora), Taro Yamazaki, Kikujiro Naito, Kenmei Nakai	Além da juta, pecuária, plantação de guaraná (Mori, Tokuta e Koga).
30	MURAKAMI, Ichiro	Não	Não sabe	Sim	Não sabe	Na juta e pecuária
31	NAKAUCHI, Yoshimasa	Não	Não sabe	Sim	Ryota Oyama, Yoshimasa Nakauchi e outros.	Para além da juta, plantação de verdu- ras e hortaliças e pecuária
32	NOMURA, Hiroshi	Não	Acredita que houve integração com as famílias por amizade.	Sim, os filhos foram bem com os estudos.	Kimura, Nakauchi, Oyama	Além da juta, a pecuária.
33	ODA, Hiroki	Não	Não sabe	Não	Ryota Oyama, Yoshimasa Nakauchi	Juta e comércio
34	ODANI, Yuuji	Não	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Juta e comércio
35	OGINO, Gentaro	Não	Não sabe	Não sabe	Nakajima, Kimura	Juta e comércio
36	OHNISHI, Torao	Não	Não sabe	Não sabe, mas os que conhece todos estão bem	Daniel Sawaki	Juta e pimenta. Os empreendimentos na Amazonia foram bem sucedidos.
37	OISHI, Takato	Não	a maioria dos imigrantes pós guerra preferiu ficar no Pará, por causa do sucesso da pimenta.	Não sabe	Takashi Maruoka, Koichi Kudo	Na juta e na plantação de verduras.
38	OKAMURA, Toru	Não	Não sabe	Não sabe	Ryota Oyama, Yoshimasa Nakauchi, Tsuneji Toguchi	Ajudou os ribeirinhos
39	ONO	Não	Finalidade do Projeto Imim (destinado a produção de juta) incompatível com os interesses dos novos imigrantes.	Não pode generalizar	Todos que ficaram atingiram o objetivo na educação dos filhos	Economia da juta, como 2º ciclo economico da Amazônia, depois da borracha, reconhecido pela lei estadual do Amazonas

Nº	Família	13. Acolheu imigrantes?	14. Insucesso na integração?	15. Tiveram + sucesso?	16. Famílias com sucesso?	17. Contribuição para economia local
40	OTI, Sakae	Não sabe	Diferentes interesses e condições de trabalho.	Não sabe	Tadashi Sawaki, Kini Ikegami, Namitaro Kamijo,	Oti trabalhou no Instituto Agrônomo do Norte e contribuiu muito na disseminação da juta.
41	SASAKI, Itetsu	Não	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Na agricultura e no comércio.
42	SAWAKI, Tadashi	Sim, 3 solteiros (aprendizes)	Eles tinham prazo de permanência e não tinham perspectiva de futuro.	Não sabe	Taro Yamazaki	Desenvolveu o comércio de castanha, fruta, peles e comércio de regação.
43	SHINPO, Muneo	Não	Não sabe	Não	Tadashi Sawaki	Contribui na economia em atividades ligadas a agricultura e ensinou a comunidade.
44	SHOJI, Zennoshin	Não	Por falta de organização dos promotores do evento	Não	Toshizp Nakajima, Kazunori Kimura, Satoshi Yamaguchi, Taro Yamazaki, Yukio Sato.	Juta, pecuária, agricultura e ativ.hospitalares (saúde)
45	TOGUCHI, Tsuneji	Sim, 3 pessoas	Tiveram boa convivência, mas as condições de trabalho não favorecia.	Não sabe	Kazunori Kimura, Ryota Oyama	Além da juta, o comércio.
46	TOKUTA, Genji	Não	Não sabe	Não sabe	Kazunori Kimura, Yoshinaka Taketomi	Ajudou muito a população local na agricultura.
47	TUJI, Kotaro	Não	Não sabe	Acredita que sim	Não lembra	Na juta e no comercio
48	UTSUMI, Yozo	Não	Não sabe	Não sabe	T. Nakajima, Kikujiro Naito, Yukio Sato, Masashi Minami, S. Yamaguchi, Fukue Misono.	Ajudou na disseminação da juta.
49	UWAMORI, Rokusono	Não	Não sabe, pois a família viveu mais em São Luís-MA.	Não sabe	Kinji Ikegami, Kohei Tsuji	Ajudou na organização dos japoneses nas colônias.
50	YAMAGUCHI, Satoshi	Não	Não sabe	Sim	Yukio Sato, Masashi Minami, Sadakiechi Hiraishi, Kazunori Kimura, Kikujiro Naito.	Na plantação da juta
51	YAMAZAKI Taro	Sim, muitos solteiros	Acha que havia diferença de pensamento	Não sabe	Não sabe	No comércio
52	YOSHII, Daikichi	Não	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Plantação de juta e verduras

APÊNDICE D5 - SONDAGEM DE OPINIÃO SOBRE O EXPANSIONISMO JAPONÊS

Nº	Família	18. Política Expansionista?	19. Quais os ideais?	20. Repasse dos ideais?	21. Continuidade dos valores?	22. Relação com a vinda de empresas para o Pará e ZFM?
1	FUJISHIMA, Masanori	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não diretamente
2	FUJITA, Takeshi	Não há relação	Não sabe	Não houve	Não há perspectiva	Não
3	GONDA, Kuraichi	Não sabe. Os pais não falavam	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
4	HAJI, Ikuro	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
5	HARA, Sotaro	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
6	HARADA, Ikuro	Não há relação	Desbravar e desenvolver a Amazônia	Sim, as Associações, festas comemorativas.	Sim. Depende de vários fatores	Acha que não diretamente. Sugere uma pesquisa
7	HARADA, Kozo	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
8	HATAHARA, Minoru	Não sabe	Não sabe, o pai não falava	Não sabe	Não sabe	Não
9	HATTA, Kimishige	Não sabe. Japão estava em decadência	Não sabe. O pai era calado	Não sabe	Não sabe	Não sabe
10	HIDAKA, Shoji	Não sabe. Os pais não falavam	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
11	HIGASHI, Hisaichi	Não há relação. Os emigrantes eram incentivados	Disseminação da juta	Não sabe	Não sabe	Não
12	HOMMA, Takeshiro	Sim. Visita de Ministros Militares e da Fazenda na escola de Koukushikan.	O pensamento era que o Japão seria um protagonista mundial a custa do militarismo de conquista e a Amazônia poderia ser um local importante para produção de alimentos, face a abundância de terra, matérias primas, etc.	Não houve	Não há perspectiva	Não
13	IIDA, Gihei	Não sabe	Sim, instruir os jovens para mandar para o Brasil	Sim, pela educação	Não há perspectiva	Não sabe
14	IKEGAMI, Kinji	Não sabe. Os pais não falavam	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
15	INOMATA, Tadashi	Não sabe. Os pais não falavam	Sim. projeto de colonização	Não sabe	Não há perspectiva	Não
16	ISHIGURO, Kumekichi	Não há relação	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não

Nº	Família	18. Política Expansionista?	19. Quais os ideais?	20. Repasse dos ideais?	21. Continuidade dos valores?	22. Relação com a vinda de empresas para o Pará e ZFM?
17	KAMIJO, Namitaro	Não sabe. Os pais não falavam	Não sabe	Não sabe	Não há perspectiva	Não
18	KATAKI, Manzo	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não há perspectiva	Não
19	KAWAKAMI, Kenji	Não sabe. Os pais não falavam	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
20	KIMURA, Kazunori	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
21	KIMURA, Munekazu	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não há perspectiva	Não sabe
22	KOBAYASHI, Masumi	Não sabe. Os pais não falavam	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
23	KOGA, Kuniji	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
24	KOKAI, Hanji	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
25	KUDO, Koichi	Sim. Uyetsuka viu a oportunidade de ocupar novas terras, pois achava o Japão pequeno.	Não sabe. Pois eles se fecharam por causa da guerra.	Não sabe	Não sabe	Sim, Uyetsuka tinha muita influência.
26	KUNIMUNE, Atsushi	Não há relação. Se preocupava em educar os filhos	Não sabe.	Não sabe.	Não há perspectiva	Não
27	MARUOKA, Takashi	Não sabe. O pai quase não falava	Não sabe. Eles tinham vergonha de falar, pois vieram ganhar dinheiro.	Não sabe. Ele não gostava de falar do passado	Não sabe	Não
28	MINAMI, Masashi	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não. Foi por causa dos incentivos
29	MORI, Shin-ichiro	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
30	MURAKAMI, Ichiro	Não sabe. O pai morreu cedo	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
31	NAKAUCHI, Yoshimasa	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
32	NOMURA, Hiroshi	Não sabe, o pai era calado	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não. Simplesmente pelos incentivos fiscais.
33	ODA, Hiroki	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
34	ODANI, Yuuji	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe

Nº	Família	18. Política Expanscionista?	19. Quais os ideais?	20. Repasse dos ideais?	21. Continuidade dos valores?	22. Relação com a vinda de empresas para o Pará e ZFM?
35	OGINO, Gentaro	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
36	OHNISHI, Torao	Não sabe, o pai era muito fechado	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
37	OISHI, Takato	Não sabe, o pai era muito calado	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
38	OKAMURA, Toru	Não sabe, o pai era muito calado	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
39	ONO, Saburo	Sim. Origem política da família Ono	Sim. Criar um núcleo de economia sustentável para desenvolvimento da região	Sim, houve repasse	Sim	Sim. O filho Shigeyoshi trabalhou na Kanebo, Mitsui, Takasago e Amasa.
40	OTI, Sakai	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
41	SASAKI, Itetsu	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
42	SAWAKI, Tadashi	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
43	SHINPO, Muneo	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
44	SHOJI, Zennoshin	Não há relação	Não sabe	Não houve	Não há perspectiva	Não
45	TOGUCHI, Tsuneji	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
46	TOKUTA, Genji	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
47	TSUJI, Kotaro	Não sabe	Não sabe. O pai nunca falava	Não sabe	Não sabe	Sim
48	UTSUMI, Yozo	Não há relação	Não sabe	Não sabe	Não há perspectiva	Não
49	UWAMORI, Rokusono	Não sabe	Não sabe, pois viveu mais em São Luís.	Não sabe	Não há perspectiva	Não
50	YAMAGUCHI, Satoshi	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não
51	YAMAZAKI, Taro	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
52	YOSHII, Daikichi	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe

Fonte: Elaborada pela autora com base nos questionários e entrevistas.

APÊNDICE E1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DESCENDENTES DE SEGUNDA GERAÇÃO (FILHOS)

Nº	FAMÍLIAS DOS PIONEIROS	Nº de		Cônjuge		Grau de escolaridade						Formação profissional superior						Atividade econômica											
		Filhos	Falec.	A	B	1	2	3	4	5	6	A	Ad	B	C	D	E	F	G	H	I	J	1	2	3	4	5	6	D
1	FUJISHIMA, Masanori	1	0		1	1																				1			
2	FUJITA, Takeshi	8	2	6	1	5	2	1											1								5	1	
3	GONDA, Kuraichi	4	2	3		2	1	1				1															2		1
4	HAJI, Ikuro	6	0		4		4	2													2		3	3					1
5	HARA, Sotoro	10	5		9		7	3					2							1		1		3		1		3	3
6	HARADA, Ikuro	9	0	1	6		3	2	2		2			1						2	1	2	2	4	1				
7	HARADA, Kozo	8	3		4	1		4			1	1						3				1	1	2		2			
8	HATAHARA, Minoru	1		1			1																			1			
9	HATTA, Kimishige	13	3		11	3	7	3												3		3		4	2	1	3		
10	HIDAKA, Shoji	3	2		3	3																				1			
11	HIGASHI, Hisaichi	5	0	2	2		1	4								1		1				2		1	3	1			
12	HOMMA, Takeshiro	3	0		2			2			1			1				1		1						1	2		
13	IIDA, Gihei	8	4		4		4	4									2	1									4		
14	IKEGAMI, Kinji	7		4	3	1	1	4	1									2	1		1	1			2		5		
15	INOMATA, Tadashi	12	1		12	5	4	2						1						1		2	1	1	2	1	4	3	
16	ISHIGURO, Kumekichi	9	2		7	2	2	3	1			1	1			1						1	1		2	1	3		1
17	KAMIJO, Namitaro	5			5		2	3								2	1								1		4		
18	KATAKI, Manzo	1	1		1																								
19	KAWAKAMI, Kenji	3	1		3		1	2				1					1									1	1		1
20	KIMURA, Kazunori	8	3	2	6		3	3	2						1		1		1	2				2	3				
21	KIMURA, Munekazu	9	4	1	4	2	3															2					2	1	1
22	KOBAYASHI, Masumi	8	1	1	5		1	6		1				1				4	1				1		5	1			
23	KOGA, Kuniji	8	1		7		1	5		1				1			1	1					3		1	4	1	1	3
24	KOKAI, Hanji	6		1	4		1	5					2		2						1			2	3		1		
25	KUDO, Koichi	5	1	4	1	2	2		1											1				2		1	1		2

[illegible]

Fonte: Elaborada pela autora com base nos questionários e entrevistas.

APÊNDICE E2 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DESCENDENTES DE TERCEIRA GERAÇÃO (NETOS)

Nº	FAMÍLIAS DOS PIONEIROS	Nº de		Cônjuge		Grau de escolaridade						Formação profissional superior						Atividade Econômica											
		netos	filhos	A	B	1	2	3	4	5	6	A	Ad	B	C	D	E	F	G	H	I	J	1	2	3	4	5	6	D
1	FUJISHIMA, Masanori	3				2	1																			1		2	
2	FUJITA, Takeshi	18	1	1	7		8	4	3	1		1	2				2	2	1				1	3	5		6	2	
3	GONDA, Kuraichi	21	2	1	6	3	15	1													1	1	2	1	5	2	8	6	
4	HAJI, Ikuro	9	1		2	1	2	3	1			1						1		1		1		1	2		5	3	
5	HARA, Sotaro	25	5				1	11	8			1	3				1		1			2	5	5	3	2		5	10
6	HARADA, Ikuro	23	2		21		1	11	8	1	1	1					1			8	2	9	3	4	6	8			2
7	HARADA, Kozo	9	1		6			8					1						1		6		6		1	1			
8	HATAHARA, Minoru	2		1	1		2															2							1
9	HATTA, Kimishige	36	3	1	26	3	20	8				1	1							1	5	5	13	3	5		7	17	
10	HIDAKA, Shoji	18	2		12		12	4														4	6	6		4			12
11	HIGASHI, Hisaichi	12		4	6		1	7	3	1		1	1					4		3		2		3	6	3			
12	HOMMA, Takeshiro	6			4			5			1		1			1				1		3			3	3			
13	IIDA, Gihei	19	1		15		4	13	1			2	1					3		1	1	6	3	5	1	4		5	5
14	IKEGAMI, Kinji	16	2		11			12	3				1			2		2		3		7	1	7	1	5			
15	INOMATA, Tadashi	34	2		26	4	17	8	1	2		2	1			1		2	1	1	1	2	4	15	2	9		2	9
16	ISHIGURO, Kumekichi	28	2	1	20	2	12	11	3			4	1			1					6	2	5	7	5	6		3	
17	KAMIJO, Namitaro	11			8		6	5					2									3	2	2	2	2		3	3
18	KATAKI, Manzo	3	1		3		3																				1	1	1
19	KAWAKAMI, Kenji	11			11		7	4				1	1				1	1					1	1	4	3		2	2
20	KIMURA, Kazunori	24	1		20			17	5	1		6	3			3		1	1	3	1	5	4	4	10	3	1	1	
21	KIMURA, Munekazu	31	2		25		24	4	1											1		4	2	10	3	2		12	10
22	KOBAYASHI, Masumi	16	1		10			14	1	1		4			1	2		1		1	2	5		2	7	5		1	
23	KOGA, Kuniji	15			10		2	12	1			1		2	1	1		5		1		2		6	2	3		4	5
24	KOKAI, Hanji	10			8			9	1			1	1		1			3		1	1	2		5	3	2			
25	KUDO, Koichi	9		1	4	1	2	5		1		2								1	1	2		3	1	4		1	3

[illegible]

Fonte: Elaborada pela autora com base nos questionários e entrevistas.